30 anos sem Senna
Fórmula 1 foi transformada após a morte do maior ídolo brasileiro do automobilismo EU&

Web Summit
Matriz de energia limpa favorece avanço da inteligência artificial no país Caderno especial

Vinhos
Eduardo Chadwick reafirma a qualidade de seus rótulos em degustações ao redor do mundo EU&

Sexta-feira, 26 de abril de 2024
Ano 24 | Número 5989 | R$ 6,00
www.valor.com.br

Valor ECONÔMICO

Volume de ofertas de ações tem o pior início de ano desde 2016

Bolsa Até agora foram somente seis operações de 'follow-on', que movimentaram R$ 4,9 bi; privatização da Sabesp é a transação mais aguardada e deve girar R$ 20 bi

Fernanda Guimarães
De São Paulo

Na contramão do otimismo observado no fim de 2023, este ano começou com o menor volume financeiro de ofertas de ações na bolsa brasileira em oito anos. Segundo banqueiros de investimento, crescem as chances do mercado de ofertas iniciais de ações (IPO, na sigla em inglês) encerrar 2024 sem operação pelo terceiro ano consecutivo. Além disso, as ofertas subsequentes de ações ("follow-ons") de empresas já listadas, que costumam depender menos de oscilações do mercado, estão desaquecidas.

Neste ano, foram realizadas apenas seis ofertas subsequentes, que somaram R$ 4,9 bilhões, com impulso da transação da Energisa, de R$ 2,5 bilhões. O total acumulado no ano só perde para 2016, quando o volume de ofertas alcançou R$ 3,49 bilhões, em valores nominais, com quatro operações entre janeiro e abril, período fortemente afetado pela alta volatilidade dos mercados e marcado pelo impeachment de Dilma Rousseff.

Bruno Saraiva, do Bank of America no Brasil, diz que os constantes sinais de adiamentos no início do corte dos juros nos EUA têm postergado também a retomada desse mercado no país, frustrando as expectativas do fim do ano. O banco começou 2024 com projeção de que haveria cinco cortes nos juros americanos. Agora, passou para apenas um, em dezembro.

Vitor Saraiva, responsável pela área de renda variável da XP, ainda trabalha com a possibilidade de "alguns IPOs" no fim do ano, se mantida a expectativa de que o banco central dos EUA iniciará o corte das taxas ainda em 2024.

Para analistas, a piora do quadro fiscal no Brasil também coloca em xeque as operações. Empresas já listadas com possibilidade de aguardar valorização dos ativos estão preferindo esperar, para evitar a diluição de seus acionistas.

Em 2024, a oferta que deverá mover a curva é a da Sabesp, em processo de privatização que pode girar cerca de R$ 20 bilhões. Outra operação de peso é a venda das ações da Isa Cteep pela Eletrobras, que pode movimentar cerca de R$ 4 bilhões, mas ainda depende de melhores condições de mercado. Página C1

Petrobras vai pagar 50% do lucro retido

Kariny Leal, Fábio Couto e Juliana Schincariol
Do Rio

Depois de muita polêmica sobre a remuneração aos acionistas nos últimos 40 dias, a Petrobras aprovou ontem, em assembleia, o pagamento de 50% dos dividendos extraordinários retidos em uma conta de reserva de capital, o que corresponde a quase R$ 22 bilhões. O governo vai ficar com cerca de R$ 8,1 bilhões, sendo R$ 6,3 bilhões para o Tesouro e o restante para o BNDES. A eleição do novo conselho de administração, para o período 2024/26, não teve surpresas. O governo reelegeu cinco nomes — entre eles o chairman, Pietro Mendes, e o CEO da estatal, Jean Paul Prates — e emplacou Rafael Dubeux como sexto conselheiro da União. Página B4

Nacionalização

GABRIEL REIS/VALOR

A LG Electronics investe R$ 1,29 bilhão para começar a produzir itens da linha branca (refrigeradores, lavadoras e secadoras de roupas) em Fazenda Rio Grande, na Região Metropolitana de Curitiba. "Temos um plano de expandir fortemente nossa operação", diz o CEO na América Latina, Daniel Song. Pág. B5

União, Estados e municípios poderão definir alíquotas

De Brasília e São Paulo

Embora o Ministério da Fazenda estime uma alíquota padrão de referência de 26,5% para o Imposto sobre o Valor Agregado (IVA), sendo de 8,8% para a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e de 17,7% para o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), União, Estados e municípios poderão fixar percentuais diferentes, se aprovados em seus Legislativos. Segundo o secretário extraordinário da reforma tributária, Bernard Appy, a alíquota de referência é adotada automaticamente, mas, se o governo federal e as gestões estaduais e municipais quiserem arrecadar mais ou menos, poderão aprovar lei "cobrando mais ou menos".

Ao detalhar os pontos do projeto que regulamenta a reforma, Appy disse que essa permissão é necessária para garantir o respeito ao pacto federativo. Segundo ele, é "minúsculo" o risco de uma guerra fiscal entre os Estados e municípios.

Para tributaristas, a proposta de regulamentação apresentada na quarta-feira foi bem estruturada e bem fundamentada, mas há pontos polêmicos e com potencial para gerar disputas judiciais. No campo da CBS e do IBS, a não cumulatividade ampla é elogiada, mas há preocupação com a regra que vincula o direito ao crédito ao efetivo pagamento dos tributos na etapa anterior, o que delega ao contribuinte uma tarefa da fiscalização. Páginas A4, A6, A13 e E1

BHP apresenta proposta pela Anglo American

Financial Times, de Londres, Milão, Nova York e Melbourne

A BHP propôs comprar a Anglo American em uma operação avaliada em 31 bilhões de libras (US$ 39,41 bilhões). A anglo-australiana busca ampliar o portfólio de cobre e anunciou ter oferecido 0,7097 de suas ações em troca de cada papel da concorrente. Somadas, as duas empresas produzem mais de 2 milhões de toneladas de cobre por ano, 10% do total no mundo. As ações da Anglo American fecharam em alta de 16,10% (Londres). Os papéis da BHP, na bolsa de Sydney (Austrália), caíram 0,6%. No Brasil, a Vale disse acompanhar os desdobramentos da proposta. Página B3

Destaque

Prêmio de Jornalismo do Judiciário
A repórter do **Valor** Isadora Peron foi uma das vencedoras do 1º Prêmio Nacional de Jornalismo do Poder Judiciário, com a reportagem "Tensão na terra indígena que originou a disputa do marco temporal", 2º colocada na categoria Jornalismo Escrito.

Economia dos EUA desacelera no 1º trimestre

Agências internacionais

A economia dos EUA sofreu desaceleração acentuada no 1º trimestre, crescendo a uma taxa anualizada de 1,6% em relação aos três meses anteriores, num cenário de juros elevados. No quarto trimestre de 2023, a expansão anualizada tinha sido de 3,4%. No entanto, os consumidores, principal motor do crescimento do país, continuaram gastando em um ritmo forte.

Ainda assim, a economia americana deverá responder por 26,3% do PIB mundial neste ano, maior proporção em quase duas décadas, conforme projeções recentes do Fundo Monetário Internacional (FMI). A participação da Europa no PIB global caiu 1,4 ponto percentual desde 2018, e a do Japão, 2,1 pontos. Em contraste, a participação dos EUA avançou 2,3 pontos. A fatia da China também cresceu, mas era equivalente a 67% da economia americana em 2018 e deve encerrar o ano em 64%. Páginas A15 e C2

Criptoativa

KEINY ANDRADE/VALOR

A advogada Nicole Dyskant trabalha para destravar a regulação de ativos cripto e aumentar a presença das mulheres no mercado financeiro. "Quanto mais você cresce na carreira, menos mulheres você vê no topo." EU&

Indicadores

Ibovespa	25/abr/24	-0,08 %	R$ 21,4 bi
Selic (meta)	25/abr/24		10,75% ao ano
Selic (taxa efetiva)	25/abr/24		10,65% ao ano
Dólar comercial (BC)	25/abr/24		5,1673/5,1679
Dólar comercial (mercado)	25/abr/24		5,1614/5,1620
Dólar turismo (mercado)	25/abr/24		5,1973/5,3773
Euro comercial (BC)	25/abr/24		5,5383/5,5410
Euro comercial (mercado)	25/abr/24		5,5379/5,5385
Euro turismo (mercado)	25/abr/24		5,5964/5,7764

INÊS249

Gestão publica Comissão de especialistas promete proposta para melhorar serviços para população

Lei de 1967 sobre administração pública será revisada

Gabriela Pereira e Edna Simão
De Brasília

O governo quer revisar a lei que estabelece a estrutura da administração pública federal para garantir maior eficiência na prestação de serviços para a população. Uma comissão de especialistas foi criada pelo ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos (MGI) e a Advocacia-Geral da União (AGU) para apresentar, no prazo de um ano, uma proposta para revisão do que é conhecido por Decreto-Lei nº 200, de 1967.

Em entrevista ao **Valor**, a secretária-adjunta da secretaria extraordinária para a Transformação do Estado do Ministério da Gestão e membro da comissão, Celina Pereira, disse que o decreto-lei não está ultrapassado de "cabo a rabo", mas existem pontos que precisam ser revisitados ou reforçados. Este é o caso da atuação dos órgãos da administração indireta, que pode ser repensada de forma a retirar amarras e dar mais flexibilidade para sua atuação.

"Foi criado [decreto-lei 200] em um contexto autoritário, visando definir os contornos e redesenhar a forma de organização do Estado, sobretudo da administração direta e indireta, tanto o que significa cada uma delas, o que distingue uma da outra e como que elas se relacionam", afirmou Celina, acrescentando que é preciso entender o que não está funcionando na estrutura para mudar e se adequar a realidade de cada órgão ou entidade impactada.

> "Esse é um tema arenoso e as pessoas têm dificuldade de debater"
> *Celina Pereira*

De acordo com a secretária, a intenção da comissão de especialistas é dotar o Estado com a capacidade de processar as demandas e fazer uma entrega de excelência aos serviços públicos.

"Esse é um tema arenoso e as pessoas têm dificuldade de debater. Decidimos recorrer à comissão de especialistas porque é um tema que afeta muito na vida prática da administração pública e nas entregas que a administração pública faz", destacou. Para ela, a comissão deve discutir o melhor modelo para colocar a estrutura organizacional a serviço das necessidades da população.

Celina aponta que a administração indireta tem o propósito de descentralizar a gestão pública, um "tentáculo" da administração direta. "Talvez não seja preciso criar um instituto novo, mas se pensar em instrumentos que permitam que a administração indireta cumpra o propósito para o qual ela foi criada. Esse é o desafio. Como fazer as coisas? Isso também vai ser definido pela comissão", apontou.

Além disso, ela disse que pontos do Decreto-Lei nº 200 podem ser reaproveitados na novas proposta. "A comissão vai desenhar cenários como o de mudar completamente [o decreto-lei n] , criar novidades, modelos novos ou o de ajustar o que está ali. Não acho que vamos inventar novas estruturas para o Estado", ponderou, destacando que a intenção principal da comissão é chegar a uma solução discutida, testada e validada.

A comissão tem o prazo de um ano para concluir seus trabalhos, podendo ser prorrogados por mais 12 meses. A primeira reunião da comissão deve acontecer até maio. "A gente está compatibilizando a agenda dos dois ministros [Esther Dweck, da Gestão, e Jorge Messias, da AGU] porque eles vão estar presentes. O ideal é quanto antes, até o mês que vem", afirmou a secretária.

Aéreas prometem mudar transporte animal

Rafael Bitencourt
De Brasília

Os presidentes das três maiores companhias aéreas do Brasil, Latam, Gol e Azul, se comprometeram a apresentar, no prazo de dez dias, um conjunto de sugestões para aperfeiçoar os protocolos de tratamento de animais transportados nos aviões. O posicionamento do setor veio em reunião nesta quinta-feira (25) com o ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, e ainda os presidentes da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) e da Associação Brasileira das Empresas Aéreas (Abear).

As companhias aéreas também vão estudar a viabilidade da implementação, em caráter emergencial, do "serviço de rastreabilidade" de animais transportados no porão de aeronaves, segundo nota conjunta do Ministério de Portos e Aeroportos e da Anac divulgada após o encontro.

O ministério anunciou que lançará, ainda no primeiro semestre deste ano, uma "Política Nacional de Transporte Aéreo de Animais (PNTAA)" para garantir "mais segurança e bem-estar" para os animais transportados.

Outra iniciativa tomada pelo governo foi convidar representantes do Congresso Nacional para obter sugestões de melhoria da qualidade do transporte de animais e analisar projetos de lei em tramitação no Legislativo.

A reunião com representantes do Parlamento está prevista para a próxima terça-feira.

A busca por medidas mais rígidas veio da comoção pela morte do cão Joca, que não suportou longa viagem em avião da Gol.

Na segunda-feira (22), o animal viajou por cerca de oito horas, após ser embarcado para o destino errado. Joca deveria ter partido de Guarulhos (SP) para Sinop (MT), mas embarcou em voo para Fortaleza (CE). Durante todo o trajeto, o animal permaneceu numa caixa de transporte.

Na quarta-feira (24), o presidente Luiz Inácio Lula da Silva chegou a cobrar a Gol a "prestar contas" sobre a morte do cachorro. A primeira-dama Rosângela Lula da Silva, a Janja, divulgou vídeo, ao lado de Costa Filho, para dizer que ficou "muito abalada" com o que ocorreu e defendeu a adoção de "regras mais duras" para evitar que a morte de animais transportados em aviões volte a acontecer.

A Anac chegou a instaurar um processo para apurar as falhas de procedimento. Em resposta, a Gol lamentou a morte do cão e decidiu suspender as viagens de cães e gatos no porão dos aviões.

WENDERSON ARAUJO/VALOR

Silvio Costa Filho: tentativa de melhorar os protocolos para o transporte aéreo de animais

Curtas

Troca no ONS

A Assembleia Geral do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) elegeu nesta quinta-feira (25) Marcio Rea para o cargo de diretor-geral do ONS. Ele substitui Luiz Carlos Ciocchi, que ocupava o cargo desde 2020. Marcio Rea é formado em administração de empresas, com especialização em energia elétrica. Ele acumula mais de 30 anos no setor elétrico brasileiro, iniciando a carreira na Companhia Energética de São Paulo (Cesp) e presidiu a recém-privatizada Empresa Metropolitana de Águas e Energia (Emae). Atualmente, também é diretor-presidente da Pirapora Energia S.A.

Escolas e violência

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva instituiu o Sistema Nacional de Acompanhamento e Combate à Violência nas Escolas (Snave) como objetivo ampliar a capacidade de as escolas promoverem ações de prevenção e resposta à violência em ambiente educacional. A medida consta de decreto publicado ontem no "Diário Oficial da União". O Sistema Nacional de Acompanhamento e Combate à Violência nas Escolas atuará, prioritariamente, na produção de estudos, levantamentos e mapeamentos de ocorrências de violência escolar; sistematização e divulgação de medidas e soluções de gestão eficazes no combate à violência escolar; e promoção de programas educacionais e sociais direcionados à formação de uma cultura de paz.

Auxílio-alimentação

O auxílio-alimentação dos servidores públicos federais terá um reajuste de 52% a partir do mês que vem, com pagamento em 1º de junho. Com a medida, o benefício passará de R$ 658 para R$ 1 mil. O aumento é fruto de um acordo fechado, nesta quinta-feira, entre o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI) e entidades que representam a categoria. Segundo uma nota divulgada na tarde de ontem, os servidores foram contemplados com um reajuste de 43,6% no ano passado, juntamente com uma elevação salarial linear de 9%.

Educação e mudança climática

LEO PINHEIRO/VALOR

"Educação e mudanças climáticas" foi o tema da Live do Valor desta quinta-feira, 25. O encontro, organizado pelo Valor e pelo Valor Social — área de responsabilidade social da Globo —, contou com a participação de Thiago Martins, diretor de Operações e Gestão Ambiental da Globo, e Maria Isabel Amando de Barros, especialista em infâncias e natureza do Instituto Alana. Para Barros, o papel da comunicação é fundamental e deve criar diálogos entre a sociedade e a escola, que tem função importante ao ouvir e entender o que as crianças têm a dizer sobre pautas como o meio ambiente. Na avaliação de Martins, as crianças são a base de tudo na sociedade. "A gente precisa ter ali uma primeira infância muito bem instruída se de alguma maneira a gente quer criar uma 'smart city' no futuro", afirmou. Barros afirmou que, segundo estudo da Unesco, 95% dos docentes têm interesse em clima, mas 30% deles não sabem como aplicar o tema em sala de aula.

valor.com.br

Claudia Safatle excepcionalmente não escreve hoje
www.valor.com.br

Índice de empresas citadas em textos nesta edição

Valor Econômico — Seja um assinante: Acesse assinevalor.com.br ou ligue 0800 701 8888

CONTEÚDO PATROCINADO POR ABDE ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE DESENVOLVIMENTO

Aprovação da LCD é fundamental para a retomada da indústria

Evento realizado pela ABDE e pelo BNDES reuniu representantes de instituições financeiras de desenvolvimento para debater rumos do setor

O governo federal prevê R$300 bilhões de investimentos que prometem devolver o setor industrial do país a um lugar central no PIB nacional. Com o objetivo de debater os novos financiadores desse processo, a Associação Brasileira de Desenvolvimento (ABDE) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) promoveram, ontem, o Fórum Debate para o Desenvolvimento — Financiamento à neoindustrialização: Mobilizando o Crédito para a Inovação. Entre os participantes, é consenso a necessidade de avançar no Congresso Nacional a aprovação do projeto de lei que cria a Letra de Crédito do Desenvolvimento (LCD).

O projeto de lei do Executivo tramita em regime de urgência na Câmara e prevê um novo título de renda fixa isento de tributos, com foco em captar recursos privados com objetivo de diversificar as fontes de financiamento das instituições financeiras de desenvolvimento. O instrumento será acompanhado de avaliações de impacto para garantir a transparência na alocação dos recursos. Além do BNDES, também poderão emitir Letras de Crédito de Desenvolvimento o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG), o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE) e o Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo (Bandes).

Após uma abertura que contou com a participação de Geraldo Alckmin, vice-presidente da República e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços; Aloizio Mercadante, presidente do BNDES; Luísa Canziani, deputada federal (PSD-PR) e presidente da Frente Parlamentar Mista de Apoio ao Sistema Nacional de Fomento; e Celso Pansera, presidente da ABDE e da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), o segundo painel do fórum foi dedicado a debater "Novas fontes de financiamento para os Bancos de Desenvolvimento no contexto da neoindustrialização", com mediação de Luciana Tito, superintendente da Área Internacional e de Investimentos Sustentáveis do BDNES.

RODRIGO PEIXOTO/GLAB

Representantes de instituições financeiras de desenvolvimento durante o painel que debateu a importância da aprovação da LCD no Fórum Debate para o Desenvolvimento — Financiamento à neoindustrialização: Mobilizando o Crédito para a Inovação

> "Somos transparentes, prestamos conta e, dessa forma, garantimos que o benefício tributário seja transmitido. Planejamos direcionar os valores a um crédito mais industrial, com prazos mais curtos"
>
> **Nelson Barbosa,** Diretor de Estruturação de Projetos do BNDES

"Somos transparentes, prestamos conta e, dessa forma, garantimos que o benefício tributário seja transmitido. Planejamos direcionar os valores a um crédito mais industrial, com prazos mais curtos. A LCD poderá ser usada para máquinas e equipamentos, micro e pequenas empresas, na intenção de ajudar no crescimento delas", defendeu Nelson Barbosa, Diretor de Estruturação de Projetos do BNDES, que trabalha em conjunto com o Congresso Nacional para que a aprovação da LCD ocorra ainda em 2024.

Para o deputado federal Vitor Lippi (PSDB-SP), as mudanças relacionadas à Reforma Tributária e a aprovação da LCD devem contribuir para reverter o cenário atual: o segmento foi na contramão do crescimento do país em população e consumo, perdendo 10% das indústrias nacionais nos últimos dez anos.

"Não existe mundo produtivo sem financiamento. Temos dois projetos para leis de crédito no Congresso, estamos solicitando o apensamento dos dois e vamos levar ao plenário. Vamos ter outra forma de trazer mais recursos para o BNDES", resumiu o parlamentar.

INCENTIVO À TRANSIÇÃO ENERGÉTICA

O fomento às micro e pequenas empresas regionais e à transição energética do setor também estão sendo vistos como realidades possíveis mediante a aprovação da LCD.

"Pela característica do nosso estado (MG), temos algumas prioridades, como os minerais críticos, que são fundamentais para a transição energética. Toda a cadeia desse tipo de extração pode ser beneficiada com esse financiamento", comentou Edmilson Gama da Silva, diretor-executivo do BDMG.

No Espírito Santo, o banco de desenvolvimento do estado tem sido fundamental para amenizar os impactos das mudanças climáticas. Marcos Kneip Navarro, diretor de Negócios do Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo (Bandes), lembrou que, depois de um fim de semana de chuva intensa no início de 2024, a instituição foi a responsável por fomentar o retorno das atividades.

"Criamos um fundo com recursos de 50% da Taxa Selic para retomar o giro econômico de 13 municípios. Esse também é o papel de um banco de desenvolvimento dos novos tempos", avaliou.

João Paulo Kleinübing, presidente do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE), endossou o coro ao afirmar que a LCD é uma oportunidade de ampliar o financiamento da descarbonização da cadeia produtiva, um dos focos do banco.

"A LCD vai ser fundamental para, junto com outras ações de incentivo que desenvolvemos, poder alavancar esses setores na nossa área de atuação", disse ele.

No evento, o BNDES também lançou uma plataforma de transparência para acompanhamento do Plano Mais Produção, com o volume de desembolsos e a quantidade de projetos aprovados pelo banco, responsável pela gestão de R$ 250 bilhões do programa Nova Indústria Brasil.

Finep e BNDES assinam acordo que amplia apoio à inovação

Nova política de incentivo impulsionará setor, com foco em sustentabilidade

Na abertura do Fórum Debate para o Desenvolvimento — Financiamento à neoindustrialização: Mobilizando o Crédito para a Inovação, Celso Pansera, presidente da ABDE e da Finep, apresentou um panorama do setor industrial no Brasil. De acordo com ele, no mundo, entre os anos de 1970 e 2018, a indústria aumentou sua participação no PIB Mundial de 16% para 19%. No Brasil, contudo, o segmento perdeu relevância, saindo de 21% para 11% do PIB nacional. Por isso, retomar o crescimento da indústria e torná-la complexa é um grande desafio.

"Temos que retomar esse desenvolvimento e, ao mesmo tempo, garantir que os empresários tenham interesse em inovar, mudar seus sistemas, que tenham crédito facilitado. E, agora, outros bancos públicos vão ingressar no Sistema Nacional de Fomento, para ajudar nessa tarefa", adiantou Pansera, que, junto com Aloizio Mercadante, presidente do BNDES, assinou o Acordo de Cooperação Técnica (ACT), que visa ampliar o apoio das duas instituições aos projetos de inovação, no âmbito do Nova Indústria Brasil.

Para Mercadante, o Brasil está acompanhando uma tendência mundial com a nova política de fomento à neoindustrialização.

"Desde a pandemia, os países têm buscado mais resiliência, mais capacidade de aumentar a sua estrutura produtiva. Valores como Estado mínimo e privatização estão dando lugar à ideia de desenvolvimento de fomentos. Não é só subsídio, é uma nova distribuição das cadeias globais de valor", explicou.

RODRIGO PEIXOTO/GLAB

Mercadante e Pansera durante assinatura de ACT

A Nova Indústria Brasil — e verde — também foi lembrada na abertura do fórum por Geraldo Alckmin, vice-presidente do Brasil e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços:

"Não há desenvolvimento sem crédito. A Nova Indústria Brasil se baseia em uma indústria inovadora, verde, sustentável, competitiva e com produtividade exportadora.

Presidente da Frente Parlamentar Mista de Apoio ao Sistema Nacional de Fomento para o Financiamento ao Desenvolvimento (FPSNF), a deputada federal Luísa Canziani (PSD-PR) pontuou que, além dos investimentos econômicos, é fundamental que o país aposte no desenvolvimento profissional:

"O que faz a diferença são as pessoas. É gente que transforma. É importante olharmos para a formação inicial continuada dos nossos cidadãos, olharmos para a educação profissional e tecnológica, para garantirmos um futuro de mais oportunidades para as novas gerações. Precisamos prepará-las para competências e habilidades que máquinas e robôs não conseguem dar conta", encerrou.

> "Temos que garantir que os empresários tenham interesse em inovar, mudar sistemas e ter crédito facilitado"
>
> **Celso Pansera,** presidente da ABDE e da Finep

ASSISTA AO EVENTO NA ÍNTEGRA

PRODUZIDO POR G.lab GLAB.GLOBO.COM

INÊS249

Tributação Se quiserem arrecadar mais ou menos, entes federativos podem propor alterações na cobrança a seus legislativos, diz Appy

Proposta permite que Estados e municípios alterem alíquotas

Estevão Taiar, Guilherme Pimenta, Jéssica Sant'Ana e Beatriz Olivon
De Brasília

Apesar e do Ministério da Fazenda estimar uma alíquota padrão de referência de 26,5%, sendo de 8,8% para a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e de 17,7% para o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a União, os Estados e os municípios poderão fixar percentuais diferentes, caso aprovado em seus Legislativos.

"A alíquota de referência é adotada automaticamente para União, Estados e municípios. Se os entes quiserem arrecadar mais ou menos, eles podem na sua assembleia aprovar uma lei cobrando mais ou menos", explicou o secretário extraordinário da Reforma Tributária, Bernard Appy, em entrevista coletiva nesta quinta-feira, 25, para detalhar os pontos do projeto de lei que regulamenta a reforma tributária do consumo, que cria a CBS, o IBS e o Imposto Seletivo, em substituição ao Pis/Cofins, ICMS, ISS e ao IPI.

DIOGO ZACARIAS/MF

Bernard Appy: "A nova alíquota será transparente, pessoas vão saber quanto estão pagando de imposto"

Risco mínimo de guerra fiscal

Ele disse que a autorização é necessária para garantir o respeito ao pacto federativo e não retirar a autonomia dos entes. Para Appy, é "minúsculo" o risco de uma guerra fiscal entre os Estados e municípios, apesar dessa liberdade dada pela reforma tributária para os entes fixarem uma alíquota diferente da de referência.

"Poderia ter risco de um [Estado ou município] reduzir alíquota pra atrair o consumidor, só que eu não posso reduzir alíquota somente da televisão, tenho que reduzir de tudo [todos os bens e serviços], então vou perder arrecadação", explicou o secretário. "Não vai gerar guerra fiscal, se houver algum risco, é minúsculo."

Appy também destacou que a guerra fiscal entre os Estados que existe hoje ocorre devido à tributação ser na origem, ou seja, no local de produção. Com a mudança do fato gerador para o destino, essa guerra fiscal vai acabar.

Já o diretor de programa da Secretaria Extraordinária da Reforma Tributária, Daniel Loria, disse que a fixação das alíquotas terá relação direta com a política. "Os consumidores são os eleitores. Haverá uma relação direta da política e do fiscal. Se o governador quiser aumentar a alíquota, tudo bem, mas dialogue com a sua assembleia e com seus contribuintes", afirmou o diretor.

A alíquota padrão de referência será fixada pelo Senado Federal, após definição de metodologia e cálculo pelo Comitê Gestor do IBS e pelo Poder Executivo, respeitando os parâmetros e prazos contidos no projeto de lei. O Tribunal de Contas da União (TCU) homologará todo o processo.

É essa alíquota que está sendo estimada em 26,5%, somando CBS e IBS, e a que deverá manter a carga tributária. Ela será revisada durante o período de transição e sempre que houver mudanças na legislação que comprometam a manutenção da carga tributária. Ou seja, quando forem incluídos bens e serviços com alíquota reduzida ou zerada.

Os técnicos da Secretaria Extraordinária da Reforma Tributária (Sert) também esclareceram que a alíquota padrão de referência estimada em 26,5% não considera exceções e regimes especiais. Incluindo esses dois casos, a alíquota média de referência fica menor. O número ainda não foi calculado, mas deve ser divulgado nas próximas semanas.

Alíquota alta, mas menor que hoje

Appy também afirmou que, apesar de o futuro Imposto sobre Valor Agregado (IVA) ter uma das maiores alíquotas padrão do mundo, será menor do que a alíquota média paga hoje pelas empresas e consumidores.

"[As pessoas dizem que] é muito alta. A cobrança é por fora, vai ser sobre o preço do bem ou serviço. Hoje é por dentro, as pessoas não têm a menor ideia de quanto estão pagando. A nova alíquota será transparente, pessoas vão saber quanto estão pagando de imposto. Hoje, não temos uma alíquota padrão, mas estimamos [a soma de] ICMS e impostos federais em 34,4%, por fora", rebateu o secretário.

Para o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Dario Durigan, a transparência da carga tributária será uma marca da reforma tributária. "Vamos passar a ter um dos melhores sistemas do mundo", destacou. Appy endossou as declarações e disse que a regulamentação proposta pelo governo traz para o Brasil um Imposto sobre Valor Agragado (IVA) de padrão internacional.

"Vai tornar sistema mais justo, mais simples e mais eficiente. O efeito da reforma será positivo do ponto de vista distributivo e regional", destacou. Os técnicos também reforçaram durante a entrevista que a reforma será neutra do ponto de vista fiscal — ou seja, não aumenta nem reduz a arrecadação.

> "Os consumidores são os eleitores. Haverá relação direta da política e do fiscal"
> *Daniel Loria*

Pelo lado da simplificação do novo regime tributário, o auditor da Receita Roni Petteron explicou que a intenção do governo é tornar o sistema de "split payment" obrigatório e admitiu que eventuais discussões sobre remuneração do serviço vão surgir durante a discussão no Congresso Nacional.

O "split payment" é o sistema de pagamentos para coibir fraudes. Ele prevê que os impostos criados pela reforma serão recolhidos já no momento do pagamento, quando o banco vai separar o valor para os cofres públicos dos entes nacionais. Isso ocorrerá com a intenção de combater a sonegação fiscal. O texto não prevê, hoje, nenhum modelo de remuneração pelo sistema.

Custo de medicamentos

Outra novidade da reforma tributária, segundo os técnicos da Fazenda, é uma redução "relevante" dos custos dos medicamentos e produtos ligados à saúde. Isso porque o projeto prevê uma lista com uma série de itens com alíquota zerada ou reduzida em 60%. "Haverá uma redução bastante relevante de custo dos medicamentos, não só pela ampliação da lista, mas também pela cumulatividade, que existe hoje e não terá mais", destacou Appy.

O projeto também prevê a possibilidade de atualização anual ou emergencial da lista de medicamentos e dispositivos médicos com isenção ou alíquota reduzida por ato conjunto do Poder Executivo e do Comitê Gestor do IBS. É o chamado "fast track", disse a diretora de programa da Secretaria Extraordinária da Reforma Tributária, Camilla Cavalcanti. A medida será importante em momentos emergenciais.

Em outra medida com potencial impacto sobre as finanças das famílias de menor renda, o projeto de lei prevê um "redutor social" de R$ 100 mil da base de cálculo do IBS e da CBS na venda de imóveis novos. "Estamos onerando os imóveis de alto padrão e reduzindo a carga sobre os imóveis do Minha Casa Minha Vida", explicou Appy.

Isso porque sobre um imóvel novo de R$ 200 mil, por exemplo, será aplicado o redutor, e a tributação será aplicada apenas sobre a metade do valor. O "desconto" de R$ 100 mil é fixo, estabelecido no projeto de lei.

Os técnicos também defenderam o modelo da cesta básica nacional previsto no projeto, em meio a pressões para que a lista de itens com alíquota zero seja ampliada. Appy explicou que, se as proteínas animais tivessem isenção de impostos, por exemplo, a alíquota de referência subiria dos atuais 26,5% para 27,1%. No modelo sugerido pelo governo, as carnes ficaram com alíquota reduzida de 60%.

"Ao ficar na alíquota reduzida, já há diminuição na tributação da carne no Brasil em relação à situação atual", afirmou o secretário extraordinário.

Cesta básica nacional

Idealizador da cesta básica nacional, o diretor de programa da Secretaria Extraordinária da Reforma Tributária, Rodrigo Orair, contou que três critérios foram escolhidos para definir o que faria parte das alíquotas reduzidas ou zeradas: alimentação saudável com base em critérios do Ministério da Saúde, alimentos mais consumidos pela população mais pobre e, por último, os itens da atual cesta básica. Hoje, destacou que apesar de alíquotas já serem menores para alguns alimentos, há uma "tributação invisível", já que há tem cumulatividade.

Já o cashback — mecanismo de devolução dos tributos pagos a famílias com renda per capita de até meio salário mínimo inscritas no Cadastro Único — terá o potencial de beneficiar 28,8 milhões de famílias de baixa renda, sendo 73 milhões de pessoas, comentou Orair.

Ver também páginas A6, A13 e E1

A regulamentação em dez pontos

Proposta foi protocolada formalmente ontem no Congresso Nacional

Fusão dos impostos: o ponto central da reforma tributária é simplificar o sistema atual. A intenção é criar um Imposto sobre Valor Agregado (IVA) dual que substitua cinco tributos hoje existentes. O IVA será dividido em: Imposto sobre Bens e Serviços (IBS, estadual e municipal) e Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS, federal).

Alíquota: a estimativa da Fazenda para a alíquota média do IVA ficará em 26,5%, sendo 17,7% do IBS e 8,8% do CBS. Mas o percentual será fixado pelo Senado Federal na conclusão do texto, e a alíquota pode aumentar caso haja ampliação das exceções. Estados e municípios poderão fixar suas alíquotas por meio da aprovação de projetos de lei.

Tributação no destino: o imposto será cobrado no destino, ou seja, onde são consumidos os produtos e serviços, não onde são produzidos. A intenção é coibir a chamada "guerra fiscal".

Split payment: o projeto cria um sistema para coibir sonegação fiscal. Os impostos criados pela reforma serão recolhidos já no momento do pagamento, quando o banco vai separar o valor para os cofres públicos dos entes nacionais. Não há nenhuma previsão de remuneração ao sistema financeiro com a proposta.

Cesta básica: a proposta zera impostos de 15 produtos no âmbito da cesta básica nacional e reduz em 60% a alíquota de outros 14 alimentos. O critério de escolha foi o consumo das famílias de baixa renda, bem como diretrizes do Ministério da Saúde.

Cashback: a devolução do imposto pago será concedida a famílias com renda mensal de até meio salário-mínimo per capita, inscritas no CadÚnico. O mecanismo tem o potencial de beneficiar 28,8 milhões famílias de baixa renda sendo 73 milhões de pessoas.

Regimes específicos e diferenciados: a proposta elenca diversos regimes que terão alíquotas reduzidas, como alimentos e saúde, os chamados diferenciados, bem como diversos setores que contém peculiaridades e, portanto, precisam de um modelo diferente de tributação, como o setor financeiro e o de combustíveis.

Imposto seletivo: o texto prevê a incidência do imposto sobre seis categorias consideradas prejudiciais à saúde e ao meio ambiente: veículos; embarcações e aeronaves; produtos fumígenos (como cigarros e charutos); bebidas alcoólicas; bebidas açucaradas; e bens minerais extraídos (ferro, petróleo e gás natural).

Transição: o texto estabelece um amplo modelo de transição para o novo sistema tributário. As alíquotas, por exemplo, vão começar a ser fixadas em 2026 até 2035.

O que falta: o governo ainda enviará ao Congresso outros dois projetos - um para tratar da das regras de transição para a distribuição dos recursos arrecadados aos entes subnacionais, outro para a compensação da perda de arrecadação dos estados e da constituição dos fundos de desenvolvimento regional.

Fonte: Ministério da Fazenda

Estratégia foi oferecer lista de exceções enxuta antes de negociar

Análise

Marta Watanabe
São Paulo

Com uma lista de 15 itens e sem carnes para a Cesta Básica Nacional de Alimentos, a proposta de regulamentação entregue pelo governo ao Congresso tem estratégia clara de iniciar a segunda etapa da reforma tributária sobre consumo entrando com a lista mais enxuta possível para os regimes mais beneficiados, que garantem redução de alíquotas.

Um lugar na cesta básica garantirá alíquota zero dos novos tributos que serão criados com a reforma, o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS). A lista da proposta de Lei Geral do IBS, da CBS e do Imposto Seletivo traz no primeiro anexo uma cesta básica com 15 produtos que vão à mesa do brasileiro.

Nenhum tipo de carne entrou na cesta. Fora o leite, que alcança também as fórmulas infantis, os demais itens têm códigos especificados da Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM) ou do Sistema Harmonizado (SH), para cercar qualquer interpretação mais ampla.

"Havia uma grande expectativa sobre o que seria incluído na cesta básica. A lista veio menor que a esperada", diz Lina Santin, sócia do Salusse Marangoni Parente e Jabur. Ela lembra que a regulamentação de impostos com característica de Imposto sobre Valor Agregado (IVA) na Europa, por exemplo, costuma dar menor carga tributária para alimentos "in natura", o que incluiria carnes. Mas aqui no Brasil, diz, isso geralmente cria muito debate sobre o tratamento a carnes consideradas mais nobres, como filé-mignon ou picanha.

O governo optou em colocar as carnes, inclusive peixes, em outro tipo que irá garantir tratamento mais benéfico de CBS e IBS, embora nem tanto quando o da cesta básica: o do chamado regime diferenciado, com redução de 60% Vale notar exceção expressa para foie gras, salmão, atum e bacalhau, além de lagosta e lagostim, objetos de polêmica no início do mês e que poderiam ser incluídos na lista considerando do de projetos de lei complementar paralelos apresentados por deputados federais para a regulamentação da reforma.

A opção do governo pode gerar críticas sobre o acesso da população mais pobre às carnes. Representantes da Secretaria Extraordinária de Reforma Tributária defenderam diversas vezes que bens e serviços fora dos tratamentos com menor carga tributária poderão gerar devolução de IBS e CBS via cashback, mecanismo que permite a devolução do imposto ao consumidor final. Esse argumento é válido, diz Santim, mas a regulação do cashback, avalia, ficou "tímida" e poderia ser mais ampla.

A proposta do governo regula o cashback não somente para os itens já previstos na emenda da reforma, como gás de cozinha e energia elétrica, mas também para os demais casos. As devoluções dos tributos, de acordo com o projeto, serão destinadas às famílias com renda per capita de até meio salário mínimo e tomarão como base praticamente todo o consumo de bens e serviços realizado por essas famílias. Para identificação das famílias será usado o Cadastro Único, que já é base para programas de transferência de renda.

Para outra possibilidade de tratamento tributário mais benéfico dos alimentos, a da redução em 100% da alíquota para "produto hortícolas, frutas e ovos", a proposta também foi sucinta. Estabeleceu novamente NCMs e SHs e tirou expressamente dessa redução de carga os cogumelos e trufas.

Também no campo dos alimentos, os refrigerantes ficaram fora de qualquer lista de redução de CBS e IBS e, pela proposta do governo, serão tributados ainda pelo Imposto Seletivo, novo tributo que será cobrado sobre bens e serviços nocivos à saúde ou ao meio ambiente. Pela proposta, bebidas açucaradas entram nesse rol.

Segundo a exposição de motivos da proposta, há consistentes evidências de que o consumo de bebidas açucaradas prejudica a saúde e aumenta as chances de obesidade e diabetes em diversos estudos realizados pela Organização Mundial da Saúde.

As reações já começaram. Associação Brasileira das Indústrias de Refrigerantes e de Bebidas não Alcoólicas (Abir) declarou que foi pega de "surpresa" com a proposta e que a tributação do IS pode travar investimentos.

Também no regime dos favorecidos, a lista de serviços de educação, que terão redução de 60% na alíquota de IBS e CBS, reforça a estratégia do governo de oferecer a lista mais enxuta possível de beneficiários. O rol buscou se centrar em creche, ensino fundamental, médio e superior, incluindo graduação e pós. Ensino a jovens e adultos que não tiveram chance de estudar na idade própria e educação especial a portadores de deficiência também foram contemplados. O benefício ficou bem restrito para o ensino de idiomas. A redução de carga é permitida para ensino de línguas de povos originários e de sistemas linguísticos de escrita tátil e visual-motora.

Os "produtos de higiene pessoal e limpeza majoritariamente consumidos por famílias de baixa renda", também no regime favorecido com redução de 60% do IBS e CBS, também têm lista limitada, com apenas seis itens, basicamente sabões, sabonetes, pasta e escova de dentes, água sanitária e papel higiênico. Nada que permita incluir protetores solares e repelentes, produtos que constam em algumas cestas básicas estaduais do atual Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS).

Um dispositivo da proposta de lei ainda tenta cercar eventual possibilidade de algum bem ou serviço acumular benefícios de redução de alíquota do IBS e da CBS. Essa cumulatividade é expressamente descartada.

INÊS249

Tributação Há preocupação com a regra que vincula o direito ao crédito ao efetivo pagamento dos tributos na etapa anterior, dizem especialistas

Regulamentação é 'sólida', mas tem pontos contestáveis

Marta Watanabe, Marcelo Osakabe, Anaïs Fernandes e Marsílea Gombata
De São Paulo

O projeto de lei complementar (PLP) de regulamentação da reforma tributária no consumo é sólido e bem estruturado, mas há pontos polêmicos que devem gerar emendas no Congresso ou disputas judiciais, avaliam tributaristas.

No campo do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), a não cumulatividade ampla é elogiada, mas há preocupação com a regra que vincula o direito ao crédito ao efetivo pagamento dos tributos na etapa anterior, o que delega ao contribuinte uma tarefa da fiscalização, dizem especialistas. Crítica semelhante vai para a responsabilidade solidária que as plataformas digitais terão no recolhimento do IBS e da CBS das operações feitas por intermédio delas.

Outro assunto que pode gerar disputas judiciais é a vedação à tomada de crédito do IBS e CBS pagos pelas empresas em bens e serviços oferecidos aos funcionários, como celulares, pacotes de dados e planos de saúde, entre outros, a menos que sejam usados exclusivamente na atividade econômica do contribuinte. O assunto é polêmico. Há tributaristas que defendem a medida.

Também há aspectos considerados "louváveis". Um deles é a Cesta Básica Nacional de Alimentos, que terá alíquota zero de CBS e IBS e na proposta do governo tem apenas 15 itens. Carnes não fazem parte da lista. O cashback foi igualmente bem-recebido.

Tributaristas e economistas acreditam que a reforma tornará o ambiente mais propício à atração de investimentos, com melhora no ressarcimento dos tributos pagos sobre ativo imobilizado e também com disciplinamento dado para o reequilíbrio econômico-financeiro nos contratos de longo prazo.

O Imposto Seletivo (IS), novo tributo criado pela reforma, para bens e serviços nocivos à saúde ou meio ambiente, também deve provocar polêmicas. A cobrança sobre automóveis pode ser uma deles.

A seguir alguns dos pontos destacados por especialistas:

Cesta básica

Com apenas 15 itens, a cesta teve abordagem "notavelmente parcimoniosa e focada, direcionando benefícios fiscais apenas para produtos essenciais ao consumo real da maioria da população brasileira", diz Daniel Duque, gerente da Inteligência Técnica do Centro de Liderança Pública (CLP). A lista não inclui carnes, que entraram em um dos regimes diferenciados, com alíquota reduzida em 60%.

O tributarista e economista Eduardo Fleury, sócio do FCR Law, antevê uma disputa acirrada nos próximos meses com setores que tentarão "engordar" a lista da cesta básica. "O argumento do governo será de que, quanto maior a lista, maior vai ser a alíquota final."

Cashback

Nas disputas setoriais para redução das alíquotas da CBS e do IBS — em alimentos, por exemplo—, avalia Fleury, o governo deve tentar reforçar o papel do cashback para as famílias mais pobres. "Do ponto de vista distributivo, de arrecadação e também da alíquota final, é o mais correto. Não faz sentido isentar produtos majoritariamente consumidos pelos mais ricos", argumenta Fleury, que é autor de estudos defendendo o mecanismo.

Ele nota ainda que, pela proposta atual, as famílias inscritas no Cadúnico terão 20% de cashback sobre todos os demais gastos que não aqueles com tratamentos específicos, como gás de cozinha, luz e água. "Vinte por cento é exatamente o que se calcula que as famílias que estão entre as 10% mais pobres gastam com alimentos. Então, é como se todo o consumo de alimentos desse grupo ficasse isento."

> Seguro de vida e plano de saúde são despesa operacional para calcular IR e Cofins
> *Lina Santin*

Plataformas digitais

Uma disposição do PLP que parece atribuir ao contribuinte um papel do Fisco, diz a tributarista Ana Cláudia Utumi, do Utumi Advogados, é a responsabilidade das plataformas digitais de recolher o IBS e a CBS sobre as operações realizadas por seu intermédio. Isso, estabelece o PLP, acontece em substituição ao fornecedor, caso este seja residente ou domiciliado no exterior, ou em solidariedade com o contribuinte, nos casos em que ele for residente ou domiciliado no país. "Em vários países a plataforma fica sujeita a prestar dados sobre o fornecedor para a fiscalização atuar, em vez de a responsabilidade pelo imposto ser jogada para a plataforma digital. A plataforma não tem como fiscalizar isso", defende a tributarista.

Benefícios de empresas

Outra disposição que deve gerar polêmica e disputas judiciais, diz Edison Fernandes, sócio da FF Advogados, é a vedação à tomada de crédito do IBS e CBS pagos pelas empresas em bens e serviços oferecidos para uso e consumo pessoal de funcionários e administradores. A lei considerou como bens e serviços de uso e consumo pessoal a disponibilidade de bens imóveis, veículos e equipamentos de comunicação, serviços de comunicação, planos de saúde, educação, alimentação e bebidas e seguros. A exceção fica para bens e serviços de uso e consumo pessoal os usados exclusivamente na atividade econômica do contribuinte.

Para Fernandes há grande campo de debate sobre a disponibilidade de bens como carros ou celulares, que são usados para o trabalho e que irão gerar discussão. "Como irá se estabelecer que são aplicados 'exclusivamente' para a atividade econômica?"

A exposição de motivos do PLP apresentado pelo governo trata esses bens e serviços como remuneração indireta — os chamados fringe benefits. "Mas parte desses serviços e bens disponibilizados são remuneração indireta ou são instrumentos de trabalho?", questiona a tributarista Lina Santin, sócia do Salusse Marangoni Parente e Jabur. Ela lembra ainda que seguro de vida e planos de saúde são considerados despesas operacionais para o cálculo do Imposto de Renda (IR) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL). "Se são despesas operacionais para essa tributação, não há sentido em não gerar crédito para IBS e CBS. O que se espera é similitude entre as regras tributárias. Tudo o que é operacional deve ser creditado." Sem o crédito, os tributos virarão custo para a empresa, diz.

"Essa é uma discussão que existia no âmbito do IR mas não no do ICMS e ISS e não faz sentido trazer isso para a CBS e o IBS", avalia Utumi. "Isso vai gerar um trabalho braçal grande das empresas, não sei se é realmente relevante em termos de arrecadação e pode ser fonte de litígio importante", diz ela.

A medida não tem avaliação consensual. Para Fleury, é correta a decisão do governo. "Quando a empresa arca com benefícios ao trabalhador como plano de saúde, aluguel de imóvel ou plano de celular, é como se estivesse repassando isso ao funcionário em vez de pagar em salário. E o gasto com salário, diferente de outros insumos da empresa, não gera crédito."

Gastos com bens e serviços considerados essenciais ou instrumentos de trabalho — como uniformes, equipamentos de proteção (EPIs) —, por sua vez, poderão gerar crédito, mas essa regulamentação ficou para mais tarde, acrescenta. "Será um ajuste fino. Poderá ser aceito nesta categoria, por exemplo, o plano de internet que uma empresa paga a funcionário que trabalha em home office. O projeto dá liberdade para regulamentar essas exceções", explica.

Fleury nota que a não distinção entre o que é gasto para consumo pessoal e gasto com insumos abre uma brecha tributária. "No limite, sem essa restrição legal, qualquer um poderá montar uma empresa, colocar lá várias despesas de consumo pessoal e pedir credito delas", alerta.

O tributarista avalia ainda que o custo das empresas não vai aumentar por causa desse entendimento já que, atualmente, a maior parte das empresas não consegue crédito nenhum sobre essas despesas, nem de ICMS nem de PIS-Cofins. "Quando essa reforma entrar em vigor, isso continuará igual. Só que o acesso à compensação do IVA com o restante das despesas ficará muito mais fácil", diz.

Atração de investimentos

O novo sistema tributário deve tornar o Brasil mais atrativo para negócios, afirma Luca Mercadante, economista da Rio Bravo Investimentos. Hoje, diz, o Brasil ocupa a 184ª posição, de um total de 190, do ranking "Doing Business", do Banco Mundial. "O regime mais simples reduz o tempo gasto para pagar impostos, que é um dos critérios do índice de competitividade."

Para Fernandes, há pontos importantes no PLP e que podem ajudar investimentos. Um deles se refere ao crédito dos impostos pagos na aquisição de ativo imobilizado, algo que pode levar quatro anos no sistema atual. Pelo projeto, lembra, há também possibilidade de ressarcimento do IBS e CBS pagos na aquisição dos ativos, algo que não estava claro na emenda.

O projeto também traz, diz, um disciplinamento para o reequilíbrio econômico financeiro de contratos de longo prazo, que passarão a ser tributados com IBS e CBS, mas poderão tomar créditos de suas aquisições. Além disso, ressalta, a não cumulatividade ampla do IBS e da CBS, questão em torno da qual havia grande apreensão, está clara nas disposições do PLP.

Regimes específicos

Entre os pontos que geraram dúvidas do PLP, destaca Fleury, está o cálculo das alíquotas de alguns regimes específicos, que ficaram "bastante complicados", em sua avaliação. "Em alguns casos, como de restaurantes e hotéis, a intenção é manter a carga tributária atual, então o TCU [Tribunal de Contas da União] vai fazer uma conta de quanto se paga hoje para definir a alíquota equivalente. Mas ficou complexo."

"No caso do setor financeiro também restaram algumas dúvidas sobre, por exemplo, a cobrança sobre desconto de duplicata e tributação de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios (FIDCs). Os fundos de investimento imobiliários também parecem ter ficado em uma área cinzenta", avalia Fleury.

> Novo sistema tributário deve tornar o Brasil mais atrativo para negócios
> *Luca Mercadante*

No caso do setor imobiliário, o governo propôs uma regra para evitar bitributação de imóveis construídos no passado, que pagaram tributos mas não vão gerar crédito, mas não ficou claro o que vai acontecer para os projetos construídos daqui para frente, diz. "Além disso, não se faz distinção entre o que é imóvel comercial ou residencial. Se for tributado igualmente daqui para frente, pode gerar reclamação."

Crédito só com pagamento

Para Santin, do Salusse, o artigo 28 do PLP, que vincula o direito ao efetivo pagamento dos tributos na etapa anterior certamente irá gerar discussão no Congresso. "Isso fere a própria regra geral da não cumulatividade e do direito ao crédito amplo. Com certeza teremos emendas para alterar isso."

"Se a interpretação correta é essa de atrelar o crédito ao pagamento na etapa anterior, será bem complicado", diz Utumi. "O pagamento dos tributos é um problema do Fisco, e não da empresa."

Já para Fleury, a medida faz sentido. "Para o Fisco, isso evita que ocorram situações em que o comprador paga pelo produto com o imposto e o fornecedor embolsa o valor, o que significa que o governo perde ao dar o crédito. Embora possa gerar alguma reclamação por parte do setor privado, ainda que difusa, avalia Fleury, essa exigência será importante para a alíquota final. "Esse sistema está no coração da estimativa da alíquota final, é o que garante que ela seja a menor possível", diz.

Imposto Seletivo

No campo do Imposto Seletivo, Santin destaca a tributação de automóveis. O PLP, porém, ressalta, confere alíquota zero para automóveis sustentáveis, o que pode beneficiar os carros elétricos.

Há uma preocupação no efeito regressivo que essa medida pode trazer, diz ela. "Há o apelo ambiental hoje, mas o carro elétrico é muito mais caro do que o veículo a combustão e é consumido por um nicho de altíssima renda para a realidade brasileira. É preciso considerar que atualmente não há acesso a carros elétricos a preços populares."

Além disso, diz Santin, os carros elétricos são importados atualmente, o que pode repetir um vício do antigo Inovar Auto, que conferiu menor tributação a carros importados em detrimento dos produzidos no país. O programa, lembra ela, foi condenado pela Organização Mundial do Comércio.

SILVIA COSTANTI / VALOR

Ana Cláudia Utumi: disposição sobre plataformas digitais atribui papel de fiscal a contribuinte

Ainda sem alíquota, setor financeiro terá regime próprio

Beatriz Olivon, Estevão Taiar, Jéssica Sant'Ana e Guilherme Pimenta
De Brasília

Os serviços financeiros serão submetidos a regime específico, conforme previsão do projeto de lei complementar que regulamenta a reforma tributária do consumo. A base de cálculo será a margem da operação. A alíquota será uniforme nacionalmente. O texto proposto traz a metodologia para fazer o cálculo, mas não crava a alíquota final.

Integrantes da Secretaria Extraordinária para a Reforma estimam que o custo do crédito dos financiamentos deve cair em decorrência da possibilidade de creditamento de tributos pagos. "No crédito para a pessoa jurídica estamos reduzindo a carga tributária porque ela poderá aproveitar crédito", afirmou o secretário extraordinário da Reforma Tributária, Bernard Appy. Isso tira custo das empresas e aumenta a competitividade, segundo o secretário.

"Acredito que a tendência é o crédito baratear", afirmou o diretor de programa da Secretaria Extraordinária da Reforma Tributária, Daniel Loria, em apresentação sobre o texto realizada ontem. Mas não há estimativa do quanto poderá ser reduzido.

Os serviços financeiros contemplam intermediação financeira, arrendamento mercantil, seguros, capitalização, arranjos de pagamentos e similares. Foram contemplados alguns serviços que não estavam expressos na lei, como corretor de seguros e assessor de investimentos, explicou Loria.

Ainda segundo ele, o desafio foi determinar a base de cálculo — que é a margem da operação, calculada de forma diferente para cada atividade. A alíquota foi calculada para manter a carga tributária sobre operações de crédito das instituições financeiras bancárias, com regra própria para arrendamento mercantil.

"A Constituição exige que seja uma alíquota nacionalmente uniforme, e isso está na lei complementar", afirmou Loria. Há uma trava para a alíquota e a lei complementar traz a metodologia para fazer o cálculo.

O critério para calcular a alíquota foi manter a carga tributária sobre operações de crédito das operações financeiras bancárias. Para isso será visto qual o PIS e Cofins devido pelo setor e somado a tributos incidentes nas suas aquisições que hoje não são recuperadas. A soma dos dois fatores é a carga tributária total a que empresa do setor está sujeita hoje em dia.

O texto prevê o creditamento do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) "para o contribuinte que obtém financiamento e empréstimo junto a instituições financeiras bancárias e não bancárias". Ainda segundo o texto, "os valores dos créditos do IBS e da CBS serão calculados pela mesma alíquota devida pelo fornecedor sobre o montante da despesa de juros que superar" a Selic, "após o pagamento de todo o principal".

A ideia é desonerar o financiamento bancário para as empresas, segundo Loria. No caso de operações de créditos, se a empresa tomar financiamento de R$ 100 mil com taxa de juros de 20% ao ano e a Selic estiver em 12% ao ano, passado um ano ela deve R$ 120 mil ao banco e, pela Selic, deveria R$ 112 mil. A empresa poderá aplicar o IVA sobre a diferença de R$ 8 mil e gerar crédito para ela.

As exceções para creditamento são nos serviços financeiros prestados a pessoas físicas, como seguros, previdência complementar e capitalização. Também ficam de fora serviços adquiridos por fundos de investimento e serviços financeiros tributados na margem.

O Comitê Gestor do IBS vai verificar o local do destino das operações com base nas informações recebidas e distribuirá o produto da arrecadação do IBS (segundo projeto de lei). "Não vamos ficar concentrados em determinados destinos, vamos distribuir no Brasil inteiro", afirmou Loria. Por exemplo, para cotistas de fundos de investimento, vai valer o domicílio do cotista.

As empresas do setor financeiro vão conviver com dois regimes, o específico da atividade financeira e, para o que estiver fora de serviços financeiros, o sistema geral. Os regimes específicos não foram criados para beneficiar um setor ou outro, mas para aqueles que têm uma lógica diferente de funcionamento, explicou Loria.

CONTEÚDO PATROCINADO POR enel

Enel anuncia investimento de R$ 18 bilhões e reforça compromisso com o Brasil

Além do reforço na infraestrutura, em especial na distribuição, empresa se consolida como um dos maiores players em energia solar e líder em capacidade instalada na geração eólica

IMAGENS: DIVULGAÇÃO

O plano de investimentos da Enel prevê o crescimento significativo do quadro de pessoal próprio nos próximos anos, com aumento do número de equipes nas ruas

Mais de R$ 18 bilhões de investimentos no Brasil entre 2024 e 2026, sendo 80% em distribuição de energia. Valores que dão continuidade a um esforço que, desde 2018, levou R$ 8,36 bilhões a São Paulo, mais de R$ 5,9 bilhões ao Rio de Janeiro e cerca de R$ 6,7 bilhões ao Ceará. Os números dão uma ideia do tamanho do esforço da Enel Brasil em aumentar a qualidade dos serviços e enfrentar os enormes desafios vividos pelo setor elétrico, sobretudo em função do agravamento das mudanças climáticas.

"A modernização da rede, a intensificação das ações de manutenção preventiva e o reforço do plano operacional em caso de contingência são o caminho para melhorar a qualidade do serviço e tornar a rede mais eficiente e resiliente", afirma o presidente da companhia no país, Antonio Scala.

De fato, os desafios que o setor enfrenta envolvem reduzir emissões de gases poluentes, mas também ampliar a capacidade de atendimento. A demanda por energia no Brasil vai crescer, em média, 2,5% ao ano até 2026, segundo a Agência Internacional de Energia (IEA). Desde o segundo semestre de 2023, em meio à onda de calor no país, o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) registrou recordes históricos sucessivos na compra de eletricidade.

Os aportes fazem parte de um plano estruturado que contempla o fortalecimento e a modernização da rede, a digitalização do sistema, a intensificação de ações de manutenção preventiva e a ampliação da capacidade dos canais de comunicação com os clientes. O plano prevê também o crescimento significativo do quadro de pessoal próprio nos próximos anos, com aumento do número de equipes nas ruas, buscando se antecipar às possíveis contingências.

Apenas em São Paulo, a companhia planeja investir cerca de R$ 6,2 bilhões entre 2024 e 2026 na área de concessão, que engloba a capital e 23 municípios. Nessa área de concessão, a companhia planeja realizar cerca de 600 mil podas preventivas de árvores por ano, o dobro do realizado em 2023. Nos últimos anos, a duração e a frequência médias das interrupções na área da Enel Distribuição São Paulo registraram acentuada melhoria de quase 50% desde 2017.

No Rio, nos últimos seis anos, a duração média das interrupções (índice chamado de DEC) melhorou 36%, e a frequência média de interrupções (FEC), 49%. No estado, nove subestações passam por melhorias. Também estão sendo construídos mais 89 quilômetros de linhas de alta tensão e três novos pontos de conexão de rede básica.

Já no Ceará, entre 2020 e 2023, a DEC melhorou mais de 40%, e a FEC teve resultado 38% melhor. Até 2026, o estado vai contar com quatro novas subestações, e outras dez serão ampliadas e modernizadas. Além disso, serão construídos mais 176 quilômetros de linhas de alta tensão e três novos pontos de conexão de rede básica.

MAIS INVESTIMENTO PELO MELHOR SERVIÇO AO CLIENTE

R$ 18 bilhões em investimentos no Brasil até 2026

80% do investimento na frente de distribuição de energia

Investimentos vão gerar:

- Aumento do número de equipes nas ruas
- Modernização da rede
- Digitalização do sistema
- Intensificação de ações de manutenção preventiva
- Ampliação da capacidade dos canais de comunicação com os clientes

ENEL NO BRASIL

Segunda maior distribuidora de energia do país, a **Enel** tem mais de **15 milhões de clientes**, atende uma população estimada em **33 milhões de pessoas** e chega a **274 municípios brasileiros**

SÃO PAULO
- 24 municípios atendidos
- R$ 6,2 bilhões de investimentos na área de concessão entre 2024 e 2026
- 10 subestações serão modernizadas até 2026
- 20 km de linhas de alta tensão serão construídos até 2026

RIO DE JANEIRO
- 66 municípios atendidos
- 9 subestações passam por melhorias
- 89 km de linhas de alta tensão em construção

CEARÁ
- 184 municípios atendidos
- mais de 170 km de linhas de alta tensão serão construídos
- 4 novas subestações e outras 10 serão ampliadas e modernizadas

RENOVÁVEIS

Outro foco dos investimentos previstos para o período é a geração de energia renovável. A Enel é um dos maiores players em geração solar e líder em capacidade instalada na geração eólica no Brasil, operando o maior parque eólico da América do Sul, o complexo Lagoa dos Ventos, no Piauí, atualmente em fase final de expansão.

No dia 5 de abril, por meio da Enel Green Power Brasil (EGP), braço de geração renovável do grupo no país, a empresa anunciou o início da operação comercial do Complexo Eólico Aroeira, localizado nos municípios de Umburanas, Morro do Chapéu e Ourolândia, na Bahia.

> **"Somos uma empresa comprometida com o Brasil e seu desenvolvimento. Os investimentos planejados demonstram de forma inequívoca a convicção do grupo de continuar investindo no país"**
> **ANTONIO SCALA**
> presidente da Enel Brasil

Durante o evento de inauguração do empreendimento, a Enel também anunciou um novo projeto, o parque eólico Pedra Pintada, localizado na mesma região do interior baiano e que está em fase final de construção, com investimentos da ordem de R$ 1,8 bilhão. Ao todo, a EGP gerou 6 mil empregos na construção dos dois empreendimentos, dos quais mais de 2 mil foram ocupados por trabalhadores da região.

No Brasil, o Grupo Enel possui uma capacidade total instalada renovável de cerca de 6 GW, dos quais mais de 3,3 GW são de fonte eólica, mais de 1,4 GW é de de fonte solar, e cerca de 1,3 GW de hidro. "Vamos seguir trabalhando para que o país se destaque na economia global da transição energética", afirma Scala.

Apenas em São Paulo, o investimento passará de R$ 6 bilhões até 2026 na área de concessão, que engloba a capital e 23 municípios paulistas

SOCIAL

Nos últimos seis anos, o investimento social da Enel foi de R$ 1,2 bilhão em uma média de 403 projetos por ano, que alcançam 12 milhões de beneficiados. Os projetos têm como objetivo impulsionar o desenvolvimento socioeconômico local, engajar lideranças, educar crianças e jovens para o uso seguro da energia e apoiar iniciativas que contribuam para o meio ambiente e o bem-estar das comunidades.

A maior parte das ações são promovidas via programa Enel Compartilha, que desdobra os pilares de atuação em frentes como consumo consciente, inclusão, empreendedorismo, capacitação profissional e acesso à energia a todas as pessoas, destacando-se o combate ao desperdício e ao uso eficiente e consciente de energia.

"Somos uma empresa comprometida com o Brasil e seu desenvolvimento. Os investimentos planejados demonstram de forma inequívoca a convicção do grupo de continuar investindo no país", conclui Antonio Scala.

PRODUZIDO POR G.lab GLAB.GLOBO.COM

INÊS249

CONTEÚDO PATROCINADO POR

Prorrogação das concessões garante investimentos, transição e inclusão energética

Em debate promovido pela Abradee, autoridades e representantes do setor elétrico discutem melhorias para novo marco regulatório e distribuição de energia

FOTOS: © ZULEIKA DE SOUZA

O segmento de distribuição elétrica passou por uma intensa transformação nos últimos 30 anos, com investimentos que garantiram que 99,8% dos lares brasileiros tenham acesso a energia. Agora, o setor vive um novo momento às vésperas da atualização das regras para a prorrogação das concessões, que vão garantir estabilidade e segurança para novos investimentos — estimados em R$ 100 bilhões nos próximos três anos. Na opinião de autoridades e representantes do setor presentes no Fórum Distribuição de Qualidade para Inclusão e Transição Energética, esses recursos são essenciais para melhorar a qualidade do serviço prestado e contribuir para que o Brasil se consolide como grande potência mundial em energia renovável e protagonista da transição energética.

Presidente da Abradee, deputado Júnior Ferrari e ministro de Minas e Energia abriram a rodada de debates, mediada por Débora Freitas

Realizado pela Editora Globo, no dia 17 de abril, em Brasília, com patrocínio da Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (Abradee), e mediado por Débora Freitas, âncora da rádio CBN, o evento reuniu autoridades, empresários e os principais representantes do setor e foi transmitido pelos jornais **Valor** e O Globo. Na abertura, o ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, defendeu a prorrogação das concessões, afirmando que é o melhor caminho para garantir os investimentos e a modernização do segmento de distribuição.

"No mérito, já temos uma posição e uma convicção muito formada de que não poderíamos em hipótese alguma colocar em risco tão robustos investimentos", afirmou o ministro. Os contratos de 20 distribuidoras vencem entre 2025 e 2031, e as empresas aguardam um decreto do governo federal com novas regras para a prorrogação. Segundo ele, até o fim deste mês, os termos do decreto presidencial serão enviados à apreciação da Casa Civil e do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

O ministro também mencionou metas de digitalização dos serviços e lembrou como o segmento de distribuição tem sido importante para desenvolvimento do agronegócio, ampliando sistemas trifásicos para atender ao aumento da demanda do setor. "Seremos rigorosos no processo de renovação das concessões a fim de preparar o segmento de distribuição para o novo momento que vive o setor energético do país, da transição energética", afirmou o ministro em entrevista após o evento.

MODICIDADE TARIFÁRIA

O presidente da Abradee, Marcos Madureira, destacou os avanços decorrentes do atual sistema de concessão, afirmando que se trata de um modelo que permitiu uma melhoria na qualidade da energia e que assegurou os investimentos necessários para a universalização do serviço no país.

"Outro item importante é a modicidade tarifária. O segmento de distribuição é o único do setor elétrico que colabora para redução da tarifa a cada ano, os ganhos de eficiência das distribuidoras são utilizados para reduzir a tarifa e, a cada quatro anos, nas revisões tarifárias, isso é feito de forma mais intensa", observa Madureira.

O potencial do Brasil em energia renovável foi destacado pelo deputado Júnior Ferrari, presidente da Comissão de Minas e Energia da Câmara, e que compôs a mesa com Silveira e Madureira. "O Brasil é destaque mundial em energia limpa, tanto que, no G20, nosso país é considerado o mais rico em recursos renováveis", afirmou. Segundo o deputado, por sua importância, o tema mobiliza o Congresso Nacional: "Há vários projetos de lei tramitando na Câmara e no Senado, por exemplo, o PL 414/2021, sobre modernização do sistema elétrico, de suma importância para o país. Tem dois projetos sobre hidrogênio verde, com a finalidade de redução do uso de combustíveis fósseis, e o do mercado de carbono, já aprovado na Câmara, que visa à redução de alíquotas para produtos com baixa emissão de caborno."

O presidente do Conselho Diretor da Abradee, Britaldo Soares, que encerrou o evento, destacou que, entre as oportunidades do segmento, estão a digitalização em andamento e a crescente automação das redes. "A distribuição é fundamental na integração do setor elétrico para dar curso à transição energética, para que as energias renováveis fomentem o desenvolvimento econômico e para que todo o potencial dos 90% de matriz renovável que temos possa fazer a economia brasileira crescer", destacou.

Durante o evento, foi anunciado que, até 2026, serão investidos cerca de R$ 100 bilhões para assegurar mais expansão e revitalização da rede

O evento reuniu cerca de 160 participantes e, entre os presentes, estavam os CEOs da Neoenergia, Eduardo Capelastegui; da Celesc, Tarcísio Rosa; da Equatorial Energia, Augusto Miranda da Paz Júnior; o diretor-geral da Copel Distribuição, Maximiliano Orfali; o vice-presidente de Assuntos Regulatórios e Estratégia da Energisa, Fernando Maia; o presidente do conselho de administração da Enel Brasil, Guilherme Lencastre; a diretora de Regulação da Cemig, Roberta Nanini; e o presidente do Conselho de Administração da Roraima Energia, Gustavo de Marchi. Prestigiaram o fórum parlamentares, como os deputados federais Júlio Lopes (PP-RJ), Bandeira de Mello (PSB-RJ), Silvia Waiãpi (PL-AP), Paulo Guedes (PT-MG) e Leo Prates (PDT-BA); o senador Eduardo Gomes (PL-SE), além dos ex-senadores Romero Jucá e Hélio Costa.

Distribuidoras são um dos agentes fundamentais para expandir acesso a fontes renováveis e impulsionar economia verde

A energia a partir de fontes renováveis é essencial para a redução das emissões de carbono. No entanto, para que a transição energética impulsione a sustentabilidade do planeta, vários outros fatores precisam avançar, como a tecnologia. Como garantir, por exemplo, o fornecimento de energia que permita desenvolver ainda mais o mercado de carros elétricos? No painel "Distribuição para incremento da transição energética no Brasil", Marina Grossi, presidente do Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDs), lembrou que a matriz de energia elétrica do país é quase 90% renovável, enquanto no resto do mundo esse índice é de 30%.

> **"Matriz de energia elétrica do país é quase 90% renovável, enquanto no resto do mundo esse índice é de 30%"**
> **Marina Grossi**
> presidente do CEBDS

"O desafio deste século é a mudança climática, eu traduziria como a necessidade de uma resiliência climática. Segundo a Aneel, em 2002 cerca de 47% dos eventos que causaram intermitência ou falta de luz se deveram a questões do meio ambiente. A distribuição é a espinha dorsal do setor elétrico brasileiro, porque liga o consumidor com toda a rede. Temos que ver de que maneira a distribuição incorpora o que o consumidor precisa, a agilidade, a questão digital e a gestão da demanda", afirmou Marina Grossi.

Presidente do Acende Brasil, Claudio Sales destacou a "essencialidade da distribuição de energia para a transição energética". Sales citou a crescente eletrificação da economia e da sociedade, como uma das necessidades para fortalecer a distribuição. "Um estudo da Agência Internacional de Energia mostra que a eletricidade ocupava 20% da matriz energética global em 2022 e deve passar para 27% em 2030. E os vetores desse crescimento são o maior uso de veículos elétricos, ar-condicionado ou aquecedores em outros países. Se queremos aumentar a eletrificação, temos, portanto, que fortalecer a distribuição", concluiu.

O CEO da EDP South America, João Marques da Cruz, indicou que: "O Brasil tem os melhores indicadores da América Latina. Investiu-se muito, e a qualidade melhorou, mas é necessário investir ainda mais. No âmbito da transição energética, o papel da distribuição será diferente, cada vez maior no sentido de prover infraestrutura, digitalização e serviços aos clientes".

PRODUZIDO POR G.lab GLAB.GLOBO.COM

CONTEÚDO PATROCINADO POR ABRADEE ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE DISTRIBUIDORES DE ENERGIA ELÉTRICA

Ao ampliar acesso, Brasil é exemplo de combate à pobreza energética

Debatedores destacam papel das distribuidoras ao levar eletricidade para localidades remotas e chamam atenção para peso dos subsídios na conta de luz, inclusive dos mais pobres

FOTOS: © ZULEIKA DE SOUZA

No painel, público acompanhou o processo que resultou na democratização do acesso à energia elétrica e os desafios para uma distribuição ainda mais eficiente

Levar energia elétrica para todas as famílias em um país com dimensões continentais como o Brasil é garantir acesso a saúde, educação, alimentação de qualidade, lazer e bem-estar, dos grandes centros urbanos a localidades remotas e quase esquecidas. O papel da distribuição na inclusão social e no combate à pobreza energética foi tema do painel que reuniu Solange Ribeiro, vice-presidente da Neoenergia e vice-chair do Pacto Global da ONU; Rosimeire Costa, presidente do Conselho Nacional dos Consumidores de Energia Elétrica (Conacen); e Alexandre Nogueira, diretor-presidente da Light.

"As distribuidoras têm o braço forte para conectar todos e trazer a transição energética até a ponta, para que o consumidor de baixa renda possa ter esse benefício. Uma transição energética justa e sustentável não pode deixar ninguém para trás", disse Solange.

A universalização do serviço tornou-se possível graças à expansão das linhas de transmissão, que hoje chegam a quatro milhões de quilômetros de extensão, o equivalente a cem voltas ao redor da Terra, além do desenvolvimento de tecnologias, como o sistema fotovoltaico off-grid, ou autônomo, que tem levado energia solar a localidades de difícil acesso.

"No modelo de privatização, foi dado o desafio, no início dos anos 2000, de levar energia a todos os lares. O Brasil é exemplo mundial em combate à pobreza energética. Foi um projeto de muito sucesso. Há ainda 0,2% da população que não possui energia elétrica. O setor de distribuição é vital para viabilizar esse acesso, que vai acontecer até 2025, máximo 2026. Isso se dá levando tecnologia off-grid aos lugares mais extremos do país", afirmou o diretor-presidente da Light, Alexandre Nogueira.

A tecnologia off-grid levou iluminação, por exemplo, a 2.900 casas e fazendas do Pantanal, em Mato Grosso do Sul, contou Rosimeire Costa. "Temos também experiências exitosas no Norte do país, projetos muito interessantes, com o governo capitaneando, de inclusão pela transição energética, para levar energia aos que estão em isolamento. E quem faz isso no Brasil? As distribuidoras", ressaltou a presidente do Conacen.

Os debatedores chamaram atenção para o excesso de subsídios da área de energia bancados pela conta de luz, que acaba pesando no bolso dos consumidores, inclusive os de baixa renda.

"Estamos levando ao Congresso nossas preocupações com o ativismo legislativo em relação à CDE (Conta de Desenvolvimento Energético, que concentra os subsídios), que impinge altos custos ao consumidor hipossuficiente e vulnerável que está no ambiente regulado. A CDE pode carregar para 2025 um custo na ordem de R$ 47 bilhões. Precisamos promover inclusão com modicidade tarifária", completou Rosimeire.

Solange Ribeiro mencionou iniciativas de inclusão da Neoenergia, como o projeto Escola de Eletricistas, que formou seis mil profissionais, sendo mil mulheres, e a instalação de uma usina solar e de uma rede de distribuição na comunidade isolada de Xique-Xique, na Bahia, a mais de 700 quilômetros da capital. Também destacou o papel das distribuidoras ao colocar em prática o programa federal Luz para Todos, que já beneficiou mais de 17 milhões de pessoas.

"O Luz para Todos foi um gol de placa e vem levando energia aonde não existia, tirando pessoas da pobreza energética. Um grande exemplo de política pública que faz inclusão social efetiva, melhorando significativamente a condição de vida das populações mais vulneráveis", disse a vice-presidente da Neoenergia e vice-chair do Pacto Global da ONU.

Para Itaú-BBA, distribuidoras são vitais para mercado de capitais brasileiro

A modernização da distribuição de energia elétrica é fruto de investimentos que chegam a R$ 32 bilhões por ano. Dos R$ 100 bilhões que as distribuidoras investirão até 2026, 40% serão destinados à resiliência da rede e à redução de interrupções, segundo plano apresentado à Aneel pelas distribuidoras.

O presidente do Itaú-BBA, Flávio Souza, citou que, entre as 377 empresas listadas na Bolsa de Valores, que somam valor de R$ 4,3 trilhões, as do setor de energia respondem por R$ 420 bilhões, ou quase 10% do total. Segundo Souza, atualmente, o setor elétrico tem 46% do estoque das debêntures de infraestrutura emitidas no Brasil. O segmento de distribuição é o mais representativo de todos, com 24% do estoque.

"Toda a expansão do setor elétrico está relacionada a investimento. O setor tem importância vital para o mercado financeiro, o mercado de capitais, e o inverso também é importante. A transição energética vai requerer investimentos ainda superiores."

O diretor-geral da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), Sandoval Feitosa, falou sobre o papel da regulação para a garantia da segurança jurídica.

"A principal contribuição da Aneel é assegurar estabilidade regulatória, permitir que uma instituição financeira conceda empréstimo a uma distribuidora porque essa distribuidora tem um contrato de longo prazo. O setor de distribuição tem fator de risco maior. Mas o risco é precificado. O risco não pode virar incerteza."

Já Gustavo Estrella, presidente da CPFL, citou que a estabilidade regulatória é fundamental para a segurança dos investimentos diante de um novo consumidor cada vez mais exigente: "Temos um cenário diferente, com clientes cada vez mais empoderados, com mais voz, desejos e necessidades. E nós temos o desafio de nos adequar a essa demanda."

"A notícia que trago é que nós queremos concluir o processo de renovação em no máximo 15 dias. Precisamos dar estabilidade ao setor. Temos três concessões vencendo em 2026 e 20 vencendo até 2031. Então é fundamental sinalizarmos de forma clara e oficial para que esses investidores acreditem no Brasil."

ALEXANDRE SILVEIRA
ministro de Minas e Energia

"Toda a expansão do setor elétrico está relacionada a investimentos, um volume muito importante que está alocado nele. Hoje, o setor elétrico tem 46% do estoque das debêntures de infraestrutura emitidas no Brasil. O segmento de distribuição é o mais representativo de todos, com 24% do estoque."

FLÁVIO SOUZA
presidente do Itaú-BBA

"O Brasil é destaque mundial em energia limpa, tanto que, no G20, nosso país é considerado o mais rico em recursos renováveis. Isso tudo gera investimentos, que impulsionam a economia e resultam em impactos positivos para a sociedade, por meio de novos empregos e renda. A Câmara e o Senado Federal estão fazendo seu papel discutindo vários projetos para modernizar o setor."

DEPUTADO FEDERAL JÚNIOR FERRARI
presidente da Comissão de Minas e Energia da Câmara

"A COP30 e o G20 são grandes oportunidades para o Brasil, e o país tem se colocado como lugar de solução para energia renovável e soluções baseadas na natureza. As distribuidoras têm papel fundamental na transição energética, pois sem infraestrutura adequada não há transição energética."

SOLANGE RIBEIRO
vice-presidente da Neoenergia e vice-chair do Pacto Global da ONU

"A distribuição é a espinha dorsal do setor elétrico brasileiro, porque liga o consumidor com toda a rede. Temos que ver de que maneira a distribuição incorpora o que o consumidor precisa, a agilidade, a questão digital e a gestão da demanda."

MARINA GROSSI
presidente do CEBDS

"A estabilidade regulatória é fundamental. Não haverá um setor elétrico, nos moldes do atual, onde temos, majoritariamente, empresas privadas investindo no setor, se não houver segurança. Sem segurança, corremos o risco de operadores eficientes não participarem desse mercado, que tem funcionado muito bem."

SANDOVAL FEITOSA
diretor-geral da Aneel

PRODUZIDO POR GLAB.GLOBO.COM

INÊS249

Políticas públicas Uma em cada quatro casas no país ainda convive com algum tipo de insegurança alimentar, diz pesquisa do IBGE

Fome recua 16%, mas ainda afeta 8,7 milhões de pessoas

Lucianne Carneiro e Victoria Netto
Do Rio

O primeiro dado oficial sobre insegurança alimentar no Brasil em cinco anos revelou que havia no país, em 2023, 8,7 milhões de pessoas que moravam em domicílios em situação de fome, ou insegurança alimentar grave, uma queda de 15,7% em relação ao período 2017/2018, quando eram 10,3 milhões nesta condição, na esteira da recessão de 2015-2016.

Na comparação com 2013, porém, o contingente atual é 20% maior. Naquele ano, havia 7,2 milhões de pessoas em situação de fome, ou insegurança alimentar grave, o menor nível da série do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A nova pesquisa mostrou que 27,6% das casas no país — onde moram 64,1 milhões de pessoas — vivem com algum tipo de insegurança alimentar. O percentual é menor que os 36,7% de 2017/2018 e superior aos 22,6% de 2013.

O levantamento do IBGE classifica as pessoas e domicílios de acordo com a vulnerabilidade relacionada ao acesso aos alimentos, tanto em quantidade suficiente como em qualidade adequada. Existem três graus de insegurança alimentar: leve, moderada e grave.

No nível leve, a família vive com alguma preocupação ou incerteza quanto ao acesso aos alimentos no futuro, além de ter dieta com qualidade comprometida. No grau moderado, há diminuição da quantidade de alimentos entre os adultos, enquanto no grave essa redução da quantidade é severa, atinge inclusive as crianças, e há situações de fome.

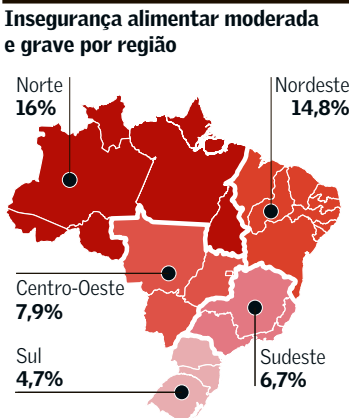
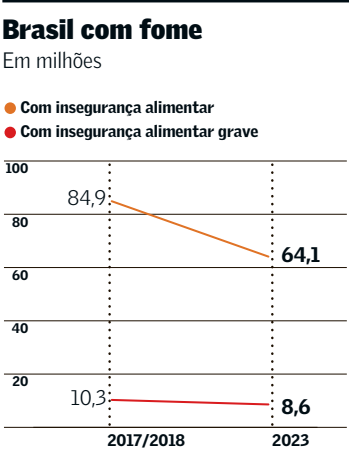
"Embora a insegurança alimentar persista no país, a gente vê redução em relação a 2018. O país teve investimentos em programas sociais nos últimos anos e a insegurança alimentar responde bem a esse tipo de intervenção. Além disso, houve recuperação de renda e do trabalho", afirma o analista do IBGE André Martins.

Quando se soma a condição de insegurança alimentar grave com a moderada, o número é de 20,6 milhões de pessoas, 28,6% menor que os 28,7 milhões de 2017/2018, mas ainda superior ao de 2013 (17,545 milhões). Esse grupo corresponda a 9,4% dos domicílios brasileiros em 2023, ante 12,7% em 2017/2018.

Ao comemorar os dados, o ministro do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, Wellington Dias, atribuiu a redução da fome e da insegurança alimentar no Brasil em 2023 às políticas do primeiro ano do novo governo Lula, tanto as econômicas quanto os programas sociais.

"Os resultados são consequência direta do comando de Lula no seu discurso de posse. Um Brasil em que cada mulher, homem e criança possam tomar café, almoçar e jantar. [...] Um amplo conjunto de políticas, no plano do Brasil sem Fome, junto com a retomada do crescimento da economia", disse *(leia reportagem ao lado)*.

A pesquisa do IBGE foi financiada graças a uma parceria com o ministério, que garantiu que o levantamento passará a ser feito anualmente a partir de agora. O instituto sofreu nos últimos anos com falta de recursos.

A despeito do recuo da insegurança alimentar, as conhecidas desigualdades regionais brasileiras também aparecem nos indicadores. A prevalência de insegurança alimentar moderada e grave é maior no Nordeste (14,8%) e no Norte (16%) que no Brasil como um todo (9,4%) — ainda que as duas regiões tenham registrado recuo mais intenso que as demais —, enquanto Sul (4,7%), Sudeste (6,7%) e Centro-Oeste (7,9%) apresentam índices menores que a média.

Brasil com fome
Em milhões

Insegurança alimentar moderada e grave por região

Fonte: IBGE

Entre os Estados, o Pará aparece com a proporção mais elevada de insegurança alimentar moderada e grave, com 20,3%, o que corresponde a um em cada cinco lares. A proporção é mais que o dobro que a média do Brasil, de 9,4%. Na segunda e terceira posições, vieram Sergipe (18,7%) e Amapá (18,6%), respectivamente.

Por outro lado, as menores taxas estão em Santa Catarina (3,1%), Paraná (4,8%), Espírito Santo e Rondônia empatados (5,1% ambos).

Os dados mostram também que famílias que moram nas áreas rurais, lideradas por mulheres, por negros e pardos, com crianças e com rendimentos mais baixos são aquelas com a maior incidência de situações de insegurança alimentar moderada e grave.

A taxa chegava a 12,7% nas áreas rurais, 10,8% nas famílias lideradas por mulheres, 12,9% naquelas em que a pessoa de referência é preta e 12,2% nas em que é parda. Os dados mostram também a maior propensão de situações de insegurança alimentar quando há crianças no domicílio. Nas casas com crianças de até quatro anos, o índice é de 10,8%, enquanto chega a 11,4% naquelas em que há crianças e adolescentes entre cinco e 17 anos.

Entre os domicílios com rendimento per capita de até um quarto do salário mínimo, quase um terço (27,2%) convive com insegurança alimentar moderada e grave. O índice é de 18,8% naqueles de renda per capita até meio salário mínimo.

O consultor de Políticas da ActionAid Francisco Menezes classificou o resultado geral do levantamento como positivo e a retomada de uma trajetória de redução da fome no país, mas lamentou a permanência das "marcas de desigualdade" da realidade brasileira.

"Estamos avançando, melhorando, o resultado veio melhor que esperava. Mas de qualquer maneira continuam a aparecer marcas de muita desigualdade nesse quadro todo de insegurança alimentar. Desigualdades regionais, a desigualdade de gênero, que é nítida, e mais ainda a de raça e etnia", disse o ex-presidente do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea), que destacou a importância dos dados para sinalizar a ênfase das políticas que precisam ser realizadas.

Governo e IBGE divergem sobre comparação com levantamento de 2022

Do Rio

Técnicos do IBGE e representantes do governo discordaram sobre se os novos números que apontam 8,7 milhões de pessoas em situação de fome, em 2023 no país podem ser comparados aos 33,1 milhões do levantamento da Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede Penssan), entre o fim de 2021 e o início de 2022.

Na análise dos resultados, os técnicos do IBGE informaram que os dados de 2023 só poderiam ser comparados aos de 2017/2018, também do instituto. Mesmo nessa comparação, há redução de 15,7% das pessoas em situação de fome, já que o número era de 10,3 milhões naquele momento. Ao comemorar o desempenho de 2023, o governo defendeu que, apesar de diferenças metodológicas, os números são comparáveis.

MARCELO CAMARGO/AGÊNCIA BRASIL

"São 24 milhões de pessoas que saíram da situação de fome em 2023"
Wellington Dias

"São 24 milhões de pessoas que saíram da situação de fome em 2023. Sei que há as formas de calcular tecnicamente, mas a Rede Penssan revelou que, no ano de 2022, chegamos a 15,5% dos brasileiros com fome e agora chega a 4,1%", disse o ministro do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, Wellington Dias.

Ambas as pesquisas usam a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA) para classificar pessoas e domicílios pela vulnerabilidade no acesso aos alimentos, tanto em quantidade como em qualidade. A classificação encaixa a insegurança alimentar em três graus: leve, moderada e grave. Só que a pesquisa do IBGE considera 14 questões na sua classificação, enquanto a Rede Penssan usa oito e amostra diferente da população.

A defesa foi reforçada pela secretária Extraordinária de Combate à Pobreza e à Fome, Valéria Burity. "A amostra da pesquisa da Rede Penssan teve representatividade nacional e foi feita em contexto diferenciado da pandemia e de desmonte de políticas sociais, é um trabalho reconhecido", afirmou.

Já a secretária nacional de Avaliação, Gestão da Informação e Cadastro Único do MDS, Letícia Bartholo, reconheceu que o questionário e a amostra da população são menores na pesquisa da Rede Penssan, mas destacou que a comparação indica "trajetória de redução drástica da insegurança alimentar e da fome".

O consultor de Políticas da ActionAid Francisco Menezes disse que as metodologias não são exatamente iguais, mas que há confiança na pesquisa da Penssan, que retratou a insegurança alimentar após a pandemia, quando não havia dados oficiais.

"Não faltou gente procurando erro na pesquisa [da Penssan] no governo passado e nada foi encontrado. Se o IBGE tivesse feito a pesquisa em 2022, chegaria a resultados muito próximos. Não há dúvida daquele retrato da insegurança alimentar", ponderou. ***(LC e VN)***

BNDES já aprovou R$ 100 bi para política industrial

Paula Martini
Do Rio

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) já aprovou mais de R$ 100 bilhões em operações do Plano Mais Produção, braço de financiamento do banco de fomento no programa Nova Indústria Brasil (NIB), do governo federal.

A instituição é responsável pela gestão de R$ 250 bilhões dos R$ 300 bilhões anunciados para a nova política de industrialização do governo Luiz Inácio Lula da Silva. Lançado em janeiro deste ano, o programa despertou críticas sobre a falta de detalhamento das medidas a serem adotadas, além de questionamentos sobre a viabilidade financeira e a transparência na implementação do programa.

O presidente do BNDES, Aloizio Mercadante, apresentou as cifras nesta quinta-feira (25), em evento que discutiu as metas e os desafios da industrialização brasileira, realizado na sede do banco, no Rio de Janeiro. "Nós aprovamos R$ 96,7 bilhões até março e as informações de abril mostram que já passamos de R$ 100 bilhões", disse ele.

Na ocasião, o BNDES anunciou o lançamento de uma plataforma on-line que permite acompanhar o volume e a quantidade de projetos aprovados pelo banco dentro da NIB. De acordo com o painel, R$ 69,6 bilhões foram desembolsados no Plano Mais Inovação até março deste ano. A Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) e a Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial (Embrapii) também são gestoras do plano.

TOMAZ SILVA/AGÊNCIA BRASIL

Aloizio Mercadante: "Aprovamos R$ 96,7 bilhões até março e informações de abril mostram que já passamos de R$ 100 bi"

Ainda segundo Mercadante, o BNDES registrou desempenho "extraordinário" no primeiro trimestre de 2024, com alta de 32% nos desembolsos, de 68% em consultas e 92% em aprovações, ante o mesmo período de 2023.

"É a melhor consulta desde 2014, a melhor aprovação desde 2015 e o melhor desembolso desde 2016", declarou, sem revelar valores. O desempenho completo do banco de fomento será divulgado em 9 de maio.

O petista defendeu um aumento no valor destinado à chamada "neoindustrialização" do governo federal e pediu celeridade do Congresso na tramitação do projeto que cria as Letras de Crédito de Desenvolvimento (LCD).

A LCD seria mais um instrumento de captação de "funding" para o banco, que atualmente depende de recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). O projeto para sua criação foi enviado pelo Executivo ao Congresso Nacional, em caráter de urgência, no fim do ano passado.

"Nós precisamos desse instrumento. Nós estamos pedindo à liderança do governo e ao presidente [da Câmara] Arthur Lira uma atenção especial porque o país precisa de mais crédito", declarou Mercadante.

O banco de fomento espera que a LCD seja aprovada na Câmara ainda no primeiro semestre, para que as primeiras captações sejam feitas até o fim deste ano. A ideia é que o novo título funcione nos moldes das letras que existem para o crédito imobiliário (LCIs) e para o agronegócio (LCAs).

De acordo com deputado federal Vitor Lippi (PSDB-SP), que também participou do evento, está em discussão um substitutivo para o projeto de lei do Executivo. Segundo o parlamentar, o texto do governo deve ser anexado ao projeto de lei 6021/2023, que propõe a criação de letras de crédito para financiar a indústria.

"Estamos solicitando um adensamento para fazer um substitutivo com todas as questões que o BNDES precisa. Não tem sentido ter duas leis similares correndo paralelamente", explicou Lippi. O deputado é relator do PL 6021/23 na Comissão de Indústria, Comércio e Serviços da Câmara.

Também no seminário, o vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), Geraldo Alckmin, afirmou que a LCD vai contribuir para o crescimento da indústria. O vice-presidente disse estar certo que a reforma tributária será totalmente regulamentada até o fim do ano, mas pontuou que é preciso ter cautela no processo.

"O que não pode é ter muito penduricalho. A gente precisa ter cuidado na regulamentação para não ter muitas exceções", ponderou.

Alckmin defendeu a redução de impostos para compra de máquinas pelas indústrias como uma forma de fortalecer o parque industrial brasileiro.

INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL (IA): OS RISCOS E OPORTUNIDADES DA NOVA "CORRIDA DO OURO" TECNOLÓGICA

Acompanhe um debate sobre desenvolvimento digital, conectividade, armazenamento de dados e também as aplicações e as fronteiras da inteligência artificial. Não perca este encontro com especialistas e autoridades para discutir o tema que está na vanguarda em todo o mundo.

LIVE

02/05, ÀS 9H

CONVIDADOS:

Luciana Santos
Ministra de Ciência e Tecnologia e coordenadora do subgrupo de IA do GT de Economia Digital do G20

Bruno Bioni
Diretor-Fundador da Data Privacy Brasil e co-chair de Transformação Digital Inclusiva do T20

Fernando Ferreira
Doutor em Inteligência Computacional pela UFRJ e pesquisador do Netlab UFRJ

MEDIAÇÃO:

Juliana Causin
Jornalista do GLOBO

Transmissão:

O GLOBO VALOR

SAIBA MAIS SOBRE TUDO O QUE ACONTECE NO G20

ESTADO ANFITRIÃO

CIDADE ANFITRIÃ

PATROCÍNIO

REALIZAÇÃO

INÊS249

Contas públicas Projeção é que unidades da federação somarão saldo negativo de R$ 29 bilhões, lideradas por Rio de Janeiro, Minas Gerais e Ceará, segundo Firjan

Só SP e mais 3 Estados não terão déficit em 2024, diz estudo da Firjan

Victoria Netto
Do Rio

Entre as 27 unidades da federação, 23 preveem que, em 2024, as receitas serão insuficientes para cobrir as despesas públicas, de acordo com estudo da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan) a partir de dados publicados pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN). O valor totaliza um saldo negativo de R$ 29,3 bilhões.

No topo da lista, está o Estado do Rio de Janeiro, com previsão de déficit de R$ 10,4 bilhões. Na sequência, aparecem Minas Gerais, que prevê R$ 4,2 bilhões negativos, Ceará, com déficit estimado em R$ 3,9 bilhões, Paraná, com previsão negativa de R$ 3,5 bilhões, e Rio Grande do Sul, que projeta déficit de R$ 3,1 bilhões. Apenas quatro Estados não preveem saldo negativo neste ano: São Paulo, Amapá, Espírito Santo e Mato Grosso.

O gerente de pesquisa econômica da Firjan, Jonathas Goulart, explica que o quadro ainda reflete um histórico da pandemia, a alteração no Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) de combustível e energia em 2022 e despesas com pessoal, sobretudo previdenciárias. Ele critica mudanças que não consideram o equilíbrio fiscal de longo prazo, como a própria do ICMS, pensada com fins eleitorais. O especialista acredita que qualquer mudança estrutural na arrecadação dos estados precisa estar alinhada a como eles pretendem reduzir os gastos em um planejamento amplo.

Como saída para a situação fiscal, os Estados têm pedido ajuda ao governo federal, principalmente para a redução de dívidas. "O problema é que, da forma como ocorre, acaba gerando um 'risco moral', sem que os Estados tenham uma política econômica mais austera e responsável com suas contas", avalia Goulart.

Ele afirma ainda que a rigidez orçamentária penaliza os investimentos, o que gera um ciclo de crescimento limitado. Isso porque, para os Estados melhorarem suas receitas, precisam aperfeiçoar o ambiente de negócios para as indústrias, o que só é possível se sobrar espaço no orçamento.

O levantamento mostra que, em 2023, cerca de 50% do orçamento das unidades da federação foi destinado ao pagamento de despesas com pessoal ou com juros e amortizações da dívida, ambos de caráter obrigatório. Nos casos do Rio Grande do Norte e do Rio Grande do Sul, esse percentual ultrapassou 70%. No Rio Grande do Norte, por exemplo, o investimento por habitante foi de R$ 171. No Rio Grande do Sul, de R$ 460.

A Firjan pontua que a reforma previdenciária não foi suficiente para garantir o equilíbrio orçamentário. Em 2022, o déficit previdenciário das unidades da federação foi de R$ 86,1 bilhões. Além disso, observa que o potencial da reforma tributária só poderá ser visto no médio prazo.

Nesse sentido, a Firjan diz que a saída passaria por regras para os regimes próprios de previdência, de acordo com a realidade de cada unidade da federação. Também destaca a reforma administrativa, com a inclusão dos Estados, para que seja possível adaptação dos custos com pessoal. A entidade propõe ainda a discussão de uma "solução eficiente" para o alto endividamento de alguns entes, como o Rio de Janeiro, além de regras de responsabilidade fiscal.

> "Pedidos de socorro à União fomentam irresponsabilidade fiscal"
> *Jonathas Goulart*

VINICIUS MAGALHÃES/DIVULGAÇÃO

Jonathas Goulart, da Firjan: pedido de socorro à União gera 'risco moral', sem que os Estados tenham uma política econômica mais austera e responsável

Regulação de aplicativo ameaça Previdência

Raphael Di Cunto
De Brasília

O secretário do Regime Geral de Previdência Social, Adroaldo Portal, afirmou que o projeto de lei enviado pelo governo para regulamentar a profissão de motorista por aplicativo "não se sustenta" do ponto de vista atuarial e que sua equipe tem "muita preocupação" com o impacto para a sustentabilidade do regime previdenciário.

"O Estado brasileiro, ao propor este texto, está assumindo o ônus de uma necessidade de financiamento da Previdência", disse.

Ele destacou que a contribuição será calculada sobre 25% do faturamento. Por isso, a alíquota não será de 20% para as empresas, mas, na prática, de 5%.

Portal pontuou que o microempreendedor individual (MEI) para os motoristas, que é a alternativa que existe hoje e é defendida por parte dos sindicatos e associações, tem alta taxa de inadimplência e é facultativa.

O secretário não apresentou dados sobre o valor do impacto do projeto nas contas da Previdência, mas disse que o governo aceitou o déficit previdenciário como forma de reconhecer a importância dos trabalhadores de aplicativo e o alto grau de vulnerabilidade deles.

Diretor de Políticas Públicas da Uber, Ricardo Leite defendeu a metodologia adotada no projeto para calcular o valor mínimo por hora trabalhada e diz que há preocupação com propostas de garantir ganho mínimo por viagem.

O diretor de comunicação e relações públicas da Associação de Motoristas por Aplicativo do Brasil (Ampab), Denis Moura, propôs utilizar o sistema do MEI. Segundo ele, os motoristas precisam de mais transparência.

Atividade econômica

Indicadores agregados

	mar/24	fev/24	jan/24	dez/23	nov/23	out/23	set/23	ago/23	jul/23	jun/23
Índice de atividade econômica - IBC-Br (%) (1)	-	0,40	0,52	0,70	0,08	-0,01	-0,04	-0,60	0,29	0,25
Indústria (1)										
Produção física industrial (IBGE - %)										
Total	-	-0,3	-1,5	1,5	0,6	0,0	0,2	0,4	-0,4	0,0
Indústria de transformação	-	0,0	0,0	0,4	-0,1	0,2	-0,5	1,1	-0,4	-0,2
Indústrias extrativas	-	-0,9	-6,9	3,8	3,4	-0,5	6,2	-4,9	-1,3	2,9
Bens de capital	-	1,8	9,3	-0,4	-0,9	-0,3	-2,5	5,8	-7,4	-2,3
Bens intermediários	-	-1,2	-2,7	1,8	1,6	0,7	0,7	-0,4	-0,5	-0,3
Bens de consumo	-	1,3	-0,9	1,1	-0,1	-0,9	-1,7	2,4	1,4	0,3
Faturamento real (CNI - %)	-	2,4	0,3	1,8	0,7	-0,4	-0,9	1,3	-2,3	0,5
Horas trabalhadas na produção (CNI - %)	-	2,3	0,2	1,5	0,6	-0,3	-0,6	0,0	-0,8	0,2
Comércio										
Receita nominal de vendas no varejo - Brasil (IBGE - %) (1)(2)	-	1,2	1,0	0,3	0,9	-0,1	0,9	0,6	1,0	0,8
Volume de vendas no varejo - Brasil (IBGE - %) (1)(2)	-	1,0	2,8	-1,5	0,2	-0,3	0,8	-0,2	0,9	0,0
Serviços										
Receita nominal de serviços - Brasil (IBGE - %) (1)	-	-1,7	2,4	0,1	1,0	0,0	1,0	-0,4	0,3	0,3
Volume de serviços - Brasil (IBGE - %) (1)	-	-0,9	0,5	0,5	0,5	-0,3	-0,1	-1,3	0,9	0,4
Mercado de trabalho										
Taxa de desocupação (Pnad/IBGE - em %)	-	7,8	7,6	7,4	7,5	7,6	7,7	7,8	7,9	8,0
Emprego industrial (CNI - %) (1)	-	0,5	0,6	0,1	0,3	0,5	-0,1	-0,3	0,1	0,2
Indicador Antecedente de Emprego - (FGV/IBRE) (1)(3)	1,0	0,3	0,9	2,3	0,0	-1,4	-0,5	-1,1	1,2	2,2
Balança comercial (US$ milhões)										
Exportações	27.980	23.494	26.798	28.786	27.886	29.682	28.713	31.101	28.300	29.600
Importações	20.498	18.186	20.510	19.463	19.097	20.501	19.532	21.468	20.121	19.524
Saldo	7.483	5.308	6.287	9.323	8.789	9.181	9.182	9.633	8.179	10.077

Fontes: Banco Central, CNI, FGV, IBGE e SECEX/MDIC. Elaboração: Valor Data (1) Metodologia com ajuste sazonal. (2) Nova série com índice base 2014 = 100. (3) Var. em pts

Atualize suas contas

Variação dos indicadores no período

	Em %									Em R$	
Mês	TR (1)	Poupança (2)	Poupança (3)	TBF (1)	Selic (4)	TJLP	TLP	FGTS (5)	CUB/SP	UPC	Salário mínimo
set/22	0,1805	0,6814	0,6814	1,0020	1,07	0,5662	0,4670	0,4276	-0,06	23,67	1.212,00
out/22	0,1494	0,6501	0,6501	0,9506	1,02	0,6005	0,4702	0,3964	0,04	23,81	1.212,00
nov/22	0,1507	0,6515	0,6515	0,9519	1,02	0,5811	0,4614	0,3977	0,15	23,81	1.212,00
dez/22	0,2072	0,7082	0,7082	1,0489	1,12	0,6005	0,4670	0,4543	0,17	23,81	1.212,00
jan/23	0,2081	0,7091	0,7091	1,0398	1,12	0,6142	0,4812	0,4552	-0,06	23,93	1.302,00
fev/23	0,0830	0,5834	0,5834	0,8536	0,92	0,5546	0,4931	0,3298	0,00	23,93	1.302,00
mar/23	0,2392	0,7404	0,7404	1,0912	1,17	0,6142	0,4986	0,4864	-0,18	23,93	1.302,00
abr/23	0,0821	0,5825	0,5825	0,8527	0,92	0,5873	0,4907	0,3289	0,29	24,06	1.302,00
mai/23	0,2147	0,7158	0,7158	1,0465	1,12	0,6070	0,4812	0,4619	1,44	24,06	1.320,00
jun/23	0,1799	0,6808	0,6808	1,0014	1,07	0,5873	0,4622	0,4270	0,64	24,06	1.320,00
jul/23	0,1581	0,6589	0,6589	0,9694	1,07	0,5843	0,4464	0,4051	0,09	24,17	1.320,00
ago/23	0,2160	0,7171	0,7171	1,0578	1,14	0,5843	0,4321	0,4632	0,05	24,17	1.320,00
set/23	0,1130	0,6136	0,6136	0,9039	0,97	0,5654	0,4194	0,3599	-0,05	24,17	1.320,00
out/23	0,1056	0,6061	0,6061	0,8964	1,00	0,5478	0,4186	0,3525	-0,05	24,29	1.320,00
nov/23	0,0775	0,5779	0,5779	0,8481	0,92	0,5301	0,4337	0,3243	0,12	24,29	1.320,00
dez/23	0,0690	0,5693	0,5693	0,8395	0,89	0,5478	0,4519	0,3158	0,00	24,29	1.320,00
jan/24	0,0875	0,5879	0,5879	0,8582	0,97	0,5462	0,4551	0,3343	0,00	24,35	1.412,00
fev/24	0,0079	0,5079	0,5079	0,7380	0,80	0,5109	0,4456	0,2545	0,10	24,35	1.412,00
mar/24	0,0331	0,5333	0,5333	0,7733	0,83	0,5462	0,4400	0,2798	0,10	24,35	1.412,00
abr/24	0,1023	0,6028	0,6028	0,7830	0,89	0,5395	0,4456	0,3492	-	24,38	1.412,00
2024	**0,23**	**2,25**	**2,25**	**3,19**	**3,53**	**2,16**	**1,80**	**1,22**	**0,20**	**0,37**	**6,97**
Em 12 meses*	**1,37**	**7,63**	**7,63**	**11,26**	**12,32**	**6,91**	**5,46**	**4,41**	**2,31**	**1,33**	**8,45**
2023	**1,76**	**8,04**	**8,04**	**12,01**	**13,04**	**7,15**	**5,65**	**4,81**	**2,31**	**2,02**	**8,91**

Fontes: Banco Central, CEF, Sinduscon e Ministério da Fazenda. Elaboração: Valor Data * Até o último mês de referência
(1) Taxa do período iniciado no 1º dia do mês. (2) Rendimento no 1º dia no mês seguinte para depósitos até 03/05/12 (3) Rendimento no 1º dia no mês seguinte para depósitos a partir de 04/05/12; Lei nº 12.703/2012 (4) Taxa efetiva; para abril projetada. (5) Crédito no dia 10 do mês seguinte (TR + Juros de 3% ao ano)

Produção e investimento

Variação no período

Indicadores	4º Tri/23	3º Tri/23	2023	2022	2021	2020
PIB (R$ bilhões) *	2.831	2.741	10.856	10.080	9.012	7.610
PIB (US$ bilhões) **	574	561	2.176	1.952	1.670	1.476
Taxa de Variação Real (%)	0,0	0,0	2,9	3,0	4,8	-3,3
Agropecuária	-5,3	-5,6	15,1	-1,1	0,0	4,2
Indústria	1,3	0,6	1,6	1,5	5,0	-3,0
Serviços	0,3	0,3	2,4	4,3	4,8	-3,7
Formação Bruta de Capital Fixo (%)	0,9	-2,2	-3,0	1,1	12,9	-1,7
Investimento (% do PIB)	16,1	16,6	16,5	17,8	17,9	16,6

Fontes: IBGE e Banco Central. Elaboração: Valor Data
* Valores correntes. ** Banco Central

Contrib. previdenciária*

Empregados e avulsos**

Salário de contribuições em R$	Alíquotas em % (1)
Até 1.412,00	7,50
De 1.412,01 até 2.666,68	9,00
De 2.666,69 até 4.000,03	12,00
De 4.000,04 até 7.786,02	14,00
Empregador doméstico	8,00

Fonte: Previdência Social. Elaboração: Valor Data *Competência abr/24. **Inclusive empregado doméstico. (1) Para fins de recolhimento ao INSS

IR na fonte

Faixas de contribuição

Base de cálculo* em R$	Alíquota em %	Parcela a deduzir IR - em R$
Até 2.259,20	0,0	0,00
De 2.259,21 até 2.826,65	7,5	169,44
De 2.826,66 até 3.751,05	15,0	381,44
De 3.751,06 até 4.664,68	22,5	662,77
Acima de 4.664,68	27,5	896,00

Fonte: Receita Federal. Elaboração: Valor Data
*Valor considera o desconto simplificado de R$ 564,80
Obs. Desconto por dependente: R$ 189,59

Principais receitas tributárias

Valores em R$ bilhões

Discriminação	Janeiro-março		Var.	março		Var.
	2024	2023	%	2024	2023	%
Receita Federal						
Imposto de renda total	**221,4**	**202,2**	**9,48**	**56,4**	**54,0**	**4,43**
Imposto de renda pessoa física	7,6	6,9	10,45	2,0	2,2	-8,91
Imposto de renda pessoa jurídica	100,1	100,5	-0,34	20,0	22,2	-9,93
Imposto de renda retido na fonte	113,6	94,8	19,83	34,5	29,7	16,14
Imposto sobre produtos industrializados	17,8	14,8	20,28	5,8	5,0	16,67
Imposto sobre operações financeiras	15,7	14,7	6,70	5,3	4,6	16,33
Imposto de importação	15,4	13,5	14,45	5,1	4,6	10,80
Cide-combustíveis	0,7	0,0	-	0,2	0,0	-
Contribuição para Finsocial (Cofins)	96,7	78,1	23,81	31,8	25,6	24,45
CSLL	53,9	50,9	6,05	10,2	11,7	-12,31
PIS/Pasep	27,4	22,4	22,31	9,1	7,2	25,94
Outras receitas	208,9	185,4	12,67	66,5	58,3	13,99
Total	**657,8**	**581,8**	**13,06**	**190,6**	**171,1**	**11,43**
	fev/24		jan/24		fev/23	
	Valor**	Var. %*	Valor	Var. %*	Valor	Var. %*
ICMS - Brasil	**49,2**	**-18,56**	**60,4**	**-7,24**	**50,7**	**-9,74**
	fev/24		jan/24		fev/23	
	Valor	Var. %*	Valor	Var. %*	Valor	Var. %*
INSS	**47,9**	**-7,38**	**51,7**	**-32,82**	**44,1**	**-4,61**

Fonte: Receita Federal, Previdência Social, Secretaria da Fazenda. Elaboração: Valor Data * sobre o mês anterior. **preliminar

Inflação

Variação no período (em %)

			Acumulado em			Número índice			
	abr/24	mar/24	2024	2023	12 meses	abr/24	mar/24	dez/23	abr/23
IBGE									
IPCA	-	0,16	1,42	4,62	3,93	-	6.869,14	6.773,27	6.649,99
INPC	-	0,19	1,58	3,71	3,40	-	7.064,43	6.954,74	6.868,53
IPCA-15	-	0,36	1,46	4,72	4,14	-	6.742,72	6.645,93	6.511,32
IPCA-E	-	0,36	1,46	4,72	4,14	-	6.742,72	6.645,93	6.511,32
FGV									
IGP-DI	-	-0,30	-0,97	-3,30	-4,00	-	1.094,76	1.105,54	1.128,81
Núcleo do IPC-DI	-	0,27	1,07	3,48	3,64	-	-	-	-
IPA-DI	-	-0,50	-1,84	-5,92	-6,79	-	1.270,47	1.294,35	1.341,66
IPA-Agro	-	0,92	-1,59	-11,34	-11,56	-	1.756,96	1.785,32	1.926,82
IPA-Ind.	-	-1,02	-1,94	-3,77	-4,89	-	1.073,32	1.094,53	1.117,39
IPC-DI	-	0,10	1,27	3,55	2,93	-	743,02	733,67	725,48
INCC-DI	-	0,28	0,68	3,49	3,36	-	1.095,74	1.088,31	1.061,64
IGP-M	-	-0,47	-0,91	-3,18	-4,26	-	1.113,84	1.124,07	1.152,31
IPA-M	-	-0,77	-1,75	-5,60	-7,05	-	1.310,88	1.334,20	1.389,86
IPC-M	-	0,29	1,41	3,40	3,14	-	726,53	716,46	707,62
INCC-M	-	0,24	0,68	3,32	3,29	-	1.093,50	1.086,15	1.061,07
IGP-10	-0,33	-0,17	-0,73	-3,56	-3,81	1.135,05	1.138,81	1.143,35	1.180,05
IPA-10	-0,56	-0,40	-1,62	-6,02	-6,40	1.344,60	1.352,24	1.366,78	1.436,52
IPC-10	0,21	0,48	1,78	3,43	3,13	733,68	732,11	720,87	711,43
INCC-10	0,33	0,27	1,09	3,04	3,32	1.081,84	1.078,34	1.070,21	1.047,12
FIPE									
IPC	-	0,26	1,18	3,15	2,87	-	683,22	675,27	667,00

Obs.: IPCA-E no 1º trimestre = 1,46%, IGP-M 2ª prévia abr/24 -0,12% e IPC-FIPE 3ª quadrissemana abr/24 0,28%
Fontes: FGV, IBGE e FIPE. Elaboração: Valor Data

Imposto de Renda Pessoa Física

Pagamento das quotas - 2023

No prazo legal				
Quota	Vencimento	Valor da quota (Campo 7 do DARF)	Valor dos juros (Campo 9 do DARF)	Valor total (Campo 10 do DARF)
1ª ou única	31/05/2023		-	Campo 7
2ª	30/06/2023		1,00%	
3ª	31/07/2023		2,07%	+
4ª	31/08/2023	Valor da declaração	3,14%	Campo 8
5ª	29/09/2023		4,28%	
6ª	31/10/2023		5,25%	+
7ª	30/11/2023		6,25%	Campo 9
8ª	28/12/2023		7,17%	

Pagamento com atraso

Multa (campo 08) - sobre o valor do campo 7 aplicar 0,33% por dia de atraso, a partir do primeiro dia após o vencimento até o limite de 20%; Juros (campo 09) - aplicar os juros equivalentes à taxa Selic acumulada mensalmente, calculados a partir de junho/23 até o mês anterior ao do pagamento e de 1% no mês de pagamento; Total (campo 10) - informar a soma dos valores dos campos 7, 8 e 9. Fonte: Receita Federal do Brasil. Elaboração: Valor Data

Mais informações: valor.globo.com/valor-data/, ibge.gov.br e fipe.org.br

Dívida e necessidades de financiamento

Valores em R$ bilhões - no setor público

Dívida líquida do setor público	fev/24		jan/24		fev/23	
	Valor	% do PIB	Valor	% do PIB	Valor	% do PIB
Dívida líquida total	**6.693,6**	**60,91**	**6.565,1**	**60,06**	**5.706,7**	**55,70**
(-) Ajuste patrimonial + privatização	-28,1	-0,26	-37,0	-0,34	4,9	0,05
(-) Ajuste metodológico s/ dívida*	-743,3	-6,76	-749,0	-6,85	-748,0	-7,30
Dívida fiscal líquida	**7.465,0**	**67,93**	**7.351,1**	**67,26**	**6.449,8**	**62,95**
Divisão entre dívida interna e externa						
Dívida interna líquida	7.340,8	66,80	7.219,4	66,05	6.396,4	62,43
Dívida externa líquida	-647,2	-5,89	-654,3	-5,99	-689,7	-6,73
Divisão entre as esferas do governo						
Governo Federal e Banco Central	5.749,5	52,32	5.619,3	51,41	4.806,1	46,91
Governos Estaduais	841,2	7,66	842,3	7,71	807,5	7,88
Governos Municipais	53,5	0,49	54,0	0,49	36,3	0,35
Empresas Estatais	49,4	0,45	49,6	0,45	56,8	0,55
Necessidades de financiamento do setor público	**fev/24**		**jan/24**		**fev/23**	
Fluxos acumulados em 12 meses	**Valor**	**% do PIB**	**Valor**	**% do PIB**	**Valor**	**% do PIB**
Total nominal	**1.015,1**	**9,24**	**991,9**	**9,07**	**565,9**	**5,52**
Governo Federal**	846,6	7,70	818,0	7,48	458,1	4,47
Banco Central	77,9	0,71	86,3	0,79	75,9	0,74
Governo regional	83,0	0,76	80,4	0,74	25,0	0,24
Total primário	**268,2**	**2,44**	**246,0**	**2,25**	**-93,2**	**-0,91**
Governo Federal	-28,6	-0,26	-44,4	-0,41	-301,4	-2,94
Banco Central	0,7	0,01	0,6	0,01	0,5	0,00
Governo regional	-15,2	-0,14	-18,4	-0,17	-58,4	-0,57

Fonte: Banco Central. Elaboração: Valor Data * Interna e externa.** Inclui INSS. Obs.: Sem Petrobras e Eletrobras.

Resultado fiscal do governo central

Valores em R$ bilhões a preços de fevereiro*

Discriminação	Janeiro-fevereiro		Var.	fevereiro		Var.
	2023	2022	%	2024	2023	%
Receita total	**470,7**	**431,7**	**9,05**	**189,4**	**160,4**	**18,05**
Receita Adm. Pela RFB**	320,7	288,6	11,11	120,3	101,3	18,81
Arrecadaçao Líquida para o RGPS	100,1	94,8	5,61	47,9	46,1	4,01
Receitas Não Adm. Pela RFB	49,9	48,3	3,47	21,1	13,0	61,77
Transferências a Estados e Municípios	**98,5**	**91,6**	**7,52**	**56,9**	**53,0**	**7,29**
Receita líquida total	**372,2**	**340,1**	**9,45**	**132,5**	**107,4**	**23,36**
Despesa Total	**350,6**	**299,4**	**17,12**	**190,9**	**149,8**	**27,42**
Benefícios Precidenciários	140,7	134,1	4,92	71,7	68,1	5,41
Pessoal e Encargos Sociais	59,6	57,5	3,63	28,4	27,5	3,45
Outras Despesas Obrigatórias	78,7	43,8	79,68	51,6	21,0	145,60
Despesas Poder Exec. Sujeitas à Prog. Financeira	71,5	63,9	12,00	39,2	33,3	17,60
Resul. Primário do Gov. Central (1)	**21,6**	**40,7**	**-46,94**	**-58,4**	**-42,4**	**37,71**
Discriminação	**fev/24**		**jan/24**		**fev/23**	
	Valor	Var. %	Valor	Var. %	Valor	Var. %
Ajustes metodológicos	-0,2	-	0,8	-	-0,1	-
Discrepância estatística	0,8	-27,56	1,1	-140,57	1,6	-
Result. Primário do Gov. Central (2)	**-57,8**	**-**	**82,0**	**-**	**-41,0**	**-**
Juros Noniminais	**-56,9**	**-21,18**	**-72,2**	**30,46**	**-57,8**	**23,20**
Result. Nominal do Gov. Central	**-114,7**	**-**	**9,7**	**-**	**-98,8**	**-**

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional. Elaboração: Valor Data
* Deflator: IPCA ** Somando Incentivos fiscais (1) Acima da linha. (2) Abaixo da linha

Violência deve entrar nas eleições pela pior forma

César Felício

São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Salvador, Fortaleza, Manaus, Belém, Porto Alegre, tiveram em 2024 o verão com menos assassinatos dos últimos cinco anos, segundo dados do Ministério da Justiça e Segurança Pública, repassados pelas secretarias estaduais.

As linhas não foram em direção única, mas o sentido quase sempre é de declínio. No Rio, houve um repique no primeiro trimestre de 2023 (312 homicídios), mas queda forte entre janeiro e março deste ano (160). Em 2020, foram 327 os mortos no início do ano. Em Fortaleza a contagem das mortes violentas subiu em 2024 (214, ante 164 no mesmo período no ano passado), mas segue bem abaixo da observada em 2020 e 2021 (323 e 244).

O termômetro das estatísticas na área da violência urbana passa muito longe de medir com exatidão a febre que acomete a grande maioria da população nessas metrópoles.

Há uma crise que se sente em toda parte, que anda nas cabeças, anda nas bocas, fala alto nos botecos e grita nos mercados com certeza, para lembrar Chico Buarque. Para ficar no exemplo mais recente, uma empresa de pesquisa, a Atlas Intel, divulgou nessa quarta um levantamento sobre a principal preocupação entre cariocas e paulistanos. Era possível fazer mais de uma escolha. Segurança pública foi um fator apontado por 73% dos pesquisados no primeiro caso e 67% no segundo.

Uma estatística como essa em queda significa que existe algum controle em ação, mas nem sempre as rédeas estão nas mãos do agente público. Às vezes é o oposto. Um exemplo clássico é o Rio de Janeiro. Segundo dados compilados com base em 1 milhão de informações do Disque Denúncia pelo pesquisador Daniel Hirata, coordenador do Grupo de Estudos de Novos Ilegalismos da Universidade Federal Fluminense, a área sob controle de grupos armados na região metropolitana do Rio ficou relativamente estável entre 2019 para cá.

Passou de 472,8 para 463,7 quilômetros quadrados no período. Sendo que o salto em relação a 2018, ano da intervenção federal no setor, é relevante: há seis anos a área era de 371,4 quilômetros quadrados.

Em relação à area total da região metropolitana, as milícias e as facções mandavam em 19,2% em 2023. No ano da intervenção era 15,4%. E há uma dinâmica perturbadora: existe uma oscilação entre a hegemonia das milícias e do Comando Vermelho nos últimos anos, mas há pouco território tomado entre ambos. Se expandem por colonização, não por conquista, definiu Hirata.

O que significa que expansão e consolidação de estruturas criminosas podem perfeitamente conviver com taxas menores de homicídio, já que parte importante dos crimes letais vem da disputa entre grupos armados. Quando grupos criminosos entram em guerra, a taxa sobe. Quando há domínio de uma ala ou um acordo, a taxa cai. Fortaleza é um exemplo. A capital cearense chegou a registrar 2 mil homicídios em um ano, o de 2017, auge da guerra entre Comando Vermelho e Guardiões do Estado (GDE), uma espécie de franquia local do PCC. Em 2023 foram 723, sem que possa se identificar uma ação governamental que tenha mudado a dinâmica criminal, de acordo com Luiz Fabio Paiva, coordenador de Estudos da Violência da Universidade Federal do Ceará.

O que não muda é o código de conduta opressivo: circular com o vidro do carro abaixado ou retirar o capacete, se motociclista; pagar proteção; evitar relacionamentos com pessoas de determinadas regiões da cidade; obedecer a toque de recolher e por aí vai.

A lógica de facções vai tomando conta de toda a prestação de serviço público ou privado. O governador do Acre, Gladson Cameli (PP), relatou a esta coluna uma ocasião em que tentou mediar um conflito fundiário, para implantar um programa habitacional. Logo percebeu que estava negociando com representantes de facções. Lá tem Comando Vermelho e o Bonde dos 13, vinculado ao PCC.

O resultado na economia é empobrecimento. "O controle territorial tem impacto concentrado. É difícil ir e vir, empreender, trabalhar como empregado e chegar na hora. Ele restringe as atividades econômicas. Não é só a pobreza que conduz ao crime, o crime também conduz à pobreza", diz o diretor do Centro de Estudos de Criminalidade da Universidade Federal de Minas Gerais, Claudio Beato.

O caráter desestruturador do crime organizado, permeia o cenário eleitoral municipal, mas não o define. Todo candidato competitivo nas capitais e nos grandes centros urbanos terá que ter algo a dizer a respeito, mas é pouco provável que se eleja com essa bandeira. "As eleições nas capitais não aguentam um candidato monotemático", opina o cientista político Antonio Lavareda, do Ipespe.

Ele argumenta que nem tudo é emoção em uma eleição brasileira. O eleitor brasileiro está apavorado com a crise de segurança, mas tem razoável noção do que um prefeito é capaz de realizar e do que cabe ao governador ou, em última instância, a um presidente.

O grande risco, decorrente da ocupação territorial, é o da recrutagem. A milicianização da política está longe de ser um fenômeno observado apenas no Rio de Janeiro e as facções criminosas que atuam em escala inicial estão no mercado eleitoral. No dia 16, três vereadores foram presos em São Paulo investigados por envolvimento de uma quadrilha do PCC especializados em fraudes a licitações. Um deles era pré-candidato a prefeito de Santa Isabel. E muito mais deve vir pela frente no mesmo sentido.

César Felício é repórter especial de Política em Brasília. Escreve às sextas-feiras
E-mail cesar.felicio@valor.com.br

Congresso FPA diz que articulará pela aprovação de textos 'apresentados a partir de grupos de trabalho independentes', e não pela proposta encaminhada pelo governo

Ruralistas trabalham para incluir mais produtos na cesta básica desonerada

Raphael Di Cunto e Marcelo Ribeiro
De Brasília

Um dia após o governo entregar seu principal projeto de regulamentação da reforma tributária, a Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) sinalizou que fará uma ofensiva paralela e que trabalhará pelo avanço do texto proposto por ela própria para regulamentar a reforma. A bancada reforçou seu apoio à proposta de desoneração de mais produtos na cesta básica de alimentos (com alíquota zero do IBS/CBS), sem a existência de "cashback" para as famílias de menor renda.

"Reforçamos nossa posição sobre a desoneração da Cesta Básica, sem 'cashback', para famílias que necessitam de acesso à comida barata e de qualidade, como medida urgente e necessária para combater a inflação de alimentos", disse a bancada ruralista em nota.

Junto com a "Coalizão de Frente Parlamentares Produtivas", o grupo apresentou 13 projetos de lei complementar para regulamentar a reforma. Na nota, a FPA diz que articulará pela aprovação desses textos "apresentados a partir de grupos de trabalho independentes" — e não pela proposta encaminhada pelo governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) na quarta-feira (24).

CRISTIANO MARIZ/AGÊNCIA O GLOBO

Lira: presidente da Câmara resiste a pressões do mercado e de Lula para dar relatoria da proposta a Aguinaldo Ribeiro

O Ministério da Fazenda sugeriu a desoneração completa de 15 produtos, como tipos específicos de arroz, feijão, farinha, leite, açúcar e margarina, além de uma lista de bens com alíquota reduzida em 60% — que inclui, por exemplo, as carnes bovinas, suína e de peixe, e o sal — e outra de "artigos de luxo" com alíquota normal. O imposto pago voltaria parcialmente para as famílias de baixa renda com renda per capita de até meio salário mínimo (o "cashback").

Esse modelo foi elogiado por tributaristas ouvidos pelo **Valor**, por apresentar uma lista mais enxuta e focada do que a esperada. Segundo técnicos do governo, a inclusão de mais itens faria com que as alíquotas de referência dos novos impostos subissem.

A bancada ruralista quer a completa desoneração do sal, das carnes, ovos, óleos, gorduras, sucos naturais, castanhas e nozes, molhos preparados e condimentados, biscoito, bolos, chá e mate.

O projeto dos ruralistas está na Comissão de Finanças e Tributação da Câmara e o deputado Sérgio Souza (MDB-PR), ex-presidente da FPA, foi nomeado relator nesta quarta-feira.

Atual presidente da FPA, o deputado Pedro Lupion (PR) disse ao **Valor** que o grupo trabalhará pela aprovação deste projeto. "Quem vota somos nós. Não o governo", disse.

Além dos textos enviados pelo governo, os grupos de trabalhos que serão instaurados para preparar os pareceres considerarão as propostas que foram apresentadas ao Legislativo por frentes parlamentares, entre elas, a sugestão dos ruralistas. O perfil de quem relatar deve ser determinante no resultado final do parecer.

Apesar da pressão dos setores, do mercado e do próprio Lula, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL) tem demonstrado resistência em escalar o deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), que foi relator da proposta de emenda constitucional (PEC) da reforma tributária aprovada no ano passado, para relatar a regulamentação. O alagoano tem sinalizado que quer contemplar outros aliados com interesse no tema.

Ver também página 4 e 6

Reforma deve ter dois grupos de trabalho

De Brasília

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), afirmou nessa quinta-feira (25) que a tendência é que sejam estabelecidos dois grupos de trabalho com 5 ou 6 deputados para a confecção dos pareceres sobre os projetos de regulamentação da reforma tributária. Ele disse que o formato e o calendário devem ser definidos ainda nesta semana após conversas com líderes partidários, apesar de, nos bastidores, aliados acreditarem que esse martelo demorará mais alguns dias para ser batido.

"O mais provável e penso que mais correto, como as demandas serão muitas, a necessidade de conversas serão muitas, é o estabelecimento de dois grupos de trabalhos com 5, 6 deputados para debater o tema", disse Lira em entrevista ao programa "Estúdio I", da GloboNews.

"Já há uma quantidade grande de setores pedindo para ter acesso e conversar sobre os textos. Precisamos dar mais participação, transparência absoluta e um calendário", pontuou.

Para o deputado do PP, a ideia é que os grupos de trabalho elaborem os relatórios. Segundo apurou o **Valor**, um dos nomes de cada um dos GTs seria escolhido como representante para relatar a proposta em plenário.

O parlamentar alagoano reforçou seus planos de votar os projetos de regulamentação na Câmara até o recesso parlamentar e afirmou acreditar ser possível concluir nas duas Casas até o fim do ano.

Ele destacou a necessidade Câmara e Senado dialogarem para que a opinião de nenhuma Casa prevaleça em detrimento da outra. "Duas Casas vão precisar se entender para nenhuma se sobreponha a outra".

Para viabilizar esse calendário — considerado "audacioso" até mesmo por aliados mais próximos de Lira —, uma das possibilidades em estudo é que, após a elaboração dos pareceres pelos GTs, os relatórios sejam apresentados às bancadas partidárias para facilitar a aceitação de um requerimento de urgência. Superada essa fase, os projetos passariam a tramitar diretamente em plenário.

"O calendário desenhado na cabeça dele é bastante ousado. Mas quem o conhece, sabe que, quando quer votar algo, ele entra na articulação e só sai quando tem o texto quando consuma a aprovação", explicou uma fonte do Centrão ao **Valor**. *(MR e RDC)*

Emendas liberadas disparam após encontro Lula-Lira

Renan Truffi e Mariana Assis
De Brasília

Na mesma semana em que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), se encontraram para uma "conversa" sobre a crise entre governo e Congresso, o Palácio do Planalto decidiu liberar um contingente de emendas parlamentares muito superior ao que havia sido distribuído até então.

Os dois se encontraram a portas fechadas, no Palácio da Alvorada, no domingo, e, apenas um dia depois, o Executivo reservou aproximadamente R$ 2,7 bilhões do Orçamento para o empenho (autorização de gasto) de emendas parlamentares. A maior parte desse montante foi reservado a partir das chamadas emendas individuais (RP6), quando o congressista aponta individualmente para onde quer destinar aquele recurso.

Com isso, o volume total de emendas empenhadas neste mês de abril alcançou R$ 5,3 bilhões, cerca de 3.000% a mais do que havia sido liberado no mês anterior, março, quando apenas R$ 152,8 milhões foram reservados pelo governo petista para as emendas parlamentares.

Para se ter uma ideia, esse volume, de R$ 5,3 bilhões, corresponde a mais de 96% do total de emendas que foram empenhadas em todo o ano de 2024. Isso porque, até o mês passado, o governo só havia empenhado pouco mais de R$ 177 milhões no acumulado de todo o ano legislativo.

Os dados constam do sistema Siga Brasil — que registra a execução, o empenho e o pagamento das emendas de deputados e senadores — e ajudam a explicar o mau humor nas relações entre congressistas.

Apesar de, finalmente, o governo ter destravado a liberação de emendas, o montante ainda está longe do que havia sido combinado entre os governistas e o Congresso há alguns meses. A promessa era que a gestão petista faria o pagamento — e não o empenho — de cerca de R$ 11 bilhões até o fim deste mês de abril, mas, até essa quinta-feira, haviam sido desembolsados somente R$ 2,87 bilhões.

> Volume total de empenhos neste mês de abril alcançou R$ 5,3 bilhões

Lula se predispôs a encontrar Lira no domingo justamente como forma de atenuar o embate entre o presidente da Câmara e a equipe de articulação política do governo, liderada pelo ministro da Secretaria de Relações Institucionais, Alexandre Padilha (PT-SP), que tem sido alvo dos aliados do alagoano.

A questão das emendas, no entanto, não é a única razão da crise. A decisão do governo de demitir o primo de Arthur Lira da superintendência do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) em Alagoas também contribuiu para elevar a troca de farpas.

O **Valor** apurou que, imediatamente após o desligamento do parente dele do Incra, o ministro da Casa Civil, Rui Costa, procurou Lira para negar que Padilha estivesse envolvido nesse episódio. Segundo interlocutores, Rui Costa teria sugerido, inclusive, mostrar as conversas que teve com Padilha, num aplicativo de troca de mensagens, sobre este assunto, como forma de comprovar sua versão dos fatos, mas Lira não teria achado necessário.

Como parte da ofensiva para estancar a crise entre Planalto e o Congresso Nacional, Padilha e Rui Costa também jantaram na segunda-feira com os vice-líderes da base aliada do governo na Câmara. O intuito foi reunir os deputados governistas para uma conversa mais ampla "sobre política", já que o governo tem sofrido recorrentes problemas na relação com o Parlamento.

INÊS249

Congresso Para Adroaldo Portal, sua equipe tem "muita preocupação" com o impacto disso para a sustentabilidade do regime previdenciário

Secretário do RGPS diz que PL dos aplicativos 'não se sustenta'

MINISTÉRIO DO TRABALHO — 15/4/2024

Marinho: "Esqueçam as narrativas. Vamos focar no conteúdo para construir proteção para vocês [motoristas]"

Raphael Di Cunto e Marcelo Ribeiro
De Brasília

O secretário do Regime Geral de Previdência Social, Adroaldo Portal, afirmou nessa quinta-feira que o projeto de lei enviado pelo governo para regulamentar a profissão de motorista por aplicativo "não se sustenta" do ponto de vista atuarial e que sua equipe tem "muita preocupação" com o impacto disso para a sustentabilidade do regime previdenciário.

"O Estado brasileiro, ao propor este texto, está assumindo o ônus de uma necessidade de financiamento da Previdência. Resumidamente, o Estado assume um buraco. Esse desenho de contribuição, do ponto de vista atuarial, não se sustenta", disse, ao participar de audiência pública na Comissão de Indústria, Comércio e Serviços da Câmara, onde agora tramita a proposta.

Ele destacou que a contribuição será calculada sobre 25% do faturamento. Por isso, a alíquota não será de 20% para as empresas, mas, na prática, de 5%. "O motorista não pagará 7,5%. A contribuição será de 1,7%", disse. Portal pontuou que o Microempreendedor Individual (MEI) para os motoristas, que é a alternativa que existe hoje, é facultativo e tem alta taxa de inadimplência.

O secretário não apresentou dados sobre o valor do impacto do projeto nas contas da previdência — dado também ignorado pelo governo ao enviar o texto—, mas disse que o governo Lula (PT) aceitou o déficit previdenciário como forma de reconhecer a importância dos trabalhadores de aplicativo e o alto grau de vulnerabilidade deles. "Foi a proposta que o Brasil entende, neste momento, como necessária."

Diretor de Políticas Públicas do Uber, Ricardo Leite defendeu a metodologia adotada no projeto para calcular o valor mínimo por hora trabalhada e diz que há preocupação com propostas de garantir ganho mínimo por viagem. "Isso é potencialmente problemático. Isso, de certa forma, tabela o preço de um setor que é aberto à livre concorrência", disse. "Vai subir em 20%, 40%, 50% o preço para o consumidor. E impactar o número de viagens."

> "Ao propor este texto [...], o Estado assume um buraco"
> *Adroaldo Portal*

O diretor de comunicação e relações públicas da Associação de Motoristas por Aplicativo do Brasil (Ampab), Denis Moura, propôs utilizar o sistema do MEI por garantir "mais autonomia". Para ele, os motoristas precisam de mais transparência sobre o valor das corridas e esse projeto, na verdade, diminuirá a concorrência e beneficiará as plataformas que cobram taxas maiores.

"O que o motorista está enxergando é que esses 20% que a plataforma se disponibiliza a pagar dificultará [o funcionamento dos] aplicativos menores, que cobram menos do que 40% numa corrida. Tem aplicativo que cobra 10%. E como o aplicativo que cobra 10%, e é muito bom para o motorista e para o passageiro, vai pagar os 20%?", questionou.

Analista de relações governamentais da InDrive, Rodrigo Porto afirmou que a empresa cobra apenas 10% dos motoristas, mas o projeto a obrigaria a abrir mão do principal fator concorrencial e aumentar a taxa. "A taxa de 5% significaria impacto negativo de 50% da nossa receita. Acredito que nenhuma empresa conseguiria abrir mão de metade da sua receita", disse. "Seria muito mais sustentável se essa contribuição das empresas fosse feita usando a receita como base."

Presidente da Federação Nacional dos Sindicatos dos Motoristas de Aplicativos (Fenasmapp), Leandro Medeiros disse que o MEI é insuficiente para garantir os direitos dos trabalhadores e destacou que a entidade tem 20 mil ações judiciais contra as plataformas por bloqueios de motoristas. "De cada 10 processos, quando chega como MEI, dez perdem. Se chega como trabalhador comum [na Justiça do Trabalho], nove ganham", afirmou. Ele destacou ainda que a Previdência garantirá direitos em caso de acidente ou morte.

O ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, registrou que o projeto de lei não é só do governo, mas construído com diálogo com as empresas e trabalhadores. "A regulamentação é uma necessidade", sustentou. Ressaltou também que a alíquota do MEI caminhoneiro é 12%, a do projeto é de 7,5% e inclui contribuição da empresa. "Esqueçam as narrativas. Vamos focar no conteúdo para construir proteção para vocês [motoristas]."

Mesmo preso, Brazão teve liberados R$ 6,8 milhões em emendas

Renan Truffi e Mariana Assis
De Brasília

Um mês depois de ser preso como um dos supostos mandantes do assassinato da vereadora Marielle Franco (Psol), o deputado federal Chiquinho Brazão (sem partido-RJ) foi beneficiado com a liberação de R$ 6,8 milhões em emendas parlamentares ao Orçamento. A informação consta do sistema Siga Brasil, que registra a execução, o empenho e o pagamento das emendas de deputados e senadores.

Ao todo, o congressista teve duas emendas empenhadas pelo governo neste mês de abril, ou seja, após sua detenção pela Polícia Federal. A primeira tem o valor de R$ 6,3 milhões e foi direcionada pelo parlamentar para o Fundo Nacional de Saúde, como forma de garantir o custeio dos serviços de assistência hospitalar e ambulatorial. A segunda emenda tem um valor mais baixo, de R$ 500 mil, e também tem como destino final o Fundo Nacional de Saúde.

O direcionamento para que uma emenda seja empenhada é feito, geralmente, pelo ministério atrelado ao órgão para o qual o recurso orçamentário foi destinado. Neste caso em específico, a seleção para o empenho da emenda foi feita pelo Ministério da Saúde, cujo comando está nas mãos de Nísia Trindade. Apesar de o governo controlar o fluxo dessas emendas, o empenho e pagamento são obrigatórios já que se tratam de emendas individuais impositivas ao Orçamento Geral da União.

Nos últimos meses, Nísia tem sido alvo de ataques frequentes do Centrão justamente por conta de uma insatisfação do bloco político com o ritmo lento no pagamento das emendas. A Saúde é um dos ministérios com maior orçamento do governo e, consequentemente, espaço para o empenho desses mecanismos. Por meio de nota, o Ministério da Saúde informou ao **Valor** que o deputado indicou emendas para ações e serviços de saúde em diversos municípios do Estado do Rio.

"Não há ilegalidade no pagamento da emenda em questão, pois trata-se de uma emenda impositiva. Neste caso, a União é obrigada a executá-la, pois foi aprovada. Também é importante esclarecer que a emenda do deputado é referente ao ano de 2023, e deve obrigatoriamente ser quitada em 2024", apontou a pasta em sua nota. "Por fim, cabe ainda ressaltar que os recursos serão destinados ao custeio dos serviços de assistência hospitalar e ambulatorial."

Em 24 de março, Chiquinho Brazão foi preso o irmão, Domingos Brazão, conselheiro do Tribunal de Contas do Estado, e Rivaldo Barbosa, ex-chefe de Polícia Civil do Rio. Todos estão em penitenciárias de segurança máxima. A comunicação do deputado não respondeu ao **Valor** até o fechamento desta edição.

Zanin suspende prorrogação da desoneração da folha e Parlamento reage

Guilherme Pimenta, Beatriz Olivon e Caetano Tonet
De Brasília

O ministro Cristiano Zanin, do Supremo Tribunal Federal (STF), atendeu nessa quinta-feira (25) a um pedido do governo e suspendeu a prorrogação da desoneração da folha de pagamento de municípios e dos 17 setores intensivos em mão de obra até 2027. A decisão cautelar será levada a referendo na sessão virtual que começa na madrugada de sexta-feira e vai até a segunda-feira (6/5). A decisão provocou reações imediatas de parlamentares.

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), afirmou que o governo "erra ao judicializar a política" no caso da desoneração da folha de pagamentos. "O governo federal erra ao judicializar a política e impor suas próprias razões, num aparente terceiro turno de discussão sobre o tema da desoneração da folha de pagamento", declarou. E prosseguiu: "Respeito a decisão monocrática do ministro Cristiano Zanin e buscarei apontar os argumentos do Congresso Nacional ao STF pela via do devido processo legal."

O presidente do Senado disse ainda que tomará "providências políticas" e convocará uma reunião de líderes extraordinária para tratar do tema. "Mas também cuidarei das providências políticas que façam ser respeitada a opção do Parlamento pela manutenção de empregos e sobrevivência de pequenos e médios municípios. Amanhã [hoje], no primeiro horário, me reunirei com a consultoria e a advocacia do Senado para tratar do tema. Uma reunião de líderes do Senado também será convocada extraordinariamente."

Na quarta-feira (24), a Advocacia-Geral da União foi ao STF pedir a inconstitucionalidade da lei que prorrogou a desoneração dos setores e dos municípios, ao defender que a legislação "estabeleceu tais hipóteses de renúncia de receita sem a devida demonstração do impacto orçamentário e financeiro da medida", em linha com o que estava defendendo o ministro da Fazenda, Fernando Haddad.

A Frente Parlamentar do Empreendedorismo, em nota assinada pelo presidente, deputado Joaquim Passarinho (PL-MA), defendeu a desoneração da folha de pagamentos que, na visão dele, gera emprego e renda e diminui o chamado Custo Brasil. "Não há dúvidas de que o movimento do Poder Executivo contribuirá para prolongar o tensionamento nas relações com o Legislativo, que fez valer em cada um dos votos no Congresso Nacional o anseio da sociedade civil organizada, que procura segurança jurídica e redução do Custo Brasil para gerar empregos e renda. Nesse sentido, a judicialização da política simboliza um retrocesso em termos sociais e econômicos", escreveu Passarinho. A nota foi divulgada pelo "G1", site de notícias da Globo.

Sindicatos de trabalhadores e empresas defendem a manutenção da medida, como forma de incentivar o mercado formal de trabalho, ao reduzir o custo de contratação. Especialistas rebatem o argumento do governo e defendem que o sistema é constitucional, já que se trata de prorrogação de um programa, não a criação de um novo incentivo.

O modelo de desoneração da folha de pagamentos de setores da economia foi instituído em 2011, como forma de estimular a geração de empregos. Desde então, foi prorrogado diversas vezes. É um modelo de substituição tributária, mais adequada a setores intensivos em mão de obra. Nele, esses segmentos podem substituir a contribuição previdenciária de 20% sobre salários por alíquota que varia de 1% a 4,5% incidente sobre a receita bruta. Os setores atingidos pelo programa empregam cerca de 9 milhões de pessoas.

No ano passado, o Congresso prorrogou a medida até o fim de 2027. Além disso, estabeleceu que municípios com população inferior a 142,6 mil habitantes poderão ter a contribuição previdenciária reduzida de 20% para 8%.

A decisão, no entanto, foi vetada pelo presidente Lula. Mais tarde, o veto foi derrubado pelo Congresso e, como resposta, o Executivo enviou uma medida provisória, a MP 1202, prevendo novamente o fim dos dois tipos de desoneração, entre outros pontos da agenda fiscal. Segundo Zanin, a medida cautelar é necessária para "evitar verdadeiro desajuste fiscal de proporções bilionárias e de difícil saneamento caso o controle venha a ser feito apenas ao final do julgamento de mérito".

Poderes de investigação do MP têm maioria no Supremo

Isadora Peron
De Brasília

O plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) formou maioria para confirmar, nessa quinta-feira, que o Ministério Público tem poderes para realizar investigações criminais, mas criou novos parâmetros para balizar os procedimentos.

Um dos entendimentos firmados é que o órgão cumpra os mesmos prazos dos inquéritos policiais. Além disso, o Poder Judiciário deve ser comunicado tanto sobre o início quanto sobre o término de todos os procedimentos.

Há pontos, no entanto, em que os ministros ainda apresentam divergências. Um deles é se o Ministério Público precisará de autorização judicial para prorrogar qualquer investigação ou apenas aquelas que possuam réus presos. O julgamento foi suspenso pelo presidente do STF, Luís Roberto Barroso, e será retomado na quinta-feira (2 de maio).

Ao votar, ainda na quarta-feira, o relator do caso, ministro Edson Fachin, lembrou que o STF já decidiu, em outro julgamento, que as polícias não têm exclusividade na instauração de procedimentos criminais. "O monopólio de poderes é um convite ao abuso de poder", afirmou.

O relator, que elaborou um voto conjunto com o decano Gilmar Mendes, também defendeu ser obrigatório a investigação pelo MP sempre que houver "mortes, ferimentos graves ou outras consequências sérias" durante operações policiais. Esse ponto, no entanto, ainda será aprofundado pelos ministros na próxima sessão.

Ao todo, três ações estão sendo analisadas e foram propostas por partidos como o PL e entidades, entre elas a Associação dos Delegados de Polícia do Brasil (Adepol). A possibilidade de o Ministério Público conduzir investigações é um tema frequentemente contestado pelas polícias civis e federais.

O caso começou a ser julgado em dezembro de 2022, em sessão virtual, mas foi transferido para o plenário físico a pedido da Procuradoria-Geral da República (PGR). Ao se manifestar na quarta-feira, o representante da PGR, Hindenburgo Chateaubriand, defendeu que membros dos diversos ramos do Ministério Público brasileiro podem instaurar e conduzir investigações criminais e disse que o órgão não defende "a ausência de fiscalização das suas atividades persecutórias".

O debate tem como pano de fundo o que foi definido pelo STF para a implementação do chamado juiz das garantias. O modelo prevê que o magistrado que atuar na instrução do processo não deve ser o mesmo que vai analisar a denúncia. Ao analisar o caso, em agosto do ano passado, a Corte definiu que os atos praticados pelo Ministério Público em uma investigação deveriam ser submetidos "ao controle judicial".

Curta

Recursos

O Ministério Público Eleitoral (MPE) defendeu que seja rejeitado o recurso apresentado pela defesa de Jair Bolsonaro (PL) para reverter a decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) que tornou o ex-presidente inelegível. O processo, que tramita no Supremo Tribunal Federal (STF), refere-se à ação em que Bolsonaro foi condenado por fazer ataques e divulgar "fake news" sobre as urnas eletrônicas durante uma reunião com embaixadores estrangeiros, em junho de 2022. O órgão também se manifestou contra o pedido apresentado pela defesa de Bolsonaro para que o ministro Cristiano Zanin, relator do recurso, seja declarado impedido ou suspeito para atuar no caso. Os advogados questionaram o fato de Zanin ter sido o advogado do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) durante a campanha eleitoral de 2022.

Cenário Aumento das importações tirou um ponto porcentual do PIB, enquanto os gastos de consumo continuaram em ritmo forte

Economia dos EUA desacelera no 1º tri, mas inflação volta a subir

Paul Wiseman
Associated Press, de Washington

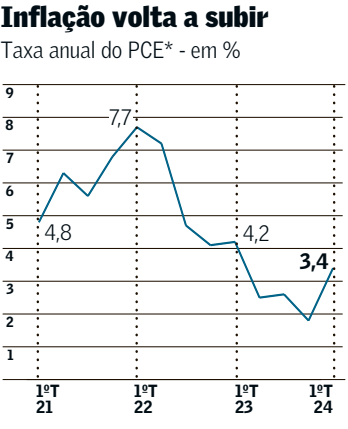
A economia dos EUA se desacelerou significativamente no primeiro trimestre, para uma taxa anualizada de 1,6%, face às altas taxas de juros, mas os consumidores — o principal motor do crescimento econômico — continuaram gastando em um ritmo sólido.

O Departamento do Comércio informou ontem que o PIB — a produção total dos bens e serviços de uma economia — desacelerou no primeiro trimestre em relação ao crescimento anualizado de 3,4% do quarto trimestre de 2023.

Um forte aumento das importações reduziu o crescimento do primeiro trimestre em quase 1 ponto porcentual. O crescimento também foi afetado pela redução dos estoques pelas empresas. Essas duas categorias tendem a flutuar bastante de trimestre para trimestre. Por outro lado, os principais componentes da economia ainda parecem robustos. Juntamente com as famílias, as empresas ajudaram a movimentar a economia no trimestre passado com um ritmo forte de investimentos.

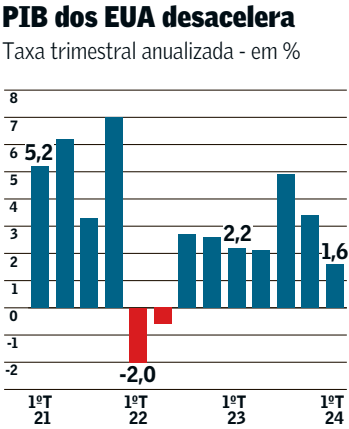
Os números das importações e dos estoques podem ser voláteis, de modo que "ainda há uma grande de dinâmica implícita positiva", disse Paul Ashworth, economista da consultoria Capital Economics.

Mas a economia continua criando pressões, uma preocupação para o Federal Reserve (Fed, o banco central americano). Uma medida da inflação também divulgada ontem acelerou para uma taxa anual de 3,4% no primeiro trimestre, de 1,8% no quarto trimestre de 2023. Foi a maior alta em um ano. Excluindo-se os preços voláteis dos alimentos e da energia, o chamado núcleo da inflação subiu 3,7%, ante 2% no quarto trimestre de 2023.

Os gastos dos consumidores aumentaram 2,5% ao ano no primeiro trimestre, um ritmo sólido, embora abaixo da taxa de mais de 3% em cada um dos dois trimestres anteriores. Os gastos dos americanos com serviços — tudo que vai de ingressos de cinema e refeições em restaurantes, a gastos com passagens aéreas e consultas médicas — aumentaram 4%, o maior número desde a metade de 2021.

Mas eles reduziram os gastos com bens como utensílios domésticos e móveis — queda de 0,1%, a primeira queda desde o terceiro trimestre de 2022.

Gregory Daco, economista-chefe da consultoria EY, observa que os fundamentos da economia parecem estar sólidos, mesmo que esteja desacelerando em relação ao ritmo extraordinariamente vigoroso do ano passado. Ele observa que o aumento das importações é um "sinal de demanda sólida" dos consumidores americanos por bens estrangeiros. Mesmo assim, Daco diz que o "ímpeto da economia está esfriando".

"É improvável que seja um grande retrocesso", diz ele, "mas provavelmente veremos uma esfriamento como resultado do fato de os consumidores estarem selecionando mais os seus gastos."

O estado da economia dos EUA ganha destaque entre os americanos à medida que a companha presidencial se intensifica. Embora a inflação tenha caído bastante em relação ao pico de 9,1% em 2022, os preços continuam bem acima dos níveis pré-pandemia. Pesquisas de intenção de voto mostram que apesar do mercado de trabalho saudável, um mercado de ações em níveis recordes e a forte retração da inflação, muitos culpam o presidente democrata Joe Biden pelos preços altos.

O PIB do último trimestre interrompeu uma sequência de seis trimestres seguidos de um crescimento anualizado do pelo menos 2%. A taxa de 1,6% foi também a menor desde que a economia de fato encolheu no primeiro e segundo trimestres de 2022.

A desaceleração gradual da economia reflete, em grande parte, as taxas de juros muito mais elevadas dos financiamentos para a aquisição de moradias e automóveis, cartões de crédito e muitos empréstimos para as empresas após 11 aumentos nas taxas de juros pelo Fed para domar a inflação.

Mesmo assim, os EUA continuaram superando as demais economias avançadas. O Fundo Monetário Internacional (FMI) projetou que a maior economia do mundo crescerá 2,7% em 2024, de 2,5% no ano passado, e que é mais do que o dobro do crescimento previsto pelopara a Alemanha, França, Itália, Japão, Reino Unido e Canadá.

As empresas têm investido em fábricas, depósitos e outras instalações, encorajadas pelos incentivos federais à fabricação de chips de computadores e à tecnologia verde nos EUA. Por outro lado, seus gastos com equipamentos têm sido fracos. E com as importações superando as exportações, acredita-se que o comércio internacional tenha sido um obstáculo ao crescimento no primeiro trimestre.

Kristalina Georgieva, a diretora-gerente do FMI, alertou na semana passada que "o outro lado" do forte crescimento econômico dos EUA é que está "demorando mais que o esperado" para a inflação retornar à meta de 2% do Fed.

A inflação disparou no segundo trimestre de 2021, com a economia se recuperando mais rápido do que se esperava da recessão causada pela covid-19, provocando um grave problema de oferta. A invasão da Ucrânia pela Rússia em fevereiro de 2022 inflou os preços da energia e dos cereais dos quais o mundo depende. O Fed respondeu aumentando agressivamente os juros entre março de 2022 e julho de 2023. Apesar das previsões generalizadas de uma recessão, a economia provou-se resistente.

A inflação, a principal fonte de descontentamento dos americanos com a economia, desacelerou de 9,1% em junho de 2022 para 3,5%. Mas esse progresso diminui de ritmo recentemente.

Inflação volta a subir
Taxa anual do PCE* - em %

Fonte: U.S. Bureau of Labor Statistics. Elaboração: Valor Data. *Índice de preços de gastos com consumo

PIB dos EUA desacelera
Taxa trimestral anualizada - em %

Fonte: U.S. Bureau of Labor Statistics. Elaboração: Valor Data

> "O aumento das importações é um sinal de sólida demanda interna" *Gregory Daco*

Lei mais sobre o PIB dos EUA na pág. C2

MARK SCHIEFELBEIN/AP

Blinkem fala para estudantes da Universidade de Nova York em Xangai

Blinken é recebido na China em meio a tensão comercial e diplomática

Agências internacionais

A China alertou ontem os EUA que os dois países devem escolher entre "confronto ou cooperação", enquanto o secretário de Estado americano, Antony Blinken, iniciava sua visita oficial ao país, em meio a tensões comerciais e ameaças de sanções contra Pequim por seu apoio à Rússia na sua guerra contra a Ucrânia.

"Se China e EUA escolherem cooperação ou confronto, isso afetará o bem-estar de ambos os povos, das nações e da humanidade no futuro", afirmou o secretário do Partido Comunista da China em Xangai, Chen Jining, após reunir-se com Blinken.

A escalada das tensões entre os dois países se acelerou nos últimos meses, com acusações dos EUA de que a China estaria apoiando a máquina industrial militar da Rússia na guerra contra a Ucrânia.

Durante o encontro, Blinken também confrontou a China ao afirmar que empresas americanas precisam de um campo de jogo equitativo na China e mencionou "práticas econômicas que não são de mercado" no país asiático, de acordo um comunicado do porta-voz do Departamento de Estado, Matthew Miller.

"Temos a obrigação para com nosso povo — de fato, uma obrigação para com o mundo — de gerenciar o relacionamento entre nossos dois países de forma responsável", disse Blinken.

Por outro lado, a China rejeitou as críticas comerciais dos EUA, dizendo que suas práticas estão de acordo com as regras internacionais. Em entrevista coletiva, o porta-voz do Ministério das Relações Exteriores, Wang Wenbin, pediu que o governo do presidente dos EUA, Joe Biden, coopere no desenvolvimento de laços comerciais estáveis entre os dois países.

Blinken também deve manter na China conversas com líderes empresariais americanos em Xangai antes de seguir para Pequim para reuniões, hoje. Entre os contatos, ele pode se reunir com o presidente chinês, Xi Jinping.

Estímulos elevam fatia dos EUA no PIB global a 26,3%

Análise

Greg Ip
Dow Jones

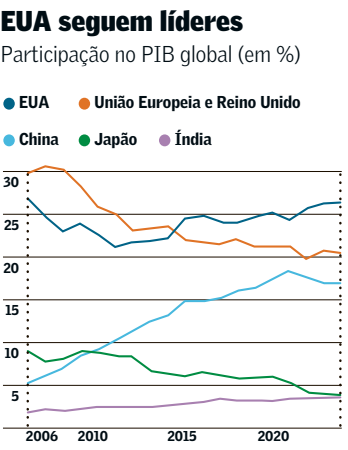
Se você quiser um único número que capture o tamanho da economia dos EUA, aqui está ele: neste ano, os EUA representarão 26,3% do Produto Interno Bruto (PIB) mundial, a maior proporção em quase 20 anos.

O cálculo se baseia nas projeções recentes do Fundo Monetário Internacional (FMI). A participação da Europa no PIB global caiu 1,4 ponto percentual desde 2018, e a do Japão, 2,1 pontos. Em contraste, a participação dos EUA aumentou 2,3 pontos.

A fatia da China também aumentou desde 2018. No entanto, em vez de ultrapassar os EUA como a maior economia do mundo, a economia chinesa diminuiu para 64% do tamanho dos EUA, abaixo dos 67% em 2018.

Em outras palavras, apesar das guerras comerciais, da pandemia, da inflação e das divisões sociais, os EUA vêm ganhando terreno em relação a seus pares econômicos com base nessa métrica, reconhecidamente simples.

Uma ressalva: esses números se baseiam nos preços e taxas de câmbio atuais. Pelo critério da paridade do poder de compra, que ajusta os diferentes níveis de preços entre os países, a participação dos EUA no PIB mundial seria menor e a dos grandes emergentes, como China e Índia, muito maior.

Mas você não paga petróleo, iPhones ou munições de artilharia pela paridade do poder de compra. Os preços e taxas de câmbio atuais capturam melhor o poder econômico relativo de um país. Além disso, as moedas são indicadores da força econômica, e os EUA têm superado seus pares mesmo após ajustes para inflação e taxas de câmbio.

O crescimento econômico real dos EUA tem sido muito maior que o do Japão ou da Europa nos últimos dois anos. A China cresceu mais, mas há motivos para suspeitar que seus dados superestimem a realidade.

Os salários nos EUA (ajustados pela inflação) estão próximos ao nível anterior à pandemia, enquanto em outras economias avançadas estão mais baixos, segundo o FMI.

Isso não quer dizer que os americanos deveriam sentir certa satisfação com salários reais estagnados ou alta inflação só porque as pessoas em outros lugares estão ainda piores.

Mesmo assim, vale a pena estudar os motivos pelos quais os EUA vêm tendo desempenho acima da média. Em resumo, há uma razão encorajadora e uma preocupante.

A encorajadora é que, estruturalmente, os EUA continuam a inovar e a colher as recompensas disso, a julgar pelas ações das gigantes tecnológicas e pela adoção da inteligência artificial. Os EUA têm se mostrado melhores em aumentar a produtividade (produção por trabalhador).

Também têm se beneficiado do que os economistas chamam de termos internacionais de troca: o preço do que exportam, em especial o gás natural, subiu mais do que o preço do que importam. Na Europa, ocorreu o contrário.

A razão preocupante para o crescimento mais forte nos EUA é o endividamento do governo — o que inclui as captações para o corte de impostos de 2018 do ex-presidente Donald Trump, os fundos bipartidários contra a covid-19 em 2020 e o estímulo de 2021 do presidente Joe Biden.

Na verdade, Washington continua a injetar estímulos, embora não com esse rótulo: centenas de bilhões de dólares em benefícios para veteranos de guerra, a infraestrutura, a fabricação de semicondutores e a energia renovável.

Os déficits dos EUA estão em cerca de 2% do PIB acima do que o FMI previa no fim de 2022. No futuro previsível, serão os maiores, de longe, entre as principais economias avançadas.

A longo prazo, os déficits inflam as futuras contas de juros a pagar e diminuem o investimento privado. Mas eles já podem estar levando a perigosos desequilíbrios neste momento.

Os déficits se justificavam quando o desemprego estava alto, a demanda privada, anêmica e a inflação e as taxas de juros, baixas. Nada disso é verdade agora.

Em vez disso, Biden e o Congresso continuam a estimular a demanda em uma economia onde há excesso dela. Até fevereiro, Biden cancelou US$ 138 bilhões em dívidas dos estudantis — e acabou de divulgar planos para cancelar alguns bilhões a mais — o que aumenta diretamente o poder de compra dos devedores. Dos US$ 95 bilhões em ajuda para Ucrânia, Taiwan e Israel aprovados pelo Congresso, US$ 57 bilhões retornarão a produtores dos EUA na forma de mais compras de armas.

Essa é uma razão pela qual a inflação, embora menor do que há um ano, está incrustada acima da meta de 2% do Federal Reserve (Fed, banco central dos EUA). O FMI estima que o núcleo da inflação (que exclui alimentos e energia) está 0,5 ponto percentual mais alto do que seria de outra forma, em razão da política fiscal.

Isso impede o Fed de reduzir os juros de curto prazo e, combinado com a enxurrada de títulos de dívida do Tesouro para financiar o déficit, vêm elevando os rendimentos dos bônus de longo prazo.

Os manuais indicam que uma combinação de política monetária contracionista e política fiscal expansionista atrairá capital externo e valorizará o dólar. Isso costuma precipitar crises financeiras em países emergentes, com desvalorização das taxas de câmbio, calotes de governos e quebras de bancos.

O dólar de fato valorizou-se neste ano. Isso não enfraqueceu os países emergentes, que em termos gerais estão em melhor forma do que em crises anteriores, embora o risco mereça ser observado. Mas pode desestabilizar a economia internacional de outra forma: por meio do protecionismo.

Em 1971, o alto nível da inflação e dos déficits governamentais resultaram em um dólar sobrevalorizado e em déficits comerciais. Depois de o governo Nixon impor uma sobretaxa de 10% sobre as importações, a Alemanha Ocidental e o Japão aceitaram rever o valor de suas moedas em relação ao dólar.

A solução macroeconômica seria os EUA estimularem menos sua economia e a China estimular mais a sua. Nem uma coisa nem outra parecem prováveis.

A economia dos EUA ainda pode ser a rainha, mas seu reinado não será harmonioso.

EUA seguem líderes
Participação no PIB global (em %)

Fonte: FMI. Obs.: A preços e taxas de câmbio atuais. Os números para 2024 são projeções

Washington eleva pressão para conter a Huawei

Demetri Sevastopulo, Kana Inagaki e Andy Bounds
Financial Times, de Washington, Tóquio e Bruxelas

Os Estados Unidos estão pressionando aliados na Europa e Ásia para que ampliem restrições às exportações de tecnologias e ferramentas relacionadas a chips para a China, em meio às preocupações com o desenvolvimento de semicondutores avançados pela Huawei.

Washington quer que Japão, Coreia do Sul e Holanda usem os controles às exportações existentes de forma mais agressiva, incluindo a proibição de seus engenheiros de prestarem assistência a ferramentas de produção de chips em fábricas de semicondutores avançados na China, segundo cinco fontes a par das discussões.

O governo Biden introduziu controles abrangentes às exportações em 2022 que incluíram a proibição de "indivíduos dos EUA" — cidadãos e empresas americanas — prestarem apoio direto ou indireto a certas fábricas de chips avançados na China. Mas há bem menos restrições impedindo que grupos chineses contratem engenheiros de países aliados dos EUA.

"Para tornar os controles mais eficazes contra a China e nivelar as condições de concorrência para a indústria dos EUA, os aliados precisam proibir que suas empresas forneçam serviços que ajudem na produção de circuitos integrados com nodos avançados na China", disse Kevin Wolf, um especialista em controles de exportação da firma a advocacia Akin Gump.

Os EUA estão cada vez mais preocupados com a velocidade com que os grupos chineses estão desenvolvendo chips avançados, apesar dos controles americanos mais rígidos. Quando a secretária do Comércio Gina Raymondo visitou a China no ano passado, a Huawei anunciou o Mate 60 Pro, um telefone celular com um chip avançado que surpreendeu os especialistas em controles de exportação do governo dos EUA.

Washington também quer que seus aliados tornem mais difícil para a China contornar as restrições americanas. Em particular, os americanos querem dificultar para empresas de outros países fornecerem para a China itens que incluam tecnologias produzidas no Japão, Coreia do Sul e Holanda.

Os EUA usam a chamada "Regra de Produto Direto Estrangeiro" (FDPR, na sigla em inglês) para atingir a Huawei. Ela permite ao Departamento do Comércio impedir companhias não americanas de fornecer à Huawei itens contendo tecnologias americanas, mesmo fabricados fora dos EUA. Mas os aliados não implementaram medidas capazes de produzir um impacto semelhante.

Uma fonte a par da situação disse que os EUA não estão pedindo aos aliados que criem novos mecanismos nos moldes da FDPR, e sim que eles usem regimes já existentes de controles às exportações.

A Casa Branca e o Departamento do Comércio não quiseram comentar. O Ministério da Economia do Japão e o governo holandês também não quiseram comentar. O Ministério da Indústria, Comércio e Energia da Coreia do Sul disse "não ter conhecimento" de qualquer pedido dos EUA para endurecer seus controles às exportações.

Não está claro como os aliados responderão. Eles apertaram as regras às exportações de tecnologias de fabricação de chips depois dos controles americanos de 2022. Algumas companhias asiáticas estão frustradas com o fato de os EUA continuarem permitindo que algumas de suas empresas, como a Qualcomm, forneçam chips para a Huawei, ao mesmo tempo em que Washington pressiona os aliados.

Autoridades de países aliados argumentam que é necessário ter engenheiros em grupos chineses para ajudá-las a monitorar a atividade local, segundo uma fonte envolvida nas discussões.

ECONÔMICO
Valor

Congresso precisa evitar novas isenções na reforma tributária

O sistema tributário nacional foi injusto, regresssivo, difícil de operar, oneroso para se cumprir e repleto de lacunas que levaram ao maior número de recursos judiciais imaginável. Chegou a hora da verdade para ele. O Executivo apresentou na quarta ao Congresso as linhas gerais do que serão o Imposto sobre Bens e Serviços (agregando ISS e ICMS), a cargo de Estados e municípios, e a Contribuição sobre Bens e Serviços, federal, unindo PIS e Cofins. Há ainda dois projetos normatizando o conselho que vai gerir o CBS e projeto de lei ordinário delineando o Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional. Será um tarefa complexa, tecnicamente difícil e politicamente delicada. Setores que se beneficiaram das distorções do sistema anterior tentarão obter vantagens para si, e os que viram seus interesses contrariados pela promulgação da Emenda Constitucional 132 buscarão na regulamentação modificar as regras.

Será a primeira reforma tributária do país feita em um regime democrático, e, após mais de três décadas de discussões e frustrações, chegou-se a um texto razoavelmente equilibrado, que ataca frontalmente as mazelas das regras em vigor. São 499 artigos, 24 anexos e 360 páginas, guiados por uma lógica que percorre todas suas partes. A missão que cabe ao Congresso agora é impedir que as emendas de todo tipo — mais de uma dezena de projetos surgiram já antes da apresentação da proposta oficial — desfigurem e desequilibrem o projeto original sem, no entanto, deixar de acolher aprimoramentos possíveis que serão feitos.

A espinha dorsal da reforma não pode ser quebrada. Ela prevê o fim da cumulatividade dos impostos, com os setores em cada etapa do processo produtivo ou de serviços se creditando de impostos pagos no estágio anterior, a mudança da tributação da origem para o destino e a desoneração de investimentos e exportações. Para aparar as arestas políticas e tornar a reforma viável no Congresso, foi estabelecido que as mudanças não alterarão a carga tributária vigente, embora possa subir para determinados segmentos e cair em outros. A grande disputa de interesses econômicos começa aí.

O Executivo reduziu o desenho da cesta básica nacional, com 15 itens que terão alíquota zero nos dois impostos, o federal e o estadual. Mesmo retirando as dezenas de itens que tinham isenção — como salmão e foie gras — a política ainda não é focada nas camadas mais pobres. O ideal seria criar o sistema de cashback também para os itens básicos. Outra cesta de 14 produtos terá desconto de 60% da alíquota integral, na qual estão incluídos carnes, peixes e crustáceos, além de óleos vegetais (exceto soja, isento). Vários produtos que antes tinham isenção pagarão agora alíquota cheia, o que desagrada à Frente Parlamentar da Agropecuária, que quer incluir mais produtos com alíquota zero e é contra o cashback nos produtos que têm isenção de 60% da alíquota.

O Imposto Seletivo, criado para desestimular o uso de produtos prejudiciais à saúde e meio ambiente, tem potencial para atrair tentativas de mudanças. Na categoria entraram veículos, aeronaves, embarcações, bebidas alcoólicas e açucaradas, cigarros, petróleo, gás — e também o minério de ferro, não muito explicado, mas de enorme potencial arrecadador. O governo comete sério equívoco ao não incluir armas de fogo, altamente nocivas, como objeto desse imposto. Alimentos ultraprocessados em geral, mesmo com a discussão sobre os danos à saúde, ficaram fora, mas as bebidas açucaradas foram contempladas, para revolta do setor.

As exceções criadas pelos regimes especiais foram mais longe do que o pretendido pelos idealizadores da reforma, mas mesmo assim, se permanecerem como estão, ainda são toleráveis. O governo estimava uma carga tributária final em torno de 21%, mas os acréscimos feitos pelo Congresso elevarão a média final. Os lobbies tendem a atuar para incluir mais setores nesses regimes ou tentar criar novos regimes especiais. Um dos alvos pode ser o setor de serviços, que terá redução de 30% da alíquota para 18 categorias profissionais, entre elas advogados, arquitetos, engenheiros e economistas.

Quanto mais setores da economia forem incluídos em regimes especiais, maior será a carga de impostos resultante. O governo estima que do jeito que foi apresentado, o projeto tem alíquotas de 25,7% a 27,3%, com média de 26,5%. É uma das maiores cargas tributárias do mundo, mas, ainda assim, reflete apenas aquilo que consumidores e empresas já pagam no sistema vigente. O Congresso deve trabalhar para que não haja proliferação dos regimes especiais ou o inchaço dos que estão na proposta do Executivo.

Não está definida em detalhes a tramitação. Há a proposta na Câmara de dois ou mais relatores, quando o ideal poderia ser um, com a visão de conjunto do rumo das discussões e a pertinência das várias emendas com o espírito que inspirou o projeto de lei complementar.

A reforma corre riscos, mas o exemplo dado pelo Congresso ao aprovar a emenda constitucional em dezembro indica que pode chegar a um final feliz. Apesar do mau momento por que passam as propostas do governo Lula no Congresso, os presidentes das Casas pretendem deixar como seu legado a mais importante reforma em décadas.

GRUPO GLOBO

Conselho de Administração
Presidente: João Roberto Marinho

Vice-presidentes:
José Roberto Marinho e Roberto Irineu Marinho

Valor ECONÔMICO
é uma publicação da Editora Globo S/A

Diretor Geral: Frederic Zoghaib Kachar

Diretora de Redação: Maria Fernanda Delmas
Princípios editoriais do Grupo Globo: http://glo.bo/pri_edit

Editor-executivo de Opinião
José Roberto Campos
(jose.campos@valor.com.br)
Editores-executivos
Catherine Vieira
(catherine.vieira@valor.com.br)
Fernando Torres
(fernando.torres@valor.com.br)
Robinson Borges
(robinson.borges@valor.com.br)
Sergio Lamucci
(sergio.lamucci@valor.com.br)
Zinia Baeta
(zinia.baeta@valor.com.br)
Sucursal de Brasília
Fernando Exman
(fernando.exman@valor.com.br)
Sucursal do Rio
Francisco Góes
(francisco.goes@valor.com.br)
Editora do Núcleo de Política e Internacional
Fernanda Godoy
(fernanda.godoy@valor.com.br)
Editora do Núcleo de Finanças
Talita Moreira
(talita.moreira@valor.com.br)
Editora do Núcleo de Empresas
Mônica Scaramuzzo
(monica.scaramuzzo@valor.com.br)
Editora de Tendências & Tecnologia
Cynthia Malta
(cynthia.malta@valor.com.br)
Editor de Brasil
Eduardo Belo
(eduardo.belo@valor.com.br)
Editor de Agronegócios
Patrick Cruz
patrick.cruz@valor.com.br

Editor de S.A.
Nelson Niero
(nelson.niero@valor.com.br)
Editora de Carreira
Stela Campos
(stela.campos@valor.com.br)
Editor de Cultura
Hilton Hida
(hilton.hida@valor.com.br)
Editor de Legislação & Tributos
Arthur Carlos Rosa
(arthur.rosa@valor.com.br)
Editora Visual Multiplataformas
Luciana Alencar
(luciana.alencar@valor.com.br)
Editora Valor Online
Paula Cleto
(paula.cleto@valor.com.br)
Editora Valor PRO
Roberta Costa
roberta.costa@valor.com.br
Coordenador Valor Data
William Volpato
(william.volpato@valor.com.br)
Editora de Projetos Especiais
Célia Rosemblum(celia.rosemblum@valor.com.br)
Repórteres Especiais
Adriana Mattos
(adriana.mattos@valor.com.br)
Alex Ribeiro (Brasília)
(alex.ribeiro@tvalor.com.br)
César Felício
(cesar.felicio@valor.com.br)
Daniela Chiaretti
(daniela.chiaretti@valor.com.br)
Fernanda Guimarães
(fernanda.guimaraes@valor.com.br)
João Luiz Rosa
(joao.rosa@valor.com.br)
Lu Aiko Otta
(lu.aiko@valor.com.br)
Marcos de Moura e Souza
(marcos.souza@valor.com.br)
Maria Cristina Fernandes
(mcristina.fernandes@valor.com.br)
Marli Olmos
(marli.olmos@valor.com.br)
Correspondente internacional
Assis Moreira (Genebra)
(assis.moreira@valor.com.br)
Correspondentes nacionais
Cibelle Bouças (Belo Horizonte)
(cibelle.boucas@valor.com.br)
Marina Falcão (Recife)
(marina.falcao@valor.com.br)

VALOR INVESTE
Editora: Daniele Camba
(daniele.camba@valor.com.br)

PIPELINE
Editora: Maria Luíza Filgueiras
(maria.filgueiras@valor.com.br)

VALOR INTERNATIONAL
Editor: Samuel Rodrigues
(samuel.rodrigues@valor.com.br)

NOVA GLOBO RURAL
Editor-executivo:
Cassiano Ribeiro
cassianor@edglobo.com.br

Valor PRO / Diretor de Negócios Digitais Tarcísio J. Beceveli Jr. (tarcisio.junior@valor.com.br)
Para assinar o serviço em tempo real Valor PRO: falecom@valor.com.br ou 0800-003-1232

Filiado ao IVC (Instituto Verificador de Comunicação) e à ANJ (Associação Nacional de Jornais)
Valor Econômico Av. 9 de Julho, 5229 – Jd. Paulista – CEP 01407-907 – São Paulo - SP. **Telefone** 0 xx 11 3767 1000

Departamentos de Publicidade Impressa e On-line
SP: Telefone 0 xx 11 3767-7955, **RJ** 0 xx 21 3521 1414, **DF** 0 xx 61 3717 3333.
Legal SP 0 xx 3767 1323
Redação 0 xx 11 3767 1000. **Endereço eletrônico** www.valor.com.br
Sucursal de Brasília SCN Quadra 05 Bloco A-50 – Brasília Shopping – Torre Sul – sala 301 – 3º andar – Asa Norte – Brasília/DF - CEP 70715-900
Sucursal do Rio de Janeiro Rua Marques de Pombal, 25 – Nível 2 – Bairro: Cidade Nova – Rio de Janeiro/RJ – CEP 20230-240

Publicidade - Outros Estados
BA/SE/PB/PE e Região Norte Canal Chetto Comun. e Rep. Tel./Fax: (71) 3043-2205
MG/ES - Sat Propaganda Tel./Fax: (31) 3264-5463/3264-5441
PR - SEC - Soluções Estratégicas em Comercialização Tel./Fax: (41) 3019-3717
RS - HRM Representações Tel./Fax: (51) 3231-6287 / 3219-6613
SC - Marcucci & Gondran Associados Tel./Fax: (48) 3333-8497 / 3333-8497

Para contratação de assinatura e atendimento ao assinante, entre em contato pelos canais: Call center: **0800 7018888**, whatsapp e telegram: **(21) 4002 5300.** Portal do assinante: **portaldoassinante.com.br.** Para assinaturas corporativas e-mail: **corporate@valor.com.br**
Aviso: o assinante que quiser a suspensão da entrega de seu jornal deve fazer esse pedido à central de atendimento com 48 horas de antecedência

Preço de nova assinatura anual (impresso + digital) para as regiões Sul e Sudeste: **R$ 1.738,80 ou R$ 144,90 mensais.** Demais localidades, consultar o Atendimento ao Assinante. **Tel: 0800 7018888.** Carga tributária aproximada: 3,65%

CARBON FREE

PL tece conexão errada com o Acordo de Paris e ignora papel de vanguarda do país. Por **Marcos da Costa Cintra**

O Brasil como importador de créditos de carbono

No palco global do ativismo ambiental, o Brasil ensaia um papel de nuances irônicas. Celebrado por sua vastidão amazônica, pela proeminência de seus biocombustíveis e pela fama de sua matriz energética notavelmente limpa, o país se vê à beira de uma condição inusitada: tornar-se importador de créditos de carbono.

Esse cenário peculiar é resultado do comprometimento hesitante dos países desenvolvidos em relação ao mercado de carbono e da propensão nacional em conceber leis que oneram o cidadão e tiram competitividade de nossa economia. É o caso do Projeto de Lei 2.148/15, que cria o Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões de Gases de Efeito Estufa (SBCE), já aprovado na Câmara e prestes a ser votado no Senado.

O PL mistura a regulamentação do mercado de carbono no Brasil com negociações climáticas internacionais, tecendo uma conexão equivocada com o Acordo de Paris. Ao dar a impressão de que seria a primeira incursão do país em iniciativas de combate ao aquecimento global, o texto ignora o papel de vanguarda do Brasil na questão climática, que remonta à sua participação fundadora na Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC), fruto da Eco-92, realizada no Rio.

O Brasil é um líder histórico nessas discussões, criando, já em 1999, uma Autoridade Nacional Designada e ratificando o Protocolo de Quioto em 2002, que originou o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) e permitiu a geração e venda de créditos de carbono a nações desenvolvidas. O país colheu benefícios, sobretudo nos governos de Lula (2003 a 2010), quando o MDL prosperou e as Reduções Certificadas de Emissão (RCEs) do Brasil figuraram entre os principais produtos de exportação do país.

Com um investimento unilateral de US$ 25 bilhões em 400 projetos voltados à redução das emissões de CO_2, governo e empresas brasileiras abateram anualmente 50 milhões de toneladas de CO_2, acumulando diminuição de 450 milhões de toneladas no período de validade dos créditos. O panorama sofreu uma reviravolta em 2013, quando as nações desenvolvidas, lideradas pela União Europeia, mudaram unilateralmente as regras do jogo. Elas proibiram o uso das RCEs provenientes do Brasil, China, Índia, México e Coreia no cumprimento de suas metas de redução de emissões, passando a comprar apenas uma pequena fração dos créditos gerados por essas nações.

Isso desvalorizou as RCEs, que passaram a centavos de dólar por tonelada de CO_2. Ou seja, foi uma mudança regulatória, e não lacunas na legislação brasileira sobre mercado de carbono, que secou a demanda internacional. Mesmo com o Acordo de Paris em 2015, esse quadro persiste, com a demanda dos países ricos falhando. Adicionalmente, relatórios da UNFCCC indicam redução das metas dos países desenvolvidos para 2030, o que pode levar a um aumento nas emissões em comparação com 2020, projetando, nesse horizonte, poucas oportunidades para o Brasil no mercado externo de carbono.

Em oposição às nações ricas, que sugerem postergar seus compromissos, o Brasil segue como exemplo. Em 2020, segundo o Balanço Energético Nacional (BEN), cada brasileiro foi responsável por 1,9 toneladas de CO_2, contra 12,9 e 7,2 toneladas de um americano ou chinês, respectivamente. Quanto à eficiência, a economia brasileira mostra emissão de 0,13 kg de CO_2 por dólar de PIB, alinhando-se à Europa e abaixo da China e dos EUA. No setor energético, o Brasil registrou 1,4 toneladas de CO_2 por tonelada equivalente de petróleo de energia oferecida, abaixo dos europeus, americanos e chineses. Na produção de energia elétrica, o país emite uma fração das emissões de seus pares internacionais.

PIXABAY

A COP28 acabou sem consenso e um vácuo político emerge na regulamentação das disposições do artigo 6 do Acordo de Paris, determinante para sua eficácia, pois facilita a cooperação global e incentiva investimentos de larga escala. Essa lacuna dificulta a comercialização de créditos de carbono brasileiros no exterior a curto e médio prazos.

No âmbito interno, é crucial ressaltar que metade das emissões do Brasil decorre do desmatamento ilegal. A perspectiva de que os agentes envolvidos nessa prática criminosa venham a adquirir créditos no mercado doméstico é inexistente. Além disso, o projeto exclui o setor agropecuário da obrigação de gerar demanda, o que reduz o leque de atividades econômicas sujeitas às emissões regulamentadas e, assim, mina a capacidade do Brasil de atingir suas metas de redução.

Segundo o PL, só os setores de energia, predominantemente renovável no país, e industrial estarão sujeitos à regulação, embora representem apenas 30% das emissões nacionais. Considerando que as emissões do Brasil constituem menos de 2,7% do total global, o impacto do mercado de carbono brasileiro representará menos de 0,7% das emissões mundiais. Um resultado modesto, alcançado a um ônus social considerável, reverberando em inflação e aumento do Custo Brasil, já que, fatalmente, será repassado ao consumidor, que carregará o peso deste novo "tributo de carbono", habilmente disfarçado sob o eufemismo de "mercado".

A estratégia nacional deveria abarcar as complexidades do mercado global de carbono, no qual a lacuna entre o potencial de redução de emissões e seu êxito na comercialização dos créditos é notável. O Brasil viveu isso na pele. Apesar de uma significativa redução no desmatamento, equivalente a 9 bilhões de toneladas de CO_2, apenas uma fração, 600 milhões de toneladas, ou 6,7%, encontrou compradores, sobretudo Noruega e Alemanha.

A nova normatização do mercado brasileiro traz um peso adicional aos ombros já cansados do consumidor de energia e sobrecarrega um setor industrial em declínio, sem apresentar redução substancial nas emissões do país, que permanecerão à margem desse sistema. Agravando o quadro, se os níveis de desmatamento crescerem até 2030, o Brasil acumulará uma "dívida ambiental externa" em toneladas de carbono. Num giro quase quixotesco, o país pode se ver navegando em águas internacionais em busca de certificados para honrar seus compromissos sob o Acordo de Paris, ironicamente atuando como um importador de créditos de carbono.

Marcos da Costa Cintra é jornalista, mestre em Políticas Públicas (IE-UFRJ) e doutor em Energia (IEE-USP) e executivo do setor de petróleo, gás e energia.

INÊS249

Salário mínimo e produtividade

Naercio Menezes Filho

O IBGE publicou na semana passada os resultados da Pnad Contínua anual, com dados de rendimentos de todas as fontes dos brasileiros, que nos permitem calcular medidas corretas da renda, pobreza e desigualdade, sem simulações e/ou imputações. Os dados mostram um grande aumento da renda média e queda acentuada da pobreza em 2023. Será que estamos começando um novo ciclo de aumento do padrão de vida dos brasileiros? Será que este ciclo será sustentável?

A figura mostra o crescimento da renda per capita real nos últimos 47 anos e o comportamento do valor real do salário mínimo (SM) no mesmo período. Podemos notar que no período inicial, entre 1976 e 1993, que coincide com o fim da ditadura militar e redemocratização no país, praticamente não houve aumento de renda per capita, que permaneceu em torno de R$ 1.000, apesar da grande flutuação em 1986, quer ocorreu devido ao Plano Cruzado, que fracassou.

Entre 1993 e 1995, a renda aumentou 30% devido ao Plano Real, que está fazendo 30 anos agora. Mas, entre 1995 e 2003, a renda ficou basicamente estagnada. Entre 2003 e 2016 a renda per capita aumentou cerca de 60%, trazendo grande melhoria no padrão de vida dos brasileiros, que não foi revertida nem com a grave crise de 2014. Entre 2016 e 2022, a renda ficou basicamente estável, apesar da grande flutuação que ocorreu devido à pandemia. Finalmente, em 2023, os novos dados mostram um aumento de renda real de 11,5%.

Um novo ciclo de crescimento da renda real pode estar começando, parecido com o que ocorreu entre 2003-2016. Mas será que desta vez este ciclo será sustentável? Para sabermos a resposta, precisamos primeiro notar que, no curto prazo, a renda real dos brasileiros depende em grande parte de três fatores: do valor real do SM, das transferências do Bolsa Família e do aquecimento do mercado de trabalho. No longo prazo, o crescimento da renda está intrinsicamente ligado ao crescimento da produtividade.

O grande aumento do SM nos últimos 20 anos provocou uma forte compressão da distribuição de salários, de forma que uma grande parcela dos trabalhadores hoje em dia recebe entre um e dois salários mínimos. Mais especificamente, dos 100 milhões de trabalhadores, 12 milhões recebem exatamente um SM e 48 milhões recebe entre 1 e 2 SM. Se levarmos em conta as famílias destes trabalhadores, aproximadamente 110 milhões de brasileiros são afetados quando o SM aumenta.

Mas, além do seu impacto direto sobre a remuneração, o SM também é o indexador das aposentadorias e do BPC. Em torno de 35 milhões de pessoas são impactadas desta forma. Assim, descontando a dupla contagem, cerca de 125 milhões de brasileiros têm sua renda domiciliar per capita diretamente influenciada pelo SM.

Entre os demais, uma parte está no setor informal e depende do Programa Bolsa Família (PBF), que atualmente atinge 24% das famílias brasileiras, que equivalem a 50 milhões de pessoas. Assim, dos 215 milhões de brasileiros, cerca de 150 milhões dependem do salário mínimo, do PBF ou de ambos. Os outros 65 milhões vivem em famílias chefiadas por trabalhadores que ganham mais do que dois salários mínimos ou por empresários que vivem de juros, lucros e dividendos.

A figura mostra como o aumento de renda real varia com o valor real do salário mínimo. O SM perdeu quase metade do seu valor real no período do fim da ditadura e redemocratização, o que parece explicar parte da estagnação da renda real no período. Vale notar que o SM não tinha tanto impacto na renda dos trabalhadores naquela época como tem hoje em dia. Entre 1995 e 2004, os aumentos do SM não foram suficientes para aumentar a renda, devido ao fraco desempenho do mercado de trabalho. Mas, entre 2004 e 2016, o valor do SM aumentou quase 80%, o mesmo aumento da renda real dos mais pobres. A partir de 2014, a crise econômica e a estagnação do SM provocam estagnação da renda real, processo que começa a ser revertido agora.

> **Nosso problema maior é não saber como elevar a produtividade e melhorar a educação de forma sustentada**

Mas será que é possível aumentar a renda real dos brasileiros somente aumentando o SM e o PBF, sem ter como contrapartida aumentos de produtividade? Aumentos de SM provocam muitas preocupações entre os economistas: desemprego, queda de lucratividade das firmas, inflação e desajuste nas contas públicas. A preocupação com o desemprego já não é mais tão relevante, pois várias pesquisas acadêmicas modernas mostram que as empresas exercem poder de mercado para pagar salários abaixo da produtividade dos trabalhadores, exercendo o chamado "poder de monopsônio". Nestes casos, aumentos no SM podem até aumentar o emprego.

A queda de lucros das empresas pode ser vista como mero resultado do conflito distributivo. Porém, aumentos seguidos no poder de compra dos trabalhadores, acima do crescimento da produtividade do trabalho, em algum momento começam a produzir inflação. Entre 2003 e 2014, por exemplo, o salário mínimo aumentou 5% ao ano, enquanto a produtividade cresceu apenas 2%. O "timing" das pressões inflacionárias depende de fatores externos, como o boom de commodities, mas a conta sempre chega. Além disso, os aumentos seguidos do SM e do PBF pressionam as contas públicas, provocando desconfiança na solvência do setor público, o que também pressiona a taxa de juros.

O nosso problema maior é que não sabemos como aumentar a produtividade da economia e melhorar a qualidade da educação de forma sustentada. Enquanto não tivermos estas respostas, vamos alternar ciclos em que a renda dos brasileiros cresce continuamente com períodos recessivos de ajustamento, em que a renda se estabiliza devido aos programas de transferências. É melhor do que nada, mas ainda está bem distante do país que gostaríamos de ser.

Padrão de vida e salário mínimo

Evolução da renda per capita real e do SM (em reais)

Fonte: Elaboração do autor com dados do IBGE

Naercio Menezes Filho, professor titular da Cátedra Ruth Cardoso no Insper, professor associado da FEA-USP e membro da Academia Brasileira de Ciências. Escreve mensalmente às sextas-feiras.
naercioamf@insper.edu.br

É preciso proteger direitos humanos em sistemas baseados em dados. Por **Peter Kirchschläger**

IA precisa de supervisão da ONU

Nos últimos anos, muitos cientistas e líderes do setor de tecnologia têm soado os alarmes a respeito da inteligência artificial (IA) e feito alertas terríveis, do tipo que não se ouviam desde a era nuclear. Elon Musk, por exemplo, disse que a "IA é muito mais perigosa que as armas nucleares", o que o levou a fazer uma importante pergunta: "Por que não temos uma supervisão reguladora? Isso é insano".

O falecido Stephen Hawking argumentou de forma parecida: "A menos que aprendamos como nos preparar para, e como evitar, o potencial de riscos, a IA poderia ser o pior evento na história de nossa civilização. Ela traz perigos, como poderosos armamentos autônomos, ou novas maneiras para que uma minoria oprima uma maioria".

Dadas as consequências de potencial catastrófico de uma IA sem freios, há uma clara necessidade de barreiras de proteção internacionais para garantir que essa tecnologia emergente — mais precisamente chamada de sistemas baseados em dados — sirva ao bem comum. Em termos mais específicos, isso significa garantir que os direitos humanos sejam respeitados em todo o mundo, inclusive on-line.

Para esse fim, os governos deveriam adotar uma regulamentação que promova sistemas baseados em dados voltados a proteger os menos poderosos dos mais poderosos, garantindo que os direitos humanos sejam respeitados, protegidos, implementados e concretizados em todo o ciclo de vida desses sistemas, o que inclui o projeto, desenvolvimento, produção, distribuição e uso.

Tão importante quanto, a ONU precisa urgentemente criar uma Agência Internacional de Sistemas Baseados em Dados (IDA, na sigla em inglês), um órgão internacional de fiscalização da IA que promoveria usos seguros, protegidos, sustentáveis e pacíficos para essas tecnologias, garantiria que elas respeitem os direitos humanos e fomentaria a

> **Dadas as consequências de potencial catastrófico de uma IA sem freios, há uma clara necessidade de barreiras de proteção internacionais para garantir que essa tecnologia emergente, mais precisamente chamada de sistemas baseados em dados, sirva ao bem comum**

cooperação no campo. Um órgão que também teria autoridade regulatória para ajudar a decidir sobre a aprovação do uso de produtos de IA no mercado. Dadas as semelhanças entre os sistemas baseados em dados e as tecnologias nucleares, o melhor modelo para tal instituição seria a Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA), até porque é uma das poucas agências da ONU com poder para mostrar os "dentes".

O sucesso da AIEA tem mostrado que somos capazes de exercer a cautela e de proibir a busca cega por avanços tecnológicos quando o futuro da humanidade e do planeta estão em jogo. Depois de as bombas em Hiroshima e Nagasaki terem revelado as consequências humanitárias devastadoras da guerra nuclear, a pesquisa e desenvolvimento no campo da tecnologia nuclear foram limitados para evitar resultados ainda piores. Isso foi possível graças a uma estrutura internacional — a AIEA — equipada com fortes mecanismos para garantir o cumprimento de suas normas.

Um número cada vez maior de especialistas tem defendido a criação de uma IDA e apoiado a criação de sistemas baseados em dados fundamentados no respeito aos direitos humanos. O "Elders", um grupo independente de líderes mundiais fundado por Nelson Mandela, reconhece os enormes riscos da IA e a necessidade de uma agência internacional como a AIEA "para gerenciar essas poderosas tecnologias dentro de sólidos protocolos de segurança" e garantir que elas sejam "usadas de maneiras coerentes com o direito internacional e tratados de direitos humanos". Em consequência, o grupo busca incentivar os países a enviarem uma solicitação à Assembleia Geral da ONU para que a Comissão de Direito Internacional (CDI) elabore um tratado internacional criando uma nova agência de segurança de IA.

Entre os nomes influentes favoráveis a um marco regulatório para a IA que seja legalmente obrigatório está Sam Altman, executivo-chefe da OpenAI, cujo lançamento público do ChatGPT no fim de 2022 deu início à corrida armamentista da IA. Em 2023, Altman defendeu uma agência internacional capaz de, entre outras coisas, "inspecionar sistemas, exigir auditorias, testar a conformidade com padrões de segurança, [e] impor restrições aos graus de implantação e níveis de segurança". Até o papa Francisco enfatizou a necessidade de criar uma instituição multilateral que examine as questões éticas resultantes da IA e regulamente seu desenvolvimento e uso por meio de "um tratado internacional" de cumprimento obrigatório.

A ONU, por sua vez, destacou a importância de promover e proteger os direitos humanos em sistemas baseados em dados. Em julho de 2023, o Conselho de Direitos Humanos adotou por unanimidade uma resolução sobre "novas tecnologias digitais emergentes e direitos humanos", na qual se destaca que essas tecnologias hoje "talvez careçam de regulamentação adequada" e a necessidade "de medidas eficazes para prevenir, mitigar e remediar os impactos adversos de tecnologias do tipo nos direitos humanos". Para esse propósito, a resolução pede o estabelecimento de estruturas que permitam a realização de avaliações de impacto e das devidas análises internas e que garantam soluções eficazes, a supervisão humana e a responsabilidade legal.

Mais recentemente, em março, a Assembleia Geral da ONU adotou por unanimidade a resolução "Aproveitando as oportunidades de sistemas de IA seguros, protegidos e confiáveis de sistemas de inteligência artificial para o desenvolvimento sustentável". Essa resolução histórica reconhece que "os mesmos direitos que as pessoas tem off-line também precisam ser protegidos on-line, inclusive ao longo do ciclo de vida dos sistemas de inteligência artificial".

Agora que a comunidade internacional reconhece a necessidade imperativa de proteger os direitos humanos em sistemas baseados em dados, o próximo passo é óbvio. A ONU agora precisa traduzir esse consenso global em ações, criando uma IDA. *(Tradução de Sabino Ahumada)*

Peter G. Kirchschläger, professor de ética, é diretor do Instituto Social de Ética ISE, na Universidade de Lucerna, e professor visitante no centro de inteligência artificial da universidade ETH Zurich. Copyright: Project Syndicate, 2024.
www.project-syndicate.org

Frase do dia

"A tendência de fragmentação da economia global parece difícil de reverter. O Brasil deveria realçar seu custo a todos os países".

Do ex-vice-presidente do Banco Mundial, Otaviano Canuto

Cartas de Leitores

PEC do Quinquênio

Uma super-PEC deve ir a votação em plenário no Senado, segundo intenção declarada do seu presidente, Rodrigo Pacheco. Sua finalidade será debater aumentos salariais para o Judiciário, de longe a parcela mais bem remunerada dos três Poderes. Prevê acréscimos de 5% a cada cinco anos de serviço e alcança um número generoso de contemplados, entre os quais juízes federais, integrantes do MPs e das advocacias da União, Estados e Distrito Federal, conselheiros dos tribunais de contas e delegados da PF. Os estipêndios destes servidores privilegiados deverão, em muitos casos, ultrapassar, via penduricalhos, o teto constitucional do funcionalismo para 2024, de R$ 44.008,52, o que vai gerar uma leva dos chamados supersalários.

A proposta encontra forte resistência, não só da sociedade que a vê como mais uma aberração, mas também do governo, pressionado por greves de um grande número de categorias que reivindicam melhorias salariais e pela necessidade de equilibrar as contas públicas. As autoridades responsáveis pela condução da economia estimam um impacto de R$ 42 bilhões só com aprovação da PEC. Como qualificar tal cenário num país onde o salário mínimo recebido por milhões de pessoas é de R$ 1.412, 90? No mínimo insólito.

Paulo Roberto Gotaç
pgotac@gmail.com

Desoneração

O governo federal recorreu ao STF para rever a novela da desoneração da folha salarial de 17 setores, alegando inconstitucionalidade, por não haver base orçamentária para cobrir uma perda de R$ 10 bilhões. Ora, quando o Congresso, em 2020, votou pela prorrogação do auxílio emergencial, também não havia demonstrativos para tal gasto, que resultou em aporte de R$ 20,2 bilhões. Ademais, tal movimento por parte do Executivo atual só demonstra ainda mais a falta de apoio do Legislativo. Cabe ao Judiciário, agora, decidir se a constitucionalidade é a mesma de quatro anos atrás.

Murilo Melo
murilo.mm@hotmail.com

Mortes por policiais

Para reduzir as mortes causadas pelas forças policiais no Brasil, é necessário implementar medidas multifacetadas. Primeiramente, intensificar a formação policial, enfatizando técnicas de resolução de conflitos e treinamento em direitos humanos. Em seguida, promover a transparência e a responsabilização por meio de investigações independentes e rigorosas sempre que ocorrerem casos de violência policial. Além disso, investir em tecnologias de monitoramento e uso de armas não letais pode ajudar a mitigar o uso excessivo da força. Paralelamente, é fundamental fortalecer a relação de confiança entre a comunidade e a polícia, incentivando o diálogo e a colaboração em iniciativas de segurança comunitária.

Luciano de Oliveira
luciano.os@adv.oabsp.org.br

Correspondências para Av. 9 de Julho, 5229 - Jardim Paulista - CEP 01407-907 - São Paulo - SP, ou para cartas@valor.com.br, com nome, endereço e telefone. Os textos poderão ser editados.

MARCUS DESIMONI/VALOR

Otaviano Canuto, atualmente pesquisador do Policy Center for the New South: "O G20 não é um fórum para tomada de decisões, mas é um bom lugar para discutir iniciativas comuns"

Relações externas Para ex-vice do Banco Mundial, volta do protecionismo global vai ser uma das dificuldades para temas como energia limpa avançarem no grupo

Será difícil Brasil emplacar suas prioridades no G20, diz Canuto

Ricardo Balthazar
Para o **Valor**, de São Paulo

Será difícil avançar nos temas propostos pelo Brasil como prioritários para as discussões do G20, o grupo que reúne 19 das maiores economias do planeta, além de União Europeia e União Africana, afirma o economista Otaviano Canuto, ex-vice-presidente do Banco Mundial e pesquisador do Policy Center for the New South, um centro de estudos sediado em Marrocos que reúne especialistas de vários países.

Para ele, a volta do protecionismo e a fragmentação das cadeias de valor construídas no auge do processo de integração da economia global tendem a dificultar a busca dos compromissos necessários para acelerar o desenvolvimento dos países mais pobres e o uso de fontes de energia mais limpas, dois objetivos sugeridos pelo Brasil como presidente do grupo neste ano.

"A tendência atual de fragmentação da economia global parece difícil de reverter", diz Canuto, que acompanha as discussões do G20 desde 2003, quando chefiou a Secretaria de Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda, no primeiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. "O Brasil deveria realçar o custo econômico que essa fragmentação impõe a todos os países."

A seguir os principais trechos da entrevista ao **Valor**:

Valor: *O que se pode esperar das discussões do G20 sob a liderança do Brasil?*

Otaviano Canuto: Quando o grupo surgiu, no fim dos anos 1990, somente ministros de finanças e presidentes de bancos centrais participavam das reuniões. Na visão dos países avançados, era um fórum para promoção de políticas econômicas e regulatórias que evitassem crises financeiras como as que tinham atingido a Ásia [1997] e a Rússia [1998], com efeitos no mundo todo. Fazer parte do grupo era sinal de prestígio para os países emergentes, como o Brasil, e também uma oportunidade de para que eles expressassem seus pontos de vista. Depois da crise financeira global de 2008, o Brasil soube usar bem as reuniões para alertar para os efeitos nocivos que a política monetária frouxa dos países ricos tinha então para os fluxos de capital.

Com a crise global, chefes de Estado passaram a participar das reuniões. O G20 não é um fórum para tomada de decisões, mas é um bom lugar para discutir iniciativas comuns. Criaram-se grupos de empresários e especialistas também, e agora será inaugurado outro, congregando a sociedade civil. O grupo abre caminho para cooperação, e isso é importante.

Valor: *As duas guerras em curso, na Ucrânia e em Gaza, e o avanço de políticas protecionistas no mundo inteiro podem limitar essa cooperação?*

Canuto: Qualquer tentativa de inserir a questão das guerras nas discussões inviabilizaria o comunicado final que os chefes de Estado deverão apresentar em novembro. Não há consenso para tratar desses conflitos. A não ser que seja uma referência inodora, que não terá impacto.

É muito difícil obter o consenso necessário para decisões na ONU ou na Organização Mundial do Comércio [OMC]. Daí o fracasso da Rodada Doha de negociações comerciais e de outras iniciativas. Como o G20 não toma decisões, a formação de consensos é mais simples, a princípio. Mas há outros limites que impedem uma cooperação maior no grupo.

> "A tendência atual de fragmentação da economia global parece difícil de reverter; a globalização não vai acabar, mas há um recuo"

Valor: *Por exemplo?*

Canuto: A discussão sobre perdão de dívidas de países mais pobres. Em 2020, no auge da pandemia de covid-19, os países do G20 concordaram com a suspensão temporária do serviço dessas dívidas. Mas muitos continuam com dificuldade para administrar essas dívidas, e não há critérios definidos para renegociação. E parte importante do problema está na China. A China se tornou o maior credor desses países e não aceita a imposição de regras para a renegociação. Ela prefere uma abordagem individual, caso a caso, porque acha que assim conseguirá defender melhor seus interesses e minimizar perdas. Ao renegociar a dívida do Sri Lanka, a China se apropriou do porto que foi construído com o dinheiro que havia emprestado.

Valor: *Isso pode atrapalhar a discussão das prioridades estabelecidas pelo grupo, como o enfrentamento das mudanças climáticas?*

Canuto: Na questão da transição energética, a China vai vir com tudo. Eles certamente vão insistir na crítica às políticas industriais e comerciais dos Estados Unidos e da União Europeia, que vêm impondo barreiras para desenvolver em casa tecnologias em que a China tem grande vantagem hoje, da produção de equipamentos para geração de energia solar a carros elétricos.

Essas políticas não apenas afetam os interesses chineses, mas também tornarão a transição energética mais lenta no mundo inteiro. Há um contraste entre a liderança dos Estados Unidos na indústria de semicondutores e sua distância da fronteira tecnológica na questão energética.

A nova política industrial dos Estados Unidos é discriminatória com estrangeiros e também impõe custos à China, que vem rearranjando suas cadeias de suprimento com fornecedores no México e na Ásia para tentar contornar as barreiras. Não tenho dúvida de que a Europa fará algo para barrar os carros elétricos chineses, para dar algum alívio às montadoras alemãs.

Valor: *As indefinições sobre o preço dos créditos de carbono e a constituição de um mercado global para eles atrasa o desenvolvimento de projetos no Brasil. Espera algum avanço no G20?*

Canuto: As instituições multilaterais, especialmente o Fundo Monetário Internacional, insistem há muito tempo que seria importante ter um preço global para estimular a transição. Se você só tiver preço de carbono num lugar, como na Europa, será inevitável adotar barreiras como a tarifa compensatória que eles criaram para barrar a entrada de produtos de países poluidores.

Se só a Europa tiver um preço definido, as empresas irão embora para não pagar esse preço, e a tentativa de redução do consumo de carbono fracassará. É por isso que criaram essa tarifa. Só que ela cria margem enorme para protecionismo, porque você tem que provar que seu produto não emite carbono para entrar lá. E ainda há a ideia de taxar produtos da Amazônia.

A falta de compromisso entre os países limita as opções de venda de carbono. Então, a definição de um mercado global é uma boa bandeira para o Brasil defender, como o atual governo já vem fazendo. Mas, concretamente, seria necessário obter a adesão de outros membros do G20 para avançar. E nos Estados Unidos um preço de carbono é impensável.

Valor: *Significa que será difícil avançar nessa área?*

Canuto: A tendência atual de fragmentação da economia global parece difícil de reverter. A globalização não vai acabar, mas há um recuo. Os Estados Unidos já deixaram claro que sua prioridade hoje é a segurança nacional e que buscam liderança em semicondutores, energia limpa e biotecnologia para alcançar esse objetivo, mesmo que a um custo econômico elevado.

Pode até piorar, se os europeus criarem barreiras contra os subsídios da China aos carros elétricos, ou se os Estados Unidos exigirem contrapartidas do México para evitar que a China use o México para contornar as restrições impostas à sua tecnologia na área de energia limpa. O Brasil deveria realçar o custo econômico que essa fragmentação impõe a todos os países.

Finanças
Oferta de ações no Brasil tem o pior início de ano desde 2016
C1

Valor B
Sexta-feira, 26 de abril de 2024

Empresas

Obras Setor movimentou R$ 223 bilhões em 2023; após a pandemia, ritmo de vendas enfraqueceu

Redes de varejo da construção regionais fazem integração para se fortalecerem no país

Ana Luiza Tieghi
De São Paulo

As lojas de material de construção ensaiam movimento de consolidação, que já vem ocorrendo em outras partes do varejo. A pandemia ajudou a impulsionar as vendas do setor, mas o ritmo enfraqueceu nos últimos anos.

O faturamento das varejistas teve crescimento real de 7,7% em 2020, no início da pandemia, segundo a Anamaco (Associação dos Comerciantes de Material de Construção). Já em 2022 e 2023, houve recuo de 9,8% e 2,8%. O cenário mais apertado nas vendas poderia ser um fator de pressão para a junção de negócios. Em todo o ano passado, o setor de varejo de materiais movimentou R$ 223 bilhões.

Em um mercado extremamente pulverizado, empresas regionais se movimentam para ganhar relevância nacional.

As redes Todimo e Cassol Centerlar anunciaram no último mês um acordo para compartilhar suas operações comerciais. Cada uma tem atualmente 33 lojas, mas não há sobreposição geográfica, afirmam Juliano Bortoloto, sócio da Todimo, e o presidente Rodrigo Cassol. Enquanto a primeira tem sede em Cuiabá (MT) e atua também no norte do Paraná e no Mato Grosso do Sul, a segunda tem lojas em Santa Catarina, Rio Grande do Sul e também no Paraná.

Juntas, as redes faturam mais de R$ 2 bilhões ao ano. Segundo os presidentes, a união é uma forma de buscar condições mais favoráveis de negociação com fabricantes e otimizar a operação logística, que tem peso importante no setor, por envolver itens pesados e muitas vezes de baixo custo.

"É ação que visa o longo prazo, não foi tomada pela conjuntura do momento", afirma Cassol. "A escala é fundamental no varejo, quanto mais se compra, melhor compra".

Ele ressalta ainda que os dois negócios têm culturas, mercados e consumidores parecidos. "Vamos ser mais fortes para competir com mercado grande e competitivo".

As primeiras conversas surgiram antes da pandemia e foram retomadas no ano passado. Bortoloto destaca, no entanto, que os CNPJs seguem separados. "É uma construção, tudo será avaliado", diz.

Marcos Costa, CEO da gestora The Fortune One, tenta desde 2022 despertar o setor para o que vê como uma necessidade de consolidação para enfrentar a concorrência multinacional, como Leroy Merlin e Telhanorte (do grupo Saint-Gobain).

Ele gostaria de reunir as dez maiores redes do setor, independentes, em um só negócio que faturasse R$ 12 bilhões ao ano e fosse atraente ao mercado de capitais — há hoje apenas uma varejista listada na bolsa brasileira, a Quero-Quero, com 552 lojas e receita de R$ 2,4 bilhões em 2023. Como comparação, a Leroy tem 45 lojas no país e faturou R$ 9,3 bilhões.

Segundo Costa, essas empresas começam a ver a necessidade da união. "A maioria está endividada demais, as margens de lucro são baixas, porque a competição é difícil". Ele afirma ser comum a abertura de lojas muito próximas, que duelam pelo cliente.

"O único jeito de fazer a coisa funcionar é injetando capital, concentrando, com fundo", diz. "Ganha vigor financeiro e reduz custo, porque você vai fechar lojas".

A indústria de material de construção olha o movimento de forma reticente, e diz preferir o mercado pulverizado. "A concentração de cliente aumenta demais o poder de barganha deles, isso significa baixa rentabilidade", afirma o presidente de uma fabricante, que pediu anonimato. "As indústrias podem se reinventar, tirar revendedor, vender online, mas talvez não seja o que o país precisa".

> "O único jeito de fazer funcionar é injetando capital, com fundo"
> *Marcos Costa*

Ele destaca que o crescimento de participação de mercado de home centers, que já ocorreu no Chile, na Colômbia e no México, não é realidade no Brasil.

"Dado o cenário, minha opinião é que vai ser difícil concentrar como eles gostariam", afirma. Para ele, há uma questão de cultura da mão de obra da construção, que não tem o planejamento prévio necessário para consumir apenas em home centers, geralmente em áreas mais afastadas das cidades.

Juliana Carsoni, CEO da Juntos Somos Mais, joint venture de Votorantim Cimentos, Gerdau e Tigre, que reúne programa de fidelidade para lojistas e e-commerce, diz ver o crescimento de uma alternativa à fusão, como mecanismo de defesa: as redes associativas. "É para comprar melhor, mas algumas redes estão evoluindo além das compras, com gestão de pessoal, treinamentos e pensando em fazer marketing em conjunto."

CEO das fabricantes Astra e Japi, de louças e metais sanitários, produtos para jardinagem e itens plásticos para a casa, Adriano Gomes também afirma que a estratégia da empresa é ter pulverização de clientes, mas que vê concorrentes optando pelo oposto. Para facilitar a operação comercial, eles estão concentrando as vendas nos players maiores. "Temos dúvida se isso vai ser seguro no médio e longo prazos, porque você fica na mão de alguns poucos clientes."

Cássio Tucunduva, presidente da Anamaco, afirma que o setor sente, desde o começo do ano, "um início de reação" do consumo, que vem principalmente da construção feita por conta própria. A estimativa da entidade para 2024 é alta de 1,5% no faturamento.

DIVULGAÇÃO
Rodrigo Cassol, presidente da Cassol Centerlar, e Juliano Bortoloto, sócio da Todimo, redes que fecharam acordo para compartilhar a operação comercial

Pernambuco leva maior parte do investimento da Stellantis

Veículos

Marli Olmos
De São Paulo

Não foi à toa que a Stellantis se destacou como a maior interessada no apoio político que garantiu a aprovação, pelo Congresso, da prorrogação, até 2032, de incentivos fiscais para montadoras nas regiões Nordeste e Centro-Oeste. Do novo ciclo de investimentos, de R$ 30 bilhões, anunciados pela empresa em março, a maior parte, R$ 13 bilhões, vai para a fábrica de Goiana, em Pernambuco.

Da linha de montagem pernambucana sairão os primeiros carros híbridos a etanol que a montadora desenvolveu e começará a vender no segundo semestre. Embora não estejam previstos novos empregos porque não haverá necessidade de expandir a capacidade, a operação de Goiana ganha relevância por ser o ponto de partida de uma nova etapa de inovação tecnológica voltada à descarbonização.

A decisão foi anunciada na tarde de quinta-feira (25) em evento na fábrica pernambucana, onde a governadora Raquel Lyra (PSDB) visitou a linha de montagem.

A prorrogação dos incentivos fiscais — a quarta do programa criado há 26 anos — é o fôlego que a Stellantis buscava para seu plano de fazer do já imponente parque industrial pernambucano uma das principais bases industriais do grupo na América Latina.

WENDERSON ARAUJO/VALOR

> "É hora de sair do motor convencional e ir para o híbrido"
> *Emanuele Capellanno*

Quando a continuidade dos incentivos fiscais, que terminariam em 2025, ganhou espaço nas discussões da reforma tributária houve um racha no setor. Três grandes montadoras — General Motors, Toyota e Volkswagen, com fábricas no Sul e Sudeste — publicaram cartas em grandes jornais contra a manutenção do benefício.

Mas a Stellantis saiu vitoriosa. O investimento de R$ 13 bilhões em Goiana prevê, também, a continuidade do plano de atrair fornecedores para o entorno da linha de montagem. "Vamos oferecer um pacote para incentivar os fornecedores que quiserem se estabelecer lá", disse, sem dar detalhes, Emanuele Capellanno, presidente da Stellantis na América do Sul.

Hoje há 38 empresas na região dedicadas ao fornecimento de componentes para a Stellantis. Desse total, 16 estão dentro da área da montadora. São 530 mil metros quadrados de área construída, incluindo as autopeças.

Capellanno lembrou o plano de chegar a 100 fornecedores na região. O executivo não deu prazo. Numa das últimas entrevistas que concedeu no cargo, Antonio Filosa, antecessor de Capellanno até o ano passado, disse que a ideia era chegar aos 100 em cinco anos.

O importante, para o grupo, é alcançar a meta antes de 2032, quando se encerrará o programa de incentivos federais para empresas do setor automotivo instaladas no Nordeste e Centro-Oeste.

"Temos que estar preparados para que até 2032 todos os problemas de logística estejam resolvidos", disse Capellanno, referindo-se à distância do polo pernambucano do Sul e Sudeste, principais centros de produção de componentes e também de consumo de veículos.

E quanto aos R$ 17 bilhões que restam do robusto investimento, de R$ 30 bilhões, entre 2025 e 2030, o maior anunciado por uma montadora para o Brasil?

Segundo Capellanno, todas as fábricas da companhia no Brasil receberão uma parte do investimento. Mas não revela detalhes. A Stellantis tem fábricas de veículos também em Betim (MG), berço da marca Fiat no país, e em Porto Real (RJ), berço da Peugeot Citroën.

A empresa fundada em janeiro de 2021 e que ganhou o nome global de Stellantis passou a ser a proprietária das fábricas de todas as marcas que assumiu, em todo o mundo. No Brasil, além de Fiat, Peugeot e Citroën, o grupo é dono de Jeep e Ram.

A companhia também anunciou ontem o primeiro fruto do investimento de US$ 270 milhões destinado à operação na Argentina. A nova versão do modelo Peugeot 2008 será produzido na fábrica de El Palomar, na província de Buenos Aires. Será o primeiro utilitário esportivo produzido pela Stellantis na Argentina. "Aguardávamos as definições do cenário político na Argentina para decidir pelos investimentos; agora vemos que já está na hora, destacou o presidente da montadora.

Isso não significa, diz o executivo, prejuízo à fábrica de Porto Real. Segundo ele, todas as unidades industriais serão mantidas no país e todas as marcas do grupo poderão ser produzidas em qualquer delas.

Com o anúncio inicial de que mais de 40% do novo ciclo de investimentos vão para Pernambuco, a direção da Stellantis mantém a estratégia de revelar detalhes do novo plano em conta-gotas e, assim, manter-se no noticiário.

Deixa, assim, para anunciar posteriormente não só quanto do aporte irá para as demais fábricas, mas também qual será o primeiro modelo híbrido do grupo produzido no país.

"Chegou a hora de sair do motor convencional e ir para o híbrido", afirma Capellanno. Segundo ele, o plano prevê o desenvolvimento de quatro novas plataformas de veículos, que poderão receber mais de uma versão híbrida.

O modelo híbrido tem um motor a combustão e outro elétrico, que se alternam. Boa parte do carregamento do elétrico é feita pelo motor a combustão. O grupo também promete produzir carros 100% elétricos no país, mas ainda não sabe quando.

Capellanno deixou duas pistas: "No segundo semestre vamos revelar qual será o primeiro híbrido". E: "O investimento (de R$ 30 bilhões) inclui um carro elétrico."

Esse é o terceiro investimento feito pela Stellantis em Goiana. O primeiro, de R$ 11 bilhões, foi na própria construção do parque que abrange a linha e o polo de fornecedores, inaugurado em abril de 2015. Em 2018, a unidade começou a receber mais um aporte de R$ 7,5 bilhões — do ciclo total de R$ 16 bilhões que a antiga Fiat Chrysler definiu para o país e que se esgota neste ano.

Goiana é uma cidade que viu surgir uma fábrica de automóveis onde antes se plantava cana. O plano de fazer híbridos movidos a etanol na fábrica que foi construída onde se plantava cana é emblemático e marca a transição energética dos carros produzidos no Brasil.

INÊS249

Privatização Governo definirá modelo em breve e diz que questionamentos estão no radar

Critério de escolha para acionista da Sabesp gera críticas

Entenda a oferta

Governo de SP planeja fazer privatização em duas fases

Como será a gestão da Sabesp após a privatização?

A empresa não terá um só controlador, mas o Estado planeja trazer um acionista de referência, que terá 15% das ações e uma participação relevante no controle. O objetivo é trazer um sócio privado com capacidade de promover as transformações necessárias na gestão. O novo conselho de administração terá 9 membros: 3 indicados pelo sócio de referência, 3 pelo Estado (que manterá uma participação relevante) e 3 independentes

Como será feita a oferta de privatização da Sabesp?

Por meio de uma oferta subsequente pública de ações ("follow-on") na Bolsa.A oferta será feita em duas etapas. Na primeira, serão selecionados os 2 candidatos a acionista de referência que oferecerem o maior preço. Na segunda fase, o mercado irá selecionar o vencedor entre os dois: serão abertos dois "livros" para registrar o volume de interessados para cada sócio. Vencerá o "livro" mais vantajoso.

Quais os questionamentos feitos ao modelo?

Um questionamento se refere ao modelo de escolha entre os dois acionistas de referência, na fase 2 do processo, porque existe uma possibilidade de o candidato que oferecer o menor preço sair vencedor da disputa, caso não atinja um volume considerado mínimo pelo Estado. Outras críticas se referem à governança definida pelo governo para a Sabesp privatizada e a uma cláusula que poderá restringir que os acionistas de referência possam seguir fazendo investimentos em saneamento em outras regiões do país.

Veja abaixo como será o processo de escolha do acionista de referência da Sabesp e os possíveis questionamentos

Fase 1 - Cada investidor apresenta sua oferta de preço por ação

Fase 2 - Na fase 2, abre-se um "livro" para cada investidor; os interessados em comprar as demais ações da Sabesp terão que manifestar se há interesse e quanto gostariam de comprar em cada um dos "livros"

Um modelo em estudo é que o governo defina uma demanda mínima, então, se algum dos livros não atingir esse volume de interessados do mercado, poderá perder a disputa, mesmo tendo apresentado o maior preço

Demanda mínima =

Hipótese em que pode haver questionamento

Caso o Investidor C apresente um preço superior ao Investidor A, mas não atinja o volume mínimo fixado pelo governo, o Investidor A venceria a disputa, mesmo tendo apresentado o menor preço

Taís Hirata e Fernanda Guimarães
De São Paulo

O modelo da oferta de privatização da Sabesp, anunciado na semana passada, gerou uma série de questionamentos entre investidores que analisam o processo, que falaram sob condição de anonimato. Uma das principais críticas é a ideia de que a demanda de mercado será o critério de seleção do acionista de referência, que terá 15% das ações e um terço do conselho de administração da empresa.

Outro ponto levantado é que o prazo para a realização da oferta é curto, dada a necessidade de se distanciar do calendário eleitoral no segundo semestre deste ano — a meta é fazer a oferta até o fim de julho. Pesa, ainda, a atual aversão ao risco nos mercados, com recursos saindo do Brasil muito por conta do cenário de juros altos por mais tempo do que o esperado nos Estados Unidos.

Além disso, grupos questionam regras de governança em estudo, que poderão afastar concorrentes que já operam no mercado de saneamento, o que limitaria ainda mais a competição.

No modelo anunciado pelo governo, a oferta de privatização terá duas etapas. Na primeira, os candidatos a acionista de referência farão uma proposta de preço por ação. Os dois candidatos que apresentarem os maiores valores se classificam para a fase 2. Na segunda etapa, serão formados dois "bookbuildings" (processo de coleta das intenções dos investidores no mercado) junto aos demais interessados em ser acionistas minoritários da empresa. Vencerá o sócio de referência que formar o "bookbuilding" mais vantajoso, ou seja, aquele que tiver maior demanda.

Segundo fontes, o modelo direciona o mercado a escolher o sócio de referência que propuser o menor preço, já que os investidores não vão querer pagar mais por suas próprias ações. Com isso, o formato não maximiza o preço e abre margem para questionamentos diversos — dos demais acionistas minoritários e de órgãos de controle, já que o Estado também receberia menos.

Duas fontes consultadas apontam que o formato também pode levar a um processo de judicialização no meio privado, ou seja, com as próprias empresas questionando a oferta, caso saia ganhador aquele que oferecer o menor preço na operação que culminará na privatização da estatal.

Além disso, a própria ideia de usar o "bookbuilding" como critério principal é vista com estranheza no mercado. Uma das fontes avalia que o processo de coleta das intenções pelos bancos é frágil e pode gerar distorções passíveis de questionamento. Um dos interlocutores, que tem acompanhado de perto o processo, apontou que os interesses podem ser "curto prazistas", interferindo, assim, no futuro da companhia.

> "Nas próximas duas semanas devemos ter os critérios da oferta mais definidos"
> *Natália Resende*

A ideia de uma seleção pelo mercado foi uma forma que o governo encontrou para barrar acionistas que, na visão do mercado, não teriam condição de conduzir a Sabesp após a privatização — principal função do acionista de referência. Uma fonte que defendeu o modelo anunciado pelo governo disse ao **Valor** que com esse desenho ficou evidente de que há interesse de investidores de referência, mitigando, dessa forma, uma dúvida que vinha do mercado financeiro.

Com o objetivo de evitar um acionista de referência considerado problemático, a ideia é que, na fase 2 da oferta, seja estabelecido um volume mínimo de demanda, para impedir que um "bookbuilding" muito esvaziado vença. Dessa forma, para um "bookbuilding" ser considerado aceitável, a demanda dos investidores precisaria, por exemplo, ser de ao menos 2 vezes ou 2,5 vezes o volume disponível da oferta — esse limite ainda não foi fechado. Caso algum dos dois "bookbuildings" fique abaixo do piso, mesmo que o sócio apresente o maior preço, venceria o outro grupo.

A definição desse piso, porém, também poderá ser alvo de crítica, dado que não está claro qual o critério usado para definir o limite, avaliam duas fontes. Uma delas diz que se algum sócio ficar abaixo do piso de demanda e perder a disputa por isso, a chance de judicialização é enorme.

Questionada a respeito, Natália Resende, secretária estadual de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística, afirma que todas essas críticas estão no radar do governo, que vai buscar mitigar questionamentos. Ela afirma que a inclusão do volume de demanda como critério, além do preço, é uma forma de agregar o fator de gestão e governança do candidato na concorrência, e que a primeira etapa da disputa já irá aumentar a competitividade de preço. "Nas próximas duas semanas devemos ter isso mais bem definido. Os critérios objetivos, o limite de volume do 'bookbuilding', critérios de desempate, isso está sendo estudado."

Além das críticas ao desenho da oferta, o modelo da governança também desagradou parte do mercado, ainda segundo fontes. Uma das pessoas consultadas disse que as normas ficaram em linha com o esperado e que serão suficientes para garantir o controle do acionista de referência sobre a gestão. Outra fonte também avalia que há um equilíbrio suficiente no controle. Porém, fontes dizem que a percepção não é consenso. A Cosan é apontada como uma candidata a acionista de referência que desejaria ter mais controle do que no formato anunciado pelo governo, o que teria reduzido seu interesse pelo negócio. Procurada, a Cosan preferiu não comentar.

Outra regra criticada é uma cláusula que poderá criar limitações para o acionista de referência investir em outros negócios de saneamento fora da Sabesp até 2029. Pela norma, caso o sócio tenha interesse em fazer outro investimento no setor, a Sabesp terá que ser consultada e terá que ser dado o direito de preferência para que o movimento seja feito através da companhia paulista. Trata-se de uma forma de evitar conflitos de interesse.

Porém, surgiram críticas sobre a cláusula. Na avaliação de uma fonte, a norma basicamente tira da disputa os operadores tradicionais, como a Aegea, porque, da forma como está colocada a regra, o grupo ficaria impedido de investir em outros projetos pelo Brasil, mesmo que a Sabesp recuse o investimento. Outra questão levantada é que o acionista de referência provavelmente será um consórcio de empresas. A dúvida é se todos os integrantes, mesmo minoritários, terão restrição, o que pode afetar, por exemplo, grupos financeiros. Procurada, a Aegea preferiu não comentar.

> **15%**
> **deverá ser a fatia do sócio de referência**

Sobre esse ponto, a secretária estadual diz que o plano do Estado é que a Sabesp se torne uma plataforma multinacional, com investimentos para além de São Paulo, o que motivou a inclusão da regra. "Mesmo operadores que estão aqui entendem isso, não vejo que seja problema. Queremos aumentar a competitividade."

Até aqui, na mesa de apostas do mercado, a expectativa é que a disputa se afunilará em nomes como Equatorial e um consórcio liderado pela Aegea. Fontes também não descartam outros consórcios, encabeçados por grupos como Cosan, Votorantim e Veolia. Porém, hoje a percepção é que a disputa será restrita, principalmente pelo momento difícil de captação no mercado de capitais e atração de investidores.

Em relação a esse tema, Resende afirma que enxerga uma janela boa para a oferta. "Não vejo isso [dificuldade de atração de capital] no caso da Sabesp, porque é uma operação muito esperada, a gente tem falado desde o início do ano passado, investidores interessados estão se preparando. Vamos seguir o cronograma."

A privatização da Sabesp tem como objetivo antecipar, de 2033 para 2029, a universalização dos serviços de água e esgoto nos 375 municípios atendidos. Ao todo estão previstos R$ 68 bilhões de investimentos nos próximos cinco anos. Além disso, há uma expectativa no mercado de que a empresa privatizada se torne mais eficiente.

Movimento falimentar

Falências Requeridas

Requerido: **Caraguá Distribuidora de Bebidas Ltda. -** Endereço: Av. Brigadeiro Faria Lima, 1826, Bairro de Pinheiros - Requerente: Alexandre Dantas Fronzaglia - Vara/Comarca: 2a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP

Requerido: **Descart Fral Fraldas Ltda. -** CNPJ: 31.686.418/0001-28 - Endereço: Rua Benedito Alves da Silva, 380, Bairro Geremuniz, Santa Isabel/sp - Requerente: Nova Embalagens e Filmes Técnicos Ltda. - Vara/Comarca: 2a Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem da 1ª, 7ª e 9ª Rajs/SP

Requerido: **Pollus Facilities Serviços Ltda. -** CNPJ: 61.850.574/0001-43 - Endereço: Rua Carneiro da Cunha, 303, Cjto. 11, Bairro Vila da Saúde - Requerente: Pollet Advogados Associados - Vara/Comarca: 1a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP

Falências Decretadas

Empresa: **Alegria Empreendimentos e Participações Ltda. -** CNPJ: 13.146.488/0001-01 - Endereço: Av. Interlagos, 4455, Sala 01, Bairro Jardim Umuarama - Administrador Judicial: A Própria Administradora Judicial da Recuperação Judicial Rescindida, F. Rezende Consultoria e Administração Judicial, P/ Dr. Frederico A. O. Rezende - Vara/Comarca: 1a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP - Observação: Recuperação judicial convolada em falência.

Empresa: **Asox Indústria e Comércio de Metais Ltda., Nome Fantasia Asox Soluções Metálicas -** CNPJ: 16.550.658/0001-07 - Endereço: Av. Engenheiro Eusébio Stevaux, 1771, Sala 01, Bairro Jurubatuba - Administrador Judicial: A Própria Administradora Judicial da Recuperação Judicial Rescindida, F. Rezende Consultoria e Administração Judicial, P/ Dr. Frederico A. O. Rezende - Vara/Comarca: 1a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP - Observação: Recuperação judicial convolada em falência.

Empresa: **Decta Engenharia Ltda. -** CNPJ: 42.415.729/0001-79 - Endereço: Rua Martins Ferreira, 60, Bairro Botafogo - Administrador Judicial: Neves, Figueiredo e Souza Advogados, Representada Pelo Dr. Athos de Andrade Figueira Neves - Vara/Comarca: 2a Vara Empresarial do Rio de Janeiro/RJ

Empresa: **K. F. Indústria e Comércio de Peças Eireli -** CNPJ: 57.912.255/0001-48 - Endereço: Estrada do Bonsucesso, 2500, Itaquaquecetuba/sp - Administrador Judicial: Fvs Administração Ltda., Representada Pela Dra. Stephany Barros Garcia - Vara/Comarca: 1a Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem da 1ª, 7ª e 9ª Rajs/SP

Empresa: **Lcr Locação e Transporte de Equipamentos e Máquinas Para Construção Civil Indústria e Comércio Ltda. -** CNPJ: 13.190.231/0001-57 - Endereço: Av. Engenheiro Eusébio Stevaux, 1771, Sala 05, Bairro Jurubatuba - Administrador Judicial: A Própria Administradora Judicial da Recuperação Judicial Rescindida, F. Rezende Consultoria e Administração Judicial, P/ Dr. Frederico A. O. Rezende - Vara/Comarca: 1a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP - Observação: Recuperação judicial convolada em falência.

Empresa: **Litoral Portas Ltda. -** CNPJ: 09.540.398/0001-23 - Endereço: Rua Álvaro Beraldi, 541, Bairro Carvalho - Administrador Judicial: Sra. Bruna Elisa Cabral - Vara/Comarca: 3a Vara de Itajaí/SC

Empresa: **Osteocamp Implantes & Materiais Cirúrgicos Ltda. -** CNPJ: 04.556.194/0001-67 - Endereço: Av. Cambacica, 1200, Km 114,5, Bairro Parque Dos Resedás - Administrador Judicial: Sr. Caetano Neubauer - Vara/Comarca: 8a Vara de Campinas/SP

Empresa: **Revon Importação, Distribuição e Comercialização de Pisos e Revestimentos Ltda. -** CNPJ: 18.068.162/0001-27 - Endereço: Av. Engenheiro Eusébio Stevaux, 1771, Sala 07, Bairro Jurubatuba - Administrador Judicial: A Própria Administradora Judicial da Recuperação Judicial Rescindida, F. Rezende Consultoria e Administração Judicial, P/ Dr. Frederico A. O. Rezende - Vara/Comarca: 1a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP - Observação: Recuperação judicial convolada em falência.

Empresa: **São Paulo Comércio de Derivados de Petróleo Ltda., Nome Fantasia Posto São Paulo -** CNPJ: 02.382.578/0001-85 - Endereço: Rua 20, Esquina com Rua 72, Quadra 13, Lote 16, S/nº, Bairro Popular - Administrador Judicial: A Própria Administradora Judicial da Recuperação Judicial Rescindida, Guardians Administração Judicial S/s Ltda., Pelo Dr. Marcus Juliano Rocha Branco - Vara/Comarca: 1a Vara de Rio Verde/GO - Observação: Recuperação judicial convolada em falência.

Empresa: **São Paulo Conveniência Ltda. ME -** CNPJ: 07.344.234/0001-03 - Endereço: Rua 20, Esquina com Rua 72, Quadra 13, Lote 16, S/nº, Loja A, Bairro Popular - Administrador Judicial: A Própria Administradora Judicial da Recuperação Judicial Rescindida, Guardians Administração Judicial S/s Ltda., Pelo Dr. Marcus Juliano Rocha Branco - Vara/Comarca: 1a Vara de Rio Vede/GO - Observação: Recuperação judicial convolada em falência.

Empresa: **Tbr Construções e Incorporações Ltda. -** CNPJ: 10.433.455/0001-54 - Endereço: Av. Engenheiro Eusébio Stevaux, 1771, Sala 24, Bairro Jurubatuba - Administrador Judicial: A Própria Administradora Judicial da Recuperação Judicial Rescindida, F. Rezende Consultoria e Administração Judicial, P/ Dr. Frederico A. O. Rezende - Vara/Comarca: 1a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP - Observação: Recuperação judicial convolada em falência.

Empresa: **Tiner Empreendimentos e Participações S/A -** CNPJ: 03.319.862/0001-70 - Endereço: Av. Engenheiro Eusébio Stevaux, 1771, Sala 22, Bairro Jurubatuba - Administrador Judicial: A Própria Administradora Judicial da Recuperação Judicial Rescindida, F. Rezende Consultoria e Administração Judicial, P/ Dr. Frederico A. O. Rezende - Vara/Comarca: 1a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP - Observação: Recuperação judicial convolada em falência.

Empresa: **Vitron Indústria e Comércio de Vidros Ltda. -** CNPJ: 16.550.186/0001-92 - Endereço: Av. Engenheiro Eusébio Stevaux, 1771, Sala 03, Bairro Jurubatuba - Administrador Judicial: A Própria Administradora Judicial da Recuperação Judicial Rescindida, F. Rezende Consultoria e Administração Judicial, P/ Dr. Frederico A. O. Rezende - Vara/Comarca: 1a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP - Observação: Recuperação judicial convolada em falência.

Processos de Falência Extintos

Requerido: **Allfix Informática Ltda. -** CNPJ: 05.938.199/0001-17 - Endereço: Av. Angélica, 2355, Cjto. 121, Bairro Santa Cecília - Requerente: Alexandre Montanhini de Deus - Vara/Comarca: 1a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP - Observação: Face à homologação da renúncia da requerente à pretensão inicial.

Requerido: **Frango Peninha Comércio de Aves Eireli -** CNPJ: 20.631.548/0001-47 - Endereço: Estrada Municipal do Bairro Boa Vista de Cima, (Dri 080), S/nº, Km 4, Bairro Palmital, Bariri/sp - Requerente: Alex Libonati - Vara/Comarca: Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À 3ª e 6ª Rajs/SP - Observação: Pedido julgado improcedente.

Recuperação Judicial Requerida

Empresa: **Claudivan José Portilhiotti Rosa Transportes Ltda. Ou Turra, Turra e Lemuny Ltda. -** CNPJ: 31.921.692/0001-34 - Endereço: Rua Dos Lírios, 103, Sala 01, Bairro Alvorada, Marmeleiro/pr - Vara/Comarca: Vara Cível de Realeza/PR

Empresa: **Leimir Turra & Companhia Ltda., Nome Fantasia Transportes Nicole -** CNPJ: 09.284.564/0001-78 - Endereço: Rua Inglaterra, 3474, Apto. 02, Bairro Nossa Senhora de Aparecida - Vara/Comarca: Vara Cível de Realeza/PR

Recuperação Judicial Deferida

Empresa: **Adonício Alves da Silva, Produtor Rural -** CNPJ: 52.213.419/0001-25 - Endereço: Fazenda Paraíso do Rio Dos Bois, Rodovia Go 320 À Vicentinópolis, S/nº, Km 35, Sala 01, Zona Rural, Edealina/go - Administrador Judicial: Vw Advogados, Representada Pelo Dr. Wesley Santos Alves - Vara/Comarca: 1a Vara de Edeia/GO

Empresa: **Danillo Cabral da Silva, Produtor Rural -** CNPJ: 52.059.393/0001-02 - Endereço: Fazenda Uruana e Varjão, Estrada Turvelândia a Acreúna, S/nº, Km 08, Sala 01, Zona Rural, Turvelândia/go - Administrador Judicial: Vw Advogados, Representada Pelo Dr. Wesley Santos Alves - Vara/Comarca: 1a Vara de Edeia/GO

Empresa: **Helfolap Tech Comércio e Serviços de Informática Ltda. -** CNPJ: 17.501.314/0001-70 - Endereço: Av. Mônaco, 433, Bairro Cidade Seródio, Guarulhos/sp - Administrador Judicial: Acfb Administração Judicial Ltda. Me, Representada Pela Dra. Antonia Viviana Santos de Oliveira Cavalcante - Vara/Comarca: 2a Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem da 1ª, 7ª e 9ª Rajs/SP

Cumprimento de Recuperação Judicial

Empresa: **Fas Empreendimentos e Incorporação Ltda. -** CNPJ: 03.752.053/0001-57 - Endereço: Alameda Santos, 455, 3º Andar, Cjto. 302, Bairro Cerqueira César - Vara/Comarca: 1a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP - Observação: Face ao cumprimento do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

Empresa: **Indústria de Telas e Arames Norberto Goldoni Ltda. -** CNPJ: 00.243.871/0001-36 - Endereço: Estrada Vicinal Giovani Costa, S/nº, Km 1 + 10 Ms, Bairro Estrela - Vara/Comarca: 1a Vara de Laranjal Paulista/SP - Observação: Face ao cumprimento do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

Empresa: **Prol Indústria Metalúrgica Eireli -** CNPJ: 01.289.271/0001-71 - Endereço: Av. Generoso Malheiros, 05, Sala A, Bairro Cidade Verde Ou Av. Aleixo Ramos da Conceição, 2050, Sala A, Bairro 23 de Setembro, Cuiabá/mt - Vara/Comarca: 4a Vara de Várzea Grande/MT - Observação: Face ao cumprimento do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

Empresa: **Sina Comércio e Exportação de Produtos Alimentícios Ltda. -** CNPJ: 09.374.458/0001-85 - Endereço: Alameda Santos, 455, 3º Andar, Sala 308, Bairro Cerqueira César - Vara/Comarca: 1a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP - Observação: Face ao cumprimento do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

Empresa: **Sina Indústria de Alimentos Ltda. -** CNPJ: 10.156.658/0001-40 - Endereço: Alameda Santos, 455, 2º Andar, Sala 208, Bairro Cerqueira César - Vara/Comarca: 1a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP - Observação: Face ao cumprimento do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

Recuperações Judiciais Concedidas

Empresa: **Abyara Brokers Intermediação Imobiliária Ltda. -** CNPJ: 09.564.811/0001-90 - Endereço: Av. Ibirapuera, 2332, 8º e 9º Andares, Cjtos. 82, 91 e 92, Bloco I, Edifício Torre Ibirapuera I, Bairro Indianópolis - Vara/Comarca: 3a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP - Observação: Face à homologação do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

Empresa: **Bamberg Imóveis Ltda. -** CNPJ: 43.281.518/0001-53 - Endereço: Rua Marechal Deodoro, 543, Bairro Santo Amaro - Vara/Comarca: 3a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP - Observação: Face à homologação do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

Empresa: **Basimóvel Consultoria Imobiliária Ltda. -** CNPJ: 08.888.947/0001-92 - Endereço: Estrada Dos Três Rios, 529, Loja A, Jacarepaguá, Rio de Janeiro/rj - Vara/Comarca: 3a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP - Observação: Face à homologação do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

Empresa: **Global Consultoria Imobiliária Ltda. -** CNPJ: 09.475.126/0001-97 - Endereço: Rua Emílio Moreira, 997, Praça Quatorze de Janeiro, Manaus/am - Vara/Comarca: 3a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP - Observação: Face à homologação do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

Empresa: **Mf Consultoria Imobiliária Ltda. -** CNPJ: 08.610.036/0001-07 - Endereço: Estrada Dos Três Rios, 529, Jacarepaguá, Rio de Janeiro/rj - Vara/Comarca: 3a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP - Observação: Face à homologação do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

Empresa: **Nexpe Participações S/A -** CNPJ: 08.613.550/0001-98 - Endereço: Rua Flórida, 1595, 2º e 3º Andares, Cjto. 31, Bairro Cidade Monções - Vara/Comarca: 3a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP - Observação: Face à homologação do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

Empresa: **Niterói Administradora de Imóveis Ltda. -** CNPJ: 03.212.056/0001-06 - Endereço: Rua Dr. Tavares de Macedo, 35, Anexo Parte, Icaraí, Niterói/rj - Vara/Comarca: 3a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP - Observação: Face à homologação do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

Empresa: **Pacer Transporte e Logística S/A -** CNPJ: 12.621.274/0001-87 - Endereço: Rodovia Anhanguera, S/nº, Km 15, Cla Galpão 03, Parte, Bairro São Domingos - Vara/Comarca: 1a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP - Observação: Face à homologação do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

Empresa: **Tropical Corretora e Consultoria Imobiliária Ltda. -** CNPJ: 08.701.720/0001-96 - Endereço: Rua João de Abreu, S/nº, Salas A1601 a A1608, Salas B1601 a B1606, Quadra 08, Lote 42, Setor Oeste, Goiânia/go - Vara/Comarca: 3a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP - Observação: Face à homologação do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

Hoje, excepcionalmente, deixamos de publicar a **Agenda tributária**.

Informação, análises e conteúdo aprofundado.
Tudo isso você lê no Valor.

Seja um assinante:
Acesse assinevalor.com.br
Ligue 0800 701 8888

Mineração Fusão combinaria duas das maiores empresas do setor em meio à alta da demanda por cobre; valor foi considerado baixo pelo mercado

BHP faz oferta de 31 bilhões de libras pela Anglo American

Harry Dempsey, Arash Massoudi, James Fontanella-Khan, Ivan Levingston e Nic Fildes
Financial Times, de Londres, Milão, Nova York e Melbourne

A BHP propôs comprar a Anglo American por 31 bilhões de libras (US$ 39,41 bilhões), numa transação que combinaria duas mineradoras internacionais e seria uma das maiores do setor em muitos anos. A maior mineradora do mundo, que busca ampliar sua carteira de minas de cobre, anunciou nesta quinta-feira (25) ter oferecido 0,7097 de suas ações em troca de cada papel da Anglo American. A proposta avalia cada ação da Anglo American em 25,08 libras, segundo a BHP.

As ações da Anglo American fecharam com alta de 16,10%, cotadas a 25,60 libras, ontem em Londres. Nos Estados Unidos a alta foi de 17,41%, a US$ 16,05. Acredita-se que a demanda mundial por cobre terá forte alta em razão da transição energética que vem deixando os combustíveis fósseis de lado.

O cobre é usado em projetos de fontes de energia renovável e veículos elétricos. O negócio faria a BHP passar de terceira para primeira maior produtora mundial do metal, segundo o banco RBC.

Combinadas, as empresas produziriam mais de 2 milhões de toneladas de cobre ao ano, cerca de 10% do total minerado no mundo. A BHP destacou que "por meio dos ativos de cobre de classe mundial da Anglo American" aumentaria sua "exposição às [chamadas] commodities voltadas ao futuro".

Uma fusão envolvendo as duas mineradoras de capital aberto seria uma das mais significativas no setor de mineração desde a aquisição da Xstrata pela Glencore, ocorrida em 2013.

A Anglo American é dona de algumas das minas de cobre mais cobiçadas, no Peru e no Chile, mas o executivo-chefe da empresa, Duncan Wanblad tem enfrentado forte pressão desde dezembro, quando a mineradora anunciou grandes revisões para baixo em suas projeções de produção.

A Anglo American confirmou ter recebido a oferta não solicitada da BHP e que está analisando. Duas divisões da Anglo American, a de diamantes De Beers e a de metais de platina, têm sido afetadas pelos baixos preços do mercado.

Antes da alta com a notícia, as ações da empresa negociadas em Londres acumulavam desvalorização em torno a 35% desde o início de 2023. Nas últimas semanas, a Anglo American vinha sondado possíveis compradores para a De Beers, entre os quais fundos soberanos do Golfo Pérsico, empresas do setor de artigos de luxo e investidores individuais de alto patrimônio, segundo duas fontes a par do assunto.

As ações da BHP, que tem Sydney como bolsa principal e um valor de mercado de 229 bilhões dólares australianos (US$ 149 bilhões), recuaram 0,6% e fecharam a 45,23 dólares australianos nesta quinta-feira.

A Anglo American informou que a BHP propõe, como parte de qualquer tipo de acordo entre ambas, a separação de duas unidades da Anglo — a Anglo American Platinum, a divisão de platina, que é conhecida como Amplats, e a Kumba Iron Ore, de minério de ferro.

Ambas têm ações negociadas na África do Sul e representam cerca de 10,2 bilhões de libras do valor, pelos termos da proposta da BHP. O plano provavelmente causará polêmica na África do Sul, que tem eleições gerais marcadas para maio.

A Public Investment Corporation (PIC), da África do Sul, gestora dos ativos previdenciários dos funcionários públicos do país e maior acionista da Anglo American, comunicou que avaliaria quaisquer ofertas apresentadas aos acionistas.

> Antes da alta com a notícia, as ações da Anglo American em Londres acumulavam queda de 35% desde o início de 2023

"O setor de mineração continua sendo uma parte crucial da economia sul-africana, impactando uma grande variedade de partes interessadas, portanto, novas oportunidades que possam surgir no setor precisam levar em consideração esses fatores e a sustentabilidade de longo prazo", acrescentou a PIC.

Segundo a BHP, as demais operações da Anglo American que estejam fora dos segmentos de cobre, minério de ferro e carvão metalúrgico — como a De Beers — estariam "sujeitas a uma revisão estratégica pós-conclusão" da transação.

A abordagem da BHP à Anglo American se dá um ano após a mineradora de Melbourne ter concluído a aquisição da rival australiana Oz Minerals, por 9,6 bilhões de libras, que expandiu sua atuação no mercado de cobre.

O negócio deu início uma onda de transações no setor, mas, desde então, o comando da BHP vinha informando que seria disciplinado em sua abordagem em relação a mais fusões e aquisições, concentrando-se na integração da Oz Minerals e no financiamento para desenvolver suas operações de potássio.

A BHP deixou de ter Londres como bolsa principal em 2022, o que simplificou sua estrutura empresarial para deixá-la mais bem preparada para possíveis oportunidades de aquisição, após a venda de suas operações de petróleo e gás, que foi combinado com a australiana Woodside no mesmo ano.

A Anglo American, fundada há 107 anos, está entre as 25 empresas de maior valor da Bolsa de Valores de Londres, e a proposta da BHP provavelmente agravará o nervosismo diante da fuga de empresas da capital do Reino Unido.

Alguns investidores da BHP disseram que dispõem de poucos detalhes para saber se a aquisição seria atrativa para os acionistas, mas outros consideraram que a operação tem lógica financeira, tendo vista o foco da BHP em expandir seu portfólio de cobre.

Produtores de cobre têm alertado para a falta de minas para atender à demanda pelo metal.

Andy Forster, executivo sênior de investimentos da Argo Investments, que detém ações da BHP, disse que a compra "faz sentido para o cobre, mas como sempre em transações grandes e complexas, [ela] é difícil de ser concluída sem destruir valor ao longo do caminho".

Em nota, Christopher LaFemina, analista do banco de investimento Jefferies, disse que ficaria surpreso "se esta for a oferta final da BHP, já que o preço claramente é muito baixo para ter sucesso". Ele estima que seria preciso de uma oferta pelo menos 28 libras por ação para que discussões sérias ocorram.

LaFemina acrescentou que podem surgir concorrentes. A Anglo American está sendo assessorada pela Centerview, Goldman Sachs e Morgan Stanley. UBS e Barclays assessoram a BHP na proposta, segundo fontes a par do assunto.

A Bloomberg foi a primeira a noticiar que a BHP estudava a aquisição da Anglo American. A BHP tem até 22 de maio para apresentar uma oferta formal. *(Colaborou Monica Mark, em Johannesburgo)*

DIVULGAÇÃO
Wanblad, executivo-chefe da Anglo American, sofre pressões desde dezembro quando reduziu as projeções de produção

Vale acompanha processo, mas mantém foco na própria operação

Rafael Rosas
Do Rio

A Vale acompanha com atenção os desdobramentos da proposta feita pela BHP Billiton para compra da Anglo American. Na quinta-feira (25), em teleconferência com analistas sobre o resultado do primeiro trimestre, o presidente da mineradora brasileira, Eduardo Bartolomeo, disse que a companhia ainda está "digerindo, processando o que está acontecendo", e afirmou que "claramente" poderia ter interesse na Anglo American, mas destacou que atualmente a Vale tem "melhores opções dentro de casa para observar e até mais baratas."

Bartolomeo também fez questão de dizer aos investidores que a fusão, caso se concretize, não afetaria a Vale, que tem uma joint venture, 50%-50%, com a BHP na Samarco. Com a Anglo, a Vale fechou, em fevereiro, acordo pelo qual passou a deter 15% de participação no Minas-Rio, operação de minério de ferro com capacidade de produção de 26,5 milhões de toneladas por ano.

Pelo acordo firmado com a Anglo, a Vale contribuirá com recursos de minério de ferro de alto teor de Serra da Serpentina (MG) e um desembolso complementar de caixa de US$ 157,5 milhões pelos 15% de participação, com opção de compra de mais 15% no futuro caso ocorram certos eventos relativos a uma futura expansão do Minas-Rio.

"A gente não vê nenhum impacto [da possível fusão BHP-Anglo] no negócio do Minas-Rio. Ele está sendo feito pela Anglo, será respeitado por quem vier depois, se vier depois", disse Bartolomeo.

O CEO da Vale disse ainda que a Anglo poderia ser interessante para a mineradora brasileira, mas descartou a possibilidade de "entrar em uma licitação que pode não fazer sentido pra gente". "Iremos acompanhar de forma bem próxima o desenvolvimento dessa negociação, mas não afeta a nossa estratégia e a nossa mentalidade", disse Bartolomeo.

Essa estratégia, deixou claro o executivo, passa por uma "plataforma de crescimento no minério de ferro" que prevê a adição de 50 milhões de toneladas em capacidade nova nos próximos anos, com um produto de alta qualidade e baixo custo: "Nenhum outro ativo pode ser tão atraente quanto a gente nesse sentido", afirmou Bartolomeo.

O vice-presidente executivo de finanças e relações com investidores da Vale, Gustavo Pimenta, citou os três principais projetos de minério de ferro em desenvolvimento: Vargem Grande e Capanema, ambos em Minas, e S11D+20, no Pará. Em Vargem Grande, a expectativa é iniciar a operação no segundo semestre deste ano, em projeto que deve adicionar 17 milhões de toneladas anuais à capacidade da Vale.

> **15%** é fatia que a Vale terá no Minas-Rio

"Esse é um projeto chave que prometemos entregar até 2026 para aumentar a nossa capacidade e levar a Vale a uma faixa de 340 milhões a 360 milhões de toneladas [ano, de capacidade]. Então estamos seguindo com o plano e estamos bem confiantes com essas entregas", disse Pimenta.

Em Capanema, também em Minas Gerais, a previsão de inauguração é no primeiro semestre de 2025, em um projeto com capacidade de 18 milhões de toneladas por ano. O S11D+20 é a expansão do projeto original, no Pará, que vai acrescentar 20 milhões de toneladas anuais à produção. O início da operação está previsto para o segundo semestre de 2026.

O analista de commodities do Itaú BBA, Daniel Sasson, disse que a fusão entre BHP e Anglo, caso aconteça, criará a maior produtora de cobre do mundo. Ele acrescenta que seria também a entrada da BHP no Brasil para além da joint-venture com a Vale na Samarco. Para Sasson, a motivação para a oferta da BHP Billiton pela Anglo American poderia ser justamente o cobre, uma vez que novos projetos encontram cada vez mais barreiras de licenciamento e adquirir ativos já operacionais seria uma forma de se posicionar na produção de um "metal vencedor" na transição energética.

"Um consenso vem se formando com relação a um déficit na indústria de cobre que pode ficar mais aparente nos próximos anos. E talvez aqui a intenção da BHP seja de fato aumentar sua exposição a cobre via 'M&A' [fusão e aquisição]", diz Sasson.

Jari pode retomar atividades em junho no PA

Celulose

Stella Fontes
De São Paulo

Um projeto emblemático de produção de celulose na região amazônica, a Jari poderá voltar a operar a fábrica de Monte Dourado (PA) em junho, mais de dois anos após suspender as atividades. Essa possibilidade se concretizou nesta semana, com a aprovação do plano de recuperação judicial da companhia, que acumula mais de R$ 1,48 bilhão em dívidas.

Há cinco anos em recuperação judicial, a Jari Celulose buscava há tempos um acordo com credores, mas esbarrava na oposição do maior deles, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Recentemente, o administrador judicial indicou que pediria a falência da empresa, caso o plano não fosse aprovado. Mas, em assembleia na quarta-feira (24), detentores de R$ 996 milhões em créditos junto à Jari, equivalentes a 75% dos presentes, finalmente deram seu aval.

Com R$ 930 milhões em créditos, o banco de fomento aprovou o plano com ressalva. Outro credor relevante, com créditos de R$ 200 milhões em duas classes diferentes, a J&F Investimentos, da família Batista, votou contra o plano, que estabelece, para estes casos, deságio e prazo de 25 anos para pagamento, com amortizações escalonadas condicionadas à receita líquida da produtora de celulose.

"Trata-se de um acordo histórico, que finalmente traz previsibilidade aos credores do recebimento, ainda que parcial, dos seus créditos", disse ao **Valor** a advogada Giovanna Michelleto, que representa mais de 50 credores da Jari. De acordo com o chefe de reestruturação da empresa e sócio da Aeté Capital, Ricardo Aragonés, o plano prevê captação inicial de no mínimo R$ 70 milhões, via venda de ativos não operacionais ligados a projetos de carbono. Os recursos serão aportados na retomada das operações. "Haverá um leilão para venda destes ativos, que já contam com um investidor 'stalking horse' [que fará a oferta inicial], ancorando a captação", explicou.

A fábrica, parada desde 2022 por causa de um problema no turbogerador, foi convertida em 2014 para a produção de celulose solúvel, cujo valor agregado é cerca de 30% maior que a celulose branqueada de eucalipto anteriormente produzida pela Jari. Foi esse processo de conversão que desencadeou a crise financeira da empresa controlada pelo empresário Sergio Amoroso (do antigo grupo Orsa).

Num primeiro momento, a fábrica não será religada com a capacidade nominal de projeto, de 240 mil toneladas por ano. O plano é retomar gradualmente o volume de produção, chegando a 180 mil toneladas anuais. Se tudo der certo, a retomada das operações pode acontecer em junho.

O processo de recuperação judicial chegou a ser suspenso em 2019, diante de questionamentos do BTG Pactual sobre a competência da Comarca de Almeirim para processar o pedido. O banco pedia que o processo fosse transferido para São Paulo, mas o juízo de Monte Dourado reconheceu a sede, uma vez que ali está instalada a maior operação da companhia.

Curtas

Plaenge e Pininfarina

A incorporadora Plaenge fechou parceria com o estúdio italiano de design Pininfarina, que trabalha com o setor automotivo e fez fama com a Ferrari, para lançar ao menos cinco empreendimentos, com valor geral de venda (VGV) estimado em R$ 2,1 bilhões. O primeiro será em Maringá (PR). No Brasil, o Pininfarina já fez parceria com as incorporadoras Cyrela e Pasqualotto>, em dois empreendimentos em São Paulo e Balneário Camboriú (SC), mas o presidente da Plaenge, Fernando Fabian, destaca que é a primeira parceria com esse volume de produção. A empresa atua em nove cidades, e em Santiago e Temuco, no Chile. A empresa terminou 2023 com R$ 2,9 bilhões em VGV lançado. Para 2024, projeta atingir de R$ 3 bilhões a R$ 3,8 bilhões.

Varejo alimentar cresce

A Abras, principal associação do varejo alimentar do país, informou ontem que as vendas de supermercados, hipermercados e atacarejos tiveram alta de 3,13% em março versus mesmo mês de 2023. Em março frente a fevereiro, a elevação atingiu 8,85%. No do ano até março, a expansão alcança 2,04%. A Abras projeta crescimento nas vendas de 2,5% no ano. A venda de Páscoa, celebrada em 31 de março deste ano fez a diferença, já que em 2023 a data, que foi no dia 9 de abril, elevou as vendas daquele mês — logo, as bases de comparação são diferentes. As informações da entidade são coletadas com associadas — supermercados, hipermercados e também de atacarejo, segmento que vem sustentando as taxas de expansão mais fortes.

INÊS249

Remuneração Do valor total a ser distribuído, Tesouro receberá R$ 6,3 bilhões e sistema BNDES, R$ 1,7 bi

Petrobras vai pagar R$ 22 bi de dividendo extra

Kariny Leal, Fábio Couto e Juliana Schincariol
Do Rio

Depois de muita polêmica sobre a remuneração aos acionistas nos últimos 40 dias, a Petrobras aprovou nesta quinta-feira (25), em Assembleia Geral Ordinária (AGO), o pagamento de 50% dos dividendos extraordinários retidos, desde março, em uma conta de reserva de capital. O valor a ser distribuído em duas parcelas, em maio e junho, corresponde a R$ 21,9 bilhões. Do total, o governo deve ficar com R$ 8,1 bilhões, sendo cerca de R$ 6,3 bilhões para o Tesouro Nacional e algo como R$ 1,7 bilhão para o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). A AGO também elegeu o novo conselho de administração da empresa para período 2024-2026.

Com a decisão de ontem, a remuneração total da Petrobras aos acionistas, relativa ao exercício de 2023, alcança R$ 94,3 bilhões. O valor inclui antecipações aprovadas em 2023 e pagas até março de 2024, no montante de R$ 58,2 bilhões. A Petrobras pagará agora aos acionistas R$ 36,1 bilhões, assim divididos: R$ 14,2 bilhões em dividendos ordinários e R$ 21,9 bilhões em extraordinários. Os outros 50% do lucro retido de 2023 poderão ser pagos até o fim deste ano.

Logo após a aprovação dos dividendos extraordinários, as ações da estatal chegaram a subir 2%. Os papéis ON encerraram o dia cotados a R$ 44,35, alta de 2,5%, enquanto as ações PN fecharam com ganho de 2,6%, a R$ 42,30.

Em março, o conselho de administração da estatal havia aprovado apenas a distribuição de dividendos ordinários, correspondentes ao mínimo previsto pela estatal, de R$ 14,2 bilhões, como queria a União. E o lucro remanescente, de R$ 43,9 bilhões, seria destinado à reserva de remuneração de capital. Na ocasião, o presidente da Petrobras, Jean Paul Prates, propôs a distribuição de 50% do lucro excedente (R$ 21,9 bilhões), mas a sugestão não foi aceita pelo colegiado. O CEO se absteve na votação dos dividendos ordinários, o que gerou questionamentos sobre a permanência do executivo na empresa.

O sinal de que o governo mudaria de rumo veio na semana passada, quando o conselho considerou que eventuais propostas diferentes de remuneração não afetariam a sustentabilidade financeira da empresa. Na AGO de ontem, o representante da União, Ivo Timbó, da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), anunciou que a União havia alterado seu voto, para permitir a distribuição dos R$ 21,9 bilhões. Indicou também que os 50% restantes do lucro excedente de 2023, que ficarão na reserva de capital, poderão ser distribuídos até o fim do ano.

Na assembleia, o empresário José João Abdalla Filho, que tem cerca 2% das ações da Petrobras, elogiou Prates publicamente. Juca Abdalla, como é conhecido, afirmou: "Eu queria parabenizar a administração do presidente Jean Paul Prates, extensivo a sua maravilhosa diretoria. Nesse ano, com a condução que ele deu à companhia, houve uma valorização enorme [da empresa]. Além de parabenizar, eu quero mais é agradecer. Agradecer ao presidente Jean Paul na qualidade de acionista, que ele tem tratado muito bem."

> União reelege cinco nomes para conselho e emplaca Rafael Dubeux, da Fazenda

GUITO MORETO/AGÊNCIA O GLOBO

Sem surpresas: eleição para o conselho da Petrobras durou mais de cinco horas e resultado ficou dentro do esperado

Foi a primeira manifestação pública de Abdalla em uma assembleia de acionistas da Petrobras. Quando Prates se absteve na votação de março, o gesto foi interpretado por alas do governo como um alinhamento ao mercado, uma vez que a União era favorável à retenção do valor total. Depois de enfrentar uma "fritura", Prates conseguiu se manter na empresa e o clima de tensão contra ele arrefeceu.

Uma vez superado o tema dos dividendos, a eleição dos membros do conselho de administração transcorreu sem surpresas. O governo reelegeu cinco nomes e emplacou Rafael Dubeux como sexto conselheiro da União, indicado pelo Ministério da Fazenda. A eleição se deu pelo sistema de voto múltiplo, que beneficia minoritários por permitir concentrar votos em candidatos. Oito vagas estavam em jogo. Com os seis eleitos pela União, as duas vagas remanescentes ficaram com Abdalla e o advogado Marcelo Gasparino.

Alvo de questionamentos pelo Comitê de Pessoas da Petrobras, Gasparino afirmou que não vai se manifestar no conselho em votações relacionadas à transição energética. O advogado também é conselheiro da Eletrobras, o que configuraria conflito de interesses.

> **R$ 94 bi**
> **é a remuneração total em 2023**

Os eleitos pelo governo foram: Pietro Mendes, Jean Paul Prates, Bruno Moretti, Renato Galuppo e Vitor Saback, todos reeleitos. Dubeux não havia atingido o mínimo de votos necessários, de 5,16 bilhões, mas terminou eleito. Isso porque mesmo com Dubeux tendo um número de votos menor, o governo, por ser controlador, precisa ter no mínimo seis assentos no conselho de um total de onze.

Benjamin Alves Rabello Filho e Ivanyra Correia também estavam na chapa, mas não foram eleitos. Uma terceira vaga para os ordinaristas foi ocupada, pela votação em separado, por Francisco Petros, que se reelegeu como candidato único.

Os acionistas elegeram ainda Jerônimo Antunes na vaga destinada aos preferencialistas. Aristóteles Nogueira ficou em segundo lugar e Thales Kroth em terceiro nessa disputa em separado do controlador pelas PNs. Antunes foi aprovado pelo Comitê de Pessoas da Petrobras, com ressalvas por participar de comitês de auditoria da Vibra e da OceanPact, fornecedora de serviços para a petroleira. Antunes manifestou a intenção de renunciar aos cargos uma vez eleito.

A representante do fundo Opportunity, que apoiou Aristóteles Nogueira, questionou a validade dos votos no Boletim de Votação à Distância (BVD) e pediu conferência na contagem, alegando risco de afetar o resultado da eleição. Segundo ela, haveria "indício de erro". A mesa da AGO prestou esclarecimentos mostrando que a contagem estava certa.

Os bastidores da decisão da Coca-Cola de vender a Verde Campo

Estratégia

Adriana Mattos e Helena Benfica
De São Paulo

De uma semana para cá, uma questão rondou as conversas de equipes comerciais de varejistas e indústrias no país, após a Coca-Cola no Brasil decidir sair do segmento de bebidas lácteas enriquecidas. O que levaria um dos maiores grupos de consumo do mundo a abrir mão de um fenômeno global de vendas num país com uma massa gigantesca de potenciais compradores?

O anúncio da Coca ocorreu no dia 16, encerrando investimento de nove anos após adquirir a mineira Verde Campo. Os compradores foram a holding suíça de iogurtes e queijos Emmi, com 70% das ações. Os fundadores da marca, da Laticínios Porto Alegre, voltaram ao negócio — Alessandro Rios e Álvaro Gazolla ficaram com 30% do capital restante.

Trata-se de um negócio que pegou a onda da alimentação mais saudável, tornando-se uma febre no Brasil após 2019, com ritmo de crescimento anual 30% acima da cesta de itens saudáveis em geral — e com rentabilidade nas alturas. Se a venda de itens saudáveis subiu 7% em 2023, bebidas saudáveis avançaram 9%, segundo a Nielsen.

Quando fechou a compra, em 2015, fontes próximas à Coca diziam que não iriam parar por aí, e era tacada para mexer com setor dominado pelos grandes grupos europeus, como Danone, Lactalis e Nestlé.

Não foi exatamente o que aconteceu no país, segundo fontes ouvidas pelo **Valor**. "O pessoal do comercial, inclusive, nem foi avisado por eles ainda [da venda da empresa]", diz o diretor de uma das maiores supermercadistas de São Paulo. "O problema é que tem muita gente boa nadando de braçada nesse negócio no país, e é um pessoal que é do ramo mesmo. A Danone andou colocando montanha de dinheiro nisso. Aí é difícil para eles, mesmo sendo a Coca."

Não é que não seja a "praia" da Coca, que opera nessa área em vários mercados pelo mundo. O grupo é dono da marca "fairlife" de bebidas enriquecidas nos EUA, negócio que cresceu dois dígitos ao ano por nove dos últimos dez anos. Mas tudo indica que há critérios maiores em relação a certos investimentos.

Em fevereiro, o CEO James Quincey disse a investidores, ao mencionar os segmentos de sucos, laticínios de maior valor e linhas com embalagem "plant-based", que eles têm sido mais seletivos sobre onde querem liderar, de forma a alcançar "níveis apropriados de margens".

Na sucinta nota que trata da venda da Verde Campo, a Coca fala que a saída é "decisão estratégica", que sempre avalia sua carteira de ativos, e precisava "refinar" o portfólio.

O **Valor** apurou, pelas conversas entre varejistas e equipes da Leão Alimentos, a unidade que gere a marca, que a empresa via sinais de competição mais acelerada e crescimento abaixo no ritmo alcançado nos anos logo após a compra.

E tudo isso num ambiente que exige investimentos constantes em marketing e na ampliação de portfólio em lácteos em geral para se manter relevante na categoria.

No mercado total no país, a quantidade de bebidas sem lactose e proteicas por loja avançou 35%, em média, atingindo 21,5 produtos, segundo a Nielsen. Até 2023, eram 11 marcas com atuação no segmento, ante 7 em 2021.

Uma rede de varejo alimentar conta que, neste ano, a Verde Campo vinha crescendo 13% em vendas no acumulado de 2024. Logo após a compra da marca, a expansão anual no país era maior, na faixa de 20 a 25% ao ano, de 2016 a 2019.

Outro aspecto nessa conta é que não se via potencial para a Verde Campo virar marca na plataforma global do grupo na América Latina. Apesar de manter marcas regionais em certas áreas, a Coca gosta daquelas com poder de ganhar escala, e que gerem sinergias entre negócios.

Se na base da pirâmide das marcas, há uma entrada ainda acelerada de empresas e produtos, no topo da pirâmide, o cobertor é curto. Segundo pesquisa informal com três executivos de cadeias de supermercado ouvidos, estão nessa lista a YoPRO, da francesa Danone, a Vigor Viv, da mexicana Lala, e a também francesa Lactalis, dona da Itambé e Parmalat. São todos negócios muito tradicionais, oriundos da cadeia do leite.

"A Verde Campo não é irrelevante no setor, mas já vinha, desde o ano passado, reduzindo investimentos em 'trade marketing' e em ações promocionais, provavelmente já puxando o freio de mão por causa da saída deles. Inclusive para 2024, esse valor também já caiu", afirma o diretor de uma rede alimentar.

Brastemp vende negócio para ajudar a levantar US$ 500 mi

Gestão

São Paulo

A americana Whirlpool, controladora das marcas Brastemp e Consul, decidiu sair do negócio de purificadores de água no Brasil para ajudar a operação global a fazer caixa num momento de corte de gastos, demissões e revisão de projetos no mundo. As informações foram dadas na manhã de ontem pelo vice-presidente executivo da Whirlpool, Jim Peters, responsável pela área financeira.

Segundo ele, há duas medidas principais, na busca de uma geração de caixa para a empresa de US$ 500 milhões neste ano. Uma delas é a transação envolvendo a unidade no Brasil e a segunda se refere à venda de ações da Whirlpool na Índia.

Segundo apurou o **Valor**, no Brasil trata-se de transação de US$ 32 milhões (R$ 165 milhões). E são mais US$ 468 milhões com ações na Índia, segundo dados arquivados na SEC, órgão do mercado de capitais nos EUA.

Em janeiro, a empresa chegou a anunciar a venda da área de purificadores para a americana Culligan, numa operação que depende da análise do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), o órgão antitruste brasileiro.

Hoje, segundo informações do site da empresa, a venda on-line no país ainda está sob a administração da "Compra Certa Brastemp". O contrato envolve ainda a licença da marca à Culligan.

A companhia anunciou também, na quarta-feira (24), a demissão de 1.000 funcionários no mundo, como parte de um plano de redução de despesas para melhora da rentabilidade. As reduções de pessoal ocorreram parte em março e parte devem acontecer em maio.

Procurada para esclarecer se as reduções envolverão os funcionários da empresa no país, a companhia disse que todas as informações sobre o tema, no momento, estavam no comunicado global.

Em 2015, a Whirlpool anunciou corte de 15% dos empregados no Brasil, e segundo dados arquivados na B3, a empresa terminou o ano com 15,2 mil empregados, 4,2 mil a menos que em 2014 — recuo de 20%. Em 2022, eram, 11,9 mil empregados, conforme formulário na B3.

Ainda ontem, a Whirlpool informou que pretende cortar até US$ 400 milhões em custos neste ano com ações como simplificação de processos de fabricação e redução de gastos com consultores.

No Brasil, em 2023, as vendas da Whirlpool somaram R$ 11,5 bilhões, alta de 6,5% ante 2022, com lucro líquido consolidado de R$ 254 milhões, queda de 39%. Na América Latina, os resultados de janeiro a março foram "fortes", disse Peters — a operação local ainda não publicou seu balanço. *(AM)*

COPEL
Companhia Paranaense de Energia

EXTRATO DA CERTIDÃO DA ATA DA
249ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

1. LOCAL: Rua José Izidoro Biazetto, 158 - Bloco A - Curitiba, PR. **2. DATA:** 10.04.2024 - 08h30. **3. MESA DIRIGENTE:** MARCEL MARTINS MALCZEWSKI; e VICTÓRIA BARALDI MENDES BATISTA - Secretária da Reunião. **4. ASSUNTOS TRATADOS E DELIBERAÇÕES TOMADAS**: **O Conselho de Administração: I.** deliberou, por unanimidade, após ouvir o Comitê de Auditoria Estatutário, aprovar o Formulário 20-F 2023/2024, bem como sua divulgação; **II.** deliberou, por unanimidade, após ouvir o Comitê de Auditoria Estatutário, aprovar a prestação de garantia para a 1ª Emissão de Debêntures da Copel Serviços S.A.; **III.** deliberou, por unanimidade, após ouvir o Comitê de Auditoria Estatutário, aprovar a prestação de garantia para a 9ª Emissão de Debêntures da Copel Distribuição S.A.; **IV.** deliberou, por unanimidade, ouvido o Comitê de Auditoria Estatutário, aprovar a atualização da Política de Integridade; **V.** deliberou, por unanimidade, ouvido o Comitê de Auditoria Estatutário, aprovar a atualização da Política de Transação com Partes Relacionadas; e **VI.** deliberou, por unanimidade, ouvido o Comitê de Auditoria Estatutário, aprovar a atualização do Regimento Interno do Comitê de Ética. **5. MARCEL MARTINS MALCZEWSKI (Presidente); MARCO ANTÔNIO BARBOSA CÂNDIDO; CARLOS BIEDERMANN; FAUSTO AUGUSTO DE SOUZA; GERALDO CORRÊA DE LYRA JUNIOR; JACILDO LARA MARTINS; MARCELO SOUZA MONTEIRO; e VICTÓRIA BARALDI MENDES BATISTA** (Secretária). Certidão da ata da 249ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração da Copel, registrada na Junta Comercial do Estado do Paraná - Jucepar sob o nº 20242792936, em 23.04.2024, e publicada na íntegra em https://valor.globo.com/valor-ri/atas-e-comunicados, nos termos da Lei Federal nº 6.404/1976 e da Instrução Normativa - IN DREI ME nº 11/2022. --

Curtas

Americanas na berlinda

A Americanas informou que tomou conhecimento de requerimento para instauração de arbitragem, apresentado pelo Instituto Ibero-Americano da Empresa, na qualidade de substituto processual, contra a empresa e seus acionistas de referência. O Instituto pede a condenação da empresa e dos acionistas de referência por violação do dever de prestar informações; pela perda de oportunidades relacionadas ao preço das ações; e pelos danos sofridos com a fraude em sua contabilidade, revelada em janeiro de 2023. Pede ainda indenização aos acionistas da Americanas. A companhia informou que apresentará sua resposta ao requerimento de arbitragem "no prazo aplicável". A empresa está em processo de recuperação judicial, sob o peso de mais de R$ 40 bilhões em dívidas.

Southwest corta custos

A Southwest Airlines está saindo de quatro aeroportos nos Estados Unidos e cortando custos, enquanto enfrenta resultados financeiros fracos e atrasos em novos aviões da Boeing diminuem suas perspectivas para o ano.

Receita da Saint-Gobain

A empresa francesa de materiais de construção Saint-Gobain, controladora da Telhanorte, reportou receita de 11,35 bilhões no primeiro trimestre deste ano, queda de 8,5% ante o mesmo período do ano anterior. A receita no intervalo veio abaixo da projeção de 11,26 bilhões, segundo estimativas de consenso fornecidas pela Visible Alpha. Os preços caíram 1,1% no primeiro trimestre, enquanto os volumes recuaram 4,7%, como esperado, informou a empresa.

Toyota investe nos EUA

A Toyota está fazendo um investimento de US$ 1,4 bilhão em infraestrutura em sua fábrica em Indiana (EUA) para apoiar ainda mais seus esforços de eletrificação nos Estados Unidos. A montadora disse ontem que o financiamento adicional ocorre no momento em que se prepara para montar um novo veículo utilitário esportivo elétrico na fábrica, o que criará 340 empregos. A Toyota emprega mais de 63 mil pessoas na América do Norte, das quais 7,5 mil nas instalações de Indiana, onde a empresa investiu até agora US$ 8 bilhões.

Consumo Fábrica em Fazenda Rio Grande (PR) começa a operar em 2026 com geladeiras e há planos para lavadora e secadora de roupa

LG deve investir até R$ 1,5 bi para produzir linha branca

Daniela Braun
De São Paulo

A LG Electronics está expandindo a produção de linha branca no Brasil e lançando um programa de relacionamento para conhecer melhor o consumidor brasileiro. No primeiro trimestre de 2026, a gigante sul-coreana de eletroeletrônicos e eletrodomésticos inicia a produção de geladeiras em Fazenda Rio Grande, na região metropolitana de Curitiba (PR).

O investimento na operação será de R$ 1,29 bilhão (US$ 250 milhões na conversão do dólar pelo Banco Central), podendo alcançar R$ 1,55 bilhão (US$ 300 milhões), informa Daniel Song, presidente da LG no Brasil e executivo-chefe da empresa na América Latina, em entrevista ao **Valor**.

"Temos um plano de expandir fortemente nossa operação de linha branca [no Brasil]. Primeiro, tomamos iniciativa com refrigeradores", diz o executivo, que assumiu a operação latino-americana em janeiro deste ano. Song mantém a presidência da LG no Brasil, onde atua desde o ano passado.

Além dos refrigeradores, a nova fábrica produzirá lavadoras e secadoras de roupas. Atualmente, os refrigeradores são importados da Indonésia, China, Coreia do Sul e do México, dependendo da linha. Entre as lavadoras, 90% da produção atual vem da China.

Inicialmente, a produção atenderá a demanda local, mas a LG avalia exportar parte da produção para a Argentina, informa o executivo. "O novo presidente de Argentina [Javier Milei] está adotando uma política para ter mais liberdade e importar produtos".

A localização de nova fábrica, em Curitiba, facilita a logística de exportação aos vizinhos argentinos. A companhia possui em Manaus (AM) uma fábrica de aparelhos de TV, computadores, fornos microondas e aparelhos de ar-condicionado, e mantém instalações em Taubaté (SP). Esta antiga fábrica no interior paulista abriga serviços de atendimento e manutenção desde 2021, quando a LG deixou de produzir celulares globalmente e transferiu a produção de notebooks e monitores para Manaus.

Com 30 anos de LG, sendo 17 atuando em países latino-americanos, o executivo sul-coreano afirma que "o Brasil tem um alto potencial de crescimento". Além de ampliar a produção local, a empresa estreou seu programa de relacionamento, o LG Family Club, no Brasil, no início de abril.

GABRIEL REIS/VALOR

"Temos plano de expandir fortemente nossa operação de linha branca" *Daniel Song*

"Pensamos em uma forma de ter um contato mais direito com os consumidores porque, geralmente, o consumidor compra o produto na loja, naquele momento, mas depois de comprar o produto, o contato desaparece", explica Song, que criou o programa em 2016 no Peru, e levou a ideia ao México, em 2021.

A proposta, segundo Song, é oferecer mais informações sobre os produtos, incluindo tutoriais em vídeo, conforme a demanda dos clientes, e estabelecer um contato rápido com a marca pelo site e por um canal no WhatsApp aos clientes cadastrados.

"Quando notamos que vários consumidores estão perguntando sobre uma mesma função podemos criar um curso on-line para aquele tema ou informar sobre uma atualização de um produto", explica Song. Além de tutoriais, o programa oferece sorteios de experiências, como ingressos para shows de música ao vivo. Desde o início do mês, 5,9 mil consumidores se conectaram ao programa, informa a LG.

Atualmente, os maiores faturamentos da empresa são feitos nos Estados Unidos, na Índia e na Coreia do Sul, terra natal da empresa. Os mercados do Brasil, da Alemanha e do Canadá disputam as posições seguintes.

A LG Electronics encerrou o primeiro trimestre fiscal de 2024, com lucro global de 585,4 bilhões de wons sul-coreanos (US$ 426 milhões), alta de 24,2% ante o lucro reportado um ano antes. A receita consolidada nos três meses encerrados em março foi de 21,09 trilhões de wons sul-coreanos (US$ 15,4 bilhões), avanço de 3,4% ante o resultado do primeiro trimestre de 2023. O segmento de linha branca e condicionadores de ar, que gera a maior fatia da receita da LG, faturou 8,6 trilhões de wons sul-coreanos no primeiro trimestre, alta de 7,2% em base anual. A divisão de entretenimento doméstico, que abriga a produção de TV, teve receita de 3,5 trilhões de wons sul-coreanos, com aumento de pouco mais de 4% em relação ao primeiro trimestre do ano passado.

O cenário que a LG informa em seu balanço para o mercado global como um todo (não necessariamente para as suas vendas), indica uma demanda em queda para eletrodomésticos no primeiro semestre, e em crescimento na segunda metade do ano.

Na quinta-feira (25), as ações da LG Electronics fecharam em queda de 1,74% na bolsa de valores de Seul, a 90,6 mil wons sul-coreanos (US$ 65,93).

Dona do TikTok reforça controle da operação nos EUA

Rede social

Hannah Murphy, Cristina Criddle e Eleanor Olcott
Financial Times, de San Francisco, Londres e Pequim

A chinesa ByteDance, dona do TikTok, reforçou seu controle sobre as operações da rede social de vídeos nos Estados Unidos nos últimos dois anos, mesmo com o ímpeto para proibir o aplicativo crescendo em Washington. A afirmação é de fontes da companhia.

O governo dos EUA aprovou esta semana uma lei que visa forçar o desligamento do TikTok de sua controladora, caso contrário ele será proibido no país. Mas remover o aplicativo de sua controladora avaliada em US$ 268 bilhões será um desafio formidável.

Mais de duas dúzias de atuais e ex-funcionários disseram ao "Financial Times" que o TikTok só se tornou mais profundamente interligado à ByteDance com a escalada das tensões sobre o aplicativo.

As fontes disseram que empregados da ByteDance, incluindo funcionários do alto escalão, foram transferidos para o TikTok; trabalhadores baseados nos EUA e que falam mandarim foram favorecidos pela sua capacidade de coordenação com os colegas chineses; e os esforços de reestruturação visaram funcionários baseados nos EUA que não cumpriam padrões de desempenho rigorosos.

"Existe um tipo de verniz ou fachada de que essas duas empresas são separadas", diz Joël Carter, um ex-gerente de política publicitária nos EUA, que saiu da empresa em agosto de 2023. "Na verdade, elas são uma só."

Dez atuais e ex-funcionários disseram que o número de funcionários chineses aumentou no TikTok nos últimos dois anos, com a ByteDance transferindo trabalhadores da China para outros escritórios no mundo, incluindo os EUA.

Isso incluiu líderes de alto escalão. No ano passado, a ByteDance transferiu Qing Lan do aplicativo Douyin, sua versão chinesa do TikTok, para chefiar o braço de publicidade de pequenas e médias empresas do TikTok nos EUA, nomeação que foi noticiada em primeira mão pelo "The Wall Street Journal".

As fontes falaram sob a condição de permanecer no anonimato, por temerem retaliação da companhia, que pode reaver bonificações e prêmios em ações se funcionários violarem "regras de não difamação", segundo documentos a que o "Financial Times" teve acesso. Essas afirmações surgiram depois que executivos do TikTok insistiram sob juramento de que ele era uma empresa "distribuída", sem nenhuma sede global oficial. Seu site na internet sugere que a sede do TikTok fica em Los Angeles e em Cingapura, sem escritórios na China, e que as decisões não são tomadas em Pequim.

Em uma declaração, o TikTok disse: "Assim como qualquer empresa globalizada, temos funcionários no mundo todo e eles se movimentam ao longo de suas carreiras para atender as necessidades de negócios. Isso não é um fenômeno recente nem exclusivo do TikTok". A declaração acrescenta: "A premissa e as declarações nessa história são falhas e baseadas em fontes anônimas que estão espalhando falsidades em busca de uma agenda pessoal. Qualquer jornalista saberia que isso vai contra o padrão jornalístico de apresentar fatos reais."

A companhia prometeu travar uma batalha legal contra a legislação dos EUA, enquanto o governo chinês disse que vai se opor à venda. Qualquer venda será difícil de ser feita.

Documentos de 2023 a que o "Financial Times" teve acesso mostram funcionários da ByteDance baseados na China, em equipes como operações de produtos de segurança, se reportando diretamente a líderes baseados nos EUA, e alguns funcionários globais que se reportam diretamente a chefes baseados na China.

"Eles estão anulando nossas decisões locais e degradando a liderança americana", disse um atual funcionário de alto escalão nos EUA. Segundo vários funcionários dos EUA, colegas que trabalhavam no gerenciamento de produtos e não falavam mandarim disseram que estavam sempre em desvantagem porque a função exigia uma coordenação próxima com engenheiros na China.

Eles acrescentaram que isso não era um problema para algumas funções, como venda de publicidade. Duas fontes que ainda estão na empresa disseram que foram instruídas a priorizar a contratação de chineses ou pessoas que falam mandarim nos Estados Unidos.

Muitos trabalhadores nos EUA se queixaram de longas horas de trabalho e de um sistema pouco transparente de avaliação de desempenho, que os líderes usam para manipular as avaliações dos funcionários para cumprir metas predefinidas e facilitar reestruturações.

Mas as medidas se devem em parte ao fato de os executivos da ByteDance acreditarem que o TikTok não está tendo um desempenho tão eficiente quanto o de suas operações chinesas, sugerindo que os funcionários americanos têm uma produtividade menor que a dos colegas na China, segundo disse uma fonte de alto escalão a par do pensamento da liderança.

O esforço se deu enquanto a ByteDance caminhava para uma grande oferta pública inicial de ações (IPO), com o objetivo de impressionar os investidores com o crescimento explosivo do TikTok, que registrou vendas de US$ 16 bilhões nos EUA em 2023, segundo o "Financial Times" noticiou no mês passado [o plano do IPO não avançou].

Mas durante audiências no Congresso, executivos do TikTok foram interrogados por políticos americanos que alegaram que o Partido Comunista Chinês podia acessar dados dos 170 milhões de usuários americanos do aplicativo para fins de espionagem, espalhar propaganda ou interferir nas eleições. Em janeiro, Shou Zi Chew, presidente-executivo do TikTok, insistiu que os dados dos usuários americanos foram colocados "fora do alcance" da China, em uma estrutura na nuvem protegida por "firewall" e construída em uma parceria de US$ 1,5 bilhão com a Oracle, conhecida como "Projeto Texas".

No entanto, muitos atuais e ex-funcionários do TikTok apontam para outros casos em que a companhia continua seguindo as orientações da ByteDance.

Processos básicos como aprovação de músicas usadas em propagandas ou resolução de problemas técnicos exigem coordenação com colegas na China, segundo várias fontes.

As decisões de políticas e moderação de conteúdo têm sido um ponto crítico. Segundo três ex-funcionários a par do assunto, a equipe de confiança e segurança do TikTok já esteve em desacordo com funcionários da China por causa do conteúdo que apresenta o popular movimento de dança "twerking" [algo como a dança do 'tchan']. Os líderes chineses consideraram o "twerking" sexualmente sugestivo, exigindo sua remoção ou que esse tipo de vídeo fosse mais difícil de ser encontrado, segundo disseram as fontes, enquanto os colegas nos EUA recuaram repetidamente.

O TikTok disse que a equipe da ByteDance na China não estava envolvida em decisões de confiança e segurança, que eram tomadas nos EUA e na Irlanda. *(Tradução de Mario Zamarian)*

US$ 16 bi foram as vendas do TikTok nos EUA

Google e YouTube ajudam balanço da Alphabet no primeiro trimestre

Desempenho

Ana Beatriz Bartolo
De São Paulo

A Alphabet, controladora do Google, registrou lucro líquido de US$ 23,66 bilhões no primeiro trimestre de 2024, o que representa uma alta de 57,2% em relação ao mesmo intervalo do ano passado. Quanto à receita, a empresa atingiu US$ 80,54 bilhões nos três primeiros meses do ano, um aumento de 15,4% — Google e YouTube tiveram forte desempenho.

O lucro diluído por ação cresceu, na mesma base de comparação, passando de US$ 1,17 para US$ 1,89. Os resultados trimestrais superaram as expectativas do mercado americano, que estimava que a Alphabet apresentasse um lucro diluído por ação de US$ 1,51 e receitas de US$ 78,7 bilhões no primeiro trimestre.

"Nossos resultados no primeiro trimestre refletem o forte desempenho do Google Pesquisa, YouTube e Cloud [nuvem computacional]", disse o CEO da Alphabet, Sundar Pichai, em carta aos acionistas.

A Alphabet também anunciou o pagamento de dividendos no valor de US$ 0,20 por ação. A distribuição será realizada em 17 de junho, com base na composição acionária de 10 de junho.

As receitas obtidas pela Alphabet, incluindo Google e YouTube, com anúncios atingiram US$ 61,66 bilhões no primeiro trimestre de 2024, alta de 13% sobre o reportado no mesmo período do ano anterior.

Do total de receitas com anúncios no período entre janeiro e março deste ano, US$ 8,09 bilhões vieram do YouTube, com aumento de 20,9% ante US$ 6,69 bilhões em igual intervalo do ano passado. O resultado superou as expectativas do mercado, que estimava um faturamento de US$ 7,7 bilhões com publicidade no YouTube, segundo analistas ouvidos pela consultoria FatcSet.

As receitas do serviço de armazenamento em nuvem Google Cloud somaram para US$ 9,57 bilhões nos três meses encerrados em março, alta de 28,5% sobre o ano passado e levemente acima dos US$ 9,4 bilhões estimados pelo mercado.

Alphabet
Cotação dia dia - US$/ação

160 | 159 | 158 | 157 | 156 | 155
155,47 | 154,09 | 156
17/abr/24 | 19/abr/24 | 25/abr/24

Variação
7 dias 0,34% | 12 meses 50,22%

Fonte: Yahoo Finance. Elaboração: Valor Data.

Na divisão do Google Pesquisa, as receitas chegaram a US$ 46,16 bilhões, alta anual de 14,4%. O resultado também está acima dos US$ 45 bilhões projetados pelos analistas.

Os custos de aquisição de tráfego (TAC, na sigla em inglês) chegaram a US$ 12,95 bilhões no trimestre. O valor representa alta de 10,5% em comparação com o reportado um ano antes.

Microsoft supera expectativas com ganho de US$ 21,9 bi

Victor Meneses
De São Paulo

A Microsoft registrou lucro líquido de US$ 21,9 bilhões no terceiro trimestre fiscal de 2024, alta de 20% ante o registrado no mesmo período do ano anterior. O lucro diluído por ação atingiu US$ 2,94, ante os US$ 2,45 reportados um ano antes.

O lucro operacional ficou 23% acima do reportado no mesmo trimestre fiscal de 2023, atingindo US$ 27,6 bilhões, enquanto a receita da companhia avançou 17% no período, para US$ 61,9 bilhões.

Os resultados trimestrais superaram as expectativas do mercado americano, que estimava que a Microsoft apresentasse um lucro diluído por ação de US$ 2,82 e receitas de US$ 60,9 bilhões no primeiro trimestre.

A receita de integração em nuvem somou US$ 26,7 bilhões, alta de 21% no comparativo anual. No segmento de produtividade e processos corporativos, o faturamento cresceu 12%, para US$ 19,6 bilhões, enquanto o faturamento de computação pessoal teve alta de 17%, para US$ 15,6 bilhões.

A base de assinantes do Microsoft 365 alcançou 80,8 milhões de pessoas, frente aos 65,4 milhões registrados um ano antes. Já a receita do LinkedIn cresceu 10%, enquanto a receita do Xbox aumentou 62% em um ano.

As ações da companhia fecharam o pregão regular da Nasdaq em queda de 2,45%, cotadas a US$ 399,04.

INÊS249

ESPECIAL PUBLICITÁRIO PRODUZIDO POR G lab GLAB.GLOBO.COM

Imóveis de Valor

HISPANOLISTIC/GETTY IMAGES

Nova tecnologia vem promovendo uma silenciosa e profunda transformação no setor, impactando processos e performance de incorporadores e corretoras

Inteligência artificial acelera mudanças no mercado imobiliário

A evolução tecnológica dos últimos anos tem transformado o setor imobiliário. Ferramentas alimentadas por inteligência artificial (IA) processam e analisam volumes cada vez maiores de dados, ajudando incorporadores, investidores e compradores na tomada de decisão — seja para identificar oportunidades de negócio, acelerar processos, revolucionar métodos construtivos, dar assertividade a campanhas de marketing ou facilitar a jornada do cliente.

Segundo estudo da McKinsey Global Institute (MGI), apenas o uso de IA generativa pode agregar mais de US$ 180 bilhões ao ecossistema de "real estate" global.

Em São Paulo, a Hypnobox desenvolveu uma solução direcionada a incorporadoras e corretoras especializadas em vendas de imóveis na planta que, baseada em "IA Assist", tem colaborado para potencializar resultados de clientes como as gigantes Diálogo, Even, Exto, Lavvi e Coelho da Fonseca.

"Na área operacional, por exemplo, a ferramenta automatiza a gestão de contratos, agilizando uma atividade monótona e desgastante da rotina do setor", explica Rafael Yoshioka, fundador da Hypnobox, há dez anos no mercado, que tem na carteira 98% das grandes incorporadoras do país.

Na busca por performance, o executivo destaca o potencial da ferramenta na criação de campanhas de marketing digital mais assertivas. A estratégia inclui testes com 150 variações de propostas de valor para um entendimento mais profundo do público-alvo a ser impactado.

"As visualizações de um post no Instagram e o número de cliques que atrai podem ser indicadores sutis do sucesso (ou não) de um empreendimento. Sinaliza o quanto aquele produto está sendo aceito em relação à oferta e à demanda do mercado", diz Yoshioka.

Segundo o executivo, esse suporte de IA nas campanhas pode aumentar em até 300% a taxa de conversão por meio do canal digital. Além disso, ajuda o incorporador a evitar o desperdício de recursos para impactar consumidores que não estão interessados em comprar um imóvel naquele momento.

A jornada do cliente também tem sido impactada. O Apê Perfeito, da Tegra Incorporadora, é uma plataforma de "match" imobiliário que propõe uma trilha especial a partir de 15 perguntas feitas pela atendente virtual para apurar desejos e percepções do interessado.

Para o futuro morador, a ferramenta pergunta sobre localização pretendida, se vai morar sozinho, se tem pets, tipos de planta que gosta e o que faz no fim do dia. Os investidores detalham o perfil socioeconômico do bairro de interesse, valor do metro quadrado na região, reputação da incorporadora e estágio da obra de cada produto.

Ao final, eles recebem uma seleção de imóveis captados entre 40 projetos de médio e alto padrões nas cidades de São Paulo, Campinas, Rio de Janeiro e Niterói, que estão no portfólio da empresa.

Para Yoshioka, esse tipo de solução, criada pela Hypnobox para a Tegra, personaliza mais o atendimento.

"As informações obtidas pela IA ajudam o corretor a customizar a abordagem do cliente, sem tratá-lo de forma genérica nem perder tempo com perguntas já respondidas", diz o CEO da proptech. "A inteligência artificial é uma realidade, e quem surfar essa onda mais cedo vai extrair vantagem disso."

Suporte de IA nas campanhas ajuda a evitar desperdício de recursos para impactar clientes

ANDREYPOPOV/GETTY IMAGES

METEUM/DIVULGAÇÃO

Acima, análises climáticas com IA podem ajudar na escolha de terrenos, materiais de construção e sistemas de energia resilientes e renováveis

ANÁLISE DO CLIMA

O uso de IA para análise de parâmetros climáticos já é amplamente adotado na agricultura, por exemplo. Agora, essa abordagem chega ao mercado imobiliário. A multinacional Meteum, com sede em Belgrado, na Sérvia, fornece previsões meteorológicas e do clima a diversos países.

A plataforma utiliza IA e "machine learning" para criar análises preventivas e preditivas que auxiliam produtores rurais a desenvolver suas lavouras de maneira eficiente e protegidas de eventos climáticos desfavoráveis.

Para o CEO da empresa, Alex Ganshin, a construção civil pode ser muito beneficiada pela adoção dessa ferramenta, que fornece dados históricos sobre a qualidade do solo, padrões de precipitação, riscos de inundações e de temperaturas extremas relacionados ao terreno onde as empresas pretendem construir.

Segundo estudo da Meteum, o Brasil tem 1.942 centros populacionais com 8,9 milhões de pessoas residindo em áreas suscetíveis a enchentes e deslizamentos de terra — mais que o dobro do número identificado há 12 anos.

"Tecnologias climáticas com IA podem ajudar os agentes imobiliários a mitigar riscos relacionados a alterações climáticas, sugerindo áreas mais seguras, materiais de construção mais eficientes, posicionamento do empreendimento e dimensionamento de sistemas de energia renovável", afirma Ganshin.

MAXIPHOTO/GETTY IMAGES

Ferramentas tecnológicas desenvolvidas com IA auxiliam incorporadoras, corretoras e clientes para tomada de decisão de negócios mais assertiva

Tendências

Fabricantes e designers nacionais apresentaram suas criações no 62º Salone del Mobile Milano e em mostras paralelas que ocuparam a cidade italiana

Móvel brasileiro é atração em Milão

Fabricantes e designers de móveis brasileiros tiveram papel de destaque no evento mais importante da indústria do mobiliário mundial: o Salone del Mobile Milano, ocorrido de 16 a 21 de abril. Com apoio da Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (ApexBrasil) e da Associação Brasileira das Indústrias do Mobiliário (Abimóvel), as empresas apresentaram coleções identificadas com sustentabilidade e cultura nacional.

Essas características estavam refletidas em peças com utilização de matérias-primas locais, em cores fortes e formas orgânicas, produzidas com técnicas artesanais e conhecimento tradicional, traduzindo aspectos culturais e preocupação ambiental — cada vez mais forte no setor.

Na feira principal, oito marcas contaram com estandes próprios no pavilhão Fiera Milano Rho, como a Sollos, em parceria com o designer Jader Almeida, e a Modalle, com Jayme Bernardo. Outras 23 apresentaram suas criações no espaço Design Brazil + Indústria, organizado pelo projeto Brazilian Furniture, da Abimóvel e da ApexBrasil.

Nessa área, foram 41 lançamentos levados ao público estimado em 300 mil pessoas, incluindo compradores de mais de 200 países. Em 2023, a participação brasileira na feira gerou mais de cinco mil contratos comerciais, volume 193% superior ao registrado no ano anterior. As empresas brasileiras fecharam US$ 36,66 milhões em acordos imediatos ou nos 12 meses seguintes.

"A receptividade ao móvel brasileiro foi muito positiva não só em Milão como ao redor do mundo, refletindo a combinação de design, sustentabilidade e originalidade que ressoa fortemente nos consumidores e profissionais da indústria de mobiliário global", afirma Cândida Cervieri, diretora-executiva da Abimóvel.

Para ela, o motivo seria a identificação do produto nacional com a tendência global de busca por móveis mais sustentáveis e autênticos, "que respeitam o meio ambiente e trazem a textura e a essência da natureza para dentro dos lares de forma ética e criativa".

Do lado de fora da feira, a agenda de eventos paralelos que agitou toda a cidade, chamada de "FuoriSalone", também foi marcada pela presença de fabricantes e designers nacionais.

Na mostra "Interni Cross Vision" no espaço Loggiato Ovest da Università degli Studi di Milano, a inovação e a criatividade de 53 peças de artistas brasileiros encantaram o público. Elas foram reunidas pelo curador Bruno Simões na exposição "Coccoloba" — uma referência à planta amazônica.

"A 'Coccoloba' é a maior folha do mundo, uma alusão à grandeza do nosso design, representado nesta edição por empresas de norte a sul do Brasil", explicou Simões.

A Ornare, marca de móveis planejados de luxo, aproveitou a semana para inaugurar seu primeiro "showroom" na Europa. O espaço de 450 metros quadrados fica no Palazzo Gallarati, no famoso Quadrilatero della Moda da Via Manzoni.

As linhas Timeless Collection (desenvolvida pelo Studio Ornare) e Colette, lançada em 2024, foram escolhidas para a estreia da 24ª loja da marca em todo o mundo. As demais ficam no Brasil (15), nos Estados Unidos (7) e em Dubai (1).

Já a Etel apresentou a exposição "Reset Modernity, Reinstituting Nature", na Via Pietro Maroncelli, com peças que combinavam a tradição do artesanato com a inovação tecnológica. O evento ainda prestou uma homenagem ao arquiteto Percival Lafer, da família fundadora da Móveis Lafer.

ABIMÓVEL/DIVULGAÇÃO

Estandes na feira principal e mostras na agenda paralela exibiram a força do setor no país, que conta com 19,3 mil empresas e emprega 269 mil pessoas

SOLLOS/DIVULGAÇÃO

A elegância atemporal dos móveis de Jader Almeida para a Sollos: estande próprio em Milão

RUY TEIXEIRA/DIVULGAÇÃO

A Ornare aproveitou a agitação da semana em Milão para abrir seu primeiro "showroom" na Europa

MODALLE/DIVULGAÇÃO

Sofá modular da coleção Dolce Far Niente — Dieedro, do designer Jayme Bernardo para Modalle

G.LAB É O ESTÚDIO DE BRANDED CONTENT DA EDITORA GLOBO, ESPECIALIZADO EM SOLUÇÕES DE CONTEÚDO PARA MARCAS

CONTATO COMERCIAL SP: João Meyer – jomeyer@edglobo.com.br | CONTATO COMERCIAL RJ: Marcelo Lima – mlima@oglobo.com.br | DEMAIS REGIÕES: ana.lima@edglobo.com.br | SUGESTÕES DE PAUTA: imoveisdevalor.glab@edglobo.com.br

VISITE OS DECORADOS
RUA CARDEAL ARCOVERDE, 2.958
F 11 3080 8530
FRAIHA.COM.BR/EXPAND

INTERMEDIAÇÃO:
IDEALIZAÇÃO:
*Não oficial. Incorporadora responsável: Byblos Empreendimentos Imobiliários Ltda. Central de Atendimento Fraiha Vendas Negócios Imobiliários Ltda.: Av. Moema, 300, 1º andar, conj. 11, Moema – São Paulo/SP. CEP: 04077-020. Tel.: (11) 3080-8530. CNPJ: 39.529.859/0001-75. Site: www.fraiha.com.br. Creci-SP: 36.188-J.

INÊS249

Jeep O SUV para sete ocupantes passa a ser vendido com motor 2.0 turbo de 272 cv de potência

Commander Blackhawk: para famílias grandes e apressadas

DIVULGAÇÃO

Com o motor 2.0 Hurricane, a versão Blackhawk (R$ 321.290) vai de zero a 100 km/h em 7 segundos; a máxima é de 220 km/h

André Paixão
Da Autoesporte

O relógio desperta. São 6h, mas as crianças teimam em ficar na cama. Já atrasados, os pais insistem, afinal, a aula começa logo e ainda é preciso tomar banho e café da manhã. No fim, tudo se ajeita. O dilema de várias famílias que passam por situações como essa diariamente pode estar com os dias contados. Afinal, o Jeep Commander, SUV de 7 lugares escolhido por muitos pais acaba de receber o motor 2.0 turbo da família Hurricane e vigorar entre os mais rápidos do segmento.

O Commander com o 2.0 Hurricane está disponível nas versões Overland (R$ 308.290) e na inédita Blackhawk (R$ 321.290). É o mesmo propulsor usado nos Jeep Compass e Wrangler e na Ram Rampage. Até aí, motores 2.0 são comuns na indústria. A diferença é que este entrega 272 cv de potência e 40,8 kgfm de torque. Ainda não ficou surpreso?

Pois saiba que o Commander 2.0 turbo é capaz de ir de 0 a 100 km/h em 7 segundos cravados e alcançar 220 km/h de velocidade máxima. Para ter uma ideia, é só 0,3 s a mais que a aceleração de um Volkswagen Jetta GLI, um sedã esportivo. É também praticamente 3 segundos mais rápido do que o mesmo veículo dotado do motor 1.3 turbo.

A tração é sempre 4x4, com seletor de terrenos, e o câmbio é automático, com nove marchas, uma evolução e tanto na comparação com a caixa de seis marchas que é usada nas versões com motor 1.3. A transmissão consegue decidir sempre pela melhor marcha naquela situação. Alterações das condições são seguidas rigorosamente por trocas (sejam elas para cima ou para baixo). O único pecado é não existir um modo Sport para deixar o conjunto mecânico ainda mais afiado.

Se os pais dos coleguinhas não notarem que o SUV da Jeep começou a chegar mais cedo na escola, poderão perceber algumas diferenças no visual. Começando pela traseira (que é como o Commander 2.0 turbo provavelmente será visto com maior frequência), há saídas duplas no escape — uma de cada lado. Há ainda um "badge" alusivo à versão: Overland ou Blackhawk, esta última presente pela primeira vez no modelo.

As crianças ainda poderão contar aos amigos da classe que o carro dos pais tem rodas de 19 polegadas com desenho novo e pinças de freio vermelhas, no caso da opção Blackhawk. Menos perceptível é a nova grade dianteira, que tem as sete fendas características da Jeep com menor inclinação na parte superior. A parte interna das barras trocou o padrão de colmeia por faixas horizontais.

Depois de deixar as crianças na escola, torcendo para não ter tomado nenhuma multa por excesso de velocidade, a mãe ou o pai que seguir com o SUV para o trabalho poderá explorar a maior novidade tecnológica do Commander. Agora, o pacote de condução semiautônoma do modelo tem centralizador de faixa e sensor que detecta se as mãos estão no volante. É um avanço no impreciso sistema de manutenção de faixa que a Jeep já oferecia e deixava o carro "sambando" entre as faixas. Para ativar o recurso, é preciso acionar o controlador de velocidade adaptativo e ajustar a distância para o veículo da frente.

O ícone do volante no quadro de instrumentos aparecerá na cor verde, bem como duas finas faixas da mesma cor nas extremidades da tela de 10 polegadas. Pronto, agora o SUV vai se manter dentro da faixa. No test-drive de 180 km que fizemos em rodovias uruguaias na região de Punta del Este, o sistema se mostrou bem ajustado, inclusive realizando curvas de maior raio.

Caso o motorista retirar as mãos do volante, um alerta de cor amarela será exibido alguns segundos depois. Persistindo, o sinal visual fica vermelho e vem acompanhado de um bipe sonoro. Ainda assim, se o motorista não colocar de volta as mãos no volante, o veículo entende que o motorista pode ter dormido. Então, aplica uma repentina e breve pressão nos freios para chamar atenção.

Como a principal novidade é o motor turbo, decidi desligar o sistema e explorar as capacidades do SUV. Se no Compass a aceleração impressiona, mas a direção não agrada tanto, o Commander se revela um excelente companheiro para viagens. Mais comprido, alto e com entre-eixos 15 cm mais longo, tinha certeza que o SUV de 7 lugares não me daria tanto prazer ao dirigir como o modelo menor. Mas estava enganado.

DIVULGAÇÃO

Na traseira há saídas duplas de escapamento, uma de cada lado, e adesivo relativo à versão do carro

Para minha surpresa, a suspensão recalibrada com molas e amortecedores mais duros deu vida nova ao Commander, que sempre sofreu com motorizações subdimensionadas para seu porte. Com mais segurança para fazer mudanças súbitas de direção, confesso que abusei no curto trecho de terra. O grandalhão de 1.886 kg parece que está sempre convidando o motorista para acelerar mais e contornar curvas de forma esportiva. Quando olhei para o velocímetro, estava a 90 km/h em uma estrada de terra (muito bem conservada, é verdade). Tirem as crianças do carro!

Precisando frear, Compass e Commander agora têm discos maiores, passando de 305 mm para 330 mm. As pinças também foram substituídas em nome de uma maior eficiência. Assim que a Jeep liberar o SUV para teste, poderemos avaliar se o desempenho melhorou efetivamente.

Com desempenho tão bom, seria esperado que o consumo piorasse, certo? Em termos. Movido apenas a gasolina (mas na fila para virar flex), o Commander 2.0 turbo foi homologado no Inmetro com 8,2 km/l na cidade, média igual ao SUV com motor 1.3 turbo. Na estrada, nem mesmo o câmbio automático de nove marchas (contra seis na opção menos potente) ajudou a alcançar números melhores.

Ainda que o motor trabalhe mais relaxado e possa aproveitar mais marchas, o ponteiro não passa de 10,2 km/l, contra 11,4 km/l da versão 1.3. Se sair de casa atrasado, pode apostar que esse número será ainda pior.

Para a segurança de todos, o Commander Blackhawk, versão mais completa da linha, oferece airbags laterais, de cortina e de joelho para o motorista e o pacote ADAS com frenagem automática de emergência, alertas de objeto no ponto cego, de saída de faixa e controlador de velocidade adaptativo.

Quem vai à frente não poderá reclamar se o parceiro tiver opinião diferente em relação ao ar-condicionado. O equipamento do SUV é de duas zonas. Há saídas na segunda fileira, mas quem ocupa os dois bancos da terceira fila pode acabar passando calor, já que o vento sofre para chegar até lá. O espaço também é limitado. Assim, é aconselhável que apenas crianças ocupem o compartimento. E já que estamos falando do espaço interno, nessa configuração o Commander acomoda razoáveis 233 litros. O volume salta para 661 litros quando os bancos estão recolhidos e pode alcançar latifundiários 1.760 litros se apenas os assentos dianteiros estiverem funcionais.

A vida é bem mais cômoda na frente. Ali, os bancos têm ajustes elétricos. E se houver uma divisão entre quem leva os filhos na escola, a memória no assento do condutor pode evitar brigas se as posições de guiar forem muito diferentes. Completando o pacote, rodas de 19 polegadas, quadro de instrumentos digital de 10,25 polegadas, central multimídia de 10,1 polegadas com Android Auto e Apple CarPlay sem fio, teto solar panorâmico, bancos que mesclam couro e suede de design escurecido, este último exclusivo da versão Blackhawk.

Convenhamos que o pacote de equipamentos nunca foi o problema do Commander. Faltava vida ao SUV com as motorizações oferecidas pela Jeep até então. E elas serão mantidas, para quem deseja um modelo de 7 lugares com preço mais elevado ou faz questão de ter um carro a diesel (essa opção ficou restrita a uma única versão). Para aqueles que viram a família crescer, mas não querem abrir mão do desempenho ou de uma direção mais dinâmica, o Commander certamente suprirá essas necessidades.

MG será mais uma chinesa a vender elétricos e híbridos país

Cauê Lira
Da Autoesporte

A marca chinesa Morris Garages, ou apenas MG Motor, prepara seu retorno Brasil. Motivada pelo sucesso de conterrâneas como BYD, GWM e Caoa Chery, a fabricante vai apostar bastante no segmento de SUVs e terá modelos híbridos e elétricos.

Conforme apurado por "Autoesporte", a operação da MG está em fase de planejamento. A marca, que pertence ao Grupo SAIC, um dos maiores do setor na China, está sondando o mercado desde 2023 e elaborando sua estratégia de vendas.

Diferentemente de sua primeira passagem por aqui, entre 2011 e 2013, quando era representada pelo Grupo Forest Trade e tinha apenas uma concessionária, a MG retorna com operação própria. Ainda não registrou carros no Instituto Nacional de Propriedade Industrial (Inpi), mas "Autoesporte" ouviu de fontes ligadas à marca que eletrificação é um dos principais tópicos em pauta. Nos mercados em que atua, a marca aposta em carros híbridos plug-in e até elétricos, investindo também na infraestrutura local de carregadores.

Atualmente, a fabricante chinesa tem seis carros eletrificados no catálogo global. O modelo mais em conta é o MG3, um hatch com motor híbrido semelhante ao do Toyota Corolla nacional. Ele parte de 18 mil libras no Reino Unido (R$ 144 mil na conversão direta) e não tem fonte externa de recarga.

O elétrico mais barato é o MG4, um hatch que parte de 26 mil libras (R$ 165 mil sem impostos) e tem mais de 500 km de autonomia. Este carro também tem uma versão esportiva, chamada MG4 EV XPower, capaz de acelerar de 0 a 100 km/h em 3,8 segundos. Sua autonomia, porém, é menor, na faixa de 385 km.

6 carros compõem o catálogo global da fabricante

O SUV compacto ZS EV também é elétrico e custa 30 mil libras (R$ 191 mil). O possível futuro rival do BYD Yuan Plus tem 440 km de autonomia declarados pela marca. Acima dele, a MG5 EV é uma perua elétrica com exatamente o mesmo preço e 402 km de autonomia.

Por fim, o SUV eletrificado mais caro da MG é o HS híbrido plug-in. O utilitário parte de 31 mil libras no Reino Unido (aproximadamente R$ 200 mil) e combina motor 1.5 turbo com unidades elétricas instaladas nos dois eixos. Segundo a MG, o HS pode rodar até 50 km no modo exclusivamente elétrico.

Se a marca seguir a mesma estratégia das rivais chinesas, os carros mais cotados para o Brasil são o SUV elétrico ZS EV e o utilitário híbrido plug-in HS.

A MG é uma das marcas de carro mais tradicionais da Inglaterra. Foi fundada em 1924 com foco na produção de cupês e esportivos. Em 2007, após décadas difíceis, abriu falência e foi adquirida pelo Grupo SAIC (uma das quatro maiores fabricantes de veículos da China, ao lado de Geely, BYD e Dongfeng).

Portanto, a MG já estava sob controle do grupo chinês quando fez sua primeira aparição no Brasil. A passagem foi apagada, com só uma concessionária na capital paulista, e muitos brasileiros nem lembram que a marca já foi vendida por aqui. Com poucos emplacamentos, a importação acabou em 2013.

A MG está presente em outros mercados na América do Sul, e isso permitiu que sua marca fosse exibida no Brasil. A empresa tinha os direitos de patrocínio da Conmebol Sulamericana, o segundo maior torneio continental de futebol da região, e sua propaganda foi exibida em alguns estádios do país.

O retorno da MG é mais uma etapa da invasão chinesa no mercado brasileiro. Além dela, outras quatro marcas também iniciam operações em 2024: Zeekr, Neta, Omoda e Jaecoo.

São Paulo (Matriz) (11) 5644-6700 • São Paulo (Service Body & Paint) (11) 5645-6900 • Campinas (19) 2122-9900 • Ribeirão Preto (16) 3516-8300
Rio de Janeiro (21) 2495-5959 • Curitiba (41) 3333-3113 • Florianópolis (48) 2107-4070 • Porto Alegre (51) 3083-6100 • Recife (81) 3312-0950
stuttgartporsche.com.br | stuttgartporsche

Stuttgart
SUA REFERÊNCIA PORSCHE

Cenários Estatal recebeu R$ 40 milhões em 2023; para ministro Fávaro, empresa poderia abocanhar uma "fortuna" para retroalimentar a pesquisa

Aos 51, Embrapa ainda arrecada pouco com royalties de tecnologias

Rafael Walendorff
De Brasília

A Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), que completa 51 anos hoje, ainda pena para conseguir colher os frutos e lucrar com as tecnologias e conhecimentos gerados ao longo dessas cinco décadas. A falta de um modelo eficaz para arrecadar royalties e reaplicar os recursos em novos projetos aos pesquisadores escancara a dificuldade orçamentária que persiste na estatal.

Apesar de ostentar resultados bilionários, como o seu lucro social de R$ 85,1 bilhões divulgado ontem, a Embrapa arrecadou apenas R$ 40 milhões em royalties em 2023. Neste ano, dos R$ 72 milhões previstos para a empresa arrecadar, entraram R$ 6 milhões no caixa, dos quais R$ 4 milhões são de royalties.

Pesquisadores reclamam da situação. Um deles, ouvido sob anonimato, disse que além de arrecadar pouco e de forma lenta, o recurso não é revertido diretamente para novas pesquisas agropecuárias. Atualmente, os valores recebidos de royalties vão para um cofre geral e são usados para bancar outras despesas, afirmou.

O ministro da Agricultura, Carlos Fávaro, disse que o assunto está em estudo pelo Conselho de Administração da estatal. Segundo ele, a empresa poderia abocanhar uma "fortuna" para retroalimentar a pesquisa.

"O modelo que está aí até agora não faz a retroalimentação. O Consad está estruturando tecnicamente e juridicamente para que a Embrapa possa continuar avançando, mas que possa receber por isso e não deixar só iniciativa privada enriquecer e ela ficar dependendo de orçamento público", afirmou Fávaro após evento na Embrapa ontem.

30%
foi a queda no "lucro social" da Embrapa

Silvia Massruhá, presidente da Embrapa, afirmou que a estatal precisa de mais recursos para complementar o orçamento público destinado ao custeio dos 1.125 projetos de pesquisas em curso atualmente. A atividade demanda cerca de R$ 500 milhões por ano, mas o orçamento federal garante apenas um terço disso, afirmou.

A diretora de Pessoas, Serviços e Finanças da Embrapa, Selma Beltrão, afirmou que o orçamento discricionário aprovado na Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2024 é de R$ 150,3 milhões para custeio e investimento e outros R$ 87,4 milhões de emendas parlamentares que podem ser aplicados na carteira de projetos da empresa.

THIAGO SOUSA
Presidente Silvia Massruhá afirmou que Embrapa precisa de mais recursos para complementar o orçamento público

No evento de cerimônia de aniversário da Embrapa, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou que é um "absurdo" a empresa ter que paralisar pesquisas por falta de dinheiro. "É uma coisa tão absurda imaginar que um centro de conhecimento como a Embrapa deixa de fazer uma pesquisa porque falta R$ 1 milhão, R$ 2 milhões. Eu diria que é uma irresponsabilidade de todo mundo", disse.

Não houve anúncio de reforço orçamentário como presente para a aniversariante, mas Lula prometeu atender as demandas da estatal. Fávaro e Massruhá disseram que não há projetos parados, mas que a empresa opera no limite. O custeio é complementado com parcerias público-privadas.

Silvia Massruhá reforçou a necessidade de buscar um "modelo sustentável" de captação de recursos para custear a pesquisa. "Apenas com o Orçamento da União, muitas vezes, não conseguimos manter todas as pesquisas. Temos que aumentar as parcerias e o próprio setor produtivo deve apoiar um pouco mais", disse.

A Embrapa informou que o "lucro social" gerado pela empresa alcançou R$ 85,12 bilhões em 2023, 30% abaixo do ano anterior. O valor foi calculado a partir da análise do impacto econômico e socioambiental de um pacote de 182 soluções tecnológicas e 110 cultivares desenvolvidas pela estatal e aplicados no país.

A receita líquida da estatal foi de R$ 4,01 bilhões no ano passado. Com isso, o índice de retorno social calculado pela empresa chegou a R$ 21,23 para cada real aplicado. De acordo com o Balanço Social divulgado, as tecnologias desenvolvidas pela Embrapa também ajudaram a gerar 66,2 mil novos empregos em 2023 no Brasil.

BP Bunge acerta com a TIM cobertura 4G em 3 milhões de hectares

Conectividade

Camila Souza Ramos
De São Paulo

A BP Bunge Bioenergia acertou com a TIM um contrato para garantir a oferta de sinal 4G para uma área de 3 milhões de hectares no Brasil. É o projeto privado com a maior área com 4G do país. Com um investimento de R$ 100 milhões apenas para instalar antenas, a sucroalcooleira espera que a tecnologia reduza custos e eleve a produtividade.

O contrato prevê a instalação de 98 antenas nas lavouras da companhia sucroalcooleira, que tem 11 usinas em cinco Estados. O sinal atenderá 300 mil hectares próprios da BP Bunge, 150 mil hectares de seus fornecedores de cana e comunidades em 46 municípios.

Com o projeto, a operadora italiana passa a ter uma cobertura de 16 milhões de hectares. "A BP Bunge é nosso maior projeto do agronegócio e um dos maiores da América Latina", diz Alberto Griselli, CEO da TIM. Segundo ele, o objetivo da empresa é alcançar 20 milhões de hectares.

Com o sinal, a BP Bunge conseguirá integrar suas máquinas em campo a uma central de operações de monitoramento em tempo real, que hoje trabalha com conexão por satélite. Com o sinal 4G e sensores embarcados nas frentes de trabalho em campo, a companhia obterá dados que otimizarão as operações, reduzindo gastos com combustível e com máquinas, e evitando ocorrências que hoje afetam o potencial produtivo dos canaviais. No total, 15 sistemas de monitoramento serão instalados para aproveitar o sinal 4G.

Geovane Consul, CEO da BP Bunge, afirma que uma das tecnologias mais promissoras é a de monitoramento dos trabalhadores que comandam as máquinas em campo. Haverá uma câmera em cada cabine das colhedoras capaz de detectar sinais de sonolência dos operadores, como piscadas em excesso ou se a cabeça do trabalhador está tombando. Quando um sinal é identificado, a central é acionada e um comando paralisa a máquina, evitando acidentes.

As máquinas também terão sensores que enviarão dados à central sobre aquecimento do motor, vibração de torque, entupimentos e outros indicadores. Segundo Consul, a ideia é conjugar os sensores a uma inteligência artificial que indica quando é necessário trocar peças e que já aciona o sistema administrativo para encomendar peças à John Deere, parceira da BP Bunge.

"Quando a máquina chegar à oficina, o trabalho dos técnicos será apenas fazer a substituição. Com isso, ganhamos tempo, e evita-se quebras inesperadas em feriados ou fim de semana", diz.

Com o 4G, o sistema de monitoramento das máquinas também verificará em tempo real a velocidade da frota, a altura da plataforma das colhedoras e outros indicadores que podem auxiliar na redução do gasto com diesel. "Já fizemos um piloto na Usina em Edeia [GO] e os ganhos são espetaculares", diz o CEO da sucroalcooleira.

Segundo ele, o consumo de diesel já caiu 30%. O impacto para a companhia pode ser grande, já que hoje a BP Bunge gasta R$ 600 milhões ao ano com diesel.

A companhia também vai aproveitar as torres da TIM para instalar câmeras de alta resolução que identificam sinais de incêndio em um raio de 25 quilômetros. Um software identifica fumaça e aciona os bombeiros. Um projeto-piloto já permitiu a redução da área queimada por hectare em 52%.

Brasil fará mais açúcar com menos cana

Safra 2024/25

Fernanda Pressinott
De São Paulo

Em sua primeira estimativa para a safra de cana 2024/25, a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) estimou que o Brasil aumentará sua produção de açúcar em relação à temporada passada, apesar da perspectiva de uma colheita de cana-de-açúcar menor.

A autarquia estimou que o Brasil colherá 685,9 milhões de toneladas, uma redução de 3,8% em relação à temporada anterior.

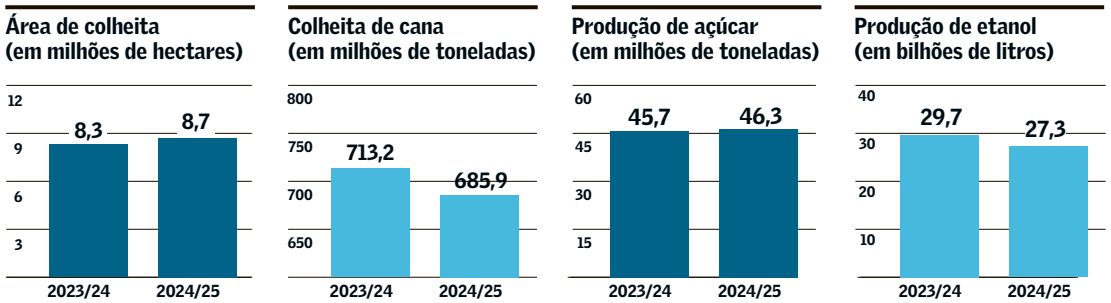
Entre os fatores apontados para essa redução estão os baixos volumes de chuvas nos últimos meses, aliados às altas temperaturas registradas na região Centro-Sul. A produtividade estimada pela autarquia para a média do Brasil é de 79,1 toneladas por hectare, 7,6% abaixo da obtida na safra anterior, que foi favorecida pelas boas condições climáticas.

De acordo com o levantamento, a área de colheita de cana deve aumentar 4,1%, para 8,7 milhões de hectares. O crescimento deve-se ao aumento de áreas em expansão e renovação, sendo que a colheita na região Centro-Sul, já iniciada, passa a se intensificar a partir de maio.

Para a região Sudeste, que concentra a maior produção de cana do país (64,6%), a Conab estima uma queda de 5,6% em relação à safra 2023/24, para 442,7 milhões de toneladas. Já o Centro-Oeste deve colher nesta safra 145,7 milhões de toneladas, levemente acima (0,4%) do ciclo passado. Para o Nordeste, a Conab estima uma produção de 56,6 milhões de toneladas, semelhante à safra anterior.

Apesar da diminuição da colheita de cana, a Conab estima que a produção brasileira de açúcar crescerá 1,3%, para 46,3 milhões de toneladas. Se confirmado, esse volume será recorde. Apenas o Centro-Sul deve elevar sua fabricação de açúcar em 0,9%, para 42,7 milhões de toneladas.

Já a produção de etanol feito de cana deve cair 8%, para 27,3 bilhões de litros. Segundo a Conab, as usinas devem destinar mais cana para o açúcar, que está mais remunerador que o biocombustível.

Projeções para 2024/25
Estimativas da Conab para a produção sucroalcooleira

Fonte: Conab

COMUNICADO DE RECALL

Veículo	Ano modelo	Relação de chassis (Números de chassis não sequenciais – últimos 8 dígitos)	Data de fabricação
JEEP CHEROKEE	2014 e 2015	EW134303 a FW792687	04/10/2013 a 11/07/2015

A **FCA FIAT CHRYSLER AUTOMÓVEIS BRASIL LTDA.** convoca os proprietários dos veículos da marca **Jeep**, modelo **Cherokee**, **ano/modelo 2014 e 2015**, para, a partir do dia **29 de abril de 2024**, agendarem o comparecimento a uma das concessionárias da rede **Jeep**, a fim de que sejam providenciados, gratuitamente, o reposicionamento do módulo elétrico da tampa do porta-malas, a instalação da proteção contra líquido e, se necessária, a substituição do módulo dos veículos convocados.

Foi identificada a possibilidade de infiltração de líquido no módulo elétrico de abertura e fechamento da tampa do porta-malas dos veículos convocados, podendo ocorrer o início de corrosão e, em casos extremos, um curto-circuito no dispositivo, com risco de incêndio e de potenciais danos materiais, danos físicos graves ou até mesmo danos fatais aos ocupantes do veículo e/ou a terceiros.

Os serviços serão realizados mediante agendamento prévio. Por esse motivo, é importante que o proprietário do veículo contate a concessionária de sua preferência para ser informado sobre a previsão do atendimento. O tempo estimado de reparo é de, aproximadamente, 3 (três) horas.

Para consultar os números dos chassis envolvidos e/ou obter mais informações, acesse **www.jeep.com.br** ou contate a Central de Serviços ao Cliente **Jeep** pelo WhatsApp **(31) 2123 4000** ou pelo telefone **0800 703 7150**.

Com esta iniciativa, a **FCA** visa assegurar a satisfação dos seus clientes, garantindo a qualidade, a segurança e a confiabilidade dos veículos da marca **Jeep**.

Jeep® é marca registrada da Stellantis-FCA US LLC.
PAZ NO TRÂNSITO COMEÇA POR VOCÊ.
JEEP.COM.BR
CAC 0800 703 7150
facebook.com/jeepdobrasil

INÊS249

Agronegócios

Por GLOBORURAL

Conjuntura Advogados relatam abordagem 'agressiva' por alguns escritórios na oferta do recurso nos Estados que concentram a produção

"Indústria" de recuperação judicial mira produtores

Nayara Figueiredo
De São Paulo

A onda de pedidos de recuperação judicial por produtores rurais pessoa física, que preocupa o Ministério da Agricultura, também é vista com ressalvas por advogados ouvidos pelo **Valor**. Eles afirmam que, apesar de o instrumento ser importante para recuperar os endividados, profissionais e escritórios de advocacia passaram a oferecer a medida em excesso.

Em alguns casos, a abordagem beira a promessa de garantia dos melhores descontos e prazos para pagar sem perder os bens. "Lamentavelmente, existe uma espécie de indústria da recuperação judicial nos Estados que concentram a maior parte da atividade rural do país", afirmou Rodrigo Lopes, da área de recuperação de crédito e sócio do Martinelli Advogados.

Não por acaso, os Estados que lideraram os pedidos em 2023 foram Mato Grosso e Goiás, conforme dados da Serasa Experian. Dos 154,61 milhões de toneladas de soja que o Brasil colheu na safra 2022/23, os mato-grossenses e goianos contribuíram juntos com 63,33 milhões.

Nesta temporada, a 2023/24, Mato Grosso deve ter quebra de 16,4% na produção de soja, enquanto Goiás tem perda estimada em 9,7%, o que deixa uma parcela de produtores atingidos pela seca mais suscetível a problemas financeiros — já que os preços do grão também estão em queda.

"Imagina como soa na cabeça do produtor que precisa se organizar quando vem um advogado com uma abordagem agressiva, quase que oferecendo um milagre, com um discurso assim: 'com a recuperação judicial você vai ter um desconto alto em dívidas, maior prazo de pagamento e seus credores são obrigados a aceitar seus termos e condições'", exemplificou Lopes.

Segundo ele, o escritório Martinelli atua tanto na representação de empresas do agro e agricultores, quanto de credores, por isso tem uma visão de ambos os lados do problema.

Em 2023, os pedidos de recuperação judicial por produtores pessoa física subiram 535%, para 127, de acordo com a Serasa. Neste ano, a expectativa é que esse número avance, seja pelos impactos do clima, pelo recuo nos preços de grãos ou pela adoção da recuperação judicial no lugar da reestruturação de dívidas, até impulsionada por essas abordagens.

Diante do aumento dos pedidos, o ministro da Agricultura Carlos Fávaro enviou, mês passado, ofício ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ) solicitando a atuação do órgão para conter possíveis excessos e interpretações erradas da lei na crescente concessão de recuperações judiciais na primeira instância.

> "Imagina como soa na cabeça do produtor quando o advogado oferece quase um milagre"
> *Rodrigo Lopes*

"A recuperação judicial é um mecanismo muito importante, que serve para que as empresas ou produtores voltem a ser saudáveis. Não é algo ruim, mas ela só serve quando não há mais nenhuma outra alternativa, porque o excesso encarece o sistema de crédito ao setor", disse Rodrigo Lopes.

O sócio de um escritório de advocacia que atua no agronegócio afirmou, sob anonimato, que a blindagem dos bens garantida pela recuperação judicial é um dos maiores atrativos aos produtores. "Vemos agricultores, com patrimônio de R$ 10 milhões e uma dívida de R$ 1 milhão, que pedem recuperação porque não querem se desfazer de uma fazenda".

Ele concorda que as informações não chegam da melhor forma ao campo. No início deste ano, o escritório João Domingos, de Goiás, chegou a criar um e-book com informações que foram passadas a produtores potenciais clientes, citando no texto que "a recuperação judicial é a melhor ferramenta para que você, produtor rural que deve mais de R$ 15 milhões, consiga pagar todas as suas dívidas com sua produção e não com seus bens".

O documento dizia que "não importa o que as pessoas vão pensar" do produtor que recorrer ao instrumento de proteção contra credores, e que seria possível obter, ao fim do processo, desconto de 20% sobre as dívidas, carência de dois anos para começar a pagar e prazo de ao menos 10 anos. Questionado, o CEO e sócio do escritório, Leandro Marco, disse que a intenção foi usar uma linguagem acessível aos produtores, e não dar garantias.

"Foi algo muito despretensioso, para orientar os produtores rurais, e teve uma repercussão muito grande. Viram como um marketing negativo", admitiu Marco. Atualmente, o material saiu de circulação e está sendo reformulado, segundo ele.

Ludmila Torres, presidente do Tribunal de Ética e Disciplina da Ordem dos Advogados do Brasil em Goiás (OAB-GO), explicou que a publicidade é regulada há anos na categoria e, basicamente, é permitida somente a divulgação de conteúdos informativos. Ela afirmou que não poderia falar sobre um caso específico.

Segundo ela, mediante denúncia, há análise caso a caso para verificar "se foi ultrapassado o limite da informação para uma oferta de produto". A presidente não detalhou se há algum caso em análise.

Na OAB de Mato Grosso (OAB-MT), o presidente da Comissão de Falência e Recuperação de Empresa, Breno Miranda, tem uma avaliação distinta dos advogados que percebem excessos na abordagem da categoria. "Não vejo de forma alguma uma banalização do instituto, como foi falado pelo Mapa [Ministério da Agricultura]", disse.

De acordo com Miranda, quem vive em Estados como Mato Grosso, que têm no agronegócio sua principal atividade econômica, sabe como realmente o clima atingiu a produção. "Houve problema na safra de soja e, naturalmente, vai colocar o agricultor em algumas situações que se enquadram na lei das recuperações judiciais".

"Qualquer uso indevido, não vou afirmar que não há, mas quero dizer que a própria lei dá instrumentos para que o Poder Judiciário, o Ministério Público, possam insurgir contra isso", ressaltou. Não foi formalizada nenhuma denúncia no Estado, segundo ele.

Dois advogados de um grande escritório em São Paulo disseram, sob anonimato, que o movimento tende a perder força à medida que o ciclo de preços dos grãos e o clima melhorem.

Endividados
Evolução dos pedidos de recuperação judicial por produtor pessoa física

127 pedidos foram feitos em 2023, alta de 535%

Fonte: Serasa Experian

Pedidos na categoria PJ cresceram 29% em 2023

Fernanda Pressinott
De São Paulo

Em 2023, 116 produtores rurais que atuam como pessoas jurídicas (PJs) pediram recuperação judicial no país, alta de 29% na comparação com os 90 pedidos de 2022, mostra levantamento da Serasa Experian.

Apesar do aumento nos pedidos de produtores cadastrados como pessoa jurídica, o número do ano passado é inferior ao visto em 2021 (120), em 2020 (121) e ao recorde de 2019 (145).

Conforme o levantamento, os produtores rurais PJ que atuam com plantio de soja e de cereais foram os que mais recorreram ao instrumento em 2023, marcando 37 e 23 pedidos, respectivamente. Outros segmentos como, criação de suínos, horticultura e pesca, não registaram nenhuma requisição.

Na avaliação de Marcelo Pimenta, head de agronegócio da Serasa Experian, a alta no número de pedidos não configura uma crise generalizada no agronegócio brasileiro, já que a maior parte do setor segue operando normalmente, sem necessidade do recurso.

"É fundamental que os produtores e empresas ligadas ao agro organizem suas finanças e, se preciso, busquem pela renegociação de dívidas, pois a recuperação judicial deve ser utilizada apenas como último recurso", disse.

Conforme o levantamento, os arrendatários de terras ou empresas "sem registro de cadastro rural" foram as que mais pediram recuperação, com 48 solicitações. Em sequência, ficaram os grandes proprietários, com 46; os médios, com 12; e os pequenos proprietários, com 10 pedidos.

Dentre os Estados, Minas Gerais apareceu como o mais demandante, com 31 requisições; seguido por Mato Grosso do Sul, com 15; São Paulo, com 13 pedidos; e Mato Grosso, com 11.

A onda de pedidos de recuperação judicial do setor tem preocupado o governo. Em março, o ministro da Agricultura Carlos Fávaro, enviou um ofício ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ) pedindo a atuação do órgão para conter possíveis excessos e interpretações erradas da lei na crescente concessão de recuperações judiciais por juízes de primeira instância.

A preocupação do governo federal é que o aumento das concessões possa "contaminar" o ambiente de financiamento ao setor produtivo no país e desestimular os agentes que fomentam a produção agropecuária.

Proteção contra credores
Evolução dos pedidos por produtores pessoa jurídica

Fonte: Serasa Experian

Conectividade
BP Bunge investe R$ 100 milhões para levar sinal 4G da TIM para 3 milhões de hectares
B11

Curtas

Gripe aviária nos EUA
O Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA) comunicou que a Colômbia restringiu temporariamente a importação de carne bovina fresca ou congelada ou de derivados de bovinos do Texas, Kansas, Novo México ou qualquer um dos outros cinco Estados americanos onde foram confirmadas infecções por gripe aviária em rebanhos leiteiros, segundo a Dow Jones Newswires. O porta-voz da Federação dos Exportadores de Carne dos EUA, Joe Schuele, afirmou que a decisão "não tem base científica", mas pode ter reflexos negativos. "Embora a Colômbia não seja um grande destino para a carne bovina dos EUA, isso certamente é perturbador para os exportadores, pois há outros clientes que poderão ser impactados", disse Schuele.

Escassez de cacau
A Costa do Marfim está planejando compensar os exportadores de cacau por perdas ligadas à disparada dos preços, segundo a Bloomberg. Diante da escassez de produto, algumas tradings podem ter de adiar o cumprimento de contratos, o que as levaria a pagar mais pelo cacau. A diferença entre os compromissos e o que precisaria ser pago aos produtores chega a 50%. O governo marfinense cogita utilizar os recursos de um fundo de estabilização de preços.

Bradesco.
Parceiro do agro.
Entre nós,
você vem primeiro.
bradesco

INÊS249

Mercados
Declarações de Galípolo acendem alerta sobre uma possível divisão do Copom C2

Investimentos
Reação das ações da Petrobras evita perdas maiores do Ibovespa C8

Juros
Desaceleração dos EUA pode ser ‘lobo em pele de cordeiro’, avalia Wells Fargo C2

Finanças

Mercado de capitais Chance de juros americanos altos por mais tempo pode levar IPOs para 2025

Oferta de ações tem pior início de ano desde 2016

Fernanda Guimarães
De São Paulo

Contrariando um otimismo observado no final do ano passado, 2024 começou fraco para as ofertas de ações na bolsa brasileira, algo que não se via há pelo menos oito anos em termos de volume financeiro. No ano, até aqui, foram seis ofertas de ações de empresas já listadas (“follow-ons”), que somaram R$ 4,9 bilhões, com um impulso da transação da Energisa, de R$ 2,5 bilhões. Entre as apostas, começa a crescer a de que o mercado brasileiro poderá enfrentar o terceiro ano consecutivo de entressafra de ofertas iniciais de ações (IPOs, na sigla em inglês).

O cálculo do volume financeiro das ofertas, feito pelo **Valor** a partir de dados da B3, considera apenas as transações locais, ou seja, exclui a do banco Inter, realizada nos Estados Unidos e com o objetivo de ganhar liquidez na bolsa americana. No mesmo intervalo do ano passado, no qual o mercado sofreu uma paralisia após se tornar pública uma das maiores fraudes corporativas do Brasil, a da varejista Americanas, que travou o ambiente de negócios no primeiro trimestre, o volume foi de R$ 7,1 bilhões, mas com quatro operações. Uma delas foi a do Assaí, com o Casino vendendo R$ 4 bilhões de ações para arcar com compromissos com credores. A partir de maio, contudo, o mercado se mostrou mais forte, com operações especialmente de empresas endividadas.

Para este ano, a oferta que deverá tirar a curva do lugar é a da Sabesp, que vem sendo formatada pelo governo de São Paulo, num processo de privatização que deve girar cerca de R$ 20 bilhões. O desenho busca atrair um investidor de referência para ficar com 15% da companhia, e ainda estão em análise formas de driblar a alta volatilidade do mercado. Outra operação de peso é a venda das ações da Isa Cteep pela Eletrobras, que pode movimentar algo em torno de R$ 4 bilhões, mas que ainda depende de melhores condições do mercado, que segue volátil.

Com a atual fotografia, o valor total no acumulado do ano até aqui só perde para 2016, quando o volume de ofertas ficou limitado a R$ 3,49 bilhões, com um total de quatro operações realizadas entre janeiro e abril daquele ano, período fortemente marcado por alta volatilidade dos mercados e pelo impeachment de Dilma Rousseff.

Na contramão, o melhor ano em volumes financeiros foi 2021, quando a bolsa brasileira foi palco de 33 ofertas apenas no primeiro quadrimestre daquele ano: somaram o recorde de R$ 54,9 bilhões, na esteira de ampla liquidez global. De janeiro a abril daquele ano foi um total de 22 IPOs, em contraste com o que se viu nos últimos anos.

Com o mercado ainda fraco, o início do ano tem frustrado bancos de investimento e companhias que esperavam acessar a bolsa em 2024. Isso porque as projeções de queda de juros nos Estados Unidos estão sendo jogadas cada vez mais à frente, a cada divulgação de dados que mostram a economia americana ainda muito aquecida, indicando a potencial necessidade de manutenção de taxas elevadas por mais tempo. Isso já começa a colocar para frente a esperada abertura da janela para IPOs.

Por aqui, a saúde fiscal do Brasil também tem colocado em xeque operações no mercado. Empresas já listadas com possibilidade de aguardar valorização dos ativos estão optando pela espera, a fim de evitar a diluição de acionistas.

O corresponsável pelo banco de investimento do Bank of America (BofA) no Brasil, Bruno Saraiva, aponta que as constantes postergações do início do corte de juros nos Estados Unidos têm jogado para frente a retomada do mercado no Brasil, algo que tem frustrado as expectativas do começo do ano. O executivo lembra que o banco começou 2024 com uma projeção de que haveria cinco cortes de juros pelo Federal Reserve (Fed, o banco central americano). Mais recentemente, a expectativa passou para apenas uma redução em dezembro, mudança decorrente de dados mostrarem resiliência da inflação no país. “Hoje está mais difícil saber quando haverá transação”, comenta. “Quando as taxas começarem a fechar (nos EUA), os emergentes vão ganhar”.

Já o responsável pela área de renda variável da XP, Vitor Saraiva, aponta que as projeções foram sendo empurradas à medida que saíram dados de inflação dos Estados Unidos, mas ainda acredita que há chances de “alguns IPOs” no final do ano, isso se mantida a expectativa de que o Fed iniciará o ciclo de corte das taxas ainda em 2023. “Hoje, se tiver [IPOs], será mais para o fim do ano”, afirma.

O executivo da XP diz que a oferta subsequente da Boa Safra, que teve boa demanda do mercado apesar da volatilidade, mostra que empresas que estão entregando resultados têm espaço para captar. “Empresas boas, com boas histórias ganham credibilidade com o mercado.”

O chefe de mercado de capitais do Morgan Stanley na América Latina, Marcello Lo Re, aponta que uma retomada do mercado já tem sido observada em outros países da América Latina, especialmente no México, onde a instituição financeira tem se debruçado, dado o aumento da atividade de mercado de capitais. Já no Brasil, segundo o executivo, os olhos seguem voltados ao segundo semestre, especialmente mais para o fim do ano. “A partir de setembro existe ainda um fator temporal, já que os investidores começam a olhar os números relativos a 2025”, diz.

> “Quando as taxas começarem a fechar nos Estados Unidos, os emergentes vão ganhar”
> *Bruno Saraiva*

SILVIA COSTANTI/VALOR
Vitor Saraiva, responsável por renda variável da XP: “Se tiver IPOs, será mais para o final do ano”

Destaques

Cartão da RecargaPay

A RecargaPay, que nasceu fazendo recarga de celular, se reinventou com o Bilhete Único e nos últimos anos se tornou um ecossistema financeiro, vai começar a ofertar cartão de crédito com limite garantido. Segundo o fundador e CEO, Rodrigo Teijeiro, o aplicativo sempre permitiu que os clientes pagassem com cartão de crédito dentro do seu sistema, mas não tinha o próprio cartão. “Vamos reduzir fricção, aplicar tecnologia e devolver ao cliente as economias que geramos.” Qualquer cliente é elegível e o limite vai depender de quanto a pessoa tem depositado em uma conta segregada, que vai render 103% do CDI. Ainda haverá um cashback de 1,5% em todas as transações. *(Álvaro Campos)*

Novo unicórnio

A QI Tech, que desenvolve infraestrutura tecnológica para serviços financeiros, anunciou a extensão da sua rodada Série B, levantando US$ 50 milhões em capital adicional com seus atuais investidores, General Atlantic e Across Capital, alcançando o status de unicórnio, ou seja, startup avaliada em mais de US$ 1 bilhão. Luiz Ribeiro, diretor-gerente da General Atlantic no Brasil, afirma que a QI Tec ocupa uma posição única no mercado, à medida que as oportunidades para adoção de pagamentos digitais e crédito continuam a surgir. *(AC)*

Questões setoriais pesam na bolsa, diz Kínitro

Augusto Decker
De São Paulo

Apesar do momento macroeconômico positivo do Brasil, com surpresas para cima no PIB, queda da taxa Selic e desemprego em baixa, boa parte das empresas listadas em bolsa no país tem dificuldades de surfar essa onda. Estudo da Kínitro Capital antecipado ao **Valor** mostra que diversos setores têm ido na direção contrária e revisado para baixo as expectativas de lucro. Para a gestora, o cenário positivo da economia do país esconde desafios microeconômicos setoriais, como o do e-commerce para varejistas, a concorrência de fintechs para os bancos incumbentes e a pressão de custos no setor de saúde.

“No fim do dia, quando olho a inflação convergindo e o PIB ainda forte, essas variáveis me fazem achar que o saldo macroeconômico é positivo”, diz o gestor de renda variável da casa, Marcelo Ornelas. “Já no âmbito microeconômico, existem setores indo muito bem e outros indo muito mal. A dicotomia está grande.”

Lucas Ribeiro, analista de ações da gestora, aponta três fatores em comum por trás das dificuldades setoriais. “A tecnologia, que quebra barreiras de entrada; a maturidade que vários negócios no Brasil já atingiram; e a retirada de assimetrias, com a reforma tributária, por exemplo”, diz ele. “No setor de varejo, uma empresa pode perder até 40% do lucro com a reforma. Quando se tira assimetrias como essa, uma vantagem competitiva pode não existir mais.”

Utilizando a média das projeções para as 20 principais empresas do varejo brasileiro nos últimos três anos, o estudo mostra uma tendência para baixo nas expectativas de lucro nos anos fiscais de 2022, 2023 e 2024. “Na média, o grau de revisões foi substancial, alcançando um patamar de -14% para o exercício de 2022, -30% para 2023 e -41% para 2024, já excluindo em cada ano as empresas que passaram a reportar prejuízo”, afirma o relatório, assinado por Ornelas, Ribeiro e pelo analista de ações Vitor Rosa. Embora o alto patamar de juros seja negativo para o resultado financeiro do setor, o estudo mostra que a dinâmica continua mesmo quando se observa apenas o lado operacional.

A casa aponta também que indicadores de comércio têm mostrado desempenho robusto de itens como combustíveis, alimentos e farmácia; mas que vestuário, móveis e outros equipamentos de uso pessoal ainda registram tendência negativa. Outro fator importante é que parte das varejistas já atingiu capilaridade nacional e presença nos melhores pontos de venda, portanto a expansão marginal tende a ser menor daqui para frente.

Já o e-commerce, na visão da gestora, representa mais uma ameaça do que uma oportunidade. Enquanto no comércio físico a disputa ocorre principalmente entre grandes companhias conhecidas, “no ambiente altamente dinâmico do e-commerce, a competição se renova constantemente, seja por players menores que se alavancam através da tecnologia e conseguem cultivar uma audiência sem necessariamente ter que incorrer nos altos custos de uma operação com pontos de venda físicos, ou por players que estão situados em outras geografias, e que se beneficiam de vantagens comparativas dificilmente igualáveis”.

> **41%**
> é o grau de revisão para baixo da projeção de lucro do varejo no ano

O setor de saúde é outro que enfrentou revisões para baixo de lucro em 2022 e 2023 e mantém a tendência negativa este ano, mesmo com um quadro demográfico e de mercado de trabalho considerado favorável e um retorno ao patamar de 50 milhões de vidas seguradas após quase dez anos. “Os efeitos da ingerência política, incentivos conflitantes na relação entre prestadores e pagadores e comportamentos que desafiam a lógica econômica em alguns players criam um ambiente complexo, gerando pressão de custos, piora no ciclo de caixa e elevação de glosas (faturamento não recebido) que estão se traduzindo em aumento de preços ao consumidor.”

Mesmo empresas com um histórico considerado positivo, como a locadora de veículos Localiza, enfrentam dificuldades. A companhia, “após um processo de fusão com o seu maior concorrente, alcançou uma frota de 650 mil carros, e terá adiante o desafio de seguir crescendo na velocidade que o mercado espera e conseguir demonstrar sua capacidade de renovação de frota em um mercado automotivo mais complexo do que antes da pandemia”, afirma o documento.

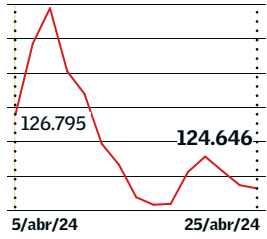
Já os bancos, que têm peso importante na bolsa brasileira, enfrentam uma nova atmosfera competitiva, diz a Kínitro. “Nesse novo ambiente, competidores com pouco mais de uma década de existência têm conseguido ganhar participação de mercado sobre incumbentes com quase 70 anos de história, graças a um modelo ágil e de estrutura de custos radicalmente diferente”, diz o estudo. A gestora não investe no setor desde 2018, e diz ter “bons motivos para seguir nesse posicionamento”.

Ribeiro afirma que o fato de instituições menores causarem disrupções nas grandes não significa, necessariamente, que elas terão a rentabilidade das atuais incumbentes um dia. “O mais provável é que todos comecem a competir e o nível estrutural seja menor para todos eles”, opina.

Em meio a esse cenário, a casa prefere concentrar sua exposição à bolsa em segmentos do “lado da oferta” da economia, em setores como ferrovias, portos, saneamento, gestão de resíduos e energia elétrica. “Estamos com exposição alta nessas áreas. Acreditamos que é o momento de estar sobrealocado nesses setores do Brasil”, diz Ornelas.

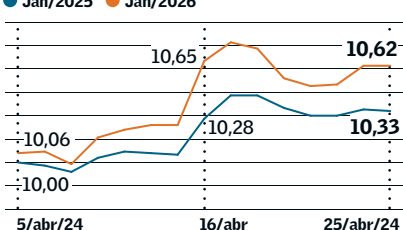
Finanças

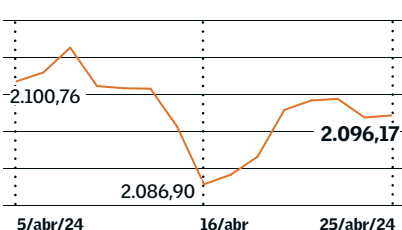
Ibovespa
Em pontos

queda de **0,08%**

Fontes: B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Bolsas internacionais
Variações no dia 25/abr/24 - em %

Bolsa	Variação
Dow Jones	-0,98
S&P 500	-0,46
Euronext 100	-0,72
DAX	-0,95
CAC-40	-0,93
Nikkei-225	-2,16
SSE Composite	0,27

Juros
DI-Over futuro - em % ao ano

Dólar comercial
Cotação de venda - em R$/US$

Índice de Renda Fixa Valor
Base = 100 em 31/12/99

Ativos Juros longos sobem e dólar avança 0,28% e termina a R$ 5,16; Ibovespa cai 0,08%, aos 124.645 pontos, apesar de alta de 2,4% das ações da Petrobras

Inflação americana pressiona mercados

Eduardo Magossi, Matheus Prado, Victor Rezende, Arthur Cagliari e Augusto Decker
De São Paulo

A combinação entre dados de atividade fracos e inflação resiliente nos Estados Unidos manteve os mercados globais pressionados ontem, na medida em que agentes enxergam cortes de juros cada vez mais distantes e começam até a temer cenário de estagflação à frente. Localmente, declarações do presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), deram algum apoio à retirada de prêmios da curva de juros. E a aprovação do pagamento de parte dos dividendos extraordinários da Petrobras limitou as perdas do Ibovespa.

No fechamento, o rendimento da T-Note de 2 anos subiu a 5,008%, de 4,941%, e o yield de 10 anos avançou a 4,709%, de 4,646%. O dólar subiu 0,28% ante o real, a R$ 5,1620, e o Ibovespa recuou 0,08%, aos 124.645 pontos, apesar da alta de 2,40% das ações PN da Petrobras. A taxa do Depósito Interfinanceiro (DI) para janeiro de 2025 caiu de 10,34% para 10,335%; e a do contrato para janeiro de 2027 passou de 10,925% para 10,94%.

Embora o número cheio do Produto Interno Bruto (PIB) dos EUA tenha surpreendido negativamente, ao mostrar um crescimento de 1,6% em base anualizada no primeiro trimestre contra uma estimativa bem mais alta, de 2,4%, o deflator dos gastos com consumo (PCE) assustou os agentes, com o núcleo em um processo de aceleração bastante evidente, ao passar de 2% no quarto trimestre de 2023 para 3,7% nos primeiros três meses deste ano.

"Os dados mantiveram investidores preocupados com o fato de o Federal Reserve [Fed, banco central americano] ter ainda muito mais trabalho a fazer para domar a inflação antes de iniciar o processo de normalização dos juros", afirma Ian Lyngen, da BMO Markets. A precificação do mercado sobre juros voltou a ser apenas de um corte até o fim do ano, diz, bem distante dos três apontados pelo Sumário de Projeções Econômicas do Fed divulgado em março.

Segundo o CME Group, no fim da tarde de ontem, 44,4% das apostas majoritárias apontavam para um corte de 0,25 ponto em setembro, enquanto 42% apontavam para manutenção em setembro ante 30% de quarta-feira. Já a aposta majoritária de 40% do mercado acreditava que o Fed realizará apenas um corte este ano, ante 33,7% ontem. A expectativa de dois cortes em 2024 caiu de 34% para 29%.

"Não há certamente nada no perfil de crescimento e inflação neste momento que sugira que o Fed tem qualquer urgência em cortar os juros. O Fed preferiria arquitetar um pouso suave, que é o argumento mais forte para iniciar a normalização antes que a inflação volte ao objetivo. Dito isto, Powell precisa restabelecer a estabilidade de preços mais do que evitar uma recessão", disse Lyngen.

Apesar da desaceleração do PIB do primeiro trimestre, o sentimento é que a economia segue firme por enquanto. "A economia pode ter desacelerado um pouco no primeiro trimestre, mas permanece em terreno firme", aponta Michael Gaspen, economista do Bank of America (BofA). O executivo diz que o PIB de 1,6% — ante esperados 2,4% pelo consenso — é resultado de uma queda no crescimento do comércio e de estoques, que são categorias voláteis em que grandes oscilações tendem a ser revertidas nos trimestres subsequentes. "Nós preferimos focar nas vendas finais a consumidores que cresceram 2,8%, comparado com os 3,5% do segundo semestre de 2023."

5,008%
foi o retorno ontem do Treasury de dois anos

Paul Ashworth, economista-chefe para América do Norte da Capital Economics, tem a mesma opinião. "O PIB trimestral veio abaixo do esperado em seu menor resultado em quase dois anos, mas o avanço de 6,1% (ajustado pelo dólar atual) nas vendas finais para consumidores particulares mostra que ainda há muito impulso subjacente positivo", disse.

O susto com a inflação americana pressionou a curva de juros doméstica durante boa parte da sessão e manteve as taxas de longo prazo em alta ao longo de todo o dia. O movimento decorre, ainda, de um leilão de títulos prefixados que passou longe da perfeição. O Tesouro Nacional manteve uma oferta reduzida de papéis, mas mesmo assim não fez uma colocação integral dos títulos, o que pode sugerir algum desconforto com o nível elevado de prêmios que tem sido exigido pelo mercado.

"Achamos que o Tesouro não quis esticar as taxas. Ou seja, apesar da demanda, ele não aceitou pagar prêmio para quem entrou no leilão e exigiu ainda mais", diz o trader de renda fixa de um banco.

O chefe da tesouraria de outro banco nota que os dados americanos ajudaram a puxar para cima toda a curva de juros prefixados e, assim, a demanda pelos papéis mapeada pelo Tesouro antes da divulgação do PIB dos EUA diminuiu. "E nesse caso o Tesouro optou por colocar menos. Na hora em que o leilão saiu, os dados já causavam estresse na curva e a demanda não estava mais lá."

Houve algum alívio durante a tarde, com as declarações de Arthur Lira, à "GloboNews". O deputado disse que nunca colocou "pautas bomba" em votação e que não fará isso no seu mandato. "Não foi a Câmara que pautou o quinquênio", afirmou Lira, ao mencionar a PEC em discussão no Senado que pode ter impactos relevantes sobre as contas públicas.

'PIB mais fraco não fará Fed cortar juros'

Eduardo Magossi
De São Paulo

A desaceleração do Produto Interno Bruto (PIB) dos Estados Unidos no primeiro trimestre pode ser um "lobo em pele de cordeiro", avaliam os economistas Tim Quinlan e Shannon Seery Grein, do Wells Fargo. "É tentador ver a atual desaceleração no PIB como uma indicação bem-vinda de que um crescimento forte está finalmente dando lugar ao peso inevitável de taxas de juros mais elevadas e, portanto, dado necessário para justificar eventuais cortes de taxas por parte do Federal Reserve", analisam em relatório enviado a clientes ontem, após a divulgação dos dados.

Segundo eles, apesar de o crescimento ter ficado quase um ponto percentual abaixo das expectativas (1,6%, ante estimativas de 2,4%), não existe uma justificação legítima para uma orientação mais branda da política monetária. Eles argumentam que, apesar de o resultado final do PIB ter sido mais fraco, os detalhes revelados pelo desmembramento do dado principal mostram "mais do mesmo em termos dos fatores que impedem um ambiente de juros mais baixos".

"Os consumidores ainda estão gastando, apenas priorizando atividades no setor de serviços. Os gastos com bens não duráveis estagnaram no trimestre, enquanto os gastos com bens duráveis de alto valor desaceleraram a uma taxa anualizada de 1,2%. Isso não foi suficiente para compensar a categoria de serviços, muito maior, em que os consumidores não pouparam despesas no primeiro trimestre", afirmam.

Segundo os economistas, os gastos com serviços dispararam a uma taxa anualizada de 4% no trimestre, o aumento mais rápido do registrado desde a "farra alimentada por estímulos em 2021". Excluindo 2020 e 2021, os gastos com serviços só ultrapassaram os 4,0% três vezes nas últimas duas décadas: uma em 2014 e outras duas em 2004.

"Juros mais altos destinam-se a arrefecer a demanda dos consumidores. O problema para o Fed é que não está funcionando", alertam Quinlan e Grein.

Os economistas também calculam que o núcleo do índice de preços de gastos com consumo (PCE) do primeiro trimestre batendo os 3,7% implica um forte aumento de 0,4% no núcleo do PCE de março — a ser divulgado hoje —, acima da expectativa de consenso de 0,3%. "Os serviços, excluindo energia e habitação, aumentaram a uma taxa anualizada de 5,1% no primeiro trimestre, a mais rápida em um ano".

Para os economistas, isso indica que, embora os juros mais elevados possam estar restringindo os gastos com bens com custos de financiamento mais elevados, "as famílias continuam a fazer todos os esforços para continuarem a gastar".

A diretora do Fed Michelle Bowman disse recentemente que, embora as pessoas possam estar gastando menos em bens, elas continuam gastando muito em "viagens para ver o eclipse".

A dupla de economistas do Wells Fargo aponta que o número final do PIB foi mais fraco porque o comércio exterior enfrenta obstáculos. "As exportações líquidas exercem um peso de 0,86 ponto percentual sobre o número principal. Sem esse obstáculo, o número teria ficado alinhado com as estimativas de consenso", afirmam.

CMN atualiza regras de gestão de cooperativas

Gabriel Shinohara
De Brasília

O Conselho Monetário Nacional (CMN) atualizou a estrutura de governança e a gestão das cooperativas e facilitou a concessão de crédito. Nesse sentido, também regulamentou as operações de crédito com compartilhamento de "recursos e de riscos entre cooperativas".

Segundo nota divulgada pelo Banco Central (BC), a alteração aumenta as opções de concessão de crédito para os cooperados. Entre outras mudanças, a resolução estabelece políticas de captação para novos associados e para aumento do capital social, condições para a assembleia geral destinar sobras para a recomposição dos fundos garantidores, "utilizados em operações de assistência e de suporte financeiro à cooperativa singular de crédito".

A norma também trata das condições para representantes de associados por delegados nas assembleias gerais de cooperativas singulares e de pessoas acumularem cargos na diretoria de cooperativas de crédito do mesmo sistema.

Segundo o BC, a regulamentação segue as ações de competitividade e inclusão financeira da "Agenda BC#" para o desenvolvimento do segmento. As regras entram em vigor em 1º de julho, exceto as que tratam dos delegados e da renovação de conselheiros, que passam a vigorar somente em janeiro de 2026.

O rei dos títulos e as ações de valor

PATRICK T. FALLON/BLOOMBERG

Enquanto títulos do Tesouro e ações despencavam ontem, após dados econômicos preocupantes dos EUA, Bill Gross ofereceu um conselho a investidores: "Apegue-se às ações de valor, evite a tecnologia por enquanto". Se precisam se envolver com empresas de tecnologia, deveriam comprar Microsoft, escreveu o antigo rei dos títulos em uma postagem na rede social X, na qual também citou o hit de 1971 de Don McLean, "American Pie". As sugestões surgem no momento em que as empresas de tecnologia do índice S&P 500 estão a caminho do pior mês desde setembro, caindo mais de 6,5% em abril, arrastando os principais índices de referência para baixo. Em contraste, o ETF Vanguard Value — que inclui Berkshire Hathaway e General Motors — caiu cerca de 3,5% no mesmo período. Na postagem, que começava com "O dia em que a música morreu", cofundador e ex-diretor de investimentos da Pimco destacou que o rendimento dos Treasuries de dez anos estava "passando para 4,75%", não muito acima do pico recente de cerca de 4,74%, o nível mais alto deste ano. "Por que ter títulos?", diz o post, apontando o retorno de 5,25% dos papéis.

Lucro da Cielo sobe no 1º tri, mas com queda em volumes e clientes

Mariana Ribeiro
De São Paulo

Em sua primeira divulgação de resultados desde que foi anunciado o processo de saída da bolsa, a Cielo registrou alta no lucro, mas com queda nos volumes processados, números de clientes e antecipações de recebíveis. O lucro líquido recorrente foi de R$ 503,1 milhões no primeiro trimestre, uma alta trimestral de 4,6% e anual de 14,1%.

A Cielo afirma que o lucro foi puxado pela "melhora robusta do resultado financeiro, otimizações em gastos com redução dos custos dos serviços prestados e maior eficiência tributária". O resultado, no entanto, foi parcialmente compensado pela menor volumetria e maiores gastos com o programa de transformação, acrescenta a credenciadora.

A receita operacional líquida ficou em R$ 2,563 bilhões no período, queda de 7,5% no trimestre e de 0,3% em 12 meses. Na Cielo Brasil, houve um recuo anual de 3,4%, enquanto na Cateno houve alta de 4,8%.

Em fevereiro, após a divulgação dos resultados do quarto trimestre, os controladores, Banco do Brasil e Bradesco, anunciaram a intenção de realizar uma oferta pública de aquisição de ações (OPA) e tirar a credenciadora da bolsa, processo que está em curso, após uma recente revisão do preço.

No primeiro trimestre, o volume de pagamentos processados (TPV) ficou em R$ 200,03 bilhões, uma queda de 9,8% em relação ao trimestre anterior e de 0,5% em 12 meses. No cartão de crédito, o volume caiu 5,8% no trimestre e subiu 4,2% em um ano. Já no débito, houve queda de 16,1% e de 7,8% na mesma comparação.

A companhia encerrou o período com 822 mil clientes ativos (com transações nos últimos 90 dias), queda de 5,5% em relação ao trimestre anterior e de 19% na comparação com os primeiros três meses do ano passado. A Cielo destaca que a queda "reflete principalmente o comportamento de segmentos de clientes de menor porte". O "take rate" (taxa cobrada por transação) ficou em 0,76%, ante 0,74% no quarto trimestre de 2023 e 0,78% no primeiro trimestre do ano passado.

A Cielo registrou um volume de R$ 24,61 bilhões em produtos de prazo, soluções que permitem aos clientes antecipar seus fluxos de recebíveis. Houve queda trimestral de 26,9% e anual de 23,5%. De acordo com a companhia, o recuo reflete a estratégia de "maximização de resultados no ARV [antecipação avulsa], com redução na exposição em clientes com menor margem e otimização da estrutura de dívida, com adequação do 'duration' de ativos e passivos".

Curta

Liquidez do FGC
O Fundo Garantidor de Créditos (FGC) encerrou 2023 com um patrimônio de R$ 125,4 bilhões, alta de 16,2% ante 2022. A liquidez passou para R$ 102,6 bilhões, de R$ 87 bilhões. A liquidez em relação ao total de depósitos elegíveis ficou em 2,28%, abaixo da meta de 2,5%. *(Mariana Ribeiro)*

Política monetária Participantes do mercado levantam questionamentos sobre a possibilidade de o comitê não ser unânime na decisão de maio

Interpretação sobre Galípolo acende alerta sobre divisão no Copom

RAPHAEL RIBEIRO/BCB

Copom reunido: agentes avaliam que fala recente de Galípolo destoou da comunicação anterior de Campos Neto

Gabriel Roca e Victor Rezende
De São Paulo

"Campos Neto tem os votos necessários?" foi a pergunta feita pelo **Valor** a diversos participantes do mercado nos últimos dois dias, ao questionar as revisões de cenário que contemplavam uma redução no ritmo de corte da Selic para 0,25 ponto já em maio. A visão consensual do mercado era que, diante da mudança relevante da comunicação feita pelo presidente do Banco Central (BC), Roberto Campos Neto, na semana passada, uma alteração do ritmo já era certa. No entanto, declarações do diretor de política monetária do BC, Gabriel Galípolo, acenderam o sinal de alerta sobre uma possível divisão do colegiado no momento em que discussões sobre a sucessão no comando do BC já aparecem.

O discurso de Galípolo na manhã de quarta-feira foi o que mais deixou participantes do mercado em dúvida. A primeira impressão coletada pelo **Valor** com traders e economistas foi de alinhamento do diretor ao que já havia sido indicado por Campos Neto na semana passada, diante do compromisso com a meta de inflação. No entanto, ao longo da sessão, houve mudança na leitura, especialmente pelo fato de o diretor ter dito, no fim de sua intervenção, que é preciso ter calma nos momentos de reprecificação da curva de juros de Treasuries.

"Não temos meta de diferencial de juros e não temos meta de taxa de câmbio. Temos meta de inflação, que vem se comportando bem. Pelo menos o último IPCA apresentou um bom número. No saldo, o que seria mais adequado, na linha de parcimônia e serenidade, é conseguir dar tempo para ver, quando acontece esse tipo de reajuste da curva americana, como isso se desdobra para aquilo que efetivamente é o mandato do BC, que é uma meta de inflação", disse Galípolo.

"Acho importante a gente ter calma, não se emocionar muito e entender como isso vai se desenrolar. Ainda que o risco que você esteja correndo é o de estar um pouco mais atrasado nesse processo de função de reação", acrescentou. Nesse sentido, ganhou força a sensação de que Galípolo adotou tom mais "dovish" (suave) que o de outros diretores.

"Ele foi 'dove' sim. 'Dar tempo' pode significar que ele pretende seguir com um corte de 0,5 ponto até onde der e o risco de 'ficar atrasado na função de reação' pode indicar a descoberta de que, de fato, o cenário mudou para pior e o BC ficou atrasado em reduzir o ritmo", avalia um economista. Ele nota que Galípolo citou a melhora na inflação corrente, mas não mencionou a piora nas expectativas de inflação de médio prazo. O horizonte relevante da política monetária deve incluir, na próxima reunião, apenas o ano de 2025.

A mudança na percepção de participantes de mercado ocorre em um momento de volatilidade nos mercados. Na semana passada, durante os encontros do Fundo Monetário Internacional (FMI), Campos Neto deu ênfase ao aumento da incerteza e desenhou quatro cenários possíveis para a condução da política monetária. Nesse contexto, os juros futuros dispararam e houve uma revisão relevante das expectativas dos agentes econômicos em relação à decisão de maio e ao nível da Selic no fim deste ano.

De acordo com relatos feitos ao **Valor** por participantes do mercado que estavam em Washington e que estiveram em reuniões com Diogo Guillen (política econômica), Renato Gomes (organização do sistema financeiro e resolução) e Paulo Picchetti (assuntos internacionais e gestão de riscos corporativos), os posicionamentos desses diretores mostraram algum alinhamento — uns mais e outros, menos — com os cenários de Campos Neto. E essa percepção fortificou a sensação entre os agentes de que a autoridade monetária iria reduzir o ritmo de corte na Selic.

> Cinco decisões mais recentes do Copom foram consensuais; último dissenso foi em agosto de 2023

No entanto, a certeza de uma redução de 0,25 ponto na Selic em maio diminuiu após as declarações de Galípolo.

Alguns agentes, porém, alertaram que uma divisão no Copom ou um cenário em que a maioria do comitê vote por uma redução de 0,5 ponto — o que seria contrariar o entendimento majoritário refletido nos preços dos ativos após a mensagem passada no FMI — poderia reforçar um ambiente de estresse nos ativos domésticos. As cinco decisões mais recentes do Copom foram consensuais. O último dissenso foi na primeira participação de Galípolo no colegiado, em agosto.

"Não sei até que ponto Galípolo estava alinhado ao que Campos Neto disse, mas tenho alguma dificuldade em entender incentivos para uma visão contrária neste momento", disse um profissional do mercado. "Não faria sentido o BC ter feito uma comunicação tão detalhada se não fosse implementar. Neste estágio do ciclo, com os ativos 'machucados', câmbio disparando e juros abrindo [subindo], um dissenso injetaria mais volatilidade nos ativos."

A posição guarda semelhança com a de outros agentes, para quem o pior cenário para o comportamento dos mercados locais seria uma divisão no colegiado em que a posição de Campos Neto eventualmente saia derrotada da reunião. "Não acho que a comunicação tenha sido boa. O BC 'panicou' em um 'timing' perverso, com juros globais subindo e notícias fiscais negativas aqui. O cenário ruim provocou essa guinada na comunicação e o mercado migrou para ela e já mostrava alguma concordância com o que foi sinalizado. Ir contra isso agora seria danoso."

Parte da preocupação com os agentes em torno da possibilidade de dissenso no Copom de maio vem da bolsa de apostas para a vaga de presidente do BC, em que Galípolo aparece como um dos principais candidatos. Nesse sentido, agentes se questionam sobre os efeitos no mercado se Campos Neto for para um lado e Galípolo, para outro.

"Normalmente, os banqueiros centrais gostam de jogar duro no início dos mandatos para conquistar credibilidade. Claro, existe incerteza se ele será mesmo o escolhido ou não para substituir Campos Neto, mas seria estranha uma divergência agora", diz um estrategista. Para ele, o mercado olharia uma eventual gestão de Galípolo com ainda mais desconfiança se ele optar por uma posição mais "dovish" que outros membros.

Uma fonte pondera o fato de que diversos bancos centrais têm decisões que não são unânimes e que, com a autonomia da autoridade brasileira, isso seria algo a se ver com mais frequência por aqui. "E é natural que haja divergências, e pode ser que Galípolo faça esse papel e adote um papel 'do governo' dentro do comitê. Mas acho improvável que Campos Neto não tenha feito um alinhamento com os outros diretores quando deu aqueles recados no FMI. Tem um núcleo dos diretores que foi consultado, porque foi uma mudança em relação à decisão."

Assim, para esse profissional, seria difícil uma situação em que hoje Campos Neto perderia uma votação. Ele, inclusive, diz acreditar em uma postura mais cautelosa a ser adotada pelo diretor de fiscalização, Ailton Aquino, diante do aumento das incertezas, o que contabilizaria mais um voto a favor de um corte de 0,25 ponto caso o cenário se mantenha com nível elevado de incertezas. "Acho que pode ter quebra-pau, discussão, mas apostaria em 7 a 2 ou, como cenário mais provável, 9 a 0."

marie claire
POWER TRIP SUMMIT
10ª EDIÇÃO 2024

Especial
VISIONÁRIAS
Mulheres que antecipam o futuro transformam realidades.

26, 27 e 28 de maio

A **10ª edição do Power Trip Summit**, maior encontro de liderança feminina do Brasil, reúne mulheres que estão na vanguarda para discutir artes, tecnologia, moda e beleza em um evento imersivo.

Serão 3 dias de muita discussão e conteúdo no Hotel Fasano Belo Horizonte, com talks, perfomances e palestras. Também haverá uma visita guiada a Inhotim para inspirar ainda mais a todas.

Acompanhe a fala e os pensamentos destas mulheres que enxergam um país melhor e fazem a diferença para chegarmos lá.

Saiba mais e acompanhe o evento pelas plataformas de Marie Claire:

MarieClaireBrasil MarieClaireBR marieclairebr revistamarieclaire

Patrocínio

Apoio

Parceiro Educacional

Realização

INÊS249

Finanças Indicadores

IMA - Índices de Mercado Anbima

Em 25/04/24

Índice	Referência	Valor do índice	Var. no dia %	Var. no mês %	Var. no ano %
IRF-M	1*	15.650,4316410	0,05	0,46	2,93
IRF-M	1+**	20.011,9910280	-0,07	-1,00	0,35
IRF-M	Total	18.143,8863620	-0,03	-0,55	1,12
IMA-B	5***	9.138,0596160	0,05	-0,25	1,80
IMA-B	5+****	11.193,4003890	-0,10	-2,07	-3,55
IMA-B	Total	9.805,5050040	-0,03	-1,20	-1,03
IMA-S	Total	6.613,4317610	0,04	0,78	3,49
IMA-Geral	Total	8.066,7958330	0,00	-0,16	1,47

Fonte: Anbima. Elaboração: Valor Data. * Prazo menor ou igual a 1 ano ** Prazo maior que 1 ano *** Prazo menor ou igual a 5 anos **** Prazo maior que 5 anos

Crédito

Taxas - em % no período

Linhas - pessoa jurídica	11/04	10/04	Há 1 semana	No fim de março	Há 1 mês	Há 12 meses
Capital de giro pré até 365 dias - a.a.	29,08	29,64	27,76	28,05	32,71	32,47
Capital de giro pré sup. 365 dias - a.a.	23,92	24,25	26,03	23,95	25,09	28,53
Conta garantida pré - a.a.	46,07	41,40	46,37	44,57	45,67	47,80
Desconto de duplicata pré - a.a.	22,74	22,83	25,60	23,97	23,19	27,78
Vendor pré - a.a.	16,09	15,84	15,34	15,36	15,98	18,96
Capital de giro flut. até 365 dias - a.a.	17,38	17,55	16,88	15,40	18,85	23,32
Capital de giro flut. sup. 365 dias - a.a.	16,94	17,33	16,92	16,99	16,26	18,61
Conta garantida pós - a.a.	24,47	25,14	23,81	24,49	25,54	26,37
ACC pós - a.a.	8,83	8,76	8,00	9,04	8,44	8,98
Factoring - a.m.	3,30	3,31	3,29	3,30	3,36	3,62

Fontes: Banco Central, Anfac e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Juros externos

Empréstimos - em % ao ano

	25/04/24	24/04/24	Há 1 semana	No fim de março	Há 1 mês	Há 12 meses
SOFR - empréstimos interbancários em dólar *						
Atual	-	5,3100	5,3000	5,3400	5,3200	4,8000
1 mês	-	5,3300	5,3304	5,3224	5,3217	4,8237
3 meses	-	5,3478	5,3480	5,3506	5,3513	4,6516
6 meses	-	5,3903	5,3901	5,3888	5,3886	4,3439
€STR - empréstimos interbancários em euro **						
Atual	-	3,9110	3,9090	3,8990	3,9060	2,9010
1 mês	-	3,9137	3,9129	3,9121	3,9120	2,9016
3 meses	-	3,9258	3,9254	3,9239	3,9244	2,5183
6 meses	-	3,9428	3,9426	3,9414	3,9414	2,0235
1 ano	-	3,7510	3,7339	3,6738	3,6645	0,9220
Euribor ***						
1 mês	-	3,852	3,855	3,855	3,830	3,024
3 meses	-	3,879	3,897	3,892	3,902	3,268
6 meses	-	3,833	3,843	3,851	3,858	3,635
1 ano	-	3,701	3,731	3,669	3,675	3,900
Taxas referenciais no mercado norte-americano						
Prime Rate	8,50	8,50	8,50	8,50	8,50	8,00
Federal Funds	5,50	5,50	5,50	5,50	5,50	5,00
Taxa de Desconto	5,50	5,50	5,50	5,50	5,50	5,00
T-Bill (1 mês)	5,36	5,37	5,40	5,38	5,36	3,86
T-Bill (3 meses)	5,40	5,42	5,39	5,36	5,37	5,05
T-Bill (6 meses)	5,39	5,37	5,37	5,31	5,31	4,96
T-Note (2 anos)	5,01	4,93	4,99	4,63	4,59	4,15
T-Note (5 anos)	4,73	4,66	4,68	4,22	4,23	3,45
T-Note (10 anos)	4,71	4,64	4,63	4,20	4,23	3,40
T-Bond (30 anos)	4,82	4,77	4,73	4,35	4,40	3,66

Fontes: ECB, EMMI, FRBNY e Valor PRO. Elaboração: Valor Data * Taxa baseada em transações de empréstimos overnight garantidos por títulos do Tesouro EUA. ** A taxa reflete os custos de empréstimos overnight sem garantia. ***Taxas da BBA e da Federação Bancária da União Europeia

Evolução das aplicações financeiras

Rentabilidade no período em %

Renda Fixa	abr/24*	mar/24	fev/24 (Mês)	jan/24	dez/23	nov/23	Acumulado Ano*	Acumulado 12 meses**
Selic	0,77	0,83	0,80	0,97	0,89	0,92	3,41	12,35
CDI	0,77	0,83	0,80	0,97	0,89	0,92	3,41	12,35
CDB (1)	0,73	0,75	0,75	0,78	0,85	0,98	3,04	10,72
Poupança (2)	0,60	0,53	0,51	0,59	0,57	0,58	2,25	7,60
Poupança (3)	0,60	0,53	0,51	0,59	0,57	0,58	2,25	7,60
IRF-M	-0,55	0,54	0,46	0,67	1,48	2,47	1,12	14,03
IMA-B	-1,20	0,08	0,55	-0,45	2,75	2,62	-1,03	11,81
IMA-S	0,78	0,86	0,82	0,99	0,92	0,91	3,49	12,58
Renda Variável								
Ibovespa	-2,70	-0,71	0,99	-4,79	5,38	12,54	-7,11	25,74
Índice Small Cap	-8,40	2,15	0,47	-6,55	7,05	12,46	-12,14	24,13
IBrX 50	-1,72	-0,81	0,91	-4,15	5,31	12,01	-5,71	24,88
ISE	-6,82	1,21	1,99	-4,96	6,04	15,06	-8,59	26,03
IMOB	-12,76	1,10	1,27	-8,46	8,69	14,85	-18,24	41,74
IDIV	-1,72	-1,20	0,91	-3,51	6,90	10,70	-5,46	27,20
IFIX	-1,39	1,43	0,79	0,67	4,25	0,66	1,49	23,44
Dólar Ptax (BC)	3,44	0,26	0,60	2,32	-1,91	-2,41	6,75	-1,66
Dólar Comercial (mercado)	2,93	0,86	0,71	1,75	-1,28	-2,49	6,38	-1,06
Euro (BC) (4)	2,65	0,07	0,25	0,54	-0,63	0,75	3,54	-2,29
Euro Comercial (mercado) (4)	2,37	0,71	0,38	-0,34	0,32	0,36	3,15	-1,60
Ouro B3	-	10,65	1,64	7,39	-0,98	-2,85	20,77	8,20
Inflação								
IPCA	-	0,16	0,83	0,42	0,56	0,28	1,42	3,93
IGP-M	-	-0,47	-0,52	0,74	0,59	0,50	-0,91	-4,26

Fontes: Anbima, Bacen, B3, Focus, FGV, IBGE e Valor PRO. Elaboração: Valor Data
* Rendimento até o dia 25/abr/24. ** Até mar/24. (1) rendimento bruto do 1º dia útil do mês (2) rentabilidade do 1º dia do mês - depósitos até 03/05/12. (3) rentabilidade do 1º dia do mês - depósitos a partir de 04/05/12. (4) Variação sobre o Real

Fundos de Investimento

Análise diária da indústria - em 22/04/24

Categorias	Patrimônio líquido R$ milhões (1)	Rentabilidade nominal - % no dia	no mês	em 2024	em 12 meses	Estimativa da captação líquida - R$ milhões no dia	no mês	no ano	em 12 meses
Renda Fixa	3.425.634,70					-1.994,29	50.768,98	184.633,76	140.026,78
RF Indexados (2)	151.554,66	0,06	-0,33	1,27	9,42	127,89	-2.374,27	-1.145,64	-6.161,53
RF Duração Baixa Soberano (2)	688.553,99	0,04	0,59	3,04	11,46	1.585,81	37.148,45	61.421,13	38.202,01
RF Duração Baixa Grau de Invest. (2)	802.035,49	0,04	0,65	3,47	13,00	-2.442,94	4.752,45	21.845,41	18.001,03
RF Duração Média Grau de Invest. (2)	128.984,98	0,04	0,05	3,49	12,62	115,19	5.515,08	25.956,53	32.224,90
RF Duração Alta Grau de Invest. (2)	166.198,91	0,03	0,16	2,58	8,70	-1.895,94	-1.516,39	-3.214,96	-5.559,32
RF Duração Livre Soberano (2)	228.816,61	0,04	0,35	2,62	10,94	171,40	-2.766,27	5.422,35	-8.969,93
RF Duração Livre Grau de Invest. (2)	678.725,31	0,05	0,44	2,95	11,73	892,99	1.332,65	15.991,90	-12.513,05
RF Duração Livre Crédito Livre (2)	320.494,39	0,04	0,24	3,04	13,68	1.045,44	9.970,98	42.144,10	96.663,96
Ações	603.287,37					-75,22	-1.233,73	-1.209,31	27.999,63
Ações Indexados (2)	11.133,53	0,34	-2,07	-6,39	20,13	-4,10	377,76	1.305,34	-666,13
Ações Índice Ativo (2)	34.339,28	0,22	-3,41	-6,45	19,32	-5,91	-104,41	-1.342,20	-3.410,53
Ações Livre	217.962,68	0,23	-4,57	-5,01	22,22	-24,46	-1.054,13	-791,69	-12.020,03
Fechados de Ações	124.545,02	0,13	-1,67	-4,11	5,95	9,34	-117,90	-1.082,60	29.169,44
Multimercados	1.648.748,97					-515,79	-12.833,09	-42.207,88	-180.512,19
Multimercados Macro	159.910,83	0,08	-1,33	-0,16	7,11	-581,13	-4.697,49	-14.554,06	-45.875,97
Multimercados Livre	622.031,27	0,06	-0,24	1,35	10,17	-234,20	395,37	4.737,82	-45.208,53
Multimercados Juros e Moedas	53.735,85	0,00	0,27	2,89	12,00	180,89	-868,58	-3.016,59	-13.698,44
Multimercados Invest. no Exterior (2)	733.133,66	0,07	0,10	2,21	11,70	132,47	-8.110,59	-30.559,41	-69.238,89
Cambial	6.045,38	-0,35	3,63	8,49	8,76	12,16	-193,62	-367,44	-1.690,22
Previdência	1.405.730,18					24,69	2.367,45	13.615,59	39.608,45
ETF	41.209,59					-240,80	-436,76	-2.795,35	-597,97
Demais Tipos	1.961.244,77					-1.633,35	1.186,88	31.714,74	36.183,69
Total Fundos de Investimentos	**7.130.656,19**					**-2.789,24**	**38.439,21**	**151.669,38**	**24.834,48**
Total Fundos Estruturados (3)	**1.579.549,84**					**2.708,07**	**17.880,90**	**15.205,01**	**65.233,65**
Total Fundos Off Shore (4)	**47.439,24**					-	-	-	-
Total Geral	**8.757.645,27**					**-81,17**	**56.320,11**	**166.874,39**	**90.068,13**

Fonte: ANBIMA. (1) PL e captação líquida de cada tipo exclui os Fundos em Cotas, evitando dupla contagem. (2) Para os tipos que iniciaram em 01/10/2015, as rentabilidades do ano e 12 meses foram estimadas com base na amostra atual de fundos. (3) FIDC, FII, FIP e FMIEE. (4) PL dos tipos imobiliários e Off-Shore referentes ao mês de fevereiro de 2024 * Rentabilidade sem período completo.Obs.: Fundos de Investimentos regidos pela ICVM 555/14, ICVM 522/12, ICVM 409/04, ICVM 359/02 e ICVM 141/91. Dados sujeitos a retificação em razão da representatividade da amostra ou cadastramento de novos fundos. PL de cada tipo considera, adicionalmente, a estimativa dos fundos que não informaram o PL na data de emissão do relatório

Custo do dinheiro

Em % no período

Taxas referenciais	25/04/24	24/04/24	Há 1 semana	No fim de março	Há 1 mês	Há 12 meses
Selic - meta ao ano	10,75	10,75	10,75	10,75	10,75	13,75
Selic - taxa over ao ano	10,65	10,65	10,65	10,65	10,65	13,65
Selic - taxa over ao mês	1,2050	1,2050	1,2050	1,2050	1,2050	1,5236
Selic - taxa efetiva ao ano	10,65	10,65	10,65	11,00	11,00	13,65
Selic - taxa efetiva ao mês	0,8874	0,8874	0,8874	0,8317	0,8317	0,9181
CDI - taxa over ao ano	10,65	10,65	10,65	10,65	10,65	13,65
CDI - taxa over ao mês	1,2050	1,2050	1,2050	1,2050	1,2050	1,5236
CDI - taxa efetiva ao ano	10,65	10,65	10,65	11,00	11,00	13,65
CDI - taxa efetiva ao mês	0,8874	0,8874	0,8874	0,8317	0,8317	0,9181
CDB Pré - taxa bruta ao ano	-	-	-	-	-	12,91
CDB Pré - taxa bruta ao mês	-	-	-	-	-	1,0171
CDB Pós - taxa bruta ao ano	-	-	-	-	-	12,17
CDB Pós - taxa bruta ao mês	-	-	-	-	-	0,9620
Taxa de juros de referência - B3						
TJ3 - 3 meses (em % ao ano)	10,38	10,38	10,44	10,36	10,38	13,61
TJ6 - 6 meses (em % ao ano)	10,33	10,30	10,42	10,05	10,06	13,43
Taxas referenciais de Swap - B3						
DI x Pré-30 - taxa efetiva ao ano	10,49	10,50	10,54	10,66	10,66	13,65
DI x Pré-60 - taxa efetiva ao ano	10,43	10,44	10,48	10,50	10,51	13,63
DI x Pré-90 - taxa efetiva ao ano	10,39	10,41	10,44	10,37	10,38	13,61
DI x Pré-120 - taxa efetiva ao ano	10,35	10,36	10,41	10,25	10,26	13,55
DI x Pré-180 - taxa efetiva ao ano	10,33	10,34	10,42	10,06	10,07	13,43
DI x Pré-360 - taxa efetiva ao ano	10,39	10,39	10,48	9,85	9,87	12,71

Fontes: Banco Central, B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Mercado futuro

Em 25/04/24

DI de 1 dia	PU de ajuste	Taxa efetiva - em % ao ano	Contratos negociados	Cotação - em % ao ano Mínimo	Máximo	Último
Vencimento em mai/24	99.839,41	10,656	37.883	10,652	10,660	10,654
Vencimento em jun/24	99.015,78	10,484	85.380	10,470	10,488	10,476
Vencimento em jul/24	98.245,39	10,421	283.782	10,414	10,454	10,430
Vencimento em ago/24	97.370,99	10,377	10.479	10,375	10,405	10,395
Vencimento em set/24	96.548,13	10,336	2.569	10,340	10,380	10,340
Vencimento em out/24	95.762,66	10,329	386.057	10,315	10,395	10,335
Vencimento em nov/24	94.907,83	10,328	7.021	10,320	10,400	10,320
Vencimento em dez/24	94.203,48	10,335	4.836	10,320	10,390	10,320
Vencimento em jan/25	93.437,47	10,330	1.383.445	10,300	10,415	10,335
Vencimento em fev/25	92.627,25	10,348	1.197	10,335	10,405	10,335
Vencimento em mar/25	91.892,62	10,367	3.799	10,340	10,440	10,350

Dólar comercial	Ajuste do dia	Var. no dia em %	Contratos negociados	Cotação - R$/US$ 1.000,00 Mínimo	Máximo	Último
Vencimento em mai/24	5.165,97	0,25	341.330	5.111,50	5.196,00	5.165,50
Vencimento em jun/24	5.179,84	0,25	2.890	5.144,00	5.195,00	5.178,50
Vencimento em jul/24	5.194,47	-	0	0,00	0,00	0,00
Vencimento em ago/24	5.211,83	-	0	0,00	0,00	0,00
Vencimento em set/24	5.227,23	-	0	0,00	0,00	0,00

Euro	Ajuste do dia	Var. no dia em %	Contratos negociados	Cotação - R$/€ 1.000,00 Mínimo	Máximo	Último
Vencimento em mai/24	5.542,69	-	0	0,00	0,00	0,00
Vencimento em jun/24	5.565,45	-	0	0,00	0,00	0,00
Vencimento em jul/24	5.588,81	-	0	0,00	0,00	0,00

Ibovespa	Ajuste do dia	Var. no dia em %	Contratos negociados	Cotação - pontos do índice Mínimo	Máximo	Último
Vencimento em jun/24	126.056	-0,16	99.590	125.050	127.245	125.900
Vencimento em ago/24	128.043	-	0	0	0	0
Vencimento em out/24	130.059	-	0	0	0	0

Fontes: B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Indicadores do mercado

Em 25/04/24

Indicador	Compra	Venda	No dia	No mês (Variações %)	No ano	12 meses
Dólar (Ptax - BC) - (R$/US$)	5,1673	5,1679	0,17	3,44	6,75	2,11
Dólar Comercial (mercado) - (R$/US$)	5,1614	5,1620	0,28	2,93	6,38	1,93
Dólar Turismo (R$/US$)	5,1973	5,3773	0,25	3,25	6,53	2,21
Euro (BC) - (R$/€)	5,5383	5,5410	0,49	2,65	3,54	-0,18
Euro Comercial (mercado) - (R$/€)	5,5379	5,5385	0,56	2,37	3,15	-0,30
Euro Turismo (R$/€)	5,5964	5,7764	0,44	2,41	3,02	-0,32
Euro (BC) - (US$/€)	1,0718	1,0722	0,32	-0,76	-3,00	-2,24
Ouro*						
B3 (R$/g)[1] [2]	-	-	-	-	20,77	5,57
Nova York (US$/onça troy)[1]	-	2.331,88	0,68	3,81	12,91	16,59
Londres (US$/onça troy)[1]	-	2.325,65	0,58	5,38	12,76	16,86

Fontes: Banco Central, B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data. [1] Última cotação. [2] Contrato = 250g

TR, Poupança e TBF

Variações % no período

Período	TR	Poupança *	Poupança **	TBF
08/04 a 08/05	0,0843	0,5847	0,5847	0,7549
09/04 a 09/05	0,0840	0,5844	0,5844	0,7546
10/04 a 10/05	0,0836	0,5840	0,5840	0,7542
11/04 a 11/05	0,0808	0,5812	0,5812	0,7513
12/04 a 12/05	0,0569	0,5572	0,5572	0,7173
13/04 a 13/05	0,0211	0,5212	0,5212	0,6812
14/04 a 14/05	0,0567	0,5570	0,5570	0,7171
15/04 a 15/05	0,0824	0,5828	0,5828	0,7530
16/04 a 16/05	0,0844	0,5848	0,5848	0,7550
17/04 a 17/05	0,0599	0,5602	0,5602	0,7603
18/04 a 18/05	0,0672	0,5675	0,5675	0,7677
19/04 a 19/05	0,0362	0,5364	0,5364	0,7264
20/04 a 20/05	0,0101	0,5102	0,5102	0,6902
21/04 a 21/05	0,0363	0,5365	0,5365	0,7266
22/04 a 22/05	0,0626	0,5629	0,5629	0,7630
23/04 a 23/05	0,0605	0,5608	0,5608	0,7609
24/04 a 24/05	0,0627	0,5630	0,5630	0,7631

Fonte: Banco Central. Elaboração: Valor Data. * Depósitos até 03/05/12 ** Depósitos a partir de 04/05/12; Lei nº 12.703/2012

B3 - Brasil, Bolsa, Balcão

Índices de ações em 25/04/24

	Índice	No dia	No mês	No ano	Em 12 meses
Variação % em reais					
Ibovespa	124.646	-0,08	-2,70	-7,11	20,76
IBrX	52.747	-0,03	-2,37	-6,56	21,43
IBrX 50	20.949	0,02	-1,72	-5,71	22,13
IEE	84.776	-0,73	-4,37	-10,72	8,53
SMLL	2.067	-0,51	-8,40	-12,14	16,02
ISE	3.441	-0,44	-6,82	-8,59	16,13
IMOB	826	-2,16	-12,76	-18,24	22,60
IDIV	8.578	-0,47	-1,72	-5,46	22,20
IFIX	3.361	-0,14	-1,39	1,49	19,39
Variação % em dólares					
Ibovespa	24.119	-0,24	-5,93	-12,98	18,27
IBrX	10.207	-0,20	-5,61	-12,46	18,93
IBrX 50	4.054	-0,15	-4,98	-11,67	19,61
IEE	16.404	-0,89	-7,55	-16,36	6,29
SMLL	400	-0,67	-11,44	-17,70	13,63
ISE	666	-0,60	-9,92	-14,36	13,74
IMOB	160	-2,33	-15,66	-23,41	20,07
IDIV	1.660	-0,64	-4,99	-11,44	19,68
IFIX	650	-0,30	-4,66	-4,92	16,93

Fontes: B3, Banco Central e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Prêmio de risco do EMBI+*

Spread em pontos base **

País	Spread 25/04/24	24/04/24	Variação - em pontos No dia	No mês	No ano
Geral	288	287	1,0	-6,0	-57,0
África do Sul	370	370	0,0	-9,0	44,0
Argentina	1.233	1.204	29,0	-219,0	-674,0
Brasil	214	214	0,0	4,0	19,0
Colômbia	279	277	2,0	10,0	14,0
Filipinas	80	79	1,0	0,0	22,0
México	170	168	2,0	2,0	3,0
Peru	110	110	0,0	4,0	8,0
Turquia	248	252	-4,0	-19,0	-28,0
Venezuela	15.072	15.078	-6,0	-3.051,0	-9.020,0

Fonte: JP Morgan. Elaboração: Valor Data. *Calculado pelo JP Morgan. **Sobre o título do tesouro americano

Reservas internacionais

Liquidez Internacional *, em US$ milhões

Fim de período		Diário	
ago/23	344.177	15/04/24	351.796
set/23	340.324	16/04/24	351.557
out/23	340.247	17/04/24	351.850
nov/23	348.406	18/04/24	351.813
dez/23	355.034	19/04/24	351.917
jan/24	353.563	22/04/24	351.761
fev/24	352.705	23/04/24	352.235
mar/24	355.008	24/04/24	351.885

Fonte: Banco Central. Elaboração: Valor Data. *Agrega, aos valores do conceito Caixa, haveres como títulos de exportação e outros de médio e longo prazos

Índice de Renda Fixa Valor

Base = 100 em 31/12/99

	25/04/24	24/04/24	23/04/24	22/04/24	19/04/24	18/04/24
Índice	2.096,17	2.095,90	2.098,40	2.098,18	2.096,90	2.090,60
Var. no dia	0,01%	-0,12%	0,01%	0,06%	0,30%	0,12%
Var. no mês	-0,38%	-0,39%	-0,27%	-0,28%	-0,34%	-0,64%
Var. no ano	1,50%	1,49%	1,61%	1,60%	1,53%	1,23%

Fonte: Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Câmbio

Em 25/04/24

Moeda	Em US$ * Compra	Em US$ * Venda	Em R$ ** Compra	Em R$ ** Venda
Baht (Tailândia)	37,0100	37,0500	0,13950	0,13960
Balboa (Panamá)	1,0000	1,0000	5,1673	5,1679
Bolívar Soberano (Venezuela)	36,3320	36,4231	0,1419000	0,1422000
Boliviano (Bolívia)	6,8500	7,0000	0,7382	0,7544
Colon (Costa Rica)	500,0000	505,3800	0,010220	0,010340
Coroa (Dinamarca)	6,9563	6,9573	0,7427	0,7429
Coroa (Islândia)	139,8500	140,1800	0,03686	0,03695
Coroa (Noruega)	10,9827	10,9857	0,4704	0,4705
Coroa (Rep. Tcheca)	23,4610	23,4740	0,2201	0,2203
Coroa (Suécia)	10,9058	10,9088	0,4737	0,4739
Dinar (Argélia)	134,4057	134,9957	0,03828	0,03845
Dinar (Kuwait)	0,3078	0,3079	16,7824	16,7898
Dinar (Líbia)	4,8549	4,8772	1,0595	1,0645
Direitos Especiais de Saque ***	1,3180	1,3180	6,8105	6,8113
Dirham (Emirados Árabes Unidos)	3,6724	3,6734	1,4067	1,4072
Dirham (Marrocos)	10,1174	10,1374	0,5097	0,5108
Dólar (Austrália)***	0,6504	0,6506	3,3608	3,3622
Dólar (Bahamas)	1,0000	1,0000	5,1673	5,1679
Dólar (Belize)	2,0000	2,0100	2,5708	2,5840
Dólar (Canadá)	1,3691	1,3695	3,7731	3,7747
Dólar (Cayman)	0,8250	0,8350	6,1884	6,2641
Dólar (Cingapura)	1,3601	1,3609	3,7970	3,7996
Dólar (EUA)	1,0000	1,0000	5,1673	5,1679
Dólar (Hong Kong)	7,8282	7,8283	0,6601	0,6602
Dólar (Nova Zelândia)***	0,5938	0,5942	3,0683	3,0708
Dólar (Trinidad e Tobago)	6,7634	6,8260	0,7570	0,7641
Euro (Comunidade Européia)***	1,0718	1,0722	5,5383	5,5410
Florim (Antilhas Holandesas)	1,7845	1,8200	2,8392	2,8960
Franco (Suíça)	0,9133	0,9137	5,6554	5,6585
Guarani (Paraguai)	7434,8400	7449,3800	0,0006937	0,0006951
Hryvnia (Ucrânia)	39,5257	39,6510	0,1303	0,1307
Iene (Japão)	155,5300	155,5400	0,03322	0,03323
Lev (Bulgária)	1,8241	1,8249	2,8316	2,8331
Libra (Egito)	47,8500	47,9500	0,1078	0,1080
Libra (Líbano)	89500,0000	89600,0000	0,000058	0,000058
Libra (Síria)	13000,0000	13003,0000	0,00040	0,00040
Libra Esterlina (Grã Bretanha)***	1,2492	1,2493	6,4550	6,4563
Naira (Nigéria)	1277,0300	1279,0300	0,00404	0,00405
Lira (Turquia)	32,4943	32,5092	0,1589	0,1590
Novo Dólar (Taiwan)	32,5770	32,6070	0,15850	0,15860
Novo Sol (Peru)	3,7386	3,7395	1,3818	1,3823
Peso (Argentina)	873,5000	874,0000	0,00591	0,00592
Peso (Chile)	947,2000	947,6000	0,005453	0,005456
Peso (Colômbia)	3957,3600	3959,3600	0,001305	0,001306
Peso (Cuba)	24,0000	24,0000	0,2153	0,2153
Peso (Filipinas)	57,7750	57,7950	0,08941	0,08945
Peso (México)	17,1761	17,1866	0,3007	0,3009
Peso (Rep. Dominicana)	58,6100	59,0900	0,08745	0,08817
Peso (Uruguai)	38,3400	38,3700	0,13470	0,13480
Rande (África do Sul)	19,0392	19,0462	0,2713	0,2714
Rial (Arábia Saudita)	3,7505	3,7507	1,3777	1,3779
Rial (Irã)	42000,0000	42105,0000	0,0001227	0,0001230
Ringgit (Malásia)	4,7740	4,7810	1,0808	1,0825
Rublo (Rússia)	92,0050	92,4240	0,05591	0,05617
Rúpia (Índia)	83,3100	83,3200	0,06202	0,06203
Rúpia (Indonésia)	16185,0000	16190,0000	0,0003192	0,0003193
Rúpia (Paquistão)	278,2200	278,6300	0,01855	0,01857
Shekel (Israel)	3,8034	3,8069	1,3574	1,3588
Won (Coréia do Sul)	1373,5300	1374,2100	0,003760	0,003763
Yuan Renminbi (China)	7,2382	7,2400	0,7137	0,7140
Zloty (Polônia)	4,0310	4,0322	1,2815	1,2820

	Cotações Ouro Spot (2)	Cotações Paridade (3)	Em R$(1) Compra	Em R$(1) Venda
Dólar Ouro	2329,48	0,01335	387,0637	387,1086

Fonte: Banco Central do Brasil. Elaboração: Valor Data
* Cotações em unidades monetárias por dólar. ** Cotações em reais por unidade monetária. *** Moedas do tipo B (cotadas em dólar por unidade monetária). (1) Por grama. (2) US$ por onça. (3) Grama por US$. Observações: As taxas acima deverão ser utilizadas somente para coberturas específicas de acordo com a legislação vigente. As contratações acima referidas devem ser realizadas junto às regionais de câmbio do Rio e de São Paulo. O lote mínimo operacional, exclusivamente para efeito das operações contratadas junto à mesa de operações do Banco Central em Brasília, foi fixado para hoje em US$ 1.000.000. Nota: em 29/03/10, o Banco Central do Brasil passou a divulgar, para a maior parte das moedas presentes na tabela, as cotações com até quatro casas decimais, padronizando-as aos parâmetros internacionais

Índices de ações Valor-Coppead

Em pontos

Índice	25/04/24	24/04/24	No fim de mar/24	No fim de dez/23	Variação - em % dia	mês	Ano
Valor-Coppead Performance	157.337,49	156.688,63	171.154,28	173.997,89	0,41	-8,07	-9,58
Valor-Coppead Mínima Variância	93.280,47	93.333,58	96.143,88	93.533,91	-0,06	-2,98	-0,27

Fonte: Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Captações de recursos no exterior

Últimas operações realizadas no mercado internacional *

Emissor/Tomador	Data de liquidação	Data do vencimento	Prazo meses	Valor US$ milhões	Cupom/ Custo em %	Retorno em %	Spread pontos-base **
Raízen (1)	mar/24	mar/34	120	1.000	6,45	-	-
Raízen (1)	mar/24	mar/54	360	500	6,95	-	-
Banco do Brasil (1)	mar/24	mar/31	84	750	6,3	-	-
Votorantim Cimentos (2)	02/04/24	02/04/34	120	500	5,75	5,896	-
BTG Pactual	08/04/24	08/04/29	60	500	6,25	-	-
Nexa	09/04/24	09/04/34	120	600	6,75	-	-
Movida	11/04/24	11/04/29	60	500	-	7,85	-

Fontes: Instituições e agências internacionais. Elaboração: Valor Data. * Atualizada em 25/04/24. ** Sobre o título do Tesouro americano de mesmo prazo. (1) Títulos sustentáveis (green bonds). (2) Desenvolvimento sustentável (sustainabillity linked bond)

ADR - Índices

Em 25/04/24

Índice	25/04/24	24/04/24	Em 28/03/24	Em 29/12/23	Em 25/04/23	Variação - em % dia	mês	ano	12 meses
S&P BNY	176,09	175,16	177,78	165,54	150,17	0,53	-0,95	6,37	17,26
S&P BNY Emergentes	326,06	322,67	327,04	312,75	270,69	1,05	-0,30	4,26	20,45
S&P BNY América Latina	209,43	209,67	215,02	225,28	183,58	-0,12	-2,60	-7,04	14,08
S&P BNY Brasil	208,66	209,74	214,40	232,95	182,19	-0,51	-2,68	-10,43	14,53
S&P BNY México	331,16	329,01	342,11	331,67	301,11	0,65	-3,20	-0,15	9,98
S&P BNY Argentina	223,53	222,00	211,50	178,27	117,28	0,69	5,69	25,39	90,59
S&P BNY Chile	139,63	139,60	147,40	162,12	160,62	0,03	-5,27	-13,87	-13,07
S&P BNY Índia	2.769,43	2.754,00	2.755,62	2.923,01	2.747,91	0,56	0,50	-5,25	0,78
S&P BNY Ásia	202,70	202,53	206,96	189,60	163,02	0,09	-2,05	6,91	24,34
S&P BNY China	312,22	311,23	306,36	336,11	308,02	0,32	1,91	-7,11	1,36
S&P BNY África do Sul	216,26	212,99	205,76	199,87	243,76	1,54	5,10	8,20	-11,28
S&P BNY Turquia	26,32	26,26	23,46	22,45	19,40	0,22	12,20	17,22	35,70

Fonte: S&P BNY Mellon. Elaboração: Valor Data

Bolsas de valores internacionais

País	Cidade	Índice	25/04/24	24/04/24	No dia	No mês (Variações %)	No ano	Em 12 meses	Em 12 meses Menor índice	Em 12 meses Maior índice
Américas										
EUA	Nova York	Dow Jones	38.085,80	38.460,92	-0,98	-4,32	1,05	13,58	32.417,59	39.807,37
EUA	Nova York	Nasdaq-100	17.430,50	17.526,80	-0,55	-4,51	3,59	36,98	12.725,11	18.339,44
EUA	Nova York	Nasdaq Composite	15.611,76	15.712,75	-0,64	-4,69	4,00	32,31	11.799,16	16.442,20
EUA	Nova York	S&P 500	5.048,42	5.071,63	-0,46	-3,92	5,84	23,99	4.055,99	5.254,35
Canadá	Toronto	S&P/TSX	21.885,38	21.873,72	0,05	-1,27	4,42	7,07	18.737,39	22.361,78
México	Cidade do México	IPC	57.085,84	56.463,99	1,10	-0,49	-0,52	4,99	48.197,88	58.711,87
Colômbia	Bogotá	COLCAP	1.349,93	1.343,34	0,49	1,27	12,95	12,71	1.046,70	1.415,24
Venezuela	Caracas	IBVC	62.905,39	62.348,70	0,89	13,10	8,77	109,64	30.005,99	66.016,25
Chile	Santiago	IPSA	6.311,56	6.363,48	-0,82	-5,00	1,84	19,10	5.299,58	6.726,52
Peru	Lima	S&P/BVL General	28.602,16	28.122,71	1,70	0,83	10,18	29,19	21.161,78	29.727,98
Argentina	Buenos Aires	Merval	1.245.144,00	1.202.668,97	3,53	2,61	33,93	310,86	281.752,49	1.316.204,44
Europa, Oriente Médio e África										
Euro	-	Euronext 100	1.504,93	1.515,77	-0,72	-1,40	7,84	9,30	3.425,66	4.057,14
Alemanha	Frankfurt	DAX-30	17.917,28	18.088,70	-0,95	-3,11	6,96	12,89	14.687,41	18.492,49
França	Paris	CAC-40	8.016,65	8.091,86	-0,93	-2,31	6,28	6,44	6.795,38	8.205,81
Itália	Milão	FTSE MIB	33.939,75	34.271,12	-0,97	-2,33	11,82	24,53	26.051,33	34.759,69
Bélgica	Bruxelas	BEL-20	3.857,94	3.883,83	-0,67	0,32	4,05	0,84	3.290,68	3.890,71
Dinamarca	Copenhague	OMX 20	2.594,12	2.636,87	-1,62	-2,82	13,60	23,98	1.962,58	2.751,08
Espanha	Madri	IBEX-35	10.983,70	11.027,80	-0,40	-0,82	8,73	18,23	8.918,30	11.111,30
Grécia	Atenas	ASE General	1.435,19	1.448,70	-0,93	0,90	10,98	31,60	1.085,11	1.448,70
Holanda	Amsterdã	AEX	870,27	874,02	-0,43	-1,31	10,61	15,20	714,05	886,67
Hungria	Budapeste	BUX	66.129,26	66.376,55	-0,37	1,14	9,09	52,10	43.367,52	67.407,86
Polônia	Varsóvia	WIG	83.535,02	84.201,22	-0,79	0,95	6,47	34,42	61.875,44	84.839,47
Portugal	Lisboa	PSI-20	6.542,23	6.529,93	0,19	4,17	2,28	5,68	5.729,40	6.609,90
Rússia	Moscou	RTS*	1.178,69	1.171,06	0,65	3,67	8,79	16,26	969,33	1.178,69
Suécia	Estocolmo	OMX	2.525,40	2.543,21	-0,70	0,28	5,31	12,28	2.049,65	2.550,50
Suíça	Zurique	SMI	11.260,61	11.370,74	-0,97	-4,01	1,10	-2,19	10.323,71	11.790,46
Turquia	Istambul	BIST 100	9.716,77	9.722,09	-0,05	6,28	30,07	98,67	4.400,76	9.814,19
Israel	Tel Aviv	TA-125	1.948,36	1.962,23	-0,71	-4,18	3,87	12,78	1.608,42	2.040,82
África do Sul	Joanesburgo	All Share	74.329,38	74.513,94	-0,25	-0,28	-3,33	-4,57	69.451,97	78.977,88
Ásia e Pacífico										
Japão	Tóquio	Nikkei-225	37.628,48	38.460,08	-2,16	-6,79	12,44	31,48	28.416,47	40.888,43
Austrália	Sidney	All Ordinaries	Feriado	7.937,50	-	-2,65	1,38	5,66	6.960,20	8.153,70
China	Shenzhen	SZSE Composite	1.698,34	1.694,82	0,21	-2,82	-7,59	-15,70	1.433,10	2.083,36
China	Xangai	SSE Composite	3.052,90	3.044,82	0,27	0,39	2,62	-6,49	2.702,19	3.395,00
Coréia do Sul	Seul	KOSPI	2.628,62	2.675,75	-1,76	-4,30	-1,00	5,61	2.277,99	2.757,09
Hong Kong	Hong Kong	Hang Seng	17.284,54	17.201,27	0,48	4,49	1,39	-11,89	14.961,18	20.297,03
Índia	Bombaim	S&P BSE Sensex	74.339,44	73.852,94	0,66	0,93	2,91	23,63	60.130,71	75.038,15
Indonésia	Jacarta	JCI	7.155,29	7.174,53	-0,27	-1,83	-1,62	4,89	6.618,92	7.433,32
Tailândia	Bangcoc	SET	1.364,27	1.361,10	0,23	-0,99	-3,64	-11,42	1.332,08	1.576,67
Taiwan	Taipé	TAIEX	19.857,42	20.131,74	-1,36	-2,15	10,74	29,19	15.370,73	20.796,20

Fontes: Valor PRO, Bolsas de Bangcoc, Bogotá, Bombaim, Budapeste, Istambul, Jacarta, Joanesburgo, Lima, Madrid, Moscou e Zurique. Elaboração: Valor Data
* Índice expresso em dólares

COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO - SABESP

Companhia Aberta
CNPJ 43.776.517/0001-80
NIRE 35.3000.1683-1

ATA DAS ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DE 25 DE ABRIL DE 2024

DATA, HORÁRIO E LOCAL: Assembleias da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo ("Companhia" ou "Sabesp") realizadas no dia 25 de abril de 2024, às 11 horas, de modo exclusivamente digital, por meio da Plataforma Ten Meetings.
CONVOCAÇÃO: Assembleias regularmente convocadas por Edital publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo, Caderno Empresarial, nos dias: 23, 26 e 27 de março de 2024, nas páginas 10, 5 e 6 e 9 e 10 respectivamente, e no jornal Valor Econômico, nos dias 23, 26 e 27 de março de 2024, nas páginas C9, A4 e B5, respectivamente.
REALIZAÇÃO DAS ASSEMBLEIAS DE MODO EXCLUSIVAMENTE DIGITAL: As Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária foram realizadas de modo exclusivamente digital, por meio da plataforma digital Ten Meetings, sem prejuízo do uso do boletim de voto a distância como meio para exercício do direito de voto, nos termos da Resolução CVM n. 81, de 29 de março de 2022, conforme alterada ("RCVM 81"), como previamente informado pela Companhia no Edital de Convocação e no Manual para Participação nas Assembleias. As Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária foram integralmente gravadas e, nos termos do artigo 47, §1º da RCVM 81, os acionistas que participaram das Assembleias Gerais por meio do sistema eletrônico foram considerados presentes e signatários da ata.
PRESENÇAS: Presentes na Assembleia Geral Ordinária acionistas representando 81,48% do capital social votante e total da Companhia e na Assembleia Geral Extraordinária acionistas representando 81,52% do capital social votante e total da Companhia, conforme se verifica: (i) pelos registros de acesso à plataforma digital disponibilizada pela Companhia; e (ii) pelos boletins de voto a distância válidos recebidos por meio da Central Depositária da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, do agente escriturador das ações de emissão da Companhia e diretamente pela Companhia, nos termos da regulamentação da CVM. A formalização do registro da presença dos acionistas se deu pelo Presidente e pelos Secretários da mesa, mediante assinatura da presente ata.
Estavam presentes, também, Eduardo Person Pardini, Coordenador do Comitê de Auditoria Estatutário e Conselheiro de Administração Independente da Sabesp, André Isper Rodrigues Barnabé, Conselheiro Fiscal da Sabesp, Dario Vieira Lima e Peterson Ribeiro Castro, representantes da BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda., Catia Cristina Teixeira Pereira, Diretora Econômico-Financeira e de Relações com Investidores, Marcelo Miyagui, Superintendente de Contabilidade, Virginia Tavares Ribeiro, Superintendente de Sustentabilidade e Governança Corporativa, Priscila Costa da Silva e John Emerson da Silva, Analistas de Gestão da Superintendência de Informações aos Investidores, Carolina Alves Cardoso Santos, Departamento Consultivo, Beatriz Helena Almeida Silva Lorenzi, Divisão Societária, Carla Cristina Mancini e Melissa Martuscelli, advogadas da Superintendência Jurídica, Denise Rita Sylvestre, Assessora, Gerson Yaçumassa, Analista de Gestão do Departamento de Governança Corporativa, Ronaldo Carlos Leite, Departamento de Governança Corporativa, Luiz Roberto Tiberio, Superintendente de Relações com Investidores, Victor Guita Campinho e Caroline Couto Matos, estes últimos integrantes do escritório de advocacia Cescon Barrieu.
MESA: Presidente: Karla Bertocco Trindade. Secretários: Marialve de Sousa Martins e Fernanda Cirne Montorfano Gibson.
PUBLICIDADE: Relatório da Administração e Demonstrações Financeiras, acompanhadas do Parecer do Conselho Fiscal, do Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras e do Relatório Anual Resumido do Comitê de Auditoria Estatuário, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023 foram publicados no Jornal Valor Econômico, páginas E23 a E42, na edição de 23, 24 e 25 de março de 2024 e no Diário Oficial do Estado de São Paulo, caderno 2, páginas 1 a 19 da versão eletrônica, edição de 23 de março de 2024. Os documentos acima foram também colocados à disposição dos acionistas na sede social e nos *websites* da Companhia, da CVM e da B3, em conjunto com a Proposta da Administração e demais documentos pertinentes, conforme legislação aplicável.
ORDEM DO DIA:
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA
I. Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2023, acompanhadas do Relatório Anual da Administração, Relatório dos Auditores Independentes, Parecer do Conselho Fiscal e Relatório Anual Resumido do Comitê de Auditoria.
II. Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31/12/2023 e a distribuição de dividendos.
III. Fixar o número de membros que irão compor o Conselho de Administração para mandato até a Assembleia Geral Ordinária de 2026.
IV. Eleger os membros do Conselho de Administração para mandato até a Assembleia Geral Ordinária de 2026 e designar o Presidente do Conselho de Administração.
V. Deliberar sobre o enquadramento de membros independentes do Conselho de Administração às regras estabelecidas no Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão e na Resolução CVM nº 80/2022.
VI. Fixar o número de membros que irão compor o Conselho Fiscal para mandato até a Assembleia Geral Ordinária de 2025.
VII. Eleger os membros do Conselho Fiscal para mandato até a Assembleia Geral Ordinária de 2025.
ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
I. Indicar membros para o Comitê de Auditoria.
II. Eleger os membros do Comitê de Elegibilidade.
III. Fixar a remuneração global anual dos administradores, dos membros do comitê de auditoria e do conselho fiscal para o exercício social de 2024.
IV. Alterar o artigo 14, inciso XXII, do Estatuto Social da Companhia para atualizar o valor de alçada do Conselho de Administração para aprovar a celebração de determinados negócios jurídicos.
V. Reformar o Estatuto Social mediante (a) a exclusão do atual artigo 32 para suprimir as atribuições consultivas do atual Comitê de Elegibilidade e Aconselhamento; (b) alteração do atual artigo 33 para simplificação das regras relativas ao órgão, e (c) alterações no artigo 14, inciso XI, artigo 31, caput, artigo 40 e Capítulo IX para excluir a expressão "e Aconselhamento" na referência ao Comitê de Elegibilidade.
VI. Consolidar o Estatuto Social da Companhia, com ajustes de referências cruzadas e a renumeração dos artigos a fim de refletir as deliberações dos itens (IV) e (V) da Ordem do Dia.
ESCLARECIMENTOS: As matérias constantes da ordem do dia foram apreciadas pelo Conselho de Defesa dos Capitais do Estado - CODEC, conforme Parecer CODEC N.º 027/2024, de 24/04/2024, cuja orientação de voto foi proferida pelas representantes do acionista Fazenda do Estado de São Paulo ("Estado"), as Sras. Laura Baracat Bedicks e Bruna Tapie Gabrielli.
LEITURA DE DOCUMENTOS: Foi dispensada a leitura dos documentos relacionados à ordem do dia das Assembleias, previstos no art. 133 e no art. 134 da Lei n.º 6.404/76, uma vez que os referidos documentos já foram tempestivamente colocados à disposição dos acionistas da Companhia. Também foi dispensada a leitura do mapa contendo as instruções de voto à distância, nos termos do art. 48, §4º da RCVM 81, sendo colocadas cópias à disposição dos presentes para consulta ao longo dos trabalhos.
LAVRATURA E PUBLICAÇÃO DA ATA: Foram aprovadas pelos acionistas (i) a lavratura da ata na forma de sumário, nos termos do art. 130, §1º, da Lei n.º 6.404/76, sendo facultado o direito de apresentação de manifestações de voto em separado que, após recebidos pela mesa desta Assembleia, ficarão arquivados na sede da Companhia; e (ii) a publicação da ata com a omissão das assinaturas dos acionistas, nos termos do §2º do art. 130 da Lei n.º 6.404/76.
DELIBERAÇÕES: Após exame das matérias constantes de ordem do dia, foram tomadas as seguintes deliberações:
I. Aprovar, por maioria dos acionistas presentes, tendo sido computados 94,53% de votos a favor, representados por 526.459.170 ações; 0,09% de votos contrários, representados por 506.944 ações; e 5,38% de abstenções, representadas por 29.941.016 ações, as contas dos administradores e as demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2023, acompanhadas do Relatório Anual da Administração, Relatório dos Auditores Independentes, Parecer do Conselho Fiscal e Relatório Anual Resumido do Comitê de Auditoria.
Consignar a manifestação do representante do acionista Fazenda do Estado de São Paulo nos seguintes termos: "Sobre as demonstrações financeiras, a BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda. opina, em seu Relatório, sem ressalvas, no sentido de que essas 'apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB)". Assim, considerando o relatório da auditoria independente e à vista das manifestações favoráveis do Comitê de Auditoria e dos Conselhos de Administração e Fiscal, e das informações do órgão técnico desta Pasta que não apontaram nenhuma desconformidade, o representante do Estado aprovou a matéria.
II. Aprovar, por maioria dos acionistas presentes, tendo sido computados 98,76% de votos a favor, representados por 549.987.008 ações; 0,89% de votos contrários, representados por 4.935.307 ações; e 0,36% de abstenções, representadas por 1.984.917 ações, a proposta de destinação do lucro líquido do exercício de 2023, no montante de R$ 3.523.531.017,92, como segue: (i) 5% serão aplicados na constituição da Reserva Legal, no montante de R$ 176.176.550,90, e (ii) R$ 836.838.616,76 serão distribuídos como dividendos mínimos obrigatórios e R$ 147.688.998,55 serão distribuídos como dividendos adicionais. O saldo remanescente, no montante de R$ 2.362.826.851,71 será transferido para a conta de "Reserva de Lucros para Investimentos".
Os dividendos mínimos obrigatórios e os dividendos complementares, no valor total de R$ 984.527.615,31, serão pagos em 24 de junho de 2024, na forma de juros a título de remuneração sobre o capital próprio, aos acionistas detentores de ações da Companhia na data-base de 25 de abril de 2024.
Neste item, o representante do Estado de São Paulo registrou que o artigo 192 da Lei nº 6.404/1976 determina que "juntamente com as demonstrações financeiras do exercício, os órgãos da administração da companhia apresentarão à assembleia-geral ordinária, observado o disposto nos artigos 193 a 203 e no estatuto, proposta sobre a destinação a ser dada ao lucro líquido do exercício".
Nesse sentido, o representante do Estado aprovou a destinação do lucro na forma abaixo discriminada, em detalhamento ao acima aprovado:

LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	R$ 3.523.531.017,92
Reserva Legal (5% sobre LLE)	R$ 176.176.550,90
Base de Cálculo dos Dividendos	**R$ 3.347.354.467,02**
DIVIDENDOS	R$ 984.527.615,31
- Dividendo mínimo obrigatório - Juros sobre o Capital Próprio	R$ 836.838.616,76
- Dividendos Adicionais - Juros sobre o Capital Próprio	R$ 147.688.998,55
RESERVA DE LUCROS P/ DE INVESTIMENTOS	R$ 2.362.826.851,71

III. Aprovar, por maioria dos acionistas presentes, tendo sido computados 99,63% de votos a favor, representados por 554.833.484 ações; 0,01% de votos contrários, representados por 82.379 ações; e 0,36% de abstenções, representadas por 1.991.267 ações, a fixação da composição do Conselho de Administração da Companhia em 11 (onze) membros, sendo 9 (nove) membros a serem eleitos em eleição majoritária, 1 (um) membro a ser eleito em separado pelos acionistas minoritários, e 1 (um) representante dos empregados, nos termos do artigo 9º do Estatuto Social da Companhia, para mandato até a Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 2026.
IV. Antes de passar à eleição dos membros do Conselho de Administração, o Presidente da Assembleia informou que não foi requerida a adoção do processo de voto múltiplo por acionistas representando mais de 5% do capital social da Companhia. Ato seguinte, a Mesa questionou aos acionistas presentes se algum acionista desejava apresentar outra chapa para participar da eleição, além da chapa indicada na Proposta da Administração. Tendo em vista a ausência de apresentação de novos candidatos, a Mesa passou à eleição, iniciando pela eleição em separado e, ato seguinte, à eleição no colégio geral. Após a manifestação dos acionistas, foram eleitos os membros do Conselho de Administração para o mandato até a Assembleia Geral Ordinária a realizar-se em 2026, bem como designado o Presidente do Conselho de Administração, conforme segue:
Foi eleito em votação em separado, na forma prevista no art. 239 da Lei n.º 6.404/76: o Sr. **GUSTAVO ROCHA GATTASS**, brasileiro, casado, economista, RG nº 10.605.617-9, IFP/RJ, inscrito no CPF nº 070.302.477-95, domiciliado na Av. Epitácio Pessoa, nº 4560, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, CEP: 22471-004, com 200.274.627 votos. Ficou consignado, ainda, que o outro candidato que participou da eleição em separado, Sr. **LUIZ SÉRGIO PEGORARO**, brasileiro, casado, engenheiro civil, inscrito no CPF/MF sob nº 827.669.248-68, recebeu 135 votos.
Foi conhecida a eleição, em votação em separado, na forma prevista no artigo 9º do Estatuto Social da Companhia, na qualidade de representante dos empregados: o Sr. Aurélio Fiorindo Filho brasileiro, casado, engenheiro e administrador de empresas, RG nº 16.946.107-5, SSP/SP, CPF nº 089.136.948-16, domiciliado na Rua Marechal Barbacena, 1221, apto.12, Vila Reg. Feijó, São Paulo/SP, CEP: 03333-000.
Foram eleitos, em votação geral:
a) Sra. **KARLA BERTOCCO TRINDADE**, brasileira, casada, Administradora e Advogada, RG nº 13.205.097-3, SSP/SP, CPF nº 260.211.228-36, domiciliada na Av. Higienópolis, 1048, apto.35, Consolação, São Paulo/SP, CEP: 01238-000, designada Presidente do Conselho de Administração, nos termos do parágrafo terceiro do artigo 8º do Estatuto Social da Companhia, 94,36% de votos a favor, representados por 475.589.940 ações; 1,05 % de votos contrários, representados por 5266.926 ações; e 4,59% de abstenções, representadas por 23.147.769 ações;
b) Sr. **NERYLSON LIMA DA SILVA**, brasileiro, casado, economista, RG nº 3.249.051, SSP/DF, CPF nº 821.475.664-20, domiciliado na SQNW 303, Bloco L, apto.205, Setor Noroeste, Brasília/DF, CEP: 70683-855;
c) Sr. **ANTONIO JÚLIO CASTIGLIONI NETO**, brasileiro, casado, advogado e Procurador do Estado do Espírito Santo, RG nº 1.336.869 SSP/ES, CPF nº 054.462.337-19, domiciliado na Rua Gelu Vervloet dos Santos, 280, Jardim Camburi, Vitória, Espírito Santo, CEP: 29090-100;
d) Sr. **ANDERSON MÁRCIO DE OLIVEIRA**, brasileiro, solteiro, advogado, RG nº 5437309, SSP/PE, CPF nº 009.741.924-90, domiciliado na Rua Senador Vergueiro, 219, Flamengo, Rio de Janeiro/RJ, CEP: 22230-000;
e) Sr. **ANDRÉ GUSTAVO SALCEDO TEIXEIRA MENDES**, brasileiro, casado, engenheiro, RG nº 10.738.189-0, CPF nº 071.918.857-18, domiciliada na Rua Costa Carvalho, 300, Pinheiros, São Paulo/SP, CEP: 05429-000;
f) Sr. **EDUARDO PERSON PARDINI**, brasileiro, casado, contador, RG nº 8.460.863, CPF nº 040.288.598-83, domiciliado na Av. Universitário, 585, apto.44, Alphaville, Santana de Parnaíba/SP, CEP: 06542-089;
g) Sra. **KAROLINA FONSÊCA LIMA**, brasileira, união estável, contadora e advogada, RG nº 044.160.222.012-6, CPF nº 417.926.613-04, domiciliada na Rua Osires, 03, apto.201, Jardim Renascença, São Luís/MA, CEP: 65.075-775;
h) Sra. **ANA SILVIA CORSO MATTE**, brasileira, casada, advogada, RG nº 10.355.696-5, SSP/SP, CPF nº 263.636.150-20, domiciliada na Avenida Dulcídio Cardoso, 2500, Bloco 01, Apto. 1104, Barra da Tijuca, Rio de Janeiro/RJ, CEP: 22631-051; e
i) Sr. **EDUARDO FRANÇA DE LA PEÑA**, brasileiro, casado, administrador, RG nº 9.000.163-7 DIC/RJ CPF nº 027.468.177-30, domiciliado na Rua Jacques Felix, 450, Apt. 71ª, Vila nova Conceição, São Paulo/SP, CEP: 04509-001.
Registramos que as indicações dos Srs. Karla Bertocco Trindade (2º mandato - 1ª recondução), Nerylson Lima da Silva (2º mandato - 1ª recondução), Antonio Júlio Castiglioni Neto (2º mandato - 1ª recondução), Anderson Márcio de Oliveira (2º mandato - 1ª recondução), André Gustavo Salcedo Teixeira Mendes, na qualidade de Diretor-Presidente, Eduardo Person Pardini (2º mandato - 1ª recondução), Karolina Fonsêca Lima (2º mandato - 1ª recondução), Ana Silvia Corso Matte (1º mandato) e Eduardo França de La Peña (1º mandato), contaram com a competente autorização governamental (Ofícios ATG nº 108, 147 e 153/24-CCC-AG) e a conformidade dos requisitos legais e estatutários necessários, inclusive aqueles previstos na Lei Federal 13.303/2016, foi atestada pelo Comitê de Elegibilidade (Processo SEI 017.00004193/2023-48, que trata da verificação do processo de indicação de membros para o Conselho de Administração da Companhia, na forma prevista na Deliberação CODEC nº 03/2023), nos termos do artigo 31 do Estatuto Social. O Sr. Gustavo Rocha Gattass (1º mandato), eleito em votação em separado, na forma prevista no artigo 141, §4º, I e artigo 239 da Lei 6.404/1976, e o Sr. Aurélio Fiorindo Filho (1º mandato), eleito em votação em separado pelos empregados, está em conformidade com os requisitos legais e estatutários necessários, inclusive aqueles previstos na Lei Federal 13.303/2016, e foi atestado pelo Comitê de Elegibilidade, nos termos do artigo 31 do Estatuto Social.
Os Conselheiros de Administração deverão exercer suas funções nos termos do estatuto social, com mandato unificado até a assembleia que se destinar à aprovação das contas de 2025, e a investidura no cargo deverá obedecer aos requisitos, impedimentos e procedimentos previstos na normatização vigente, o que deve ser verificado no ato da posse pela Companhia, devendo ser assinado o termo de posse, lavrado em livro próprio, e a declaração de desimpedimento arquivada na sede da Companhia. A remuneração deverá ser fixada de acordo com as orientações do CODEC, conforme deliberado nesta Assembleia Geral de Acionistas. No que se refere à declaração de bens, deverá ser observada a normatização estadual aplicável.
V. Os seguintes membros do Conselho de Administração foram qualificados membros independentes do Conselho de Administração para fins do Regulamento do Novo Mercado e da Resolução CVM nº 80, além do Sr. Gustavo Rocha Gattass, eleito em eleição em separado:
a. Sr. **Eduardo Person Pardini**, com 99,13% de votos a favor, representados por 552.037.292 ações; 0,12% de votos contrários, representados por 676.888 ações; e 0,75% de abstenções, representadas por 4.191.348 ações;
b. Sra. **Karolina Fonsêca Lima**, com 99,15% de votos a favor, representados por 552.196.363 ações; 0,09% de votos contrários, representados por 517.817 ações; e 0,75% de abstenções, representadas por 4.191.348 ações.
c. Sra. **Karla Bertocco Trindade**, com 98,71% de votos a favor, representados por 549.693.895 ações; 0,39% de votos contrários, representados por 2.148.846 ações; e 0,91% de abstenções, representadas por 5.062.787 ações;
d. Sra. **Ana Silvia Corso Matte**, com 99,15% de votos a favor, representados por 552.196.363 ações; 0,09% de votos contrários, representados por 517.817 ações; e 0,75% de abstenções, representadas por 4.191.348 ações; e
e. Sr. **Eduardo França de La Peña**, com 98,89% de votos a favor, representados por 550.696.834 ações; 0,35% de votos contrários, representados por 1.956.017 ações; e 0,76% de abstenções, representadas por 4.252.677 ações.
VI. Aprovar, por maioria dos acionistas presentes, tendo sido computados 99,5% de votos a favor, representados por 554.079.579 ações; 0,00% de votos contrários, representados por 27.407 ações; e 0,5% de abstenções, representadas por 2.798.515 ações, a fixação da composição do Conselho Fiscal da Companhia em 5 (cinco) membros efetivos e o mesmo número de suplentes.
VII. Eleger os membros do Conselho Fiscal para mandato até a Assembleia Geral Ordinária de 2025, conforme segue:
a) Foram eleitos em votação em separado, na forma prevista no artigo 240 da Lei 6.404/1976, com 208.003.287 votos: **GISOMAR FRANCISCO DE BITTENCOURT MARINHO**, brasileiro, casado, economista, RG nº 05624530-1 IFP/RJ, CPF nº 804.095.557-20, domiciliado na Avenida dos Flamboyants da Península, 300, Bloco 1, apto. 1501, Barra da Tijuca, Rio de Janeiro/RJ, CEP: 22776-070, e **RICARDO BERTUCCI**, brasileiro, casado, contador, RG nº 424.096 - SESP/RO, CPF nº 003.673.579-50, domiciliado na Rua Marechal Deodoro, 630, 15º andar, Curitiba/PR, CEP: 04738-000, respectivamente, como Conselheiro Fiscal Efetivo e Conselheiro Fiscal Suplente.
b) Foi eleita, em votação geral, a chapa única constituída pelos candidatos indicados a Conselheiro Fiscal, efetivos e suplentes, com 349.316.679 votos:
Membros Efetivos: **CARLOS AUGUSTO GOMES NETO**, brasileiro, casado, bacharel em sistemas de informação, RG nº 2.934.090 - SSP/DF, CPF nº 005.720.919-74, domiciliado na Rua Tuiuti, 589 apto. 174, Bl 05, Tatuapé, São Paulo/SP, CEP: 03081-900; **EDUARDO ALEX BARBIN BARBOSA**, brasileiro, casado, advogado, RG nº 21.750.999-X - SSP/SP, CPF nº 246.377.168-29, domiciliado na Rua Boa Vista, 170, 2º andar, Bloco 1, Centro Histórico, São Paulo/SP, CEP: 01014-000; **ANDRÉ ISPER RODRIGUES BARNABÉ**, brasileiro, solteiro, advogado, RG nº 47.871.103-7 SSP/SP, CPF nº 409.636.828-81, domiciliado na Rua Atenas, 373, Barão Geraldo, Campinas/SP, CEP: 13085-558; e **NATÁLIA RESENDE ANDRADE ÁVILA**, brasileira, casada, Procuradora Federal, RG nº 408.3352 SSP/DF, CPF nº 731.102.641-53, domiciliada na Av. Prof. Frederico Herman Júnior, 345, Alto de Pinheiros, São Paulo/SP, CEP: 05459-010.
Membros Suplentes: respectivamente, **GUSTAVO CARVALHO TAPIA LIRA**, brasileiro, casado, Administrador, RG nº 27.058.959.-3 SSP/SP, CPF nº 270.533.078-08, domiciliado na Rua Tocantinópolis, 101, Vila Ribeiro de Barros, São Paulo/SP, CEP: 05307-070; **ITAMAR PAULO DE SOUZA JÚNIOR**, brasileiro, casado, publicitário, RG nº 30.413.675-X - SSP/SP, CPF nº 269.849.258-94, domiciliado na Rua Octavio de Moraes Lopes, 71 ap.16 bloco-B, Jardim Sarah, São Paulo/SP, CEP: 05382-070; **DIEGO ALLAN VIEIRA DOMINGUES**, brasileiro, solteiro, Engenheiro Mecânico, RG nº 27.476.792-2, CPF nº 320.328.238-02, domiciliado na Rua Corrientes, 280, Lapa, São Paulo/SP, CEP: 05076-010; e **PEDRO MONNERAT HEIDENFELDER**, brasileiro, solteiro, Procurador do Estado de São Paulo, RG nº 11.605.884-3 DETRAN/RJ, CPF nº 120.263.157-60, domiciliado na Av. Prof. Frederico Herman Júnior, 345, Alto de Pinheiros, São Paulo/SP, CEP: 05459-010.
Registramos que as indicações dos Srs. Carlos Augusto Gomes Neto (1º mandato); Eduardo Alex Barbin Barbosa (2º mandato - 1ª recondução); André Isper Rodrigues Barnabé (2º mandato - 1ª recondução); Natália Resende Andrade Ávila (2º mandato - 1ª recondução); Gustavo Carvalho Tapia Lira (2º mandato - 1ª recondução); Itamar Paulo de Souza Júnior (2º mandato - 1ª recondução); Diego Allan Vieira Domingues (2º mandato - 1ª recondução); Pedro Monnerat Heidenfelder (2º mandato - 1ª recondução) contaram com a competente autorização governamental (Ofícios ATG nº 108/24-CC, 147/24-CC e 153/24-CC), e a conformidade dos requisitos legais e estatutários necessários, inclusive aqueles previstos na Lei Federal 13.303/2016, foi atestada pelo Comitê de Elegibilidade, nos termos do artigo 31 do Estatuto Social (Processo SEI 017.00004192/2023-01, que trata da verificação do processo de indicação de membros para o Conselho Fiscal da Companhia, na forma prevista na Deliberação CODEC nº 03/2023). Os Srs. Gisomar Francisco de Bittencourt Marinho e Ricardo Bertucci, eleitos em votação em separado, tiveram a conformidade dos requisitos legais e estatutários necessários, inclusive aqueles previstos na Lei Federal 13.303/2016, atestada pelo Comitê de Elegibilidade, nos termos do artigo 31 do Estatuto Social.
Os Conselheiros Fiscais eleitos exercerão suas funções até a próxima Assembleia Geral Ordinária e, na impossibilidade de comparecimento do membro efetivo, deverá ser convocado o respectivo suplente para participar das reuniões, e, na falta deste, um dos demais suplentes. A investidura no cargo deverá obedecer aos requisitos, impedimentos e procedimentos previstos na normatização vigente, o que deve ser verificado no ato da posse pela Companhia. No que se refere à declaração de bens, deverá ser observada a normatização estadual aplicável.
ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA:
I. Aprovar, por maioria dos acionistas presentes, tendo sido computados 99,33% de votos a favor, representados por 552.477.383 ações; 0,03% de votos contrários, representados por 180.497 ações; e 0,64% de abstenções, representadas por 3.551.033 ações, nos termos do artigo 27 do Estatuto Social da Companhia, a indicação dos seguintes membros para o Comitê de Auditoria: **EDUARDO PERSON PARDINI**, brasileiro, casado, contador, RG nº 8.460.863, CPF nº 040.288.598-83, domiciliado na Av. Universitário, 585, apto.44, Alphaville, Santana de Parnaíba/SP, CEP: 06542-089, como Coordenador e Especialista Financeiro, nos termos do parágrafo quarto do artigo 26 do Estatuto Social da Companhia; **KAROLINA FONSÊCA LIMA**, brasileira, divorciada, contadora e advogada, RG nº 044.160.222.012-6, CPF nº 417.926.613-04, domiciliada na Rua Osires, 03, apto.201, Jardim Renascença, São Luís/MA, CEP: 65.075-775; e **KARLA BERTOCCO TRINDADE**, brasileira, casada, Administradora e Advogada, RG nº 13.205.097-3, SSP/SP, CPF nº 260.211.228-36, domiciliada na Av. Higienópolis, 1048, apto.35, Consolação, São Paulo/SP, CEP: 01238-000.
As indicações contaram com a competente autorização governamental (Ofícios ATG nº 108/24-CC, 147/24-CC e 153/24-CC) e a conformidade dos requisitos legais e estatutários necessários, inclusive aqueles previstos na Lei federal nº 13.303/2016 e Decreto estadual nº 62.349/2016, foi atestada pelo Comitê de Elegibilidade e Aconselhamento. O membro indicado a coordenador atende ao requisito previsto no artigo 26, parágrafo 3º, do estatuto social de reconhecida experiência em assuntos de contabilidade societária. Os membros do Comitê de Auditoria exercerão suas funções, nos termos do estatuto social da Companhia, e a investidura no cargo deverá obedecer aos requisitos, impedimentos e procedimentos previstos na Lei n.º 6.404/76 e demais disposições normativas vigentes, o que deve ser verificado no ato da posse pela Companhia. A remuneração deverá ser fixada de acordo com as orientações do CODEC, conforme deliberado nesta Assembleia Geral de Acionistas. No que se refere à declaração de bens, deverá ser observada a normatização estadual aplicável.
II. Aprovar, por maioria dos acionistas presentes, nos termos do artigo 33 do Estatuto Social da Companhia, a eleição dos seguintes membros para o Comitê de Elegibilidade: **JARDEL ROLANDO ALMEIDA GARCIA**, brasileiro, casado, advogado, RG nº 09.893.746-9, CPF nº 074.389.068-10, domiciliado na Rua Costa Carvalho, 300, Pinheiros, São Paulo/SP, CEP: 05429-060, tendo sido computados 99,16% de votos a favor, representados por 552.535.515 ações; 0,08% de votos contrários, representados por 428.807 ações; e 0,76% de abstenções, representadas por 4.241.476 ações; **MICHAEL BRESLIN**, brasileiro, casado, bacharel em processamento de dados, RG nº 22.190.791-9, CPF nº 249.839.528-88, domiciliado na Rua Carlos Weber, 87 - Apto. 111, Torre B, Vila Leopoldina, São Paulo/SP, CEP: 05303-000, tendo sido computados 99,14% de votos a favor, representados por 552.433.384 ações; 0,1% de votos contrários, representados por 578.807 ações; e 0,75% de abstenções, representadas por 4.193.607 ações; e **NILTON JOÃO DOS SANTOS**, brasileiro, casado, bacharel em processamento de dados, RG nº 14.251.146-8, CPF nº 066.838.158-28, domiciliado na Rua Euclides Pacheco, 1141, apto. 162, Tatuapé, São Paulo/SP, CEP: 03311-002 tendo sido computados 99,13% de votos a favor, representados por 552.362.184 ações; 0,12% de votos contrários, representados por 650.007 ações; e 0,75% de abstenções, representadas por 4.193.607 ações.
As indicações contaram com a competente autorização governamental (Ofício ATG nº 151/24-CC-AG) e a conformidade dos requisitos legais e estatutários necessários, inclusive aqueles previstos na Lei federal nº 13.303/2016 e Decreto estadual nº 62.349/2016, foi devidamente atestada pela Nota Técnica CODEC nº 003/2024 (Processo SEI 017.00009901/2023-37, que trata da verificação do processo de indicação de membros para o Comitê de Elegibilidade e Aconselhamento da Companhia, na forma prevista na Deliberação CODEC nº 03/2023). A investidura nos cargos deverá obedecer aos requisitos, impedimentos e procedimentos previstos no estatuto social, inclusive no que se refere à entrega da declaração de bens. Os membros do Comitê de Elegibilidade exercerão suas funções sem mandato fixo, não fazendo jus a qualquer remuneração.
III. Aprovar, por maioria dos acionistas presentes, tendo sido computados 93,45% de votos a favor, representados por 520.722.929 ações; 4,98% de votos contrários, representados por 27.767.454 ações; e 1,56% de abstenções, representadas por 8.719.215 ações, a remuneração global anual dos administradores, dos membros do comitê de auditoria e do Conselho Fiscal relativa ao exercício de 2024, conforme disposto nos artigos 152 e 162 da Lei n.º 6.404/76, e no artigo 46 do Estatuto Social, no valor de até R$ 10.548.666,11 (dez milhões, quinhentos e quarenta e oito mil, seiscentos e sessenta e seis reais e onze centavos), nos termos da Proposta da Administração. Consignar que o representante do Estado votou a fixação da remuneração, gratificações, benefícios e vantagens, dos administradores (membros da Diretoria e do Conselho de Administração), dos membros do Conselho Fiscal e do Comitê de Auditoria, no âmbito da política institucional de remuneração da empresa, conforme Deliberação CODEC nº 001/2024, publicada no Diário Oficial do Estado, no dia 21 de março de 2024, aprovando o limite máximo para a remuneração global, considerando a atual composição dos órgãos estatutários, que inclui a remuneração fixa e os demais benefícios constantes da mencionada deliberação, além dos encargos correspondentes as remunerações individuais mensais deverão observar os seguintes valores: R$ 60.000,00 para o Diretor Presidente; R$ 50.000,00 para os Diretores; R$ 11.464,20 para os Conselheiros de Administração; R$ 19,107,00 para o Presidente do Conselho de Administração; R$ 19.107,00 para os membros do Comitê de Auditoria e R$ 6.582,00 para os Conselheiros Fiscais. A matéria restou aprovada nestes termos.
IV. Aprovar, por maioria dos acionistas presentes, tendo sido computados 99,61% de votos a favor, representados por 555.013.548 ações; 0,02% de votos contrários, representados por 98.338 ações; e 0,38% de abstenções, representadas por 2.097.824 ações, alterar o artigo 14, inciso XXII, do Estatuto Social da Companhia para atualizar o valor de alçada do Conselho de Administração de R$150.000.000,00 para R$166.500.000,00 para aprovar a celebração de determinados negócios jurídicos detalhados no referido inciso.
A redação do Estatuto Social para o dispositivo alterado passará a ser:
***ARTIGO 14** - Além das atribuições previstas em lei, compete ainda ao Conselho de Administração:*
[...]
***XXII.** autorizar previamente a celebração de quaisquer negócios jurídicos quando o valor envolvido ultrapassar R$ 166.500.000,00 (cento e sessenta e seis milhões e quinhentos mil reais), incluindo a aquisição, alienação ou oneração de ativos, a obtenção de empréstimos e financiamentos, a assunção de obrigações em geral e ainda a associação com outras pessoas jurídicas. Este valor será atualizado no início de cada ano de acordo com a variação do IPCA-IBGE ocorrida no ano anterior, a ser fixado na ata da primeira Reunião do Conselho de Administração do respectivo exercício, após a disponibilização do índice, admitindo-se o arredondamento.*
V. Aprovar, por maioria dos acionistas presentes, tendo sido computados 91,22% de votos a favor, representados por 508.292.051 ações; 8,29% de votos contrários, representados por 46.177.669 ações; e 0,49% de abstenções, representadas por 2.739.991 ações, reformar o Estatuto Social da Companhia para implementar as seguintes alterações: (a) excluir o atual artigo 32 para suprimir as atribuições consultivas do atual Comitê de Elegibilidade e Aconselhamento; (b) alterar o atual artigo 33 para simplificar as regras relativas ao órgão; e (c) alterar o artigo 14, inciso XI, artigo 31, caput, artigo 40 e Capítulo IX para excluir a expressão "e Aconselhamento" na referência ao Comitê de Elegibilidade.
Os artigos referenciados passarão a ter as seguintes redações:
***ARTIGO 14** - Além das atribuições previstas em lei, compete ainda ao Conselho de Administração:*
[...]
***XI.** avaliar os diretores da Companhia, nos termos do inciso III, do artigo 13, da Lei Federal nº 13.303/2016, podendo contar com apoio metodológico e procedimental do Comitê de Elegibilidade;*
CAPÍTULO IX
COMITÊ DE ELEGIBILIDADE
***ARTIGO 31** - A Companhia terá um Comitê de Elegibilidade, responsável pela supervisão do processo de indicação e de avaliação de administradores e conselheiros fiscais, observado o disposto no artigo 10 da Lei Federal nº 13.303/2016.*
[...]
***ARTIGO 32** - O Comitê será composto por até 3 (três) membros, eleitos por Assembleia Geral, sem mandato fixo.*
***ARTIGO 39** - Consideram-se "órgãos estatutários" para fins deste capítulo, o Conselho de Administração, a Diretoria, o Conselho Fiscal, o Comitê de Auditoria e o Comitê de Elegibilidade.*
VI. Aprovar, por maioria dos acionistas presentes, tendo sido computados 93,75% de votos a favor, representados por 522.405.235 ações; 5,76% de votos contrários, representados por 32.071.510 ações; e 0,49% de abstenções, representadas por 2.732.966 ações, a consolidação do Estatuto Social da Companhia, nos termos do ANEXO I à presente ata.
VOTOS CONTRÁRIOS, MANIFESTAÇÕES DE VOTO E ABSTENÇÕES: Foram recebidos e registrados os votos contrários, manifestações de voto e abstenções recebidos pela Mesa, que ficarão arquivados na Companhia.
ENCERRAMENTO E ASSINATURA DA ATA: Não havendo qualquer outro pronunciamento, o Presidente declarou encerrado os trabalhos das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária, determinando que fosse lavrada a presente ata, que, lida e aprovada, segue assinada pelo Presidente e pelas Secretárias. O presidente da mesa e as secretárias, na forma dos §§ 1º e 2º do artigo 47 da RCVM 81, registram os acionistas que participaram via boletim de voto a distância e os acionistas que participaram por meio digital desta assembleia mediante acesso à plataforma digital disponibilizada pela Companhia, conforme relacionados no ANEXO II.
Certificamos que a presente é cópia fiel da Ata lavrada no Livro de Atas das Assembleias Gerais da Companhia.

São Paulo, 25 de abril de 2024.
Mesa:
KARLA BERTOCCO TRINDADE - Presidente
MARIALVE DE SOUSA MARTINS - Secretária
FERNANDA CIRNE MONTORFANO GIBSON - Secretária

COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO - SABESP

COMPANHIA ABERTA
CNPJ 43.776.517/0001-80
NIRE 35.3000.1683-1

EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Ficam convocados os senhores Acionistas da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - Sabesp ("Companhia"), nos termos do disposto no artigo 5º, parágrafo 1º, do Estatuto Social, a participarem da **Assembleia Geral Extraordinária** ("AGE" ou "Assembleia") da Companhia, com sede na Rua Costa Carvalho, nº 300, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, a ser realizada no dia **27 de maio de 2024, às 11 horas**, **de modo exclusivamente digital**, na Plataforma Ten Meetings, com base na Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 81, de 29 de março de 2022, conforme alterada ("Resolução CVM 81/22"), para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia:

I. aprovar a alteração do Estatuto Social da Companhia e a sua consequente consolidação, mediante: (a) a alteração do art. 3º, para criação de capital autorizado, nos termos do artigo 168 da Lei Federal nº 6.404/1976, permitindo que o Conselho de Administração aumente o capital social da Companhia até o limite de 1.187.144.787 (um bilhão, cento e oitenta e sete milhões, cento e quarenta e quatro mil, setecentas e oitenta e sete) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, independentemente de reforma estatutária, e (b) a inclusão de novo art. 51, com o regramento aplicável sobre a possibilidade da Companhia celebrar contratos de indenidade com os membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Diretoria, comitês estatutários e não estatutários, gerentes e todos os demais empregados e prepostos que legalmente atuem por delegação dos administradores da Companhia;

II. aprovar a reforma integral do Estatuto Social da Companhia, sob condição suspensiva da liquidação da oferta pública de distribuição de ações de emissão da Companhia de que trata a Lei Estadual nº 17.853/2023 ("**Oferta Pública de Desestatização**"), para prever as disposições aplicáveis à Companhia após a desestatização, incluindo, dentre outros, a criação de ação preferencial de classe especial de titularidade exclusiva do Estado de São Paulo, limitação do direito de voto, alteração da composição do conselho de administração da Companhia, a eleição dos membros do conselho de administração pelo sistema de chapa, criação do Comitê de Elegibilidade e Remuneração, Comitê de Sustentabilidade e Responsabilidade Corporativa e Comitê de Transações com Partes Relacionadas, e previsão de oferta pública de aquisição por atingimento de participação relevante; e

III. aprovar a conversão, sob condição suspensiva da liquidação da Oferta Pública de Desestatização, de 1 (uma) ação ordinária de titularidade do Estado de São Paulo em 1 (uma) ação de classe especial de titularidade exclusiva do Estado de São Paulo, nos termos do art. 17, § 7º, da Lei Federal nº 6.404/1976, e em conformidade com o art. 3º da Lei Estadual nº 17.853/2023; e

IV. substituição de membro efetivo do Conselho Fiscal.

Informações aos Acionistas:

A Assembleia será realizada de modo exclusivamente digital, nos termos da Resolução CVM 81/22, sendo permitido aos Acionistas participar **(i)** pessoalmente ou se fazendo representar por procurador, via sistema eletrônico no momento da realização da AGE, ou **(ii)** mediante o envio de instrução de voto previamente à realização da AGE, via Boletim de Voto à Distância ("BVD").

As regras e os procedimentos para participação dos acionistas na Assembleia encontram-se detalhados no Manual de Participação na Assembleia, e as informações a respeito das matérias a serem deliberadas na Assembleia encontram-se detalhadas na Proposta da Administração, ambas disponíveis no site de Relações com Investidores da Companhia (ri.sabesp.com.br), bem como nos sites da B3 (www.b3.com.br) e da CVM (www.gov.br/cvm).

I. Participação por meio da plataforma eletrônica

Os Acionistas que desejarem participar da Assembleia deverão realizar o pré-cadastro na Plataforma Ten Meetings no seguinte link https://assembleia.ten.com.br/907562746, até às 11h do dia 25 de maio 2024, selecionando a opção "Cadastrar" e realizando o upload dos documentos detalhados abaixo:

· Documento de identificação com foto (RG, RNE, CNH ou carteiras de classe profissional oficialmente reconhecidas no Brasil) do acionista ou, caso seja representado, do seu representante legal;

· Extrato expedido pela instituição prestadora dos serviços de ações escriturais ou pela instituição custodiante, com a quantidade de ações que constavam como titulares, com prazo não superior a 3 (três) dias úteis antes da realização do seu credenciamento para participação nas Assembleias Gerais; e, **adicionalmente**,

· Para acionistas **fundos de investimentos**: cópia do regulamento consolidado do fundo e do estatuto ou contrato social de seu administrador ou gestor, conforme o caso, juntamente com documentação societária comprobatória de poderes de representação legal do administrador ou gestor, conforme o caso (eleição de administradores e/ou procuração, sendo que em caso de participação por procuração a firma do outorgante não precisará estar reconhecida);

· Para acionistas **pessoas jurídicas**: cópia do estatuto social ou contrato social em vigor e documentação societária comprobatória de poderes de representação legal do acionista (eleição de administradores e/ou procuração, sendo que em caso de participação por procuração a firma do outorgante não precisará estar reconhecida).

Caso deseje ser representado por procurador, o acionista deverá cadastrar na Plataforma Ten Meetings, além dos documentos indicados acima, o competente instrumento de mandato, nos termos da lei e do Manual de Participação na Assembleia.

Destaca-se que os dados pessoais e documentos solicitados para credenciamento e participação na Assembleia serão utilizados exclusivamente para esta finalidade e seu tratamento é justificado nos termos do art. 7º, II, Lei nº 13.709/2018 (cumprimento de obrigação legal), com fundamento na Lei das S.A. e normas correlatas.

Após a análise e validação da documentação, o Acionista ou seu representante receberá a confirmação do cadastro na Plataforma Ten Meetings por e-mail. O acesso à AGE será restrito ao Acionista e/ou seus representantes ou procuradores que se credenciarem dentro do prazo, os quais receberão convite individual com instruções específicas para acesso à plataforma digital.

II. Participação por meio do BVD

Caso o Acionista opte por participar da AGE por meio do BVD, o Acionista deverá **(a)** enviar instruções de preenchimento do BVD para prestadores de serviço de coleta e transmissão de instruções de preenchimento de tal documento (agentes de custódia ou escriturador das ações de emissão da Companhia), desde que referidas instruções sejam recebidas no prazo de até 7 (sete) dias antes da data da Assembleia; ou **(b)** encaminhar o BVD diretamente à Companhia; ou **(c)** transmitir as instruções de voto via Plataforma Ten Meetings (por meio do link https://assembleia.ten.com.br/907562746, na aba específica denominada "BVD"**, desde que, em qualquer caso, as instruções sejam recebidas em até 7 (sete) dias antes da data da AGE (i.e. 20 de maio de 2024)**, observado que eventuais BVD recebidos pela Companhia após esse prazo serão desconsiderados.

O envio do BVD ao custodiante ou ao escriturador deverá observar as regras e procedimentos aplicáveis indicados por estes prestadores de serviços. Os BVD enviados diretamente à Companhia - (i) via postal, para a Rua Costa Carvalho, nº 300, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo (aos cuidados da Superintendência de Captação de Recursos e Relações com Investidores); (ii) via e-mail sabesp.ri@sabesp.com.br; ou (iii) via Plataforma Ten Meetings, por meio do link https://assembleia.ten.com.br/907562746 - deverão estar acompanhados da documentação indicada no item I acima e detalhada no Manual de Participação nas Assembleias.

O Acionista que enviar o BVD poderá participar da Assembleia por meio do sistema digital. No entanto, caso este Acionista exerça o direito de voto em tempo real na respectiva Assembleia, o seu BVD será integralmente desconsiderado e os votos proferidos durante a Assembleia serão considerados válidos.

São Paulo, 26 de abril de 2024.
Karla Bertocco Trindade
Presidente do Conselho de Administração

ECONÔMICO
Valor
Assine o Valor e fique por dentro dos acontecimentos que impactam o mercado financeiro.
Seja um assinante:
Acesse o assinevalor.com.br
Ligue 0800 701 8888

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL - FUNDEPAR

PARANÁ GOVERNO DO ESTADO

AVISO DE ANULAÇÃO
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA INTEGRADA Nº 119/2023 – GMS/FUNDEPAR

PROTOCOLO Nº 20.527.834-6. **OBJETO: 1.** Considerando que o presente protocolado trata de Recomendação da Presidente da Comissão de Contratação – CC/FUNDEPAR para anulação da Concorrência Eletrônica Integrada – BID – Técnica e Preço sob nº 119/2023 – GMS/Fundepar, referente a Contratação Integrada de empresa especializada em engenharia e/ou arquitetura para elaboração de projetos básico (ND 350), legal e executivo (ND400) de arquitetura, projetos complementares de engenharia, aprovação nos órgãos competentes, As Built (ND500) e execução da obra em sistema construtivo pré-fabricado e modular da Unidade Nova Escolar (UNV) Gralha Azul, no Município de Ponta Grossa -PR, pelos fundamentos fáticos e jurídicos lançados no Despacho de fls. 929/934 (mov.74) **2.** Considerando que o procedimento da Concorrência Eletrônica Integrada – BID – Técnica e Preço sob nº 119/2023 – GMS/Fundepar, tem o valor máximo para execução do objeto de R$ 28.162.532,47 (vinte e oito milhões, cento e sessenta e dois mil, quinhentos e trinta e dois reais e quarente e sete centavos), tendo sido autorizado pela Diretora-Presidente Fundepar em 20/11/2023 (mov. 57). **3.** Considerando que, a Presidente da Comissão de Contratação Fundepar, nos termos do inciso XXI, art. 4º do Decreto nº 10.086/2022, recomendou a anulação da Concorrência Eletrônica Integrada – BID – Técnica e Preço sob nº 119/2023 – GMS/Fundepar, a qual encontrava-se em andamento, observado os termos do RELATÓRIO DE FISCALIZAÇÃO N.º 001/2024 - Coordenadoria de Obras Públicas – COP/TCE/PR, Sistema Integra – 2024 - ID Demanda: 215, Demanda: AE2024 - Análise de Editais-Piloto Contratação Integrada, Função: 15-Urbanismo, Exercício: 2024, ID Ação Fiscalização: 168, ID Assunto: 11, Assunto: Solicitação de documentos - Fiscalização n.º 001/24 (Edital de Concorrência Eletrônica n.º 119/23), em especial os seguintes vícios insanáveis: "O Quanto ao Anteprojeto inadequado: (...) - a) Com relação aos itens específicos do anteprojeto como guarda-corpo, layer, brises, foram apresentados esclarecimentos pelo Departamento de Engenharia acerca do tema brises e layer e, independentemente desses terem sido satisfatórios, houve a necessidade de revisão do item apontado guarda-corpo; - b) Assim sendo, o engenheiro orçamentista responsável, após a revisão apontada pelo Relatório de Fiscalização COP/TCE-PR, para o item guarda-corpo, verificou erro de cálculo para o item, implicando em sobrepreço. Nos termos do apontado pelo referido técnico de que: "Em relação à divergência entre orçamento e projeto do guarda-corpo, quanto ao apontamento de que no orçamento estimativo de referência de obras e serviços de engenharia e/ou arquitetura foi previsto o quantitativo de 3.029,68m para o serviço (AUX3044) de guarda-corpo metálico, quantidade não identificada nos projetos arquitetônicos, informa-se: Em análise dos elementos técnicos instrutores de licitação da UNV Gralha Azul em Ponta Grossa, sob regime de execução Contratação Integrada, constatou-se que o quantitativo apontado é resultado de um equívoco na digitação da fórmula de cálculo das quantidades de guarda-corpo metálico.(...)." **4.** Considerando a manifestação da Assessoria Técnica do Fundepar, essa conclui: "Ex positis, essa Assessoria Técnica aponta que o procedimento encontra-se em pré -homologação, portanto, não foi formalizado o contrato e assim, abstendo de propiciar o contraditório e ampla defesa e, com base nos fundamentos fáticos e jurídicos colacionados na presente manifestação, com supedâneo nos vícios insanáveis descritos no caderno processual e retromencionados, com arrimo no disposto artigo 71, inciso III e §1º da Lei Federal nº 14.133/21, encaminho o feito ao gabinete da Ilustríssima Senhora Diretora-Presidente do Instituto FUNDEPAR face a competência, para a decisão final sobre a matéria, com nossa sugestão de anulação do certame por vício procedimental absoluto/insanável, nos termos propostos pela Presidente da Comissão de Contratação deste Instituto (mov.74), por ser a medida escorreita que apresenta-se ao caso em apreço." 5. Diante dos fatos e fundamentos supracitados, **ACATO**, com base no teor da Informação nº 112/2024 – FUN/AT, a recomendação da Comissão de Contratação, deste Instituto, para **ANULAR** a Concorrência Eletrônica Integrada – BID – Técnica e Preço sob nº 119/2023 – GMS/Fundepar, nos termos do inciso III e § 1º do art. 71 da Lei nº 14.133/2021, em razão do vício observado, supramencionado, não ser passível de correção na fase em que se encontra o certame 119/2023. Publique-se. **DATA:** 24/04/2024. **ANULADO POR:** Eliane Teruel Carmona – Diretora-Presidente. Decreto nº 03270/2023.

Valor ECONÔMICO

Informação, análises e conteúdo aprofundado. Tudo isso você lê no Valor.

Seja um assinante:
Acesse assinevalor.com.br
Ligue 0800 701 8888

CONSÓRCIO ALFA DE ADMINISTRAÇÃO S.A.

Sociedade Anônima de Capital Aberto

CNPJ/MF nº 17.193.806/0001-46 - NIRE 35 3 0002366 8

ATA DAS ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

Data: 28 de março de 2024. **Horário:** 11h30min, Assembleia Geral Ordinária e, em seguida, Assembleia Geral Extraordinária. **Local:** Sede social, Alameda Santos, nº 466, 14º andar, São Paulo - SP. **Presença: 1)** Acionistas titulares de ações ordinárias, representando mais de dois terços do capital social com direito de voto; **2)** administradores do Consórcio Alfa de Administração ("Sociedade"); e o Sr. Rafael Domingues Barros, representante da Grant Thornton Auditores Independentes. **Mesa:** Alberto Monteiro de Queiroz Netto - Presidente. Felipe Barbosa da Silveira e Silva - Secretário. **Ordem do Dia (A) Em Assembleia Geral Ordinária: 1)** Tomar as contas dos Administradores, examinar, discutir e votar o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras, o Relatório dos Auditores Independentes e o Parecer do Conselho Fiscal, todos relativos ao exercício social encerrado em 31.12.2023; **2)** deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e ratificar as distribuições de dividendos relativas ao 1º e 2º semestres de 2023; **3)** eleger os membros do Conselho de Administração, efetivos e suplentes, nos termos do Artigo 8, item 8.2 do Estatuto Social; **4)** fixar a verba máxima destinada à remuneração dos membros da Diretoria e do Conselho de Administração para o período de maio/2024 a abril/2025; e **5)** se assim deliberado, instalar o Conselho Fiscal, eleger seus membros efetivos e suplentes e fixar suas remunerações; e **(B) Em Assembleia Geral Extraordinária: 1)** tomar conhecimento e deliberar sobre o aumento do capital social em R$6.311.000,00 (seis milhões, trezentos e onze mil reais), sem emissão de ações, mediante a capitalização de igual valor a ser retirado da conta "Reservas de Lucros - Reserva para Aumento de Capital", para eliminar seu excesso e aprovar a correspondente reforma estatutária; e **2)** deliberar sobre a Consolidação do Estatuto Social, em razão de alterações aprovadas em Assembleias Gerais anteriores. **Publicações:** Demonstrações Financeiras, Notas Explicativas, Relatórios da Administração e dos Auditores Independentes e Parecer do Conselho Fiscal relativos ao exercício social encerrado em 31.12.2023: Valor Econômico, edição de 09 de fevereiro de 2024; e Editais de Convocação: Valor Econômico, edição de 27 de fevereiro de 2024, página E20; edição de 28 de fevereiro de 2024, página E2; e edição de 29 de fevereiro de 2024, página E2, bem como no site do mesmo jornal. **Leitura de Documentos:** todos os documentos citados acima, incluindo as Publicações, a Proposta da Diretoria e os pareceres favoráveis do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal foram colocados à disposição dos acionistas. Destacou-se ainda que, além das publicações nos jornais antes referidas, foi efetuada a publicação tempestiva, por meio dos sítios da Comissão de Valores Mobiliários e do Conglomerado Alfa na Internet, das informações sobre a Sociedade e dos mapas sintéticos de votação a distância, exigidos pelas Resoluções CVM nºs 80 e 81, conforme alteradas. O Presidente da mesa leu o mapa sintético de votação a distância consolidado, deixando-o à disposição para análise dos presentes. **Deliberações Tomadas em Assembleia Geral Ordinária:** após análise e discussão das matérias constantes da Ordem do Dia e com a concordância da dispensa dos membros do Conselho Fiscal, os acionistas deliberaram por unanimidade e sem ressalvas: **1.** aprovar as contas dos administradores e aprovar as Demonstrações Financeiras da Sociedade, incluindo o Relatório da Administração, o Relatório dos Auditores Independentes e o Parecer do Conselho Fiscal relativos ao exercício social encerrado em 31.12.2023; **2.** aprovar a destinação do lucro líquido do exercício no valor de R$29.317.159,75 (vinte e nove milhões, trezentos e dezessete mil, cento e cinquenta e nove reais e setenta e cinco centavos), já refletida nas demonstrações financeiras, sendo **(i)** R$1.465.857,99 (um milhão, quatrocentos e sessenta e cinco mil, oitocentos e cinquenta e sete reais e noventa e nove centavos) para "Reserva Legal"; (ii) R$6.962.825,44 (seis milhões, novecentos e sessenta e dois mil, oitocentos e vinte e cinco reais e quarenta e quatro centavos) para "Reserva de Lucros a Realizar"; e (iii) o saldo remanescente do lucro líquido, de R$20.888.476,32 (vinte milhões, oitocentos e oitenta e oito mil, quatrocentos e setenta e seis reais e trinta e dois centavos), para "Reservas Estatutárias", a saber: R$18.799.628,69 (dezoito milhões, setecentos e noventa e nove mil, seiscentos e vinte e oito reais e sessenta e nove centavos) para "Reserva para Aumento de Capital" e R$2.088.847,63 (dois milhões, oitenta e oito mil, oitocentos e quarenta e sete reais e sessenta e três centavos) para "Reserva Especial para Dividendos"; bem como ratificar os pagamentos de dividendos, realizados por meio da utilização de lucros de exercícios anteriores, no montante de R$5.562.748,09 (cinco milhões, quinhentos e sessenta e dois mil, setecentos e quarenta e oito reais e nove centavos), já distribuídos e imputados aos dividendos mínimos obrigatórios de 2023, em cumprimento ao disposto no Estatuto Social; 3. aprovar a eleição do Sr. **Isaac Selim Sutton**, brasileiro, casado, empresário, inscrito no CPF nº 047.010.738-30, portador do RG nº 7.386.118-2, com endereço comercial na Alameda Santos, nº 466, Cerqueira Cesar, São Paulo - SP, CEP 01418-000 para o cargo de membro Efetivo do Conselho de Administração e do Sr. **Edson Marinelli**, brasileiro, casado, bancário, inscrito no CPF nº 098.303.407-91, portador do RG nº 2.024.411-7, com endereço comercial na Alameda Santos, nº 466, Cerqueira Cesar, São Paulo - SP, CEP 01418-000, para o cargo de membro Suplente do Conselho de Administração, com mandato até a posse dos eleitos pela Assembleia Geral Ordinária de 2026; **3.1** em consequência das deliberações acima, o Conselho de Administração ficará assim constituído, a partir desta data: o Sr. **Alberto Monteiro de Queiroz Netto**, brasileiro, casado, administrador de empresas, inscrito no CPF nº 843.603.807-04, portador do RG nº 075785808-IFP/RJ, com endereço comercial na Av. Paulista, nº 2.100, Bela Vista, São Paulo - SP, CEP 01310-930, como Presidente do Conselho de Administração; e os Srs. **Marcos Lima Monteiro**, brasileiro, divorciado, economista, inscrito no CPF nº 105.109.428-30, portador do RG nº 19.897.606-9-SSP-SP, com endereço comercial na Alameda Santos, nº 466, Cerqueira Cesar, São Paulo - SP, CEP 01418-000; e **Isaac Selim Sutton**, brasileiro, casado, empresário, inscrito no CPF nº 047.010.738-30, portador do RG nº 7.386.118-2, com endereço comercial na Alameda Santos, nº 466, Cerqueira Cesar, São Paulo - SP, CEP 01418-000; como membros Efetivos do Conselho de Administração; e os Srs. **Antonio César Santos Costa**, brasileiro, casado, engenheiro civil, inscrito no CPF nº 269.855.436-34 e portador do RG nº 39.076.051-1-SSP-SP, com endereço comercial na Alameda Santos, nº 466; **Carlos dos Santos**, brasileiro, casado, economista, inscrito no CPF nº 221.432.897-15, portador do RG nº 25.308.088-5-SSP-SP, com endereço comercial na Alameda Santos, nº 466; e **Edson Marinelli**, brasileiro, casado, bancário, inscrito no CPF nº 098.303.407-91, portador do RG nº 2.024.411-7, com endereço comercial na Alameda Santos, nº 466, Cerqueira Cesar, São Paulo - SP, CEP 01418-000, como membros Suplentes do Conselho de Administração. **3.2** os membros do Conselho de Administração ora eleitos preenchem as condições prévias de elegibilidade previstas nos artigos 146 e 147 da Lei nº 6.404/76 e na Resolução CVM 80/2022, e não estão incursos em crime algum que vede a exploração de atividade empresarial, conforme Declaração de Desimpedimento arquivada na sede da Sociedade; **4.** fixar em até R$194.955,20 (cento e noventa e quatro mil, novecentos e cinquenta e cinco reais e vinte centavos), livre do imposto de renda na fonte, a média mensal da verba máxima para remuneração global do Conselho de Administração e da Diretoria, nos termos do Estatuto Social, cabendo ao Conselho de Administração deliberar sobre a forma de distribuição dessa verba entre os seus membros e os da Diretoria, podendo, ainda, a Sociedade proporcionar aos seus administradores os benefícios aprovados pelo Conselho de Administração. Essa verba vigorará a partir de maio de 2024, inclusive, e poderá ser reajustada com base na combinação dos índices IPC-A/IBGE e IGP-M/FGV ou de outros que venham a substituí-los; e **5.** deliberaram pela não instalação do Conselho Fiscal. **Deliberação Tomada em Assembleia Geral Extraordinária:** após análise e discussão das matérias constantes da Ordem do Dia, os acionistas deliberaram por unanimidade, aprovar: **(i)** o aumento do capital social da Sociedade no valor de R$11.177.000,00 (onze milhões, cento e setenta e sete mil reais), mediante incorporação de parte do saldo da conta "Reservas de Lucros - Reserva para Aumento de Capital", sem emissão de ações, de modo que o capital social da passará a ser de R$513.078.000,00 (quinhentos e treze milhões, setenta e oito mil reais), dividido em 73.646.388 (setenta e três milhões, seiscentas e quarenta e seis mil, trezentas e oitenta e oito) ações escriturais, sem valor nominal, das quais 40.394.932 (quarenta milhões, trezentas e noventa e quatro mil, novecentas e trinta e duas) ordinárias; 164.936 (cento e sessenta e quatro mil, novecentas e trinta e seis) preferenciais classe "A"; 2.330.271 (dois milhões, trezentas e trinta mil, duzentas e setenta e uma) preferenciais classe "B"; 219.863 (duzentas e dezenove mil, oitocentas e sessenta e três) preferenciais classe "C"; 2.059.517 (dois milhões, cinquenta e nove mil, quinhentas e dezessete) preferenciais classe "D"; 6.759.345 (seis milhões, setecentas e cinquenta e nove mil, trezentas e quarenta e cinco) preferenciais classe "E" e 21.717.524 (vinte e um milhões, setecentas e dezessete mil, quinhentas e vinte e quatro) preferenciais classe "F"; e **(ii)** consolidar o Estatuto Social, em razão do aumento de capital, acima deliberado, e a fim de refletir as alterações aprovadas em assembleias gerais anteriores. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, esta ata foi lavrada, lida e achada conforme, e assinada por todos os presentes. **Mesa:** Alberto Monteiro de Queiroz Netto - Presidente da Mesa. Felipe Barbosa da Silveira e Silva - Secretário. **Acionista:** BANCO SAFRA S.A. Alberto Monteiro de Queiroz Netto - Diretor Presidente. Marcos Lima Monteiro - Diretor Executivo. Esta ata é cópia fiel da original lavrada em livro próprio. **Alberto Monteiro de Queiroz Netto** - Presidente da Mesa. **Felipe Barbosa da Silveira e Silva** - Secretário. **JUCESP** nº 151.042/24-0 em 10/04/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral. **Anexo I - Estatuto Social do Consórcio Alfa de Administração S.A. - I. Denominação, Sede, Prazo e Objeto Social: Art. 1 - O Consórcio Alfa de Administração S.A.** é uma sociedade anônima, regida pelo presente estatuto e pelas disposições legais aplicáveis. **Art. 2** - A sociedade tem sede e foro no Estado e cidade de São Paulo. **Art. 3** - O prazo de duração da sociedade é indeterminado. **Art. 4** - A sociedade tem por objeto social: a) todos e quaisquer serviços de engenharia permitidos pela leis e regulamentos aplicáveis à espécie; b) atuar como representante, administradora ou procuradora de pessoas físicas e jurídicas, civis e comerciais, nacionais e estrangeiras; c) atuar como corretora ou incorporadora de imóveis por conta própria ou de terceiros; d) assistência técnica e prestação de serviços de qualquer natureza, inclusive serviços especializados sobre assuntos que exigem conhecimentos técnicos profissionais de economia (Lei número 1.411, de 13.09.51, Decreto 31.794, de 17.11.52, e Resolução 67, de 14.10.57, do Conselho Federal de Economistas Profissionais), finanças e administração (Lei número 4.769, de 09.09.65, e Decreto 61.934, de 22.12.67), tais como: pesquisas de mercado, levantamentos, estatísticas, análises econômico-financeiras, organizações, planejamentos, controles, relatórios, pareceres, planos, implantações, projetos e estudos, bem como outros campos em que estes se desdobrem ou com os quais sejam conexos, a quaisquer empresas comerciais, industriais e agrícolas. **4.1** - A sociedade poderá também participar como sócia de outras sociedades na qualidade de cotista, acionista ou de qualquer outra forma legalmente admissível. **II. Capital Social, Ações e Dividendos: Art. 5** - O capital social é de R$513.078.000,00 (quinhentos e treze milhões, setenta e oito mil reais), dividido em 73.646.388 (setenta e três milhões, seiscentas e quarenta e seis mil, trezentas e oitenta e oito) ações escriturais, sem valor nominal, das quais 40.394.932 (quarenta milhões, trezentas e noventa e quatro mil, novecentas e trinta e duas) ordinárias; 164.936 (cento e sessenta e quatro mil, novecentas e trinta e seis) preferenciais classe "A"; 2.330.271 (dois milhões, trezentas e trinta mil, duzentas e setenta e uma) preferenciais classe "B"; 219.863 (duzentas e dezenove mil, oitocentas e sessenta e três) preferenciais classe "C"; 2.059.517 (dois milhões, cinquenta e nove mil, quinhentas e dezessete) preferenciais classe "D"; 6.759.345 (seis milhões, setecentas e cinquenta e nove mil, trezentas e quarenta e cinco) preferenciais classe "E" e 21.717.524 (vinte e um milhões, setecentas e dezessete mil, quinhentas e vinte e quatro) preferenciais classe "F". **5.1** - Os aumentos de capital mediante emissão de novas ações serão propostos à Assembleia Geral pelo Conselho de Administração. **5.2** - A Assembleia Geral poderá deliberar sobre o aumento de capital fixado o preço de emissão das respectivas ações, assim como as demais condições da emissão e de realização. **5.3** - Em nenhum caso poderão ser emitidas ações preferenciais em número tal que, adicionadas às ações preferenciais existentes, seja superior ao das ações ordinárias então existentes. **5.4** - Os acionistas terão direito de preferência para subscrição ao aumento de capital, na proporção do número e da natureza das ações que possuírem, observadas as prescrições legais. **5.5** - A sociedade requererá ao Registro do Comércio o arquivamento da correspondente Ata de Assembleia no prazo de 30 (trinta) dias após a efetivação do aumento de capital. **5.6** - Todas as ações serão escriturais, permanecendo em conta de depósito em nome de seus titulares, sem emissão de certificado, em uma instituição depositária, nos termos dos artigos 34 e 35 da Lei de Sociedades por Ações. **5.6.1** - A instituição depositária das ações da sociedade é o Banco Santander (Brasil) S.A. (observado o disposto no item 9.9, X). Referida instituição poderá cobrar do acionista o custo do serviço de transferência de ações escriturais, observados os limites máximos fixados pela Comissão de Valores Mobiliários. **5.7** - A sociedade poderá, mediante comunicação às bolsas de valores em que suas ações forem negociadas e publicação de anúncio, suspender, por períodos que não ultrapassem, cada um, 15 (quinze) dias, nem o total de 90 (noventa) dias durante o ano, os serviços de transferência, conversão e desdobramento de ações. O disposto neste item não prejudicará o registro da transferência das ações negociadas em bolsa anteriormente ao início do período de suspensão. **5.8** - As ações preferenciais não gozam do direito de voto, e a elas são atribuídos os seguintes direitos e/ou vantagens: **a)** o recebimento de dividendo por ação, pelo menos igual ao atribuído a cada ação ordinária multiplicado por 1,10 (um inteiro e um décimo) (artigo 17, parágrafo 1º, inciso II, da Lei de Sociedades por Ações), observado o item 5.9; **b)** o reembolso do capital, nos casos de amortização de ações ou de liquidação da sociedade. **5.9** - As ações preferenciais, dependendo de sua classe, terão direito a um dividendo anual por ação que tenha o maior valor entre: (i) se da Classe "A": o dividendo previsto na alínea a) do item 5.8; ou um dividendo anual mínimo de 5% (cinco por cento) da parte do capital que estas ações representem dividido pelo número de ações desta classe. Referido dividendo será pago com preferência sobre quaisquer dividendos das ações ordinárias, observado o art. 6; (ii) se da Classe "B": o dividendo previsto na alínea a) do item 5.8; ou um dividendo anual de 12% (doze por cento) da parte do capital que estas ações representem dividido pelo número de ações desta classe. Referido dividendo será pago com preferência sobre quaisquer dividendos das ações ordinárias, observado o art. 6; (iii) se da Classe "C": o dividendo previsto na alínea a) do item 5.8; ou um dividendo anual de 7% (sete por cento) da parte do capital que estas ações representem dividido pelo número de ações desta classe. Referido dividendo será pago com preferência sobre quaisquer dividendos das ações ordinárias, observado o art. 6; (iv) se da Classe "D": o dividendo previsto na alínea a) do item 5.8; ou um dividendo anual de 5% (cinco por cento) da parte do capital que estas ações representem dividido pelo número de ações desta classe. Referido dividendo será pago com preferência sobre quaisquer dividendos das ações ordinárias, observado o art. 6; (v) se da Classe "E": o dividendo previsto na alínea a) do item 5.8; ou um dividendo anual de 6% (seis por cento) da parte do capital que estas ações representem dividido pelo número de ações desta classe. Referido dividendo será pago com preferência sobre quaisquer dividendos das ações ordinárias, observado o art. 6. **Art. 6.** Dividendos declarados são aqueles que, propostos pela Diretoria e aprovados pelo Conselho de Administração, são ratificados pela Assembleia Geral Ordinária. **6.1** - A sociedade pagará os seguintes dividendos: a) Dividendos atribuídos às ações preferenciais conforme itens 5.8 e 5.9, incluídos nos dividendos obrigatórios constantes do item (b) a seguir; b) Dividendos obrigatórios em importância não inferior a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido apurado no respectivo exercício, limitados ao valor realizado deste lucro líquido, conforme artigos 197 e 202, inciso II, da Lei de Sociedades por Ações. **6.2** - Poderão ser declarados dividendos intermediários semestrais a título de antecipação do dividendo anual nos termos do art. 204 da Lei das Sociedades por Ações. Neste caso, não será necessária a ratificação pela Assembleia Geral Ordinária mencionada no *caput* do art. 6. **6.3** - Salvo deliberação em contrário da Assembleia Geral, os dividendos serão pagos no prazo máximo de 60 (sessenta) dias da data em que forem declarados e dentro do exercício social. **6.4** - A sociedade poderá pagar juros aos acionistas, a título de remuneração sobre o capital próprio, até o limite estabelecido pelo artigo 9º da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, podendo imputar as eventuais importâncias assim desembolsadas ao valor dos dividendos previstos em lei e neste estatuto, observando-se o *caput* deste artigo e item 6.2. **6.5** - Os dividendos serão declarados com integral respeito aos direitos, preferências, vantagens e prioridades das ações então existentes, segundo os termos da lei e deste estatuto e, quando for o caso, as resoluções de Assembleia Geral. **III. Assembleia Geral: Art. 7** - A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, em um dos 4 (quatro) meses seguintes ao término do exercício social; e, extraordinariamente, quando convocada pelo Presidente do Conselho de Administração, ou na sua ausência, pelo Diretor Presidente, se não houver a designação de que trata o item 9.2. **7.1** - Para participar de Assembleia Geral é necessário ser acionista até 8 (oito) dias antes da data de realização de referida Assembleia. **7.2** - Caso o acionista seja representado por procurador, o depósito do instrumento de procuração na sede social deverá ocorrer até 5 (cinco) dias antes da Assembleia Geral. **7.3** - A Assembleia Geral, Ordinária ou Extraordinária, será instalada e presidida pelo Presidente do Conselho de Administração ou, na sua ausência, pelo Diretor-Presidente, se não houver a designação de que trata o item 9.2. O presidente da Assembleia Geral convidará até 2 (dois) dos presentes para secretariar os trabalhos. **7.4** - A Assembleia Geral Ordinária, anualmente, por proposta do Conselho de Administração, fixará a verba máxima para a remuneração global do Conselho de Administração e da Diretoria, bem como poderá determinar, de forma eventual, mas não obrigatória, participação nos lucros nos casos, formas e limites legais. O Conselho de Administração deliberará sobre a remuneração dos administradores na forma do item 9.9, VIII. **IV. Órgãos da Administração: Art. 8** - São órgãos de administração da sociedade: a) o Conselho de Administração; b) a Diretoria. **8.1** - O Conselho de Administração é órgão de deliberação colegiada. A representação da sociedade é privativa dos Diretores, observado o item 10.12. **8.2** - O prazo do mandato dos membros do Conselho de Administração é de 3 (três) anos e o da Diretoria é de 1 (um) ano, sendo admitida em ambos os casos a reeleição de seus membros. Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria poderão permanecer em seus cargos até a posse dos novos membros eleitos. **Art. 9 - Conselho de Administração:** O Conselho de Administração é composto por 3 (três) membros e respectivos suplentes em igual número, eleitos e destituíveis, a qualquer tempo, por Assembleia Geral, a qual designará também o Presidente desse órgão. Quando for o caso, em tais eleições será obedecido o disposto no artigo 141 da Lei de Sociedades por Ações. **9.1** - Caberá ao Presidente do Conselho de Administração: a) representar o Conselho de Administração perante terceiros; b) convocar, instalar e presidir as Assembleias Gerais; c) sugerir aos demais membros do Conselho de Administração a orientação geral dos negócios sociais a ser transmitida à Diretoria; e d) fornecer ao Conselho de Administração os elementos, dados e informações úteis à prática dos atos de sua competência, inclusive aqueles sobre a gestão da Diretoria. **9.2** - O Presidente do Conselho de Administração terá a faculdade de designar um dos membros deste órgão para representar o Conselho de Administração perante terceiros, bem como para convocar, instalar e presidir as Assembleias Gerais. **9.3** - Os membros do Conselho de Administração serão substituídos, nos seus eventuais impedimentos ou faltas, pelos respectivos suplentes, que estarão também investidos do direito de voto, inclusive o de qualidade, quando houver empate nas deliberações do Conselho. Os honorários e demais vantagens do substituto serão definidos pelo Conselho de Administração, observado o limite da verba aprovado pela Assembleia Geral. **9.4** - Em caso de vaga do cargo de membro do Conselho de Administração, e sempre antes do início de qualquer reunião do Conselho, o suplente do conselheiro a ser substituído assumirá e exercerá suas funções até o término do mandato do sucedido. Se a vacância ocorrida for do cargo de Presidente do Conselho de Administração, seu suplente assumirá a presidência temporariamente e deverá ser convocada Assembleia Geral no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis para escolher o novo Presidente dentre os 3 (três) conselheiros. **9.5** - Considerar-se-á vago o cargo de membro do Conselho de Administração que, sem causa justificada, deixar de participar, consecutivamente, de mais de 2 (duas) reuniões do Conselho. **9.6** - O Conselho de Administração reunir-se-á por convocação de seu Presidente ou da Diretoria, com 5 (cinco) dias corridos de antecedência dispensando-se esse prazo quando comparecer à reunião a totalidade de seus membros. Se assim convocado pelo Presidente do Conselho e quando presente a totalidade de seus membros, o Conselho de Administração poderá, ainda, se reunir por meio de teleconferência, videoconferência ou outros meios similares de comunicação, realizados em tempo real, sendo a reunião assim realizada considerada como ato uno. **9.7** - As deliberações do Conselho de Administração serão tomadas por maioria de votos, cabendo ao Presidente do referido Conselho o voto de qualidade em caso de empate. **9.8** - Qualquer membro do Conselho de Administração terá o direito de indicar um de seus pares por carta, e-mail ou telegrama, a fim de que o represente nas reuniões do Conselho de Administração seja para a formação de "quórum", seja para a votação. Igualmente, são admitidos votos por carta, e-mail ou telegrama, quando recebidos, na sede social, até o horário de início da reunião. **9.9** - Compete ao Conselho de Administração: I - fixar a orientação geral dos negócios da sociedade; II - eleger e destituir os Diretores, podendo determinar que um dos Diretores eleitos seja o Diretor Vice-Presidente da sociedade, se assim julgar necessário; III - fiscalizar a gestão dos Diretores, examinar e solicitar informações sobre contratos e quaisquer outros documentos e assuntos; IV - manifestar-se sobre o relatório da Administração e as contas da Diretoria; V - escolher e destituir os auditores independentes, bem como receber e analisar os relatórios, pareceres e quaisquer outros documentos por estes emitidos, determinando as providências cabíveis à Diretoria; VI - emitir parecer sobre quaisquer propostas ou recomendações da Diretoria à Assembleia Geral; VII - propor à Assembleia Geral a verba máxima para a remuneração global dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria; VIII - distribuir, total ou parcialmente, a verba aprovada em Assembleia Geral entre seus membros e os membros da Diretoria, individualmente, observado o item 7.4; IX - autorizar a aquisição de ações da sociedade, para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria e, se for o caso, posterior alienação; X - no interesse da sociedade, alterar a instituição depositária das ações de sua emissão, *ad referendum* da Assembleia Geral que se realizar posteriormente; XI - autorizar a Diretoria, quando aplicável, a praticar os atos relacionados no item 10.9, letras "a" e "b"; XII - avocar, a qualquer tempo e a seu exclusivo critério, o exame de qualquer assunto ou negócio que possa ser de interesse da sociedade. **Art. 10 - Diretoria:** A sociedade será administrada por uma Diretoria constituída por 3 (três) membros, sendo um Diretor Presidente e dois Diretores, eleitos e destituíveis, a qualquer tempo, pelo Conselho de Administração. A critério do Conselho de Administração, um dos Diretores poderá ter o cargo de Diretor Vice-Presidente. **10.1** - Caberá ao Diretor Presidente designar seu substituto ou o de qualquer outro Diretor nos casos de ausência ou impedimento eventual ou temporário. Não o fazendo, caberá à Diretoria tal designação. **10.2** - No caso de não designação do Diretor substituto, na forma do item 10.1, ou em caso de vacância de cargo da Diretoria, caberá ao Conselho de Administração definir a substituição. **10.3** - Considerar-se-á também vago o cargo de Diretor que, sem causa justificada, deixar de exercer as suas funções por mais de 15 (quinze) dias consecutivos. **10.4** - As substituições previstas nos itens 10.1 e 10.2 ocorrerão em estrita consonância com o instrumento que as formalizar, o qual poderá prever a acumulação do direto de voto, inclusive o de qualidade, quando houver empate nas deliberações da Diretoria, e que fixará os honorários e demais vantagens do substituto. **10.5** - A Diretoria reunir-se-á por convocação do Diretor-Presidente, com 5 (cinco) dias corridos de antecedência, dispensando-se esse prazo quando participar da reunião a totalidade de seus membros. Se assim convocada pelo Diretor Presidente e quando presente a totalidade de seus membros, a Diretoria poderá, ainda, se reunir por meio de teleconferência, videoconferência ou outros meios similares de comunicação realizados em tempo real, sendo a reunião assim realizada considerada como ato uno. **10.6** - As deliberações da Diretoria serão tomadas pela maioria dos membros desse órgão, cabendo ao Diretor Presidente o voto de qualidade, em caso de empate. **10.7** - Qualquer membro da Diretoria terá o direito de indicar um de seus pares por carta, e-mail ou telegrama, a fim de representá-lo nas reuniões da Diretoria, seja para a formação de "quórum", seja para a votação. Igualmente, são admitidos votos por carta, e-mail ou telegrama, quando recebidos na sede social, até o horário de início da reunião. **10.8** - Cada Diretor e a Diretoria são investidos de poderes para praticar os atos necessários ao funcionamento regular da sociedade, competindo-lhes ainda: a) dirigir a Sociedade de forma diligente, em consonância com a legislação aplicável e o presente estatuto; b) estabelecer as normas de condução dos negócios sociais, conforme a orientação do Conselho de Administração; c) elaborar e apresentar o relatório da administração e as demonstrações contábeis/financeiras de cada exercício à Assembleia Geral, depois de submetidos ao Conselho de Administração e ao Conselho Fiscal, se em funcionamento; d) transigir, desistir, renunciar a direitos e firmar compromissos, no âmbito do art. 851 do Código Civil, em atividades correntes da sociedade; e) cumprir e fazer cumprir o estatuto social, assim como as resoluções das Assembleias Gerais e do Conselho de Administração; f) observar as diretrizes sobre a administração de Recursos Humanos da sociedade, inclusive sobre nomeação, demissão, promoção, contratação, suspensão e licenciamento de funcionários, em geral; g) acompanhar a situação e o desempenho dos investimentos, os dividendos recebidos e pagos e manter o relacionamento com os seus acionistas e das empresas investidas; h) acompanhar a observância das empresas investidas às regras estabelecidas pelas autoridades competentes, especialmente pelo Banco Central do Brasil e Comissão de Valores Mobiliários. **10.9** - Além dos poderes descritos no item 10.8, a Diretoria também é investida dos poderes abaixo, desde que prévia e devidamente autorizada pelo Conselho de Administração na forma do item 9.9, XI: a) adquirir, onerar e alienar bens imóveis e participações societárias, bem como quaisquer outros itens do ativo permanente; b) em operações que não sejam compatíveis com as atividades da sociedade, contrair empréstimos, outorgar avais e outras garantias, bem como transigir, desistir, renunciar a direitos e firmar compromissos no âmbito do art. 851 do Código Civil. **10.10** - Compete privativamente ao Diretor Presidente: a) representar a sociedade, ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, especialmente para receber citação inicial e prestar depoimento pessoal, sendo a ele facultado designar e constituir procurador especial para estas duas últimas hipóteses; b) instalar e presidir as Assembleias Gerais dos acionistas, se ausente o Presidente do Conselho de Administração e se não houver a designação de que trata o item 9.2; c) presidir as reuniões da Diretoria, cabendo a ele o voto de qualidade quando houver empate nas deliberações; d) dirigir e coordenar todos os negócios e operações da sociedade realizados tanto pela Diretoria quanto pelas áreas comerciais, operacionais e administrativas; e) atribuir atividade ou função específica a qualquer dos membros da Diretoria; f) estabelecer as diretrizes sobre a administração de Recursos Humanos da sociedade, inclusive sobre nomeação, demissão, promoção, contratação, suspensão e licenciamento de funcionários, em geral, fixando-lhes os vencimentos. **10.11** - Compete ao Diretor Vice-Presidente, caso haja tal designação, todas as atividades de competência de Diretor, bem como quaisquer outras que lhe forem designadas pelo Diretor-Presidente. **10.12** - Observado o disposto no item 10.13, a sociedade considerar-se-á obrigada quando representada: a) conjuntamente, por 2 (dois) Diretores; b) conjuntamente, por um Diretor e um procurador, quando assim for designado no respectivo instrumento de mandato e de acordo com a extensão dos poderes que nele se contiverem; c) conjuntamente, por 2 (dois) procuradores, quando assim for designado no respectivo instrumento de mandato e de acordo com a extensão dos poderes que nele se contiverem; d) singularmente, por um procurador, quando assim for designado no respectivo instrumento de mandato e de acordo com a extensão dos poderes que nele se contiverem. **10.13** - Nos atos de constituição de procuradores, a sociedade somente poderá ser representada: a) pelo Diretor Presidente, conjuntamente com outro Diretor, quando o mandato for outorgado para a prática de qualquer dos atos a que se refere o item 10.9; b) conjuntamente, por 2 (dois) Diretores, quando o mandato for outorgado para a prática de atos ordinários de representação da sociedade. **V. Conselho Fiscal: Art. 11** - O Conselho Fiscal é órgão não permanente, com as atribuições e poderes que a lei lhe confere, e só será instalado pela Assembleia Geral Ordinária a pedido dos acionistas na forma do artigo 161, parágrafo 2º, da Lei das Sociedades por Ações. **11.1** - Quando instalado, o Conselho Fiscal será composto de no mínimo 3 (três) e no máximo 5 (cinco) membros, e igual número de suplentes respectivos. A remuneração dos membros do Conselho Fiscal será fixada pela Assembleia Geral que os eleger. **11.2** - Os membros do Conselho Fiscal serão substituídos, nos seus impedimentos ou faltas, pelos respectivos suplentes. **11.3** - Em caso de vaga do cargo de membro do Conselho Fiscal, e sempre antes do início de qualquer reunião do Conselho, o suplente do conselheiro a ser substituído assumirá e exercerá suas funções até o término do mandato do sucedido. **11.4** - Considerar-se-á vago o cargo de membro do Conselho Fiscal que, sem causa justificada, deixar de participar, consecutivamente, de mais de 2 (duas) reuniões do Conselho. **VI - Balanço, Lucros e sua Aplicação: Art.12** - O exercício social terá início em 01 de janeiro e encerrar-se-á em 31 de dezembro de cada ano, quando serão preparadas as demonstrações contábeis/financeiras, com observância das determinações legais, regulamentares e estatutárias. **12.1** - Do resultado do exercício social e antes de qualquer participação, serão deduzidos os prejuízos acumulados registrados no Patrimônio Líquido e a provisão para o Imposto sobre a Renda. **12.2** - O lucro líquido do exercício a ser apresentado para a Assembleia Geral Ordinária conforme item 12.4 será o que remanescer do resultado do exercício depois de deduzidos os prejuízos acumulados, a provisão para o Imposto sobre a Renda e as participações de que trata o art. 190 da Lei das Sociedades por Ações, deduzindo-se ainda a Contribuição Social (CSLL). **12.3** - Será levantado balanço semestral em 30 de junho de cada ano. **12.4** - Anualmente, junto às demonstrações contábeis/financeiras do exercício, os órgãos da administração apresentarão à Assembleia Geral Ordinária proposta de destinação do lucro líquido apurado no respectivo exercício, calculado na forma do item 12.2, obedecendo a seguinte ordem: a) 5% (cinco por cento) para a Reserva Legal, até atingir 20% (vinte por cento) do capital social; b) valores que puderem ser destinados às Reservas para Contingências, quando os órgãos de administração assim entenderem apropriado; c) valor necessário ao pagamento de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio na forma disposta no art. 6; d) valor para constituição de Reserva de Lucros a Realizar igual ao excesso, se houver, do dividendo obrigatório sobre o lucro líquido realizado, nos termos dos artigos 197 e 202 da Lei das Sociedades por Ações. **12.5** - Após a destinação e/ou o pagamento dos dividendos e juros sobre o capital próprio previstos no art. 6, o saldo do lucro líquido, se houver, terá o destino que, por proposta da Diretoria, com parecer favorável do Conselho de Administração, for deliberado pela Assembleia Geral Ordinária, conforme a seguir: a) até 90% (noventa por cento) à Reserva para Aumento de Capital, com a finalidade de manter adequadas condições operacionais, observado o limite de 80% (oitenta por cento) do capital social; b) o remanescente à Reserva Especial para Dividendos, observado o limite de 20% (vinte por cento) do capital social. **12.6** - A soma das reservas provenientes de lucros auferidos e lucros suspensos, inclusive a reserva legal, exceto as reservas para contingência de incentivos fiscais e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o capital social; atingido esse limite, a Assembleia Geral deliberará sobre a aplicação do excesso na integralização ou no aumento do capital social, ou na distribuição de dividendos. **12.7** - Os balanços serão auditados por auditores independentes registrados na Comissão de Valores Mobiliários. Tais auditores serão escolhidos e/ou destituídos pelo Conselho de Administração, observado, quando for o caso, o disposto no parágrafo 2º do artigo 142 da Lei de Sociedades por Ações. **VII. Liquidação: Art. 13** - A sociedade entrará em liquidação nos casos legais, cabendo à Assembleia Geral determinar o modo de liquidação e nomear o liquidante.

INÊS249

Mercados Ações da estatal voltam a subir com solução para dividendos e avanço do petróleo, superando pares globais e ajudando a bolsa local

Recuperação da Petrobras ameniza perdas do Ibovespa

Augusto Decker e Matheus Prado
De São Paulo

Em meio a um mês de abril negativo para os ativos locais, com piora nas expectativas para a trajetória dos juros e a volta das incertezas fiscais, a reaproximação das ações da Petrobras de suas máximas históricas evita um sofrimento maior do Ibovespa na janela e faz o índice registrar perdas mais amenas do que as vistas no real e na renda fixa doméstica, que chegaram a apagar por completo nos últimos dias os ganhos registrados no rali do fim do ano passado.

Com a alta do petróleo como pano de fundo, por causa de tensões geopolíticas no Oriente Médio, o principal ponto de atenção em relação à estatal foi a distribuição de dividendos extraordinários, com a postergação do pagamento desses proventos causando forte queda das ações no mês passado, na contramão de pares globais.

Sinais recentes de que pelo menos parte do montante seria pago, porém, ajudaram o papel e provocaram revisões otimistas por casas de "sell side" (corretoras). Ontem, a distribuição de 50% dos proventos extraordinários represados foi chancelada, com indicação de discussão posterior sobre o restante.

Assim, as ações da estatal se destacam. O papel preferencial tem alta de 13,01% em abril e o ordinário avança 15,60%, enquanto Prio ON sobe 1,33% e 3R Petroleum ON ganha 3,49%. Lá fora, Exxon sobe 4,38%, e a ADR da Shell avança 9,29%. No ano, a ação ON da estatal acumula ganho de 13,52%, a americana tem alta de 22,47% e a britânica avança 12,56%.

Já o Ibovespa tem baixa de 2,70% em abril. Conforme levantamento do Valor Data, se as ações da petroleira fossem retiradas do índice e o peso delas fosse redistribuído proporcionalmente aos outros papéis, o índice perderia 5,08% no mês. No ano, a bolsa cai 7,11% com a estatal e recuaria 9,14% sem ela.

Vale lembrar ainda que num cenário de petróleo mais alto, a estatal recuperou totalmente as perdas registradas desde 8 de março, dia que sucedeu o anúncio de represamento dos dividendos. No entanto, as ações ON ainda estão 0,54% abaixo de suas máximas históricas registradas no dia 19 de fevereiro, o que indica valor de mercado R$ 5,6 bilhões menor.

"A Petrobras iniciou o ano bem e depois descolou de pares por conta do imbróglio dos dividendos. Na medida em que o governo foi afrouxando o discurso, o risco de represamento de caixa foi se dissipando, principalmente porque a empresa consegue cumprir seu plano de investimentos sem afetar a distribuição de proventos", diz Guto Leite, gestor de renda variável da Western Asset no Brasil. "Mas o mercado vai continuar de olho nisso, até mais do que na questão da política de preços."

Rafael Oliveira, gestor de renda variável da Kinea, aponta que os estrangeiros têm sido os principais compradores de Petrobras desde as mínimas recentes. Um sinal disso é o desempenho melhor das ações ordinárias na comparação com as preferenciais — os não residentes compram principalmente os recibos de ações da estatal nos EUA, que representam a ação ON.

"Nosso entendimento é que, de modo, geral a Petrobras continua barata, uma das mais descontadas entre os pares globais. Isso aparece no monitoramento dos gestores no exterior", diz ele. Segundo dados da Bloomberg, a estatal trabalha com múltiplo EV/Ebitda de 2,9 vezes, enquanto a colombiana Ecopetrol opera na casa de 3,8 vezes; a britânica Shell, oscila a 4,3 vezes; a chinesa PetroChina, 4,46 vezes; a americana Exxon, 6,3 vezes; e a saudita Saudi Aramco, 7,68 vezes.

E embora o desconto frente às gigantes internacionais seja comum, a diferença atual é até maior do que a média, diz. "Para voltar ao desconto histórico, deveria estar negociando mais próximo de 3,6 ou 3,7 vezes", estima Oliveira.

Na visão dele, os não residentes deram menos peso ao barulho envolvendo os dividendos do que os locais. "Na cabeça do estrangeiro, que viu interferências de governos de esquerda e direita, é só mais um ruído. Está acostumado a lidar com ruídos em mercados emergentes e não se surpreende com a postergação do pagamento."

> "A Petrobras iniciou o ano bem e depois descolou de pares por conta do imbróglio dos dividendos"
> *Guto Leite*

ANA PAULA PAIVA/VALOR

Rafael Oliveira, gestor de fundos da Kinea: estrangeiros foram os principais compradores das ações da Petrobras

A escalada recente do dólar na comparação com o real também já não é um grande problema. "Petrobras e Vale, as duas ações mais pesadas da bolsa, tendem a se beneficiar da alta do dólar, o que faz com que o índice em si tenha algum nível de proteção em momentos como esse, desde que não haja grandes incertezas micro", diz Leonardo Rufino, sócio e gestor de renda variável da Mantaro Capital.

"Antes, o avanço do dólar não era positivo para a Petrobras, que tinha dívidas em divisa americana e pelo risco de reajuste dos combustíveis", diz. "Por não ter capacidade de refino para absorver a demanda local, a companhia importava o que não conseguia produzir e ficava com o prejuízo. Hoje, a responsabilidade de garantir o abastecimento é do setor privado."

Rufino acredita que, após trabalharem com preços extremamente baixos durante o período eleitoral, os papéis da estatal já alcançaram um nível razoável. "Mas ainda temos na carteira, porque acreditamos que o patamar de preços é barato o suficiente diante dos riscos, que apesar dos muitos ruídos, na prática são menos elevados."

Leite, da Western, também mantém posição na companhia, embora com gestão de risco e com uma participação menor do que a estatal ocupa no Ibovespa. "Reconhecemos que o fluxo de dividendos que a companhia está pagando é relevante e que a empresa também entrega crescimento. Então, entendendo que isso atrai investidores estrangeiros, vemos fluxo voltando com o reestabelecimento do pagamento dos proventos extraordinários."

Oliveira tem o papel na carteira, com um peso marginalmente maior no portfólio do que o que a estatal possui no Ibovespa, e vê chance de a companhia continuar valorizando. "Teremos menos ruídos em relação ao dividendo. Se a companhia não tiver projetos que atrapalhem os investimentos necessários, acredito que o mercado deve observar mais a geração de caixa e o 'dividend yield'."

Na dianteira
Ação da Petrobras supera as de gigantes globais no mês (em variação %)

Fontes: B3, Valor PRO e Yahoo Finance. Elaboração: Valor Data. [1] Listada na NYSE

Com R$ 10 bilhões sob gestão, RBR busca um sócio

Maria Luíza Filgueiras
De São Paulo

Depois de uma disputada venda da área de gestão imobiliária da CSHG, gestoras nacionais e internacionais passaram a olhar os próximos pretendentes da consolidação — batendo à porta da RBR Asset, firma que ganhou espaço no segmento imobiliário nos últimos anos e chega a quase R$ 10 bilhões sob gestão.

O rumo do mercado e o interesse dos pares animaram os sócios Ricardo Almendra e Guilherme Bueno Netto a montarem um processo estruturado para a entrada de sócio institucional, um mandato que está nas mãos do Santander, apurou o Pipeline, site de negócios do **Valor.**

O banco já começou a conversar com potenciais interessados na gestora. O grupo que tem recebido "teaser" do processo inclui desde casas como Pátria, Vinci Partners, Kinea, SPX, HSI e XP a Brookfield, GIC e CPPIB, segundo fontes.

Enquanto casas de private equity e infraestrutura querem avançar com verticais imobiliárias, as gestoras especializadas no segmento querem ganhar participação nesse mercado.

O que a RBR busca é um sócio que comprometa capital nos fundos da casa, garantindo a expansão do negócio. De acordo com as conversas iniciais, a gestora tem falado em venda de participação na sociedade, cujo capital os atuais sócios transformarão em capital semente para os próximos fundos, e em capital adicional — chamados "side pockets"— desse novo investidor para ser aportado diretamente nos próximos veículos.

"É um caminho para garantir capital perene, diante de um mercado disputado em captações", disse uma fonte com conhecimento do assunto.

Os múltiplos que o Pátria pagou pelos fundos imobiliários da CSHG correspondem a 13 vezes a receita e quase 25 vezes os lucros e são tomados como parâmetro no mercado para transações no mesmo segmento. Naquele caso, o volume sob gestão era ainda maior, somando R$ 14 bilhões em fundos imobiliários.

Mas o porte da RBR e a referência que a casa ganhou nesse segmento devem atrair um grupo relevante de interessados. "A RBR faz bem a originação e tem time de gestão, por isso deve ser um processo bem competitivo", considera um executivo de gestora concorrente, que avalia entrar na disputa.

A consolidação das gestoras tem acontecido em diferentes segmentos, no Brasil e no mundo. Além da compra da divisão da CSHG, o Pátria já tinha comprado a gestora imobiliária VBI no país e a parte de private equity da Abrd (antiga Aberdeen) na Europa. A carioca Vinci Partners fez um acordo com a americana Ares, incorporou a também americana Compass, voltada para América Latina, e já tinha adquirido a brasileira SPS Capital. Entre as estrangeiras, a General Atlantic comprou a Actis, entrando em infraestrutura, e a BlackRock levou a Global Infrastructure Partens (GIP).

Procurada pelo Pipeline, a RBR Asset disse que não iria comentar o assunto.

Momento oportuno para planejamento sucessório

Palavra do gestor

Giuliana Schunck e Fernanda Haddad

O planejamento sucessório ainda não é usual para a maioria das pessoas. Mesmo em famílias mais abastadas, nem sempre há uma preocupação — inclusive entre os que coordenam e gerem os negócios da família — em deixar a situação organizada para os sucessores.

Essa, no entanto, deveria ser uma preocupação da mais alta relevância: mesmo quando os herdeiros têm bom relacionamento, as chances de disputa no inventário são grandes. É nessa hora que entram expectativas de cônjuges e de outros familiares, que acabam influenciando os herdeiros a eventualmente brigarem "por mais", seja isso o controle de um negócio familiar ou até de outros bens mais vantajosos.

Quando se trata então de famílias com dinâmicas mais complexas, o litígio é quase uma regra não escrita, na medida em que herdeiros de novas formações familiares ou de configurações anteriores podem se juntar a um relacionamento já complicado, resultando em uma enorme dificuldade de comunicação entre todas as partes.

Seja qual for o caso, o melhor caminho é sempre organizar a sucessão antes do falecimento. Com isso, os herdeiros evitam disputas e podem até se tornar fortes aliados na manutenção do bom relacionamento familiar — já que não haverá discussões sobre a sucessão e eventuais partilhas normalmente serão de bens pontuais ou de um patrimônio menor, gerando menos problemas.

A melhor estrutura dependerá do tipo de patrimônio e do objetivo do dono dos bens e de seus familiares. Para investidores, o planejamento em vida pode garantir a perenidade do patrimônio e a estabilidade financeira das próximas gerações. O plano pode, por exemplo, prever dispositivos para proteger os investimentos contra a volatilidade do mercado, como uma diversificação da carteira, contribuindo com a continuidade da gestão dos investimentos.

Do ponto de vista empresarial, é possível nomear uma pessoa de confiança para a gestão e administração dos ativos da empresa e estabelecer instrumentos com regras claras para a transmissão de poder e tomada de decisão. Estipular que os herdeiros deverão receber somente em dinheiro o valor equivalente à participação mantida pelo sócio falecido também pode ser uma solução para evitar que a administração de uma sociedade seja alcançada por todos os herdeiros, sem distinção.

Exemplo disso é o planejamento realizado por Abilio Diniz, administrador e acionista do Grupo Carrefour Brasil. Priorizando a proteção do patrimônio, o empresário tomou o cuidado de garantir que a sucessão não recaia diretamente sobre suas ações no grupo. Isso sugere que foi feito um planejamento para evitar qualquer ingerência direta dos herdeiros nos negócios, preservando o legado da empresa e garantindo a continuidade das atividades sem imposição de ônus (ou até dívidas) às futuras gerações.

Outra vantagem do planejamento sucessório é que ele normalmente não é de alta complexidade e é menos custoso do que um inventário (que muitas vezes é litigioso). O planejamento permite ao detentor do patrimônio escolher não só quem receberá parte de seus bens, mas como os receberá. As cláusulas restritivas de direito (inalienabilidade, impenhorabilidade e incomunicabilidade), por exemplo, podem determinar que o sucessor receba o bem com limitações. Por exemplo, prevendo que o bem não será transmitido para o cônjuge do sucessor ou nem mesmo responder por dívidas dele.

Além da maior probabilidade de litígios, esperar por um inventário pode trazer outro prejuízo: alguns Estados já têm alíquotas de Imposto sobre Transmissão Causa Mortis (ITCMD) maiores do que as de doação de bens. Nesses locais, esse fator por si só já tornaria o planejamento sucessório mais vantajoso, pois afastaria a incidência do imposto. Nesse sentido, a recém-aprovada reforma tributária vai consolidar esse cenário: a depender de leis estaduais próprias, o ITCMD pode subir progressivamente para até 8% — em São Paulo, o valor do imposto dobraria na comparação com os atuais 4%.

Em suma, os ganhos de uma sucessão bem-organizada são inúmeros. Além de evitar litígios familiares e prejuízo aos negócios, diminuem-se consideravelmente as despesas para os herdeiros e o pagamento de tributos. O aumento do ITCMD com a reforma tributária, em especial, torna o início de 2024 ainda mais oportuno para organizar o planejamento sucessório e se beneficiar dos valores mais baixos. Como costumamos dizer aos nossos clientes: não deixe que decidam por você, pois é o seu patrimônio que vai responder por isso.

Giuliana B. Schunck sócia do Trench Rossi Watanabe

Fernanda Haddad é associada sênior do Trench Rossi Watanabe

E-mail
giuliana.schunck@trenchrossi.com

Este artigo reflete as opiniões do autor, e não do jornal Valor Econômico. O jornal não se responsabiliza e nem pode ser responsabilizado pelas informações acima ou por prejuízos de qualquer natureza em decorrência do uso destas informações.

Cripto
A advogada Nicole Dyskant está 'À Mesa com o Valor' **6**

Musical
O garoto da quebrada que estrela 'O Rei Leão' **11**

PASCAL RONDEAU/ALLSPORT/GETTY IMAGES

30 anos sem Senna

Memória Fórmula 1 foi transformada depois que o maior ídolo brasileiro do automobilismo perdeu a vida num acidente em San Marino. Por *Darlene Dalto*, para o Valor, de São Paulo

Ayrton Senna já havia vencido três corridas na Fórmula 1 antes do Grande Prêmio de Detroit de 1986, que ele também venceria. Mas aquela vitória seria ainda mais especial para os brasileiros. A Lotus, sua equipe na época, era inglesa, mas o motor Renault era francês, o projetista, Gérard Ducarouge, era francês, e os mecânicos eram franceses. No sábado, Senna tinha ouvido calado a provocação dos companheiros por causa da vitória da França sobre o Brasil nas semifinais da Copa do Mundo no México. No domingo, deu o troco. Pegou uma bandeira do Brasil da mão de um torcedor na volta de desaceleração e a levou até os boxes.

Ele repetiria o gesto dezenas de vezes. Até que, em 1º de maio de 1994, o Brasil que ele havia carregado simbolicamente com suas vitórias parou em choque. Naquele domingo, há 30 anos, um acidente na curva Tamburello do autódromo de Ímola, durante o grande prêmio de San Marino, na Itália, pôs fim à carreira de um dos maiores pilotos da F1 em todos os tempos. Ele tinha 34 anos.

"Foi como se tivesse morrido um rei", lembra Leonardo Guzzo, jornalista italiano que está lançando no Brasil o livro "Veloz como o vento", sobre a vida de Senna. "Para transferir seu corpo de Bolonha para Paris, de onde ele voaria para São Paulo, foi usado o avião do presidente da República Italiana, um tratamento nunca antes reservado a um desportista." Ele foi enterrado no cemitério do Morumbi em 5 de maio, o caixão, carregado pelos pilotos Alain Prost, Emerson Fittipaldi, Gerhard Berger e Raul Boesel. Cerca de meio milhão de pessoas acompanharam o cortejo pelas ruas da cidade.

> "Ayrton é a imagem do guerreiro, da figura arquetípica do herói"
> *Viviane Senna*

Os 30 anos da morte de Ayrton Senna da Silva serão lembrados em diversas atividades no Brasil e no exterior. Aqui as homenagens começam no próximo dia 1º com a 19ª edição da Ayrton Senna Racing Day, uma corrida de rua para atletas amadores na pista do autódromo de Interlagos, nas modalidades 5, 10 e 21 km, e a Senninha Racing Day, uma versão infantil da prova para crianças de 3 a 12 anos. Nos meses seguintes haverá o lançamento de um documentário pelo Globoplay e de uma série com seis episódios pela Netflix, além de uma biografia e exposições, entre outros eventos.

São homenagens ao piloto que mudou a Fórmula 1, o esportista brasileiro de maior projeção internacional depois de Pelé. Vencedor de três campeonatos (1988, 1990 e 1991), todos pela McLaren, Senna disputou 162 corridas, conquistou 80 pódios, 65 pole positions, 19 voltas mais rápidas e em 19 vezes ele ganhou as corridas de ponta a ponta. Ele também é considerado o "Rei de Mônaco", tendo vencido seis vezes no tradicional circuito de rua (1987, 1989 e de 1990 a 1993).

"Senna era um esportista espetacular. Despertava nos brasileiros a mesma vibração que as grandes seleções de futebol despertaram", diz Lito Cavalcanti, um dos mais experientes jornalistas especializados em automobilismo do país. Ele começou nos anos 70 e hoje tem o canal The Race BR no YouTube ao lado de Cassio Politi. "Aqueles domingos de Fórmula 1 com Senna eram dias de euforia. Ele era um de nós, um brasileiro botando o mundo do automobilismo aos seus pés."

"Senna ainda é um herói para muita gente", diz Castilho de Andrade, jornalista que acompanha a Fórmula 1 desde Emerson Fittipaldi e hoje é o responsável pela assessoria de imprensa do GP Brasil. "Tenho uma foto em casa, Senna me explicando por que bateu em Mônaco. E sempre que alguém vê essa foto, me pergunta sobre ele, quer saber mais. Ele tinha orgulho de ser brasileiro e as pessoas viam nele a extensão delas nas pistas."

"Ayrton é a imagem do guerreiro, da figura arquetípica do herói que luta com todas as forças, vence e compartilha a vitória com todos", diz a irmã do piloto, Viviane Senna, que preside o Instituto Ayrton Senna, ONG voltada à educação. "Por isso ele foi e continua sendo um exemplo inspirador para nós, brasileiros."

A morte inesperada e trágica deu nova dimensão ao piloto. Ele havia assinado com a Williams, que tinha o melhor carro na época. A equipe vinha de dois títulos seguidos, com Nigel Mansell (1992) e Alain Prost (1993). Mas uma modificação no regulamento promovida pela Federação Internacional de Automobilismo, a FIA, mudou o destino da sua vida. Os carros usavam a suspensão eletrônica, um item muito caro para as equipes menores. A FIA a proibiu e a Williams com a suspensão mecânica acabou se tornando arisco demais, difícil de dirigir. "Não fosse aquela alteração, Senna poderia estar vivo e teria sido campeão novamente", arrisca Cavalcanti.

O brasileiro já tinha vencido três corridas em Ímola (1988, 1989 e 1991). Mas aquele GP não tinha começado bem: na sexta Rubinho Barrichello sofreu um acidente grave e no sábado o piloto austríaco Roland Ratzenberger morreu na pista.

Em resumo, Senna morreu porque na sexta volta da corrida a barra da direção quebrou depois de uma solda malfeita (ele havia pedido que a direção ficasse um pouco mais perto). Ele freou bruscamente, o carro bateu a mais de 200 km/h no muro do final da curva Tamburello, a suspensão quebrou, um braço da suspensão se trans-

INÊS249

formou em uma lança e atravessou o lado direito do seu capacete na altura da viseira. O acidente foi fatal por centímetros. No ano seguinte a pista foi reformada e a curva se tornou uma chicane (sequência de curvas de baixa velocidade). Houve investigações na Itália. Ninguém foi preso.

E a Fórmula 1 nunca mais foi a mesma. "Senna foi único. Ele não corria apenas para ganhar títulos, mas para desafiar seus limites e ser o melhor", resume Guzzo. O Brasil não teve nenhum campeão depois dele.

Após a morte de um piloto com a importância e o talento de Ayrton Senna, a categoria finalmente se mexeu. Nos últimos 30 anos houve uma revolução em relação à segurança. Por exemplo, as pistas foram modificadas e ganharam chicanes, áreas de escape maiores e muros com tecnologia para absorver impactos. As células de sobrevivência dos carros são mais eficientes, uma barreira à frente e acima da cabeça dos pilotos chamada halo os protege de capotamentos e eventuais objetos, os pilotos usam luvas e macacões mais resistentes ao fogo e também o hans, um dispositivo que se encaixa entre a nuca e os ombros para proteger o pescoço em caso de acidente.

"Os carros eram muito inseguros", diz Cavalcanti. "E nada foi feito antes da morte do Senna porque talvez a verdade não tivesse sido esfregada na cara do mundo de maneira tão enfática quanto naquele final de semana."

Desde o início da categoria, em 1950, 52 pilotos perderam a vida nas pistas, em corridas ou nos treinos. Após o acidente fatal com Senna, uma única morte. Foi em 2014, quando o piloto francês Jules Bianchi bateu em um trator mal posicionado ao lado da pista no circuito de Suzuka, durante o GP do Japão.

Senna começou sua carreira no automobilismo com um kart construído por seu pai, Milton Guirado Theodoro da Silva, o motor tirado de um cortador de grama. A brincadeira foi ficando séria. Aos 13 anos ele começou a competir e se tornou campeão paulista (1974 e 1976), tricampeão brasileiro (1978, 1979 e 1980) e campeão sul-americano (1977 e 1980).

Ele estudava administração de empresas e trabalharia na metalúrgica do pai, mas acabou mudando de ideia e foi para a Inglaterra. Conquistou os campeonatos da Fórmula Ford 1600 (1981), Fórmula Ford 2000 (1982) e Fórmula 3 (1983), considerada a porta de entrada para a F1.

Ainda em 1983, dirigiu pela primeira vez um F1, justamente uma Williams, em Donington Park, na Inglaterra, e em algumas voltas bateu o recorde da pista. Também experimentou a McLaren em Silverstone. No final acertou com a Toleman. Sua primeira corrida aconteceu em 25 de março de 1984 no GP Brasil, no extinto autódromo de Jacarepaguá, no Rio de Janeiro. Tinha acabado de completar 24 anos. Ele abandonou na oitava volta com problemas no motor. Na prova seguinte, em Kyalami, África do Sul, ganhou o primeiro ponto.

A primeira vitória veio em 1985, debaixo de chuva, a bordo de uma Lotus patrocinada pela John Player Special, marca de cigarros inglesa, um dos carros mais bonitos da Fórmula 1, todo preto, o logo em dourado. Senna deu show. Desde o kart ele andava bem no molhado.

Em 1988 foi para a McLaren, que usava motores Honda. Prost, bicampeão (1985 e 1986), seria o seu companheiro de equipe. Ali os japoneses se apaixonaram por Senna, vários fãs-clubes se formaram do outro lado do mundo. Segundo Wellington Fushimi, brasileiro que mora em Nagoia e administra uma das maiores páginas de tributo online, chamada Ayrton Senna em Ação!, hoje os fãs-clubes não são mais ativos. "Mas tenho muitos amigos que ainda admiram o Senna, a gente sempre se encontra nas corridas", diz.

Sobre a relação do piloto com a Honda, Viviane lembra um detalhe. "Ayrton sentia o carro como uma extensão do próprio corpo e tinha uma percepção acurada das condições mecânicas e aerodinâmicas muito acima da de um piloto normal. Ele também tinha um ouvido apuradíssimo, conseguia detectar ruídos que outros não conseguiam. Isso o tornou uma lenda entre os japoneses da Honda. Ele ia para a pista, voltava e relatava como o carro se comportou. Os técnicos faziam os testes e a telemetria confirmava exatamente o que Ayrton tinha dito".

Senna naturalmente queria muito vencer no Brasil, o que só aconteceu em março de 1991 no autódromo de Interlagos, em São Paulo. No final da corrida seu carro tinha apenas a sexta marcha. No pódio, exausto, ele mal conseguiu erguer o troféu. "Essa vitória foi heroica", diz Andrade.

É do piloto brasileiro a melhor primeira volta da história da F1, em Donington Park, no molhado, na única corrida da categoria realizada nessa pista, em 1993. Senna largou mal, na segunda fila do grid, e em segundos caiu para quinto, atrás de Karl Wendlinger. Rapidamente recuperou a posição e antes de completar a primeira volta era o líder da prova. Ele passou Alain Prost, Damon Hill e Michael Schumacher por fora, ganhou a corrida com mais de um minuto de distância em relação ao segundo e colocou uma volta em cima do terceiro, o piloto francês.

"Foi inacreditável. Aqueles carros eram uns demônios de mais de mil cavalos, não pesavam nem 700 quilos. Dificílimos de guiar. Senna deu um show", resume Cavalcanti.

A dedicação do brasileiro não se restringia ao carro e às pistas. Senna também cuidou do seu preparo físico com a mesma disciplina, o que não era comum na época. Hoje não há um piloto na categoria que não tenha um excelente preparo físico.

Ayrton Senna foi, afinal, o maior piloto de todos os tempos? "Para mim foi, mas ele rivalizava com o argentino Juan Manuel Fangio, pentacampeão que dominou a categoria nos anos 50", diz Cavalcanti. "Seus números absolutos foram superados, mas eu me refiro ao domínio com que ele guiava, à maneira como se impunha e se dedicava", explica. Andrade discorda. "Eu escolho Michael Schumacher por uma razão. Ele teve a coragem de organizar a Ferrari do jeito que queria. Ninguém tinha feito isso antes. Depois ganhou cinco títulos." E acrescenta: "Senna não foi o maior piloto de todos os tempos, mas foi o mais veloz. Ele andava acima do limite".

Além do legado de determinação e de vitórias que deixou, ele teve tempo de idealizar o que viria a ser o Instituto Ayrton Senna. "Ao lado da paixão pela velocidade e pelo automobilismo, o Ayrton tinha uma paixão pelo Brasil. No começo de 1994 ele compartilhou comigo que queria fazer algo pelo país", lembra Viviane. Foi o que ela e sua família fizeram. "Nós decidimos levar adiante esse sonho, e em novembro de 1994 fundamos o Instituto Ayrton Senna com o objetivo de criar oportunidades por meio da educação." O instituto atua em cada um dos estados do país, alcança 3 mil municípios e consegue beneficiar mais de 30 milhões de estudantes.

"Ele não corria apenas para ganhar títulos, mas para desafiar seus limites e ser o melhor"
Leonardo Guzzo

CRISPIN THRUSTON

Senna ergueu muitas vezes a bandeira do Brasil, seja no pódio (acima, no GP Brasil de 1991) ou na volta da vitória

EDU GARCIA/AGÊNCIA ESTADO

Piloto é hoje uma marca que já faturou R$ 6 bi

Guilherme Bryan
Para o Valor, de São Paulo

Bonés, camisetas, mochilas, réplicas de capacetes, miniaturas de carros, jogos, documentários, exposições e até um modelo em Lego do McLaren da temporada de 1988 — 30 anos depois de sua morte, Ayrton Senna continua alimentando uma grande quantidade de produtos.

Bianca Senna, sobrinha do piloto que comanda a Senna Brands, afirma que desde que foram lançadas as marcas Senna e Senninha estão associadas a itens que já movimentaram mais de US$ 1,2 bilhão (ou R$ 6,2 bilhões) no varejo.

A expectativa é que, em função dos 30 anos da morte, esse valor aumente bastante nos próximos 18 meses. Afinal, muitos novos produtos estão previstos. Há, por exemplo, uma réplica de capacete comemorativa e várias esculturas, reunidas na coleção "Nosso Senna", criada pela artista multiplataforma e sobrinha do piloto Lalalli Senna.

"Temos pesquisas, feitas em 2023, que mostram que o interesse de compra por algum produto aumenta cerca de 60% no Brasil se for associado a algum elemento da história do Ayrton", diz Bianca. Ela afirma que Senna é reconhecido por 99% da população brasileira e é mais popular do que pilotos mais recentes da Fórmula 1, caso de Lewis Hamilton, inglês sete vezes campeão mundial que sempre se declarou fã do brasileiro.

Os administradores da marca procuram cultivar essa popularidade entre as novas gerações. Há o personagem Senninha, voltado para crianças de 3 a 5 anos; seguido pelo Instituto Ayrton Senna, uma ONG que se concentra em crianças e jovens no ensino fundamental e médio; e a marca Senna, que alcança jovens adultos e adultos, com produtos associados a velocidade, caso da MacLaren Senna e da Ducati, além de relógios Tag Heuer e roupas e acessórios Puma.

"Os valores e atitudes do Ayrton estão sendo levados diariamente a milhares de estudantes em todo o país por meio do nosso trabalho", diz o vice-presidente do instituto, Ewerton Fulini. O instituto, que tem parte dos recursos vindos das marcas Senna e Senninha, completará 30 anos em 20 de novembro.

Entre outras atividades, ele desenvolve metodologia de ensino, videoaulas, materiais didáticos e oficinas e fecha parcerias com prefeituras e estados para sua aplicação. Colaborou com a formulação da Base Nacional Comum Curricular, influindo para que considerasse não só o conhecimento acadêmico, mas competências como criatividade, foco, determinação e resiliência emocional, diz Fulini.

A força das marcas Senna e Senninha tem a ver com o piloto ter passado pelos estágios de herói, ídolo e mito, diz o doutor em comunicação e esportes Anderson Gurgel, professor do Centro Universitário Belas Artes de São Paulo. "Os ídolos são pessoas famosas, as celebridades, que viram referências, aparecem na mídia e vendem produtos. Mas ele construiu uma narrativa de façanha, que é típica do herói", descreve.

Gurgel diz que num momento em que o Brasil tinha uma grande carência de resultados nos outros esportes, incluindo o futebol, que vai de 1970 a 1994, Senna era um típico herói, ou seja, um modelo aspiracional para a sociedade brasileira, que captava isso ao, nas conquistas, levar a bandeira do Brasil e se mostrar muito conectado com os valores nacionais.

"Quando se via muito pressionado e sendo bastante competitivo, Senna viu o fim na pista, e a forma trágica com que morreu fez dele um herói trágico. Com isso, ele tornou-se um mito", completa. Essa é a razão que faz com que o que ele representava permaneça vivo até hoje, inclusive para as pessoas que não viram ele correr e não conheceram a pessoa.

Bianca diz que, além da determinação inabalável, Senna personificava o espírito esportivo e a vontade incansável de superar limites. "A cada domingo, ele não apenas competia, mas personificava a força interior que impulsiona a busca pela vitória e servia de inspiração, que transcende gerações e culturas", afirma. Ou seja, ele encarnava a essência da resiliência, da perseverança e da convicção na realização dos sonhos.

Para se associar à marca Senna ou Senninha é necessário passar por uma análise da Senna Brands, que vai desde o histórico e a experiência do proponente até o potencial impacto que o projeto terá, seja em escala global ou regional. Durante 30 anos, já foram examinadas aproximadamente 20 propostas de filmes e séries a respeito da vida do piloto, inclusive de grandes estúdios de Hollywood, e a única aprovada foi a da Netflix.

"Ao selecionar parceiros para associar nossa marca, buscamos quem oferece algo único, destacando-se pela qualidade e contribuindo positivamente para o ecossistema das marcas envolvidas", diz Bianca. O objetivo também é expandir para novas áreas de atuação, caso do setor imobiliário, de jogos baseados na web3 e do metaverso. "Queremos nos manter inovadores e relevantes num mundo em constante evolução." ■

"Ele construiu uma narrativa de façanha, que é típica do herói"
Anderson Gurgel

INÊS249

Show do milhão

Música Luiz Oscar Niemeyer já trouxe os Rolling Stones para reunir uma grande multidão em Copacabana, e agora faz o mesmo com Madonna. Por *Gabriel Zorzetto*, para o Valor, de São Paulo

DIVULGAÇÃO

Luiz Oscar Niemeyer comanda a Bonus Track com o filho Luiz Guilherme

Luiz Oscar Niemeyer colocou o Brasil na rota dos shows internacionais. O promotor está conectado aos grandes eventos desde quando trabalhou carregando caixas na produção do show de Frank Sinatra, em 1980, no Maracanã — evento produzido por Roberto Medina, que criou o Rock In Rio cinco anos depois com Niemeyer em sua equipe.

De lá para cá, o carioca de 67 anos (sobrinho do famoso arquiteto) se estabeleceu como um dos maiores empresários do ramo na América Latina. Responsável por todas as turnês de Paul McCartney no país, também trouxe um arsenal de lendas da música pop como U2, Stevie Wonder, Bob Dylan, Roger Waters, Elton John e muitos outros. Algumas de suas melhores histórias estão no livro "Memórias do rock" (Ed. Francisco Alves, 2022).

Agora, o sócio da Bonus Track terá no dia 4 de maio um dos maiores desafios de sua carreira: o show épico de Madonna na praia de Copacabana, cuja estimativa de público é de mais de 1 milhão de pessoas. O formato não é novidade para Niemeyer, que promoveu uma apresentação dos Rolling Stones, em 2006, no mesmo local — show que, segundo estimativas da época, reuniu entre 1,2 milhão e 1,5 milhão de espectadores.

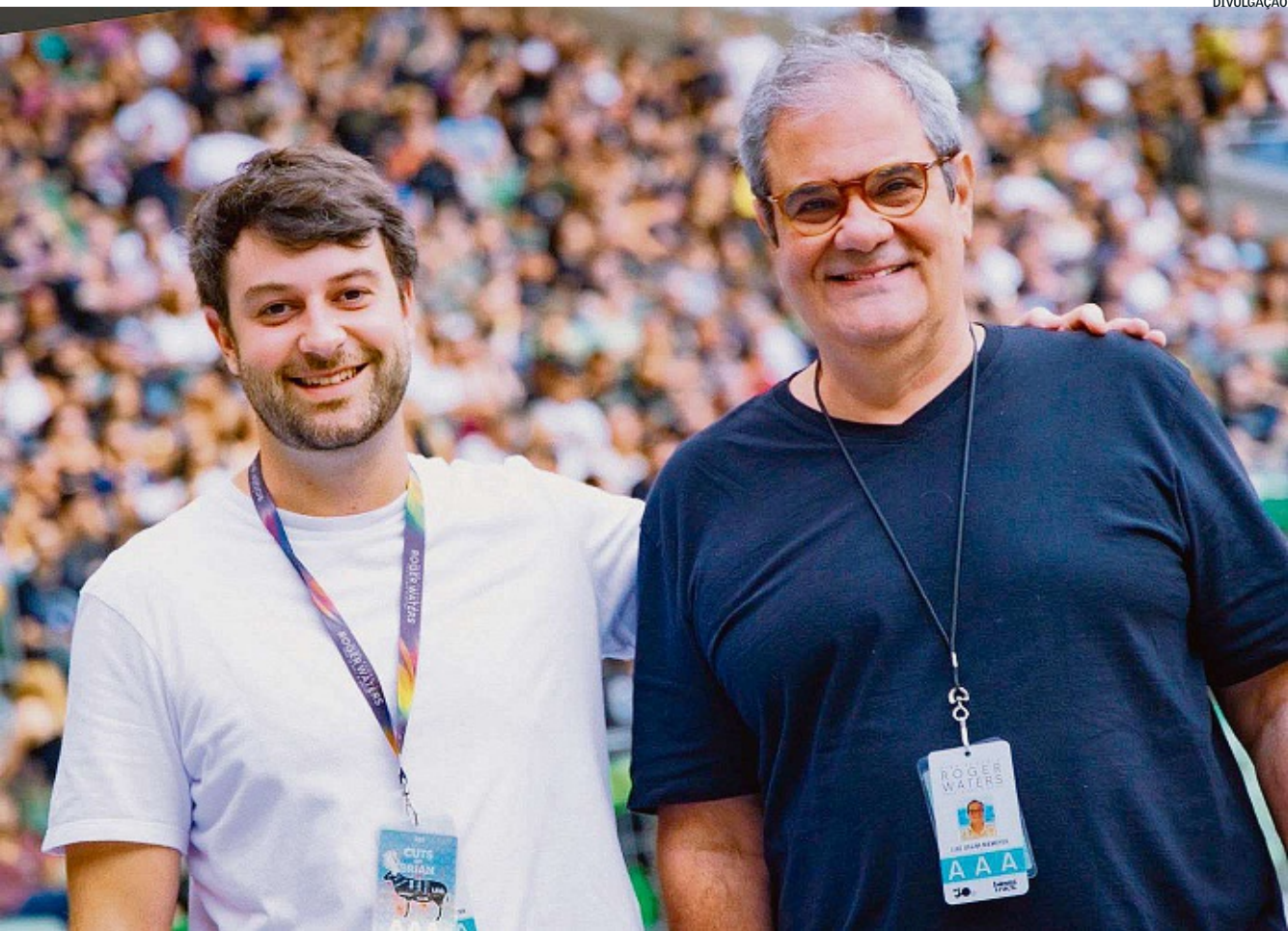
"Temos 18 anos de distância entre um show e outro. Naquela época não existiam redes sociais, não existia o streaming. Então isso muda tudo, porque faz com que hoje o evento tenha uma amplificação muito maior. Tivemos um tempo relativamente menor do que gostaríamos para poder produzir o show da Madonna, mas estamos acostumados com os desafios, é isso que a gente gosta mesmo", afirma Niemeyer.

Segundo um estudo divulgado pela Prefeitura do Rio, o espetáculo de Madonna vai movimentar R$ 293,4 milhões na economia e dar aos cariocas um retorno 30 vezes maior do que o valor investido pela prefeitura em patrocínio — cerca de R$ 10 milhões.

"Sinceramente, acho que o valor da prefeitura é muito pequeno, se você for ver o retorno que isso está dando para o município e comparar com outros eventos que projetam a imagem do Brasil no exterior", diz. "Os hotéis estão todos lotados numa coisa de preço dinâmico, que vai aumentando conforme a procura. Transformamos o mês de maio em uma alta estação no Rio de Janeiro. Além disso, só a Azul está colocando 170 voos extras para o Rio. Depois iremos fazer uma mensuração desse impacto econômico, mas ele é gigantesco. Isso é incontestável, é nítido."

A segurança de um evento dessa magnitude será um fator de extrema atenção, mais ainda após o trágico episódio no show de Taylor Swift, no ano passado, em que uma fã de 23 anos morreu depois de passar mal por causa do calor excessivo.

"A segurança desse evento é uma segurança pública, porque será feito numa área aberta, na praia. [...] Haverá postos médicos, corpos de bombeiros, toda a tecnologia de segurança. Isso tudo está sendo feito pela prefeitura e pelo governo do estado. Nós somos responsáveis em realizar o espetáculo e dar segurança aos artistas, aos convidados do show", diz.

O elo de Niemeyer com Paul McCartney é algo raro no show business global. Desde 2010, nenhum país, com exceção dos Estados Unidos, recebeu tantos shows do eterno beatle quanto o Brasil — foram 37 no total.

"Essa relação foi construída com trabalho, entrega e ideias. Isso começou lá em 1990, quando a gente fez o show no Maracanã [para 184 mil pessoas — o maior público pagante para um único artista na história, segundo o Guinness Book] e numa época onde tivemos todas as dificuldades do mundo pra não fazer o show. Quase cancelamos por causa do Plano Collor, mas a gente conseguiu reverter todas as dificuldades."

Já as vindas de Roger Waters apresentaram dificuldades distintas, relacionadas às preferências políticas do ex-Pink Floyd, que foi ameaçado de prisão em 2018 e depois foi acusado de antissemitismo devido a um traje de sua performance na turnê "This Is Not a Drill".

"Nós simplesmente passamos pro artista a situação do país em relação àquele tema. Em 2018, o Brasil estava completamente dividido, então tivemos duas preocupações: primeiro, ele havia colocado [a hashtag contra Jair Bolsonaro] #EleNão no telão [em São Paulo], e conseguimos separar 18 brigas dentro do estádio", conta Niemeyer.

"Conversamos com ele sobre isso, pois se alguém se machuca poderíamos ser responsabilizados. E a segunda foi de ele realmente fazer algum tipo de comentário político após às 22h em Curitiba, na véspera da eleição, porque pela lei brasileira isso não pode ser feito. Ele entendeu em ambos os casos. Na questão do nazismo, o nosso papel foi explicar para as pessoas que aquilo ali é um número teatral que ele fez a vida toda."

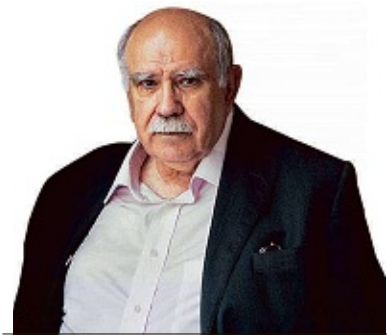
O mercado de shows no Brasil é o mais forte do continente, dispensando o tradicional apoio da Argentina e do Chile na composição das grandes turnês sul-americanas.

"O Brasil está numa situação de estabilidade, enquanto os outros países, principalmente a Argentina, estão numa situação de um verdadeiro caos econômico. O Chile geralmente é apenas uma cidade, Santiago, então não faz tanta diferença. O Brasil não tem hoje um grande problema inflacionário e a nossa situação econômica é bem confortável se comparar com o que acontece na Argentina."

Sobre projetos futuros, Niemeyer não nega um possível retorno dos Rolling Stones ao país — vinda especulada há alguns anos, mas ainda não concretizada.

"Vai depender da banda. No momento que eles derem sinalizações que têm interesse de vir, todo mundo tem interesse de fazer. Eles estão agora fazendo uma turnê nos EUA, e vamos aguardar. Do que me diz respeito, posso dizer que eu teria todo o interesse de fazer." ■

Coluna Social

Éramos felizes e não sabíamos

José de Souza Martins

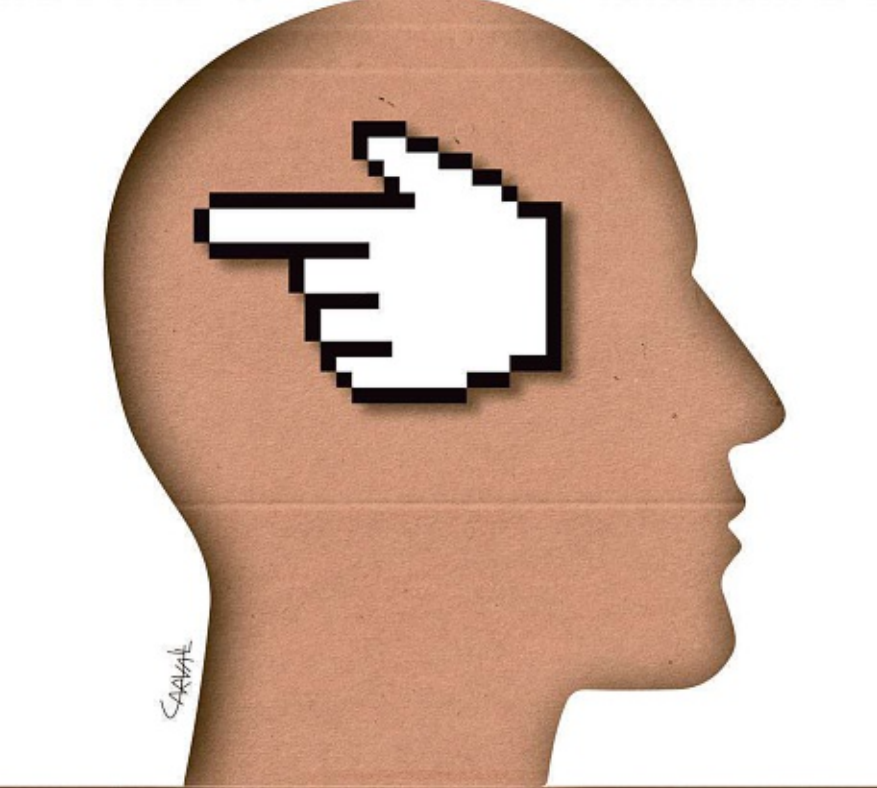
Antes das redes sociais, nossa consciência das necessidades da vida tinha outros valores de referência, que eram valores sociais próprios da condição humana

Na entrega do anteprojeto do novo Código Civil ao Congresso Nacional, o ministro Alexandre de Moraes referiu-se a variadas transformações ocorridas na sociedade brasileira, novos tipos de contratualidade social, que o tornam necessário. Ressaltou "a questão de costumes, novas relações familiares, novas modalidades de se tratar das questões do direito de família e sucessões, a tecnologia, a inteligência artificial, novas formas de responsabilidade civil".

Ele poderia ter arrolado muitas outras modalidades de relacionamento que expressam a realidade atualizada do país e sofreram câmbios significativos. Aos olhos dos mais antigos, bloqueados no meio do caminho das mudanças, a sociedade está tomada por crescentes anomalias, até mesmo inaceitáveis para muitos.

Uma ideologia repressiva e punitiva, de cada vez mais numerosas pessoas, já domina a formação de partidos e de bancadas partidárias nas casas do Congresso; domina novas "religiões" e até mesmo disfarça religiões em partidos políticos, o que viola a Constituição e as leis. Um conjunto extenso de metamorfoses sociais tornou a sociedade brasileira disfuncional e patológica.

As redes sociais tornaram-se não só poderosos instrumentos de difusão cultural e de democratização do conhecimento. Mas, ao mesmo tempo, diluíram e mistificaram a consciência crítica e reveladora dessas graves anomalias e transformações. O anormal passou a fazer parte da normalidade. A anomalia passou a ser concebida como um direito em nome do direito à liberdade de opção, mesmo que antissocial. O que motivava estranheza e repulsa tornou-se ódio, base ideológica de um programa de mudança para não mudar.

Sociedades atrasadas mudam relativamente depressa por impulso de fatores invisíveis. As causas da mudança eficaz que nos move mais rapidamente nem mesmo estão aqui. E as que estão aqui só muito lentamente se transformam em motivação e fator das mudanças sociais e políticas que carecemos. Estamos sempre em atraso com nossos carecimentos.

CARVALL

O desenvolvimento das tecnologias das redes sociais e a rapidez de sua disseminação são acompanhados pelo dedo indicador, mas não o são pelo cérebro, pela cultura e pela consciência. Esse descompasso abriu caminho para o poder de manipulação das consciências, à qual chegam os aproveitadores dessa fragilidade muito mais depressa do que o bom senso.

A criminalidade econômica, a política e a religiosa acrescentam-se rapidamente ao elenco de criminalidades que já ameaçavam as sociedades antes das redes sociais. O crime se moderniza antes da modernização da Justiça e o elenco de criminosos se dilata.

Há também as categorias sociais que não só não mudaram como radicalizaram suas antiquadas concepções de vida e dos valores que lhes são referências. Temos saudade do que nunca fomos, queremos voltar para onde nunca estivemos.

É o caso dos militares, cuja organização é estamental, de um passado que nunca teve um lá adiante atualizado à luz das mudanças sofridas pela sociedade, como se não fizessem parte dela. São movidos por carências suas e não da sociedade.

Já na ditadura militar, mas também recentemente, no bolsonarismo, deram evidentes indicações de grande dificuldade para aceitar e reconhecer as significativas mudanças sociais e políticas que iam na direção até mesmo de uma nova concepção de democracia.

Socializados para fazer a guerra contra uma sociedade de inimigos imaginários, têm agido no sentido de reduzir a sociedade brasileira aos limites de uma cultura autoritária de quartel.

Também querem a volta a um passado que não houve, os grupos que encontraram nas religiões antidemocráticas e não só fundamentalistas mais do que um refúgio contra as tentações de satanás, uma fortaleza da mentalidade de guerra que os motiva. São os de religiões antirreligiosas de enquadramento dos pobres de espírito, que nas religiões do poder se sentem seguros contra as crescentes incertezas do mundo. Insurgem-se contra a necessidade de modernização das mentalidades.

Antes das redes sociais éramos felizes não porque delas não carecíamos. Nossa consciência das necessidades da vida tinha outros valores de referência, que eram valores sociais próprios da condição humana. Havia uma consciência clara do que era ser gente e do que não o era.

Não sabíamos que éramos felizes porque nos bastava a esperança do que éramos. Hoje achamos que somos felizes com o mundo fantasioso das redes sociais, mas já não sabemos o que somos. Elas desumanizaram o nosso mundo e o liquefizeram. Usurparam-nos a consciência da esperança. Trocaram nossa consciência possível por uma consciência meramente provável, o destino de todos como um mero e cinzento talvez.

José de Souza Martins é sociólogo. Professor Emérito da Faculdade de Filosofia da USP. Professor da Cátedra Simón Bolivar, da Universidade de Cambridge, e fellow de Trinity Hall (1993-94). Pesquisador Emérito do CNPq. Membro da Academia Paulista de Letras. É autor de, entre outros livros, "Capitalismo e escravidão na sociedade pós-escravista" (Editora Unesp, São Paulo, 2023). ■

GPS

A grama mais verde do vizinho

Maria Cristina Fernandes

Greve nas universidades expõe as desigualdades no serviço público federal e divide professores entre a urgência das demandas e o risco de se esvaziar os campus num momento desfavorável da correlação de forças no país

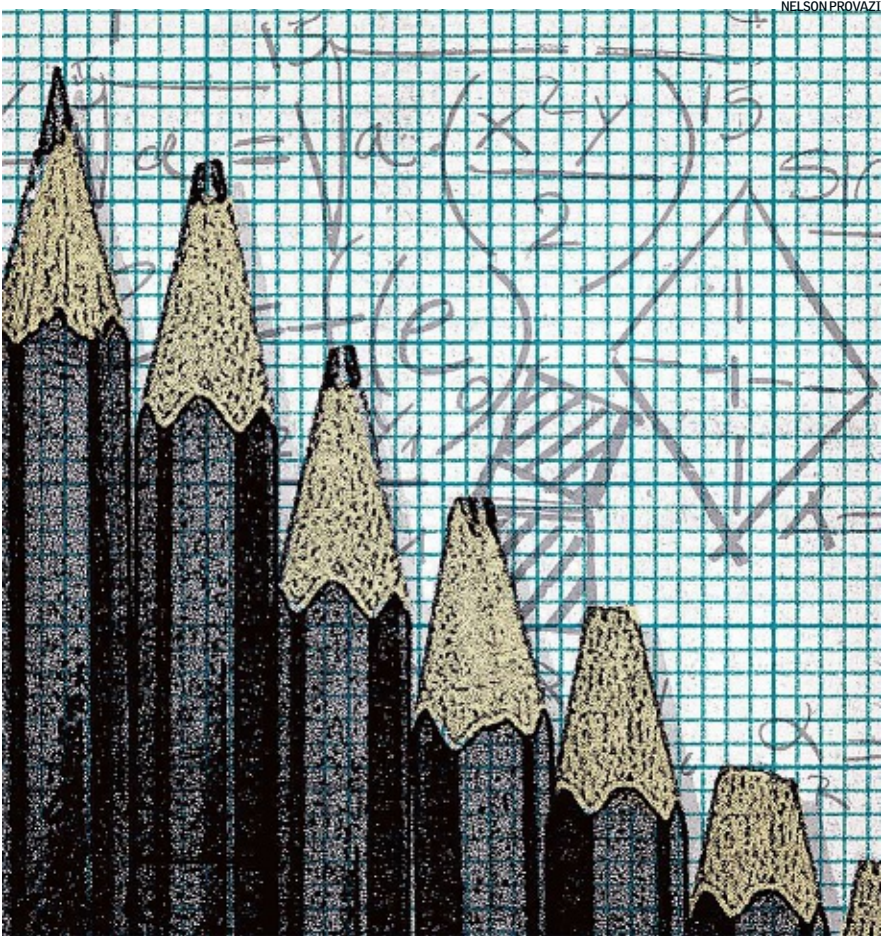
Luiz-Eduardo Del-Bem tinha 28 anos quando terminou seu doutorado em genética pela Unicamp, em 2013. Seguiu para um pós-doutorado em Harvard no ano seguinte. Em 2018, dois anos depois de voltar ao Brasil, passou num concurso na UFMG. Como professor-adjunto e chefe de departamento, recebe R$ 9,8 mil líquidos. Chefia uma equipe com professores recém-contratados com salário de R$ 7,9 mil líquidos.

Recebe R$ 116 de assistência à saúde suplementar, o que é insuficiente para pagar um plano de saúde, mesmo com o desconto oferecido pelo sindicato. Numa enquete informal que fez por meio do X sobre o tema, colheu 992 respostas e descobriu que está na mesma situação de 30% dos professores universitários.

O custo de importação de um único kit para extração de DNA de solo que usa em suas pesquisas é de US$ 3,5 mil. A publicação de artigo numa revista estrangeira custa, em média, US$ 5 mil. Os financiamentos do CNPq — nunca conseguiu um — vão de R$ 165 mil a R$ 275 mil para projetos de grupos que tenham, no mínimo, de três a cinco doutores com duração de até 36 meses.

Na semana passada, o Ministério da Ciência e Tecnologia liberou o edital do programa de repatriação de talentos. Com um custo total de R$ 1 bilhão, prevê a concessão de uma bolsa para pesquisadores brasileiros (com doutorado) no Brasil de R$ 13 mil líquidos, custeio para compra de equipamentos e manutenção e visitas a centros de excelência no exterior de até R$ 520 mil. Cada pesquisador terá direito a auxílio-alimentação, auxílio-deslocamento e verba para contratação de plano de saúde para a família, além de auxílio-previdência para o recolhimento de contribuição como autônomo.

O programa foi motivado por uma antiga queixa da comunidade científica, a de que o país estava perdendo uma geração de pesquisadores brilhantes atraídos por centros estrangeiros pela ausência de condições de trabalho no Brasil. A reação ao programa exibiu tanto o cobertor curto da verba para ciência no país quanto o fenômeno da "grama sempre mais verde do vizinho" que costuma acompanhar a adoção de políticas públicas. Professores e pesquisadores queixam-se de que há milhares de doutores desempregados no país e que aqueles que estão nas universidades não usufruem das mesmas condições de trabalho.

O Brasil forma 22 mil doutores por ano. Há 300 mil nas universidades. A taxa de reposição é de 10 mil doutores por ano. Então há, de fato, 12 mil sem emprego porque além da inexistência de vagas nas universidades, a taxa de investimento da economia é insuficiente para o setor privado absorvê-los. Por outro lado, há programas do gênero em todo o mundo e a crise pela qual passou a economia brasileira a partir de 2016 dificultou a volta de muitos dos doutores formados no exterior. E, finalmente, as verbas do programa são do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, fundo constitucional gerido pela pasta da Ciência e Tecnologia e não pelo MEC, de onde saem os recursos para o custeio das universidades.

NELSON PROVAZI

Não foi esta a causa da greve de professores das universidades federais, mas desde o geneticista Del-Bem até a ministra da Gestão, Esther Dweck, reconhece-se que o lançamento do programa do CNPq no momento em que se deflagrava a mobilização acabou dando-lhe mais gás.

Ainda que a defasagem salarial - calculada em 40% pelo Dieese - e as condições de trabalho sejam reivindicações comuns, a paralisação não o é. Até o dia 23 de abril, 28 entidades haviam aprovado greve e 15, rejeitado. Mais do que as condições dos colegas a serem repatriados, o que abespinha os grevistas é o tratamento dado a outras carreiras de servidores federais. Na Polícia Federal, o salário de entrada na carreira é quatro vezes maior do que o dos professores de universidades federais, na Defensoria Pública é mais de três vezes e na Receita e na Advocacia-Geral da União é o dobro.

É comum encontrar professores que façam eco a Del-Bem na cobrança de reciprocidade ao apoio de professores que, majoritariamente, apoiaram a eleição de Lula, enquanto outras categorias não o fizeram e tiveram suas demandas atendidas. O exemplo mais comumente usado é o da PF, que teve 22% de aumento no ano passado enquanto os professores, bem como outras categorias de servidores, receberam 9%.

Houve quem defendesse que o governo segurasse o reajuste dos 9% para o segundo ano, movido pela máxima que é a maldade do primeiro ano que lastreia a bondade dos seguintes, mas a pressão de categorias mais fortes acabou prevalecendo, o que tornou difícil não estender o aumento, ainda que mitigado, também para os professores.

Políticas salariais não são movidas por lealdades, mas por correlação de forças, e não há dúvida de que a dos professores está em desvantagem. Professor titular de filosofia na Universidade Federal da Bahia, Daniel Peres reconhece a justiça das demandas, mas discorda que a greve seja o instrumento para alcançá-las neste momento: "Nosso patrão não é o governo, mas a sociedade. E é ela que temos que chamar para nosso lado". Peres, que, no topo da carreira, recebe R$ 14 mil líquidos, vê nas redes sociais, na imprensa e até em manifestações episódicas meios mais eficientes de ganhar a opinião pública numa conjuntura em que o discurso contra as universidades públicas ainda prospera. Nem mesmo o apoio dos alunos, diz, a greve tem.

Não discorda do foco do governo na educação básica mas da disposição de abrir mais universidades e outros 100 institutos técnicos sem dar condição de funcionamento àqueles que foram criados em governos anteriores do PT e sem proporcionar uma carreira com patamar de entrada mais valorizado.

Teme-se ainda que uma greve demorada aprofunde o esvaziamento provocado por pandemia e crise econômica. Levantamento da associação de docentes da UFRJ, por exemplo, mostrou que 43% dos aprovados na chamada regular do Sistema de Seleção Unificada (Sisu) não se matricularam este ano.

A divisão entre as lideranças dos professores tem sido mal explorada pelo governo. A ala mais radicalizada da greve é liderada pelo Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes), um condomínio do PSTU, PCB e parte do Psol. É de lá que parte o bombardeio contra o ministro Fernando Haddad.

O risco da greve, num momento em que o governo anda no fio da navalha da opinião pública, é que a ligeira vantagem adquirida pelo presidente nas pesquisas se esfacele se setores já críticos às universidades redobrarem a carga com essa paralisação.

Dois dias depois da deflagração da greve, o ministro da Defesa, José Múcio, esteve na Comissão de Defesa da Câmara dos Deputados acompanhado dos três comandantes das Forças Armadas para defender o Orçamento de sua pasta. A senha foi dada pelo comandante do Exército, Tomás Miné Ribeiro Paiva.

"Convido os senhores a entrar em qualquer quartel. Entrem, por exemplo, em um quartel no norte de Minas Gerais, em Montes Claros, ou mesmo no meio da selva. Vão ver a grama cortada e o quartel limpo e arrumado. Vamos entrar numa universidade qualquer para ver como é que está, em termos de manutenção. Quanto se gasta para mantenir (sic) um quartel? Quanto se gasta para mantenir (sic) uma universidade?"

O lapso de francofilia do general, ao tentar usar o verbo "manter", quase tira o foco do essencial. Tomás Paiva acabara de defender a manutenção das tropas citando o custo de alimentação por militar/dia (R$ 11,65) no Exército quando, para reforçar a defesa do orçamento militar, achou por bem comparar quartéis a universidades.

Legalista, o general tem sido alvo dos golpistas que o antecederam desde que assumiu o comando do Exército, mas usou a lógica do governo passado que desmerecia reivindicações estudantis, criticando as universidades. O ex-ministro da Educação Abraham Weintraub chegou a ser condenado na primeira instância a pagar R$ 40 mil por ter dito que as universidades cultivam maconha e fabricam drogas.

Foi essa hostilidade, além da pandemia, reconhece Del-Bem, que inibiu greves ao longo do governo Bolsonaro. E não apenas nas universidades. A ministra Esther Dweck também vê a ausência de reação de servidores, na gestão passada, como decorrência da política de aumento zero. Como não teve para ninguém, não inflacionou a indignação.

Hoje a política salarial dos servidores federais está cercada por 50 tons de gramados verdes e ameaçada pelas nuvens cinzentas do descontrole da economia se o governo perder o prumo nos gastos. No Banco Central, por exemplo, Esther Dweck enfrenta a resistência de servidores que não aceitam um aumento linear com outras carreiras.

No Congresso, depara-se com a ameaça da PEC do quinquênio, a proposta que dá reajuste automático de 5% a cada cinco anos e foi ampliada do Judiciário para carreiras do Executivo, como AGU, Polícia Federal e Receita. Se aprovada, não apenas teria impacto fiscal gigante, como desencadearia demandas dos demais servidores. No governo Bolsonaro, a grama secou pra todo mundo. É no início da rega que os problemas aparecem.

Maria Cristina Fernandes, jornalista do Valor, escreve neste espaço quinzenalmente

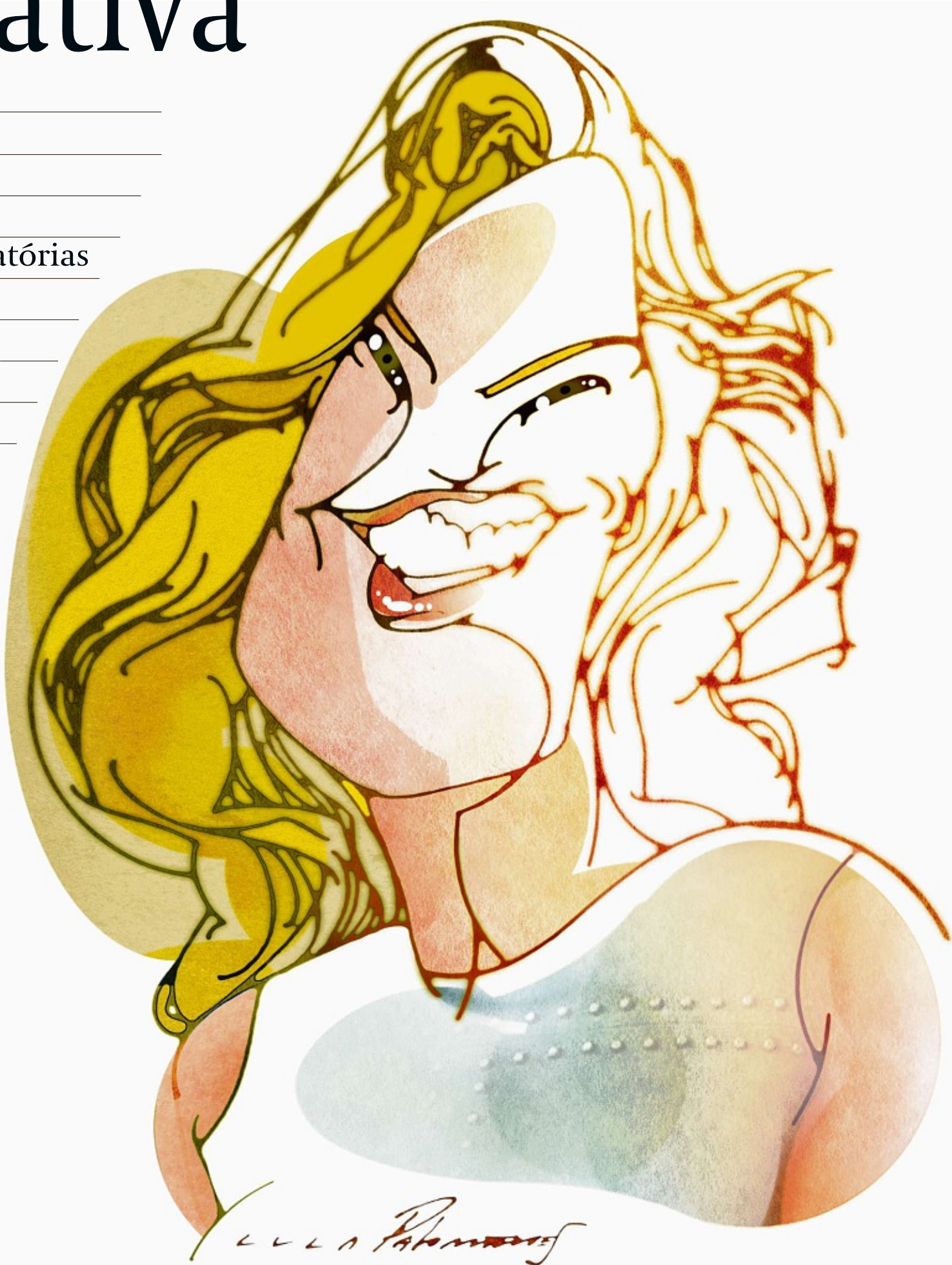
E-mail: mcristina.fernandes@valor.com.br ■

INÊS249

Criptoativa

À Mesa com o Valor

Nicole Dyskant

Advogada trabalha para destravar políticas regulatórias de ativos e aumentar a presença de mulheres no mercado financeiro. Por *Gílson Yoshioka*, para o Valor, de São Paulo

De óculos escuros, colar, brincos e pulseiras de ouro, vestindo um conjunto amarelo e calçando um scarpin de salto fino, Nicole Dyskant chega apressada à mesa do restaurante Spot e, após os cumprimentos inicias, passa a falar de seu trabalho de prestação de serviços para a política regulatória global de ativos digitais.

"Sou uma espécie de 'public affairs in regulatory policy'", diz a advogada de 42 anos, enquanto pede uma salada niçoise. "Esse trabalho que eu tenho feito é muito de servir como uma conexão entre os reguladores." Ela explica que a grande maioria dos países está criando novas regras e novas competências para a operação de criptoativos. "Até peço desculpas antecipadamente pelas várias palavras em inglês porque estou com o discurso treinado; algumas palavras até têm uma tradução boa, acho péssimo isso [o hábito de não usar o português para alguns termos]", diz.

Dyskant é consultora na América Latina da Fireblocks, startup israelense de custódia de criptoativos, e da Hashdex, uma gestora de ativos digitais, além de estar à frente de seu escritório, o Dyskant Advogados, que presta serviços regulatórios e de compliance para participantes do mercado financeiro e de capitais e ativos digitais.

Foi por causa da Hashdex que ela entrou no mundo dos criptoativos. Amiga desde a adolescência de Marcelo Sampaio, cofundador e CEO da gestora, Dyskant e o marido, Dan Strougo, ficaram sabendo dos planos da Hashdex em um jantar em San Francisco, em 2017. "A ideia de gestora regulada para comprar cripto é excelente, e deve ser replicada novamente pela CVM para um estudo regulatório com ativos digitais para renda fixa", diz.

Dyskant chegou a ser convidada para ser sócia da empresa em 2018. "Tudo era muito novo na época, e eu estava mergulhada com o meu software, o Compliasset, que estava em seu segundo ano de vida", diz. Apesar de não ter aceitado o convite por não conseguir conciliar mais uma atividade, ela atuou como advogada para implantar a licença e as primeiras políticas da firma.

Aos poucos, foi se envolvendo no mundo dos criptoativos e, em 2021, quando se tornou head de legal e compliance da empresa, começou a entender mais de outros produtos e das questões de infraestrutura, serviços e de mercado. Dyskant acompanhou de perto o lançamento dos fundos e outros produtos da gestora, da qual saiu em 2023, ficando como consultora externa.

"Minha missão [...] é buscar formas reguladas de oferecer ativos digitais no mercado de capitais. É também destravar questões regulatórias em jurisdições em que já existia um possível caminho para desenvolvimento de produtos com lastro em ativos digitais. A grande maioria dos países está dividindo a competência entre os reguladores já existentes, criando novas regras, novas competências em cima", explica.

Ela tem um histórico de 20 anos em regulação financeira, tendo sido diretora jurídica da corretora Ágora, do Bradesco, e sócia do Trindade Sociedade de Advogados, do ex-presidente da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) Marcelo Trindade. Também foi sócia da ACA Compliance Brasil, filial do grupo americano de assessoria de governança, risco e compliance.

Há muito tempo Dyskant tinha o desejo de empreender. "Estudei em Nova York, tinha trabalhado com o Marcelo Trindade, no Bradesco, [e pensei], não quero ser uma advogada padrão. Quero fazer alguma coisa que ajude a resolver a dor do cliente, usar tecnologia. Eu já pensava assim, começava exatamente em desejo de empreender, mas eu ainda pensava dentro de empresas, como é que eu podia fazer nas empresas em que eu estava trabalhando", conta.

Fundou com o marido, Dan Strougo, a startup Compliasset, provedora de software de gestão de conformidade regulatória para consultores de investimentos e gestoras de recursos. Com cerca de 300 clientes ativos, o software da Compliasset é um dos principais entre as gestoras brasileiras de recursos.

Atualmente sua principal atuação na advocacia regulatória diz respeito à fundação da nova estrutura legal e regulatória dos ativos digitais. Ela interage com reguladores e legisladores locais e globais para definir melhores práticas para a indústria. "No final do dia, sinto que faço um trabalho em nome da indústria como um todo", afirma.

Com cinco mulheres, sua equipe no Dyskant Advogados segue a composição majoritariamente feminina que caracterizou seus departamentos desde o início de sua trajetória, algo que inicialmente aconteceu de forma natural, segundo ela. "Depois de um tempo, eu abri meu olho para a importância de trazer mais mulheres para o espaço [reduzido] no mercado financeiro e na tecnologia. Acabei entendendo que elas têm mais adaptabilidade com tarefas diversas e o diálogo, muitas vezes", diz.

Recentemente, no entanto, Dyskant contratou um associado para trabalhar em sua equipe como pesquisador de criptoativos, na França. "Ele é um pesquisador de cripto, justamente para poder fazer esse 'track' das regulações globais. Contratei para esse estudo porque é difícil ter essa visão de vários aspectos, como tokenização, stablecoin, todgers", explica.

Quando morava nos Estados Unidos e estudava legislação financeira na New York Law School, Dyskant conheceu as cofundadoras do 100 Women in Finance e outras líderes em cafés da manhã, almoços e, depois da pandemia, em reuniões online. Depois de mudar-se para San Francisco, enquanto trabalhava remotamente pelo Dyskant Advogados, foi atrás de outros grupos de mulheres. "A gente debatia temas de mercado financeiro, desde corretoras e bancos até fintechs e ESG [práticas com preocupações ambientais, sociais e de governança]", diz.

Há três anos, ela participou da fundação do comitê brasileiro da associação global 100 Women in Finance. Está também envolvida em outros movimentos de mulheres no mercado de capitais, como o Compliance Women Committee, o Elas in Tech e o Mulheres do Mercado Rio de Janeiro. "É quase como pensar em cotas mesmo, você tem que privilegiar para trazer mulheres em posições, e aí não adianta ser só analista, back office, tem que ser posições em que elas possam ver outras mulheres liderando, sabe?", diz. "Muitos dos problemas do passado, se você olhar numa lupa, lá dentro [no mercado financeiro] ainda acontecem."

Além de proporcionar o networking e maior conscientização, o grupo 100 Women in Finance auxilia as participantes a desenvolverem mais o potencial delas. "Essas conexões abrem possibilidades, seja para falar num evento, seja para uma nova posição, e isso tem um efeito multiplicador. Surgiram vários relacionamentos incríveis daí", diz.

Com sua longa experiência no mercado financeiro, ela aponta algumas diferenças entre as épocas do início da carreira e a atual. "Eu acho que o mercado era ainda mais machista do que é hoje", diz, referindo-se ao menor conhecimento a respeito do assédio sexual e moral. "Era uma outra cultura num mercado que sempre foi muito dominado por homens. Até hoje existem pouquíssimas mulheres em cargos de liderança. As instituições estão entendendo isso, mesmo que a contragosto."

Sobre assédio, ela diz: "Devem ser poucas as mulheres que viveram e cres-

Kenny Andrade/Valor

Cardápio

Restaurante Spot, São Paulo

Item	Qtd.	R$
Saladas Nicoise pequenas	2	140
Bacalhau Zé do Pipo	1	118
Picadinho	1	86
Bolinhos de couve-flor individuais	2	72
Cogumelo	1	68
Sucos de limão	3	54
Refrigerantes	2	20
Águas	3	30
Ristretto	4	40
Gorjeta sugerida	-	**81,64**
Total	-	**709,64**

ceram nessa carreira e que não sofreram alguma situação. Na época elas possivelmente nem consideraram ou então consideraram e não souberam o que fazer".

O momento mais desafiador da carreira de Dyskant foi quando teve de conciliar os compromissos profissionais e o empreendedorismo com a gravidez da primeira filha. "Queria também me dedicar à minha vida pessoal, mas, por outro lado, eu não podia deixar os pratinhos caírem com esse tipo de engajamento que eu tinha na mesa", diz.

Com muitas metas batidas, mas também com outros compromissos assumidos, teve de contratar funcionários para a sua licença-maternidade. "Nessa época, foi a primeira vez que eu realmente empreendi. Porque eu abri o escritório, contratei atendente, vendi e entreguei projetos. Fiz todo o ciclo: launch, eventos etc."

Com um marido de "mente mais aberta", Dyskant se considera uma privilegiada. "Eu brinco que ele tem uma alma feminina, porque é um cara que aceita ser o 'primary care giver', o primeiro tomador de cuidado da casa e das crianças. É por isso que eu fico mais livre pra poder viajar e fazer tudo isso que eu preciso", conta. "Eu, sem dúvida, também não estaria onde estou profissionalmente se não tivesse o meu marido, que até é meu sócio." Ela também conta com o apoio da mãe e da sogra, que moram a menos de 8 km de distância de seu apartamento no Leblon.

Dyskant é uma adepta do "anywhere office", o escritório em qualquer lugar. Diz que ele permite que a pessoa engajada no trabalho se dedique a ele, mas também abra espaço para a vida pessoal. "Eu preciso da minha sanidade mental, física, eu preciso fazer meu exercício, preciso ter tempo com as minhas filhas", afirma.

Ela mesma diz ter sempre se entregado muito ao trabalho. "Eu acho que hoje em dia nem se espera mais que você vire as noites que a gente virou. Eu trabalhei muito. Para eu conseguir estar nas posições e ter a responsabilidade para responder, eu lia 20 documentos, escrevia, sentava horas no final de semana. Acho que esse envolvimento, para você crescer, é fundamental", diz. "Sou superorgulhosa por ter sido a diretora mulher mais nova do conglomerado [Bradesco]", afirma. Dyskant entrou na Ágora Corretora em 2002 antes de se formar. Em 2008, ano em que o Bradesco comprou a corretora, tornou-se diretora estatutária. Em 2012, deixou o conglomerado.

Hoje ela sente que, além de cuidar mais do lado pessoal, precisa aprender a ser menos direta ao lidar com questões profissionais. "Estou querendo abandonar esse lado mais 'masculino', sabe? O lado masculino é essa coisa de você se posicionar fortemente nas discussões, falar e tentar intervir. As mulheres têm a tendência de se calar mais", afirma.

Ela diz que essa postura nem sempre produz os resultados esperados. "Muitas vezes é preciso falar coisas que o chefe não quer ouvir. Eu sempre tive isso muito forte, e a minha fala é muito direta, objetiva", conta. Agora, porém, diz: "Estou vendo também como caminho de amadurecimento ser mais política. Se você fala diretamente alguma coisa que elas não querem ouvir, as pessoas vão criando uma resistência".

Acostumada a dar opiniões técnicas e tomar decisões duras — em uma ocasião teve de demitir uma de suas melhores amigas —, ela diz que o desafio atual é atingir os objetivos, porém de forma diferente. "Quero saber estrategicamente como colocar essas verdades de uma forma que as pessoas consigam não entender como agressão. Estou cada vez mais buscando me transformar, no sentido de trazer mais o que eu chamo do lado feminino para essa luta. Trazer tudo o que eu aprendi, mas com outra forma de colocar as coisas", explica.

Para as filhas Beatrice, de 8 anos, e Julie, de 5 anos, Dyskant quer deixar um legado. "Eu espero que elas vejam o meu exemplo de trabalho, eu espero que elas sigam isso, porque é muito triste a mulher achar que, porque ela querer ter filho, porque ela quer ter uma vida familiar, precisa abdicar da carreira", diz.

Segundo Dyskant, muitas mulheres no mercado financeiro acabam achando que podem ficar apenas até a maternidade. "Muitas não voltam [após a gravidez], esse fenômeno é bem claro. Quanto mais você cresce na carreira, no topo da pirâmide, menos mulheres você vê", conta.

Dyskant diz que ela e o marido têm "visões complementares, de empreendedores". Os dois começaram a namorar no final do colegial. Haviam se conhecido antes, quando, aos 12 anos, entraram no movimento juvenil judaico Habomim Dror. Ambos se formaram na PUC-Rio: ela, em direito, e ele, em desenho industrial.

"Eu queria já direito privado desde o início. Lá no Rio é assim, a Uerj é mais pra quem quer direito público", diz ela. Desde essa época, teve contato com professores e profissionais de outras áreas com quem trabalhariam juntos mais à frente.

Praticante de esportes, ela consegue encaixar algumas atividades físicas em sua agenda lotada. "Para mim, isso é transformador. Em meia hora, você já corre cinco, seis quilômetros... Eu dou uma resolvida na minha situação com meia hora", diz. Ela também pega alguns exercícios-chave e pratica meditação. "Faço a saudação ao Sol em 15, 20 minutos. Ou quando estou com muita ansiedade, paro, faço um abdominal pesado. Se você fizer, vai ver como o 'core' é ligado com a mente", complementa.

Dyskant também incentiva as filhas a praticarem esportes e frisa que algumas modalidades podem abrir portas para as filhas em universidades no exterior. "A minha filha fala que quer ir pra Harvard; lá eles gostam muito de mulheres que jogam futebol. Mas ela não gosta de soccer", conta, após o café.

Tanto os pais de Dyskant quanto os do marido moram muito perto — a cerca de 5 km de distância — do apartamento deles no Leblon. Cada um tem um código de acesso, entram e saem da casa quando quiserem para ajudar a cuidar dos netos.

Enquanto espera o Uber, ela diz valorizar a educação que privilegia o pensamento e a reflexão na escola das filhas, entre outras questões do futuro delas. E ainda fala em política regulatória de alguns clientes. "Agora eu estou fazendo um trabalho bem legal com uma startup que quer se preparar para entrar num processo de capitalização. Seja uma empresa maior, em fase mais avançada de IPO, seja uma empresa menor, uma startup que quer pegar um investimento precisa fazer um trabalho de governança", diz.

O compromisso seguinte seria uma palestra a respeito das tendências e perspectivas da criptoeconomia em um evento da Associação Brasileira de Criptoeconomia. "Fui colocada no painel de mercado, não faço ideia do que eu vou fazer. Hoje vai ser no improviso." ■

KEINY ANDRADE/VALOR

"Abri meu olho para a importância de trazer mais mulheres para o mercado financeiro e a tecnologia"
Nicole Dyskant

DIVULGAÇÃO

Na abertura de capital da Hashdex, gestora da qual foi diretora e continua consultora

ACERVO PESSOAL

Nicole Dyskant em apresentação do 100 Women in Finance. Ela foi uma das fundadoras do braço brasileiro da organização

INÊS249

A voz de Rita Lee

Musical Cantora queria que Mel Lisboa voltasse a interpretá-la, e projeto chega agora aos palcos. Por *Ubiratan Brasil*, para o Valor, de São Paulo

PRISCILA PRADE/DIVULGAÇÃO

A pedido da cantora, Mel Lisboa usa quatro perucas com as cores que marcam sua trajetória de Rita

"Gostosa!", gritou Rita Lee, com aquele jeito brincalhão, da plateia do abarrotado Teatro das Artes. Era 2014 e ela acabara de assistir à atuação de Mel Lisboa como protagonista de "Rita Lee Mora ao Lado", musical inspirado no livro de Henrique Bartsch que conta a história da cantora a partir do ponto de vista de uma vizinha fictícia.

"Ela apareceu sem avisar, mas deve ter gostado, pois voltou uns dias depois, acompanhada do marido, o músico Roberto de Carvalho", relembra Mel, cuja performance garantiu meses de casa cheia, além de render vários prêmios.

Rita não só aprovou como pediu que a peça voltasse em cartaz nos anos seguintes. A pandemia da covid esfriou os planos, mas Mel foi indicada pela própria cantora e compositora em 2022 para ser sua voz novamente, agora no audiolivro de "Rita Lee: Uma autobiografia" (Globo Livros), obra lançada em 2016 e que se tornou um best-seller de prosa marcada pela honestidade escancarada, sem filtro, com implacável autoironia.

O projeto animou a atriz a retomar a ideia de um musical, mas agora com as palavras da própria Rita. O plano vingou com a participação de Guilherme Samora, jornalista, escritor e amigo, a quem Rita carinhosamente chamava de "colecionador de mim". Ele assumiu o roteiro de "Rita Lee - Uma autobiografia musical", que estreia nesta semana no Teatro Porto, em São Paulo.

Será um tributo a Rita, que morreu em maio do ano passado, aos 75 anos, depois de enfrentar um câncer de pulmão diagnosticado em 2021. Foi ela quem pediu para Mel participar da adaptação. A atriz ainda revela que a cantora se sentiu motivada a escrever sua autobiografia após assistir a "Rita Lee mora ao lado".

Em sua primeira autobiografia (um segundo volume foi publicado postumamente, em que ela detalhou a fase em que lutou contra o câncer), Rita não escondeu temas delicados, como quando narrou a violência sexual que sofreu com 6 anos, quando um homem colocou uma chave de fenda em seu sexo.

No livro, além de lembrar quando despontou, aos 19 anos, no meio musical com Os Mutantes, passando pela consagração nacional com a banda Tutti Frutti (1973) até a fama internacional já ao lado do marido, Roberto de Carvalho, ela detalhou a infância e a juventude vividas em São Paulo.

O texto de Rita traz a mesma dicção de suas letras e entrevistas, um humor cortante que não encobre uma visão clara e precisa do seu cotidiano. Esse tom brincalhão é um alívio até para relatar fatos incômodos como o aborto que sofreu e as internações por álcool e outras drogas.

"Ela compôs, cantou e popularizou o sexo do ponto de vista feminino em uma época em que isso era inimaginável. Ousou dizer o que queria e se tornou a artista mais censurada pela ditadura militar. Na época, foi presa grávida. Deu a volta por cima e conquistou uma legião de 'ovelhas negras'. Se tornou a mulher que mais vendeu discos no país e a grande poetisa da MPB", afirma Mel.

A atriz lembra que a cantora fez poucas exigências para o espetáculo. Uma delas é que usasse quatro perucas com as cores que marcam sua trajetória de vida: o castanho da infância, o loiro da adolescência, o ruivo que se tornou uma marca registrada e o grisalho da maturidade. As trocas precisam ser feitas em cena, diante do público.

Mel conseguiu captar as principais características da cantora, como sua expressão corporal durante os shows, o sorriso matreiro, a coçada de cabeça. Para isso, ela precisou se preparar em aulas de canto e até emagrecer para ficar mais perto do físico de Rita.

Com direção de Marcio Macena e Débora Dubois, "Rita Lee - Uma autobiografia musical" apresenta 30 clássicos da discografia da cantora e, já na abertura, Mel interpreta um trio de sucessos: "Chega Mais", "Banho de Espuma" e "Agora Só Falta Você".

No roteiro, Samora destacou tanto a figura da mulher libertária, feminista, disposta a enfrentar qualquer batalha, como também a história de amor com Roberto de Carvalho (interpretado por Bruno Fraga), seu porto seguro durante mais de quatro décadas.

Assim como no primeiro musical, encontros marcantes de Rita com outras celebridades são lembrados — alguns vividos pelos mesmos atores: Fabiano Augusto representa o cantor Ney Matogrosso; Flávia Strongolli interpreta Elis Regina e Yael Pecarovich revive Gal Costa.

Débora Reis distribui selinhos como a apresentadora Hebe Camargo, que foi amiga próxima da cantora, a ponto de ajudá-la com a compra de uma guitarra, em 2008, quando um caminhão de equipamentos dos músicos foi furtado, ameaçando a realização de shows. Rita, que usou a guitarra até seus últimos shows, a apelidou de "gracinha". ■

Vinho

Um brinde à Cata de Berlim

Jorge Lucki

Eduardo Chadwick comprova qualidade inquestionável de seus vinhos em degustações ao redor do mundo

Os chilenos contribuíram significativamente para a formação cultural dos brasileiros no quesito vinho. Esta reverência vem da lembrança dos anos 70, quando não tínhamos a oferta que temos hoje e o Chile representava uma rara fonte segura de bons vinhos a preços acessíveis. O Brasil mudou e os vinhos chilenos também, ambos para melhor.

Acostumados às facilidades que a natureza pródiga lhes propiciava, os produtores locais abusavam da quantidade e davam pouca importância à qualidade. Uma visão mais internacional e investimentos e técnicos europeus foram mudando a cultura vigente. Surgiu daí a noção de escolher uvas melhores para elaborar um vinho nobre, a categoria "premium".

Foi o que fez Eduardo Chadwick. Formado em engenharia industrial, ele entraria no mundo do vinho em 1983, quando seu pai conseguiu recomprar a Viña Errázuriz, fundada por um de seus ascendentes, Don Maximiano Errázuriz, em 1870, e precisava de ajuda para reerguê-la depois da propriedade passar muito tempo abandonada pela desapropriação, duas décadas antes, para efeito de reforma agrária. Sua determinação e o acaso colaboraram para o sucesso daí em diante.

Pouco tempo depois de ter assumido o comando da Errázuriz , em 1990, Eduardo foi procurado pelo lendário produtor americano Robert Mondavi, que havia ido ao Chile interessado na produção de grandes vinhos no país andino, nos moldes da parceria que havia feito com o barão Philippe de Rothschild, na Califórnia, que resultou no celebrado Opus One. Desse encontro nasceu o projeto Seña, o primeiro rótulo "super premium" do Chile. Começava, na época, uma nova etapa dos vinhos chilenos, focados em alta qualidade.

Outra aposta de Chadwick foi a decisão, em 1992, de transformar em vinhedo o campo de polo que o pai tinha na residência da família, em Puente Alto, local mais nobre da região do Maipo, cerca de 25 km ao sul de Santiago, e considerado ideal para o cultivo da cabernet sauvignon. Dali sai o outro ícone, o Viñedo Chadwick.

Embora o Seña se valesse do prestígio de Robert Mondavi para atingir diferentes mercados externos, o vinho começou a ganhar reconhecimento internacional quando Chadwick, em função da quebra do Grupo Mondavi, comprou a participação do americano e partiu sozinho para divulgá-lo. Inspirado no célebre "O Julgamento de Paris", ele se dispôs a encarar o desafio e pôs o Seña para duelar contra rótulos famosos da Europa em degustação às cegas.

JORGE LUCKI

Eduardo Chadwick na melhor degustação do gênero no Brasil nos últimos tempos

A primeira, "A Cata de Berlim/The Berlin Tasting", como ficou conhecida, foi realizada em janeiro de 2004 e reuniu 40 especialistas europeus, entre jornalistas e compradores profissionais. Seus dois vinhos, Viñedo Chadwick 2000 e Seña 2001, ficaram no topo do ranking, à frente do Château Lafite 2000 e do Château Margaux 2001, resultado que se confirmou nas mais de 20 degustações que se seguiram.

O fato de não haver mais dúvidas quanto à qualidade de seus rótulos ícones não fez Chadwick descansar. Ele iniciou uma empreitada para demonstrar que seu vinho tinha potencial de guarda, requisito dos rótulos renomados. Para tanto, começou a organizar degustações "verticais" (várias safras do mesmo vinho) em capitais importantes mundo afora, colocando safras antigas para provar sua consistência e capacidade de envelhecimento.

Para celebrar os 20 anos da "Cata de Berlim", Chadwick começou, em 2024, a organizar eventos com miniverticais de seus quatro tintos — Don Maximiano, Kai, Seña e Viñedo Chadwick — em 16 cidades, pela ordem Berlim, Londres, São Paulo, Rio de Janeiro, Tóquio, Seul, Hong Kong, Cantão, Xangai, Beijing, Zurique, Toronto, Nova York, Miami e Santiago.

As duas em solo brasileiro foram realizadas na semana passada, comandadas por Chadwick, com comentários da brilhante sommellière e apresentadora Cecilia Aldaz e por mim. Pelo formato, organização impecável e pelos vinhos, foi a melhor degustação do gênero no Brasil nos últimos tempos.

O primeiro flight foi dedicado ao carro-chefe da vinícola, o Don Maximiano Founder's Reserve, que representa o melhor do terroir clássico do Vale do Aconcágua. É produzido a partir da seleção de uvas que as três melhores parcelas originais da propriedade podem oferecer. Refletindo o potencial do lugar, independentemente dos avanços vitivinícolas havidos ao longo de décadas, o primeiro vinho degustado foi o surpreendente 1984, que 40 anos depois se mostra vivo e equilibrado.

O 2008 e o 2021, provados na sequência, revelam o vinho já com seu perfil atual, mais robusto, um blend (o 1984 era 100% cabernet sauvignon) dominado pela casta bordalesa, acompanhada de uvas que se comportaram melhor em função da safra.

Na série de baterias representativas da gama superior da Viña Errázuriz, não poderia faltar a linha dedicada exclusivamente à carmênère, a uva mais característica do Chile. E merece ter um espaço para ela, até para expressar que, plantada no lugar certo e conduzida de forma adequada, dá vinhos excelentes e com muita personalidade (os consumidores se dividem entre os que amam ou têm aversão), o que não acontecia no passado. O 2010 e o 2021 apresentados são exemplos do que existe de melhor e mais representativo dessa variedade chilena na atualidade.

Por seu histórico e importância, o Seña merecia um flight que evidenciasse seu percurso, o que ficou dignamente exposto através das quatro safras degustadas, uma de cada década: o luminoso 1998, um dos pouquíssimos vinhos chilenos que se saíram garbosamente num ano difícil e chuvoso, marcado pelo El Niño; o refinado 2008, um dos meus Seña prediletos, que veio desmentir a (antiga) tese de que as melhores safras do Chile eram as ímpares; o clássico 2015, com tudo no lugar; e, finalmente, o sublime 2021, que traduz no mais alto grau aquela que é considerada a melhor safra do Chile desde sempre.

Fechar o evento com três Viñedo Chadwick — 2000 (o vinho vencedor da primeira Cata de Berlim), 2014 (rótulo chileno que teve pela primeira vez 100 pontos por um crítico internacional) e a excepcional 2021, comentada logo acima — permite levantar alguns brindes: primeiramente, à qualidade inquestionável do vinho em si, um primor (anos de trabalho da equipe); às forças divinas que presentearam a vinícola com uma safra tão fantástica como foi 2021; à importância do terroir — é o único vinho da Errázuriz que tem origem em apenas um vinhedo; e ao feliz casamento da cabernet sauvignon com um lugar onde ela pode de fato brilhar.

Nas minhas avaliações sobre vinhos, não costumo publicar pontuações. Como bem disse Paul Pontallier (está na minha coluna de número 1.000, publicada recentemente), "Numa degustação as pessoas procuram exprimir de uma maneira objetiva coisas que não o são por essência. Não podemos julgar com precisão os vinhos, assim como as pessoas." Mas, confidencialmente, um dos vinhos a que eu daria 100 pontos é o Viñedo Chadwick 2021.

Jorge Lucki escreve neste espaço semanalmente

E-mail: Colaborador-jorge.lucki@valor.com.br ■

SAVE THE DATE

O evento mais aguardado pelos amantes dos vinhos já tem data marcada, no Rio e em São Paulo.

O Vinhos de Portugal é uma experiência única. O evento promove encontros do público com produtores e especialistas de renome internacional. São quase **800** rótulos, **32** provas guiadas, **47** sessões gratuitas do Tomar um Copo – bate-papos com personalidades e especialistas –, além de gastronomia e loja de vinhos. Tudo em um espaço cheio de charme e bom gosto. Siga nossas redes sociais e prepare-se, porque as vendas começam em breve.

7 a 9 JUNHO RIO
Jockey Club Brasileiro
Gávea

SP 13 a 15 JUNHO
Pavilhão Ciccillo Matarazzo
(Pavilhão da Bienal)
Parque Ibirapuera

parceria

Início das vendas em maio.
Para mais informações:
vinhosdeportugal.oglobo.com.br
/vinhosdeportugal
@vinhosdeportugalbr_

cidade anfitriã

realização

O GLOBO

Valor ECONÔMICO

participação

apoio

apoio institucional

local oficial

hotel oficial

água oficial

rádio oficial

curadoria

INÊS249

EU&

Do bacalhau à medalha

Gastronomia Como a cozinha norueguesa tem conquistado prêmios e reconhecimento internacional. Por *Elaine Guerini*, para o Valor, de Oslo e Stavanger (Noruega)

Uma visita à Noruega mostra como o país nórdico superou uma fama que carregou por muito tempo — a de ter uma culinária sem graça, como se peixe curado com batata cozida resumisse o cardápio. Desde os anos 2000, sua cozinha passa por uma revolução, ganhando prêmios e reconhecimento mundial, sem precisar necessariamente se distanciar de suas raízes. Ou seja, das carnes de caça, como rena ou alce, e do pescado, como bacalhau, salmão ou arenque.

Desde que os chefs noruegueses colocaram o foco nos ingredientes locais e sazonais, refinaram suas técnicas e ainda buscaram inspiração em sabores da culinária internacional, o país é o líder no quadro de medalhas do Bocuse d'Or. Criada em 1987, com nome inspirado em seu fundador, o chef francês Paul Bocuse, a competição de cozinheiros profissionais é uma das mais importantes do mundo. Por trazer 24 países concorrendo na grande final, após classificação em eliminatórias, é chamada de a "Copa do Mundo da gastronomia".

No ranking do concurso, que é bienal, a Noruega atualmente figura no topo, com 13 medalhas: 5 de ouro, 4 de prata e 4 de bronze. A França conquistou mais medalhas de ouro (8), mas tem 11 no total (somadas as 2 de prata e 1 de bronze). "Isso é um orgulho para nós, noruegueses, por não termos uma cultura culinária forte como a França", conta Arne Sorvig, de 52 anos, o CEO da Fundação da Gastronomia Norueguesa.

Desde 2008, a Noruega sempre consegue um lugar no pódio nas provas eliminatórias do Bocuse na Europa, classificando-se com destaque para o confronto mundial. Na mais recente delas, realizada em 19 e 20 de março, na cidade norueguesa de Trondheim, a terceira maior do país (depois de Oslo e Bergen), a equipe da casa, liderada pelo chef Havard Werkland, conquistou o terceiro lugar. A França também saiu qualificada para a grande final, agendada para 2025, em Lyon, mas no quinto lugar.

"Estamos mantendo a identidade de nossa cozinha, com alimentos vindos do mar, das florestas e dos fiordes [golfos estreitos e longos entre montanhas rochosas]. Mas sem medo de também recorrer a produtos de outras partes do mundo", diz o norueguês Havard Werkland, de 29 anos, chef assistente do Speilsalen. Localizado no hotel Britannia, de Trondheim, o restaurante foi reconhecido com uma estrela do guia Michelin, pelos "pratos intrincados e tecnicamente elaborados com uma base clássica, que aproveitam os melhores ingredientes noruegueses".

Para garantir a sua vaga na final mundial do Bocuse, Werkland levou à mesa dos jurados o prato de rena chamuscada com ameixa e pimenta preta, ao molho rôti. De acompanhamento, serviu morel (cogumelo mais usado na cozinha francesa e espanhola) recheado com língua de rena e cerefólio e um creme de aspargos brancos decorado com nabos fermentados.

"No passado, quando a Noruega era um país mais pobre, antes de encontrar o petróleo [setor importante na economia local desde os anos 70], nossa culinária era centrada nas carnes curadas e nos alimentos fermentados para enfrentarmos os longos invernos. Com o tempo, já não precisamos mais colocar o foco só nisso. Atualmente, se pensarmos nos países nórdicos, é a Dinamarca que se concentra mais na cozinha de fermentação", comenta Werkland.

O fato de a Noruega não ser tão influenciada pelo Manifesto da Cozinha Nórdica, apresentado em 2004 por grandes chefs da Escandinávia, também deixa a gastronomia do país menos previsível. O manifesto dá prioridade aos alimentos locais, sazonais e silvestres, destacando a pureza e a simplicidade da cozinha regional.

"Apesar de os chefs noruegueses também se inspirarem no manifesto, os dinamarqueses seguem as regras com mais afinco que nós", afirma Sorvig, lembrando que a Dinamarca e a Suécia costumavam ter melhor reputação culinária que a Noruega, situação que está mudando. No "Guia Michelin", no entanto, a Dinamarca continua à frente,

BERRE/DIVULGAÇÃO

Chef Havard Werkland, que liderou a equipe norueguesa na eliminatória do Bocuse d'Or

SARA JOHANNESSEN/DIVULGAÇÃO

Codorna com molho de chalota do chef Bent Stiansen, medalha de ouro no Bocuse

com 32 restaurantes estrelados, enquanto a Suécia tem 18 e a Noruega, 17.

Para ilustrar o modo como os chefs noruegueses "brincam" com os sabores internacionais, buscando receitas inusitadas, Sorvig ressalta outra criação de Werkland, apresentada na competição do Bocuse. O chef preparou ceviche de halibut temperado com curry amarelo e ouriço do mar, servido com pepinos e nyr (queijo branco fresco e ácido típico da Noruega) e regado com vinagrete de frutas silvestres e aji amarillo.

"O halibut, o pepino, o queijo e as frutas são matéria-prima nossa, mas tanto a ideia do ceviche quanto a pimenta aji amarillo foram inspiradas no Peru. E o curry, obviamente, é uma influência indiana. Com esses componentes, o prato já não pode ser considerado estritamente nórdico", diz Sorvig, acrescentando que temperar o peixe com ingredientes estrangeiros, até um simples limão, é proibido pelo manifesto, por não se tratar de fruta que cresce na região.

O "espírito aventureiro" na gastronomia norueguesa é o que tem feito a diferença, na visão do chef Bent Stiansen, de 60 anos, proprietário do Statholdergaarden, restaurante com uma estrela Michelin de Oslo. "Os nossos cozinheiros estão se dando bem, principalmente no Bocuse d'Or, por não se apegarem tanto aos métodos tradicionais. A mente mais aberta é o que nos permite criar", afirma Stiansen, o primeiro norueguês (e também escandinavo) a ganhar uma medalha de ouro nessa competição.

Um dos pratos que o levou à vitória no Bocuse, em 1993, foi o filé de linguado recheado com tártaro de lagostim e erva-doce, servido com risoto de cogumelos chanterelle e mousseline de lagosta, com molho de lagosta e anis. "Como a cozinha norueguesa não era sofisticada, ao longo dos anos nós tivemos de ganhar finesse na preparação dos pratos, algo que o Bocuse exige", diz Stiansen, conhecido por trabalhar com ingredientes noruegueses e técnicas francesas.

A qualidade dos produtos locais também deu um salto, o que impulsionou a cozinha do país. Hoje, a Noruega conta com uma nova geração de agricultores, fazendeiros e fabricantes de queijo independentes que prezam pelo que é mais saboroso e mais saudável. Por exemplo, o Nidelven Bla, o queijo azul da fazenda Gangstad Gårdsysteri, do condado de Trondelag, foi o grande vencedor do World Cheese Awards (o "Oscar dos queijos"), no fim do ano passado, concurso que envolveu mais de 4 mil candidatos de mais de 40 países.

Até o peixe passou a ser visto com outros olhos, por mais que estivesse sempre presente nas panelas norueguesas. Com uma extensão litorânea de 25 mil km, o país é um dos maiores exportadores de pescado e frutos do mar do mundo — com águas perfeitas para o crescimento e para a qualidade do bacalhau.

Nos últimos anos, o "skrei" se tornou um dos prediletos dos chefs por ser um bacalhau fresco capturado no seu ápice físico — quando deixa as águas mais geladas para desovar, um esforço que o deixa com textura mais firme e carnuda e cor mais branca. Nas mãos do chef Werkland, por exemplo, o "skrei" ganha tratamento de iguaria, com um banho de manteiga para preservar a sua suculência, sendo servido com vieira, beterraba em conserva e crocante de ervilha, mostarda e couve, ao molho de vin jaune.

"No passado, nós nos concentrávamos no bacalhau, no salmão e no arenque. Só mais recentemente é que passamos também a valorizar na culinária o ouriço do mar e as algas marinhas, o que sempre exportamos para o Japão sem entender o que eles faziam com aquilo", comenta Sorvig, rindo. "A revolução gastronômica que vivemos nos últimos 20 anos também passa por uma maior curiosidade até pelo nosso quintal." ■

'Fallout' traz um divertido espetáculo visual

TV Com alto índice de aprovação na Amazon Prime, série bem-humorada se baseia em um RPG. Por *Luciano Buarque de Holanda*, para o Valor, de São Paulo

Adaptações de games costumavam ser empreendimentos de alto risco até bem pouco tempo atrás, quando "The Last of Us" somou ao filão personagens mais complexos e uma densidade dramática raramente vista no universo geek. Codirigida por Jonathan Nolan, um dos criadores de "Westworld" e frequente colaborador do irmão Christopher Nolan ("Oppenheimer"), "Fallout" vem obtendo um êxito similar, versando, curiosamente, sobre outro mundo pós-apocalíptico.

Mas, enquanto "The Last of Us" prima pelo realismo, a nova série da Amazon Prime prefere a abordagem mais cartunesca e irreverente de algo como "WandaVison" ou "The Boys" — com o mesmo teor ácido desta última.

Adaptada do RPG homônimo de Tim Cain, a série imagina uma distopia ambientada 200 anos após uma hecatombe nuclear, mais precisamente no ano de 2296.

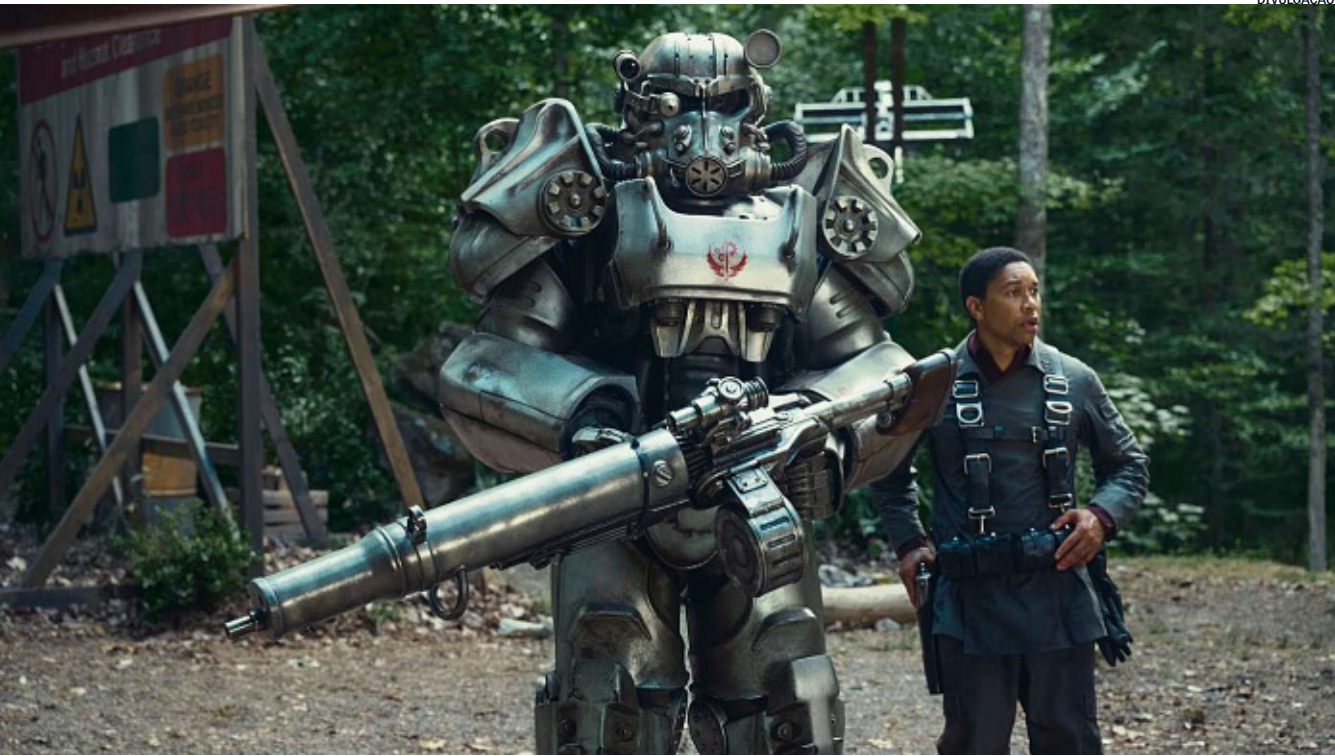
Nas ruínas dos Estados Unidos, os mais afortunados moram em abrigos subterrâneos, chamados de Distritos. São espaços funcionais, ultraprotegidos, onde todos vivem em aparente harmonia, sob os fundamentos de uma meritocracia. Até o dia em que um dos Distritos é invadido por uma milícia vinda da "superfície", a terra sem lei radioativa que é o mundo exterior.

Por motivos que só serão explicados posteriormente, o grupo sequestra o líder local, Hank MacLean (Kyle MacLachlan, o agente Dale Cooper, de "Twin Peaks"), levando sua jovem filha, Lucy MacLean (Ella Purnell, de "Yellowjackets" e "O Lar das Crianças Peculiares") a sair numa expedição solitária em sua busca.

É mais um ponto em comum com "The Last of Us", no sentido de que teremos outra protagonista se aventurando por um mundo caótico, repleta de perigos desconhecidos. Novamente, porém, "Fallout" opta por um caminho totalmente distinto, forjando um insólito faroeste sci-fi, meio Tim Burton, meio Mad Max.

Canções dos anos 1950 completam a singular estética, com Nat King Cole, Ella Fitzgerald, Glenn Miller, Johnny Cash, Bing Crosby & the Andrews Sisters etc.

O apocalipse nuclear também se prova uma temática muito mais rica que a usual infestação zumbi. Na Superfície, as baratas não apenas sobreviveram, como evoluíram. Agora, elas chegam a medir alguns metros e possuem mandíbulas avantajadas, capazes de devorar um ser humano.

DIVULGAÇÃO

"Fallout" imagina uma distopia ambientada 200 anos depois de hecatombe nuclear

Fallout
EUA - 2024. Criadores: Graham Wagner, Geneva Robertson-Dworet. Onde: Amazon Prime
★★★★☆

Ursos radioativos e uma variada fauna de animais deformados habitam o planeta, tal como os chamados necróticos, uma raça humanoide mutante, capaz de sobreviver indefinidamente à radiação. Um deles é Cooper Howard (Walton Goggins, de "The Shield" e "Vice Principals"), outrora um caubói do cinema, hoje um implacável caçador de recompensas, com um buraco na cavidade nasal.

Howard será um dos personagens que cruzará o caminho da protagonista, a exemplo do cientista foragido Dr. Siggi Wilzig (Michael Emerson, de "Lost"), seu cão pastor criado em laboratório e Maximus (Aaron Moten, de "Disjointed"), membro da Irmandade do Aço, uma organização tecno-militar teoricamente encarregada de conter o caos na Superfície.

Maximus, como outros soldados de elite, utiliza uma armadura de aspecto robótico, colossal, que é parte do charme retrofuturista de "Fallout".

No mínimo um divertido espetáculo visual, a série de oito episódios já é um hit, com um dos mais altos índices de aprovação da Amazon Prime. A segunda temporada já está confirmada e deve introduzir à série elementos e personagens icônicos do jogo, omitidos aqui para uma melhor contextualização no futuro, segundo os realizadores. ■

CAIO GALLUCCI/DIVULGAÇÃO

Thales Cesar como Simba na montagem brasileira de "O Rei Leão" e, abaixo, na visita a Nova York

A quebrada chega à Broadway

Teatro Thales Cesar se desviou do mundo do crime, tornou-se protagonista da versão brasileira de 'O Rei Leão' e pôde agora conhecer a meca dos musicais. Por *Ubiratan Brasil*, para o Valor, de Nova York

Estátua da Liberdade, Central Park, Empire State Building, Times Square, os edifícios de Manhattan, tudo brilhava e competia pela atenção do ator Thales Cesar em sua primeira viagem internacional. Estar em Nova York no mês de março era como entrar dentro da tela dos diversos cinemas de bairro em São Paulo onde assistiu a filmes rodados naqueles espaços curiosamente tão conhecidos na memória afetiva.

Aos 24 anos, Thales é o protagonista de "O Rei Leão", musical que fica em cartaz no Teatro Renault até o dia 28 de julho e que é considerado um dos mais bem-sucedidos da Broadway, especialmente pela engenhosidade de sua produção. A convite da produtora Disney, Thales foi a Nova York conhecer e trocar conhecimentos com o elenco americano, especialmente o texano Vincent Jamal Hooper, ator que vive o mesmo papel, o jovem Simba, leãozinho obrigado a fugir por acreditar ter provocado a morte do pai.

O encontro aconteceu nos bastidores do Minskoff Theatre, onde "The Lion King" está em cartaz desde 2006. A semelhança física impressionou os dois atores, que mais trocaram risos que palavras — Jamal, de 28 anos, arriscou falar em espanhol, enquanto Thales balbuciou frases entrecortadas em inglês.

A comunhão aconteceu de fato quando cantaram juntos a mesma música, cada um em seu idioma (a versão brasileira tem a assinatura de Gilberto Gil), sem acompanhamentos. Nesse momento, o estridente teatro silenciou. Os versos se conectavam mesmo em línguas distintas.

"A potência de sua voz é impressionante", disse o americano. "Sua postura em cena é realmente admirável", devolveu o brasileiro. Um abraço apertado, promessas de manter contato via redes sociais.

Antes de assumir o papel de Simba, Jamal participou de um dos maiores hits recentes da Broadway, "Hamilton", musical com elenco majoritariamente composto por negros e latinos que discute a história da formação dos Estados Unidos por meio de batalhas de rap. Desde sua estreia em 2015, o espetáculo mantém-se como um fenômeno. Filmada pelo serviço de streaming da Disney há quatro anos, a versão teatral continua disponível inclusive no Brasil e foi vista zilhões de vezes por Thales, que decorou inúmeras falas.

Foi o que o ajudou a entender a versão ainda em cartaz na Broadway — apesar de ingressos disputadíssimos, ele conseguiu um com a ajuda de uma fada madrinha, Almali Zraik, a produtora brasileira de "O Rei Leão", que coordenou com a Disney americana sua viagem a Nova York.

No teatro, os olhos de Thales riam, pois a boca cantava de alegria. Sim, é um clichê, mas era a realização de um sonho. Ao mesmo tempo, os dias nova-iorquinos começaram a provocar fortes sensações de pertencimento.

Quando visitou Hell's Kitchen, por exemplo, região de Manhattan que já foi dominada por gangues, Thales guardou o sorriso. O local provocou uma emoção particular, profunda, a ponto de o jovem não conter uma lágrima: ao ver os prédios baixinhos, com fachadas de tijolos e portas com acesso por pequenas escadas, Thales voltou no tempo e se lembrou da infância.

"A Nova York que vi nesses primeiros dias era a da minha fantasia, mas ali, naquelas casas, estava a que eu realmente reconhecia como próxima da minha vida", contou ele, que viu materializar nas escadinhas o cenário do sitcom "Todo Mundo Odeia o Chris", criada em 2005 pelo comediante Chris Rock e transmitida repetidas vezes no Brasil pela TV Record, o que deixava o menino Thales com os olhos grudados na tela.

Ambientada no bairro do Brooklyn, em Nova York, na década de 1980, a trama gira em torno de Chris, um adolescente que vive com os pais e irmãos e enfrenta corriqueiramente os problemas do colégio onde estuda, já que ele é o único garoto negro.

"Meu pai, como o dele, também tinha dois empregos, eu era zoado na escola por ser negro, minha professora não se importava em dizer frases racistas na minha frente e eu não podia ir na casa de alguns amigos porque seus pais temiam que eu pudesse roubar objetos", dispara ele uma profusão de frases que compõem o perfil do jovem nascido e criado no Jardim Ângela, zona sul de São Paulo, região que já foi considerada uma das mais violentas da cidade, onde os negócios mais rentáveis eram a droga, a bandidagem e os cemitérios particulares, com uma juventude vivendo com a autoestima eternamente estraçalhada.

UBIRATAN BRASIL

"Preciso me sentir necessário no trabalho e não apenas para ganhar dinheiro"
Thales Cesar

"Em Nova York, percebi que não há muita diferença, mesmo eu tendo conhecido os locais mais nobres", conta ele que, enquanto passeia ao lado da reportagem no Central Park, troca olhares discretos com os negros com que cruza no caminho. "Há um código que é mundial entre os pretos, um discreto cumprimento em que você levanta o queixo para dizer 'Tô com você no que precisar'. Isso é irmandade."

Idêntica afinidade ele recebe nas mensagens que troca no WhatsApp com os parças do Jardim Ângela, a maioria com ficha corrida na polícia. Recheadas de palavrões e gírias, as mensagens revelam o orgulho que sentem dele: "vi sua foto no metrô", conta um amigo, que até já se ofereceu para ser seu segurança.

Thales não era para ter nascido no Jardim Ângela e nem em lugar algum. Seus pais, dois adolescentes de 16 anos, se conheceram durante um ensaio da escola de samba Vai-Vai e, empolgados, consumaram o amor na rua mesmo. Com a gravidez anunciada, tentaram interromper a gestação inúmeras vezes, até que o feto já havia se desenvolvido. No dia do parto, surpresa: a criança nasceu imóvel. Tapa no bumbum, chacoalhada, nada fazia resultado. O corpinho estava para ser embrulhado em um saco plástico quando começou a chorar. "Foi meu primeiro grito de sobrevivência."

"Tenho três irmãos mais novos e tive outros três, mais velhos, que foram adotados", conta ele, explicando que a adoção em favela às vezes acontece quando uma família acolhe crianças que foram simplesmente abandonadas. Dois deles foram para o mundo do crime, acumulando assassinatos, roubos e terminaram mortos — um por afogamento e outro por overdose. Não sem antes evitar que o jovem Thales seguisse o mesmo caminho. "Eles acreditavam na minha carreira no canto."

Thales começou a cantar aos 12 anos em um coro de igreja e estreou no teatro profissional em 2018, no espetáculo gospel "Rua Azusa, O Musical". Quando a produção do "Rei Leão" abriu inscrição para audições, ele cansou de ouvir que o papel seria dele e isso "o tornaria rico". "Conversei com meu pai e meu pastor [da Assembleia de Deus do Parque Santo Antônio], e essa ganância não me interessou", conta ele, mantendo o duro emprego de gerente de uma autoescola, que pagava mal e exigia trabalho de 13 horas diárias.

Quando a indefinição do escolhido já ameaçava a prejudicar a produção do musical, o maestro Thiago Rodrigues se lembrou daquele jovem que viu em "Rua Azusa", o mesmo que cantava com uma voz bela e devastadora, e o chamou para um teste.

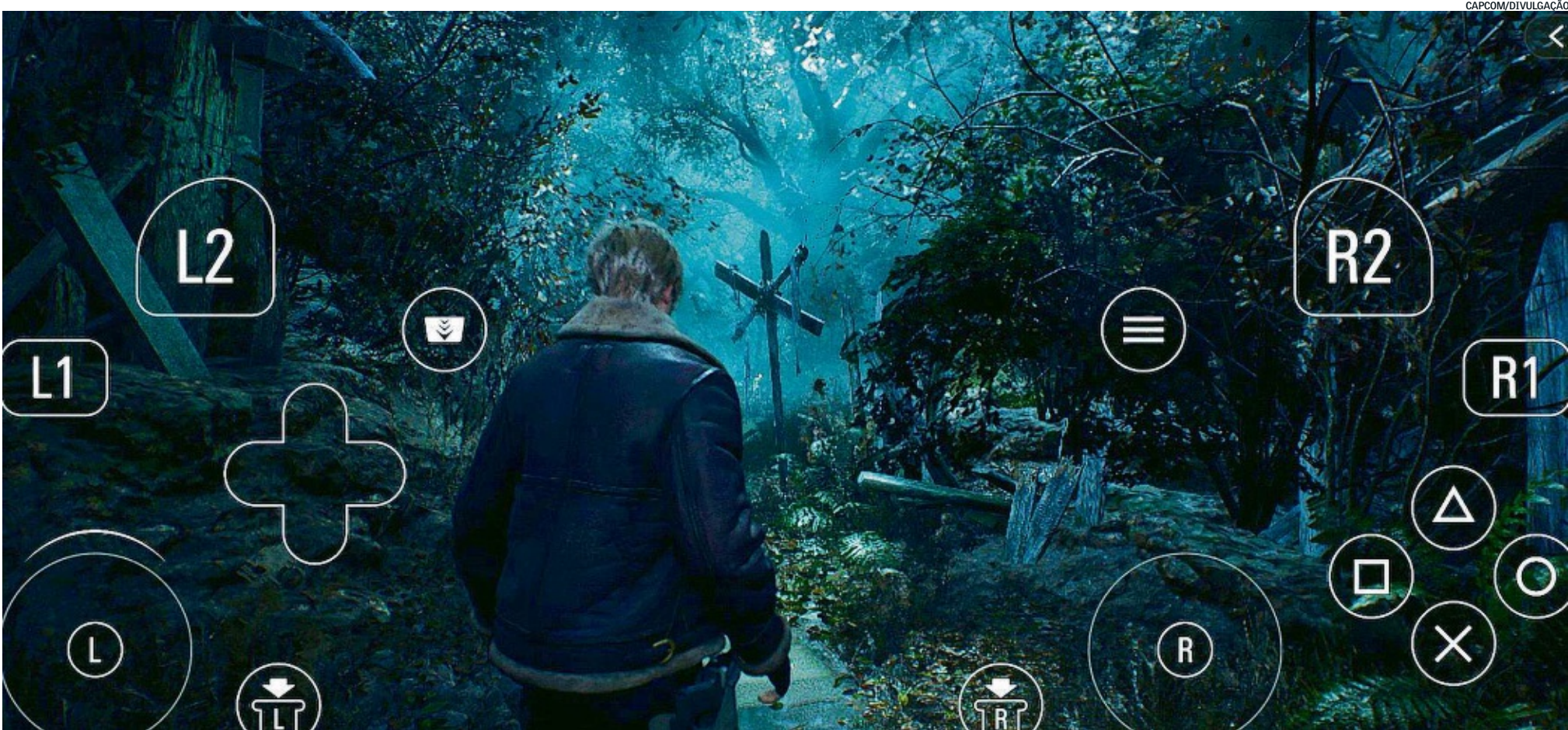
"Dessa vez, me senti mais confortável e fui." Bastaram duas interpretações para que ganhasse a vaga, algo incomum no meio — em 2013, quando disputou o mesmo papel, Tiago Barbosa participou de oito meses de audições. "Thales canta como se tivesse uma missão", observa Barbosa, que conversou com o jovem colega tão logo ele foi escolhido para o papel, dando-lhe preciosos conselhos.

Thales sabe que tantos momentos gloriosos devem acabar — e já se prepara para isso. Tanto que participou e passou nas audições de "Hairspray", musical da Broadway dirigido e produzido por Tiago Abravanel, e que deverá estrear no mesmo Teatro Renault no dia 5 de setembro.

Ele vai viver Seaweed, o papel que queria. Novamente, manteve seu mantra: só decidiu participar da seleção quando foi "convocado" pelo próprio Abravanel. "Preciso me sentir necessário no trabalho e não apenas para ganhar dinheiro."

Thales crê em diversas forças, especialmente as que buscam a ascensão da alma humana. Ele conta que acredita piamente nas duas imagens que simbolizam o teatro, inspiradas em máscaras gregas. Mas prefere uma explicação diferente, que aprendeu no dia a dia na quebrada: para os atores, a máscara do choro habitualmente simboliza o drama, mas, para ele, significa "é a hora de chorar". Já a do riso, símbolo da comédia, traz a redenção: "você vai sempre rir depois". ■

INÊS249

CAPCOM/DIVULGAÇÃO

"Resident Evil 4 Remake" transporta a experiência de console para a tela do celular

Na palma da mão

Entretenimento Mobilidade, praticidade, tecnologia, economia: como o celular se tornou o presente e o futuro dos games. Por *Pablo Miyazawa*, para o Valor, de São Paulo

Os números não mentem: o celular é a plataforma favorita da maioria dos brasileiros que consomem jogos eletrônicos.

A informação foi confirmada pela Pesquisa Game Brasil 2024 (PGB), divulgada em fevereiro pelo SX Group com a consultoria Go Gamers. De acordo com a amostragem, cerca de 74% da população tem o costume de jogar algum tipo de game. Desses, 48,8% dizem preferir o celular para essa atividade, fatia que supera a soma dos que optam por consoles (21,7%) ou computadores (14,8%).

"Todo mundo tem celular, os jogos estão melhores e funcionam em todos os aparelhos, mas não é só isso", explica Guilherme Camargo, CEO do SX Group. "Os jogos oferecem uma experiência legal, mais curta e ainda interessante, mesmo não exigindo tanto gasto. Outro fator é a mobilidade, que para alguns é o mais importante: você pode jogar a hora que quiser, onde quiser."

"E tem o fator onipresença", acrescenta Camargo. "O smartphone hoje é nossa comunicação, nosso banco, nosso centro de diversão de entretenimento com vídeos e games. Com isso, se torna a plataforma definitiva de experiências para as quais hoje o tempo é limitado."

Outros dados da pesquisa que chamam atenção: 61% das pessoas que jogam em celulares são mulheres, e dois terços consideram-se "jogadores casuais". Por definição, o game casual diz respeito a todo entretenimento digital de curta duração, com jogabilidade simples e regras fáceis de aprender. Títulos de sucesso como "Candy Crush Saga", "Flappy Bird", "Angry Birds" e "Fruit Ninja" contribuíram para uma fama ingrata: a de que o mobile é uma opção só para quem não se importa com games "de verdade".

Essa lógica ficou para trás, na medida em que jogos casuais podem ser jogados com comportamento "hardcore", ao estimularem os jogadores a passar mais tempo conectados na busca por proezas e recompensas. "Pokémon GO" é um exemplo de produto considerado casual que mantém uma base de fãs constante e cada vez mais ativa.

Criado em 2016 pelo estúdio Niantic, formado por ex-funcionários do Google, o jogo utiliza o mapeamento do sistema OpenStreetMaps e recursos de realidade aumentada para que usuários "capturem" criaturas nas ruas, interajam com pontos turísticos e realizem missões com outras pessoas.

"Muita gente enxerga 'Pokémon GO' somente como um game casual, porque na verdade foi assim que começou. As batalhas e outras atividades foram adicionadas com o tempo", conta Eric Araki, gerente de marketing da Niantic no Brasil. "É um jogo abrangente que visa atender a todos tipos de público, seja o mais casual que só quer 'pegar todos', seja aquele que deseja se tornar um 'Mestre Pokémon'."

Para Araki, é justamente na combinação de estilos que está a chave da persistência de "Pokémon GO". "Está disponível de graça para todo mundo e é fácil de se aprender", diz. "Mas tem um nível de aprendizado grande, para que as pessoas possam escolher em que momento vão se tornar 'hardcore'."

O fator mobilidade também é um ponto crucial para explicar a aderência dos dispositivos portáteis na preferência do consumidor atual. Essa consolidação se alinha à recente consagração da Nintendo com seu console híbrido, o Switch, que alcançou 140 milhões de unidades vendidas globalmente desde 2017. Além de funcionar ligada a uma TV, a máquina pode ser utilizada ainda como portátil.

"Acho que a razão do sucesso de vendas do Switch é simplesmente porque é uma plataforma versátil", explica Bill Van Zyll, gerente geral da Nintendo para a América Latina. "Você pode jogá-lo na televisão, na mesa ou em qualquer lugar, individualmente ou com várias pessoas, online ou sozinho em casa."

Especula-se que a gigante japonesa planeje o lançamento de uma nova versão do Switch em 2025, e analistas apostam que a característica híbrida será mantida. "Historicamente, a Nintendo não se focou em estar na vanguarda da tecnologia em suas plataformas atuais e futuras", analisa Van Zyll. "É sobre a experiência conjunta e completa do consumidor, proporcionada pela combinação do console físico, controles, acessórios e jogos. É nisso em que estamos focados."

O mercado de jogos mobile está aquecido também no meio do esporte eletrônico, que tem como seu principal expoente o fenômeno "FreeFire", game de tiro com enorme aderência no Brasil por não exigir um celular avançado. Outro destaque é "PUBG Mobile", do gênero "battle royale", que atrai pela simplicidade de regras e o alto teor competitivo, com um circuito estimulado por torneios com premiações robustas.

"Hoje, quem joga no celular também é considerado gamer. E alguns dos maiores eventos de esports do mundo são de jogos de celular", diz Fernando Mazza, diretor de operações da chinesa Tencent no Brasil, referindo-se ao "PUBG Mobile Global Open", que ocorreu em São Paulo na primeira semana de abril, com premiação de R$ 2,5 milhões.

"É claro que existe uma conexão entre a melhora da performance do Brasil nos campeonatos e o crescimento da quantidade de pessoas que se interessam em assistir às partidas", diz Mazza, justificando a etapa local do Mundial. "Juntamos isso à paixão que o brasileiro tem por esportes de modo geral e ligamos os pontos: vamos fazer um evento internacional no Brasil para celebrar a comunidade."

Na questão do desenvolvimento, é mais conveniente para as produtoras criarem jogos para celular, também porque o mobile tem modelos de negócio diferenciados em relação ao mercado de consoles.

As principais vertentes são o "free to play" (F2P), em que o game pode ser baixado e jogado gratuitamente, mas o consumidor é impactado por anúncios — como "Candy Crush Saga"; e o "games as a service"(GaaS), também grátis, que não têm anúncios e recebe frequentes atualizações com novos recursos — que é o caso de "Pokémon GO" e "PUBG Mobile". Ambos os modelos têm seus faturamentos dependentes de microtransações, que é a comercialização de itens digitais dentro do jogo, em sua maioria cosméticos.

Para Mazza, a chave para o consumidor investir em microtransações está no engajamento proporcionado pela relação entre a produtora e o consumidor. "Se todas as empresas que fazem um bom trabalho escutarem o que o jogador quer, esse modelo pode durar por décadas. Se você o mantém feliz, isso gera engajamento, crescimento orgânico, retenção e receita."

No caso de "Pokémon GO", houve um esforço da Niantic para adequar seus preços à realidade do Brasil. Valores anteriormente regulados pelo dólar foram reduzidos — por exemplo, o pacote com 1.200 "pokémoedas" custa R$ 18,90, enquanto nos EUA é US$ 9,99 (cerca de R$ 52). "O brasileiro não costuma gastar. E quando quer, ele esbarra no preço não localizado", explica Araki. "As pessoas perguntam se a gente consegue fazer dinheiro dessa forma. Na verdade, tivemos um aumento de receitas após a adequação dos preços. Isso é um exemplo de que sim, o brasileiro compra, mas o mercado precisa acompanhar a realidade do país."

> "O smartphone hoje é nosso centro de diversão com vídeos e games" *Guilherme Camargo*

A consolidação do mobile como plataforma para jogos não é um fenômeno brasileiro. De acordo com o instituto Newzoo, em 2023, esse segmento representou 50% do faturamento da indústria de games global (US$ 184 bilhões). Avanços tecnológicos já permitem que celulares de ponta rodem jogos mais avançados, proporcionando experiências mais ricas graficamente.

Um exemplo é a franquia "Resident Evil", clássica nos videogames tradicionais, que ganhou versões para modelos mais recentes do iPhone. Outra expectativa é a de que, com o desenvolvimento da computação em nuvem (cloud computing), o celular se torne uma opção mais popular para o consumo de serviços de games por streaming, como o Xbox Game Pass, da Microsoft.

"A tecnologia está avançando para oferecer os mesmos recursos dos computadores em aparelhos que se consegue levar de um lugar para o outro", analisa Rodrigo Terra, presidente da Abragames, organização que apoia os estúdios de desenvolvimento nacionais. "Existe uma nova onda de jogos mobile, mas não os que a gente está pensando: já temos títulos que eram de PC e console no celular, que por sua vez está ganhando grande robustez no processamento."

Do ponto de vista técnico, Terra aposta em uma tendência inevitável para os próximos anos: "Eu acredito no movimento da convergência, em que as plataformas estão virando uma coisa só. Com o 'cloud streaming' com 5G avançando, teremos acesso a muito conteúdo avançado sem precisar de um celular parrudo."

É claro que o fator econômico deve ser levado em conta no Brasil, o que leva a crer que a tal convergência ainda está distante da realidade da maioria. Enquanto isso, o celular vai se posicionando como a primeira opção de quem deseja experimentar o universo dos jogos, principalmente por sua inegável acessibilidade.

"A renda familiar de 60% da população brasileira é de R$ 5 mil. Como essa pessoa vai comprar um computador ou videogame de última geração? O smartphone tem todas as características de ser uma plataforma mais democrática", conclui Guilherme Camargo. "Quando a gente fala que o celular é a porta de entrada para o mundo dos games, acho que essa é a principal missão dele." ■

TENCENT GAMES/DIVULGAÇÃO

Torneio de "PUBG Mobile" realizado em São Paulo: jogos de celular também conquistam os esports

Um cineasta que foge do convencional

Cinema Com uma média de dois filmes por ano, Quentin Dupieux atrai grandes estrelas da França em produções cheias de humor absurdo. Por *Elaine Guerini*, para o Valor, de Veneza

DIVULGAÇÃO

O restaurante no meio do nada em que quatro personagens se encontram no começo da trama

O parisiense Quentin Dupieux cresceu vendo "Papai Noel É um Picareta" (1982), um dos "pilares da comédia popular francesa", como ele mesmo define o clássico de 1982. Até hoje a obra de Jean-Marie Poiré é o seu "filme de cabeceira", por levar à loucura os voluntários de um plantão telefônico destinado às almas solitárias, deprimidas e suicidas na noite de Natal. "É o tipo de filme que melhora com a idade e as zilhões de reprises na televisão. Todo francês sabe disso", brinca o cineasta e roteirista de 50 anos.

Um dos representantes da nova geração do cinema francês e um dos prediletos do circuito de festivais, Dupieux usa "Papai Noel É um Picareta" para ilustrar de onde vem o seu gosto pelo surreal, tão característico de tudo o que ele faz. É o caso da comédia inédita "Le Deuxième Acte", escolhida para inaugurar a 77ª edição do Festival de Cannes, em 14 de maio, dia em que o filme também estreia comercialmente na França.

"Não entendo por que nós nos acostumamos a racionalizar tanto a vida, quando a vemos pelas lentes do cinema. É quase como se ela não fosse feita de acontecimentos bizarros e inexplicáveis o tempo todo", afirma Dupieux, também chamado de Mr. Oizo em seu país. Foi com esse pseudônimo que ele se lançou na indústria do entretenimento, inicialmente no universo da música eletrônica, como produtor, músico e DJ, na década de 90.

No cinema, onde atua desde os anos 2000, Dupieux deixa a imaginação correr solta, trazendo a cada novo projeto um time de personagens sui generis, capazes das coisas mais absurdas. Em "Papai Noel É um Picareta", é o caso do sujeito que é contratado como o Bom Velhinho para distribuir panfletos de loja de departamentos no Natal, mas acaba expulso pelo gerente, ao entregar discretamente folhetos de um inferninho. Daí o título do filme.

"Le Deuxième Acte" (O Segundo Ato), como o título adianta, aborda a arte de interpretar, buscando o que há de mais insano na carreira de um grupo de atores escalado para um filme medíocre. O que a comédia promete fazer é colocar cada ator contra o próprio personagem, aparentemente por estarem todos presos a falas ridículas.

O pontapé na trama, selecionada para Cannes em caráter hors-concours, é o encontro de quatro personagens em um restaurante no meio do nada. Florence (Léa Seydoux) está pronta para apresentar o namorado David (Louis Garrel) ao seu pai, Guillaume (Vincent Lindon). Ela só não imagina que o amado tem outros planos para a ocasião: livrar-se dela, jogando-a nos braços de Willy (Raphaël Quenard), o melhor amigo de David.

"Ainda que eu escreva diálogos loucos, sempre procuro extrair algo de realista na performance. Gosto quando os atores aparentam estar com o pé no chão, mesmo dizendo as coisas mais estranhas", diz Dupieux.

"Talvez o meu senso de humor também venha do meu pai. Eu me lembro de vê-lo sempre brincando e tirando sarro dos outros. E ele ainda era amigo de Coluche, que frequentava a nossa casa", conta ele, referindo-se ao comediante francês Michel Gérard Joseph Colucci (1944-1986), conhecido pela irreverência com que atacava os políticos.

"O lendário e ácido Monty Python [grupo britânico de comédia formado em 1969] também me influencia até hoje. E posso dizer o mesmo das aparições hilárias de Salvador Dalí [1904-1989], que eu gostava de ver dando entrevista às emissoras de TV francesas, quando era garoto", diz Dupieux, ao **Valor**, no Tennis Clube do Lido de Veneza. Na última edição do festival de cinema italiano, a 80ª de sua história, o diretor apresentou "uma cinebiografia falsa" sobre o artista surrealista espanhol.

"Dalí foi um gênio da pintura que se proclamava como tal. Como ele não se cansava de dizer isso, as pessoas pensavam que era uma piada", afirma Dupieux, que batizou o filme de "Daaaaaalí!". Aqui ele mostra as tentativas frustradas de uma jornalista francesa que quer entrevistar Dalí.

Em uma delas o próprio pintor, com o excêntrico bigode longo e curvilíneo, estraga a câmera da entrevistadora ao atropelar o equipamento, por dirigir sem cuidado um Rolls-Royce.

Na França, Dupieux é conhecido por "respirar cinema" e rodar uma média de dois longas-metragens por ano. "Consigo fazer isso porque meus filmes são relativamente curtos, com cerca de 70 minutos. Mas não posso dizer que faço isso de propósito. É assim que o meu cérebro gosta de trabalhar, com curta duração", conta o cineasta, rindo.

Além de "Le Deuxième Acte" e de "Daaaaaalí!", ambos sem data de estreia no Brasil, Dupieux ainda lançou recentemente na Europa a produção de humor ácido "Yannick" (disponível em streaming no Mubi). Selecionada para a 76ª edição do Festival de Locarno, no ano passado, a obra segue os passos de um vigia noturno que faz uma trupe de teatro parisiense de refém e a obriga a encenar a peça que ele reescreve e dirige.

O Festival de Cannes de 2022 ainda exibiu, fora de competição, o filme anterior a "Yannick", "Fumar Causa Tosse" — comédia selecionada para a 47ª Mostra Internacional de Cinema de São Paulo. Nesse filme, Dupieux apresenta um grupo de super-heróis mandado para um retiro para reforçar seus laços após uma exaustiva batalha para salvar o mundo. No mesmo ano, o Festival de Berlim mostrou o seu "Incroyable Mais Vrai", uma comédia sobre um casal de meia-idade que compra uma casa com um porão, onde é possível manipular o tempo. Cada passagem pelo local é capaz de rejuvenescer o morador por três dias.

Com histórias que fogem do óbvio, Dupieux nunca teve dificuldade para atrair nomes importantes do cinema francês, o que também serve como termômetro de seu prestígio. Entre eles, Adèle Exarchopoulos, Gilles Lellouche, Alain Chabat, Benoît Poelvoorde e Jean Dujardin. Com este último, ganhador do Oscar de melhor ator por "O Artista" (2011), o diretor rodou "Deerskin: A Jaqueta de Couro de Cervo" (2019), colocando-o no papel do sujeito obcecado pela jaqueta do título, mudando de vida só por causa da peça de vestuário.

"Eu mesmo preciso me surpreender com o que faço", diz Dupieux, que tem outras particularidades. Ele sempre prefere dispensar o profissional encarregado da direção de fotografia, acumulando a função. "Faço eu mesmo por ser mais rápido e também porque não quero perder tempo, passando cinco horas da minha vida explicando a outro cara a minha visão do filme", diz. ■

É Tudo Verdade

Um balanço do 29º festival

Amir Labaki

Superados a crise e o ceticismo disseminados pela pandemia, o cinema voltou

Foi bonita a festa, pá. Tomo emprestada a saudação popular (tornada verso por Chico Buarque) à Revolução dos Cravos em Portugal, cujo cinquentenário celebrou-se ontem, para um balanço do É Tudo Verdade 2024, encerrado em salas do Rio de Janeiro e de São Paulo no último dia 14.

O retorno do público às salas, lotando sobretudo, mas não apenas, as estreias da robusta e diversa novíssima safra brasileira, e o reconhecimento da excelência da seleção desta 29ª edição reafirmaram: superados a crise e o ceticismo disseminados pela pandemia, o cinema voltou.

As competições brasileiras de longa e de curta-metragem tiveram vencedores em momentos polares de suas carreiras, respectivamente com o veterano Renato Barbieri triunfando com "Tesouro Natterer" e a estreante Gabrielle Ferreira com "As Placas São Invisíveis". O júri nacional foi formado pela diretora Edileuza Penha de Souza, a editora de som Miriam Biderman e o cineasta Walter Lima Junior.

"Tesouro Natterer" recupera a trajetória brasileira do naturalista austríaco Johann Natterer (1787-1843), que em quase duas décadas de expedições pelo país reuniu para estudo e preservação em Viena um dos maiores acervos etnográficos sobre os povos indígenas do Brasil. A justificativa do júri destacou-lhe "os compromissos com pesquisa, com o tempo e a memória".

A luta pela aplicação na USP do sistema de cotas para estudantes negros brasileiros está ao centro, por sua vez, de "As Placas São Invisíveis". A premiação o distinguiu "pelo convite de refletir sobre a invisibilidade das barreiras sociais, políticas e econômicas que muitas vezes impedem a plena participação de todos os indivíduos na sociedade".

Uma menção honrosa foi atribuída na disputa de curtas. "Aguyjevete Avaxi'i", de Kerexu Martim, sobre os rituais no plantio de milho pela aldeia Kalipety, foi destacado "pelo cuidado, pela poesia, mas sobretudo pela reconstrução da vida".

DIVULGAÇÃO

"Tesouro Natterer", de Renato Barbieri, foi eleito o melhor longa desta edição do festival

Composto pela diretora Helena Solberg, pelo cineasta e ensaísta Mark Cousins e pelo diretor e curador Sérgio Tréfaut, o júri internacional escolheu como melhor longa-metragem internacional "Cento e Quatro", do alemão Jonathan Schörnig, e como melhor curta "Só a Lua Entenderá", dirigido pela costa-riquenha Kim Torres.

Estruturado a partir do recurso a multitelas acompanhando um resgate em alto-mar, "Cento e Quatro" foi saudado pelos jurados como "um filme que olha para uma das mais importantes questões dos nossos tempos — imigração — de uma forma crua, envolvente e cheia de adrenalina". Já o curta de Torres, passado numa vila litorânea, conquistou o prêmio como "um retrato poético e onírico da infância e do envelhecimento".

Destacando o alto nível das competições internacionais, o júri concedeu duas menções honrosas em cada categoria. Entre os longas, distinguiram-se "Diários da Caixa-Preta", da japonesa Shiori Ito, sobre sua batalha na denúncia da violência sexual da qual foi vítima, e "Zinzindurrunkarratz", do espanhol Oskar Alegria, "uma generosa e sensorial peregrinação experimental pela memória e pelo som". As menções para curtas foram atribuídas a "Parentesco Indesejado", do diretor bielorrusso Pavel Mozhar, sobre as vítimas da guerra da Rússia na Ucrânia, e "Como Agradar", da finlandesa Elina Talvensaari, enfocando as kafkianas dificuldades do sistema de asilo a imigrantes no país.

Realizada em parceria com a Cinemateca Brasileira, a 21ª Conferência Internacional do Documentário apresentou quatro encontros já disponíveis no YouTube do festival. Na mesa de abertura, Mark Cousins exibiu em première mundial a introdução de 8 minutos da série "A História do Documentário", à qual atualmente se dedica, rodando nesta sua primeira visita ao país um dos episódios, com ênfase na produção da década passada.

Os pioneiros registros etnográficos de Dina e Claude Lévi-Strauss, realizados em comunidades indígenas de Mato Grosso e Rondônia entre 1935 e 1936, foram analisados na segunda conferência por Carlos Augusto Calil e Luísa Valentini.

Em debate com a curadora Anna Glogowski sobre os documentários em torno da revolução que liquidou o autoritarismo salazarista em Portugal, Sérgio Tréfaut apresentou um raro levantamento filmográfico e frisou a participação de Glauber Rocha (1939-1981) nas filmagens do documentário coletivo "As Armas e o Povo" (1974), rodado no calor da hora.

Por fim, no encontro de encerramento em homenagem ao centenário de nascimento de Thomaz Farkas (1924-2011), o crítico e curador Rubens Fernandes Junior sintetizou seu papel fundamental na aurora da fotografia moderna no país, enquanto Eduardo Escorel e Jorge Bodanzky lembraram o engajamento de Farkas no desenvolvimento do documentário brasileiro, assim como suas participações na produção de um dos curtas-metragens ("Visão de Juazeiro", 1970) da obrigatória série que se tornou clássica como a "Caravana Farkas".

A celebração anual pelo festival acentua o desafio da hora: condições efetivas de distribuição e exibição no país para a bela safra revelada. Filmes e público, há.

Amir Labaki é diretor-fundador do É Tudo Verdade — Festival Internacional de Documentários.

E-mail: labaki@etudoverdade.com.br
Site do festival: www.etudoverdade.com.br ■

INÊS249

EU& LIVROS

Hume, um cético iluminado

Como o pensamento do filósofo escocês se tornou mais válido do que nunca. Por *Luís Antônio Giron*, para o Valor, de São Paulo

O triunfo das paixões
Hamilton dos Santos
Iluminuras
228 págs., R$ 98

Anos atrás, talvez nada ou muito pouco credenciasse o filósofo escocês David Hume como um guru a ser seguido segundo os manuais de ajuda, autoajuda e principalmente de ajuda aos autores de ideias geniais.

Os estoicos, como o imperador Marco Aurélio e o escravo Epiteto, caíram no gosto dos altos círculos de gerência corporativa porque esses pensadores romanos possuíam verve: além de impor ao discípulo uma agenda de tarefas éticas diárias, preconizavam a resignação e uma dose razoável de egoísmo como segredo da felicidade — e nada melhor que se abster e se conformar quando o comandante do planeta é o mercado financeiro. Passaram-se os anos, os estoicos lotam as estantes de autoajuda, mas não parecem preencher o vazio ético predominante de hoje em dia.

Eis que surge a mais insuspeita das celebridades pensatórias: o cético, empirista e anticlerical David Hume (1711-1776). Seu perfil nada tem de heroico. Vindo de uma família de pequena nobreza, ingressou na universidade de Edimburgo ainda adolescente e, aos 18 anos, teve um insight que determinou o restante de sua vida: a constatação de que a mente humana se baseia em percepções para criar tanto tolices monumentais como grandes sistemas de pensamento. A suma dessa concepção está no "Tratado sobre a natureza humana", que Hume fez publicar em três volumes entre 1739 e 1740.

CÁSSIA CINQUE/4EVERFOTOS

Hamilton dos Santos: visita a um dos pensadores mais estimulantes do século XVIII

Esse livro serviu como base para sua produção vindoura, feita de sucessos de público e crítica. Mas o núcleo de sua doutrina não foi bem-vindo pela comunidade erudita da época, já que tentava destruir os alicerces do racionalismo e da metafísica. Por isso, Hume não conseguiu fazer uma carreira universitária, pois sempre foi rejeitado.

Mesmo assim, viveu com proventos de funcionário público e como intelectual público. Viveu para estudar e assim morreu, em grande conforto, aos 65 anos. Hume foi adotado pela posteridade. O alemão Immanuel Kant (1724-1804) dizia que Hume era tão poderoso que o despertou do "sonho dogmático". Hume pode sacudir ainda hoje as mais arraigadas convicções, como aquele que vê na metafísica o fundamento do saber.

Habilitar esse indivíduo como referência para os novos tempos foi a tarefa do jornalista e filósofo Hamilton dos Santos, com o ensaio "O triunfo das paixões - David Hume e as artimanhas da natureza humana". O livro é resultado de um mestrado e um doutorado na USP e é recheado de erudição disfarçada de leitura agradável. Hamilton toma a teoria das paixões para compará-la com nosso atual ambiente planetário de vaidades, celebridades e redes sociais. E como Hume combina com tudo isso, reconhece Hamilton.

"Questões morais são elaboradas em termos de sentimentos como a compaixão e o ódio", afirma. "Campanhas eleitorais apelam para nosso lado emocional. Os embates políticos quase sempre são pautados por capacidades e incapacidades emocionais mais do que por organizações objetivas de dados. Geramos e consumimos conteúdo de redes sociais com base no que ele nos faz sentir. Admiramos ídolos, concedemos fama a estrelas do esporte, da música, do cinema — áreas que se consolidaram como verdadeiras indústrias e que se sustentam sobre as paixões que são capazes de mobilizar."

Moda, consumo, busca pela felicidade e pela aparência. O ser humano atual não parece nada admirável.

Em um ambiente em que dominam a dúvida, a mentira e o desespero, em que tudo parece se polarizar como se os pensamentos fossem compostos de mercúrio, Hume cai melhor, pois sua concepção inovadora pode servir de "benchmark" ("modelo" é uma palavra demasiadamente espiritual para o gosto atual) para o cidadão racional se mexer coerentemente sem perder o autocontrole.

Hume oferece, de acordo com o autor, "um modo de pensar coerente com as dinâmicas sociais modernas". Isso porque sua valorização das paixões é epistemologicamente capaz de enfrentar as ideias e idiossincrasias hodiernas, em temas como fama, glória, valores e modo de formular. Um dos feitos de Hume foi ter buscado uma "anatomia complexa da natureza humana que pudesse ser influente entre o grande público; uma filosofia abstrusa que fosse capaz de repercussão e diálogo direto com a sociedade".

Mas o que credenciaria Hume a preencher nossas inquietações contemporâneas, em vez de um rebelado como Marx ou mesmo o inconformado Coringa de Joaquin Phoenix? Talvez o fato de pregar uma forma de moderação com boa etiqueta, e sobretudo tolerar uma espécie de egoísmo virtuoso, uma simpática forma de desvio de caráter que poderia colaborar para a estabilidade social.

De qualquer forma, o ensaio de Hamilton dos Santos nada tem de autoajuda ou autoengano, pois proporciona uma primeira visita ou um retorno mais denso a um dos pensadores mais estimulantes do século XVIII. Como não bastasse, Hume se destaca por uma qualidade hoje cada vez mais rara entre os filósofos: um estilo de escrever saboroso e apropriado para convencer mesmo o niilista mais radical.

Lançamentos

A era da resiliência
Jeremy Rifkin
Tradução: Marcos Malvezzi Leal
Cultrix, 410 págs., R$ 84,00

Se há muito tempo acreditamos em nossa capacidade de fazer o mundo natural se adaptar a nós, agora começamos a encarar o fato de que devemos nos adaptar a ele se quisermos sobreviver. Como afirma Rifkin, uma enorme transformação da economia já começou: estamos passando da era do progresso para a era da resiliência. Assim, temos de nos preparar para, daqui em diante, explorar a transição da geopolítica para a política da biosfera, da globalização para a "glocalização". O livro explica como a governança biorregional, além da extensão da democracia representativa, são partes dos movimentos e das forças que ajudarão a definir e moldar os próximos anos.

Design como arte
Bruno Munari
Tradução: Feiga Fiszon
Cobogó. 272 págs., R$ 88,00

Expoente na arte e no design italianos, um dos principais nomes do futurismo e fundador do Movimento Arte Concreta, Bruno Munari (1907-1998) criou desde cinzeiros e luminárias até televisores, brinquedos e máquinas de café expresso, além de ter se aventurado na pintura, na escultura, no cinema e na poesia. Este título, um clássico da área, trata das possibilidades artísticas do design moderno, da relação entre arte e design, entre o belo e o funcional, entre artistas e sociedade. Lançado originalmente em 1971, o livro expõe opiniões de Munari sobre essa arte. Para ele, o design precisa ser belo, funcional e acessível.

O país dos outros
Leila Slimani
Trad.: Dorothée de Bruchard
Intrínseca. 320 págs., R$ 69,90

Lançado originalmente em 2021, este romance é o primeiro de uma trilogia sobre raça, resiliência e independência. Retrata o relacionamento entre o marroquino Amine, soldado do exército francês, e a francesa Mathilde nos derradeiros anos da colonização de Marrocos. Eles se apaixonam, casam e vão morar em uma cidade com forte presença de colonos franceses. Amine se dedica à lavoura nas terras herdadas do pai. Mathilde, isolada na fazenda com os dois filhos, sofre com o dinheiro curto, a falta de lazer e a desconfiança que inspira sendo estrangeira. Slimani é autora de "Canção de ninar", vencedor do Prêmio Goncourt 2016.

Obras completas Maria Judite de Carvalho - Volume IV
Maria Judite de Carvalho
Minotauro, 360 págs., R$ 89,00

O quarto volume das obras completas da lisboeta Carvalho (1921-1998) inclui "A janela fingida", "O homem no arame" e "Além do quadro". Grande nome da literatura portuguesa do século XX, ela foi herdeira do existencialismo e do nouveau roman. Apresenta em sua escrita uma voz atemporal em que trata com maestria e humor temas como a solidão da vida na cidade. Suas personagens que convivem com o ritmo das metrópoles permanecem reclusas em si mesmas. Autora de contos, novelas, crônicas, peça teatral e poesias, ela também trabalhou em jornais. Entre seus prêmios está o Grande Prêmio de Conto Camilo Castelo Branco. ■

Entre a invenção e uma possível memória

Romance póstumo de Alberto Guzik é ambientado nos meios do teatro, do jornalismo e da academia. Por *Dirceu Alves Jr.*, para o Valor, de São Paulo

A estátua de sal de Sodoma
Alberto Guzik
Selo Lucias/Editora Urutau
360 págs.

Três histórias se entrelaçaram para resultar em "A estátua de sal de Sodoma", romance póstumo do jornalista, dramaturgo, diretor e ator Alberto Guzik (1944-2010), que é lançado em parceria da SP Escola de Teatro e da Editora Urutau. A primeira é aquela retratada na ficção, a jornada de um crítico e professor de teatro que, abatido com o desfecho de um longo casamento, se aproxima de uma aluna e aspirante a atriz. A paixão, entretanto, em vez de lhe trazer alívio, o joga de vez em uma crise existencial.

A segunda é a trajetória profissional de Guzik, nome de grande relevância da crítica teatral brasileira entre as décadas de 1980 e 1990, profundo conhecedor do universo desenhado na trama, que transita entre os bastidores do meio artístico, a universidade, o jornalismo cultural e os tipos comuns a esses círculos. O autor é capaz de transformá-los em personagens com humanidade para que essa ambientação não restrinja o interesse e tampouco deixe a leitura presa a estereótipos.

Por fim, existe um caminho feito pelo livro, concluído pelo autor — morto devido a um câncer no estômago — até chegar ao público, contado no prefácio e no posfácio. Antes de se internar para a operação que culminaria em sua morte, Guzik, aos 66 anos, mandou dois e-mails com o texto finalizado.

Um deles foi endereçado ao dramaturgo e diretor Aimar Labaki e outro ao ator Ivam Cabral, que é um dos personagens da trama fictícia, entregando-lhes a missão de publicarem o romance. É difícil desvincular essas camadas porque não faltam sugestões de inspiração biográfica mesmo que seja evidente a modificação de fatos e até quem sabe o gênero dos personagens.

O entendimento do prefácio e do posfácio abre caminhos para observar que muito de Guzik aparece em uma livre construção de Fernando, o crítico e professor de teatro do enredo. O protagonista já passou dos 50 e, pela primeira vez, viaja no fim de ano sem a companhia de Ana, com quem vive há três décadas e tem dois filhos.

Em Nova York, passeando por um museu, ele tem a atenção capturada pelo quadro "Gato e Pássaro", de Paul Klee (1879-1940). A imagem lhe desperta sensações tão fortes como as que serão vividas no ano que se inicia, que incluem um infarto, a separação de Ana, uma reportagem de grande repercussão, a paixão por Lucila e o encontro com um diretor de prestígio internacional, Pedro Veredas.

A narrativa de "A estátua de sal de Sodoma" se passa na segunda metade da década de 2000. Sobram citações de uma efervescente praça Roosevelt daquela época, capitaneada pela Cia. de Teatro Os Satyros; das encenações do Teatro Oficina de José Celso Martinez Corrêa (1937-2023); ou até da geografia de pontos paulistanos, como a Vila Madalena ou a avenida Sumaré.

Diante de todo esse verniz, "A estátua de sal de Sodoma" se sobressai, no entanto, por mostrar a crise de um homem maduro que, em breve, envelhecerá desamparado pelo mundo que construiu ao longo dos anos. O casamento se desfez e o novo namoro revela-se traumático. As redações e o meio acadêmico, responsáveis por seu sustento, parecem na iminência da extinção diante das transformações da época.

Fernando, no entanto, esboça como saída uma aproximação do teatro não somente por meio do jornalismo ou da universidade. Esse é o ponto mais evidente de conexão entre o protagonista e o autor. Guzik, formado pela Escola de Arte Dramática (EAD) em 1966, deixou a carreira artística em suspenso por quase quatro décadas.

Voltou aos palcos em 2003 como um dos intérpretes da peça "Horário de Visita", escrita por Sérgio Roveri, e, na sequência, se juntou à Cia. Os Satyros, participando de peças como "A Vida na Praça Roosevelt", "Transex" e "Monólogo da Velha Apresentadora".

Sob essa perspectiva, "A estátua de sal de Sodoma" deixa de ser um romance melancólico para se tornar algo mais solar, próximo a uma reinvenção da maturidade. Fernando desenha uma nova vida à beira dos 60 anos, ampliando sua rede de possibilidades — caminho semelhante ao adotado pelo autor em seus últimos anos. Guzik, lá por volta de 2008 e 2009, já ensaiava então um recorte da atualmente muito recorrente autofICção para deixar o leitor, no mínimo, intrigado.

O livro está disponível para download gratuito no site da SP Escola de Teatro (tinyurl.com/2y84u7ap), e a primeira edição física, de 1.000 exemplares, pode ser retirada também gratuitamente nas unidades da escola no Brás e na praça Roosevelt. O livro impresso está previsto para chegar às livrarias nos próximos meses.

EU&

REBECCA MANSELL/DIVULGAÇÃO

Livros de David Grann são bastante cobiçados por produtores de Hollywood

Tragédia em alto-mar

Jornalista investiga a luta pela vida de náufragos de navio inglês no século XVIII. Por *Gabriel Zorzetto*, para o Valor, de São Paulo

Os náufragos do Wager
David Grann
Trad.: Pedro Maia Soares
Companhia das Letras
408 págs., R$ 89,90

O jornalista americano David Grann, 56, é um dos melhores autores de sua geração. Ele atraiu uma espécie de culto de seguidores não apenas por causa de seus artigos na revista "New Yorker", mas também graças a seus livros, que conciliam o que há de melhor no jornalismo e na literatura.

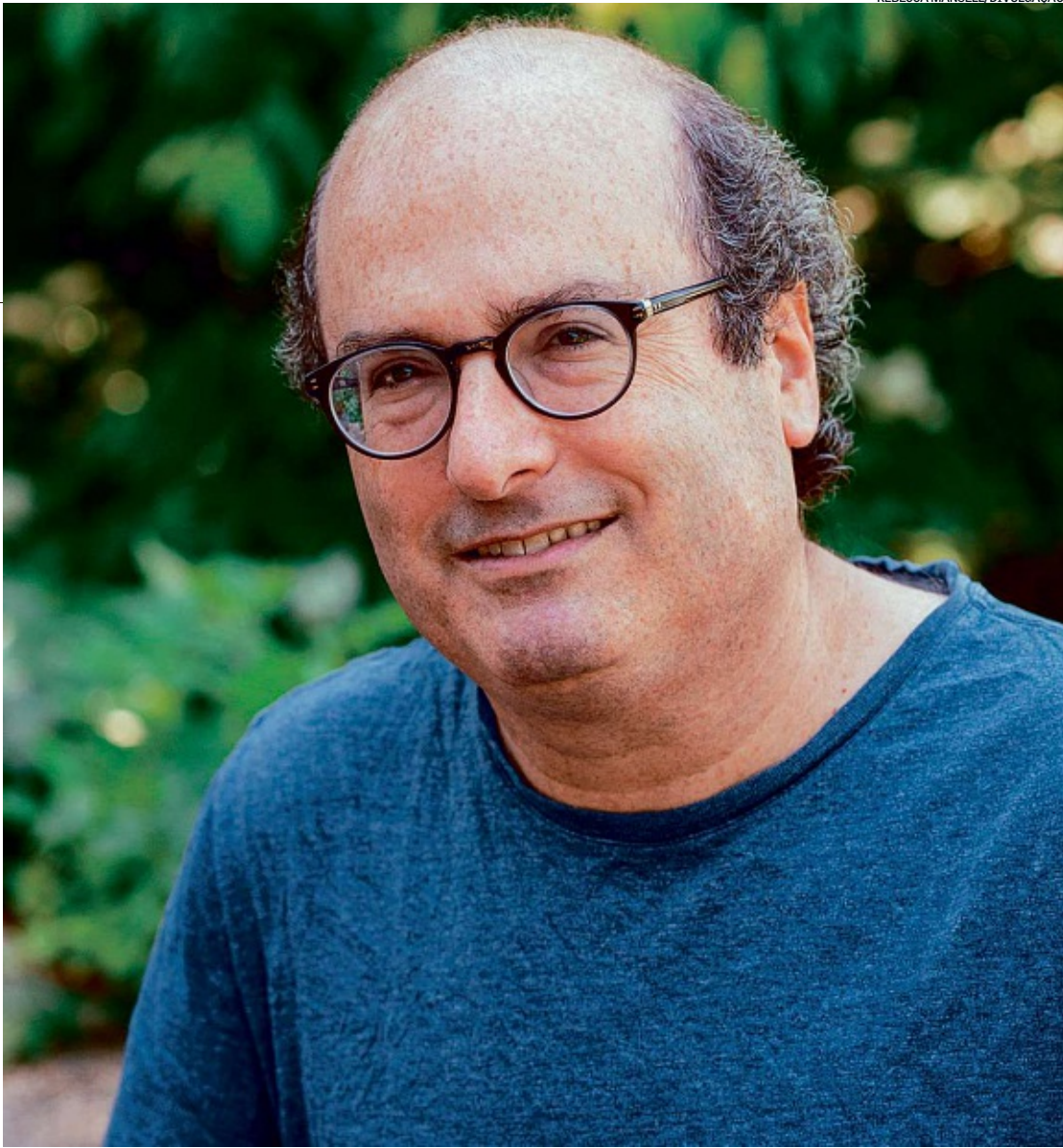
A maneira única com a qual Grann utiliza suas habilidades de repórter para escrever histórias de não ficção atraiu a atenção de Hollywood. "Assassinos da lua das flores" tornou-se um filme premiado; "Z: A cidade perdida" ganhou uma adaptação estrelada por astros como Robert Pattinson e Tom Holland; e "The Old Man & The Gun" (2018) proporcionou ao veterano Robert Redford uma das grandes performances de sua carreira.

Dois de seus melhores trabalhos contam com produções em desenvolvimento. "The White Darkness" (2018) inspira uma série de TV, e o best-seller "Os náufragos do Wager" já teve os direitos adquiridos por Leonardo DiCaprio e Martin Scorsese — a mesma dupla responsável pelo sucesso de "Assassinos da lua das flores", que trata do extermínio dos indígenas ricos do povo Osage.

Hoje distante da memória de um público mais amplo, a história do navio de guerra britânico HMS Wager já é conhecida há muito tempo e influenciou filósofos como Rousseau e Voltaire e inspirou escritores como Herman Melville ("Moby Dick", de 1851) e Patrick O'Brian (da série "Aubrey-Maturin", entre 1969 e 2004).

Era preciso que alguém se propusesse a investigar as profundezas dessa catástrofe e produzisse uma análise detalhada dos fatos, desfazendo lendas e mitos. Depois de seis anos de pesquisas, incluindo uma viagem até a inóspita ilha chilena onde os náufragos foram parar, Grann entregou um relato detalhado, com informações obtidas em registros que incluem diários de bordo, testemunhos em cortes marciais, relatórios e outros documentos inéditos.

Em setembro de 1740, o Wager saiu da cidade portuária de Portsmouth transportando cerca de 250 tripulantes como parte de uma missão secreta do Império Britânico para capturar um navio espanhol cheio de tesouros. Era necessário atravessar o temido cabo de Horn, na ponta da América do Sul, onde a embarcação ficou encurralada e acabou sendo engolida pelas águas violentas. Acreditava-se que ninguém havia sobrevivido, mas 238 dias depois do acidente, aquilo que restou do Wager reapareceu no Sul do Brasil com 30 homens a bordo.

"Eles haviam naufragado numa ilha deserta na costa da Patagônia. A maioria dos oficiais e tripulantes tinha morrido, mas 81 sobreviventes partiram num barco improvisado em parte com os destroços do Wager. Tão apertados a bordo que mal conseguiam se mover, eles atravessaram vendavais e ondas gigantescas ameaçadoras, tempestades de gelo e terremotos. Mais de cinquenta morreram ao longo da árdua jornada e, quando os poucos remanescentes chegaram ao Brasil, três meses e meio depois, eles haviam percorrido quase 5 mil quilômetros", escreve Grann.

A expedição foi turbulenta desde o início. Apesar de todo o esplendor imperial da Inglaterra, grande parte da tripulação era formada por homens doentes ou inválidos. A situação piorou quando piolhos contaminaram o esquadrão com tifo antes que o navio deixasse o porto.

Meses depois, a doença conhecida como "a praga do mar", o escorbuto, dizimou ainda mais homens. Sem remédios apropriados, eles não sabiam que a cura estivera ao alcance deles quando pararam na região de Santa Catarina e encontraram limões em abundância — a vitamina C era o principal agente para combater a enfermidade.

O livro é guiado por três figuras fundamentais: o capitão David Cheap, o artilheiro John Bulkeley e o aspirante John Byron. Através deles, o autor capta o impacto físico e psicológico do horror presenciado, evocando questões sobre os limites da resistência humana, as tensões entre ordem e anarquia e a subjetividade da verdade.

"Os náufragos do Wager" compõe uma imagem convincente da vida marítima durante o século XVIII, que serve como metáfora para os custos do imperialismo britânico. Grann revive esse incidente histórico com a narrativa de suspense que é ao mesmo tempo informativa e envolvente.

Como leitura complementar, a premiada graphic novel "Náufrago Morris" (Comix Zone, lançada em 2023), dos argentinos Pablo Franco e Lautaro Fiszman, traz uma perspectiva visual e mais horripilante da tragédia sob o ponto de vista do marinheiro Isaac Morris. ■

Outros Escritos

Carne em transformação

Michel Laub

Francis Bacon e a autobiografia

Um tempo atrás, citei aqui um trecho do livro "Entrevistas com Francis Bacon" (1975), de David Sylvester, no qual o pintor irlandês defende que o sofrimento sempre foi motor da grande arte: "Quem se importa com um povo feliz ou se lembra dele? (...) É possível (...) que uma sociedade (...) seja lembrada pela perfeição de sua igualdade. Mas ela ainda não surgiu, e até agora, tanto quanto se sabe, quando lembramos de um povo é por aquilo que ele criou".

Daria para ler a fala sob chave ideológica, como atestado de uma insensibilidade social hoje fora de moda em círculos artísticos. Afinal, a ênfase no resultado estético de um processo coletivo do passado pode ser estratégia para esvaziar o debate político do presente. Uma coisa é dizer que as pirâmides do Egito foram construídas com trabalho escravo (tese controversa, por sinal). Outra é usar a premissa — escolher esse exemplo entre tantos outros possíveis e contrários — para defender horrores análogos à escravidão.

Mas não volto ao tema para fazer esse tipo de julgamento. Me interessa é outra ideia implícita na declaração de Bacon: a de um elo romântico, e aí aplicado ao caso individual, entre vida intensa e arte relevante. Embora não se trate de uma verdade infalível, porque há grandes artistas não sofredores, ou não tão sofredores quanto a média, incluindo no pacote burgueses estáveis, também é fato que não existe expressão estética sem o elemento pessoal de quem a criou — autobiografia direta ou indireta, não importa.

Nisso Bacon está certo por tabela, o que se aplica aos temas e formas do seu trabalho. Numa visita à mostra "Francis Bacon: A Beleza da Carne", em cartaz no Masp até 28/7, é difícil não fazer a relação entre uma identidade pessoal conturbada e as figuras que aparecem nas telas. Nelas há angústia, sofrimento e solidão, o que se traduz em contornos distorcidos, às vezes irreconhecíveis, deslocando poses e gestos do padrão esperado na pintura realista ou não realista do século XX.

Segundo os curadores Adriano Pedrosa, Laura Cosendey e Isabela Ferreira Loures, "A Beleza da Carne" é a primeira exposição de Bacon no mundo concebida sob um recorte "queer". Literalmente, o termo significa "estranho". Na definição cultural de hoje, é a não adaptação orgulhosa a padrões de gênero e sexualidade. No caso do pintor, contudo, orgulho não é uma palavra que venha à tona quando olhamos para a sua obra.

CRIS BIERRENBACH

A intensidade da vida de Bacon esteve ligada a um mundo de sombras. A Inglaterra onde ele passou a maior parte da juventude e da fase adulta era hostil ao homossexual publicamente assumido, com a prática de sodomia sendo considerada crime até 1967. Não é à toa que, como nota Richard Hornsey num dos textos do catálogo publicado pelo Masp, haja um único e pequeno trecho sobre sexualidade no livro de Sylvester — no qual o entrevistado fala da rejeição que sentia pelo pai, e que ao mesmo tempo admitia ser uma variante de fascínio erótico.

Do ponto de vista da crítica, a passagem pode servir como exemplo histórico. Dos anos 1970 para cá, ela inspirou interpretações psicanalíticas da série que Bacon pintou baseado no "Retrato do Papa Inocêncio X", de Velázquez — como se a relação mal resolvida com a autoridade paterna determinasse o horror no registro da autoridade religiosa. No período que precedeu a declaração a Sylvester, porém, havia certa necessidade de ignorar ou tratar eufemisticamente assuntos ligados à orientação sexual. Mesmo a defesa progressista da causa apelava a um imaginário respeitável, do cidadão gay discreto que, no caso de ser artista, expressava uma angústia mais supostamente universal.

Se Bacon tem pouco a ver com essa generalização, "A Beleza da Carne" não fecha sua obra em torno de uma simples narrativa de inspiração/afirmação identitária. Em outro texto do catálogo da exposição, Rina Ayra defende uma visão alternativa partindo de uma noção de ambiguidade.

Na crítica de hoje, há um viés essencialista que em parte não está errado. Afinal, no fundo não conseguimos fugir daquilo que somos em termos raciais, de origem de classe e assim por diante. Ironicamente, a teoria "queer" surge nos 1990 como tentativa de fugir do determinismo em questões de gênero — separando-o da sexualidade, reconhecendo sua fluidez íntima e nas relações com o entorno. No texto de Arya, há como que a junção das duas ideias: por um lado, o marco gay é o ponto de partida, já que a mesma abordagem não faria sentido se o artista em questão fosse um heterossexual como Picasso ou Pollock; por outro, isso não é um destino quando tratamos de estética.

Ao olhar para uma pintura, é natural projetar nela algo de nós e da nossa época. Em algum nível isso transcende o jogo das referências biográficas, mesmo que elas se misturem consciente ou inconscientemente à nossa sensibilidade. Ainda usando o vocabulário de Arya, nos trabalhos expostos no Masp há figuras em estado mutante ("seres opostos parecem colidir ou se transmutar"), evocando uma vulnerabilidade crua (o binarismo masculino x feminino é substituído por "categorias primordiais" como "carne e osso, forma e ausência de forma") e às vezes até inumana ("o ponto em que o corpo de desfaz, dissolvendo-se em fragmentos que viram pó").

São registros que poderiam iluminar, por exemplo, debates atuais sobre relações inter-espécies em meio à crise climática. Ou sobre atomização do indivíduo na era das redes, da inteligência artificial. Ou, como acontece com qualquer obra de arte relevante, sobre a política de institucionalização daquele artista — dos temas e da linguagem que ele utilizou correndo os riscos de seu tempo — pelo establishment contemporâneo representado por museus, pelo mercado, pelo próprio público do qual fazemos parte.

Quando lembramos de Francis Bacon, é só por aquilo que ele criou? A declaração a Sylvester seria um tiro no pé se fosse interpretada de modo literal. Também se fosse descartada inteiramente. No meio do caminho há a autonomia possível da arte: o que ela consegue ser no presente, na beleza de um processo onde se misturam a vida do artista, a sua obra e a cultura ao redor de quem é tocado por ela.

Michel Laub, jornalista e autor dos romances "Diário da Queda" (2011) e "Solução de Dois Estados" (2020), escreve neste espaço quinzenalmente ■

INÊS249

Um ladrão de relíquias entre o belo e o bruto

Janela Crítica Destaque no Festival de Cannes, "La Chimera" traz atriz brasileira e influência de Fellini. Por *Pedro Butcher*, para o Valor, do Rio

DIVULGAÇÃO

Carol Duarte e Josh O'Connor em "La Chimera"

Um homem dorme em uma cabine de trem; o cobrador o acorda, pedindo que apresente sua passagem. Ele mostra um papel. "Isso é um tíquete?", pergunta, discretamente, a jovem que está na mesma cabine, dirigindo-se à amiga que está ao seu lado. Um outro passageiro diz que ele fede. Quando esse homem desembarca, é esperado por alguém, mas recusa as boas-vindas. É insistentemente seguido pela pessoa que veio buscá-lo, até ser convencido a entrar no carro. Agora, já sabemos que o homem se chama Arthur. O amigo se desculpa: "Não sabíamos que você tinha ficado para trás".

Arthur (Josh O'Connor, o príncipe Charles the "The Crown") é o protagonista da produção italiana "La Chimera", de Alice Rohrwacher, um dos destaques da competição do Festival de Cannes do ano passado.

Ele é apresentado lentamente, como um esboço que ganha contornos mais definidos ao longo do filme, sem nunca se completar de todo. Pelos detalhes da sequência de abertura (o papel apresentado no lugar da passagem de trem, o amigo que pede desculpas por tê-lo deixado para trás), é possível perceber que Arthur é um estrangeiro que acabou de sair da prisão.

Na cena seguinte, um pouco mais é revelado. A primeira pessoa que Arthur visita é Flora (Isabella Rossellini), por quem é tratado como um rei. Flora, por sua vez, é uma matriarca autoritária, dona de uma casa decadente, cheia de goteiras e paredes descascadas, que trata as próprias filhas grosseiramente.

Nessa casa, abriga Italia (a brasileira Carol Duarte, de "A Vida Invisível"), jovem que estuda canto enquanto é explorada por Flora. Italia também é uma personagem que começa como um esboço, ganhando, aos poucos, contornos mais nítidos. O encontro com Italia é um acaso, pois Arthur foi à casa de Flora atrás de Beniamina (uma paixão antiga, talvez?). Beniamina será um dos personagens do filme sem contorno algum, uma ausência completa — as outras filhas de Flora informam apenas que ela na verdade "nunca mais vai voltar".

Arthur volta para o barraco onde morava, passa frio e fome, até que, sem alternativa, retoma a atividade que o levou à prisão. Ele é um "tombaroli", ou seja, faz parte de um grupo de ladrões de tumbas que saqueia potenciais sítios arqueológicos atrás de relíquias etruscas valiosas, que serão contrabandeadas e comercializadas por fortunas. Quem as compra é o misterioso Spartaco, outra figura sem contornos, pelo menos até certo ponto do filme.

"La Chimera" é todo construído a partir de contornos (dos personagens, das obras de arte roubadas) e pelo contraste entre a luz solar da superfície e a escuridão das tumbas profanadas no subsolo. Tanto na luz como na escuridão, nenhuma linha é completamente definida.

No belíssimo trabalho de fotografia de Hélène Louvart (que, como Carol Duarte, trabalhou em "A Vida Invisível"), a luz se destaca desde a sequência inicial, no interior do trem, em um plano que mostra o corredor preenchido por um amarelo dourado quase onírico.

Nas tumbas, o trabalho é ainda mais expressivo. O contraste entre luz e escuridão materializa uma estrutura bipartida entre o sonho e o pesadelo, a beleza e o "bruto", para usar uma palavra italiana repetida ao longo de "La Chimera".

Alice Rohrwacher já havia demonstrado uma capacidade singular de contar histórias elípticas e suavemente misteriosas em filmes como "Corpo Celeste" (2011), "As Maravilhas" (2014) e "Feliz como Lázaro" (2018). Em "La Chimera", porém, dá alguns passos à frente.

É uma beleza acompanhar, por exemplo, o lento processo de encantamento de Arthur por Italia, sedução desajeitada das duas partes. O elemento fantástico, que se tornou um clichê incontornável do "cinema de arte", é trabalhado com parcimônia e ambiguidade: Arthur parece ter o dom de identificar a presença das tumbas — sua "quimera", diz uma companheira de gangue.

Duas sequências importantes são embaladas ao som de músicas tão contrastantes quanto a eletrônica "Spacelab", do Kraftwerk, e a ária de Mozart "Vorrei spiegarvi, oh Dio".

Nenhum outro filme de Alice Rohrwacher é tão próximo de Federico Fellini. Não apenas na referência explícita à sequência de "Roma de Fellini" (1972), em que afrescos descobertos por uma escavação do metrô na capital italiana empalidecem à medida que o ar e a luz invadem o ambiente escuro; mas, sobretudo, pelos personagens ladrões.

O olhar empático não se traduz, necessariamente, em simpatia ou identificação. Rohrwacher não esconde a brutalidade de suas almas e atos, ao mesmo tempo que não deixa de inseri-los em um contexto maior. As relíquias mais valiosas são roubadas dos ladrões por outros ladrões, mais ricos e poderosos, e escondidas em contêineres repletos de bolas de futebol com as cores da bandeira da Itália. Mesmo com toda poesia, Rohrwacher, definitivamente, não parece feliz com os caminhos de seu país. ■

La Chimera
(Itália/França/Suíça, 2023). Direção: Alice Rohrwacher. Distribuição: Filmes da Mostra. Em cartaz
★★★★☆

Sesc

música

A Cor do Som — 26 e 27/4. Sexta e sábado, 21h30. Pompeia
Jesse Royal (Jamaica) — 27/4. Sábado, 20h30. Belenzinho
choraço — Choro da Leste e Regional Mateus Santos — 27/4. Sábado, 15h. 24 de Maio
Lamparina — 27/4. Sábado, 20h. Guarulhos
Canetas de Ouro: Acadêmicos do Tucuruvi convida X9 Paulistana — 27/4. Sábado, 16h. Casa Verde
Dialeto — 27/4. Sábado, 21h. Belenzinho
Funk Como Le Gusta — 27/4. Sábado, 16h. Campo Limpo
Céu — 27 e 28/4. Sábado, 21h. Domingo, 18h. Pinheiros
Retirante Cósmico — 27/4. Sábado, 17h. Santo Amaro
Amaro Freitas — 27 e 28/4. Sábado, 21h. Domingo, 18h. Pompeia
Mestrinho — 27/4. Sábado, 19h. Santo André
Filpo e a Feira – Casa de Reza — 28/4. Domingo, 16h. Mogi das Cruzes

crianças

espetáculo — O Passarinho Que Não Sabia Voar — Com Barracão Cultural. Até 1/5. Domingo e feriado, 12h. Bom Retiro
Kuami – Caminhos para a Identidade — Com Núcleo Abre Caminhos. 28/4. Domingo, 16h. Santo André
A Extraordinária Viagem ao Reino das Asas — Com Rainhas do Radiador. Até 1/5. Sábado, domingo e feriado, 12h. Belenzinho
contação de histórias — A Rainha Adelaide — Com Cia. Prana Teatro. 27/4. Sábado, 14h. Santo Amaro
Um Dia, Um Rio — Com Grupo 59 de Teatro. Até 11/5. Sábado, 11h. Consolação
Esses Viajantes e suas Historietas — Com Badalá Arte. 27/4. Sábado, 16h30. 14 Bis
O Menino de Lugar Nenhum — Com Teatro de Panela. 27/4. Sábado, 16h30. São Caetano
Sinta o Cheiro do Mar — Com Stella Tobar, Sérvulo Augusto e Gui de Mattos. 28/4. Domingo, 11h. Ipiranga

circo

Libra — Com Vento Circo. 27/4. Sábado, 15h. Interlagos
Dinossauros do Brasil — Com Cia. Pia Fraus. 28/4. Domingo, 17h. Pinheiros
Os Perdidos — Com Cia. Solas de Vento. 28/4. Domingo, 14h. Consolação

cinema

La Chimera — Dir.: Alice Rohrwacher | Itália, França, Suíça | 2023. Até 1/5. Sexta a Quarta, 15h30 e 20h30. Domingo, 20h30. CineSesc
Dorival Caymmi – Um Homem de Afetos — Dir.: Daniela Broitman | Brasil | 2019. Até 1/5. Quinta a quarta, 18h30. CineSesc
Programação em sescsp.org.br/cinesesc

exposições

Retratistas do Morro — Fotografias de João Mendes e Afonso Pimenta. Curadoria de Guilherme Cunha. Até 25/8. Terça a sexta, 9h às 21h30. Sábado, 9h às 20h. Domingo e feriado, 9h às 18h. Guarulhos
Um Defeito de Cor — Curadoria de Amanda Bonan, Ana Maria Gonçalves e Marcelo Campos. Até 1/12. Terça a sábado, 10h30 às 21h. Domingo e feriado, 10h30 às 18h. Pinheiros

esporte e atividade física

circuito sesc de corridas — Acesso, Acessibilidade e Desenvolvimento Social no Universo das Corridas de Rua — Bate-papo com Ronaldo da Costa e Neide dos Santos. 27/4. Sábado, 10h30. Campo Limpo
Entre Amigos | Desafios de Vôlei — 27 e 28/4. Sábado, 10h30. Domingo, 15h30. Santo Amaro
Aula Aberta de Wrestling (Luta Olímpica) — Com Guido Santos. 27/4. Sábado, 15h. 24 de Maio

dança

ATRAQUE — Com Wallace Ferreira & House of Mamba Negra. Até 28/4. Sexta e sábado, 20h. Domingo, 18h. Avenida Paulista
Elevados — Com Gumboot Dance Brasil. Dir.: Rubens Oliveira. Até 28/4. Sexta e sábado, 21h. Domingo, 18h. Vila Mariana

teatro

TrabalhaDORES — Com Zózima Trupe. Até 3/5. Quarta a sexta, 19h30. Feriado, 18h. Campo Limpo
Elefante (estreia) — Com a Probástica Cia. de Teatro (RJ). Interpretação em Libras, audiodescrição e tour tátil: 3, 4 e 5/5. 26/4 a 5/5. Sexta e sábado, 19h. Domingo e feriado, 17h. Belenzinho
Glauce — Com Débora Duboc | Dir.: Débora Dubois. Até 4/5. Quinta a sábado, 20h. Pinheiros
Também Guardamos Pedras Aqui (estreia) — Com Luiza Romão. Direção Eugênio Lima. Interpretação em Libras: 10 e 11/5. 26/4 a 18/5. Sexta e sábado, 20h. 11 e 18/5. Sábado, 18h. Vila Mariana
Brás Cubas — Com Armazém Cia. de Teatro. Dir.: Paulo de Moraes. Até 5/5. Sexta, 21h. Sábado, 20h. Domingo, 18h. Santo Amaro
Amor e Outras Revoluções (estreia) — De Tati Villela | Com Mariana Nunes e Tati Villela. Interpretação em Libras: 10/5. 26/4 a 17/5. Sexta e sábado, 20h. Domingo e feriado, 18h. 2/5. Quinta, 20h. Ipiranga
Helena ou De quem são as Mãos que Fazem a Guerra? — Com Cia Ato Reverso. Dir.: Nathália Bonilha. Interpretação em Libras e Audiodescrição: 28/4. Até 28/4. Sexta, 15h e 20h. Sábado, 20h. Domingo, 18h. Santana
O Vão entre o Trem e a Plataforma (últimos dias) — Projeto Cena Jovem. Com Companhia dos Solilóquios. Dir.: Julia Corrêa e Mayara Constantino. 26 e 27/4. Sexta e sábado, 18h. 24 de Maio

especial

Circuito Sesc de Artes — Arte na rua para todas as pessoas
Artes visuais e tecnologias, cinema, circo, dança, literatura, música e teatro.
De 20 de abril a 26 de maio
122 cidades do litoral, interior e Grande São Paulo
422 artistas envolvidos
760 atividades gratuitas
Mirassol — Local: Praça Doutor Anísio José Moreira. 27/4. Sábado, 16h às 20h.
Cubatão — Local: Parque da Independência. 28/4. Domingo, 15h às 19h.
Programação em sescsp.org.br/circuitosescdeartes

Sesc Digital ead — Costura Manual
O alfaiate e professor de modelagem e costura Fábio Lima Malheiros apresenta os pontos básicos e intermediários da costura manual para estimular a autonomia de quem deseja se aprofundar nesta prática.
Saiba mais em sescsp.org.br/ead

Consulte a Classificação Indicativa das atividades em
SESCSP.ORG.BR

INÊS249

Justiça Federal
CEF não é responsável por PIX para suposta empresa confundida com Detran
valor.globo.com/legislacao

Opinião Jurídica
Alíquota de CBS/IBS evidencia reequilíbrio
E2

TJMG
Igreja terá que devolver doação feita por fiel
valor.globo.com/legislacao

Fio da Meada
O direito ao crédito do IBS/CBS não cumulativos
valor.globo.com/legislacao

Fiscal Tributação de bonificações não destacadas na nota fiscal, por exemplo, pode levar a litígio

Pontos do projeto de regulamentação da reforma podem gerar mais judicialização

Laura Ignacio
De São Paulo

Advogados tributaristas se debruçam desde a noite de quarta-feira sobre o texto do primeiro projeto de lei (PL) que pretende regulamentar a reforma tributária. São essas as regras que permitirão a aplicação da Emenda Constitucional (EC) nº 132, de 2023, que altera o sistema tributário nacional. Porém, após uma primeira análise, especialistas alertam que o texto, se ficar como está, poderá gerar mais judicialização.

Diversos pontos entre os cerca de 500 artigos da proposta do governo foram destacados por terem grande potencial para levar os contribuintes ao Judiciário. Um deles trata da previsão de que a disponibilização de veículos, equipamentos de comunicação, planos de assistência à saúde, educação, alimentação, bebidas e seguros a pessoas físicas deve ser tributada pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) — os dois novos tributos que vão compor o chamado "IVA dual" (artigo 38).

GESIVAL NOGUEIRA KEBEC/VALOR

Advogada Lina Santin: com o projeto de lei, deve persistir a discussão que envolve a possibilidade de pedir o que foi pago a mais de tributos

Segundo a advogada Lina Santin, sócia do escritório Salusse Marangoni Parente e Jabur Advogados, o governo diz que com a medida quer inibir a remuneração indireta, mas fere os princípios do crédito amplo e da neutralidade, garantidos pela Constituição. "O bem de uso e consumo pessoal é o que não está relacionado à atividade da empresa", afirma. "Em relação a seguro e plano de saúde a situação é ainda pior porque o custo é elevado e, hoje, é dedutível do IRPJ e CSLL, por serem despesas operacionais", diz.

Uma discussão judicial que já existe e deve ser mantida, mesmo após a reforma tributária, se refere à responsabilidade solidária por não pagamento de tributo. O projeto do governo amplia a lista de pessoas, para além das já previstas no Código Tributário Nacional (CTN), que podem ser responsabilizadas pelo descumprimento de obrigações tributárias do contribuinte (artigo 24). Incluiu: o transportador, o leiloeiro, desenvolvedores ou fornecedores de programas ou aplicativos usados para o registro de operações com bens ou serviços.

"Na prática, a fiscalização tem o costume de incluir a maior quantidade possível de responsáveis solidários, o que já gera discussões judiciais", afirma Lina. "O projeto poderia ao menos apontar a necessidade de dolo [intenção] ou a restrição dessa responsabilização para quando houver abuso ou conluio."

Outro litígio que deve persistir, de acordo com Lina, trata da possibilidade de pedir ao Fisco o que foi pago a mais (repetição de indébito) apenas se o contribuinte comprovar o ônus econômico do imposto, segundo o disposto no artigo 166 do CTN (artigo 36 do PL). "É comum o contribuinte ter o direito à devolução do que pagou a maior negado com base no artigo 166 do CTN, o que o leva ao Judiciário por enriquecimento ilícito do Estado", diz Lina. "Manter essa exigência, violaria o princípio da simplicidade e manteria essa prática."

O varejo também teria que recorrer aos tribunais por causa de uma velha queixa: a tributação das bonificações (produtos fornecidos além dos efetivamente encomendados). Para não serem tributadas pelo IBS e CBS, conforme diz o PL (artigo 12), as bonificações precisarão ser destacadas nas notas fiscais. "Essa burocracia já gera litígio atualmente e isso deve continuar existindo", explica a advogada Thais Shingai, professora no Insper e sócia do Mannrich e Vasconcelos Advogados. Ela lembra que, no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf), há decisão favorável aos contribuintes (acórdão nº 9303-013.338).

No geral, o IBS e a CBS incidirão somente sobre operações onerosas. Mas Thais chama a atenção para algumas operações não onerosas que ficarão sujeitas à tributação, o que deve gerar novos questionamentos pelas empresas (artigo 12). "É o caso das doações entre partes relacionadas, que são filiais e outras empresas vinculadas em grupos empresariais", diz. Ela aponta a previsão de que a base de cálculo corresponderá ao valor de mercado dos bens ou serviços "Nos preocupa porque a atribuição de valor de mercado é historicamente algo que gera divergência de interpretação."

> "Muitas brigas vão acontecer por causa da amplitude da tributação pelo IVA"
> *Luiz R. Peroba*

O PL também prevê que as receitas financeiras oriundas de reservas técnicas serão tributadas pelo IBS e CBS, o que afeta seguradoras e planos de saúde. "Já existe hoje contencioso sobre isso, envolvendo PIS/Cofins, com votos favoráveis às empresas no Supremo Tribunal Federal, mas o PL insiste na tese da Fazenda de que essas receitas decorrem da atividade principal desses contribuintes", afirma Breno Vasconcelos, pesquisador no Insper e sócio do Mannrich e Vasconcelos Advogados. Segundo ele, para não haver esse risco de litigiosidade deveria ser excluída a alínea "b" do inciso I do artigo 219 do projeto.

Na Reclamação Constitucional nº 65301/SP, por exemplo, o STF concluiu que as receitas financeiras decorrentes das aplicações das reservas técnicas não caracterizam atividade empresarial típica das seguradoras. Segundo o voto do ministro Dias Toffoli no RE 400479-AgR-ED, "é o prêmio que decorre da atividade empresarial típica das seguradoras, e não outras receitas alheias ao desempenho de seu mister típico, como são as receitas financeiras em questão".

Já o sócio do Pinheiro Neto Advogados, Luiz Roberto Peroba, acredita que muitas brigas vão acontecer por causa da amplitude da tributação pelo IVA, independentemente do texto de regulamentação da reforma. "Tem muita gente bastante incomodada porque atividades que não são tributadas como um bem ou um serviço passarão a ser agora, como a locação de bens móveis, mas é a natureza do IVA", diz.

Por outro lado, Peroba lembra que o IVA funciona sustentado em dois pilares: base ampla de tributação e uso integral do crédito. "Se o sistema de split payment [artigo 50], que exige que todo contribuinte tome conta de quem paga o imposto para poder tomar crédito, não funcionar corretamente, toda cadeia de produção será onerada e isso, com certeza, vai gerar litígio", afirma.

Justiça exclui PIS/Cofins da própria base de cálculo

FABIO NUNES/DIVULGAÇÃO

> "Pode sair perdendo o contribuinte que não levar a questão ao Judiciário"
> *Samir Nemer*

Arthur Rosa
De São Paulo

A Justiça Federal garantiu a um contribuinte capixaba o direito de excluir o PIS e a Cofins da base de cálculo das próprias contribuições sociais — uma das discussões que surgiram com o julgamento da "tese do século" pelo Supremo Tribunal Federal (STF). A sentença ainda obriga a União a devolver, por compensação tributária, o que foi pago nos cinco anos anteriores ao ajuizamento da ação.

A decisão foi concedida apesar de a questão estar pendente de análise pelos ministros do STF. Em 2019, eles reconheceram a existência de matéria constitucional e a repercussão geral do tema (nº 1067). Mas não suspenderam o andamento das ações.

A relatora do caso é a ministra Cármen Lúcia. Ainda não há data prevista para o julgamento. A União estima impacto de R$ 65,7 bilhões com essa "tese filhote" (RE 1233096) da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da Cofins — a "tese do século".

No pedido, o contribuinte capixaba alegou que deveria ser aplicado ao caso o argumento acatado pelo STF na "tese do século" (RE 574706). Para ele, as contribuições sociais, assim como o ICMS, não se enquadram nos conceitos de receita ou de faturamento, que é a base de cálculo do PIS e da Cofins.

A argumentação foi acatada pela juíza Enara de Oliveira Olimpio Pinto, da 2ª Vara Federal Cível de Vitória (ES). No entendimento da magistrada, "os tributos em questão se revelam estranhos ao conceito de faturamento, já que não se fatura tributo, pois este não é produto da venda de mercadoria ou serviço".

Ela acrescenta que "é pertinente, na solução do caso concreto, observar por analogia (mesmas razões, mesmas soluções) o precedente firmado em relação ao ICMS, haja vista a identidade de fundamentação e tratamento da controvérsia" (processo nº 5007374-79.2024.4.02.5001).

Para o advogado tributarista Samir Nemer, que representa a empresa no processo, a decisão está bem fundamentada e é um bom precedente para outros contribuintes. "É importante que outros magistrados avaliem e tenham o mesmo entendimento do STF [na tese do século], o que favorece as empresas e beneficia a economia", diz. "O valor que seria destinado a tributos pode ser investido nos negócios, em ampliações e modernizações, por exemplo."

Para ele, pode sair perdendo o contribuinte que não levar a questão ao Judiciário. Ele lembra que, nessa discussão, o Supremo poderá modular os efeitos de uma possível decisão favorável aos contribuintes e, assim, ficaria garantido o direito de quem ajuizou ação até a data do julgamento — corte normalmente feito pelos ministros para impor um limite temporal. "É um grande diferencial competitivo dada a carga tributária do país."

A decisão, segundo o tributarista Breno de Paula, do Arquilau de Paula Advogados Associados, está de acordo com a orientação do Supremo Tribunal Federal. "O conceito de faturamento não pode ser alterado para fins de incremento da arrecadação, sendo certo de que o faturamento é figura oriunda do direito comercial, tendo caráter estritamente mercantil, definindo-o como produto das vendas de mercadorias ou serviços", diz.

Além dessa discussão, está na pauta do Supremo outra importante "tese filhote". É a que discute a retirada do ISS do cálculo do PIS e da Cofins (RE 592616). Essa é a que mais se aproxima da "tese do século", segundo advogados. A única diferença entre os dois casos, dizem, é que um trata de imposto estadual e o outro, de tributo municipal. O impacto previsto pela União, em caso de derrota, é de R$ 35,4 bilhões.

No Superior Tribunal de Justiça (STJ), as empresas venceram em duas "teses filhotes". Por unanimidade, no fim de 2023, a 1ª Seção decidiu que o ICMS recolhido pelo regime de substituição tributária — o ICMS-ST — deve ser excluído do cálculo do PIS e da Cofins. Antes, os ministros entenderam que créditos presumidos de ICMS não integram a base de cálculo das contribuições sociais (EREsp 1517492). O tema, porém, também está na pauta do STF.

Procurada pelo **Valor**, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) não deu retorno até o fechamento da edição.

Destaque

Seguro garantia
A Subseção II Especializada em Dissídios Individuais (SDI-2) do Tribunal Superior do Trabalho (TST) concedeu prazo para que a Petrobras possa apresentar, para substituição de valores bloqueados em conta, apólice de seguro garantia em uma execução provisória. Para o colegiado, o prazo de 48 horas concedido pelo juízo da execução para que a empresa apresentasse o seguro garantia não foi suficiente para a viabilização da apólice, o que violou direito líquido e certo da empresa. Em mandado de segurança, a Petrobras alegou que foi notificada para efetuar o pagamento ou garantir a execução de uma dívida trabalhista. A empresa propôs o uso de um seguro garantia judicial com o objetivo de assegurar o cumprimento da decisão judicial e permitir a interposição de recurso de embargos à execução. No entanto, o juízo da 3ª Vara do Trabalho de Ipojuca (PE) negou o pedido ante a não apresentação da apólice do seguro garantia. Por consequência, ordenou o bloqueio dos valores na conta bancária da executada. Segundo a Petrobras, essa circunstância feriu seu direito líquido e certo de fazer a substituição prevista em lei (Ag-ROT-231-68.2022.5.06.0000).

INÊS249

Alíquota de CBS/IBS evidencia reequilíbrio

Opinião Jurídica

Edison Fernandes

Na entrega do projeto de lei complementar da reforma tributária na Câmara dos Deputados, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, informou que o governo federal estima uma alíquota de 26,5% para CBS/IBS.

De acordo com o texto da Emenda Constitucional (EC) nº 132, o processo de definição da alíquota de referência requer o acompanhamento da relação percentual da arrecadação tributária, dos três entes, em relação ao Produto Interno Bruto (PIB), de maneira que seja mantida a carga tributária relativa de um período base que se inicia em 2012 e prossegue até a implementação integral da nova estrutura de tributação sobre o consumo. Além disso, haverá dois momentos de revisão dessa alíquota de referência: 2030 e 2035.

Ainda que efetivamente, no fim do período de transição, não tenhamos exatamente essa alíquota, esse número evidencia, desde logo, o reequilíbrio de carga tributária dos setores da economia, que se pretendeu realizar pela reforma. Constata-se a transferência de carga tributária entre as atividades econômicas por meio da comparação com as atuais alíquotas reais aplicáveis, conforme pretendemos comentar a seguir.

Iniciemos por um "exemplo de laboratório" referente à indústria: consideremos IPI de 5% (uma alíquota média), PIS e Cofins de 9,25% e ICMS de 18%. Para um preço de venda dos produtos antes de computados os tributos de R$ 1.000, teríamos: IPI de R$ 55,10, PIS/Cofins de R$ 101,93 e ICMS de R$ 241,89, resultando na nota fiscal de venda de produto de R$ 1.398,91. Sendo assim, para a alíquota nominal total de 32,25%, a carga tributária, com base nas regras de cálculo atuais, seria de R$ 398,91. Lembrando que atualmente a tomada de crédito fiscal em razão da não cumulatividade de IPI, PIS/Cofins e ICMS é restrita.

No caso de CBS/IBS, com alíquota de 26,5% e cobrança "por fora" (sem o cálculo de tributos sobre tributo), o mesmo exemplo com preço antes dos tributos de R$ 1.000, a carga tributária seria de R$ 265 (redução de 34%), resultando na nota fisal de R$ 1.265. Lembrando, aqui, que para CBS/IBS a não cumulatividade é plena, o que reduz a carga tributária efetiva.

Note-se que mesmo aplicando a alíquota nominal total de hoje (32,25%), a carga tributária de CBS/IBS seria menor: R$ 322,50. Isso ocorre porque a alíquota efetiva atual (39,89%) é superior à alíquota nominal, tendo em vista a incidência de tributo sobre tributo, como nos casos do IPI (que incide sobre PIS/Cofins), de PIS/Cofins (que incidem sobre a própria base e sobre o ICMS) e de ICMS (que incide sobre a própria base).

Passemos, então, à avaliação da prestação de serviço: consideremos o ISS de 3% e os mesmos PIS/Cofins de 9,25%. Da mesma forma, para um preço de serviço antes dos tributos de R$ 1.000, a carga tributária atual seria de: ISS, R$ 34,19, e PIS/Cofins, R$ 105,41, resultando na nota fiscal de serviços de R$ 1.139,60. Em decorrência, tomando por base a alíquota nominal total de 12,25%, a carga tributária de acordo com as regras de cálculo atuais seria de R$ 139,60. Neste caso, a tomada de crédito é ainda mais restrita, adotando-se a não cumulatividade apenas para PIS/Cofins, já que o ISS é cumulativo.

Por outro lado, no caso de CBS/IBS, com alíquota de 26,5% e cobrança "por fora", o mesmo exemplo com preço antes dos tributos de R$ 1.000, a carga tributária seria também de R$ 265 (acréscimo de 90%), resultando na nota fisal de R$ 1.265. No entanto, na estrutura da tributação sobre o consumo trazida pela Emenda Constitucional nº 132, a não cumulativa é plena, impactando a apuração da carga tributária efetiva.

Ressalte-se que, além da fixação da alíquota de CBS/IBS, a ampliação da tomada de crédito fiscal na sistemática de não cumulatividade é fator que interfere substancialmente no cálculo da carga tributária efetiva. Essa situação dificulta as estimativas e as projeções com relação ao nível da alíquota de CBS/IBS. Daí a importância do período de transição e da calibragem entre arrecadação tributária e fixação da alíquota de CBS/IBS.

A par dos números comentados, é importante que se destaque o atual nível da carga tributária brasileira sobre o consumo. Se há críticas no sentido de que a alíquota de 26,5% seria elevada, para padrões internacionais, o que dizer da alíquota atual, apresentada no caso da indústria do nosso "exemplo de laboratório"? Nominalmente, chegamos a 32,25%; como alíquota real, tivemos os elevados 39,89%.

De outra parte, no caso da prestação de serviços do nosso exemplo, a alíquota nominal foi de 12,25%, enquanto a alíquota real, de 13,96%.

Como já se sabia, para equalizar a alíquota de referência, as empresas contribuintes de setores econômicos que hoje estão sujeitas a alíquota total superior à projeção da alíquota de referência para CBS/IBS perceberão uma redução na carga tributária; na posição contrária, as atividades econômicas que apuram e recolhem tributos sobre o consumo com alíquota inferior à projetada, arcarão com a diferença.

Nos exemplos apresentados, considerou-se a adoção do lucro real na apuração dos tributos sobre o lucro (IRPJ/CSLL), em razão do cálculo de PIS/Cofins. Empresas que optem pelo lucro presumido podem ter maior amplitude.

Resta-nos acompanhar a calibragem da alíquota durante o período de transição, especialmente para tentarmos antecipar e, se possível, evitar maiores distorções entre os setores da economia brasileira.

Edison Carlos Fernandes é doutor em Direito pela PUC/SP, coordenador do Observatório da Reforma Tributária da FGV, sócio do Fernandes, Figueiredo, Françoso e Petros Advogados e colaborador do blog Fio da Meada

Este artigo reflete as opiniões do autor, e não do jornal Valor Econômico. O jornal não se responsabiliza e nem pode ser responsabilizado pelas informações acima ou por prejuízos de qualquer natureza em decorrência do uso dessas informações

---

ENAUTA PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ nº 11.669.021/0001-10 - NIRE: 33300292896

ARCA em 27/03/24. 1. Data, Hora e Local: Aos 27 (vinte e sete) dias do mês de março de 2024, às 12h00min, na sede social da Enauta Participações S.A. ("Cia."), situada na Av. Almirante Barroso, nº 52, sala 1301 (parte), RJ. **2. Convocação e Presença:** A convocação desta reunião do Conselho de Administração foi realizada na forma do art. 18 do Estatuto Social da Cia. e estiveram presentes na reunião, representando a totalidade dos membros em exercício do Conselho de Administração da Cia., os Srs.: (i) Mateus Tessler Rocha; (ii) Ricardo de Queiroz Galvão; (iii) Luiz Carlos de Lemos Costamilan; (iv) Antônio Augusto de Queiroz Galvão; (v) Ana Marta Horta Veloso; e (vi) Fábio de Barros Pinheiro. **3. Mesa:** Presidente: Sr. Mateus Tessler Rocha; Secretário Sr. Fabricio Zaluski. **4. Ordem do Dia:** [illegible] **5. Deliberações Aprovadas:** [illegible] **6. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente deu por encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata que, lida e achada conforme, foi aprovada e assinada pelos Conselheiros presentes e pelo Secretário. RJ, 27/03/24. Mesa: Mateus Tessler Rocha - Presidente, Fabricio Zaluski - Secretário. Conselheiros: Mateus Tessler Rocha, Ricardo de Queiroz Galvão, Luiz Carlos de Lemos Costamilan, Antônio Augusto de Queiroz Galvão, Ana Marta Horta Veloso, Fábio de Barros Pinheiro. JUCERJA em 03/04/24 sob o nº 6162294. Gabriel Oliveira de Souza Voi - Secretário Geral.

CCR S.A.

CNPJ/MF nº 02.846.056/0001-97 - NIRE nº 35.300.158.334 - COMPANHIA ABERTA

ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 27 DE MARÇO DE 2024

1. DATA, HORA E LOCAL: Em 27 de março de 2024, às 10h00, na sede social da Companhia, localizada na Avenida Chedid Jafet, nº 222, Bloco B, 4º Andar, bairro Vila Olímpia, CEP 04.551-065, São Paulo/SP. **2. PRESENÇA**: Presente a totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia, juntamente com os demais membros da Diretoria Executiva da Companhia presentes à reunião. **3. MESA**: Presidente: Ana Maria Marcondes Penido Sant'Anna e Secretário: Pedro Paulo Archer Sutter. **4. ORDEM DO DIA:** Deliberar sobre: **(i)** o Relatório Anual Integrado 2023 ("RAI 2023"), dos Indicadores *Global Reporting Initiative* ("GRI") e do *Sustainable Accounting Standards Board* ("SASB") do Grupo CCR; **(ii)** a celebração, por sua controlada direta Concessionária do Sistema Rodoviário Rio - São Paulo S.A. ("CCR Rio-SP"), do 5º Aditivo ao Contrato de Empreitada na Modalidade "*Construction Management At Risk*" a Preço Máximo Global (RS-4600069498), a ser firmado com a EGTC Infra S.A. ("EGTC"); **(iii)** a contratação, por sua controlada direta e em conjunto Concessionária do VLT Carioca S.A. ("VLT Carioca"), de Fiança Bancária, com a prestação de garantia pela Companhia; **(iv)** a celebração, por sua controlada direta e em conjunto VLT Carioca, do 10º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, firmado com o Município do Rio de Janeiro, como Poder Concedente e a Companhia Carioca de Parcerias e Investimentos - CCPAR ("CCPAR"), como interveniente-anuente; e **(v)** a formalização, por sua controlada indireta Concessionária das Rodovias Integradas do Sul S.A. ("CCR ViaSul"), de Termo de Distrato Contrato de Empreitada a Preço Global CCRACT-VIASUL-4600054656/2021, a ser firmado com a Eurovias Rodovias Ltda. ("Eurovias"). **5. DELIBERAÇÕES:** Os Senhores Conselheiros, examinadas as matérias constantes da ordem do dia, após debates e discussões, conforme previsto no artigo 17 do Estatuto Social da Companhia e respectivos incisos, deliberaram: **(i)** aprovar, por unanimidade de votos, o RAI 2023, dos indicadores GRI e do SASB do Grupo CCR, conforme minutas, termos e condições apresentados nesta reunião; **(ii)** aprovar, por unanimidade de votos, a celebração, por sua controlada direta CCR Rio-SP, do 5º Aditivo ao Contrato de Empreitada na Modalidade "*Construction Management At Risk*" a Preço Máximo Global (RS-4600069498), a ser firmado com a EGTC, conforme termos e condições apresentados nesta reunião; **(iii)** aprovar, por unanimidade de votos, a contratação, por sua controlada direta e em conjunto VLT Carioca, de Fiança Bancária a ser apresentada à Concessionária e o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES ("BNDES"), em substituição da obrigação de preenchimento da Conta Reserva dada como Garantia no âmbito do Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito nº 15.2.0435.1 e do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Outras Avenças nº 15.2.0435.2, com a prestação de garantia pela Companhia, correspondente à respectiva proporção detida pela Companhia no VLT Carioca, conforme termos e condições apresentados nesta reunião; **(iv)** aprovar, por unanimidade de votos, a celebração, por sua controlada direta e em conjunto VLT Carioca, do 10º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, firmado com o Município do Rio de Janeiro, como Poder Concedente e a CCPAR, como interveniente-anuente, conforme termos e condições apresentados nesta reunião; e **(v)** aprovar, por unanimidade de votos, a formalização, por sua controlada indireta CCR ViaSul, de Termo de Distrato Contrato de Empreitada a Preço Global CCRACT-VIASUL-4600054656/2021, a ser firmado com a Eurovias, conforme termos e condições apresentados nesta reunião. Os membros do Conselho de Administração da Companhia autorizam a Diretoria Executiva da Companhia a praticar todos os atos necessários para a efetivação das deliberações acima, bem como a adoção, junto aos órgãos governamentais e entidades privadas, das providências que se fizerem necessárias à efetivação das medidas aprovadas nesta reunião. **6. ENCERRAMENTO**: Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, da qual foi lavrada a presente ata, que, após lida e aprovada, é assinada por todos os presentes, sendo que a certidão desta ata será assinada digitalmente, de acordo com previsto no parágrafo 1º do artigo 10 da MP 2.200-2/2001 e na alínea "c", do §1º do artigo 5º, da Lei nº 14.063/2020, e levada a registro perante a Junta Comercial competente. São Paulo/SP, 27 de março de 2024. **Assinaturas**: Ana Maria Marcondes Penido Sant'Anna, Presidente da Mesa e Pedro Paulo Archer Sutter, Secretário. **Conselheiros**: **(1)** Ana Maria Marcondes Penido Sant'Anna; **(2)** Adalberto de Moraes Schettert; **(3)** Claudio Borin Guedes Palaia; **(4)** Eduardo Bunker Gentil; **(5)** Eliane Aleixo Lustosa de Andrade; **(6)** João Henrique Batista de Souza Schmidt; **(7)** José Guimarães Monforte; **(8)** Luiz Carlos Cavalcanti Dutra Junior; **(9)** Mateus Gomes Ferreira; **(10)** Roberto Egydio Setubal; e **(11)** Vicente Furletti Assis. Certifico que a presente é cópia fiel do original lavrado em Livro próprio. *Ana Maria Marcondes Penido Sant'Anna - Presidente da Mesa - Assinado com Certificado Digital ICP Brasil, Pedro Paulo Archer Sutter - Secretário - Assinado com Certificado Digital ICP Brasil.* JUCESP nº 186.871/24-7 em 22.04.2024, Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

FASA PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ nº 50.235.089/0001-43 - NIRE nº 35 3 0061300 7

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

DATA: 14 de março de 2024. **HORÁRIO:** 16h45min. **LOCAL:** Sede social, Alameda Santos, nº 466 - 4º andar, São Paulo - SP. **CONVOCAÇÃO E PRESENÇA:** Dispensada a convocação em razão da presença da totalidade de seus membros. **MESA:** Fabiano Siqueira de Oliveira - Presidente; e Felipe Barbosa da Silveira e Silva - Secretário. **DELIBERAÇÕES:** Após análise e discussão das matérias constantes da ordem do dia, os acionistas deliberaram, por unanimidade e sem ressalvas: **I.** Destituir, a partir desta data, o Sr. **FABIO ALBERTO AMOROSINO,** brasileiro, casado, administrador de empresas, inscrito no CPF nº 073.874.508-11, portador do RG nº 12.854.760-1-SSP-SP, residente e domiciliado em São Paulo - SP, do cargo de Diretor Presidente da Sociedade; e **II.** Eleger o Sr. **MARCOS LIMA MONTEIRO**, brasileiro, divorciado, economista, inscrito no CPF/MF nº 105.109.428-30, portador do RG nº 19.897.606-9-SSP-SP, com endereço comercial na Av. Paulista, nº 2.100, Bela Vista, São Paulo - SP, CEP 01310-930, para o cargo de Diretor Presidente. O Diretor eleito preenche as condições prévias de elegibilidade previstas nos artigos 146 e 147 da Lei nº 6.404/76, e não está incurso em crime algum que vede a exploração de atividade empresarial, conforme Declaração de Desimpedimento arquivada na sede da Companhia. **ENCERRAMENTO:** Nada mais a tratar, foi encerrada a reunião da qual se lavrou esta ata que, lida e aprovada, foi assinada pelos presentes, de forma eletrônica, em conformidade com a Medida Provisória 2.200-2 de 2001. **MESA:** Fabiano Siqueira de Oliveira - Presidente da Mesa. Felipe Barbosa da Silveira e Silva - Secretário. **ACIONISTAS: ALFA HOLDINGS S.A.** Eduardo Pinto de Oliveira. Fabiano Siqueira de Oliveira. **CONSÓRCIO ALFA DE ADMINISTRAÇÃO S.A.** Eduardo Pinto de Oliveira. Fabiano Siqueira de Oliveira. **CERTIDÃO:** Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 150.938/24-0 em 10 de abril de 2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

Allianz

ALLIANZ SEGUROS S.A.

CNPJ/MF nº 61.573.796/0001-66 - NIRE nº 35.300.015.444

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DA ALLIANZ SEGUROS S.A. REALIZADA EM 28 DE MARÇO DE 2024

Data, Hora e Local: Em 28 (vinte e oito) de março de 2024, às 10h00, na sede social da Allianz Seguros S.A., devidamente inscrita no CNPJ/MF sob nº 61.573.796/0001-66, sediada na Capital do Estado de São Paulo, na Rua Eugênio de Medeiros nº 303, 1º andar-parte, 2º ao 9º andar, 15º e 16º andares, Bairro Pinheiros, CEP 05425-000 ("Allianz"). **Presenças:** Acionistas representando a totalidade do capital social da Allianz. **Mesa Diretora:** Presidente: Sr. Eduard Folch Rue, membro do Conselho de Administração indicado pela unanimidade dos acionistas presentes para instalar e presidir a assembleia; e Secretária: Sra. Regina Helena Menezes Lopes. **Publicações: a)** Relatório do Conselho de Administração, Balanços Patrimoniais e demais demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 publicados no "Valor Econômico SP, páginas 51 a 56", "Valor Econômico RJ, páginas 09 a 14" e, ainda, no site do jornal Valor Econômico, todos no dia 28/02/2024; **b)** dispensada a publicação dos avisos previstos no artigo 133 da Lei nº 6.404/76, em vista do disposto no parágrafo 4º do artigo 133, da referida Lei nº 6.404/76; **c)** dispensada a publicação de editais de convocação, em vista do disposto no artigo 124, parágrafo 4º, da Lei nº 6.404/76. **Ordem do Dia: a)** exame, discussão e votação do Relatório do Conselho de Administração e das demonstrações financeiras, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; **b**) fixação dos honorários dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria; **c)** proposta do Conselho de Administração da Allianz de distribuição de dividendos no valor de R$ 30.167.933,10 (trinta milhões, cento e sessenta e sete mil, novecentos e trinta e três reais e dez centavos), nos termos do parágrafo 1º do artigo 41 do estatuto social; e **d)** redistribuição de cargos dos membros do Conselho de Administração da Allianz. **Deliberações:** Abstendo-se de votar os legalmente impedidos, todas as matérias constantes da ordem do dia foram discutidas e votadas, obtendo-se o consenso dos presentes, da seguinte forma: **1)** o Relatório do Conselho de Administração e as demonstrações financeiras, todos referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 foram aprovados por unanimidade, sem reservas, após sua leitura e debates, estando presentes os Srs. Auditores Independentes e o Comitê de Auditoria para esclarecimentos. O lucro do exercício no montante de R$ 120.671.732,41, foi assim destinado: (i) constituição da Reserva de Lucros (Reserva legal) no montante de R$ 6.033.586,62; (ii) distribuição de dividendos do lucro do exercício no montante de R$ 30.167.933,10; e (iii) retenção de lucros em Reserva Estatutária no montante de R$ 84.470.212,69. O montante no valor de R$ 12.170,07, apurado como lucros acumulados relativos a resultado de exercícios anteriores reconhecidos ao longo do exercício de 2023, será destinado à Reserva Estatutária. **2)** aprovados, com validade até a próxima Assembleia Geral Ordinária, os honorários dos administradores da Companhia, que serão fixados pelo Conselho de Administração e pelo Diretor Presidente, a saber: os membros do Conselho de Administração exercerão seus cargos sem qualquer remuneração financeira; e os membros da Diretoria, a verba honorária de até R$ 994.500,00 (novecentos e noventa e quatro mil e quinhentos reais) mensais e globais, que compreende também as verbas de representação e benefícios de qualquer natureza, com exceção da verba relativa à gratificação anual, que é variável, cujo montante é definido em função de resultados, observando-se às disposições legais pertinentes. **3)** aprovada a proposta do Conselho de Administração de distribuição de dividendos no valor de R$ 30.167.933,10 (trinta milhões, cento e sessenta e sete mil, novecentos e trinta e três reais e dez centavos), sendo realizada da seguinte forma: à acionista majoritária Allianz do Brasil Participações Ltda. a quantia de R$ 30.159.142,16 (trinta milhões, cento e cinquenta e nove mil, cento e quarenta e dois reais e dezesseis centavos), à acionista Brasil de Imóveis e Participações Ltda. a quantia de R$ 8.790,74 (oito mil, setecentos e noventa reais e setenta e quatro centavos), e aos acionistas Eduard Folch Rue e Regina Helena Menezes Lopes a quantia de R$ 0,10 (dez centavos) para cada um. **4)** aprovada a redistribuição de cargos dos membros do Conselho de Administração da Allianz da seguinte forma: o Sr. REIMUND CARSTEN, alemão, casado, economista, portador do passaporte nº CH1HKJP14, devidamente inscrito no CPF/MF sob nº 719.020.141-62, residente e domiciliado na cidade de Munique, Alemanha, com endereço profissional na Königinstrasse 28, CEP 80802, passará do cargo de VICE-PRESIDENTE para o cargo de PRESIDENTE; o Sr. EDUARD FOLCH RUE, espanhol, casado, securitário, portador do RNM nº G-421740-9-CGPI/DIREX/PF, devidamente inscrito no CPF/MF sob o nº 240.378.898-89, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço profissional na Rua Eugênio de Medeiros, 303, 5º andar, Bairro Pinheiros, CEP 05425-000, passará do cargo de CONSELHEIRO para o cargo de VICE-PRESIDENTE. Os membros do Conselho de Administração da Allianz assinam os respectivos Termos de Posse, em seus novos cargos, lavrado no livro próprio, e que seguem anexo à presente ata como Anexo I. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos desta Assembleia Geral Ordinária, lavrando-se no livro próprio a presente Ata, que lida e achada conforme, foi aprovada por todos os presentes, que a subscrevem. **Assinaturas:** Mesa: Eduard Folch Rue - Presidente; Regina Helena Menezes Lopes - Secretária. Acionistas Presentes: Allianz do Brasil Participações Ltda. (p. Eduard Folch Rue; Regina Helena Menezes Lopes; e Brasil de Imóveis e Participações Ltda. (p. Eduard Folch Rue). A presente é cópia fiel da ata original lavrada no livro próprio. São Paulo, 28 de março de 2024. Eduard Folch Rue - Presidente, Regina Helena Menezes Lopes - Secretária. JUCESP sob nº 153.329/24-5 em 16/04/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO

SETASC - SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2024/SETASC
PROCESSO Nº 0001793/2024

A Secretaria de Estado de Assistência Social e Cidadania do Estado de Mato Grosso – SETASC-MT, por meio de seu pregoeiro oficial, designado pela Portaria nº 097/2023/SETASC, torna público, nos termos da Lei nº 14.1333 de 2021 e do Decreto Estadual 1.525/2023, que realizará Procedimento Licitatório, na Modalidade: Pregão Eletrônico, do TIPO: Menor Preço, cujo OBJETO é a aquisição de itens de papelaria e uniformes para prática de natação, para atender o programa Ser Família Criança.

LANÇAMENTO E ENVIO DA(S) PROPOSTA(S) NO SIAG: De 26/04/2024 a 10/05/2024 período integral, exceto no dia da abertura da sessão no qual será permitido o envio somente até às 08h45min.

ABERTURA DAS PROPOSTAS no dia 10/05/2024 às 9h00min

INÍCIO DA SESSÃO: 09h00min, através do endereço eletrônico **http://aquisicoes.gestao.mt.gov.br**

DISPONIBILIZAÇÃO DO EDITAL: O edital estará disponível a partir do dia 26/04/2024 no endereço: **http://aquisicoes.gestao.mt.gov.br**, no menu "Edital" e no site **www.setasc.mt.gov.br.**

TELEFONES:
Informações sobre o pregão: (65) 94862-9666;
Suporte técnico ao SIAG: 0800-7222701 / (67) 3303-2730 / (67) 3303- 2702

SITE DA REALIZAÇÃO: http://aquisicoes.gestao.mt.gov.br/

***Todos os horários deste aviso são referentes ao horário de Cuiabá-MT (-1 hora de Brasília)**

Cuiabá-MT, 25 de abril de 2024.
Marcos Alexandre Pereira Stocco
Pregoeiro

FUNDAÇÃO AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ

CNPJ nº 11.513.961/0001-16

AVISO DE LICITAÇÃO

COLETA DE PREÇOS Nº 006/2024

A Fundação Agência das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí – Agência das Bacias PCJ torna público, para conhecimento dos interessados, que se acha aberta, por meio de seleção de propostas na modalidade de Coleta de Preços do tipo menor preço, a contratação de empresa para prestação de serviços visando a elaboração do Relatório Institucional da Agência das Bacias PCJ - 2024, [illegible] Sede da Fundação Agência das Bacias PCJ, na Rua Alfredo Guedes, 1949, Edifício Rácz Center, Sala 604, Higienópolis, Piracicaba, SP, no site www.agencia.baciaspcj.org.br e no site www.comitespcj.org.br. **Eduardo Massuh Cury** - Presidente da Comissão de Licitações. **Sergio Razera** - Diretor-Presidente.

PECINI LEILÕES

EDITAL DE 1º E 2º PÚBLICOS LEILÕES EXTRAJUDICIAIS E COMUNICAÇÃO DAS DATAS DOS LEILÕES ONLINE

TECNISA

DATAS: 1º Público Leilão – 03/05/2024 às 11h15 | 2º Público Leilão – 07/05/2024 às 11h15

ANGELA PECINI SILVEIRA, Leiloeira Oficial - matrícula Jucesp nº 715, autorizada pela Credora Fiduciária **HALIFAX INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA.** – CNPJ nº 08.679.759/0001-54, [illegible] **IMÓVEL: APARTAMENTO Nº 192, 19º ANDAR DO EDIFÍCIO SUNRISE (BLOCO A), INTEGRANTE DO CONDOMÍNIO SUMMER FAMILY RESORT**, situado à Rua Cabiúna, nº 42, no 42º Subdistrito – Jabaquara, São Paulo/SP. [illegible] **Valores: 1º Leilão: R$ 1.694.718,36. 2º Leilão: R$ 1.814.350,94.** [illegible] Fone (19) 3295-9777. Avenida Rotary, 187 - Jardim das Paineiras, Campinas/SP, CEP nº 13.092-509.

OPEA SECURITIZADORA S.A. - *CNPJ nº 02.773.542/0001-22*

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 368ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO (IF 21G0761891) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 16 DE MAIO DE 2024

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 368ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 368ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., celebrado em 15 de julho de 2021, conforme aditado ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se no dia **16 de maio de 2024**, às **11:00 horas**, de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** A não declaração do vencimento antecipado dos Créditos Imobiliários e, consequentemente, do resgate dos CRI, nos termos da Cláusula 8.3.7 do Termo de Securitização, em razão da verificação do Evento de Vencimento Antecipado previsto na Cláusula 8.1, item (iv) da CCB e na Cláusula 8.3.5, item (vi), caracterizado pelo descumprimento de obrigação não pecuniária, pela Devedora, de recomposição do Fundo de Reserva em até 20% (vinte por cento) do valor do Fundo de Reserva até o dia 22 de novembro de 2023, prazo anteriormente estipulado na assembleia especial de Titulares do CRI realizada em 22 de agosto de 2023 e prorrogado até 30 de março de 2024 na assembleia especial de Titulares do CRI realizada no dia 08 de fevereiro de 2024; **(ii)** Caso aprovada a matéria do item (i) da Ordem do Dia, aprovar a alteração da taxa de amortização da CCB e dos CRI, referente aos meses de maio de 2024 (inclusive) a dezembro de 2024 (inclusive) para 0,3274% (três mil, duzentos e setenta e quatro décimos de milésimo por cento) ("Nova Taxa de Amortização"), sendo certo que, a Nova Taxa de Amortização da CCB e dos CRI passará a vigorar, respectivamente, a partir da Data de Pagamento de maio de 2024 (inclusive). Caso aprovada a presente matéria da Ordem do Dia, o Anexo I e Anexo II da CCB e do Termo de Securitização, passarão a vigorar conforme Anexo I da Proposta da Administração e da ata da Assembleia; e **(iii)** Caso aprovada a matéria do item (i) da Ordem do Dia, a concessão de prazo adicional para que a Devedora realize a recomposição do Fundo de Reserva, que ocorrerá da seguinte forma: a Devedora deverá realizar dois aportes no valor de R$2.000.000,00 (dois milhões de reais) cada, sendo que o primeiro deverá ser realizado até 31 de maio de 2024, o segundo até 30 de junho de 2024 e o saldo remanescente até 31 de dezembro de 2024. As matérias acima indicadas deverão ser consideradas pelos Titulares dos CRI de forma independente no âmbito da Assembleia, de modo que a não deliberação ou a não aprovação a respeito de qualquer uma delas, não implicará automaticamente a não deliberação ou não aprovação de qualquer das demais matérias constantes da ordem do dia. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com, fsp@vort.com.br e agentefiduciario@vortx.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 368ª Série da 1ª Emissão - IF 21G0761891), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos) até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com, fsp@vort.com.br e agentefiduciario@vortx.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação. Adicionalmente, o Titular dos CRI ou seu procurador deverá informar à Emissora e o Agente Fiduciário, previamente à realização da assembleia, a respeito da existência de eventual conflito de interesse entre o Titular dos CRI com a(s) matérias objeto da Ordem do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. São Paulo, 26 de abril de 2024. **OPEA SECURITIZADORA S.A.** Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

---

COMUNICADO

DESPACHO DE AUTORIZAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE
Nº do Processo: 024.00029842/2024-41.
Interessado: CAF - COORDENADORIA DE ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA.
Assunto: PROCESSO DE AQUISIÇÃO DE ACESSÓRIO DE APARELHO AUDITIVO EM ATENDIMENTO A DEMANDA JUDICIAL.

Trata-se da aquisição de acessórios para aparelho auditivo de implante coclear, em atendimento à demanda judicial, conforme solicitação da COORDENADORIA DE ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA doc. 0020463341.

À vista das manifestações constantes dos autos, destacada a Informação 0025863143, cujos termos acolho, **AUTORIZO** a **INEXIGIBILIDADE**, com fundamento no disposto no inciso I do artigo 74 da Lei federal nº 14.133/2021, bem como a aquisição dos itens 01 a 06, por intermédio da empresa **POLITEC IMPORTAÇÃO E COMÉRCIO LTDA.,** no valor total de **R$ 12.282,00 (doze mil duzentos e oitenta e dois reais)**, considerando que a exclusividade de representação e distribuição da marca do produto no país está sob sua responsabilidade.

Seja um assinante.
Acesse assinevalor.com.br
Ligue 0800 701 8888

SOLVÍ ESSENCIS AMBIENTAL S.A.

CNPJ: 40.263.170/0001-83 (anteriormente denominada Essencis Soluções Ambientais S.A.)

Relatório da Administração

Lucro Líquido Proforma[1] atinge R$ 90 MM em 2023, aumento expressivo em relação ao mesmo período de 2022

São Paulo, 28 de março de 2024. Solví Essencis Ambiental S.A. (Solví Essencis ou Grupo Solví), líder em soluções multitecnológicas integradas para o manejo, tratamento e valorização de resíduos, com presença em mais de 100 municípios brasileiros e 170 bases operacionais, somos uma das maiores empresas do segmento na América Latina, com operações no Brasil, Argentina e Peru.

Destaques

- Margem EBITDA proforma com ganho de 3,3 p.p. atingindo 22,9%;
- Início das obras referente a construção de duas plantas para produção de Biometano (Gás Renovável) com o início das operações previstas no 2ºT de 2024 (Biometano Caieiras) e no 4ºT de 2024 (Biometano Sul), ambas as instalações possuem contrato tipo *"off take"* de venda do Biometano por 15 anos;
- Assinatura de contratos de financiamento de longo prazo junto ao BNDES totalizando 200 milhões de reais, com cerca de 50% do financiamento proveniente do Fundo Clima;
- Realização da 3ª Emissão de Debêntures no valor de R$ 130 milhões;
- Consolidação da tendência de redução dos índices referente a Saúde e Segurança do Trabalho no menor patamar histórico da companhia.
- Atualização, em 2023, do Rating ESG da Companhia, que ficou na 6ª posição, nível mundial. (Relatório de referência de ativos em infraestrutura **GRESB 2023**). Aumento de **9 p.p.** em relação a nota de 2022.

[1] **Consolidação Proforma** – Corresponde a consolidação de todas as empresas que compõe o ecossistema do Grupo Solví. Toda e qualquer informação não contábil ou derivada de números não contábeis não foi examinada pelos auditores independentes *(Ernst & Young Auditores Independentes S.S)*

Mensagem da Administração

No decorrer de 2023, alcançamos progressos significativos rumo à sustentabilidade, impulsionados não apenas pelas tecnologias existentes, mas especialmente pela continuidade das inovações que adotamos. Consolidamos nosso posicionamento como uma empresa que oferece soluções integradas para promover a circularidade, mitigação climática e valorização energética. Nossa contribuição para o desenvolvimento sustentável é intrínseca às nossas atividades, proporcionando acesso a serviços para a gestão adequada de resíduos, impulsionados pela importância do Marco Legal do Saneamento, que fortalece o papel do setor de resíduos na oferta de serviços e tecnologias para tratamento e disposição final ambientalmente adequados, contribuindo para a erradicação das disposições incorretas (lixões). Trabalhamos incessantemente na busca por serviços mais sustentáveis, mantendo laços estreitos e respeitosos com todos os nossos públicos de relacionamento, pautados pela integridade, ética e conduta sendo a única empresa do setor a ter o Selo Pró-Ética. As nossas ações tem contribuído para o desenvolvimento socioambiental onde atuamos e isso é evidenciado pelos resultados do nosso Programa de Parceria Cidadã com a Sociedade (PPCS), que em 2023 impactou positivamente mais de 1 milhão de pessoas, com investimentos relevantes em ações, projetos e patrocínios socioambientais. Adicionalmente, mantemos nossa segurança do setor, tendo investido em 2023 cerca de 400 milhões de reais em nossas operações, dando continuidade ao nosso alto padrão na segurança e saúde de nossos colaboradores, estabelecendo desafios cada vez mais ambiciosos a cada ano. Acreditamos firmemente que ao longo dos anos, o setor de resíduos tem evoluído significativamente, e nos orgulhamos de ser parte dessa história, contribuindo com marcos importantes. Ao vermos essa temática ganhar relevância em toda a sociedade, beneficiando diretamente na qualidade de vida, saúde da população, preservação do meio ambiente e na agenda de mudanças climáticas, reforçamos nossa crença em um mundo mais circular, ecologicamente correto, economicamente viável e socialmente justo. Aos Acionistas, Colaboradores, Clientes e Fornecedores, expressamos os nossos sinceros agradecimentos.

A Administração

I) A COMPANHIA

As principais atividades operacionais da companhia estão divididas em três segmentos, conforme abaixo: **I. Tratamento, Disposição Final e Coleta:** Oferecemos soluções para a disposição e tratamento de resíduos através de aterros sanitários classe I (perigosos) e classe II (resíduos perigosos), assim como outras tecnologias como serviços de coprocessamento, tratamento de resíduos de saúde, blendagem de resíduos para combustível alternativo (CDR), incineração, compostagem de resíduos orgânicos, dessorção térmica para descontaminação de solos, estações de tratamento de efluentes, controle de emissões atmosféricas e remediação de áreas impactadas, além de triagem, reciclagem e valorização de resíduos da construção civil. Também realizamos as atividades relacionadas ao atendimento a emergências ambientais. Completando o ciclo da cadeia de prestação de serviços para resíduos, ofertamos ao mercado soluções de transporte seja para clientes públicos ou privados com serviços de coleta e operações de transbordo. **II. Valorização Energética:** Atuamos com geração de energia limpa a partir do biogás, proveniente da decomposição dos resíduos orgânicos depositados nos aterros, e mantemos seis usinas termoelétricas em operação gerando mais de 60 Mw. A geração de energia a partir do metano é uma forma sustentável de valorização dos gases do aterro, além de gerar créditos de carbono. Também trabalhamos para a produção do Biometano e atualmente estamos concluindo a instalação de duas unidades para produção de Biometano, combustível verde, obtido a partir do biogás de Aterro Sanitário. **III. Economia Circular:** Por meio de serviços e soluções integradas e inovadoras, potencializamos a geração de valor aos negócios, apoiando nossos clientes e parceiros na transição para processos mais circulares, identificando oportunidades de aproveitamento no processo e recuperando recursos naturais e materiais recicláveis provendo também os nossos clientes de serviços de limpeza especial, de vias públicas e de manutenção de áreas verdes.

II) DESEMPENHO FINANCEIRO

Em janeiro de 2023 a companhia concluiu o processo de registro junto a CVM, categoria B, tornando-se uma companhia aberta. Em dezembro/23 teve seu rating de crédito reavaliado pela agência S&P, confirmando a manutenção da nota BrAA – Escala Nacional, confirmando o Grau de Investimento Alto e a capacidade da companhia em honrar seus compromissos. O Grupo Solví desenvolve suas atividades através de estruturas societárias que não estão completamente consolidadas nas Demonstrações Financeiras da Companhia (vide nota 14.1). Visando mostrar o resultado das empresas geridas pelo Grupo Solví, demonstramos abaixo os resultados proforma.

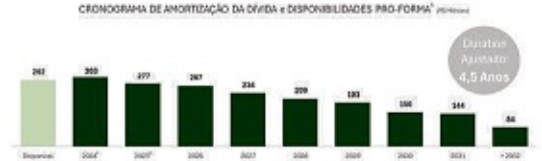
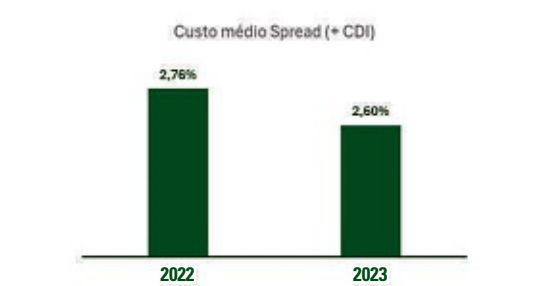
RESULTADOS - PROFORMA

Destaques Operacionais e Financeiros	12M2023	12M2022	Δ %	4T2023	4T2022	Δ %
Receita Bruta	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Receita Líquida	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Ebitda	603	557	8,3%	144	160	-9,8%
Margem Ebitda (Ebitda/RL)	22,9%	19,6%	3,3 p.p	26,0%	20,8%	5,0 p.p
Lucro Líquido	90	(18)	602%	90	(18)	602%
Capex UDM	400	272	47,2%	400	272	47,2%
Dívida Líquida	1.624	1.280	26,9%	1.624	1.280	26,9%
Dívida Líquida / Ebitda UDM	2,7 x	2,3 x	0,4 x	2,7 x	2,3 x	0,4 x
Dívida Líquida	1.624	1.280	26,9%	1.624	1.280	26,9%
Dívida Bruta	1.916	1.678	14,5%	1.916	1.678	14,5%
Disponibilidade	292	394	-25,8%	292	394	-25,9%

- A Receita Bruta proforma alcançou R$ 3,07 Bilhões em 2023, como parte da estratégia de melhoria de margens, seguimos com o processo de análise de eficiência de nossa receita, priorizando atividades que agregam alto valor aos nossos negócios. Finalizamos as operações na Sucursal Bolívia e as atividades de Recuperação de Metais, com reflexo positivo direto em nossas margens.

- A evolução da receita por segmento demonstra o posicionamento estratégico da companhia, com foco no desenvolvimento de atividades na frente de "Tratamento e Valorização de Resíduos", a receita do segmento de energia foi afetada pela queda temporária dos preços da energia ao longo de 2023. As reduções observadas nos segmentos Coleta Domiciliar e Outros referem-se à interrupção das atividades na Bolívia, cujo contrato foi desmobilizado no início de 2023.

- Em análise comparativa, desconsiderando as operações da Sucursal Bolívia e Recuperação de Metais em 2022, a receita apresenta um crescimento de **6%** quando comparada ao resultado de 2023, em especial nos segmentos de Tratamento e Valorização de Resíduos.

- O Ebitda Proforma atingiu o valor de **603 milhões**, um crescimento de **8,3%** quando comparado ao ano anterior, reflete a eficiência da companhia na gestão de custos operacionais, reposicionamento de preços e amadurecimento de novos projetos no segmento de Tratamento e Valorização. A margem Ebitda em 2023 atingiu **22,9%** frente a **19,6% em** 2022.

- Caixa e Cronograma de Amortização da Dívida – A companhia encerrou o exercício com **292 milhões** em caixa e um prazo médio de **4,5 ano** de Duration.
- Endividamento e Alavancagem Proforma: A dívida líquida proforma ficou em 1,624 Bilhão, a Alavancagem, medida pela relação Dívida Líquida/Ebitda fechou em 2,7X ante 2,3X em 2022, reflexo dos investimentos em novas plantas, especialmente Biometanos, a partir do início das operações destas plantas, e geração do Ebitda correspondente, é esperado redução do indicador.

- O spread médio da Dívida reduziu de **2,76%** para **2,60%**, redução percentual de **6%**, reflete a melhoria na redução das despesas financeiras, otimização da estrutura de capital e Alongamento do perfil do endividamento.

- Encerramos 2023 com um total de investimentos de **400 milhões**, frente a **272** milhões em 2022, reflete a materialização da estratégia da companhia, com foco no desenvolvimento de novos projetos e manutenção da capacidade das operações. Ainda em 2023, reduzimos a necessidade de novos investimentos em **29** milhões através de iniciativas operacionais e inovadoras na execução de investimentos, sem comprometer a qualidade e a segurança das operações.

RESULTADOS - SOCIETÁRIO

A Receita Operacional Líquida Consolidada, assim como os Custos e Despesas, apresentam os efeitos da reorganização societária ocorrida em 30/06/22, conforme nota 1.1 (a) da Demonstração Financeira, afetando a comparabilidade dos períodos, tanto na visão Consolidada quanto na visão da Controladora. Em função da referida reorganização, a Solví Essencis passou a consolidar as investidas a partir de 01/07/22, o que afeta de sobremaneira a comparabilidade dos períodos. As Demonstrações Financeiras completas da companhia, revisadas pelo auditor externo independente, estão disponíveis no website da companhia, sessão Relacionamento com Investidores.

III) DESEMPENHO OPERACIONAL

Para assegurar a excelência e as melhores práticas para manter nossas operações na vanguarda do setor, investimos constantemente em equipamentos, inovação e tecnologia. Estabelecemos caminhos e rotas tecnológicas para melhorar o desempenho e avançarmos na ampliação da valorização energética, soluções mitigadoras para as condições climáticas e economia circular, atuando sempre na busca de excelência em desempenho e resultados, garantia da segurança operacional e ambiental, trazendo impacto positivo para todos nossos stakeholders. A segurança e a saúde dos nossos colaboradores é um tema material para nós, mantemos o compromisso de reforçar a cultura de prevenção. O Programa OPS – Operação, Produtividade e Segurança demonstrou o foco na gestão de riscos críticos e uma evolução na cultura de segurança, com reflexos em todas as esferas operacionais e gerenciais da empresa, com resultados que atestam esse empenho. Orientados para a busca contínua por melhores resultados e desempenho, o Programa OPS ampliou sua atuação e foi além dos aspectos de Segurança, com foco no Pilar Operação e Produtividade com o objetivo de aumentar produtividade e promover melhorias na gestão de custos. A inovação esteve presente nesse desafio com o aprimoramento e criação de centros de inteligência operacional para serem utilizados como ferramentas para o alcance estrutura de custos mais eficiente. A eficiência operacional e a boa produtividade são um impacto positivo em nossos colaboradores e fortalece seu engajamento e estão rotineiramente sendo capacitados por especialistas para a busca de oportunidades para a melhoria do desempenho operacional. O Programa ASAS (Ampliando Segurança Ambiental) busca a excelência ambiental das nossas operações identificando e reduzindo falhas de processos operacionais com potencial de risco, atuando na prevenção de eventos indesejáveis e garantindo a perenidade das operações. Todas as ações desenvolvidas para o desempenho operacional são a base para a obtenção de maiores resultados e a entrega de serviço diferenciado com alta qualidade a nossos clientes, com reflexo direto na estrutura de custos da companhia.

Principais Instalações em Operação:

IV) VALORIZAÇÃO ENERGÉTICA

O biogás, gás renovável, tem um papel crucial na descarbonização de vários setores no Brasil, com um investimento projetado de mais de R$60 bilhões até 2030, segundo dados da Abiogás. Atualmente, mais de 70% do biogás produzido no país é derivado de resíduos sólidos, destacando a Solví como líder desse mercado e potencialmente uma das principais impulsionadoras da valorização do biogás. Com seis plantas termelétricas de geração de energia renovável a partir do biogás de aterro sanitário, totalizando uma capacidade instalada superior a 60 MWm, a Solví está firmemente estabelecida como uma das principais plataformas de energia limpa do país. Visando maximizar o valor do biogás, a empresa está construindo duas plantas de Biometano, em Caieiras/SP e Minas do Leão/RS, com capacidade de 130 mil Nm³/dia. Esses projetos estão em fase final de implementação, foram financiados pelo BNDES através de recursos do Fundo Clima, e representam um investimento total de aproximadamente R$ 240 milhões. Em nosso pipeline de novos projetos, temos a previsão de mais dez novas plantas, com potencial de geração totalizando mais de 1 milhão de Nm³/dia de Gás Natural Renovável (biometano) até 2030.

V) PROJETO RECICLAGEM

Para a Solvi, nada mais relevante na economia circular do que a correta separação e destinação dos materiais recicláveis. Em 2023, a empresa inaugurou mais duas Centrais Mecanizadas de Triagem nas Unidades de Valorização Sustentável (UVS) de Caieiras/SP e São Leopoldo/RS, empregando tecnologia de última geração. Isso permite à Solvi oferecer às indústrias de bens de consumo a oportunidade de reintegrar produtos 100% reciclados à cadeia produtiva. Esses projetos de reciclagem representam apenas o começo das iniciativas da Solvi. A empresa segue expandindo essas operações e estão em fase de desenvolvimento o estudo em mais 16 plantas localizadas nos aterros do grupo, consolidando-se como uma das principais produtoras de materiais recicláveis no Brasil, provenientes dos resíduos sólidos urbanos.

VI) COMPROMISSOS COM A SUSTENTABILIDADE

Nossa Política de Sustentabilidade está cada vez faz fortalecida e com a contribuição da Comissão de Sustentabilidade (Comissão interna) que alinha os interesses dos nossos stakeholders na nossa Matriz de Materialidade, recentemente atualizada através da análise e identificação dos assuntos mais relevantes para a organização, leva em consideração as estratégias dos negócios e a percepção dos impactos causados por ela através da consulta realizada com os mais diversos públicos com que ela se relaciona, seus stakeholders. Buscamos a interação constante com nossos stakeholders, sendo que, cada uma das áreas de negócio da companhia interage de forma a manter um bom relacionamento com cada um dos públicos, podendo ocorrer por meio dos nossos programas do Modelo de Empresariamento Solví (MES), dentre eles: o Programa de Gestão Contratada (PGC), Programa de Parceria Cidadã com a Sociedade (PPCS), Programa de Integridade e Sustentabilidade (PIS), Programa de Criação de Valor (PCV). Nossa contribuição para o desenvolvimento sustentável se manifesta já pela natureza das atividades que desenvolvemos. Proporcionar acesso de clientes às soluções para a correta gestão de resíduos tem evidentes impactos sociais, ambientais e econômicos. Reforçamos nosso compromisso com ESG e evoluímos nas metas do nosso Compromisso Público de Sustentabilidade que abordam 10 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) estabelecidos pela Organização das Nações Unidas (ONU) – Inteligência Energética, Gestão Hídrica, Mudanças Climáticas, Evolução na Circularidade, Bem-estar e Segurança das Pessoas, Desenvolvimento da Comunidade, Fazer o Certo e Inovação. Buscamos manter laços estreitos e respeitosos com todos os nossos públicos de relacionamento, caracterizados pela integridade e pelo valor agregado, seja ele material ou intangível, contribuindo para o desenvolvimento socioambiental. O Instituto Solví, pertencente ao Grupo Solví, tem como objetivo colaborar com as UVS's na promoção da melhoria da qualidade de vida, na integração de comunidades em situação de vulnerabilidade social, na preservação do meio ambiente e no estímulo à cultura, ao esporte e à saúde. Sua atuação apoia as empresas do Grupo Solví na gestão do Programa de Parceria Cidadã com a Sociedade (PPCS), que fundamenta nossas ações institucionais, ambientais, econômicas e sociais, criando condições para que as operações tenham impacto positivo na vida das pessoas e sejam reconhecidas por sua relevância. Em 2023, essas iniciativas impactaram mais de 1 milhão pessoas, com investimentos superiores a R$ 3 milhões em ações, projetos e patrocínios socioambientais. Os projetos para preservação do meio ambiente e o engajamento com as comunidades locais estão alinhados com os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) propostos pela ONU. Em 2023 o **Rating ESG** da Companhia obteve a **6ª colocação** entre os pares a nível mundial, ano a ano a Companhia vem apresentando melhoria significativa da pontuação obtida, conforme histórico a seguir: 2021 -**70 Pontos**; 2022 – **77 Pontos**, 2023 – **84 Pontos**. (Fonte: Relatório de referência de ativos em infraestrutura GRESB 2023). Estamos evoluindo e inovando sempre, a sustentabilidade é pauta em nossos comitês de gestão, demonstrando o nosso compromisso para transformar o futuro que deixaremos como legado para as próximas gerações.

VII) SAÚDE E SEGURANÇA

A segurança e a saúde de nossos colaboradores são temas materiais para nós que mantemos como compromisso promover melhorias contínuas e reforçar a cultura de prevenção entre todas as equipes dedicadas a nossas operações, próprias ou terceiras. A totalidade de nossos profissionais, e os terceiros residentes também, são cobertos por nosso Sistema de Saúde e Segurança. Entendemos que zelar pela vida de todos é uma questão ética, e passa por proporcionar todos os conhecimentos, treinamentos e recursos materiais necessários à execução das atividades com qualidade e a menor exposição possível a riscos. O Grupo Solvi considera saúde, segurança como um valor e uma prática inegociável, tem em muito evoluído e ano a ano coloca desafios mais ambiciosos, em 2023 não houve registro de acidentes fatais. O Grupo Solví possui um programa robusto para gestão de Saúde e Segurança, apresentando evolução significativa dos indicadores nos últimos anos, conforme pode ser observado abaixo:

VIII) CAPITAL HUMANO

O Grupo Solví emprega mais de 12 mil colaboradores e mais de 1,6 mil terceiros em nossas unidades operacionais. Nossa presença de Norte a Sul do Brasil e em localidades na Argentina e no Peru, agrega importante diversidade cultural e de potencialidades. Trabalhamos de maneira a valorizar essa pluralidade e reconhecer demandas e necessidades resultantes das particularidades locais. Em nossas operações, procuramos promover a diversidade de gênero, raça, etnia e orientação sexual, e estamos comprometidos com a inclusão de pessoas com necessidades especiais, trabalhando para contribuir com o desenvolvimento dessas pessoas, para que tenham trabalho e renda justas. Acreditamos que todos, com suas diferenças e vivências, podem contribuir na construção de uma companhia de sucesso, acreditando nisso, buscamos ações que promovam atração, desenvolvimento e engajamento das nossas pessoas, aperfeiçoando seus potenciais e competências necessárias para fazer frente aos desafios de crescimento da Solví. Através dos Programas da Academia de Excelência e outras opções de educação continuada, preparamos nossos colaboradores para assumir novas posições, incluindo posições de liderança para suportar a estratégia de Crescimento da Solví, e por meio do Programa de Parceria Cidadã com a Sociedade, eles atuam como agentes e embaixadores do nosso propósito, desenvolvendo a atitude de servir para o bem, engajando-os nas ações socioambientais e de voluntariado, construindo juntos, um legado nos municípios em que atuamos. O Perfil dos colaboradores do Grupo Solví encontra-se ilustrado nos gráficos abaixo:

IX) RELACIONAMENTO COM AUDITORES

A Companhia informa que a sua política de contratação de serviços não relacionados a auditoria externa se substancia nos princípios que preservam a independência do auditor, adotando como procedimento assegurar-se de que a realização da prestação de outros serviços não venha a afetar a independência e objetividade necessárias ao desempenho dos serviços de auditoria independente. No período findo em 31 de dezembro de 2023, a ERNST & YOUNG Auditores Independentes S/S além dos serviços de auditoria, prestou serviços de Asseguração de cálculo de Covenants.

A Administração

Balanços Patrimoniais para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativo	Nota Explicativa	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	6	6.462	61.648	222.333	326.956
Títulos e valores mobiliários	7	-	-	318	372
Contas a receber de clientes	8	118.796	106.509	607.411	506.850
Ativos financeiros de concessão	35.2	-	-	7.898	5.824
Estoques	10	20.907	18.473	61.478	70.205
Dividendos a receber	12	530	9.039	3.646	3.477
Impostos a recuperar	13	15.825	4.662	89.929	27.836
Outras contas a receber	9	5.640	4.865	25.270	15.530
Adiantamento a fornecedores		849	39	7.402	1.627
Ativos mantidos para venda	11	-	-	1.470	1.470
Total do ativo circulante		**169.009**	**205.235**	**1.027.155**	**960.147**
Não Circulante					
Realizável a longo prazo:					
Títulos e valores mobiliários	7	9.471	9.893	9.471	14.882
Impostos a recuperar	13	3.404	15.352	51.030	93.170
Contas a receber de clientes	8	3.225	1.138	131.962	163.311
Mútuos a receber de partes relacionadas	22	2.810	138.866	36.743	24.587
Ativo financeiro de concessão	35.2	-	-	-	9.927
Dividendos a receber	12	24.972	839	839	839
Ativo fiscal diferido	26	111.826	65.393	181.962	138.915
Outras contas a receber	9	1.038	1.123	20.994	11.427
Depósitos judiciais		3.569	2.343	49.305	49.821
		160.315	**234.947**	**482.306**	**506.879**
Investimentos	14	1.159.889	999.033	194.033	185.653
Imobilizado	15	379.532	345.410	1.124.713	1.015.684
Direito de uso - Arrendamento	16	43.344	44.122	81.102	91.123
Intangível	17	34.061	19.810	295.608	274.330
		1.616.826	**1.408.375**	**1.695.456**	**1.566.790**
Total do ativo não circulante		**1.777.141**	**1.643.322**	**2.177.762**	**2.073.669**
Total do Ativo		**1.946.150**	**1.848.557**	**3.204.917**	**3.033.816**

Passivo	Nota Explicativa	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Circulante					
Fornecedores	18	54.190	43.532	238.604	209.146
Mútuos a pagar a partes relacionadas	22	-	-	7.201	7.386
Empréstimos e financiamentos	19	41.710	84.372	136.619	170.932
Debêntures	20	122.894	7.112	131.322	7.913
Passivo de arrendamento	21	6.175	5.489	20.330	21.335
Salários, benefícios e encargos sociais	23	20.621	17.928	114.005	134.756
Impostos, taxas e contribuições	25	14.525	6.962	75.464	69.682
Dividendos a pagar	12	12.740	12.740	63.511	84.814
Adiantamentos de clientes		6.223	2.990	8.665	7.226
Outras contas a pagar		7.956	9.733	14.162	19.873
Total do passivo circulante		**287.034**	**190.858**	**809.883**	**733.063**
Não Circulante					
Fornecedores	18	2.738	3.709	7.128	16.359
Mútuos a pagar a partes relacionadas	22	36.771	7.878	15.436	2.803
Dividendos a pagar	12	-	-	25.879	-
Empréstimos e financiamentos	19	74.585	94.990	270.077	259.230
Debêntures	20	998.203	983.937	1.125.193	1.056.897
Passivo de arrendamento	21	42.700	43.341	70.059	78.515
Impostos, taxas e contribuições	25	51	174	1.119	1.300
Passivo fiscal diferido	26	-	-	17.173	11.996
Provisão para perda em investimentos	14	2.525	-	163	160
Provisões	24	71.100	70.749	295.673	298.054
Adiantamento de Clientes		-	-	1.071	-
Outras contas a pagar		333	-	333	-
Total do passivo não circulante		**1.229.006**	**1.204.778**	**1.829.304**	**1.725.314**
Patrimônio Líquido					
Capital social	27	281.382	281.382	281.382	281.382
Reserva de capital		124.555	124.555	124.555	124.555
Reservas de lucros		40.599	46.179	40.599	46.179
Ajustes de avaliação patrimonial		(16.426)	805	(16.426)	805
Total do patrimônio líquido dos controladores		**430.110**	**452.921**	**430.110**	**452.921**
Participação dos não controladores	14.1	-	-	135.620	122.518
Total do patrimônio líquido		**430.110**	**452.921**	**565.730**	**575.439**
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		**1.946.150**	**1.848.557**	**3.204.917**	**3.033.816**

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Capital social	Reserva de capital	Reserva de lucros: Reserva legal	Reserva de lucros: Reserva de retenção de lucros	Lucros Acumulados	Outros resultados abrangentes	Patrimônio líquido	Participação de não controladores	Patrimônio líquido consolidado
Saldos em 31 de Dezembro de 2021	**129.196**	**123.846**	**25.837**	**110.582**	**-**	**104**	**389.565**	**32.028**	**421.593**
Lucro /(prejuízo) líquido do exercício	-	-	-	-	(44.000)	-	(44.000)	24.004	(19.996)
Aumento do capital social – nota explicativa 27	152.186	709	-	-	-	-	152.895	4.431	157.326
Transferência para reserva de lucros	-	-	-	(44.000)	44.000	-	-	-	-
Dividendos distribuídos – nota explicativa 27	-	-	-	(46.240)	-	-	(46.240)	(26.231)	(72.471)
Ajustes reflexos de hiperinflação em investimentos na Argentina	-	-	-	-	-	(385)	(385)	-	(385)
Ajustes acumulados de conversão	-	-	-	-	-	1.339	1.339	201	1.540
Adição de minoritário em função de reorganização societária – nota explicativa 1.2	-	-	-	-	-	-	-	88.192	88.192
Remensuração do passivo de benefício definido	-	-	-	-	-	(253)	(253)	(107)	(360)
Saldos em 31 de Dezembro de 2022	**281.382**	**124.555**	**25.837**	**20.342**	**-**	**805**	**452.921**	**122.518**	**575.439**
Lucro /(prejuízo) líquido do exercício	-	-	-	-	(5.580)	-	(5.580)	57.818	52.238
Aumento do capital social	-	-	-	-	-	-	-	7.480	7.480
Transferência para reserva de lucros	-	-	-	(5.580)	5.580	-	-	-	-
Dividendos distribuídos	-	-	-	-	-	-	-	(51.578)	(51.578)
Remensuração do passivo de benefício definido	-	-	-	-	-	(633)	(633)	(61)	(694)
Ajustes reflexos de hiperinflação em investimentos na Argentina	-	-	-	-	-	24.840	24.840	-	24.840
Ajustes acumulados de conversão	-	-	-	-	-	(41.438)	(41.438)	(557)	(41.995)
Saldos em 31 de Dezembro de 2023	**281.382**	**124.555**	**25.837**	**14.762**	**-**	**(16.426)**	**430.110**	**135.620**	**565.730**

Demonstrações dos Resultado Abrangente para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	(5.580)	(44.000)	52.238	(19.996)
Ajustes de hiperinflação de investimentos na Argentina/CTI	24.840	(385)	24.840	(385)
Ajustes acumulados de conversão	(41.438)	1.339	(41.995)	1.540
Remensuração do passivo de benefício definido	(694)	(360)	(694)	(360)
Total do resultado abrangente da Companhia	**(22.872)**	**(43.406)**	**34.389**	**(19.201)**
Resultado abrangente atribuível aos:				
Acionistas controladores			(22.872)	(43.406)
Acionistas não controladores			57.261	24.205
Resultado abrangente total			**34.389**	**(19.201)**

Demonstrações dos Resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota Explicativa	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Receita operacional líquida	28	**423.043**	**411.018**	**2.224.349**	**1.514.111**
Custo dos serviços prestados	29	(299.123)	(283.731)	(1.693.769)	(1.200.291)
Lucro bruto		**123.920**	**127.287**	**530.580**	**313.820**
Receitas e despesas operacionais					
Despesas comerciais	30	(3.636)	(7.601)	(20.413)	(23.087)
Despesas administrativas	31	(72.453)	(65.382)	(193.399)	(124.519)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	32	(4.446)	(2.181)	11.311	(12.204)
Resultado de equivalência patrimonial	14	93.741	(6.618)	13.617	14.504
Receitas e despesas operacionais líquidas		**13.206**	**(81.782)**	**(188.884)**	**(145.306)**
Lucro antes das receitas e despesas financeiras		**137.126**	**45.505**	**341.696**	**168.514**
Receitas (despesas) financeiras					
Receitas financeiras	33	15.002	24.248	68.961	48.798
Despesas financeiras	33	(205.461)	(127.365)	(302.712)	(177.474)
Receitas (despesas) financeiras, líquidas		**(190.459)**	**(103.117)**	**(233.751)**	**(128.676)**
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social		**(53.333)**	**(57.612)**	**107.945**	**39.838**
Imposto de renda e contribuição social					
Corrente	26	1.321	-	(97.241)	(53.412)
Diferido	26	46.432	13.612	38.999	(9.188)
Incentivo lucro da exploração		-	-	2.535	2.766
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		**(5.580)**	**(44.000)**	**52.238**	**(19.996)**
Atribuível à:					
Acionista da controladora				(5.580)	(44.000)
Participação de não controladores				57.818	24.004
				52.238	**(19.996)**
Lucro por ação	36				
Lucro por ação - básico e diluído - em R$		**(0,02)**	**(0,21)**		

Demonstração do Valor Adicionado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
1 - Receitas	**489.642**	**469.823**	**2.624.916**	**1.750.816**
1.1. Vendas de mercadorias, produtos e serviços	491.104	476.295	2.585.626	1.735.397
1.2. Outras receitas	1.161	149	48.451	33.762
1.3. Provisão para crédito de liquidação duvidosa - reversão / (constituição) e baixa	(2.623)	(6.621)	(9.161)	(18.343)
2 - Insumos Adquiridos de Terceiros (Inclui ICMS e IPI)	**(154.491)**	**(158.348)**	**(884.343)**	**(653.760)**
2.1. Custos das mercadorias e serviços vendidos	(62.742)	(78.899)	(429.003)	(304.877)
2.2. Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(69.088)	(56.100)	(369.557)	(282.558)
2.3. Outros	(22.661)	(23.349)	(85.783)	(66.325)
3 - Valor Adicionado Bruto (1-2)	**335.151**	**311.475**	**1.740.573**	**1.097.056**
4 - Depreciação e Amortização	**(39.250)**	**(39.448)**	**(157.337)**	**(108.064)**
5 - Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade (3-4)	**295.901**	**272.027**	**1.583.236**	**988.992**
6 - Valor Adicionado Recebido em Transferência	**109.207**	**18.003**	**90.982**	**77.533**
6.1. Resultado de equivalência patrimonial	93.741	(6.618)	13.617	14.504
6.2. Receitas financeiras	15.002	24.248	68.961	57.430
6.3. Outros	464	373	8.404	5.599
7 - Valor Adicionado Total a Distribuir (5+6)	**405.108**	**290.030**	**1.674.218**	**1.066.525**
8 - Distribuição do Valor Adicionado	**405.108**	**290.030**	**1.674.218**	**1.066.525**
8.1. Pessoal	**122.725**	**100.658**	**637.607**	**418.292**
8.1.1. Remuneração direta	93.313	74.269	476.909	306.136
8.1.2. Benefícios	24.501	21.982	136.990	96.281
8.1.3. FGTS	4.911	4.407	23.708	15.875
8.2. Impostos, taxas e contribuições	**62.790**	**89.701**	**511.089**	**358.511**
8.2.1. Federais	17.855	48.039	395.432	273.230
8.2.2. Estaduais	1.793	3.391	7.032	12.014
8.2.3. Municipais	43.142	38.271	108.625	73.267
8.3. Juros e aluguéis	**225.173**	**143.671**	**473.284**	**309.718**
8.3.1. Juros	204.064	126.319	297.249	188.489
8.3.2. Aluguéis	21.109	17.352	176.035	121.229
8.4. Remuneração de capitais próprios	**(5.580)**	**(44.000)**	**52.238**	**(19.996)**
8.4.1. Prejuízo/(lucro) do exercício	(5.580)	(44.000)	(5.580)	(44.000)
8.4.2. Participação dos não controladores nos lucros retidos	-	-	57.818	24.004

Demonstrações dos Fluxos de Caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Das atividades operacionais				
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	**(5.580)**	(44.000)	**52.238**	(19.996)
Ajustes para reconciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:				
Depreciações, amortizações, exaustões e redução ao valor recuperável do imobilizado e ativo do direito de uso	**39.250**	39.448	**161.296**	108.064
Baixa de imobilizado e intangível	**612**	2.886	**19.324**	13.776
Resultado de equivalência patrimonial	**(93.741)**	6.618	**(13.617)**	(14.504)
Encargos financeiros e variação cambial sobre financiamentos, empréstimos, debêntures e arrendamento	**195.586**	117.991	**253.385**	143.228
Rendimentos financeiros inerentes a mútuos cedidos	**(796)**	(3.699)	**(1.059)**	(15.666)
Despesas com juros sobre contratos de mútuos	**3.932**	967	**803**	1.168
Provisão para fechamento e pós fechamento de aterros	**(569)**	3.947	**7.074**	11.386
Reversão/(provisão) para transporte, tratamento e destinação de chorume	**245**	817	**(2.295)**	(6.497)
Provisão para crédito liquidação duvidosa	**1.037**	(4.068)	**1.217**	(2.892)
Ajuste ao valor recuperável de ágio	**-**	-	**-**	61.630
Provisão para contingências	**322**	(2.212)	**(7.805)**	10.062
Provisão de imposto de renda e contribuição social	**(1.321)**	-	**94.706**	50.646
Imposto de renda e contribuição social diferido	**(46.433)**	(13.612)	**(38.999)**	9.188
Provisão para obrigações contratuais futuras	**353**	-	**1.759**	-
Reversão de ativo financeiro de concessão	**-**	-	**7.853**	2.337
Reversão/ provisão de ajustes de inventário	**-**	4.111	**-**	5.022
Aumento / Redução nos ativos operacionais				
Títulos e valores mobiliários	**422**	2.761	**5.465**	1.784
Contas a receber de clientes	**(1.305)**	10.039	**(71.851)**	24.306
Partes relacionadas	**(14.106)**	(6.388)	**1.422**	30.853
Impostos a recuperar	**2.106**	(5.652)	**(61.946)**	8.198
Estoques	**(2.434)**	2.513	**8.727**	3.426
Dividendos recebidos	**45.435**	17.590	**6.363**	5.085
Outras contas a receber	**(7.105)**	(36.448)	**(35.726)**	(28.330)
Adiantamento a fornecedores	**(810)**	2.388	**(5.775)**	7.869
Depósitos judiciais	**(1.226)**	(1.128)	**516**	(14.825)
Aumento / Redução nos passivos operacionais				
Fornecedores	**14.110**	3.984	**22.719**	(36.131)
Partes relacionadas	**(4.423)**	(4.542)	**(2.492)**	2.312
Salários benefícios e encargos sociais	**2.693**	(4.363)	**(20.751)**	(26.288)
Impostos taxas e contribuições	**7.440**	(3.138)	**11.634**	(5.317)
Adiantamento de clientes	**3.233**	(3.239)	**2.510**	(4.743)
Outras contas a pagar	**(1.694)**	(61.651)	**(16.455)**	(3.162)
Caixa proveniente das operações	**135.233**	**21.920**	**380.240**	**321.989**
Pagamento de impostos sobre o lucro	**-**	-	**(57.617)**	(63.266)
Mútuos ativos - recebimento de juros	**-**	-	**-**	791
Mútuos passivos - juros pagos	**(65.357)**	(186)	**(297)**	(191)
Debêntures - juros pagos	**(173.884)**	(80.508)	**(193.202)**	(80.508)
Empréstimos e financiamentos - juros pagos	**(17.912)**	(29.370)	**(42.681)**	(42.088)
Passivo de arrendamento - juros pagos	**(3.813)**	(2.627)	**(7.310)**	(6.053)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	**(125.733)**	**(90.771)**	**79.133**	**130.674**
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Mútuos ativos – concedidos	**(13.249)**	(76.793)	**(13.189)**	(156.995)
Mútuos ativos - recebimento principal	**-**	12.066	**607**	33.928
Aumento de capital social em controladas	**(17.355)**	-	**-**	-
Aquisição controle sobre investimentos, líquido do caixa oriundo aquisição	**-**	(1.867)	**-**	(1.867)
Adição em caixa e equivalentes proveniente à reorganização societária	**-**	-	**-**	163.037
Aquisição de ativo imobilizado	**(78.885)**	(63.883)	**(266.335)**	(180.413)
Aquisição de intangível	**(2.844)**	(3.213)	**(20.718)**	(4.789)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	**(112.333)**	**(133.690)**	**(299.635)**	**(147.099)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Mútuos passivos – captação	**121.756**	12.104	**15.138**	9.865
Mútuos passivos – pagamento de principal	**(197)**	(5.424)	**-**	(5.580)
Emissão de debêntures	**130.000**	348.154	**190.000**	423.154
Gastos com captação de debêntures	**-**	(16.065)	**-**	(18.136)
Empréstimos e financiamentos – captação	**24.033**	87.898	**154.836**	136.713
Empréstimos e financiamentos – pagamento de principal	**(87.029)**	(91.814)	**(190.234)**	(152.317)
Passivos de arrendamento – pagamento de principal	**(5.683)**	(5.640)	**(22.568)**	(15.785)
Dividendos pagos	**-**	(46.240)	**(31.293)**	(46.240)
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	**182.880**	**282.973**	**115.879**	**331.674**
Aumento líquido (redução) de caixa e equivalentes de caixa	**(55.186)**	**58.512**	**(104.623)**	**315.249**
Caixa e equivalentes de caixa				
No início do exercício	**61.648**	3.136	**326.956**	11.707
No final do exercício	**6.462**	61.648	**222.333**	326.956
Aumento líquido (redução) de caixa e equivalentes de caixa	**(55.186)**	58.512	**(104.623)**	315.249

Contexto operacional

A Solví Essencis Ambiental S.A., anteriormente denominada Essencis Soluções Ambientais S.A. ("Companhia" ou "Grupo Solví"), é uma sociedade por ações de capital fechado com sede na Avenida Gonçalo Madeira, 400 - Jaguaré, município de São Paulo – SP, e é controlada pela Solví Participações S.A. ("Solví Participações").

A atividade operacional do Grupo Solví é desenvolvida basicamente em três frentes de negócios:

Frente de negócio	Descrição
Manejo de Resíduos Sólidos	Tratamento, gerenciamento e destinação final de resíduos sólidos urbanos, públicos e privados, e resíduos industriais. Também, faz operações de aterros com classificação I (perigosos), IIA e IIB (não perigosos, reciclagem, incineração, coprocessamento, remediação de áreas contaminadas, logística reversa e limpeza pública e coleta.
Valorização Energética	Geração de energia a partir de fontes renováveis, como Biogás, produção de crédito de carbono por meio de energia renovável e queima controlada do gás metano de aterro.
Outros	Receitas de menor valor que não se enquadram diretamente nos grupos acima, mas são acessórios a eles, ou são intermitentes ou eventuais em termos de frequência.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia abrangem a Companhia e suas controladas (conjuntamente referidas como "Companhia e suas controladas" e individualmente como "Companhia").

A Companhia e suas controladas controlam uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade.

As demonstrações financeiras das controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia e suas controladas obtiverem o controle até a data em que o controle deixa de existir.

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Todas as informações relevantes estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela administração na gestão da Companhia e estão sendo divulgadas de forma completas neste jornal, no site https://valor.globo.com/valor-ri/central-de-resultados/

O Conselho de Administração | **A Diretoria Executiva** | **Contador: Carlos Alberto Vieira - CRC 1SP206556/O-0-S-RS**

O referido relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras foi emitido em 29 de março de 2024.

INÊS249

LEILÃO JUDICIAL ELETRÔNICO

IMÓVEIS COM DESÁGIOS DE ATÉ 50% SOBRE O VALOR DE AVALIAÇÃO. APROVEITE!

ID 6687 LOTE 1

Ônibus Mercedes Benz – *Sorocaba e Piedade/SP*

OPORTUNIDADE

Ônibus Mercedes Benz L915, prefixo 2, placa Kve-8018, ano fabricação/modelo 2009/2010, descrição: Neobur Thunder.

Avaliação R$ 34.364,80 | Lances a partir de 50% da avaliação

1º Leilão 26/04 - 14:00hs | 2º Leilão 26/04 - 15:00hs

Juiz: Exmo. Dr. Jamil Nakad Junior – 1ª Vara Judicial de Piedade/SP

ID 6024

Imóvel Industrial – *Bairro Brás/SP*

DESOCUPADO

Antiga fábrica de Laticínios União com área total de 9.764,20 m². Localizado a 8 min. da Av. Marginal Tietê e a 21 min. do centro de São Paulo.

Avaliação R$ 57.850.282,64 | Lances a partir de R$ 23.140.113,05

Leilão 07/05 - 09:30hs

Juíza: Exma. Dra. Roseli Jose Fernandes Coutinho – 1ª Vara Judicial de Espírito Santo do Pinhal/SP

ID 6640

Terreno Urbano – *Piracicaba/SP*

Terreno urbano com área total de 10.000 m², localizado a 5 min. da Rodovia do Açúcar e a 13 min. do centro da cidade.

Avaliação R$ 4.800.018,82 | Lances a partir de R$ 2.880.011,29

1º Leilão 07/05 - 11:00hs | 2º Leilão 28/05 - 11:00hs

Juíza: Exma. Dra. Daniela Mie Murata – 4ª Vara Cível de Piracicaba/SP

ID 6642

Imóvel Residencial – *Santana de Parnaíba/SP*

Imóvel no Resid. Alphaville 4 com área construída de 446 m² sobre terreno de 723 m². Composto por 4 dorms, sendo 2 suítes, sala 3 ambientes, lavabo, cozinha, área de serviço, terraço, dormitório e wc de empregada, sauna, churrasqueira, 2 banheiros, depósito, solário, piscina, escritório e garagem.

Avaliação R$ 4.366.750,01 | Lances a partir de R$ 2.620.050,00

1º Leilão 07/05 - 11:00hs | 2º Leilão 28/05 - 11:00hs

Juiz: Exmo. Dr. Joao Guilherme Ponzoni Marcondes – 5ª Vara Cível de Barueri/SP

ID 6653 LOTE 1

Terreno Urbano – *Barueri/SP*

Terreno de 3.402 m² e eventuais benfeitorias. Localizado no bairro Jardim California, a 8 min. da Estrada dos Romeiros e a 12 min. do centro da cidade.

Avaliação R$ 2.040.053,99 | Lances a partir de R$ 1.428.037,79

1º Leilão 07/05 - 11:30hs | 2º Leilão 28/05 - 11:30hs

Juiz: Exmo. Dr. Cassio Pereira Brisola – 1ª Vara Cível do Foro Regional XI – Pinheiros/SP

ID 5457

Prédio Residencial – *Santa Isabel/SP*

Imóvel com 390 m², localizado ao lado do Cine Teatro e a 2 min. da ETEC de Santa Isabel. Próximo a alguns comércios locais, com acesso pela Av. Prefeito João Pires Filho.

Avaliação R$ 1.570.747,73 | Lances a partir de R$ 1.256.598,18

1º Leilão 07/05 - 14:00hs | 2º Leilão 28/05 - 14:00hs

Juiz: Exmo. Dr. Luís Mauricio Sodré de Oliveira – 3ª Vara Cível de São José dos Campos/SP

ID 6179

Terreno Urbano – *Santa Gertrudes/SP*

Terreno com área de 6.894 m², composto por topografia plana. Localizado a 2 min. da Rod. Constante Peruchi e a 12 min. do centro da cidade.

Avaliação R$ 5.607.216,16 | Lances a partir de R$ 2.803.608,08

Leilão 15/05 -09:00hs

Juiz: Exmo. Dr. Claudio Luis Pavão – 4ª Vara Cível de Rio Claro/SP

ID 6684

Imóvel Residencial – *Bairro Vila Matilde/SP*

Imóvel com 150 m² de construção sobre terreno com área de 641 m². Composto por 4 dorms, 1 suíte, sala, cozinha, 4 banheiros, escritório, área de serviço, área de churrasqueira e edícula.

Avaliação R$ 2.005.710,15 | Lances a partir de R$ 1.754.996,38

1º Leilão 15/05 - 09:00hs | 2º Leilão 15/05 - 10:00hs

Juíza: Exma. Dra. Deborah Lopes – 2ª Vara Cível do Foro Regional VI – Penha de França/SP

ID 6676 LOTE 2

Imóvel Residencial – *Jandira/SP*

Imóvel de 2 pavimentos com 153 m² de construção e terreno com área de 1070 m². Composto por 3 dorms, cozinha, 2 banheiros, área de serviço e vaga de garagem.

Avaliação R$ 629.999,63 | Lances a partir de R$ 440.999,74

1º Leilão 15/05 - 09:30hs | 2º Leilão 15/05 - 10:30hs

Juiz: Exmo. Dr. Bruno Paes Straforini – 1ª Vara Cível de Barueri/SP

ID 6718

Terreno Urbano – *Rio Claro/SP*

Terreno com área de 6.744 m², localizado a 2 min. da Rod. Washington Luís e a 10 min. do centro da cidade.

Avaliação R$ 1.311.218,40 | Lances a partir de R$ 655.609,20

1º Leilão 15/05 - 14:30hs | 2º Leilão 15/05 - 15:30hs

Juiz: Exmo. Dr. Claudio Luis Pavão – 4ª Vara Cível de Rio Claro/SP

ID 6666

Imóvel Residencial – *Rio Claro/SP*

Imóvel com área construída de 49 m² e terreno com área de 287 m². Localizado a 4 min. da Rod. Washington Luís e a 6 min. do centro da cidade.

Avaliação R$ 417.007,20 | Lances a partir de R$ 403.975,73

Leilão 28/05 - 14:00hs

Juiz: Exmo. Dr. Alexandre Dalberto Barbosa – 1ª Vara Cível de Rio Claro/SP

ID 6686

Galpão Comercial – *Guarulhos/SP*

Imóvel com 1.122 m² de construção e terreno com área de 1.063 m². Composto por área fabril, ala administrativa, vestiários, refeitório e banheiro. Localizado a 4 min. da Rod. Fernão Dias e a 15 min. do centro da cidade.

Avaliação R$ 3.829.846,46 | Lances a partir de R$ 2.297.907,87

Leilão 28/05 - 14:30hs

Juiz: Exmo. Dr. Pablo Rodrigo Palaro de Camargo – Setor de Execuções Fiscais de Guarulhos/SP

ID 6694

Terreno Urbano – *Bairro Vila Nova Galvão/SP*

Terreno com área total de 20.988 m², localizado a 4 min. da Rod. Fernão Dias e a 16 min. do centro de Guarulhos.

Avaliação R$ 17.790.159,12 | Lances a partir de R$ 10.674.095,47

Leilão 28/05 - 14:30hs

Juíza: Exma. Dra. Fernanda de Carvalho Queiroz – 4ª Vara Cível do Foro Regional I - Santana/SP

ID 5376

Imóvel Residencial – *Hortolândia/SP*

Imóvel com 81 m² de construção e terreno de 580 m². Localizado a 10 min. do Shopping Hortolândia e a 12 min. da Rodovia dos Bandeirantes.

Avaliação R$ 557.458,45 | Lances a partir de R$ 390.220,91

Leilão 28/05 - 15:00hs

Juiz: Exmo. Dr. Carlos Eduardo Mendes – 8ª Vara Cível de Campinas/SP

ID 6692

Imóvel Residencial – *Franca/SP*

Imóvel com 132 m² de construção e terreno com área de 300 m². Composto por dormitório, sala, banheiro, cozinha, lavanderia, quintal e garagem.

Avaliação R$ 397.287,67 | Lances a partir de R$ 344.315,97

Leilão 28/05 - 15:00hs

Juiz: Exmo. Dr. Humberto Rocha – 3ª Vara Cível de Franca/SP

Reservamo-nos o direito à correção de possíveis erros de digitação. As informações aqui contidas não substituem o edital.

11 3969 1200 | 0800 789 1200 — 11 95577 1200 — www.leje.com.br — @lejeoficial — Leilão Judicial Eletrônico

TOTVS S.A.

CNPJ/MF nº 53.113.791/0001-22 - NIRE 35.300.153.171

ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 21 DE MARÇO DE 2024

1. Data, Hora e Local: realizada no dia 21 de março 2024, às 08h30, na sede da TOTVS S.A. ("Companhia"), localizada na Avenida Braz Leme, 1.000, Casa Verde, Município de São Paulo, Estado de São Paulo. **2. Composição da Mesa:** Presidente da mesa: Laércio José de Lucena Cosentino; Secretária: Téssie Massarão Andrade Simonato. **3. Convocação e Presença:** convocação devidamente realizada, nos termos do artigo 18, §1º do estatuto social da TOTVS. Presente a totalidade dos membros do Conselho de Administração ("Conselho"), a saber: Laércio José de Lucena Cosentino, Ana Claudia Piedade Silveira dos Reis, Eduardo Mazzilli de Vassimon, Gilberto Mifano, Guilherme Stocco Filho, Maria Letícia de Freitas Costa e Tania Sztamfater Chocolat. Presentes também, como convidados, em parte da reunião, Dennis Herszkowicz, Diretor-Presidente, Diana Dias Rodrigues, Diretora de Comunicação e Marketing, Evandro Segundo Soares Pereira, *Product Owner* de Dados, Fernando Augusto Sollak, Diretor de Remuneração, Benefícios e Desenvolvimento Organizacional, Gustavo Dutra Bastos, Diretor Vice-Presidente de Plataformas, Jacson Marcelo Sell, Gerente de Desenvolvimento de Produto, Mara Maehara Baião, Diretora de Tecnologia da Informação, Marcelo Eduardo Sant'Anna Cosentino, Diretor Vice-Presidente de Negócios para Segmentos e Vivian Broge, Diretora Vice-Presidente de Relações Humanas e Marketing. Presente ainda, Gabriel Grosso Salis, Coordenador de Governança Corporativa, como ouvinte da reunião. Participaram também, os representantes da Galeria Estratégia e Comunicação Ltda. ("Galeria"), Ana Coutinho e Rafael Caldeira. **4. Ordem do Dia: (I)** Apresentação dos temas deliberativos da pauta e das providências solicitadas com relação a temas de reuniões anteriores; **(II)** Relato do Diretor-Presidente; **(III)** Montante global de remuneração dos Administradores que acompanhará a Proposta da Administração a ser submetida à Assembleia Geral Ordinária de 2024 ("AGO 2024"); **(IV)** Proposta da Administração, que será submetida à aprovação dos acionistas na AGO 2024; **(V)** Relato dos trabalhos do Comitê de Governança e Indicação ("CGI"); **(VI)** Relato dos trabalhos do Comitê de Auditoria Estatutário ("CAE"); **(VII)** Relato dos Trabalhos do Comitê de Estratégia ("CE"); **(VIII)** Relato dos Trabalhos do Comitê de Gente e Remuneração ("CGR"); e **(IX)** Sessão Executiva. **5.I. Apresentação, Discussões e Deliberações:** O Presidente do Conselho declarou aberta a reunião e passou a palavra à secretária da mesa, que informou os temas deliberativos a serem tratados e apresentou o status das ações solicitadas em reuniões anteriores. **5.II. Relato do Diretor-Presidente:** Feito o relato do Diretor-Presidente sobre os principais temas em curso, os indicadores de acompanhamento do Conselho e os resultados do mês de fevereiro de 2024. **5.III. Montante global de remuneração dos Administradores que acompanhará a Proposta da Administração a ser submetida à Assembleia Geral Ordinária de 2024 ("AGO 2024"):** Com pareceres favoráveis do Comitê de Gente e Remuneração e do Comitê de Governança e Indicação, o Conselho aprovou, por maioria dos votos, o montante global de remuneração dos Administradores da Companhia para o exercício de 2024, na Proposta da Administração a ser submetida à aprovação dos acionistas em Assembleia Geral Ordinária, no valor de até R$68.259.157,72 (sessenta e oito milhões, duzentos e cinquenta e nove mil, cento e cinquenta e sete reais e setenta e dois centavos), sendo até R$10.598.450,23 (dez milhões, quinhentos e noventa e oito mil, quatrocentos e cinquenta reais e vinte e três centavos) para o Conselho de Administração e seus Comitês de Assessoramento, até R$57.525.808,41 (cinquenta e sete milhões, quinhentos e vinte e cinco mil, oitocentos e oito reais e quarenta e um centavos) para a Diretoria, e até R$134.899,08 (cento e trinta e quatro mil, oitocentos e noventa e nove reais, e oito centavos) para o Conselho Fiscal, registrando-se que os valores relativos à remuneração do Conselho Fiscal consideram o mandato corrente que se encerrará em 23 de abril de 2024, data da próxima Assembleia Geral Ordinária. **5.IV. Proposta da Administração, que será submetida à aprovação dos acionistas na AGO 2024:** Com pareceres favoráveis do Comitê de Auditoria Estatutário e do Comitê de Governança e Indicação, após discussões, o Conselho aprovou, por unanimidade: (a) a Proposta da Administração, que será submetida à aprovação dos acionistas em Assembleia Geral Ordinária, nos termos da regulamentação vigente aplicável. Na lista de candidatos para composição do Conselho de Administração, registra-se a abstenção do Sr. Eduardo Mazzilli de Vassimon, que não compõe o grupo de nomes indicados pela Administração; (b) a convocação da Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada em 23 de abril de 2024, nos termos do artigo 19, inciso iii do Estatuto Social, cuja convocação será realizada no prazo legal; (c) a tomada das medidas necessárias pela Diretoria para o cumprimento das deliberações acima. **5.V. Relato do CGI:** Feito o relato dos trabalhos do Comitê de Governança e Indicação. **5.VI. Relato do CAE:** Feito o relato dos trabalhos do Comitê de Auditoria Estatutário e, com parecer favorável deste Comitê, o Conselho aprovou por unanimidade e sem ressalvas, a renovação do contrato de prestação de serviços de auditoria independente firmado com a KPMG Auditores Independentes Ltda. para auditoria das Demonstrações Financeiras do exercício social de 2024, emissão do relatório ISAE 3402 e asseguração do Relato Integrado. **5.VII. Relato do CE:** Feito o relato dos trabalhos do Comitê de Estratégia. **5.VIII. Relato do CGR:** Feito o relato dos trabalhos do Comitê de Gente e Remuneração, e com parecer favorável deste Comitê, o Conselho aprovou, por unanimidade: (a) as metas da Diretoria Estatutária para o exercício de 2024; (b) a apuração das metas individuais da Diretoria Estatutária e das metas corporativas referentes ao 2º semestre de 2023. (c) sem a presença do Presidente do Conselho de Administração e do Diretor-Presidente nas discussões sobre o tema, o resultado da apuração do atingimento das metas do Presidente do Conselho de Administração do exercício de 2023, relativas aos ciclos 2021-2023, 2022-2024 e 2023-2025. **5.IX. Sessão Executiva:** Os membros se reuniram em sessão executiva, sem a presença de convidados. **6. Aprovação e Assinatura da Ata:** nada mais havendo a tratar, o Presidente declarou encerrados os trabalhos. A presente ata foi lida e aprovada, sem ressalvas, por todos os presentes e lavrada em livro próprio. São Paulo, 21 de março de 2024. Mesa: Laércio José de Lucena Cosentino - Presidente; Téssie Massarão Andrade Simonato - Secretária. Conselheiros presentes: Laércio José de Lucena Cosentino; Ana Claudia Piedade Silveira dos Reis; Eduardo Mazzilli de Vassimon; Gilberto Mifano; Guilherme Stocco Filho; Maria Letícia de Freitas Costa; Tania Sztamfater Chocolat. **JUCESP** - 186.901/24-0 em 22 de abril de 2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

Valor — Seja um assinante: Acesse assinevalor.com.br Ligue 0800 701 8888

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUVERAVA

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUVERAVA faz público que se encontra aberto o PREGÃO ELETRÔNICO Nº 018/2024 - EDITAL 020/2024 - cujo objeto é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE ACADEMIA AO AR LIVRE NO BAIRRO BENEDITO TRAJANO BORGES CONFORME ANEXO I DO EDITAL**. O período de envio das propostas será a partir de 29/04/2024 até 14/05/2024 às 08:00h no endereço eletrônico novobbmnet.com.br. O início da disputa ocorrerá no dia 14/05/2024 às 08:30h na mesma plataforma. Esclarecimentos somente através do e-mail: licitacoes@ituverava.sp.gov.br ou novobbmnet.com.br. Edital à disposição na internet: www.ituverava.sp.gov.br, a partir do dia 26/04/2024. Ituverava- SP, 24 de abril de 2024. LUIZ ANTONIO DE ARAUJO, Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUVERAVA

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUVERAVA faz público que se encontra aberto o PREGÃO ELETRÔNICO Nº 012/2024 - EDITAL 014/2024 - cujo objeto é a **AQUISIÇÃO DE 01 (UM) VEÍCULO 0 (ZERO) KM, MODELO CHEVROLET SPIN PREMIER 1.8 AUTO FLEX 2024 - 07 LUGARES - NA COR BRANCO, PARA ATENDIMENTO A SECRETARIA DE CULTURA, TURISMO E LAZER CONFORME AS ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES DO ANEXO I DESTE EDITAL, SOLICITADO PELO PROJETO ESTADUAL, CONVÊNIO Nº203CV00056**. O período de envio das propostas será a partir de 29/04/2024 até 10/05/2024 às 08:00h no endereço eletrônico novobbmnet.com.br. O início da disputa ocorrerá no dia 10/05/2024 às 08:30h na mesma plataforma. Esclarecimentos somente através do e-mail: licitacoes@ituverava.sp.gov.br ou novobbmnet.com.br. Edital à disposição na internet: www.ituverava.sp.gov.br, a partir do dia 26/04/2024. Ituverava- SP, 24 de abril de 2024. LUIZ ANTONIO DE ARAUJO, Prefeito Municipal.

Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos S.A.

CNPJ/MF: 15.578.569/0001-06 - NIRE: 35.300.438.26-4

Ata da Reunião do Conselho de Administração Realizada em 05 de Abril de 2024

1 - Data, Hora e Local: Dia 05 de abril de 2024 às 15h30, na sede social da Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos S.A. ("Concessionária"), localizada na Rodovia Hélio Smidt, s/nº, Aeroporto Internacional de São Paulo/Guarulhos - Governador André Franco Montoro, na Cidade de Guarulhos, Estado de São Paulo, CEP 07190-100. **2 - Convocação:** Convocação realizada nos termos do Parágrafo 1º, do Artigo 16 do Estatuto Social da Concessionária, com a presença da maioria dos Conselheiros. **3 - Presença:** (i) Conselheiros: Presentes: Antonio Augusto de Miranda e Souza, Claudio A. Gonçalves, Danilo Ferreira da Silva, João Pinto Rabelo Júnior, José Ricardo Pontes Borges, Julio Cesar Troiano Zogbi, e Peterson de Souza Jesus ("Conselho"); e (ii) Convidados: Sr. Gustavo Figueiredo e Sra. Flavia Soto. **4 - Mesa:** Presidente: João Rabelo e Secretária: Flavia Soto. **5 - Ordem do Dia:** Deliberar sobre a eleição da Diretoria Estatutária da Companhia. **6 - Assuntos e Deliberações:** Os Conselheiros aprovaram, por unanimidade de votos dos presentes e sem quaisquer restrições, a lavratura da presente ata sob a forma de sumário. Examinada a matéria constante da ordem do dia, foram tratados os seguintes assuntos e tomadas as seguintes deliberações: **6.1. - Eleição da Diretoria:** O Conselho de Administração aprovou, por unanimidade, a eleição dos Diretores da Companhia, com efeitos a partir do dia 26 de abril de 2024, para mandato de 2 (dois) anos, que se encerrará em data coincidente com a da Assembleia Geral Ordinária que se realizará em 2026, sendo: (i) **Sr. Georges Chaoubah,** brasileiro, divorciado, portador da carteira de identidade nº MG1695621 e inscrito no CPF/MF sob o nº 453.851.146-34, com endereço comercial na Rod. Helio Smidt, s/nº, Aeroporto Internacional de São Paulo/Guarulhos - Gov. André Franco Montoro, na Cidade de Guarulhos, Estado de São Paulo, CEP 07190-100, para o cargo de Diretor sem designação específica; (ii) **Sr. João Pedro Almeida da Rocha Pita,** brasileiro, casado, portador da carteira de identidade nº 58.029.029-3 e inscrito no CPF/MF sob o nº 235.929.358-36, com endereço comercial na Rod. Helio Smidt, s/nº, Aeroporto Internacional de São Paulo/Guarulhos - Gov. André Franco Montoro, na Cidade de Guarulhos, Estado de São Paulo, CEP 07190- 100, para o cargo de Diretor sem designação específica; (iii) **Sr. Ricardo Rocha Perrone,** brasileiro, solteiro, portador da carteira de identidade nº 09.539.849-1 e inscrito no CPF/MF sob o nº 073.367.897-14, com endereço comercial na Rod. Helio Smidt, s/nº, Aeroporto Internacional de São Paulo/Guarulhos - Gov. André Franco Montoro, na Cidade de Guarulhos, Estado de São Paulo, CEP 07190-100, para o cargo de Diretor Administrativo Financeiro e de Relações com Investidores. Em função da deliberação tomada acima, a Diretoria da Companhia passa a ser a indicada no quadro abaixo:

Nome	Cargo	Mandato até
Gustavo Soares Figueiredo	Diretor Presidente	A.G.O. 2025
Ricardo Rocha Perrone	Diretor Administrativo Financeiro e de Relações com Investidores	A.G.O. 2026
Georges Chaoubah	Diretor sem designação específica	A.G.O. 2026
João Pedro Almeida da Rocha Pita	Diretor sem designação específica	A.G.O. 2026

Os Diretores ora eleitos declaram estar desimpedidos na forma da lei para o exercício dos respectivos cargos. As declarações de desimpedimento e o termos de posse encontram-se arquivados na sede da Companhia. **7 - Encerramento:** Nada mais havendo a tratar a reunião foi encerrada, sendo a presente Ata lavrada por meio de processamento eletrônico, a qual depois de lida e aprovada foi assinada por todos os conselheiros presentes. Certifico que a presente é cópia fiel da Ata lavrada em livro próprio. Guarulhos, 05 de abril de 2024. **Mesa**: João Pinto Rabelo Júnior - Presidente; Flavia Soto - Secretária da Reunião. **JUCESP** nº 186.632/24-1 em 22/04/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

BAI PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ nº 50.257.134/0001-60 - NIRE nº 35 3 0061317 1

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

DATA: 14 de março de 2024. **HORÁRIO:** 16h55min. **LOCAL:** Sede social, Alameda Santos, nº 466 - 4º andar, São Paulo - SP. **CONVOCAÇÃO E PRESENÇA:** Dispensada a convocação em razão da presença da totalidade de seus membros. **MESA:** Fabiano Siqueira de Oliveira - Presidente; e Felipe Barbosa da Silveira e Silva - Secretário. **DELIBERAÇÕES:** Após análise e discussão das matérias constantes da ordem do dia, os acionistas deliberaram, por unanimidade e sem ressalvas: **I.** Destituir, a partir desta data, o Sr. **FABIO ALBERTO AMOROSINO,** brasileiro, casado, administrador de empresas, inscrito no CPF nº 073.874.508-11, portador do RG nº 12.854.760-1-SSP-SP, residente e domiciliado em São Paulo - SP, do cargo de Diretor Presidente da Sociedade; e **II.** Eleger o Sr. **MARCOS LIMA MONTEIRO,** brasileiro, divorciado, economista, inscrito no CPF/MF nº 105.109.428-30, portador do RG nº 19.897.606-9-SSP-SP, com endereço comercial na Av. Paulista, nº 2.100, Bela Vista, São Paulo - SP, CEP 01310-930, para o cargo de Diretor Presidente. O Diretor eleito preenche as condições prévias de elegibilidade previstas nos artigos 146 e 147 da Lei nº 6.404/76 e não está incurso em crime algum que vede a exploração de atividade empresarial, conforme Declaração de Desimpedimento arquivada na sede da Companhia. **ENCERRAMENTO:** Nada mais a tratar, foi encerrada a reunião da qual se lavrou esta ata que, lida e aprovada, foi assinada pelos presentes, de forma eletrônica, em conformidade com a Medida Provisória 2.200-2 de 2001. **MESA:** Fabiano Siqueira de Oliveira **-** Presidente da Mesa. Felipe Barbosa da Silveira e Silva - Secretário. **ACIONISTAS: ALFA HOLDINGS S.A.** Eduardo Pinto de Oliveira. Fabiano Siqueira de Oliveira. **CONSÓRCIO ALFA DE ADMINISTRAÇÃO S.A.** Eduardo Pinto de Oliveira. Fabiano Siqueira de Oliveira. **CERTIDÃO:** Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 151.041/24-6 em 10 de abril de 2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos S.A.

CNPJ/MF: 15.578.569/0001-06 - NIRE: 35.300.438.26-4

Ata da Reunião do Conselho de Administração Realizada em 05 de Abril de 2024

1 - Data, Hora e Local: Dia 05 de abril de 2024 às 14h00, na sede social da Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos S.A. ("Concessionária"), localizada na Rodovia Hélio Smidt, s/nº, Aeroporto Internacional de São Paulo/Guarulhos - Governador André Franco Montoro, na Cidade de Guarulhos, Estado de São Paulo, CEP 07190-100. **2 - Convocação:** Convocação realizada nos termos do Parágrafo 1º, do Artigo 16 do Estatuto Social da Concessionária, com a presença da maioria dos Conselheiros. **3 - Presença:** (i) Conselheiros: Presentes: Antonio Augusto de Miranda e Souza, Claudio A. Gonçalves, Danilo Ferreira da Silva, João Pinto Rabelo Júnior, José Ricardo Pontes Borges, Julio Cezar Troiano Zogbi, e Peterson de Souza Jesus ("Conselho"); e (ii) Convidados: Sr. Gustavo Figueiredo e Sra. Flavia Soto. **4 - Mesa:** Presidente: João Rabelo e Secretária: Flavia Soto. **5 - Ordem do Dia:** Deliberar sobre nomeação novo membro do Conselho de Administração. **6 - Assuntos e Deliberações:** Os Conselheiros aprovaram, por unanimidade de votos dos presentes e sem quaisquer restrições, a lavratura da presente ata sob a forma de sumário. Examinada a matéria constante da ordem do dia, foram tratados os seguintes assuntos e tomadas as seguintes deliberações: **6.1. - Nomeação novo membro do Conselho de Administração:** Os membros do Conselho de Administração aprovam, por unanimidade de votos, nos termos do caput do artigo 150 da Lei das Sociedades por Ações, a nomeação do Sr. Tomé Barros Monteiro da Franca, brasileiro, servidor público, portador da carteira de identidade nº 5.740.008, expedida pela SSP/PE, inscrito no CPF/MF sob o nº 033.834.054-86, com endereço na Rua Marcos André, nº 200 - Apto. 1301 - Torres - Recife/PE, indicado pelo Acionista Público, para o cargo de membro titular do Conselho de Administração da Companhia. O membro titular do Conselho de Administração é eleito em complementação do mandato em curso, o qual se encerra em data coincidente com a da Assembleia Geral Ordinária da Companhia que vier a ser realizada em 2024 e declara estar desimpedido na forma da lei; para o exercício do respectivo cargo. A declaração de desimpedimento e o termo de posse serão arquivados na sede da Companhia. Em razão da deliberação ora adotada, a composição atual do Conselho de Administração passa a ser:

Membro Efetivo	Mandato até
Antonio Augusto de Miranda e Souza	A.G.O. 2024
Claudio A. Gonçalves	A.G.O. 2024
Danilo Ferreira da Silva	A.G.O. 2024
João Rabelo	A.G.O. 2024
José Ricardo Pontes Borges	A.G.O. 2024
Julio Cezar Troiano Zogbi	A.G.O. 2024
Peterson de Souza Jesus	A.G.O. 2024
Tomé Barros Monteiro da Franca	A.G.O. 2024

7 - Encerramento: Nada mais havendo a tratar a reunião foi encerrada, sendo a presente Ata lavrada por meio de processamento eletrônico, a qual depois de lida e aprovada foi assinada por todos os conselheiros presentes. Certifico que a presente é cópia fiel da Ata lavrada em livro próprio. Guarulhos, 05 de abril de 2024. **Mesa:** João Pinto Rabelo Júnior - Presidente; Flavia Soto - Secretária da Reunião. **JUCESP** nº 186.631/24-8 em 22/04/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

Informação, análises e conteúdo aprofundado. Tudo isso você lê no Valor.

Seja um assinante:
Acesse assinevalor.com.br
Ligue 0800 701 8888

DAIMLER TRUCK FINANCIAL SERVICES BRASIL HOLDING S.A.

CNPJ nº 54.646.419/0001-44

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a Administração da Daimler Truck Financial Services Brasil Holding S.A. submete à apreciação de V.Sas., o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas acompanhadas das Notas Explicativas e o Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras, correspondente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Base para consolidação

As entidades consideradas na consolidação das demonstrações financeiras (Banco Mercedes-Benz do Brasil S.A., Mercedes-Benz Leasing do Brasil Arrendamento Mercantil S.A., Daimler Truck Locações e Serviços Ltda. e Mercedes-Benz Corretora de Seguros Ltda.,) são constituídas e domiciliadas no Brasil.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Daimler Truck Financial Services Brasil Holding S.A. foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade, emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

A sede da Daimler Truck Financial Services Brasil Holding S.A. está localizada na Avenida Alfred Jurzykowski, 562 - 2º andar, na cidade de São Bernardo do Campo.

A Daimler Truck Financial Services Brasil Holding S.A. tem por objeto social a participação em outras sociedades, na qualidade de sócia, quotista ou acionista.

A Daimler Truck Financial Services Brasil Holding S.A., tem investimento nas seguintes empresas:

Banco Mercedes-Benz do Brasil S.A. está organizado e autorizado a operar como Banco Múltiplo com as seguintes carteiras: (i) Arrendamento Mercantil; (ii) Crédito, Financiamento e Investimento; e, (iii) Investimento, inclusive sujeito às normas e controles do Banco Central do Brasil.

A Daimler Truck Financial Services Brasil Holding S.A. tem participação societária de 100% em 2023 (100% em 2022).

Daimler Truck Locações e Serviços Ltda. tem como objeto social principal a locação de automóveis sem condutor, além das atividades secundárias de locação de outros meios de transporte sem condutor, intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral, com exceção de imobiliários, e atividades de apoio e prestação de serviços administrativos às empresas.

A Daimler Truck Financial Services Brasil Holding S.A. tem participação societária de 100% em 2023 (100% em 2022).

Mercedes-Benz Corretora de Seguros Ltda. tem como objeto social principal a prática de corretagem de operações de seguros. As atividades operacionais da Corretora estão inseridas no contexto dos negócios do Banco Mercedes-Benz e Mercedes-Benz Leasing do Brasil.

A Daimler Truck Financial Services Brasil Holding S.A. tem participação societária de 100% em 2023 (0% em 2022).

Remuneração aos acionistas

Conforme estatuto social da Daimler Truck Financial Services Brasil Holding S.A., é assegurado aos acionistas o direito a um dividendo mínimo de 25% calculado sobre o lucro líquido ajustado a ser pago anualmente. Não houve distribuição de dividendos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

Agradecimentos

Agradecemos o empenho, a confiança e a credibilidade e em especial aos nossos funcionários e colaboradores, pela dedicação e empenho que possibilitaram o desenvolvimento de nossas atividades.

São Bernardo do Campo, 26 de abril de 2024

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de Reais)*

Ativo	Nota	Individuais 2023	Individuais 2022	Consolidadas 2023	Consolidadas 2022
Ativo Circulante		**2.698**	**22.895**	**9.597.051**	**9.697.542**
Caixa e equivalentes de caixa	11	**191**	**932**	**398.783**	**160.686**
Disponibilidades		191	932	187.612	27.562
Aplicações em depósitos interfinanceiros		–	–	211.171	133.124
Ativos financeiros		**1.889**	**19.565**	**8.857.542**	**9.081.619**
Ao custo amortizado	14	–	–	8.842.639	8.829.039
Operações de crédito e arrendamento mercantil financeiro		–	–	9.114.704	9.143.573
(-) Provisão para perda esperada		–	–	(272.065)	(314.534)
Instrumentos financeiros derivativos		–	–	14.136	68.212
Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	12	1.889	19.565	767	184.368
Títulos e valores mobiliários		1.889	19.565	767	184.368
Ativos fiscais	24	**618**	**2.398**	**65.177**	**60.387**
Imposto de renda e contribuição social - correntes		618	2.398	65.177	60.387
Outros ativos	18	**–**	**–**	**275.549**	**394.850**
Ativo Não Circulante		**2.546.569**	**2.424.582**	**11.033.540**	**10.594.819**
Ativos financeiros		**–**	**–**	**10.093.810**	**10.011.657**
Ao custo amortizado	14	–	–	9.858.635	9.873.280
Operações de crédito e arrendamento mercantil financeiro		–	–	10.161.959	10.225.016
(-) Provisão para perda esperada		–	–	(303.324)	(351.736)
Instrumentos financeiros derivativos		–	–	1.711	25.378
Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	12	–	–	233.464	112.999
Títulos e valores mobiliários		–	–	233.464	112.999
Ativos fiscais	24	**1.631**	**1.491**	**632.498**	**555.879**
Imposto de renda e contribuição social - diferido		1.631	1.491	632.498	555.879
Investimentos em controladas	15	**2.538.529**	**2.417.882**	**488**	**486**
Ativos tangíveis	16	**–**	**–**	**17.086**	**10.183**
Ativos intangíveis	17	**–**	**–**	**1.703**	**11.405**
Outros ativos	18	**6.409**	**5.209**	**287.955**	**5.209**
Total do Ativo		**2.549.267**	**2.447.477**	**20.630.591**	**20.292.361**

Passivo	Nota	Individuais 2023	Individuais 2022	Consolidadas 2023	Consolidadas 2022
Passivo Circulante		**2.303**	**2.410**	**8.069.834**	**8.955.028**
Passivos financeiros		**–**	**–**	**7.690.377**	**8.682.048**
Ao custo amortizado		–	–	7.665.927	8.680.524
Depósitos	19	–	–	4.242.444	6.681.830
Obrigações por empréstimos e repasses	20	–	–	2.068.772	1.735.357
Títulos de dívidas emitidos	21	–	–	1.354.711	263.337
Instrumentos financeiros derivativos	13	–	–	24.450	1.524
Obrigações fiscais	24	**617**	**724**	**156.402**	**160.691**
Imposto de renda e contribuição social - correntes		617	724	156.402	160.691
Outros passivos	23	**1.686**	**1.686**	**223.055**	**112.289**
Passivo Não Circulante		**1.788**	**1.377**	**10.015.581**	**8.893.643**
Passivos financeiros		**–**	**–**	**9.729.975**	**8.596.127**
Ao custo amortizado		–	–	9.709.576	8.591.276
Depósitos	19	–	–	3.108.670	3.314.698
Obrigações por empréstimos e repasses	20	–	–	4.303.145	3.630.101
Títulos de dívidas emitidos	21	–	–	2.297.761	1.646.477
Instrumentos financeiros derivativos	13	–	–	20.399	4.851
Provisões	22	**1.788**	**1.377**	**285.172**	**284.296**
Obrigações fiscais	24	**–**	**–**	**434**	**13.220**
Imposto de renda e contribuição social - diferido		–	–	434	13.220
Total do Passivo		**4.091**	**3.787**	**18.085.415**	**17.848.671**
Patrimônio líquido atribuído aos controladores	25	**2.545.176**	**2.443.690**	**2.545.176**	**2.443.690**
Capital social		1.353.742	1.353.742	1.353.742	1.353.742
Reservas		1.230.975	1.073.790	1.230.975	1.073.790
Ajustes de avaliação patrimonial		(39.541)	16.158	(39.541)	16.158
Total do Patrimônio Líquido		**2.545.176**	**2.443.690**	**2.545.176**	**2.443.690**
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		**2.549.267**	**2.447.477**	**20.630.591**	**20.292.361**

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de Reais, exceto lucro líquido por ação)*

	Nota	Individuais 2023	Individuais 2022	Consolidadas 2023	Consolidadas 2022
Receita de juros calculada pelo método de juros efetivos		–	–	2.687.443	2.062.994
Outras receitas de juros		1.976	2.174	66.551	62.680
Despesas com juros e similares		–	–	(2.084.993)	(1.528.551)
Resultado Líquido de Juros e Similares		**1.976**	**2.174**	**669.001**	**597.123**
Resultado líquido de comissões		**–**	**–**	**36.875**	**44.497**
Receita líquida de comissões		–	–	41.013	50.029
Despesa com comissões		–	–	(4.138)	(5.532)
Resultado Bruto de Intermediação Financeira	5	**1.976**	**2.174**	**705.876**	**641.620**
Outras Receitas/Despesas Operacionais		**155.672**	**164.575**	**(442.130)**	**(359.412)**
Perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros	6	–	–	(24.974)	(64.209)
Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros		–	–	(51.874)	(21.776)
Resultado de participação em controladas	15b	156.187	164.642	–	–
Despesas de pessoal	7	–	–	(106.764)	(89.416)
Despesas gerais e administrativas	8	(219)	(206)	(172.318)	(150.238)
Outras receitas/(despesas) operacionais		(296)	139	(86.200)	(33.773)
Resultado Antes da Tributação sobre o Lucro e Participações		**157.648**	**166.749**	**263.746**	**282.208**
Imposto de renda e contribuição social - correntes		(603)	(710)	(150.395)	(158.813)
Imposto de renda e contribuição social - diferido		140	16	43.834	42.660
Lucro Líquido do Exercício		**157.185**	**166.055**	**157.185**	**166.055**
Quantidade de Ações		**374.585**	**374.585**	**374.585**	**374.585**
Lucro Líquido por Ação:		**419,62**	**443,30**	**419,62**	**443,30**

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de Reais)*

	Individuais 2023	Individuais 2022	Consolidadas 2023	Consolidadas 2022
Lucro líquido do exercício	**157.185**	**166.055**	**157.185**	**166.055**
Outros resultados abrangentes	**(55.699)**	**(43.718)**	**(55.699)**	**(43.718)**
i. não será reclassificado posteriormente para lucros ou perdas	**–**	**–**	**–**	**–**
Outros resultados abrangentes	–	–	–	–
ii. será ou poderá ser reclassificado posteriormente para lucros ou perdas	**(55.699)**	**(43.718)**	**(55.699)**	**(43.718)**
ii.i reclassificações para o resultado do período	**–**	**–**	**–**	**–**
ii.ii mudanças no valor justo	**(55.699)**	**(43.718)**	**(55.699)**	**(43.718)**
Ajustes de avaliação patrimonial	**(55.699)**	**(43.718)**	**(101.271)**	**(79.488)**
Outros resultados abrangentes de controladas	(55.699)	(43.718)	–	–
Instrumentos financeiros derivativos	–	–	(101.407)	(79.847)
Títulos e valores mobiliários	–	–	136	359
Efeito fiscal	**–**	**–**	**45.572**	**35.770**
Instrumentos financeiros derivativos	–	–	45.633	35.932
Títulos e valores mobiliários	–	–	(61)	(162)
Resultado abrangente do exercício	**101.486**	**122.337**	**101.486**	**122.337**

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de Reais)*

	Individuais 2023	Individuais 2022	Consolidadas 2023	Consolidadas 2022
Atividades operacionais				
Lucro antes da tributação ajustado	**1.461**	**2.107**	**(211.548)**	**(171.352)**
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	157.648	166.749	263.746	282.208
Ajustes do lucro antes da tributação	**(156.187)**	**(164.642)**	**(475.294)**	**(453.560)**
Resultado de participação em controladas	(156.187)	(164.642)	7.967	–
Perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros	–	–	60.855	102.071
Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros	–	–	51.874	21.776
Depreciação e amortização	–	–	4.005	3.082
Receita com atualizações de depósitos judiciais	–	–	(13.103)	(11.970)
Despesa com provisões e contingências	–	–	(1.503)	2.555
Risk sharing agreement	–	–	6.738	19.016
Juros incorridos sobre ativos financeiros	–	–	(2.753.994)	(2.125.497)
Juros incorridos sobre passivos financeiros	–	–	2.119.677	1.535.407
Mudança na consolidação	–	–	42.190	–
Variação de ativos e passivos				
Redução/(Aumento) de ativos financeiros ao custo amortizado	–	–	219.300	(4.891.333)
Redução/(Aumento) de ativos ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	17.676	(2.120)	(34.103)	(104.486)
Redução/(Aumento) de ativos fiscais	1.780	(779)	7.997	35.326
(Redução/(Aumento) de outros ativos	(1.200)	(65)	268.488	60.543
(Aumento) de ativos não financeiros mantidos para a venda	–	–	(82.938)	(52.132)
(Redução)/Aumento de passivos financeiros ao custo amortizado	–	–	(624.897)	4.400.799
(Redução) de instrumentos financeiros derivativos	–	–	(17.899)	(79.386)
Redução/(Aumento) de provisões	411	52	(5.862)	(10.610)
(Redução)/Aumento de obrigações fiscais	(22)	571	(5.570)	(35.135)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(688)	(678)	(161.900)	(208.438)
(Redução)/Aumento de outros passivos	–	(78)	110.767	16.165
Juros recebidos sobre ativos financeiros	–	–	2.203.672	1.870.561
Juros pagos sobre passivos financeiros	–	–	(1.376.045)	(833.794)
Caixa líquido proveniente/(aplicado) das atividades operacionais	**19.418**	**(990)**	**289.462**	**(3.272)**
Atividades de investimento				
Aquisição de investimento em coligada	(50.159)	–	(50.159)	–
Aquisição de imobilizado de uso	–	–	(14.528)	(3.480)
Alienação de imobilizado de uso	–	–	13.322	(142)
Dividendos recebidos	30.000	–	30.000	–
Caixa líquido (aplicado) das atividades de investimento	**(20.159)**	**–**	**(21.365)**	**(3.622)**
Atividades de financiamento				
Pagamento de dividendos	–	–	(30.000)	–
Caixa líquido (aplicado) das atividades de financiamento	**–**	**–**	**(30.000)**	**–**
(Redução)/Aumento de caixa e equivalentes de caixa	**(741)**	**(990)**	**238.097**	**(6.894)**
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	932	1.922	160.686	167.580
Caixa e equivalente de caixa no fim do exercício	191	932	398.783	160.686
(Redução)/Aumento de caixa e equivalentes de caixa	**(741)**	**(990)**	**238.097**	**(6.894)**

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de Reais)*

	Capital Social	Reserva de capital	Reserva de Lucros Legal	Reserva de Lucros Especial	Ajuste de avaliação patrimonial	Resultados acumulados não apropriados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2021	**1.353.742**	**15.214**	**54.170**	**838.351**	**59.877**	**–**	**2.321.354**
Outros resultados abrangentes	–	–	–	–	(43.719)	–	(43.719)
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	166.055	166.055
Destinações:							
Reserva legal	–	–	8.304	–	–	(8.304)	–
Reserva especial	–	–	–	157.751	–	(157.751)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**1.353.742**	**15.214**	**62.474**	**996.102**	**16.158**	**–**	**2.443.690**
Mutações do período	**–**	**–**	**8.304**	**157.751**	**(43.719)**	**–**	**122.336**
Saldos em 1º de janeiro de 2022	**1.353.742**	**15.214**	**62.474**	**996.102**	**16.158**	**–**	**2.443.690**
Outros resultados abrangentes	–	–	–	–	(55.699)	–	(55.699)
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	157.185	157.185
Destinações:							
Reserva legal	–	–	7.859	–	–	(7.859)	–
Reserva especial	–	–	–	149.326	–	(149.326)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**1.353.742**	**15.214**	**70.333**	**1.145.428**	**(39.541)**	**–**	**2.545.176**
Mutações do período	**–**	**–**	**7.859**	**149.326**	**(55.699)**	**–**	**101.486**

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)*

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Daimler Truck Financial Services Brasil Holding S.A. ("DTFS Brasil") tem por objetivo social a participação em outras sociedades, na qualidade de sócia, quotista ou acionista. A empresa é sediada na cidade de São Bernardo do Campo - SP na Avenida Alfred Jurzykowski, nº 562, Prédio 20, 2º andar. Sua controladora final é a Daimler Truck AG, situada em Stuttgart - Baden-Württemberg na Alemanha.

As Demonstrações financeiras individuais e consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 foram autorizadas para emissão conforme aprovação da Administração em 22 de abril de 2024.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

a. Base de preparação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da DTFS Brasil, composta pelas empresas descritas no item c. desse capítulo, foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade, emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

Na elaboração dessas demonstrações financeiras consolidadas, a DTFS Brasil utilizou as práticas contábeis descritas na nota explicativa nº 4.

b. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão sendo apresentadas em Reais (R$). Exceto quando indicado, as informações financeiras expressas em milhares de Reais foram arredondadas para o milhar mais próximo.

c. Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as posições patrimoniais e financeiras e os resultados das companhias:

Controlada	Denominação	Participação 2023	Obs.
Controlada-Direta	Banco Mercedes-Benz do Brasil S.A.	100%	Autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil
	Daimler Truck Locações e Serviços Ltda.	100%	Empresa não-financeira
	Mercedes-Benz Corretora de Seguros Ltda.	100%	Empresa não-financeira
Controlada-Indireta	Mercedes-Benz Leasing do Brasil Arrendamento Mercantil S.A.	100%	Autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil

Controlada	Denominação	Participação 2022	Obs.
Controlada-Direta	Banco Mercedes-Benz do Brasil S.A.	100%	Autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil
	Mercedes-Benz do Brasil Assessoria Comercial Ltda.	99,99%	Empresa não-financeira
Controlada-Indireta	Mercedes-Benz Leasing do Brasil Arrendamento Mercantil S.A.	100%	Autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil
	Mercedes-Benz Corretora de Seguros Ltda.	100%	Empresa não-financeira

Em 13 de março de 2023 o Banco Mercedes-Benz do Brasil retirou-se da sociedade, cedendo e transferindo por venda onerosa o total de 1 (uma) quota que detinha no capital social para a Daimler Truck Financial Services Brasil Holding S.A..

A elaboração das demonstrações financeiras das entidades consolidadas da DTFS Brasil é feita para o mesmo exercício social utilizando-se práticas contábeis consistentes.

A consolidação é integral, todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as entidades consolidadas foram eliminadas.

continua →

INÊS249

DAIMLER TRUCK FINANCIAL SERVICES BRASIL HOLDING S.A.

CNPJ nº 54.646.419/0001-44

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

Banco Mercedes-Benz do Brasil S.A.
O Banco Mercedes-Benz do Brasil S.A. ("Banco"), está organizado e autorizado a operar como Banco Múltiplo com as seguintes carteiras: (i) Arrendamento Mercantil; (ii) Crédito, Financiamento e Investimento; e, (iii) Investimento, inclusive sujeito às normas e controles do Banco Central do Brasil.
Mercedes-Benz Leasing do Brasil Arrendamento Mercantil S.A.
A Mercedes-Benz Leasing do Brasil Arrendamento Mercantil S.A., é uma sociedade por ações de acordo com a Lei nº 6.404/76 e alterações posteriores, que tem por objetivo principal efetuar operações de arrendamento definidas pela Legislação em vigor, inclusive sujeito às normas e controles do Banco Central do Brasil.
Daimler Truck Locações e Serviços Ltda.
A Daimler Truck Locações e Serviços ("Rental") tem como objeto social principal a locação de automóveis sem condutor, além das atividades secundárias de locação de outros meios de transporte sem condutor, intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral, com exceção de imobiliários, e atividades de apoio e prestação de serviços administrativos às empresas.
Mercedes-Benz Corretora de Seguros Ltda.
A Mercedes-Benz Corretora de Seguros Ltda. tem como objeto social principal a prática de corretagem de operações de seguros. As atividades operacionais da Corretora estão inseridas no contexto dos negócios do Banco Mercedes-Benz e Mercedes-Benz Leasing do Brasil.
As entidades consideradas na consolidação das demonstrações financeiras são constituídas e domiciliadas no Brasil. A sede da DTFS Brasil está localizada na Avenida Alfred Jurzykowski, nº 562, na cidade de São Bernardo do Campo, Brasil.
A posição de investimentos em controladas pode ser verificada na nota explicativa nº 15.
3. USOS DE PREMISSAS, ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS
Os resultados estão sujeitos às estimativas, políticas e premissas contábeis que são inerentes à elaboração de suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.
A elaboração das demonstrações financeiras de acordo com o CPC exige julgamentos, estimativas e premissas, por parte da Administração, que afetam a aplicação das políticas contábeis e os montantes apresentados a título de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.
As estimativas e as premissas são revisadas periodicamente. As revisões relativas às estimativas contábeis são reconhecidas no período em que a estimativa é revisada e em todos os períodos subsequentes afetados.
As áreas referentes a estimativas e julgamentos críticos na aplicação de políticas contábeis que tem o efeito mais significativo nos valores reconhecidos nas demonstrações financeiras são:
a. Provisão para perda de crédito esperada de ativos financeiros
As exigências de *impairment* previstas no CPC 48 requerem um modelo de perda de crédito esperada considerando premissas, tais como:
Determinação de critérios para aumento ou redução significativa no risco de crédito: A partir do acompanhamento de indicadores de risco de crédito, do monitoramento contínuo da situação financeira das contrapartes e de informações públicas consegue-se determinar se houve acréscimo ou decréscimo significativo no risco de crédito.
Prazo: Considera-se o prazo máximo de contrato como tempo de exposição ao risco de crédito quando há uma data de vencimento definida, caso contrário estima-se a vida esperada do ativo financeiro conforme período de exposição ao risco de crédito.
Informações prospectivas: Utilização de informações de caráter *forward looking*, como expectativas macroeconômicas, para refletir os impactos de eventos futuros na perda esperada.
Cenários de perda ponderados pela probabilidade: Utilização de cenários macroeconômicos imparciais e ponderados para estimar a perda esperada em um horizonte de tempo adequado.
A política contábil em relação a perdas pela redução no valor recuperável dos empréstimos e recebíveis está descrita na nota explicativa n° 4.
A nota explicativa nº 14 detalha a movimentação da provisão para perda de crédito esperada no exercício.
b. Mensuração do valor justo de instrumentos financeiros
São aplicadas técnicas específicas de avaliação do valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos e para os quais os preços e parâmetros de mercado não estão disponíveis. Tal apuração incorpora premissas sob julgamento da Administração, a qual leva em consideração a avaliação das informações e circunstâncias de mercado.
As metodologias usadas para avaliar os valores justos de determinados instrumentos financeiros estão descritas na nota explicativa nº 4.
c. Ativo e passivo fiscal diferido
A política contábil da DTFS Brasil para o reconhecimento do ativo fiscal diferido e do passivo fiscal diferido está descrita na nota explicativa nº 4. Um ativo fiscal diferido é reconhecido quando for provável auferir lucros tributáveis futuros para compensação com as diferenças temporárias dedutíveis. O reconhecimento de um ativo fiscal diferido depende de julgamentos da Administração em relação à probabilidade e à suficiência de lucros tributáveis futuros, reversões futuras de diferenças temporárias tributáveis existentes e estratégias de planejamento fiscal.
O montante do ativo fiscal diferido reconhecido é baseado nas evidências disponíveis sobre as condições na data do balanço e exige que a Administração realize julgamentos significativos, principalmente aqueles com base nas estimativas da Administração para o crescimento dos negócios e perdas de crédito. O julgamento da Administração leva em conta o impacto de evidências negativas e positivas, incluindo os resultados financeiros passados e projeções de lucro tributável futuro.
Os passivos fiscais diferidos são compostos por obrigações fiscais e reconhecidos no momento de sua ocorrência. A nota explicativa nº 24 apresenta informações mais detalhadas sobre os impostos diferidos.
d. Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros mantidos para a venda
A entidade avalia ao fim de cada período, se há alguma indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização. Se houver alguma indicação, a entidade estima o valor recuperável do ativo que é o maior entre: i) seu valor justo menos os custos para vendê-lo; e ii) o seu valor em uso. Se o valor recuperável do ativo for menor que o seu valor contábil, o ativo é reduzido ao seu valor recuperável por meio de uma provisão para perda por imparidade, que é reconhecida na demonstração do resultado.
e. Provisões para ações judiciais
A política contábil da DTFS Brasil para reconhecimento das provisões para ações judiciais está descrita na nota explicativa n° 4.
As provisões são passivos gerados no passado e que possuem um valor ou um prazo incerto. São reconhecidos nas demonstrações financeiras quando for considerado provável o risco de perda, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.
Passivo contingente é uma possível obrigação gerada por eventos passados, mas que somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos que não podem ser totalmente controlados pela Administração, ou uma obrigação presente de eventos passados que não foi reconhecida por não ser provável um fluxo financeiro de saída de recursos que incorporem os benefícios econômicos exigidos para liquidar a obrigação, ou o valor dessa obrigação não pode ser mensurado com confiabilidade. Portanto, uma provisão não é reconhecida nas demonstrações financeiras, sendo apenas divulgada.
A realização de ativos contingentes será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos que não podem ser totalmente controlados pela Administração. Não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de decisão transitada em julgado em última instância.
4. RESUMO DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS
a. Conversão de moeda estrangeira
Transações e saldos em moeda estrangeira - As transações originalmente denominadas ou a serem liquidadas em moeda estrangeira são convertidas na moeda funcional usando as taxas de câmbio da data da transação ou da data da avaliação, na qual os itens são remensurados. Os ganhos e perdas cambiais resultantes da liquidação e da conversão de ativos e passivos monetários em moeda estrangeira pela taxa de câmbio na data do balanço são reconhecidos no resultado.
b. Caixa e equivalentes de caixa
O caixa e equivalentes de caixa são representados por contas correntes em bancos, considerados no Balanço Patrimonial Consolidado na rubrica Disponibilidades e pelas Aplicações em Depósitos Interfinanceiros com prazo original igual ou inferior a 90 dias, que possuem conversibilidade imediata em caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor de mercado. Dentre os recursos disponíveis com essas características, são classificados como equivalentes de caixa somente aqueles recursos mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimentos ou outros fins.
c. Instrumentos financeiros derivativos - IFD
De acordo com o CPC 48, os instrumentos financeiros derivativos compostos pelas operações de swap devem ser avaliados pelos seus valores de mercado contabilizando os ganhos e as perdas não realizados no resultado do período. Os valores relativos ao diferencial a receber ou a pagar são contabilizados em conta de ativo ou passivo, respectivamente, e apropriados como receita ou despesa "pro rata die" até a data do balanço.
A metodologia de marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos foi estabelecida com base em critérios consistentes e verificáveis que levam em consideração o preço médio de negociação no dia da apuração ou, na falta deste, por meio de modelos de precificação que traduzam o valor líquido provável de realização. O valor de mercado contempla o risco de crédito da contraparte (ajuste de spread de crédito).
Os instrumentos financeiros derivativos utilizados para compensar, no todo ou em parte, os riscos decorrentes das exposições às variações nas taxas de juros de ativos ou passivos financeiros são considerados instrumentos de proteção (hedge) e estão classificados, de acordo com a sua natureza, na categoria de hedge de fluxo de caixa.
Nesta categoria são classificados os instrumentos financeiros derivativos destinados a compensar a variação do fluxo de caixa futuro estimado da instituição.
Para estas operações os instrumentos financeiros derivativos são ajustados ao valor de mercado, sendo que a parcela efetiva das valorizações ou desvalorizações, líquida dos efeitos tributários, registra-se na conta "Ajustes de avaliação patrimonial", destacada do Patrimônio Líquido. Entende-se por parcela efetiva aquela em que a variação no item objeto de hedge, diretamente relacionada ao risco correspondente, é compensada pela variação no instrumento financeiro utilizado para hedge, considerando o efeito acumulado da operação. As demais variações verificadas nesses instrumentos são reconhecidas diretamente no resultado do período.
Para os itens objeto que forem descontinuados da relação de hedge de fluxo de caixa e permanecem registrados no balanço, a reserva acumulada no patrimônio líquido será reconhecida de forma linear no resultado pelo período a decorrer da operação.
d. Ativos e Passivos Financeiros
(i) Classificação e Mensuração de Ativos Financeiros
A partir de 1° de janeiro de 2018, o Conglomerado passou a aplicar o CPC 48 - Instrumentos Financeiros e classificar seus ativos financeiros nas seguintes categorias de mensuração:
• Custo Amortizado;
• Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes;
• Valor Justo por meio do Resultado.
Custo amortizado - Um ativo financeiro é classificado como mensurado ao custo amortizado caso seja mantido em um modelo de negócio cujo objetivo seja obter fluxos de caixa contratuais e seus termos contratuais deem origem a fluxos de caixa que sejam pagamentos somente de principal e juros.
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes - Um ativo financeiro é classificado como valor justo por meio de outros resultados abrangentes caso ele satisfaça ao critério de somente principal e juros e seja mantido em um modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pela obtenção de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro.
Valor justo por meio do resultado - Todos os outros ativos financeiros são classificados ao Valor Justo por meio do Resultado. Além disso, uma entidade pode, no reconhecimento inicial, designar de maneira irrevogável um ativo financeiro ao valor justo por meio do resultado se, ao fazê-lo, ela elimina ou reduz significativamente um descasamento contábil que surgiria de outro modo.
(ii) Provisão para Perda de Crédito Esperada
A perda de crédito esperada é mensurada através do cálculo do valor presente de todos os déficits esperados ao longo da vida de um instrumento financeiro. O déficit aqui utilizado é relacionado à diferença entre os valores de fluxo de caixa contratuais e os fluxos de caixa que o Banco espera receber. Uma vez que a perda de crédito esperada considera tanto o montante pago como o momento do pagamento, a perda de crédito esperada ocorre mesmo se o Banco e a Leasing esperam ser pagos integralmente, mas com atrasos com relação ao prazo contratualmente acordado.
A perda de crédito esperada é descontada à taxa original efetiva do instrumento financeiro com exceção dos instrumentos financeiros originados ou comprados com problemas de recuperação de crédito, os quais são descontados à uma taxa de juros efetiva ajustada determinada em seu reconhecimento inicial.
A mensuração da perda de crédito esperada e dos déficits de fluxo de caixa esperados também levam em consideração os valores de garantias dos ativos financeiros e qualquer outro fator/cláusula adicional ao crédito que fazem parte dos termos contratuais. Assim, são incluídos no cálculo de perda esperada os valores de fluxo de caixas referentes à monetização das garantias estabelecidas, tal como os custos de sua obtenção e seus valores de venda.
De acordo com a CPC 48, a perda de crédito esperada deve ser mensurada de maneira a refletir:
• Estimativa de probabilidade de perda ponderada e não enviesada;
• Valor temporal do dinheiro; e
• Toda informação razoável e suportável (se disponível sem custo ou esforços indevidos) na data de mensuração sobre eventos passados, condições atuais e previsões de condições econômicas futuras.
O Banco e a Leasing, portanto, calculam a perda esperada através da média ponderada das perdas de crédito esperadas por toda a vida do ativo financeiro com seus respectivos riscos de *default* utilizados como peso para a ponderação.
Para refletir os riscos de *default*, são utilizados dois índices principais com diferentes metodologias e projeções internas: a probabilidade da perda e a severidade de perda. Ambos os índices são construídos através de **informações prospectivas** e públicas sobre os ativos financeiros tal como o comportamento histórico de migração de contratos entre as diferentes faixas de inadimplência e suas respectivas perdas, recuperação histórica e esperada das possíveis perdas, garantias, determinação de critérios para aumento ou redução significativa de risco de crédito, cenários macroeconômicos e qualquer outra informação relevante para determinação da perda esperada.
O impacto **macroeconômico** ainda possui um fator de escala utilizado pelo Banco e pela Leasing na mensuração da perda esperada denominado *Future Expectation* (FE). O fator de ajuste é determinado através da observação dos dados macroeconômicos existentes e suas projeções a fim de refletir as condições atuais e informações de crédito em relação a eventos futuros. Tal fator é revisado pela Administração em períodos trimestrais.
A partir de sua mensuração, o modelo de perda esperada demanda a classificação do ativo financeiro em três estágios, os quais são definidos da seguinte maneira:
Estágio 1: Nenhuma deterioração significativa da qualidade de crédito desde a data inicial de reconhecimento (aplicação de perda de crédito esperada de 12 meses).
Estágio 2: Deterioração significativa da qualidade de crédito desde a data inicial de reconhecimento (aplicação de perda de crédito esperada ao longo da vida da operação).
Estágio 3: Evidência objetiva de prejuízo, ou seja, ativos com problemas de recuperação (aplicação de perda de crédito esperada ao longo da vida da operação). Clientes específicos de alçadas de crédito mais elevadas considerados problemáticos são diretamente classificados nesse estágio.
Um ativo migrará de estágio à medida que seu risco de crédito aumentar ou diminuir. Dessa forma, um ativo financeiro que migrou para os estágios 2 e 3 poderá voltar para o estágio 1.
Aumento significativo no risco de crédito: O Banco e a Leasing avaliam diversos fatores e premissas para determinar se existe um aumento significativo no risco de crédito, tal como deterioração do fluxo de caixa do cliente, aumento da inadimplência, atrasos recorrentes, contraparte, reestruturações de crédito, etc. Além de fatores subjetivos, o Banco e a Leasing adotam como premissas mínimas e objetivas para classificação e transição entre os estágios:
Estágio 1: Inclui todos os contratos sem deterioração significativa da qualidade de crédito, ou seja, novos ativos financeiros ou ativos que possuam menos de 31 dias de atraso. Dessa forma, todos os ativos financeiros são inicialmente alocados nesse estágio.
Estágio 1 para Estágio 2: Ativos financeiros que demonstrem deterioração significativa de sua qualidade de crédito são alocados no Estágio 2. A deterioração significativa de crédito é definida como:
• Atrasos iguais ou superiores a 31 dias;
• Aumento significativo no risco de *default* (probabilidade de perda esperada);
• Aumento significativo das taxas de perda.
Estágio 2 para Estágio 3: Ativos financeiros com evidência objetiva de prejuízo/dificuldade de recuperação devem ser alocados no Estágio 3. A evidência objetiva de prejuízo de um ativo financeiro e de sua dificuldade de recuperação é definida como:
• Significativa dificuldade financeira do emitente ou mutuário;
• Violação de cláusulas ou termos de contrato;
• Violação dos termos de garantia acordados por parte dos avalistas;
• Probabilidade crescente de falência ou outra reorganização financeira por parte do mutuário;
• Desaparecimento de um mercado ativo para o ativo financeiro devido a dificuldades financeiras;
• Compra ou origem de um ativo financeiro com desconto significativo que reflita em perdas de crédito incorridas;
• Atrasos iguais ou superiores a 91 dias ou 61 dias para clientes/operações individualmente relevantes;
• Operações de crédito reestruturadas.
A mensuração das perdas no valor recuperável dos ativos deve ser realizada de modo a segregar as operações/clientes individualmente relevantes e aquelas individualmente não relevantes que possuam similaridades de modo a serem avaliadas coletivamente.
A revisão dos ativos financeiros individualmente relevantes é realizada mensalmente pela Administração, ou mais frequentemente quando circunstâncias individuais assim o exigirem. Provisões para redução ao valor recuperável sobre contas individualmente avaliadas são determinadas através de uma avaliação caso a caso das perdas nos fluxos de caixa originalmente esperados em comparação ao novo fluxo de caixa da operação esperado na data do balanço. Esta avaliação considera as garantias (incluindo as prováveis despesas decorrentes de todo processo até a execução das garantias) e os recebimentos.
(iii) Compensação de instrumentos financeiros
Quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e uma intenção de realizá-los numa base líquida, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente os ativos e passivos financeiros são compensados e é apresentado no balanço patrimonial o valor líquido. Não houve compensação de instrumentos financeiros nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022.
(iv) Operações de crédito renegociadas
A Administração considera como eventos de renegociação, qualquer alteração contratual (prazo, fluxo, desconto, etc.) ocasionada devido a uma dificuldade de pagamento por parte do cliente, sendo estes eventos indicativos de perda no valor recuperável dos ativos. A partir destes eventos as operações são classificadas como Estágio 3 e, nos fluxos financeiros esperados, passam a ser considerados eventuais custos legais e do processo de recuperação. Embora os mesmos não sejam considerados como vencidos, sua provisão é calculada com base na comparação do fluxo financeiro originalmente pretendido e o novo fluxo financeiro afetado pelo evento de perda identificado e considerando todas as garantias.
(v) Baixa de instrumentos financeiros
Ativos financeiros são baixados quando os direitos contratuais do recebimento dos fluxos de caixa provenientes desses ativos cessam ou se houver uma transferência substancial dos riscos e benefícios.
A totalidade ou a parte de um ativo financeiro, é baixada contra a respectiva perda de crédito esperada quando não há expectativa razoável de recuperação. Esses créditos são baixados após a finalização de todos os procedimentos necessários de recuperação para a determinação do valor da perda. Recuperações subsequentes de valores previamente baixados são creditadas na demonstração do resultado. O Grupo Financeiro Mercedes-Benz avalia o controle do instrumento, a fim de assegurar seu envolvimento contínuo no ativo.
(vi) Reclassificação de ativos financeiros
De acordo com o CPC 48, a reclassificação de ativos financeiros é exigida caso o modelo de negócios no qual são mantidos mude após o reconhecimento inicial, e caso a mudança seja significativa para as operações da entidade.
Não há reclassificações nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 2022.
(vii) Classificação e Mensuração de Passivos Financeiros
Depósitos de instituições financeiras e de clientes, obrigações por empréstimos e repasses e títulos de dívidas emitidos são mensurados pelo custo amortizado utilizando a taxa efetiva de juros, a qual desconta os pagamentos futuros estimados ao longo da existência do instrumento. O cálculo da taxa efetiva inclui todas as despesas e receitas incrementais associadas ao instrumento financeiro. As despesas de juros correspondentes destes instrumentos financeiros são incluídas na demonstração consolidada do resultado na rubrica de despesas com juros e similares.
e. Ativos tangíveis
Os itens do ativo imobilizado são demonstrados ao custo, subtraindo-se a depreciação acumulada e eventuais perdas no valor recuperável. A depreciação é efetuada de modo a reconhecer o custo, menos o valor residual estimado de cada ativo. Ela é calculada pelo método linear com base nas seguintes taxas anuais:

Ativo	Vida útil estimada	Taxa de depreciação anual
Móveis e equipamentos de uso	10 anos	10%
Equipamentos de processamento de dados	5 anos	20%
Sistemas de comunicação	10 anos	10%
Sistemas de transporte	5 anos	20%
Instalações	10 anos	10%

Os custos subsequentes são adicionados ao valor contábil do ativo ou reconhecidos como outro ativo, dependendo do caso, somente quando houver probabilidade de que serão gerados benefícios econômicos futuros associados ao ativo. São reconhecidos no resultado do período em que são incorridas todas as despesas relativas à manutenção e reparo.
Ao final de cada exercício os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, caso seja apropriado.
f. Ativos intangíveis e ágio
Os ativos intangíveis são constituídos por aquisição de licença de direito de uso de softwares e cujas amortizações são efetuadas às taxas de 20% ao ano, que consideram o prazo de vida útil dos ativos. O ágio na Daimler Truck Locações e Serviços Ltda. ("Rental"), que era proveniente da aquisição da Mercedes-Benz Corretora de Seguros Ltda. no ano de 2009 e foi realizado em 2023 com a aquisição da Daimler Truck Locações e Serviços LTDA. pela Daimler Truck Financial Services Brasil Holding S.A..
Redução no valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis
Na data-base de divulgação das demonstrações financeiras, a empresa tem como prática a revisão quanto a eventos ou circunstâncias que indicam que o valor contábil de um ativo não-financeiro pode ser irrecuperável. Essa revisão ocorre ao menos anualmente, mas caso ocorram eventos ou mudanças que indiquem uma possível perda de valor recuperável, este teste pode ser efetuado com maior frequência. Na existência de alguma indicação de perda, deve ser calculado o valor recuperável deste ativo.
A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros deve ser reconhecida como perda quando o valor contábil do ativo for maior do que o valor recuperável. As perdas por *impairment* deverão ser registradas no resultado do período em que foram identificadas.
g. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido
O imposto de renda e a contribuição social do período, corrente e diferido, são calculados com base na alíquota de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 mil por ano para imposto de renda. Para contribuição social são calculadas com base na alíquota de 20%, com adicional de 1% especificamente para o movimento de agosto a dezembro de 2022 em relação à empresa Banco, com base na alíquota de 15%, com adicional de 1% especificamente para o movimento de agosto a dezembro de 2022 em relação à empresa Leasing e com base na alíquota de 9% para as demais empresas e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.
São reconhecidas as despesas de IRPJ e CSLL na demonstração consolidada do resultado, exceto quando resulta de uma transação registrada diretamente no patrimônio líquido, sendo, nesse caso, o efeito fiscal reconhecido também no patrimônio líquido.
Os ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos sobre diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e seu respectivo valor contábil nas demonstrações financeiras. O ativo fiscal diferido é reconhecido na medida em que for provável que haverá lucros tributários futuros para compensação com essas diferenças.
Os impostos correntes e diferidos (ativos e passivos) são reconhecidos como benefício ou despesa de imposto de renda na demonstração consolidada do resultado. Os créditos tributários de IRPJ e CSLL, calculados sobre prejuízo fiscal, base negativa de CSLL e adições temporárias, são registrados na rubrica ativo fiscal diferido, e a provisão para as obrigações fiscais diferidas é registrada na rubrica passivo fiscal diferido.
Os créditos tributários sobre adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de CSLL serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de sua realização, considerando os estudos técnicos e as análises realizadas pela Administração.
h. Valor justo
Para mensuração do valor justo e critérios de hierarquia, a empresa utiliza premissas de acordo com cada tipo de instrumento financeiro e através de dados disponíveis no mercado. As informações detalhadas estão disponíveis na nota explicativa n° 10.
i. Ativos não correntes mantidos para a venda
São classificados na categoria de ativos não correntes mantidos para a venda e reconhecidos na rubrica Outros Ativos no ativo circulante, os bens retomados por execução de garantias prestadas em operações de créditos não performadas cujo valor contábil venha a ser recuperado, principalmente por meio de uma transação de venda, ao invés do uso continuado.
Para este ser o caso, o ativo deve estar disponível para a venda imediata em sua condição atual, sujeito apenas aos termos que sejam usuais e habituais para vendas desses ativos e sua venda deve ser altamente provável.
Uma vez classificados nesta categoria, os ativos são mensurados ao menor dentre o valor contábil ou valor justo menos os custos para venda.
Estes ativos não são amortizados e estão sujeitos a "*impairment*". A perda por "*impairment*" é reconhecida no resultado e podem ser revertidas.
j. Operações de arrendamento
É incluído na conta empréstimos e recebíveis o investimento líquido em arrendamentos financeiros; já as receitas brutas no prazo do arrendamento são reconhecidas de modo a gerar uma taxa de retorno periódica constante sobre o investimento líquido. Os pagamentos a receber são apresentados na rubrica operações de crédito e arrendamento mercantil financeiro. Os custos diretos de arrendamentos são incorporados ao valor do reconhecimento inicial do ativo.
O risco de valor residual ocorre devido à incerteza do valor de um ativo ao fim do prazo do contrato. Ao longo da vida do ativo, seu valor residual irá variar devido às incertezas do mercado futuro, a mudanças tecnológicas ou inovações em produtos e a condições econômicas em geral.
Os valores residuais são definidos no início do contrato de arrendamento com base nas expectativas da Administração de valores futuros. Durante o prazo do arrendamento, os valores residuais são revisados anualmente, de modo a identificar qualquer possível redução no valor recuperável. Qualquer redução no valor residual que resulte em uma redução no valor recuperável de um ativo é reconhecida imediatamente.
k. Provisões
Uma provisão é reconhecida quando for provável haver necessidade de recursos econômicos para liquidar uma obrigação legal atual ou construtiva, como resultado de eventos passados, e o valor da obrigação puder ser estimado de maneira confiável.
O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais são efetuados conforme a seguir:
(i) ativos contingentes - não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos;
(ii) provisões - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;
(iii) passivos contingentes - classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perda remota não requerem provisão ou divulgação;
(iv) obrigações legais - fiscais e previdenciárias - referem-se a demandas judiciais, nas quais estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. Os montantes discutidos são integralmente registrados nas demonstrações financeiras e atualizados de acordo com a legislação fiscal;
(v) depósitos judiciais - são mantidos em conta de ativo, sem serem deduzidos das provisões para passivos contingentes.
l. Patrimônio líquido
O patrimônio líquido é composto por capital social, reservas de capital, reservas de lucros e resultados acumulados não apropriados. O capital social e as reservas estão detalhadas na nota explicativa nº 25. O capital social é composto por ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Os dividendos sobre ações são reconhecidos no momento em que são aprovados pela Assembleia Geral.
m. Receita e despesa líquida de juros e similares
São reconhecidas na demonstração individual e consolidada do resultado as receitas e despesas de juros e similares sobre ativos e passivos financeiros utilizando-se o método da taxa efetiva de juros. O método da taxa efetiva de juros é utilizado para calcular o custo amortizado de ativo ou de passivo financeiro e de alocar receitas ou despesas de juros no respectivo período.
A taxa efetiva de juros é a taxa de desconto que é aplicada sobre os pagamentos ou recebimentos futuros estimados ao longo da expectativa de vigência do instrumento financeiro. Ao calcular a taxa efetiva de juros, o Grupo Financeiro Mercedes-Benz estima os fluxos de caixa, considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro, mas não considera perdas de crédito futuro. O cálculo inclui as comissões pagas ou recebidas entre as partes do contrato, os custos de transação e os outros prêmios ou descontos.
n. Receitas e despesas de taxas e comissões
A DTFS aufere receita de serviços e comissões por meio de diversos tipos de serviços que fornece aos seus clientes. Taxas auferidas com a prestação de serviços são apropriadas ao longo do mesmo período em que os serviços são prestados. O reconhecimento de receitas de serviços provindas de contratos com clientes é reconhecido de acordo com os princípios descritos no CPC 47, pelo valor que reflita contraprestação a que a entidade espera ter direito em troca desses produtos ou serviços. O processo de reconhecimento de receitas ocorre de acordo com as seguintes etapas:

continua

DAIMLER TRUCK FINANCIAL SERVICES BRASIL HOLDING S.A.

CNPJ nº 54.646.419/0001-44

→ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

- Identificação do contrato e obrigações de desempenho;
- Determinação do preço da transação;
- Alocação do preço da transação; e
- Reconhecimento da receita.

Despesas com serviços prestados e comissões pagas são apropriadas ao longo do período em que os serviços são prestados.

Se houver um instrumento financeiro associado e as receitas ou despesas provenientes das tarifas e comissões forem consideradas como parte da taxa de juros efetiva, deixam de ser reconhecidas pelo CPC 47 e passam a ser reconhecidas considerando os preceitos do CPC 48, de forma diferida no resultado pelo fluxo e prazo do instrumento financeiro.

o. Resultado de instrumentos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado

Na rubrica resultado de instrumentos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são contabilizados os ganhos e perdas realizados e não realizados provenientes do ajuste do valor justo e o resultado relacionado à negociação de referidos ativos financeiros.

A baixa de passivos financeiros é feita quando há a extinção deles, quando é realizado o pagamento, seu cancelamento ou há a sua expiração.

5. RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA

	Individuais		Consolidadas	
	2023	2022	2023	2022
Receita de juros calculada pelo método de juros efetivos	**–**	**–**	**2.687.443**	**2.062.994**
Empréstimos e recebíveis	–	–	2.687.443	2.062.994
Outras receitas de juros	**1.976**	**2.174**	**66.551**	**62.680**
Aplicações financeiras e interfinanceiras de liquidez	1.976	2.174	66.551	62.680
Despesas com juros e similares	**–**	**–**	**(2.084.993)**	**(1.528.551)**
Obrigações por empréstimos e repasses	–	–	(810.934)	(478.149)
Despesas com depósitos	–	–	(1.020.405)	(905.504)
Despesas com letras financeiras subordinadas	–	–	(286.362)	(287.938)
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	–	–	32.708	143.040
Resultado líquido de comissões	**–**	**–**	**36.875**	**44.497**
Receitas com comissões sobre venda de seguros	–	–	43.523	53.156
Despesa com comissões sobre venda de seguros	–	–	(4.138)	(5.532)
Impostos incidentes (ISS, PIS e COFINS)	–	–	(2.510)	(3.127)
Resultado bruto de intermediação financeira	**1.976**	**2.174**	**705.876**	**641.620**

6. RESULTADO COM PERDAS POR *IMPAIRMENT* DE ATIVOS FINANCEIROS

	Consolidadas	
	2023	2022
(Constituição) de *impairment* sobre operações de liquidação duvidosa	(60.855)	(102.058)
Recuperação de créditos anteriormente baixados como prejuízo (Nota 16e)	35.881	37.849
Total	**(24.974)**	**(64.209)**

7. DESPESAS DE PESSOAL

	Consolidadas	
	2023	2022
Proventos	(68.791)	(56.351)
Encargos sociais	(22.389)	(20.524)
Outros benefícios dos funcionários	(13.665)	(11.563)
Treinamento	(1.343)	(527)
Remuneração de estagiários	(576)	(451)
Total	**(106.764)**	**(89.416)**

a. Remuneração da Administração

Salários e honorários da Administração	2023	2022
Remuneração	4.630	4.183

As empresas do Conglomerado não têm por política oferecer plano de pensão e/ou quaisquer tipos de benefícios pós-emprego ou remuneração baseada em ações.

8. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Individuais		Consolidadas	
	2023	2022	2023	2022
Despesas de serviços de terceiros	–	(1)	(35.336)	(40.716)
Despesas de serviços técnicos especializados	(100)	(84)	(59.610)	(42.986)
Despesas de processamento de dados	–	–	(27.859)	(23.832)
Despesa de comissão de fiança	–	–	(8.115)	(6.709)
Despesas de gravame	–	–	(6.191)	(9.130)
Despesas de aluguel	–	–	(1.815)	(1.814)
Despesa de remarketing	–	–	(11.345)	(5.928)
Despesas com depreciação e amortização	–	–	(4.005)	(3.082)
Despesas de serviços do sistema financeiro	–	–	(1.829)	(2.269)
Despesas de promoções e relações públicas	–	–	(3.548)	(2.514)
Despesas de comunicações	–	–	(718)	(792)
Despesa de notificação, emolumentos e cartorárias	–	–	(692)	(562)
Despesas de seguros	–	–	(1.807)	(1.529)
Despesas de propaganda e publicidade	(114)	(119)	(2.757)	(1.269)
Despesas de viagem	–	–	(1.790)	(1.388)
Outras despesas administrativas	(5)	(2)	(4.901)	(5.718)
Total	**(219)**	**(206)**	**(172.318)**	**(150.238)**

9. OUTRAS RECEITAS/ (DESPESAS) OPERACIONAIS

	Individuais		Consolidadas	
	2023	2022	2023	2022
Despesas tributárias	(219)	(116)	(37.323)	(33.008)
Despesa com provisões de contingências (Nota 22b)	(298)	(53)	(27.442)	(30.141)
Reversão com provisões de contingências (Nota 22b)	–	–	18.585	14.241
Reversão de provisões operacionais	–	84	–	84
Prejuízo na venda de ativos não correntes mantidos para a venda[1]	–	–	(63.207)	(6.288)
Risk sharing agreement	–	–	1.503	(2.555)
Atualizações de depósitos judiciais	72	66	13.175	12.036
Outras receitas operacionais	149	158	8.509	11.858
Total	**(296)**	**139**	**(86.200)**	**(33.773)**

[1]Refere-se ao resultado na venda de bens recebidos em liquidação de instrumentos financeiros de difícil ou duvidosa solução não destinados ao próprio uso.

10. VALOR JUSTO DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a. Determinação do valor justo e hierarquia do valor justo

O Grupo Financeiro Mercedes-Benz utiliza a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros:

- Nível 1: preços cotados em mercado ativo para o mesmo instrumento;
- Nível 2: preços cotados em mercado ativo para ativos ou passivos similares ou baseado em outro método de valorização nos quais todos os *inputs* significativos são baseados em dados observáveis do mercado; e
- Nível 3: técnicas de valorização nas quais os *inputs* significativos não são baseados em dados observáveis do mercado.

2023	Individuais		Consolidadas		
	Nível 2	Total	Nível 1	Nível 2	Total
Ativos	**1.889**	**1.889**	**234.231**	**227.018**	**461.249**
Aplicações em depósitos interfinanceiros	–	–	–	211.171	211.171
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	1.889	1.889	234.231	–	234.231
Instrumentos financeiros derivativos	–	–	–	15.847	15.847
Passivos	**–**	**–**	**–**	**(44.849)**	**(44.849)**
Instrumentos financeiros derivativos	–	–	–	(44.849)	(44.849)
2022					
Ativos	**19.565**	**19.565**	**297.367**	**226.714**	**524.081**
Aplicações em depósitos interfinanceiros	–	–	–	133.124	133.124
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	19.565	19.565	297.367	–	297.367
Instrumentos financeiros derivativos	–	–	–	93.590	93.590
Passivos	**–**	**–**	**–**	**(6.375)**	**(6.375)**
Instrumentos financeiros derivativos	–	–	–	(6.375)	(6.375)

Não houve transferências de ativos ou passivos financeiros entre os níveis no período.

As técnicas de valorização incorporam estimativas sobre as premissas que um participante de mercado utilizaria para valorizar os instrumentos.

b. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem os títulos e valores mobiliários adquiridos com o objetivo de serem negociados frequentemente e de forma ativa, sendo contabilizados pelo valor de mercado, em que as perdas e os ganhos realizados e não realizados sobre esses títulos são reconhecidos no resultado.

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são aqueles ativos financeiros não derivativos que não são classificados como (a) ativos financeiros ao custo amortizado ou (b) ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

As metodologias adotadas para definição do valor de mercado visam atualizar os ativos, integrantes da carteira, por uma estimativa mais próxima possível dos valores praticados no mercado financeiro. O preço de mercado é obtido através de desconto de fluxos de amortizações e pagamentos de juros futuros com taxas e cotações divulgadas pela ANBIMA e B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão.

c. Ativos financeiros e passivos financeiros não mensurados a valor justo por meio do resultado

Encontra-se a seguir uma comparação por classe do valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros do Grupo.

	2023		2022	
Individuais	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos financeiros	**2.080**	**2.080**	**20.497**	**20.497**
Caixa e equivalentes de caixa	191	191	932	932
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	1.889	1.889	19.565	19.565
Total	**2.080**	**2.080**	**20.497**	**20.497**

	2023		2022	
Consolidadas	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos financeiros	**19.925.524**	**19.863.519**	**19.920.232**	**19.114.140**
Caixa e equivalentes de caixa	398.783	398.783	160.686	160.686
Ativos financeiros ao custo amortizado	19.276.663	19.214.658	19.368.589	18.562.497
Instrumentos financeiros derivativos	15.847	15.847	93.590	93.590
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	234.231	234.231	297.367	297.367
Passivos financeiros	**(17.420.352)**	**(17.420.352)**	**(17.278.175)**	**(17.278.175)**
Depósitos	(7.351.114)	(7.351.114)	(9.996.528)	(9.996.528)
Obrigações por empréstimos e repasses	(6.371.917)	(6.371.917)	(5.365.458)	(5.365.458)
Títulos de dívidas emitidos	(3.652.472)	(3.652.472)	(1.909.814)	(1.909.814)
Instrumentos financeiros derivativos	(44.849)	(44.849)	(6.375)	(6.375)
Total	**2.505.172**	**2.443.167**	**2.642.057**	**1.835.965**

Os montantes de valor justo apresentados no quadro acima representam as melhores estimativas do Grupo Financeiro Mercedes-Benz baseadas em uma série de metodologias e premissas.

Em geral, o valor contábil de instrumentos financeiros de curto prazo não contabilizados a valor justo, incluindo valores a pagar e/ou a receber gerados no curso normal do negócio, se aproximam do valor justo, considerando o período relativamente curto entre sua originação e expectativa de realização.

O valor justo da rubrica Empréstimos e recebíveis é apurado através do cálculo do valor presente do fluxo financeiro futuro da carteira de operações de crédito na data-base de fechamento. A taxa utilizada para o cálculo corresponde à taxa média contratada nas operações concedidas no mês de fechamento do exercício.

Para depósitos de instituições financeiras, de clientes e títulos de dívida emitidos, o valor justo dos recursos a taxas fixas com vencimentos preestabelecidos foi calculado mediante os fluxos de caixa descontados nas condições contratuais e às taxas de títulos prefixados na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão na data-base de balanço. Para os recursos a taxas variáveis, o valor justo foi considerado aproximadamente equivalente ao valor contábil.

Quanto a obrigações por empréstimos e repasses, os valores justos foram calculados mediante os fluxos de caixa descontados pelas taxas médias de *funding* do portfólio.

11. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Individuais		Consolidadas	
	2023	2022	2023	2022
Disponibilidades	191	932	187.612	27.562
Aplicações interfinanceiras de liquidez [1]	–	–	211.171	133.124
Total	**191**	**932**	**398.783**	**160.686**

[1] Referem-se a ativos financeiros com alta liquidez e risco insignificante de mudança de valor, cujo vencimento das operações, na data efetiva da aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias.

12. ATIVOS FINANCEIROS AO VALOR JUSTO POR MEIO DE OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES

a. Composição de títulos e valores mobiliários por meio de outros resultados abrangentes

		Individuais		Consolidadas	
Título	Vencimento	2023	2022	2023	2022
	Até 90 dias	–	–	–	3.381
	91 a 180 dias	–	5.860	–	–
Certificado de Depósito	181 a 360 dias	–	13.705	–	56.597
Bancário	Maior que 360 dias	1.889	–	–	–
Letras Financeiras	Até 90 dias	–	–	233.464	123.701
do Tesouro	Maior que 360 dias	–	–	–	112.999
Fundo Garantidor para Investimentos - FGI	Sem vencimento	–	–	767	689
Total		**1.889**	**19.565**	**234.231**	**297.367**

13. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

O Grupo Financeiro Mercedes-Benz, através do Banco, se utiliza de instrumentos financeiros derivativos para gerenciar, de forma consolidada, suas posições e atender às necessidades de sua operação, classificando as posições próprias em destinadas a *hedge* de fluxo de caixa. A estratégia de *hedge* das posições patrimoniais está em consonância com as análises macroeconômicas e é aprovada pela Administração.

Riscos

Os principais riscos, inerentes aos instrumentos financeiros derivativos, decorrentes dos negócios do Banco são os de crédito, de mercado, de liquidez e operacional.

Risco de crédito é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas a: (a) Não cumprimento pela contraparte (o tomador de recursos, o garantidor ou o emissor de títulos ou valor mobiliário adquirido), de suas obrigações nos termos pactuados; (b) Desvalorização, redução de rendimentos e ganhos esperados em instrumentos financeiros decorrentes da deterioração da qualidade creditícia da contraparte, do interveniente ou do instrumento mitigador; (c) Reestruturação de instrumentos financeiros; ou (d) Custos de recuperação de exposições de ativos problemáticos.

Os contratos de *swaps* registrados na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão estão sujeitos ao risco de crédito caso a contraparte não tenha capacidade ou disposição para cumprir suas obrigações contratuais.

Risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas financeiras decorrentes da flutuação nos valores de mercado de exposições detidas por uma Instituição Financeira. Estas perdas financeiras podem ser incorridas em função do impacto produzido pela variação de fatores de riscos, tais como taxas de juros, paridades cambiais, preços de ações e de *commodities*, entre outros.

O risco de liquidez é definido pela:

- Possibilidade de a Instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e
- Possibilidade de a Instituição não conseguir negociar a preço de mercado, uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

Risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas.

a. Composição da carteira de derivativos

***Hedge* de fluxo de caixa**

Para proteger os fluxos de caixa futuros contra a exposição ao risco de variações na taxa de juros variável (CDI), o Banco adquiriu contrato de *swap* no mercado de balcão, registrado na B3 - Brasil, Bolsa, Balcão.

		2023				2022			
Swap	**Local de negociação**	Valor de referência	Valor contratual	Valor justo	Ajuste ao valor justo	Valor de referência	Valor contratual	Valor justo	Ajuste ao valor justo
Posição Ativa - DI		5.743.100	6.356.471	6.358.151	1.680	4.613.616	4.992.618	4.988.465	(4.153)
Posição Ativa - Dólar + Juros		–	–	–	–	200.000	208.388	208.743	355
Posição Passiva - Pré	Balcão - Instituições financeiras	(5.743.100)	(6.312.616)	(6.387.153)	(74.537)	(4.813.616)	(5.142.343)	(5.109.993)	32.350
Diferencial a receber/a pagar		**–**	**43.855**	**(29.002)**	**(72.857)**	**–**	**58.663**	**87.215**	**28.552**

Vencimento em dias	Até 90	91 a 180	181 a 360	Acima de 360	Valor justo
2023					
Swap - Diferencial a receber	12.045	10	2.081	1.711	15.847
Swap - Diferencial a pagar	(582)	(809)	(23.059)	(20.399)	(44.849)
2022					
Swap - Diferencial a receber	34.294	7.472	26.447	25.377	93.590
Swap - Diferencial a pagar	(193)	–	(1.331)	(4.851)	(6.375)

b. Ganhos e perdas no resultado dos instrumentos de hedge e dos objetos de hedge

		2023			2022		
***Hedge* de fluxo de caixa**	**Instrumento financeiro**	Valor de referência	Parcela inefetiva acumulada - Resultado	Parcela efetiva acumulada - MTM - PL	Valor de referência	Parcela inefetiva acumulada - Resultado	Parcela efetiva acumulada - MTM- PL
Instrumento de *hedge*	Swap - DI x Pré	5.743.100	43.855	(72.857)	4.613.616	54.005	29.080
	Swap - Dólar + Juros x Pré	–	–	–	200.000	4.658	(527)
Item objeto de *hedge*	Letras financeiras - Pós	3.126.500	(341.242)	–	(1.389.700)	(125.503)	–
	Depósitos a prazo	2.416.600	(329.754)	–	(2.773.916)	(283.682)	–
	Depósitos Interfinanceiros	200.000	(14.897)	–	(450.000)	(20.646)	–
	Obrigações por empréstimos e repasses	–	–	–	(200.000)	(8.126)	–

d. Provisão para perda esperada

O quadro abaixo apresenta a movimentação da provisão para perdas com redução ao valor recuperável em empréstimos e recebíveis.

	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**92.790**	**70.794**	**498.042**	**661.626**
Adições/Reversões	(65.427)	67.401	100.097	102.071
Baixados para prejuízo	–	–	(97.427)	(97.427)
Transferência entre estágios	**83.138**	**(18.910)**	**(64.228)**	**–**
Estágio 1	90.515	(20.524)	(69.991)	–
Estágio 2	(5.693)	6.728	(1.035)	–
Estágio 3	(1.684)	(5.114)	6.798	–
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**110.501**	**119.285**	**436.484**	**666.270**
Adições/Reversões	(54.414)	92.575	22.294	60.855
Baixados para prejuízo	–	–	(151.736)	(151.736)
Transferência entre estágios	**23.092**	**(20.023)**	**(3.069)**	–
Estágio 1	36.073	(27.266)	(8.807)	–
Estágio 2	(10.904)	17.962	(7.058)	–
Estágio 3	(2.077)	(10.719)	12.796	–
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**79.179**	**191.837**	**304.373**	**575.389**

e. Créditos baixados como prejuízo

Créditos baixados como prejuízo	2023	2022
Saldo inicial	**373.166**	**333.497**
Operações registradas como prejuízo	151.736	97.427
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	(35.873)	(37.849)
Descontos concedidos	(17.117)	(19.909)
Saldo final	**471.912**	**373.166**

14. ATIVOS FINANCEIROS AO CUSTO AMORTIZADO

a. Composição da carteira

	2023	2022
Operações de crédito e arrendamento mercantil financeiro	**19.276.663**	**19.368.589**
Operações de crédito	19.247.148	19.305.899
Operações de arrendamento	29.515	62.690
(-) Provisão para perda esperada	**(575.389)**	**(666.270)**
Operações de crédito	(573.630)	(663.864)
Operações de arrendamento	(1.759)	(2.406)
Total de ativos financeiros ao custo amortizado	**18.701.274**	**18.702.319**

b. Composição da carteira por indexadores

	2023		2022	
	Carteira	Distribuição	Carteira	Distribuição
Prefixado	15.344.224	79,60%	16.062.371	82,93%
Pós-fixado	3.932.439	20,40%	3.306.218	17,07%
Total	**19.276.663**	**100%**	**19.368.589**	**100%**

c. Reconciliação da carteira bruta segregadas por estágios:

2023	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Sem atraso	14.273.131	2.971.175	399.849	17.644.155
Atraso até 30 dias	152.549	630.768	30.973	814.290
Atraso de 31 a 60 dias	–	324.294	65.197	389.491
Atraso de 61 a 90 dias	–	132.513	16.296	148.809
Atraso de 91 a 180 dias	–	–	146.132	146.132
Atraso superior a 180 dias	–	–	133.786	133.786
Total de empréstimos e recebíveis	**14.425.680**	**4.058.750**	**792.233**	**19.276.663**
2022				
Sem atraso	15.832.852	1.547.858	439.808	17.820.518
Atraso até 30 dias	213.604	342.816	168.045	724.465
Atraso de 31 a 60 dias	–	270.340	163.552	433.892
Atraso de 61 a 90 dias	–	120.813	75.988	196.801
Atraso de 91 a 180 dias	–	–	113.975	113.975
Atraso superior a 180 dias	–	–	78.938	78.938
Total de empréstimos e recebíveis	**16.046.456**	**2.281.827**	**1.040.306**	**19.368.589**

15. INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS

a. Posição patrimonial das controladas diretas

	Controladas Diretas						Controlada Indireta	
	Banco		Rental		Corretora		Leasing	
POSIÇÃO PATRIMONIAL	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Caixa e equivalentes de caixa	303.973	145.408	21	668	3.609	10.328	101.878	51.263
Ativos financeiros	18.941.722	18.994.790	116.055	59.978	31.650	30.911	27.870	60.085
Ativos fiscais	651.034	563.353	4.205	466	6.665	6.312	32.021	37.285
Ativos tangíveis	17.084	10.178	1	1	–	1	–	3
Ativos intangíveis	1.704	1.704	–	–	–	–	–	–
Investimentos	131.262	115.245	–	51.893	–	–	–	–
Outros ativos	532.548	361.261	210	206	9.872	9.944	22.983	22.570
Total do ativo	**20.579.327**	**20.191.939**	**120.492**	**113.212**	**51.796**	**57.496**	**184.754**	**171.206**
Passivos financeiros	17.580.833	17.376.563	–	–	–	–	–	–
Provisões	234.083	231.285	–	–	2.206	2.330	47.096	49.304
Obrigações fiscais	151.478	168.163	–	–	1.822	2.161	2.778	2.105
Outros passivos	227.276	104.713	5.862	810	14.277	10.813	3.630	4.564
Patrimônio líquido	2.385.657	2.311.215	114.630	112.403	33.491	42.192	131.250	115.233
Total do passivo	**20.579.327**	**20.191.939**	**120.492**	**113.213**	**51.796**	**57.496**	**184.754**	**171.206**
Resultado bruto da intermediação financeira	556.332	508.527	9.322	2.919	41.900	50.525	20.638	11.602
Outras receitas/despesas operacionais	(340.321)	(294.537)	(9.925)	27.273	(13.950)	(13.050)	3.207	(6.774)
Imposto de renda e contribuição social	(85.870)	(93.022)	2.830	(939)	4	(10.114)	(7.828)	416
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	**130.141**	**120.968**	**2.227**	**29.253**	**27.954**	**27.361**	**16.017**	**5.244**
% participação	**100%**	**100%**	**100%**	**100%**	**100%**	**0,01%**	**100%**	**100%**

As demonstrações financeiras das investidas foram auditadas ou revisadas por auditores independentes.

b. Movimentações dos investimentos

	Banco	Rental	Corretora	Outros	Total
Em 31 de dezembro de 2021	**2.213.320**	**83.151**	**–**	**488**	**2.296.959**
Resultado de equivalência patrimonial	135.391	29.251	–	–	164.642
Ajuste de avaliação patrimonial	(43.719)	–	–	–	(43.719)
Em 31 de dezembro de 2022	**2.304.992**	**112.402**	**–**	**488**	**2.417.882**
Aquisição de investimento	–	–	50.159	–	50.159
Resultado de equivalência patrimonial	140.627	2.228	13.332	–	156.187
Ajuste de avaliação patrimonial	(55.699)	–	–	–	(55.699)
Distribuição de dividendos	–	–	(30.000)	–	(30.000)
Em 31 de dezembro de 2023	**2.389.920**	**114.630**	**33.491**	**488**	**2.538.529**

continua →

INÊS249

DAIMLER TRUCK FINANCIAL SERVICES BRASIL HOLDING S.A.

CNPJ nº 54.646.419/0001-44

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

16. ATIVOS TANGÍVEIS

O quadro abaixo apresenta a movimentação do ativo imobilizado por grupo:

	CONSOLIDADAS								
	Custo				Depreciação acumulada				Valor contábil
	2022	Aquisições	Alienações	2023	2022	Adições	Baixas	2023	2023
Móveis e equipamentos de uso	**2.566**	44	(19)	**2.591**	**(575)**	(291)	14	**(852)**	**1.739**
Sistemas de comunicação	**281**	–	(141)	**140**	**(137)**	(16)	129	**(24)**	**116**
Veículos e afins	**7.549**	11.722	(6.917)	**12.354**	**(2.663)**	(2.555)	3.319	**(1.899)**	**10.455**
Equipamentos de processamento de dados	**7.903**	2.762	(1.253)	**9.412**	**(5.725)**	(1.038)	1.248	**(5.515)**	**3.897**
Instalações	**1.075**	–	–	**1.075**	**(91)**	(105)	–	**(196)**	**879**
Total	**19.374**	**14.528**	**(8.330)**	**25.572**	**(9.191)**	**(4.005)**	**4.710**	**(8.486)**	**17.086**
	2021	Aquisições	Alienações	2022	2021	Adições	Baixas	2022	2022
Móveis e equipamentos de uso	**1.105**	1.787	(326)	**2.566**	**(636)**	(249)	310	**(575)**	**1.991**
Sistemas de comunicação	**139**	142	–	**281**	**(122)**	(15)	–	**(137)**	**144**
Veículos e afins	**7.549**	–	–	**7.549**	**(1.155)**	(1.508)	–	**(2.663)**	**4.886**
Equipamentos de processamento de dados	**8.024**	499	(620)	**7.903**	**(5.239)**	(1.072)	586	**(5.725)**	**2.178**
Instalações	**527**	1.052	(504)	**1.075**	**(521)**	(68)	498	**(91)**	**984**
Total	**17.344**	**3.480**	**(1.450)**	**19.374**	**(7.673)**	**(2.912)**	**1.394**	**(9.191)**	**10.183**

As despesas com depreciação estão registradas na linha "Despesas gerais e administrativas" na demonstração consolidada do resultado.

17. ATIVOS INTANGÍVEIS

O quadro abaixo apresenta a movimentação do ágio e dos ativos intangíveis por grupo:

	Consolidadas								
	Custo			Amortização Acumulada				Valor contábil	
	2022	Adições	Alienações	2023	2022	Adições	Baixas	2023	2023
Ágio de incorporações	**9.702**	**–**	**(9.702)**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**
Software	**3.334**	**–**	**–**	**3.334**	**(1.631)**	–	–	**(1.631)**	**1.703**
Total	**13.036**	**–**	**(9.702)**	**3.334**	**(1.631)**	**–**	**–**	**(1.631)**	**1.703**
	2021	Adições	Alienações	2022	2021	Adições	Baixas	2022	2022
Ágio de incorporações	**9.702**	**–**	**–**	**9.702**	**–**	**–**	**–**	**–**	**9.702**
Software	**3.352**	**–**	**(18)**	**3.334**	**(1.677)**	(171)	217	**(1.631)**	**1.703**
Total	**13.054**	**–**	**(18)**	**13.036**	**(1.677)**	**(171)**	**217**	**(1.631)**	**11.405**

As despesas com amortização estão registradas na linha "Despesas gerais e administrativas" na demonstração consolidada do resultado.

O ágio na Mercedes-Benz do Brasil Assessoria Comercial Ltda. que era proveniente da aquisição da Mercedes-Benz Corretora de Seguros Ltda. no ano de 2009 - foi realizado em 2023 com a aquisição da Mercedes-Benz Corretora de Seguros Ltda. pela Daimler Truck Financial Services Brasil Holding S.A..

18. OUTROS ATIVOS

	Individuais		Consolidadas	
	2023	2022	2023	2022
Depósitos em juízo por contingências passivas	5.280	5.209	213.027	200.427
Ativos não correntes mantidos para venda	–	–	73.799	42.735
Risk sharing agreement[1]	–	–	11.255	9.752
Adiantamentos e antecipações salariais	–	–	280	842
Despesas antecipadas	–	–	5.566	3.933
Adiantamentos para pagamentos	–	–	157	85
Outros ativos[2]	–	–	258.291	142.285
Total outros ativos	**5.280**	**5.209**	**562.375**	**400.059**

[1]*Risk Sharing Agreement* - Trata-se de um acordo de compartilhamento de risco de crédito com a Mercedes-Benz do Brasil Ltda., onde essa assegura o pagamento de um percentual da operação de crédito caso o cliente predefinido apresente atraso superior a 180 dias. Para esses casos, o Banco provisiona o recebimento proporcional ao *impairment* constituído para o cliente.

[2]Referem-se substancialmente à baixa de parcelas de operações pagas por clientes no último dia útil do ano, com depósitos disponibilizados pelo banco correspondente no 1º dia útil subsequente, no montante de R$ 124.658 em 31 de dezembro de 2023 (R$ 115.306 em 31 de dezembro de 2022) e por subsídios a receber da Mercedes-Benz do Brasil Ltda. e Mercedes-Benz Cars & Vans Ltda. referentes a "contrato de equalização de taxas de juros", no montante de R$ 100.846 em 31 de dezembro de 2023 (R$ 14.990 em 31 de dezembro de 2022).

19. DEPÓSITOS

a. Composição de depósitos

				Consolidadas			
				Valor da operação		Custo atualizado	
Instrumento	Indexador	Contraparte	Remuneração	2023	2022	2023	2022
	Pós-fixado	Pessoa Jurídica	0,8% a.a. a 1,1% a.a. + CDI	240.000	200.000	254.897	209.935
Depósitos Interfinanceiros	Pós-fixado	Inst. Financeira	de 100,0% a 118,0% do CDI	1.993.800	758.000	2.001.459	769.891
	Pré-fixado	Inst. Financeira	0,6% a.a. a 15,6% a.a.	757.000	1.940.700	847.744	2.089.847
Total de depósitos interfinanceiros				**2.990.800**	**2.898.700**	**3.104.100**	**3.069.673**
	Pós-Fixado	Ligadas	101,5% a 104% do CDI	–	1.104.999	–	1.119.151
		Pessoa Jurídica	100,0% do CDI	1.110.989	1.538.536	1.245.421	1.684.323
Depósitos a prazo		Instituição Financeira	0,95% a.a. + 104% do CDI	50.000	51.000	51.070	52.643
	Pós-Fixado	Fundos	0,6% a.a. a 1,25% a.a. + CDI	2.375.600	2.722.922	2.705.286	3.004.961
	Pré-Fixado	Fundos	8,0% a.a. a 14,2% a.a.	200.000	944.184	245.237	1.065.777
Total de depósitos a prazo				**3.736.589**	**6.361.641**	**4.247.014**	**6.926.855**
Total depósitos				**6.727.389**	**9.260.341**	**7.351.114**	**9.996.528**

b. Composição de depósitos por faixas de vencimentos

	2023				
	1 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Depósitos interfinanceiros	2.001.459	–	386.644	715.997	**3.104.100**
Depósitos a prazo	237.576	357.096	1.261.558	2.390.784	**4.247.014**
Total	**2.239.035**	**357.096**	**1.648.202**	**3.106.781**	**7.351.114**
	2022				
Depósitos interfinanceiros	999.652	429.747	1.301.435	338.839	**3.069.673**
Depósitos a prazo	1.727.747	671.843	1.551.407	2.975.858	**6.926.855**
Total	**2.727.399**	**1.101.590**	**2.852.842**	**3.314.697**	**9.996.528**

20. OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES

a. Composição de obrigações por empréstimos e repasses

				Valor da operação		Custo atualizado	
Instrumento	Contraparte	Indexador	Remuneração	2023	2022	2023	2022
Finame	BNDES	Pós-fixado	1,6%a.a. a 4,9% a.a. + TLP	4.356	146.334	213.883	212.408
			1,1% a.a. a 3,2% a.a. + TLP + SELIC	3.041.232	2.839.705	3.625.054	3.107.068
			2,3% a.a. a 8,1% a.a. + TJLP	14.157	38.012	22.491	55.794
			2,3% a 8,1% a.a. + TJLP + SELIC	10.792	24.123	20.425	39.443
		Prefixado	1,0% a 17,2% a.a.	2.142.707	1.508.797	2.409.579	1.613.652
Refrota	CEF	Pós-fixado	6,5% a 6,7% a.a. + TR	61.247	104.793	80.485	128.967
Empréstimos em moeda estrangeira	Instituição Financeira	Pós-fixado	5,1% a.a. + Variação Cambial	–	200.000	–	208.126
Total de obrigações por empréstimos e repasses				**5.274.491**	**4.861.764**	**6.371.917**	**5.274.491**

b. Composição de obrigações por empréstimos e repasses por faixas de vencimentos

	2023			
Vencimentos	1 a 90 dias	91 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Finame	506.104	1.523.770	4.261.558	6.291.432
Refrota	12.423	26.475	41.587	80.485
Total	**518.527**	**1.550.245**	**4.303.145**	**6.371.917**
Vencimentos	2022			
Finame	352.064	1.120.800	3.555.501	5.028.365
Refrota	13.969	40.398	74.600	128.967
Empréstimos em moeda estrangeira	–	208.126	–	208.126
Total	**366.033**	**1.369.324**	**3.630.101**	**5.365.458**

21. TÍTULOS DE DÍVIDAS EMITIDOS

São obrigações por emissão de letras financeiras, com prazo mínimo de vencimento de 24 meses com taxa média de juros pós-fixada de 102,75% a 103,0% do DI. Os títulos estão registrados na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão.

a. Composição de títulos e dívidas emitidos

				Valor da operação		Custo atualizado	
Instrumento	Contraparte	Indexador	Remuneração	2023	2022	2023	2022
Letras financeiras	Pessoa Jurídica	Pós-fixado	1,0% a.a. a 1,1% a.a. + CDI	–	319.400	–	354.995
	Fundos		1,0% a.a. a 1,3% a.a. + CDI	713.500	222.000	729.141	265.349
	Inst. Financeira		1,0% a.a. a 1,1% a.a. + CDI	2.413.000	1.078.600	2.738.601	1.127.214
	Inst. Financeira	Prefixado	13,9% a.a.	150.000	150.000	184.730	162.256
Total títulos de dívidas emitidos				**3.276.500**	**1.770.000**	**3.652.472**	**1.909.814**

b. Composição de títulos e dívidas emitidos por faixas de vencimentos

	2023				
	1 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Letras financeiras	771.936	184.730	398.045	2.297.761	3.652.472
Total	**771.936**	**184.730**	**398.045**	**2.297.761**	**3.652.472**
	2022				
Letras financeiras	263.337	–	–	1.646.477	1.909.814
Total	**263.337**	**–**	**–**	**1.646.477**	**1.909.814**

22. PROVISÕES

a. Composição das provisões

O Grupo Financeiro Mercedes-Benz, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência passada referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso, como segue:

	Individuais			
	2023		2022	
	Provisões	Depósitos	Provisões	Depósitos
Fiscais	**1.788**	**5.280**	**1.377**	**5.209**
Federais	**1.788**	**5.280**	**1.377**	**5.209**
CSLL	–	3.492	–	3.493
PIS	1.788	1.788	1.377	1.716
Total de provisões de contingências	**1.788**	**5.280**	**1.377**	**5.209**

	Consolidadas			
	2023		2022	
	Provisões	Depósitos	Provisões	Depósitos
Trabalhistas[1]	**41.505**	**1.042**	**49.440**	**933**
Cíveis[2]	**29.030**	**1.793**	**28.422**	**2.055**
Fiscais[3]	**214.637**	**210.192**	**206.434**	**197.439**
Federais	**206.489**	**209.981**	**193.371**	**197.252**
COFINS	176.087	176.087	165.114	165.114
PIS	30.402	30.402	28.207	28.546
INSS	–	–	–	49
CSLL	–	3.492	–	3.493
IRPJ	–	–	50	50
Municipais	**8.148**	**211**	**13.063**	**187**
ISS	8.148	211	13.063	187
Total de provisões de contingências	**285.172**	**213.027**	**284.296**	**200.427**

[1] Referem-se a ações judiciais de caráter indenizatório por dano material e/ou moral e revisionais a questionamentos dos clientes nas cláusulas contratuais das operações de crédito e multas e IPVA não pagos.

[2] Referem-se à provisão para processos movidos, em sua grande maioria, por ex-empregados, cuja natureza das reclamações envolve substancialmente indenizações, horas extras, adicional de função, equiparação salarial bem como seus reflexos.

[3] Referem-se à provisão com: a) PIS sobre as receitas não decorrentes da prestação de serviços, b) COFINS sobre as receitas não decorrentes da prestação de serviços.

b. Movimentação das provisões

	Individuais					
	2023					
	Saldo inicial	Atualização	Constituição	Reversão	Realização	Saldo final
Outras	1.377	298	113	–	–	1.788
Fiscais - federais	**1.377**	**298**	**113**	**–**	**–**	**1.788**
PIS	1.377	298	113	–	–	1.788
Total	**1.377**	**298**	**113**	**–**	**–**	**1.788**
	2022					
Outras	1.325	52	–	–	–	1.377
Fiscais - federais	**1.325**	**52**	**–**	**–**	**–**	**1.377**
PIS	1.325	52	–			1.377
Total	**1.325**	**52**	**–**	**–**	**–**	**1.377**

	Consolidado					
	2023					
	Saldo inicial	Atualização	Constituição	Reversão	Realização	Saldo final
Trabalhistas	**49.440**	**4.625**	**3.190**	**(10.499)**	**(5.251)**	**41.505**
Cíveis	**28.422**	**2.778**	**1.988**	**(1.472)**	**(2.686)**	**29.030**
Fiscais	**206.434**	**14.861**	**113**	**(6.587)**	**(184)**	**214.637**
Federais	**193.371**	**13.059**	**113**	**(54)**	**–**	**206.489**
COFINS	165.114	10.973	–	–	–	176.087
PIS	28.207	2.082	113	–	–	30.402
IRPJ	50	4	–	(54)	–	–
Municipais	**13.063**	**1.802**	**–**	**(6.533)**	**(184)**	**8.148**
ISS	13.063	1.802	–	(6.533)	(184)	8.148
Total	**284.296**	**22.264**	**5.291**	**(18.558)**	**(8.121)**	**285.172**

	Consolidado					
	2022					
	Saldo inicial	Atualização	Constituição	Reversão	Realização	Saldo final
Trabalhistas	**49.177**	**5.263**	**4.843**	**(6.351)**	**(3.492)**	**49.440**
Cíveis	**32.253**	**2.793**	**3.905**	**(6.478)**	**(4.051)**	**28.422**
Fiscais	**194.460**	**13.336**	**50**	**(1.412)**	**–**	**206.434**
Federais	**181.692**	**11.629**	**50**	**–**	**–**	**193.371**
COFINS	155.155	9.959	–	–	–	165.114
PIS	26.537	1.670	–	–	–	28.207
IRPJ	–	–	50	–	–	50
Municipais	**12.768**	**1.707**	**–**	**(1.412)**	**–**	**13.063**
ISS	12.768	1.707	–	(1.412)	–	13.063
Total	**275.890**	**21.392**	**8.798**	**(14.241)**	**(7.543)**	**284.296**

c. Contingências ativas e passivas não provisionadas

As contingências passivas relevantes avaliadas pelos assessores jurídicos como sendo de riscos possíveis, não reconhecidas contabilmente estão apresentadas abaixo:

	Individuais		Consolidadas	
	2023	2022	2023	2022
Cíveis	–	–	1.010	979
Litígios fiscais e tributários[1;2;3]	35.500	34.872	54.277	56.805
Trabalhistas	–	–	101	479
Total	**35.500**	**34.872**	**55.388**	**58.263**

[1] Execução Fiscal movida pela União Federal (0513274-38.1997.4.03.6182, a qual está ligada ao processo 0033236-88.1999.403.6100) onde é questionado o recolhimento da CSLL do ano base de 1991, efetuado integralmente pela Companhia. A Procuradoria da Fazenda entende que o valor atinente a uma das parcelas estaria em aberto. O êxito da demanda depende, sobretudo, da comprovação pericial de que todos os valores foram recolhidos. O valor possível de perda atualizado é de aproximadamente R$ 15.499 (R$ 14.668 em 2022), sendo que parte do valor mencionado está garantido por depósito judicial.

[2] O processo administrativo 10880.020816-96/14 refere-se ao questionamento pela União Federal das compensações efetuadas pela Companhia, sobre os valores devidos de PIS e COFINS entre dezembro/2001 a fevereiro/2004, com os créditos tributários gerados pelo recolhimento do PIS nos termos dos decretos nºs 2445 e 2449, sendo esse recolhimento declarado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal. O êxito da demanda depende, sobretudo, da homologação dos créditos tributários gerados. O valor máximo possível de perda atualizado é de aproximadamente R$ 20.001 (R$ 19.621 em 2022).

[3] Processos 18220.723881/2021-44 e 18220.723880/2021-08, perdcomp's não homologadas e foi impetrado as impugnações em 08/2021. O valor possível de perda atualizado é de aproximadamente R$ -0- (R$ 583 em 2022).

23. OUTROS PASSIVOS

	Individuais		Consolidadas	
	2023	2022	2023	2022
Receitas diferidas[1]	–	–	99.040	11.580
Provisão para despesas de pessoal	–	–	49.053	42.876
Aquisição de recebíveis a pagar - AoR	–	–	24.363	–
Outras despesas administrativas	1.468	1.468	19.517	29.681
Seguros a processar	–	–	6.396	9.490
Outros passivos	218	218	24.686	18.662
Total	**1.686**	**1.686**	**223.055**	**112.289**

[1] Composto por subsídios recebidos da Mercedes-Benz do Brasil Ltda. referentes a "contrato de equalização de taxas de juros" das operações de repasses do BNDES Finame PSI e por campanhas de estímulo e incremento das vendas de veículos de fabricação da montadora por valores considerados suficientes para remunerar adequadamente as operações efetuadas pelo Banco Mercedes-Benz do Brasil S.A., no montante de R$ 99.040 em 31 de dezembro de 2023 (R$ 11.580 em 2022) que são apropriados ao resultado pelo prazo contratual.

24. ATIVOS E OBRIGAÇÕES FISCAIS

a. Conciliação da despesa total de impostos

A conciliação entre a despesa de imposto e o lucro contábil apurado pela alíquota de imposto para o exercício findo em 31 de dezembro é a seguinte:

	Individuais		Consolidadas	
	2023	2022	2023	2022
Instituições financeiras	–	–	242.905	239.797
Instituições não financeiras	157.648	166.749	28.808	42.411
Resultado antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	**157.648**	**166.749**	**263.746**	**282.208**
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 15% respectivamente	–	–	(97.162)	(95.919)
Contribuição social a alíquota 5%	–	–	(11.192)	(10.679)
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 9% respectivamente	(53.600)	(56.695)	(9.298)	(13.704)
Encargo total de imposto de renda e contribuição social	**(53.600)**	**(56.695)**	**(117.652)**	**(120.302)**
Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos:				
Adições temporárias e definitivas	(145)	(21)	(240.869)	(200.320)
Exclusões temporárias e definitivas	53.107	55.982	200.691	160.362
Superveniência/insuficiência de depreciação	–	–	1.072	(3.298)
PAT, vale cultura e adicional do imposto de renda	24	24	172	209
Compensação/constituição de prejuízo fiscal e base negativa	–	–	101	264
Efeito registro contábil do incentivo fiscal da LEI DO BEM	–	–	3.249	1.433
Efeito da majoração da alíquota da CSLL	–	–	–	(1.337)
Efeito da não tributação da receita de comissão - Presumido	–	–	10.063	12.290
Efeito da não tributação do total de despesas - Presumido	–	–	(7.641)	(8.191)
Ajuste provisão anos anteriores	11	–	419	54
Outros	–	–	–	23
Imposto de renda e contribuição social corrente do exercício	**(603)**	**(710)**	**(150.395)**	**(158.813)**
Exclusões temporárias	140	16	44.345	38.940
Superveniência/insuficiência de depreciação	–	–	(1.072)	3.298
Prejuízo fiscal e base negativa de Contribuição Social	–	–	421	406
Imposto de renda e contribuição social diferido do exercício	**140**	**16**	**43.834**	**42.660**
Imposto de renda e contribuição social total do exercício	**(463)**	**(694)**	**(106.561)**	**(116.153)**
Lucro líquido do exercício	**157.185**	**166.055**	**157.185**	**166.055**

b. Composição de impostos e contribuições a compensar

	Individuais		Consolidadas	
	2023	2022	2023	2022
Antecipações de impostos e contribuições a compensar	618	642	46.309	40.401
Impostos e contribuições a restituir de exercícios anteriores	–	–	10.652	10.585
Impostos e contribuições a compensar de exercícios anteriores	429	1.703	5.533	7.440
Imposto de renda retido na fonte	700	53	3.812	1.961
Total	**1.747**	**2.398**	**66.306**	**60.387**

c. Composição de obrigações com impostos e contribuições

	Individuais		Consolidadas	
	2023	2022	2023	2022
Provisão para impostos e contribuições sobre o lucro a recolher	617	724	148.727	153.685
Impostos e contribuições a recolher sobre salários	–	–	3.189	2.734
Impostos e contribuições a recolher sobre serviços de terceiros	–	–	255	182
Outros impostos e contribuições a recolher	–	–	4.231	4.090
Total	**617**	**724**	**156.402**	**160.691**

d. Origem e natureza dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos:

	Individuais			
	2023		2022	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Provisão para ações judiciais fiscais	447	161	344	124
Outras diferenças temporárias	752	271	752	271
Total	**1.199**	**432**	**1.096**	**395**
Total ativo tributário diferido	**1.631**		**1.491**	

	Consolidadas			
	2023		2022	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Provisão para perdas com redução ao valor recuperável	211.981	169.018	212.588	169.264
Provisão para desvalorização de ativos não correntes mantidos para a venda	23.006	18.405	10.037	8.030
Provisão para ações judiciais fiscais	27.915	21.243	29.041	21.943
Provisão para ações judiciais cíveis	7.257	4.913	7.100	4.860
Provisões para ações judiciais trabalhistas	9.825	7.860	11.784	9.427
Prejuízo fiscal/Base negativa	682	7.140	–	7.401
MTM - Patrimônio líquido	18.214	14.571	–	–
Outras diferenças temporárias	50.540	39.928	40.043	24.361
Total	**349.420**	**283.078**	**310.593**	**245.286**
Total ativo tributário diferido	**632.498**		**555.879**	

continua

DAIMLER TRUCK FINANCIAL SERVICES BRASIL HOLDING S.A.

CNPJ nº 54.646.419/0001-44

→ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

e. Movimentação dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

Individuais

	2022	Constituição	Realização	2023
Provisão para ações judiciais fiscais	468	140	–	608
Outras diferenças temporárias	1.023	3	(3)	1.023
Total	**1.491**	**143**	**(3)**	**1.631**
	2021	**Constituição**	**Realização**	**2022**
Provisão para ações judiciais fiscais	452	22	(6)	468
Outras diferenças temporárias	1.023	–	–	1.023
Total	**1.475**	**22**	**(6)**	**1.491**

Consolidadas

	2022	Constituição	Realização	2023
Provisão para perdas com redução ao valor recuperável	381.852	87.744	(88.597)	380.999
Provisão para desvalorização de ativos não correntes mantidos para a venda	18.067	82.244	(58.900)	41.411
Provisão para ações judiciais fiscais	50.984	141	(1.967)	49.158
Provisão para ações judiciais cíveis	11.960	1.040	(830)	12.170
Provisões para ações judiciais trabalhistas	21.211	–	(3.526)	17.685
Prejuízo fiscal/Base negativa	7.401	927	(506)	7.822
MTM - Patrimônio líquido	–	32.785	–	32.785
Outras diferenças temporárias	64.404	56.447	(30.383)	90.468
Total	**555.879**	**261.328**	**(184.709)**	**632.498**
	2021	**Constituição**	**Realização**	**2022**
Provisão para perdas com redução ao valor recuperável	348.333	126.029	(92.510)	381.852
Provisão para desvalorização de ativos não correntes mantidos para a venda	8.388	34.354	(24.675)	18.067
Provisão para ações judiciais fiscais	50.849	141	(5)	50.985
Provisão para ações judiciais cíveis	13.501	1.323	(2.864)	11.960
Provisões para ações judiciais trabalhistas	22.067	1.220	(2.076)	21.211
Prejuízo fiscal/Base negativa	6.995	618	(212)	7.401
Outras diferenças temporárias	63.085	21.451	(20.133)	64.403
Total	**513.218**	**185.136**	**(142.475)**	**555.879**

f. Movimentação do passivo fiscal diferido

Consolidadas

	2022	Constituição	Realização	2023
Títulos disponíveis para venda	(151)	(35)	–	(186)
Títulos disponíveis para venda - Próprios	(222)	(26)	–	(248)
MTM - Patrimônio Líquido	(12.847)	–	12.847	–
Total	**(13.220)**	**(61)**	**12.847**	**(434)**
	2021	**Constituição**	**Realização**	**2022**
Passivos fiscais diferidos de superveniência da depreciação	–	–	–	–
Títulos disponíveis para venda	(140)	(11)	–	(151)
Títulos disponíveis para venda - Próprios	(70)	(152)	–	(222)
MTM - Patrimônio Líquido	(48.780)	–	35.933	(12.847)
Total	**(48.990)**	**(163)**	**35.933**	**(13.220)**

Os impostos ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias levam em consideração o histórico de rentabilidade em pelo menos três dos últimos cinco exercícios sociais e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentada em estudo técnico de viabilidade que permitam a realização do crédito tributário no prazo máximo de 10 anos. O prazo máximo de realização de dez anos não se aplica aos créditos tributários originados de prejuízos fiscais ocasionados pela exclusão das receitas de superveniência de depreciação até o limite das obrigações fiscais diferidas correspondentes.

As diferenças temporárias são decorrentes das despesas referentes à provisão para devedores duvidosos, provisão para contingências, provisão para bens não de uso próprio e todas outras indedutíveis temporariamente na apuração do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro.

Os créditos tributários serão realizados à medida que as diferenças temporárias, sobre os quais são calculados através de avaliação com base nas normas legais vigentes, sejam revertidas ou se enquadrem nos parâmetros de dedutibilidade fiscal, cujo cronograma de realização e/ou baixa se apresenta a seguir:

Consolidado

Exercício	Diferenças Temporárias: Imposto de renda	Diferenças Temporárias: Contribuição social	Prejuízo Fiscal: Imposto de Renda	Base Negativa: Contribuição social	Valor Presente
2024	84.495	53.655	–	151	129.667
2025	107.247	85.790	32	167	147.704
2026	10.321	8.248	650	180	12.532
2027	17.807	14.131	–	190	18.777
Após 2027	86.826	66.493	–	6.713	72.642
Total	**306.696**	**228.317**	**682**	**7.401**	**381.322**

25. CAPITAL SOCIAL E RESERVAS

a. Capital Social

Atribuído ao controlador

O capital social no montante de R$ 1.353.742 é representado por 374.585.253 (trezentos e setenta e quatro milhões, quinhentas e oitenta e cinco mil, duzentas e cinquenta e três) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

b. Reservas

A conta reserva de lucros do Grupo Financeiro Mercedes-Benz é composta por reserva legal e reserva especial de lucros. O saldo das reservas de lucros, exceto as para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o capital social. Atingido esse limite, a assembleia deliberará sobre a aplicação do excesso na integralização do capital social ou na distribuição de dividendos.

Reserva legal - Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do semestre, antes de qualquer outra destinação, que não poderá exceder a 20% do capital social.

c. Ajustes de avaliação patrimonial

O saldo de ajustes de avaliação patrimonial corresponde à atualização dos instrumentos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e instrumentos financeiros derivativos, líquido dos efeitos tributários.

	2023 Ajuste	2023 Efeito fiscal	2023 Total	2022 Ajuste	2022 Efeito fiscal	2022 Total
Instrumentos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes						
Saldo Inicial	827	(373)	**454**	468	(211)	**257**
Mutações do período	136	(61)	**75**	359	(162)	**197**
Saldo final	**963**	**(434)**	**529**	**827**	**(373)**	**454**
Instrumentos financeiros derivativos						
Saldo Inicial	28.552	(12.848)	**15.704**	108.400	(48.780)	**59.620**
Mutações do período	(101.407)	45.633	**(55.774)**	(79.848)	35.932	**(43.916)**
Saldo final	**(72.855)**	**32.785**	**(40.070)**	**28.552**	**(12.848)**	**15.704**
Total						
Saldo Inicial	29.379	(13.221)	**16.158**	108.868	(48.991)	**59.877**
Mutações do período	(101.271)	45.572	**(55.699)**	(79.489)	35.770	**(43.719)**
Saldo final	**(71.892)**	**32.351**	**(39.541)**	**29.379**	**(13.221)**	**16.158**

d. Dividendos

É assegurado aos acionistas o direito a um dividendo mínimo de 25% calculado sobre o lucro líquido ajustado a ser pago anualmente.

Por deliberação dos acionistas não foram propostos dividendos relativos ao exercício de 2023.

O Banco não possui política formal de reinvestimento por parte de seus acionistas e todos os reinvestimentos até aqui verificados, foram deliberados pelos acionistas através de AGO/AGE.

e. Resultados acumulados não apropriados

O lucro líquido apurado segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil é totalmente destinado na forma de dividendos, juros sobre o capital próprio e de constituição de reservas de lucros.

26. PARTES RELACIONADAS

a. Operações com partes relacionadas

As empresas do Conglomerado mantêm transações com controlada direta, controladora indireta e coligadas, as quais foram efetuadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros ou pelo mercado, vigentes nas datas das operações. Os saldos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 estão assim demonstrados:

Descrição	Controladora - indireta no exterior[1]	Coligadas no exterior[2]	Outras[3]	Total
2023				
Ativo				
Outros ativos diversos	–	–	100.846	100.846
Passivo				
Outras obrigações	693	2.189	24.363	**27.245**
Resultados de exercícios futuros	–	–	99.040	**99.040**
Receitas (Despesas)				
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros	–	–	157.878	**157.878**
Receitas de subsídios[4]	–	–	144.663	**144.663**
Despesa de processamento de dados	–	(200)	–	(200)
Despesas de comissão de fiança	(8.115)	–	–	(8.115)
2022				
Ativo				
Outros ativos diversos	–	–	15.317	15.317
Passivo				
Outras obrigações	484	4.391	–	4.785
Resultados de exercícios futuros	–	–	11.580	11.580
Receitas (Despesas)				
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros	–	–	167.293	167.293
Receitas de subsídios[4]	–	–	97.296	97.296
Resultado com depósitos a prazo	–	–	(14.149)	(14.149)
Despesa de processamento de dados	–	(549)	–	(549)
Despesas de processamento de dados	–	(4.690)	–	(4.690)
Despesas de comissão de fiança	(7.679)	–	–	(7.679)

[1] Daimler Truck AG

[2] Mercedes-Benz Compañía Financiera Argentina S.A. e Daimler Truck Financial Services USA

[3] Mercedes-Benz do Brasil Ltda. e Mercedes-Benz Cars & Vans do Brasil Ltda.

[4] Subsídios da Mercedes-Benz do Brasil Ltda. - referem-se à equalização de taxa de juros das operações de créditos, apropriados ao resultado pelo prazo do contrato.

b. Operações de crédito

Conforme as normas vigentes, as instituições financeiras não podem conceder empréstimos ou adiantamentos a:

- Quaisquer pessoas físicas ou jurídicas que controlem a instituição ou qualquer entidade sob controle comum com a instituição, ou qualquer diretor executivo ou qualquer de tais entidades ou membros da família imediata de tais pessoas físicas;
- Qualquer entidade controlada pela instituição; ou
- Qualquer entidade da qual o Conglomerado detenha, direta ou indiretamente, 10% ou mais do capital social.

Dessa forma, não são efetuados empréstimos ou adiantamentos a quaisquer subsidiárias, membros da Administração ou seus familiares imediatos.

27. SEGMENTOS OPERACIONAIS

De acordo com o CPC 22, um segmento operacional é um componente de uma entidade (i) que opera em atividades as quais poderá obter receitas e incorrer em despesas (incluindo receitas e despesas relacionadas a operações com outros componentes da mesma entidade), (ii) cujos resultados operacionais sejam regularmente revisados pelo principal responsável da entidade pelas decisões operacionais relacionadas à alocação de recursos ao segmento e à avaliação de seu desempenho e (iii) para as quais informações financeiras opcionais estejam disponíveis.

O Banco e a Leasing identificaram, com base em suas diretrizes, que seus segmentos operacionais incluem financiamentos a (i) cliente de varejo - "*retail*" e (ii) clientes de atacado - "*wholesale*". O segmento de "*retail*" agrupa os financiamentos concedidos aos clientes finais, pessoas físicas ou jurídicas, que agrupam prioritariamente os usuários dos veículos, enquanto o segmento de "*wholesale*" agrupa os financiamentos prestados à rede de concessionárias do Grupo Daimler, substancialmente em linhas de capital de giro, com vencimento no curto prazo.

As informações por segmento foram elaboradas com base em relatórios usados pela alta Administração para avaliar o desempenho dos segmentos e tomar decisões quanto à alocação de recursos para investimento e demais propósitos.

A alta Administração utiliza uma variedade de informações para fins gerenciais, inclusive informações financeiras e não financeiras.

As principais rubricas relacionadas aos dados contábeis constantes do balanço patrimonial e demonstração do resultado estão demonstradas a seguir:

	2023 Varejo	2023 Atacado	2023 Total	2022 Varejo	2022 Atacado	2022 Total
Ativos Financeiros						
Operações de crédito e arrendamento mercantil financeiro	15.717.028	3.559.635	19.276.663	15.174.464	4.194.125	19.368.589
(–) Provisão para perda esperada	(469.137)	(106.252)	(575.389)	(521.994)	(144.276)	(666.270)
Total líquido de operações de crédito e arrendamento financeiro	**15.247.891**	**3.453.383**	**18.701.274**	**14.652.470**	**4.049.849**	**18.702.319**
Resultado						
Receita com juros e similares	2.259.906	427.537	2.687.443	1.629.899	433.095	2.062.994
Outras receitas de juros	55.964	10.587	66.551	49.381	13.122	62.503
Despesas com juros e similares	(1.720.907)	(366.062)	(2.086.969)	(1.168.554)	(361.994)	(1.530.548)
Resultado líquido de juros e similares	**2.315.870**	**438.124**	**2.753.994**	**1.679.280**	**446.217**	**2.125.497**
Perdas por *impairment* de ativos financeiros, líquidas de recuperações	(31.194)	6.220	(24.974)	(61.492)	(2.717)	(64.209)
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	**209.802**	**60.450**	**270.252**	**238.309**	**41.793**	**280.102**

Na determinação de algumas rubricas como o lucro operacional, determinados componentes como despesas gerais e administrativas são alocados em cada segmento através de rateios, em função, substancialmente do portfólio dos dois segmentos.

28. GESTÃO DE RISCOS

Introdução

O Conglomerado Financeiro Mercedes-Benz do Brasil utiliza uma estrutura integrada e contínua para o gerenciamento de riscos.

Para medir, monitorar e mitigar a exposição aos diversos fatores de riscos, o Banco Mercedes-Benz do Brasil S.A. implantou estrutura de tamanho compatível com a natureza de suas operações, cujo processo de gestão envolve a análise da evolução de sua carteira de crédito e outras atividades que a sirvam como suporte.

Diretrizes organizacionais

A estrutura de Gerenciamento de Riscos está orientada pela regulamentação local e pelas políticas distribuídas por sua Matriz que definem os requerimentos e padrões mínimos para realizações de suas operações dentro do Grupo Daimler Truck.

A fim de realizar a gestão de seus fatores de riscos, o Banco segmentou os riscos conforme segue:

a. Risco de Crédito

Configura-se pelo risco de perdas associadas ao não cumprimento de obrigações da contraparte; a desvalorização dos ganhos esperados do instrumento financeiro devido a deterioração creditícia de qualquer parte envolvida; a deterioração resultante de reestruturação do instrumento financeiro; ou devido a custos envolvidos na recuperação dos ativos envolvidos.

Metodologia

A metodologia para medição, monitoramento e mitigação dos riscos de crédito inclui:

- Análises de crédito baseadas em ferramentas estatística/julgamental utilizadas de acordo com o tamanho de crédito e monitoradas para confirmação de seu poder preditivo;
- Estabelecimento de limites para a realização de operações de crédito;
- Sistemas para avaliação constante da evolução da carteira de crédito, tanto em nível individual quanto integrado das operações, sob diversas óticas de integração;
- Procedimentos para recuperações de crédito;
- Compatibilização do nível de provisionamento com o risco de crédito assumido, e adequação aos níveis de Patrimônio de Referência exigidos pela regulamentação;
- Testes de estresse para medições de efeitos nos principais indicadores de desempenho da instituição sob condições extremas de mercado;
- Emissão de relatórios gerenciais periódicos aos diversos níveis de gestão acerca das operações expostas ao risco de crédito.

Papéis e responsabilidades

A governança do Gerenciamento do Risco de Crédito é efetuada pelo departamento de Gerenciamento de Riscos sob a supervisão da Diretoria da instituição, que zela pela qualidade e efetividade dos sistemas de controles internos e de administração de riscos.

Diretoria - Responsável em acompanhar os resultados das atividades de gerenciamento do risco de crédito do Conglomerado Financeiro Mercedes-Benz do Brasil sempre visando o aprimoramento do ambiente de controles e sua devida mitigação. É também responsável pela aprovação e implantação da estrutura de gerenciamento do risco de crédito, incluindo as políticas, processos e procedimentos, mantendo uma forte cultura de controle dos indicadores de desempenho do ciclo de crédito.

Gerenciamento de Riscos - Responsável pelo monitoramento do risco de crédito, através da normatização dos métodos e geração de relatórios para identificação, avaliação, monitoramento, controle e mitigação do risco de crédito e sua respectiva divulgação aos devidos níveis de gestão. Também responsável pela medição do nível de provisionamento da carteira para cobertura do risco da empresa.

Segregação de função

As funções de vendas e crédito são segregadas, assegurando duas óticas independentes no processo de gerência de risco e decisão de crédito. A área de negócios é responsável pela aquisição de novos negócios, enquanto que a área de crédito avalia o risco da solicitação de crédito feita pela área de vendas.

Políticas, estratégias e mensuração

As políticas relacionadas ao processo de concessão do crédito e cobrança do Banco Mercedes-Benz estabelecem as regras definidas e aprovadas pela Matriz e abrangem os seguintes aspectos: informações cadastrais, capacidade de pagamento do cliente, tipo de produto, prazo da operação, percentual de entrada, tipo de garantia, modelos estatísticos, análise julgamental, ações de cobrança e indicadores.

Concessão e aprovação do crédito

Nenhum crédito deve ser concedido sob avaliação de um único aprovador. As operações de crédito devem ser aprovadas por pelo menos dois aprovadores, um dos quais deve, obrigatoriamente, pertencer à área de crédito.

Exceções a esta regra se aplicam apenas para créditos analisados pelo *Retail*. As aprovações são baseadas no sistema de atribuição de pontos (*scoring*) ou aprovações manuais feitas pelo gerente de crédito ou analistas *Retail*.

Exposição máxima ao risco de crédito

A exposição máxima ao risco de crédito, demonstrada abaixo, não considera garantias obtidas ou melhorias de crédito que não se qualificam para compensação.

	Consolidadas 2023	Consolidadas 2022
Disponibilidades	187.612	26.630
Aplicações em depósitos interfinanceiros	211.171	133.124
Operações de crédito e arrendamento mercantil financeiro	18.701.274	18.702.319
Títulos e valores mobiliários	234.231	297.367
Total	**19.334.288**	**19.159.440**

Concentrações

O quadro abaixo demonstra a concentração da carteira de crédito por setor econômico:

	Consolidadas 2023	Consolidadas 2022
Outros serviços	13.162.886	12.587.266
Comércio	4.737.038	5.289.806
Indústria	297.238	321.205
Pessoas físicas	504.112	504.042
Total	**18.701.274**	**18.702.319**

O quadro abaixo demonstra a exposição dos 10 maiores clientes:

	Consolidadas 2023	Consolidadas 2022
Exposição	3.882.316	3.519.512
% sobre a carteira total	**20,76%**	**18,82%**

Execução de bens em garantias

O Departamento Jurídico do Banco é a área responsável pela abertura e administração da ação de busca e apreensão dos bens atrelados às operações de crédito em atraso, acionando legalmente os inadimplentes para liquidação dos valores devidos através da retomada e venda dos bens, em leilão público ou venda direta para a rede de concessionários e compradores.

Durante o exercício de 2023 os bens retomados pelo Grupo atingiram o montante de R$ 386.263 (2022 - R$ 181.895).

O quadro a seguir apresenta o valor contábil dos ativos financeiros cujos termos foram renegociados.

	Consolidadas 2023	Consolidadas 2022
Operações de crédito e arrendamento mercantil financeiro	148.961	453.841
Total	**148.961**	**453.841**

b. Risco de liquidez

Configura-se pela possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas e a possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O processo de gerenciamento do risco de liquidez contempla o acompanhamento da composição dos recursos disponíveis, o cumprimento do nível mínimo de liquidez e do plano de contingência para situações de estresse. Este processo visa utilizar as melhores práticas de maneira a evitar escassez de caixa e dificuldades em honrar os vencimentos a pagar.

Relatórios gerenciais e regulatórios

O Banco adotou sistemas, metodologias e modelos baseados nas melhores práticas de mercado.

Informações com a situação de exposição ao risco de liquidez e indicação de limites operacionais são geradas e analisadas pela área de gerenciamento de riscos, que os mantêm em arquivo para referência futura.

Os procedimentos para execução e distribuição dos relatórios estão claramente documentados através de políticas e procedimentos disponíveis a todos os níveis da instituição.

Relatório diário de fluxo de caixa

Este relatório tem por objetivo a mensuração da evolução do saldo de liquidez no próximo período de 90 dias. O relatório é composto da expectativa de entradas e saídas de caixa para o período, indicando em quais momentos do período há iminente risco de flutuação de liquidez abaixo do nível de segurança estipulado.

As variações dos valores projetados são acompanhadas diariamente pela Tesouraria e monitorados pela área de Riscos, mensalmente através de testes de aderência do fluxo projetado anteriormente e diariamente, através de recebimento do e-mail da tesouraria com a movimentação realizada.

Todas as ocorrências de liquidez abaixo do nível de segurança são informadas ao comitê na reunião seguinte ao fato.

Plano de contingências de liquidez

O Banco deverá recorrer a seu plano de contingência caso venha a enfrentar algum tipo de problema de liquidez inesperado junto ao mercado financeiro brasileiro.

Depois de utilizadas todas as linhas de captação interbancárias disponíveis, o Banco deverá iniciar o processo de emissão Certificados de Depósitos Bancários ou Letras Financeiras a contrapartes já aprovadas pela Matriz tais como: *Assets*, Fundos de Pensão ou outros tipos de investidores qualificados, incluindo a Mercedes-Benz do Brasil Ltda.

Assim que o plano de contingência de liquidez for acionado, a Diretoria deverá se reunir para decidir sobre a continuidade de realização de novas operações de financiamento. Enquanto isso, o Banco não deverá conceder nenhum novo empréstimo sem a aprovação do CFO ou preposto da diretoria financeira até que o nível de segurança estipulado retorne ao mínimo recomendado.

Caberá então à diretoria da empresa verificar se as condições de mercado exigirão ações adicionais como solicitação de aporte de capital ou solicitação de empréstimos junto à matriz ou empresa controladora no Brasil.

O plano de contingências será acionado somente após a decisão em ata do Comitê de Controles Internos e Gerenciamento de Riscos (ICRC).

Back-Testing

O objetivo do *Back-Testing* (testes de aderência) é testar a validade e robustez do modelo utilizado para estimar o risco de liquidez. Os testes visam rever procedimentos e limites para a adequação de fluxo de caixa, de acordo como os resultados obtidos.

- Os testes de aderência são realizados mensalmente através da comparação da movimentação realizada nos últimos 30 dias (mês anterior) em relação à movimentação projetada para o mesmo período.

Papéis e responsabilidades

A estrutura de Gerenciamento de Risco de Liquidez possui uma estrutura compatível com a natureza de suas operações e tem por objetivo identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição aos riscos.

O risco de liquidez será tratado como pauta durante o Comitê de Controles Internos e Gerenciamento de Risco (ICRC).

O Comitê de Controles Internos e Gerenciamento de Risco ocorre trimestralmente, pois todos os meses realizam-se reuniões em que são discutidos pontos relevantes relacionados a gerenciamento de risco e controles internos. Como também, reportes mensais são passados/enviados a todos os membros da Diretoria e gestão do Banco, onde fornecemos as principais variações e indicadores do nosso negócio.

O comitê ICRC é composto pelos seguintes membros votantes:

- Diretor Presidente (CEO)
- Diretor Financeiro (CFO / CRO)
- Diretor de Operações
- Diretor de Crédito
- Diretor Comercial

O objetivo do comitê é o monitoramento contínuo da efetividade das atividades de Controles Internos e Gerenciamento de Riscos Integrados, bem como deliberação de ações/estratégias visando assegurar a adequada execução das mesmas. Entre as atribuições do Comitê, destacam-se:

- Acompanhar os resultados das atividades de Controles Internos e Gerenciamento de Risco Integrado do BMB, visando o aprimoramento do ambiente de controles e a mitigação dos riscos identificados;
- Definir prazos e planos de ação para mitigação de riscos de acordo com a classificação da exposição final;
- Zelar pela qualidade dos sistemas de controles internos e do gerenciamento de risco integrado da empresa, mantendo uma forte cultura de controle nas atividades regulares da organização.

Limites operacionais

Os limites operacionais são aprovados em Comitê e são periodicamente revistos pela área de Gerenciamento de Riscos. Estes limites têm por finalidade permitir à Tesouraria uma atuação transparente, independente e contínua, sendo esta monitorada pela área de Gerenciamento de Riscos.

Diretrizes organizacionais

A estrutura de Gerenciamento de Risco de Liquidez está alinhada com as diretrizes do Grupo Daimler Truck com o Conselho Monetário Nacional e às regulamentações do Banco Central do Brasil.

O quadro a seguir mostra os passivos financeiros agrupados com base no período remanescente na data do balanço até a data de vencimento contratual.

Consolidadas

	Até 90 dias	Entre 91 e 360 dias	Acima de 360 dias	Total
2023				
Depósitos	2.239.035	2.005.298	3.106.781	7.351.114
Títulos de dívidas emitidos	771.936	184.730	2.695.806	3.652.472
Obrigações por empréstimos e repasses	518.527	1.550.245	4.303.145	6.371.917
Instrumentos financeiros derivativos	582	23.868	20.399	44.849
Total	**3.530.080**	**3.764.141**	**10.126.131**	**17.420.352**
2022				
Depósitos	2.727.399	3.954.432	3.314.698	9.996.528
Títulos de dívidas emitidos	263.337	–	1.646.477	1.909.814
Obrigações por empréstimos e repasses	280	1.735.076	3.630.102	5.365.458
Instrumentos financeiros derivativos	193	1.331	4.851	6.375
Total	**2.991.209**	**5.710.403**	**8.596.128**	**17.297.740**

c. Risco de mercado e IRRBB

Configura-se pela possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições sujeitas à variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities) detidas por instituição financeira. Conforme a estratégia estipulada, o banco não possui e não tem a intenção de possuir instrumentos voltados a arbitragem. Portanto, a exposição ao risco de mercado é esperada que seja nula e com baixíssima relevância.

O IRRBB ("*Interest Rate Risk on Banking Book*") é tratado concomitante ao risco de mercado. Define-se como: o risco, atual ou prospectivo, do impacto de choques adversos das taxas de juros no capital e nos resultados da instituição financeira, para os instrumentos classificados na carteira bancária. Dado, que todas as operações de crédito, como as de suporte, do banco são voltadas a carteira banking, o IRRBB é um risco considerado relevante para banco e é tratado de forma extensiva.

Papéis e responsabilidades

O Banco busca gerenciar a exposição ao risco de mercado abrangendo os principais aspectos que afetam o desempenho de seus ativos financeiros. O risco de mercado e IRRBB será tratado como pauta durante o Comitê de Controles Internos e Gerenciamento de Risco (ICRC).

O Comitê de Controles Internos e Gerenciamento de Risco ocorre trimestralmente, pois todos os meses realizam-se reuniões em que são discutidos pontos relevantes relacionados a gerenciamento de risco e controles internos. Como também, reportes

continua →

INÊS249

DAIMLER TRUCK FINANCIAL SERVICES BRASIL HOLDING S.A.

CNPJ nº 54.646.419/0001-44

→ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

mensais são passados/enviados a todos os membros da Diretoria e gestão do Banco, onde fornecemos as principais variações e indicadores do nosso negócio.
O comitê ICRC é composto pelos seguintes membros votantes:
• Diretor Presidente (CEO)
• Diretor Financeiro (CFO / CRO)
• Diretor de Operações
• Diretor de Crédito
• Diretor Comercial
O objetivo do comitê é o monitoramento contínuo da efetividade das atividades de Controles Internos e Gerenciamento de Riscos Integrados, bem como deliberação de ações /estratégias visando assegurar a adequada execução das mesmas. Entre as atribuições do Comitê, destacam-se:
• Acompanhar os resultados das atividades de Controles Internos e Gerenciamento de Risco Integrado do BMB, visando o aprimoramento do ambiente de controles e a mitigação dos riscos identificados;
• Definir prazos e planos de ação para mitigação de riscos de acordo com a classificação da exposição final;
• Zelar pela qualidade dos sistemas de controles internos e do gerenciamento de risco integrado da empresa, mantendo uma forte cultura de controle nas atividades regulares da organização.
A estrutura de Gerenciamento de Riscos de Mercado e IRRBB está alinhada com as diretrizes do Grupo Daimler Truck, com o Conselho Monetário Nacional e às regulamentações do Banco Central do Brasil.

Modelos para medição, monitoramento e controle de exposição

O Banco Mercedes Benz e a Mercedes Benz Leasing adotaram sistemas, metodologias e modelos baseados nas melhores práticas de mercado, que são testados periodicamente quanto à sua eficácia na identificação de exposição ao risco de mercado. Relatórios com situação de exposição ao risco de mercado e indicação de limites operacionais a serem observados são diariamente gerados e analisados pela área de gerenciamento de riscos.
Os procedimentos para medição, monitoramento e controle de exposição e reporte está claramente documentado através de política e procedimento e encontram-se disponíveis a todos os níveis da instituição para consulta através do sistema interno de divulgação de políticas.

Risco de taxa de juros na carteira bancária (IRRBB)

A metodologia utilizada para o acompanhamento contínuo utilizada pelo Banco é o delta EVE e delta NII.

	2023		
		Cenário de Estresse	
(em milhares de reais)	Cenário Base	I	II
EVE - *Economic Value of Equity*	2.843.586	(87.908)	95.713
NII - *Net Interest Income*	223.764	(35.362)	35.294

Análise da sensibilidade

A análise de sensibilidade demonstra o impacto isolado da mudança de cada fator de risco ao resultado e é uma ferramenta complementar as demais análises do Banco.
O Banco, de forma consolidada, adota a análise de sensibilidade para sua única carteira, *Banking*, e aos seus principais fatores de risco: Prefixado e Cupom de Inflação.
O quadro a seguir demonstra a análise realizada para a data-base de fechamento do dia 31 de dezembro de 2023 para a carteira *banking*:

	2023		
(em milhares de reais)	I	II	III
Prefixado	(87.888)	(108.718)	(129.109)
Cupom de inflação	(21)	(26)	(31)
Total	**(87.909)**	**(108.744)**	**(129.140)**

Limites operacionais

Os limites operacionais são aprovados em comitê e são periodicamente revistos pela área de Gerenciamento de Riscos. Testes regulares de estresse de carteira são realizados com o objetivo de estimar o impacto gerado por eventuais volatilidades do sistema financeiro. Estes limites têm por finalidade permitir à Tesouraria uma atuação transparente, independente e contínua, sendo esta monitorada diariamente pela área de Gerenciamento de Riscos.

Relatórios gerenciais regulatórios

Os dados gerados para adequada medição, monitoramento e controle de exposição ao risco de mercado são usados na geração de relatórios gerenciais e regulatórios, e arquivados para referência futura.
Os procedimentos para execução e distribuição dos relatórios estão claramente documentados e disponíveis a todos os níveis da instituição.

d. Risco operacional

A definição de risco operacional adotada pelo Conglomerado é a seguinte:
"Risco Operacional é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falhas, deficiências ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Esta definição inclui o risco legal, mas exclui o risco estratégico, de imagem e o de reputação."
Em conjunto com esta definição, o Conglomerado utiliza as seguintes categorias para classificação dos riscos operacionais:
• Fraudes internas;
• Fraudes externas;
• Relações Trabalhistas;
• Processos;
• Danos a Ativos;
• Práticas Comerciais;
• Interrupção de Negócios / Falhas em Sistemas;
• Legal.

Estrutura organizacional e metodologia

Na estrutura organizacional atual, as atividades de gerenciamento de risco operacional estão sob responsabilidade da área de Compliance & Governance, subordinada à Gerência de Legal, e com linha de reporte para o "Internal Controls & Risk Committee". Conforme responsabilidades descritas na RAS, um diretor é o indicado como o responsável por assuntos relacionados ao Gerenciamento Integrado de Riscos, assumindo o papel de CRO.
As áreas de negócio, através de seus Gestores, executam constantemente as atividades relativas a Gerenciamento do Risco Operacional. A governança destes temas é efetuada pelo departamento de Compliance & Governance, com a supervisão do "*Internal Controls & Risk Committee*", que é responsável pela aprovação da política, dos procedimentos, da estrutura e da metodologia a ser utilizada.
A seguir encontre o detalhamento das atribuições e responsabilidades dos envolvidos no processo.

- *Internal Controls & Risk Committee*

O Conglomerado constituiu, dentro de sua estrutura de gerenciamento integrado de riscos, um comitê específico para tratar deste tema, conforme descrito na Declaração de Apetite de Riscos (RAS). Os assuntos relacionados a Risco Operacional serão discutidos mediante inclusão destes tópicos na pauta do comitê.

- Compliance & Governance

Sua principal função é suprir a Alta Administração com informações gerenciais que possibilitem a adequada gestão dos riscos da empresa, criando um ambiente de transparência em relação aos níveis de exposição relacionados aos riscos identificados.
Os processos de gerenciamento de risco operacional, especificados pela área de Compliance & Governance, serão localmente aplicados pelos gestores.

- Gestores das áreas de negócios

Na estrutura definida pelo BMB para realizar a Gestão do Risco Operacional, os Gestores se enquadram como principais responsáveis por administrar permanentemente o risco operacional em seus processos.
Visando maior abrangência e maior proximidade das atividades operacionais, parte da responsabilidade dos gestores poderá ser delegada a um representante de Risco Operacional de seu departamento.
A metodologia de avaliação qualitativa do risco operacional do Conglomerado é composta por cinco etapas:

Entendimento do processo
Identificação de riscos e controles
Sugestões de novos controles e planos de ação
Testes de controles
Monitoramento

Entendimento do processo

Esta etapa engloba, o entendimento dos processos de gestão, de negócios e de suporte do BMB, identificando qual gestor é o dono do processo e a quem cabe à responsabilidade pelos devidos controles, ou seja, o responsável pelos riscos e controles identificados no processo.

Identificação de riscos e controles

Após entendido o processo, a segunda fase busca a identificação de possíveis problemas e deficiências, ou seja, o entendimento sobre "o que pode dar errado" dentro do processo analisado. A análise de riscos envolve identificar as fontes de risco, seu impacto e a vulnerabilidade associada a sua ocorrência.

Sugestões de novos controles e planos de ação

Nesta etapa são elaborados os planos de ação como resposta ao risco para todos os controles que, na etapa de avaliação, foram classificados com grau de confiança insuficiente.

Testes de controles

Esta fase integra as áreas de Riscos e Controles Internos, sendo a última responsável pela condução de testes periódicos junto às áreas de negócios.

Monitoramento

Esta fase consiste na realização de atividades periódicas de acompanhamento e comunicação dos níveis de risco assumidos por todas as áreas do Conglomerado, aos participantes das atividades de gerenciamento de riscos operacionais. Trata-se de um processo contínuo e comum a cada uma das etapas anteriores.

29. GERENCIAMENTO DE CAPITAL

O gerenciamento de capital tem por objetivo estabelecer diretrizes que permitam a gestão eficaz do capital do Conglomerado Prudencial Mercedes-Benz, de forma a mantê-lo compatível com a natureza de suas operações, com a complexidade dos seus produtos, com a dimensão de sua exposição a riscos e cumprimento dos requerimentos do órgão regulador. O processo de gerenciamento de capital é realizado de forma a viabilizar os objetivos estratégicos do Conglomerado Prudencial Mercedes-Benz, garantindo uma postura prospectiva que antecipe eventual necessidade de capital decorrente de mudanças no cenário de negócios.

30. AUDITORIA INDEPENDENTE

Comitê de Auditoria

O Comitê de Auditoria do Banco Mercedes-Benz do Brasil S.A., instituição líder do Conglomerado Mercedes-Benz é único para as empresas do Conglomerado, tendo sido implementado no início de 2012.
É constituído pelo Diretor Presidente do Banco e, desde outubro de 2023, por dois membros independentes, cuja nomeação está em análise pelo Banco Central, e é responsável pela supervisão (i) dos processos de controles internos e de gerenciamento de riscos; (ii) das atividades da Auditoria Interna e (iii) das atividades das empresas de auditoria independente, avaliando a qualidade e a integridade das demonstrações financeiras, o cumprimento das exigências legais e regulamentares aplicáveis e a efetividade e independência dos trabalhos desenvolvidos pelas auditorias interna e externa, bem como o cumprimento das recomendações feitas por essas.
As informações relacionadas aos honorários dos nossos auditores independentes são disponibilizadas nas Demonstrações Financeiras anuais da controladora Daimler Truck Holding A.G.

31. EVENTOS SUBSEQUENTES

Não há eventos subsequentes que requeiram ajustes ou divulgações para as Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

DIRETORIA

HILKE JANSSEN – Diretora-Presidente
TATIANA YOKAYAMA E SILVA – Diretora
MARCELLO LARUSSA – Diretor
VIVIANE JACOB – Diretora
RAQUEL ASSIS – Diretora

CONTADOR

LUCIANO FRANCISCO ORAGGIO
CRC 1SP 241853/O-6

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos
Acionistas e Diretores da
Daimler Truck Financial Services Brasil Holding S.A.
São Bernardo do Campo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Daimler Truck Financial Services Brasil Holding S.A. ("Companhia"), identificadas como individual e consolidada, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Daimler Truck Financial Services Brasil Holding S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.
Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.
Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.
Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.
Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.
Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.
Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 26 de abril de 2024

KPMG
KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-027685/O-0 'F' SP

Vitor David Bezerra Colavitti
Contador - CRC 1SP329743/O-6

Libbs Farmacêutica Ltda.

CNPJ/MF Nº 61.230.314/0001-75 - NIRE 35.201.115.751
libbs.com.br

Mensagem Executiva

Mentalidade de Excelência

Aprendemos e evoluímos todos os dias e, para melhor coordenar nossas iniciativas, produtos e processos com o propósito de transformar conhecimento em saúde, criamos a figura do MentEx, Mentalidade de Excelência, para que todos saibam priorizar segurança, qualidade e produtividade, nesta ordem. Nesse sentido, expandimos o escopo da segurança do trabalho além da física, incluindo a prevenção de doenças contagiosas, que entrou na rotina da segurança a partir da Covid-19, e a segurança psicológica que tem se tornado cada dia mais relevante como resposta às profundas mudanças no ambiente de trabalho.

Ampliamos nossa participação na saúde e bem-estar dos colaboradores com a transformação da nossa área de Medicina do Trabalho em Núcleo do Cuidado, agora com foco na atenção primária em saúde, odontologia, apoio emocional e social. Ao longo de 2023, realizamos 15.952 atendimentos de forma presencial ou remota com nossa equipe de saúde, impactando 2.209 colaboradores.

Entendemos que processos bem definidos conduzem a comportamentos desejáveis e que eles, por sua vez, levam a resultados almejados. Estes resultados refletem a cultura da organização. Por isso, adotamos a estratégiade aperfeiçoamento e mudança organizacional fundamentada na implementação e melhoria contínua de processos. Para tal, consolidamos em uma única diretoria as funções de Recursos Humanos, Excelência Organizacional e Tecnologia da Informação.

Reconhecemos que mesmo pessoas bem-intencionadas, ao buscar os melhores colaboradores, podem inconscientemente abrigar preconceitos que influenciam as escolhas de suas equipes. Diante disso, tornamos obrigatória a aplicação da dinâmica dos Vieses Inconscientes a todos os nossos gestores. Os resultados têm sido animadores, pois ao tomar consciência de vieses anteriormente não reconhecidos, as pessoas passaram a fazer suas escolhas com mais discernimento. Em 2023 estendemos o tema para todos os colaboradores por meio de workshops.

Dois anos depois da oficialização do anywhere office, ocorrida em agosto de 2021 para todos os colaboradores em funções administrativas, realizamos uma pesquisa interna em que 92% das pessoas que estão em teletrabalho afirmaram que se sentem mais engajadas com a empresa por terem a opção de trabalhar de qualquer lugar e 88% afirmaram que se sentem mais produtivas. A percepção dos colaboradores é confirmada pelos números. Em 2023, chegamos a um faturamento bruto comercial de R$ 3,2 bilhões, 13,5% maior em relação ao ano anterior.

A qualidade também permeia o que fazemos e impacta mais de 13,9 milhões de pessoas que são tratadas com nossos medicamentos e dermocêuticos. Por isso, investimos R$23,6 milhões em inovação radical e R$ 198,6 milhões em Pesquisa & Desenvolvimento (P&D) e no nosso Complexo Biotec, que em 2024 contará com uma evolução: uma nova Planta Piloto Multipropósito. O Complexo Industrial da Biotec sempre considerou o conceito de multipropósito para anticorpos monoclonais. E agora, a Planta Piloto Multipropósito, nos possibilitará trabalhar no desenvolvimento também de produtos inovadores provenientes de diferentes plataformas tecnológicas. Ela contará com espaço e equipamentos certificados, permitindo acelerar a transferência de tecnologia e produção de biomoléculas para estudos clínicos. A Planta Piloto Multipropósito atuará como uma CDMO (empresa prestadora de serviço em desenvolvimento e produção de biofármacos), além de criar parcerias com universidades, institutos de pesquisa e startups para desenvolvimento de novos produtos biológicos no país.

Acreditamos no compartilhamento de conhecimento para melhoria da saúde. Por meio de parcerias com empresas de todas as nacionalidades e tamanhos, de startups a multinacionais, ampliamos nosso portfólio e disponibilizamos novas opções de tratamentos para os pacientes. Em 2023, efetivamos cinco alianças estratégicas com outras farmacêuticas. Duas estão em fase avançada: o galcanezumabe para tratamento de enxaqueca - já lançado - e o palbociclibe, para tratamento do câncer de mama, com previsão de lançamento ainda em 2024.

Em maio de 2023, promovemos o evento Alianças Estratégicas para debater os caminhos para a construção de um sistema de saúde mais sustentável e acessível aos pacientes brasileiros. O encontro reuniu participantes de 54 instituições de todo o Brasil. Em agosto, realizamos, em Embu das Artes, município onde está localizado nosso parque fabril, o estudo epidemiológico do risco cardiovascular da população em parceria com a prefeitura e a FINEP (Financiadora de Estudos e Projetos). A pesquisa contou com a participação voluntária de 1.017 moradores da cidade e os achados, compartilhados com a Secretaria Municipal de Saúde, podem ajudar a desenvolver ou melhorar políticas públicas de saúde.

A qualidade está presente na melhoria dos nossos processos para a redução dos impactos das nossas atividades. Acreditamos que nossas escolhas são capazes de promover transformações e, por isso, a gestão ambiental e a disseminação de conhecimento são nossas premissas para um crescimento sustentável. Em 2023, tivemos um consumo 6% menor de água (ou 4.815m³) e 10% menor de energia (1.826.467 KW/h). No início de 2024, compensamos 371 toneladas de embalagens de produtos dermocêuticos pós-consumo referente ao que foi colocado no mercado em 2023 e, desde 2019, quando iniciamos o programa, foram compensadas 759 toneladas de papel e plástico. Nosso Inventário de Emissões de Carbono (CO²) avançou e chegou à segunda auditoria para emissões diretas de nossas operações nos escopos 1 e 2 e emissões indiretas, escopo 3, com a inclusão de quatro tipos de fontes (serviços de poda e jardinagem, transporte fretado, resíduos destinados a aterros e emissões por tratamento de efluentes).

Resumo 2023

66 anos de história

6 anos consecutivos classificada pelo **GPTW** como uma excelente empresa para se trabalhar

108 marcas de produtos em **258 apresentações**, incluindo **3 biossimilares**

10ª farmacêutica no mercado de varejo

Única farmacêutica brasileira entre as 10 no mercado institucional privado

Negócios

R$ **3,2 bilhões** de faturamento bruto comercial (**+ 13,5%** em relação a 2022)

Lançamento de **8 novos** produtos no mercado.

69 milhões de unidades de medicamentos produzidos (mais de 5,5 milhões de unidades por mês)

13,9 milhões de pessoas tratadas com nossos medicamentos.

Presença em **2.371 cidades** brasileiras com nosso Time de Campo.

Presença em **83.908 farmácias e drogarias** do Brasil (93,2% do total)

Reputação excelente entre médicos, profissionais da saúde e outros públicos estratégicos segundo pesquisa RepTrak.

Realização da **segunda auditoria** do inventário de emissões de carbono.

Redução de **10%** no consumo de **energia** em 2023.

Redução de **6%** no consumo de **água** em 2023.

Destinação correta de **3,6 toneladas** de medicamentos vencidos ou em desuso em 2023, totalizando 9 toneladas desde 2019.

Reciclagem de 371 toneladas de embalagens de produtos dermocêuticos em 2023. Desde 2019, quando o programa foi iniciado, 759 toneladas já foram compensadas.

R$ **198 milhões** investidos em P&D, sendo R$ 34,2 milhões na nossa Biotec.

41 centros de pesquisa clínica capacitados em todo o País.

Mais de **29 projetos de pesquisa brasileiros** das mais diversas especialidades apoiados pelo PIP, nosso Programa de Incentivo à Pesquisa, que tem **19 projetos** em andamento.

3.669 mil colaboradores

Anywhere office
Anywhere office para atividades administrativas e que podem ser executadas 100% de forma remota e norma de moradia no exterior que permite que colaboradores morem por até 18 meses em qualquer país, mantendo suas atividades na empresa. **Entre dezembro e janeiro, 14 colaboradores trabalharam remotamente de outros países.**

Jovens Talentos – com duração de 14 meses, prepara jovens para o mercado de trabalho aliando teoria à prática. Do início do programa, em 2017, até dezembro de 2023, teve a participação de **214 jovens**. Destes, **94 foram efetivados**, o que representa **43.92%** do total de participantes.

Programa de Interinos – permite que colaboradores ocupem temporariamente uma posição em aberto, por motivo de substituição em caso licença ou afastamento, permitindo que o colaborador desenvolva habilidades alinhadas com a sua expectativa de carreira de forma imersiva, apoiando dessa forma a mobilidade de carreira. Em 2023, participaram do programa 74 pessoas do Time de Campo, com **50% de aproveitamento (promoções)**. Para funções administrativas e nas fábricas foram 29 participantes, com **48% de aproveitamento**.

Senhores Cotistas: A Libbs Farmacêutica Ltda., cumprindo as disposições legais e estatuárias, tem a satisfação de apresentar e submeter à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

BALANÇOS PATRIMONIAIS 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Ativos				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	**49.260**	44.848	**51.384**	60.489
Títulos e valores mobiliários	**97.090**	–	**97.090**	–
Contas a receber de clientes	**639.822**	634.377	**639.822**	634.377
Estoques	**572.868**	451.182	**572.868**	451.182
Impostos a recuperar	**21.580**	25.923	**21.580**	25.923
Adiantamentos a fornecedores	**68.978**	69.111	**68.978**	69.111
Partes relacionadas	**–**	388	**–**	388
Outros ativos	**40.728**	23.711	**41.208**	24.194
Total do ativo circulante	**1.490.326**	1.249.540	**1.492.930**	1.265.664
Não circulante				
Realizável a longo prazo				
Títulos e valores mobiliários	**224.983**	394.590	**224.983**	394.590
Depósitos judiciais	**4.398**	4.307	**4.398**	4.307
Impostos a recuperar	**237.214**	162.866	**237.214**	162.866
Adiantamentos a fornecedores	**49.557**	–	**49.557**	–
Impostos diferidos	**173.866**	100.273	**173.866**	100.273
Outros ativos	**3.189**	22.460	**4.445**	23.799
	693.207	684.496	**694.463**	685.835
Investimentos	**20.442**	21.489	**16.583**	4.028
Imobilizado	**935.286**	782.221	**935.286**	782.221
Propriedade para investimento	**2.519**	2.626	**2.519**	2.626
Intangível	**155.659**	152.314	**155.659**	152.314
Ativos de direito de uso	**25.152**	7.624	**25.152**	7.624
Total do ativo não circulante	**1.832.265**	1.650.770	**1.829.662**	1.634.648
Total do ativo	**3.322.591**	2.900.310	**3.322.592**	2.900.312

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Passivo				
Circulante				
Fornecedores	**124.843**	162.426	**124.844**	162.428
Empréstimos e financiamentos	**195.346**	65.385	**195.346**	65.385
Passivo de arrendamentos	**3.631**	5.974	**3.631**	5.974
Salários e encargos sociais	**134.883**	102.379	**134.883**	102.379
Impostos a recolher	**21.683**	54.050	**21.683**	54.050
Dividendos e juros sobre capital próprio	**48.169**	4.993	**48.169**	4.993
Royalties a pagar	**18.088**	43.952	**18.088**	43.952
Outros passivos	**52.320**	66.579	**52.320**	66.579
Total do passivo circulante	**598.963**	505.738	**598.964**	505.740
Não circulante				
Empréstimos e financiamentos	**109.745**	87.878	**109.745**	87.878
Passivo de arrendamento	**21.265**	2.419	**21.265**	2.419
Provisão para riscos	**125.340**	174.631	**125.340**	174.631
Dividendos e juros sobre capital próprio	**317.543**	271.391	**317.543**	271.391
Outros passivos	**15.410**	9.452	**15.410**	9.452
Total do passivo não circulante	**589.303**	545.771	**589.303**	545.771
Patrimônio líquido				
Capital social	**1.391.556**	1.391.556	**1.391.556**	1.391.556
Reserva de lucros	**705.962**	417.995	**705.962**	417.995
Ajustes de avaliação patrimonial	**26.408**	27.066	**26.408**	27.066
Ajustes acumulados de conversão	**10.399**	12.184	**10.399**	12.184
Total do patrimônio líquido	**2.134.325**	1.848.801	**2.134.325**	1.848.801
Total do passivo e patrimônio líquido	**3.322.591**	2.900.310	**3.322.592**	2.900.312

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOSEXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Receita líquida de vendas	**2.606.068**	2.342.386	**2.606.068**	2.342.386
Custo dos produtos vendidos	**(762.637)**	(683.788)	**(762.637)**	(683.788)
Lucro bruto	**1.843.431**	1.658.598	**1.843.431**	1.658.598
Despesas operacionais, líquidas				
Com vendas	**(774.318)**	(669.020)	**(774.318)**	(669.020)
Gerais e administrativas	**(600.323)**	(499.549)	**(602.051)**	(501.431)
Resultado de equivalência patrimonial	**(1.723)**	(1.879)	**–**	–
Outras despesas operacionais, líquidas	**(25.358)**	(137.701)	**(25.358)**	(137.701)
Lucro antes do resultado financeiro	**441.709**	350.449	**441.704**	350.446
Resultado financeiro				
Receita financeira	**52.584**	59.804	**52.590**	59.807
Despesa financeira	**(28.699)**	(25.543)	**(28.700)**	(25.543)
Variação cambial, líquida	**(5.271)**	(311)	**(5.271)**	(311)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	**460.323**	384.399	**460.323**	384.399
Corrente	**(104.467)**	(120.720)	**(104.467)**	(120.720)
Diferido	**73.593**	30.529	**73.593**	30.529
Lucro líquido do exercício	**429.449**	294.208	**429.449**	294.208

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Lucro líquido do exercício	**429.449**	294.908	**429.449**	294.908
Itens que poderão ser classificados Subsequentemente para o resultado				
Ajuste de conversão	**(1.785)**	(1.666)	**(1.785)**	(1.666)
Resultado abrangente	**427.664**	293.242	**427.664**	293.242

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de reais)

	Capital social	Reservas de lucros: Lucros não distribuídos	Reservas de lucros: Reserva de incentivos fiscais	Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Outros resultados abrangentes	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	1.391.556	105.422	147.054	28.089	–	13.850	1.685.971
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	294.208	–	294.208
Realização do custo atribuído	–	–	–	(1.023)	1.023	–	–
Variação cambial de conversão de operações no exterior	–	–	–	–	–	(1.666)	(1.666)
Destinação:							
Retenção de lucros	–	167.130	128.101	–	(295.231)	–	–
Juros sobre capital próprio	–	(102.865)	–	–	–	–	(102.865)
Dividendos	–	(26.847)	–	–	–	–	(26.847)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	1.391.556	142.840	275.155	27.066	–	12.184	1.848.801
Lucro líquido do exercício	**–**	**–**	**–**	**–**	**429.449**	**–**	**429.449**
Realização do custo atribuído	**–**	**–**	**–**	**(658)**	**658**	**–**	**–**
Variação cambial de conversão de operações no exterior	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**(1.785)**	**(1.785)**
Destinação:							
Retenção de lucros	**–**	**114.845**	**315.262**	**–**	**(430.107)**	**–**	**–**
Juros sobre capital próprio	**–**	**(112.719)**	**–**	**–**	**–**	**–**	**(112.719)**
Dividendos	**–**	**(29.421)**	**–**	**–**	**–**	**–**	**(29.421)**
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**1.391.556**	**115.545**	**590.417**	**26.408**	**–**	**10.399**	**2.134.325**

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	**460.323**	384.400	**460.323**	384.400
Ajustes para conciliar o lucro antes do imposto de renda e contribuição social com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:				
Provisão para perdas com estoques	**69.017**	68.549	**69.017**	68.549
Estoques destruídos ou vendidos como sucata	**8.484**	10.566	**8.484**	10.566
Provisão para perda de ativos financeiros	**–**	170	**–**	170
Provisão para riscos	**(38.689)**	71.593	**(38.689)**	71.593
Juros sobre empréstimos e financiamentos	**8.636**	7.205	**8.636**	7.205
Juros sobre passivos de arrendamento	**1.835**	905	**1.835**	905
Variação cambial não realizada	**(1.618)**	(609)	**(1.618)**	(609)
Atualização monetária de depósitos judiciais e provisão para riscos	**6.117**	3.489	**6.117**	3.489
Equivalência patrimonial	**1.723**	1.879	**–**	–
Depreciação e amortização	**45.178**	41.993	**45.178**	41.993
Resultado na venda de imobilizado	**(613)**	(9.867)	**(613)**	(9.867)
Mercadorias em trânsito	**199.242**	45.350	**199.242**	45.350
Outros	**(25.871)**	(3.404)	**(25.871)**	(3.404)
	733.764	622.219	**732.041**	620.340
Variação nos ativos e passivos operacionais				
Contas a receber de clientes	**(278.431)**	(90.248)	**(278.431)**	(90.248)
Estoques	**(147.453)**	(49.087)	**(147.453)**	(49.087)
Impostos a recuperar	**(100.608)**	(88.993)	**(100.608)**	(88.993)
Partes relacionadas	**388**	43.001	**388**	43.001
Outros ativos	**(59.835)**	(55.553)	**(59.749)**	(56.912)
Depósitos judiciais	**(16.593)**	(9.723)	**(16.593)**	(9.723)
Fornecedores	**(36.804)**	71.460	**(36.805)**	71.460
Salários e encargos sociais	**52.726**	(8.681)	**52.726**	(8.681)
Impostos a recolher	**(4.070)**	(14.000)	**(4.070)**	(14.000)
Royalties a pagar	**290**	8.253	**290**	8.253
Provisão para riscos	**(6.276)**	(9.004)	**(6.276)**	(9.004)
Outros passivos	**31.861**	8.490	**31.861**	8.490
Caixa gerado pelas atividades operacionais	**168.959**	428.134	**167.321**	424.896
Juros pagos de empréstimos e financiamentos	**(6.453)**	(6.869)	**(6.453)**	(6.869)
Imposto de renda e contribuição social pagos	**(107.991)**	(72.996)	**(107.991)**	(72.996)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	**54.515**	348.269	**52.877**	345.031
Fluxos de caixa de atividades de investimento				
Títulos e valores mobiliários	**72.517**	(394.590)	**72.517**	(394.590)
Aquisição de imobilizado e intangível	**(235.340)**	(100.726)	**(235.340)**	(100.726)
Recebimento pela venda do ativo imobilizado	**8.977**	14.454	**8.977**	14.454
Aumento de capital em controlada	**(2.461)**	–	**–**	–
Outros	**49**	30	**(12.863)**	30
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	**(156.258)**	(480.832)	**(166.709)**	(480.832)
Fluxos de caixa de atividades de financiamento				
Captação de empréstimos e financeiros	**215.000**	16.424	**215.000**	16.424
Amortização de empréstimos e financiamentos	**(65.355)**	(69.041)	**(65.355)**	(69.041)
Amortização de passivos de arrendamento	**(7.586)**	(6.724)	**(7.586)**	(6.724)
Pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio	**(35.904)**	(82.525)	**(35.904)**	(82.525)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento	**106.155**	(141.866)	**106.155**	(141.866)
Variação cambial sobre o caixa e equivalentes de caixa de controlada no exterior	**–**	–	**(1.428)**	(1.385)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	**4.412**	(274.429)	**(9.105)**	(279.052)
Saldo inicial	**44.848**	319.277	**60.489**	339.541
Saldo final	**49.260**	44.848	**51.384**	60.489
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	**4.412**	(274.429)	**(9.105)**	(279.052)

As demonstrações financeiras completas estão na sede da Empresa juntamente com o relatório dos auditores independentes sobre as referidas demonstrações financeiras.
As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

CONTADORA

Gizele Cristina de Jesus - CRC 1SP-261015/O-9

Valor ECONÔMICO
Seja um assinante:
Acesse assinevalor.com.br
Ligue 0800 701 8888

INÊS249

MILLS PESADOS LOCAÇÃO, SERVIÇOS E LOGÍSTICA S.A.

CNPJ/MF nº 01.633.840/0001-54

Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras apresentadas são demonstrações financeiras resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da companhia demanda a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável.

Balanços Patrimoniais em 31 de Dezembro de 2023 e de 2022 (Em milhares de reais - R$)

ATIVO	Nota	Individual 31/12/2023	Individual 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	6.974	5.947	8.027	33.772
Contas a receber de terceiros	5	41.395	9.274	42.861	27.986
Contas a receber de partes relacionadas		1.211	922	1.235	1.041
Estoques	6	7.195	7.178	7.434	10.199
Tributos a recuperar	7	21.181	10.380	21.374	15.318
Adiantamento a fornecedores		1.495	251	1.620	314
Outros ativos		422	179	445	288
		79.873	34.131	82.996	88.898
Não Circulante					
Impostos diferidos	16.2	63.891	75.331	63.891	76.392
Tributos a recuperar	7	24.065	865	24.065	11.002
Depósitos judiciais	17.3	1.113	1.134	1.113	1.134
		89.069	77.330	89.069	88.528
Investimentos	8	5.133	179.660	-	-
Imobilizado	9	483.945	3.022	494.893	219.806
Intangível	10	360	11	2.769	2.300
		489.438	182.693	497.662	222.106
Total do Ativo		**658.380**	**294.154**	**669.727**	**399.532**

PASSIVO	Nota	Individual 31/12/2023	Individual 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Circulante					
Contas a pagar a terceiros	11.1	23.458	8.248	26.234	49.694
Contas a pagar a partes relacionadas		6.218	280	6.779	1.154
Obrigações sociais e trabalhistas		1.619	-	1.732	830
Provisão para participação nos resultados	15.1	570	-	570	-
Empréstimos e financiamentos	12	8.463	-	9.017	30.030
Arrendamentos a pagar	13	792	417	792	417
Tributos a recolher	18	155	1.870	416	2.565
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	19.4	129	15	129	15
Outros passivos		397	355	397	356
		41.801	11.185	46.066	85.061
Não Circulante					
Contas a pagar - aquisições de controladas	11.2	11.732	10.000	11.732	10.000
Empréstimos e financiamentos	12	-	-	4.628	29.330
Arrendamento a pagar	13	2.964	104	2.964	104
Provisão para riscos	17.1	2.880	4.195	2.880	4.195
Outros passivos		-	160	-	160
		17.576	14.459	22.204	43.789
Total do Passivo		**59.377**	**25.644**	**68.270**	**128.850**
Patrimônio Líquido					
Capital social	19.1	467.717	197.647	467.717	197.647
Reservas de capital	19.3	116.337	69.337	116.337	69.337
Reservas de lucros	19.2	14.949	1.526	14.949	1.526
Patrimônio Líquido Atribuível aos:					
Acionistas controladores		599.003	268.510	599.003	268.510
Acionistas não controladores		-	-	2.454	2.172
Total do Patrimônio Líquido		**599.003**	**268.510**	**601.457**	**270.682**
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		**658.380**	**294.154**	**669.727**	**399.532**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2023 e de 2022 (Em milhares de reais - R$)

	Capital social	Reserva de capital: Ágio	Adiantamento para aumento de capital	Reservas de lucros: Legal	Reservas de lucros: Retenção de lucros	Lucros Acumulados	Atribuível aos Acionistas Controladores	Participação de não Controladores	Total
Em 31 de Dezembro de 2021	**117.652**	**69.337**	-	**180**	-	**(18.566)**	**168.603**	**2.231**	**170.834**
Aumento de capital social	79.995	-	-	-	-	-	79.995	-	79.995
Reversão de reserva	-	-	-	(180)	-	180	-	-	-
Dividendos	-	-	-	-	-	(15)	(15)	-	(15)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	19.927	19.927	(59)	19.868
Constituição de reservas	-	-	-	77	1.449	(1.526)	-	-	-
Em 31 de Dezembro de 2022	**197.647**	**69.337**	-	**77**	**1.449**	-	**268.510**	**2.172**	**270.682**
Aumento de capital social	270.070	-	-	-	-	-	270.070	-	270.070
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	47.000	-	-	-	47.000	-	47.000
Dividendos	-	-	-	-	-	(129)	(129)	-	(129)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	13.552	13.552	282	13.834
Constituição de reservas	-	-	-	678	12.745	(13.423)	-	-	-
Em 31 de Dezembro de 2023	**467.717**	**69.337**	**47.000**	**755**	**14.194**	-	**599.003**	**2.454**	**601.457**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações de Resultados para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2023 e de 2022 (Em milhares de reais - R$)

	Nota	Individual 31/12/2023	Individual 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Receita líquida	21	123.228	47.179	145.485	74.018
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	22	(62.071)	(25.740)	(75.544)	(45.455)
Lucro Bruto		**61.157**	**21.439**	**69.941**	**28.563**
Despesas com vendas, gerais e administrativas	22	(30.779)	(2.980)	(35.733)	(9.043)
Provisão para perdas de crédito esperadas	5	(1.782)	834	(2.173)	834
Resultado de participações em investimentos	8	672	(939)	-	-
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas		707	7.042	707	7.041
Lucro antes do Resultado Financeiro e Impostos		**29.975**	**25.396**	**32.742**	**27.395**
Receitas financeiras	23.1	884	7.015	3.007	7.085
Despesas financeiras	23.2	(5.734)	(2.501)	(8.162)	(5.384)
Resultado Financeiro, Líquido		**(4.850)**	**4.514**	**(5.155)**	**1.701**
Lucro antes dos Impostos		**25.125**	**29.910**	**27.587**	**29.096**
Imposto de renda e contribuição social corrente	16	-	(6.109)	(1.253)	(6.414)
Imposto de renda e contribuição social diferido	16	(11.573)	(3.874)	(12.500)	(2.814)
Lucro Líquido do Exercício		**13.552**	**19.927**	**13.834**	**19.868**
Lucro (Prejuízo) Atribuível aos:					
Acionistas Controladores		13.552	19.927	13.552	19.927
Acionistas Não Controladores		-	-	282	(59)
Lucro Básico e Diluído por Ação - R$	20	**0,09**	**0,13**	**0,09**	**0,13**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações de Resultados Abrangentes para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2023 e de 2022 (Em milhares de reais - R$)

	Nota	Individual 31/12/2023	Individual 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2023
Lucro Líquido do Exercício		**13.552**	**19.927**	**13.834**	**19.868**
Itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado:					
Outros resultados abrangentes		-	-	-	-
Total do Resultado Abrangente do Exercício		**13.552**	**19.927**	**13.834**	**19.868**
Resultado Abrangente Total Atribuído aos:					
Acionistas controladores		13.552	19.927	13.552	19.927
Acionistas não controladores		-	-	282	(59)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2023 e de 2022 (Em milhares de reais - R$)

	Individual 31/12/2023	Individual 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais				
Lucros do exercício	13.552	19.927	13.834	19.868
Ajustes por:				
Depreciação e amortização	33.823	1.994	42.466	17.220
Imposto de renda e contribuição social diferido	11.573	3.874	12.500	2.814
Provisão (reversão) para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	(1.753)	(1.238)	(1.753)	(1.238)
Valor residual dos ativos imobilizados e intangíveis vendidos e baixados	161	553	380	962
Juros e variações monetárias ativas e passivas líquidas	5.112	978	7.327	3.146
Juros sobre arrendamentos	119	68	119	68
Provisão para perdas esperadas no contas a receber	(12.554)	(834)	(12.163)	(834)
Provisão para estoques de giro lento	(3.188)	98	(3.188)	98
Provisão para participação nos resultados	570	(40)	574	(38)
Resultado de participações em investimentos	(672)	939	-	-
Resultado de compra vantajosa em investimentos	14	(8.484)	14	(8.484)
Outras provisões (reversões)	(1.865)	1.298	(3.291)	1.156
Variação nos Ativos e Passivos Operacionais:				
Contas a receber	(846)	(1.801)	(2.516)	(15.900)
Aquisições de bens do ativo imobilizado de locação	(120.592)	-	(312.112)	(102.739)
Estoques	7.452	(3.055)	5.954	(4.490)
Tributos a recuperar	(3.949)	(2.044)	(21.860)	(17.099)
Depósitos judiciais	20	(11)	20	(11)
Outros ativos	(284)	3.112	(1.479)	3.000
Fornecedores	(29.518)	665	(14.467)	41.165
Salários e encargos sociais	1.066	(639)	902	(197)
Participação nos resultados	-	(139)	-	(139)
Tributos a pagar	582	5.888	1.288	6.446
Outros passivos	(94)	(225)	(94)	(225)
Processos judiciais liquidados	-	(389)	-	(389)
Caixa Gerado pelas Atividades Operacionais	**(101.271)**	**20.495**	**(287.545)**	**(55.840)**
Juros pagos	(2.979)	(74)	(5.788)	(2.317)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(3.345)	(5.560)	(3.460)	(5.639)
Caixa Líquido Gerado pelas (Utilizado nas) Atividades Operacionais	**(107.595)**	**14.861**	**(296.793)**	**(63.796)**
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimentos:				
Aquisição de controlada	-	(44.372)	-	(44.372)
Obtenção de caixa decorrente de incorporação de controlada	79	-	-	395
Aporte de Capital em Controlada	(169.600)	(113.604)	-	(51.604)
Aquisições de bens do ativo imobilizado, bens de uso próprio e intangível	(12)	-	(758)	(1.238)
Caixa Líquido Utilizado nas Atividades de Investimento	**(169.533)**	**(157.976)**	**(758)**	**(96.819)**
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento:				
Aumento de capital	317.070	79.995	317.070	131.599
Captação de empréstimos	-	-	-	6.000
Amortização de empréstimos	(38.312)	(3.926)	(44.661)	(16.217)
Arrendamento pagos	(603)	(455)	(603)	(455)
Caixa Líquido Proveniente das (Utilizado nas) Atividades de Financiamento	**278.155**	**75.614**	**271.806**	**120.927**
Aumento/(Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa, Líquido	**1.027**	**(67.501)**	**(25.745)**	**(39.688)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	5.947	73.448	33.772	73.460
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	6.974	5.947	8.027	33.772
Aumento/(Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa, Líquido	**1.027**	**(67.501)**	**(25.745)**	**(39.688)**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2023 e de 2022
(Em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional: Em 21 de setembro de 2022, conforme ata de Assembleia Geral Extraordinária foi aprovada a alteração da razão social da Companhia de Solaris Equipamentos e Serviços S.A. para Mills Pesados – Locação, Serviços e Logística S.A. A Mills Pesados Locação, Serviços e Logística S.A. ("Companhia" ou "Mills Pesados"), controlada direta da Mills Locação, Serviços e Logística S.A., foi constituída em 5 de dezembro de 1996, com sua sede na cidade de Osasco, Estado de São Paulo, Brasil, e tem como objetivo: • A comercialização, o aluguel e a distribuição de motoniveladoras, tratores, pás carregadeiras, retroescavadeiras, carretas etc.; e • A prestação serviços de assistência técnica e manutenção. **1.1. Reforma tributária:** O Congresso Nacional promulgou em dezembro de 2023 a emenda constitucional 132/2023, que institui a reforma tributária. A proposta foi apresentada em 2019 e aprovada pela Câmara dos Deputados em 15 de dezembro de 2023. A reforma tributária simplificará e unificará os tributos sobre o consumo e sua principal mudança será a extinção de cinco tributos (PIS, COFINS, IPI, ICMS e ISS), que serão fundidos em dois: (i) Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), que será administrada pelo governo federal; e (ii) Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), que estará sob gestão dos estados e municípios. A Companhia, levando-se em consideração as informações divulgadas até o momento, mantém monitoramento e acompanhamento contínuo do tema, e aguarda andamento para avaliar potenciais cenários e impactos da reforma em suas operações. **2. Bases de Elaboração, Apresentação das Demonstrações Financeiras e Resumo das Principais Práticas Contábeis - 2.1. Base de apresentação:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitido pelo International Accounting Standards Board (IASB) e as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira, as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). A Administração da Companhia confirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram preparadas com base no custo histórico, exceto para determinados ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos financeiros derivativos) que são mensurados pelo valor justo. **2.2. Base de elaboração:** As mesmas práticas contábeis, métodos de cálculo, julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas foram seguidos nestas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 tais como foram aplicadas nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022, divulgadas nas notas explicativas nº 2 e nº 3. **2.3. Base de consolidação:** As informações consolidadas compreendem as demonstrações financeiras da controladora e de suas controladas, utilizando-se a mesma data base e as mesmas práticas contábeis entre a controladora e a controlada. O controle é obtido quando a companhia detém, direta ou indiretamente, a maioria dos direitos de voto ou estiver exposta ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar esses retornos por meio do poder exercido em relação à investida. Os investimentos da Companhia em Companhias contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em empresas controladas. A seguir são apresentados os detalhes das controladas da Companhia no encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2023:

Nome da controlada	Principal atividade	Controle	Participação - % 31/12/2023	Participação - % 31/12/2022
Nest Locação e Revenda de Máquinas Ltda	Locação de Plataformas Low Level Access (até 6 metros de altura)	Direto	51%	51%
Triengel Locação e Serviços Ltda.	Locação de equipamentos de linha amarela	Direto (*)	-	100%

(*) Em 1 de abril de 2023, ocorreu a incorporação da Triengel Locação e Serviços Ltda.

No processo de consolidação das demonstrações financeiras são contempladas as seguintes eliminações: • Participações da controladora no capital, reservas e resultados acumulados das empresas consolidadas. • Saldos de contas do ativo e do passivo mantidos entre as empresas consolidadas. • Saldos de receitas e despesas decorrentes de transações realizadas entre empresas consolidadas. **2.4. Principais práticas contábeis - 2.4.1. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e outros afins. Incluem depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimento original de três meses ou menos, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e com risco insignificante de mudança de valor. **2.4.2. Instrumentos financeiros:** Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia for parte das disposições contratuais do instrumento financeiro. Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou à emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado. **Ativos financeiros:** Ativos financeiros são geralmente classificados como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado com base no modelo de negócios da Companhia para a gestão dos ativos financeiros; quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro. A classificação depende da finalidade dos ativos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou alienações normais de ativos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação. A receita é reconhecida com base nos juros efetivos para os instrumentos não caracterizados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado. Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **a. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado**: São classificados nessa categoria os ativos mantidos para negociação. Esses ativos financeiros são demonstrados ao valor justo, e quaisquer ganhos ou perdas resultantes são reconhecidos no resultado. Um ativo financeiro é classificado como mantido para negociação se: • For adquirido principalmente para ser vendido em curto prazo; • No reconhecimento inicial é parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados que a Companhia administra em conjunto e possui um padrão real recente de obtenção de lucros a curto prazo; • For um derivativo que não tenha sido designado como um instrumento de hedge efetivo. **b. Custo amortizado**: Ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do pagamento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais. **c. Valor justo por meio de outros resultados abrangentes:** Ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do recebimento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva tanto o recebimento dos fluxos de caixa contratuais do ativo quanto sua venda, bem como investimentos em instrumento patrimoniais não mantidos para negociação nem contraprestação contingente, que no reconhecimento inicial, a companhia elegeu de forma irrevogável por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes. **Passivos financeiros:** Um passivo financeiro é reconhecido quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento e inicialmente mensurado a valor justo. Caso não seja classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis a sua aquisição ou emissão reduzem ou aumentam esse valor. **a. Outros passivos financeiros:** Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos e financiamentos e debêntures) são mensurados pelo valor de custo amortizado. Quando passivos financeiros mensurados a custo amortizado tem seus termos contratuais modificados e tal modificação não for substancial, seus saldos contábeis refletirão o valor presente dos seus fluxos de caixa sob os novos termos, utilizando a taxa de juros efetiva original. A diferença entre o saldo contábil do instrumento remensurado quando da modificação não substancial dos seus termos e seu saldo contábil imediatamente anterior a tal modificação é reconhecida como ganho ou perda no resultado do exercício. **2.4.3. Contas a receber de clientes:** As contas a receber são reconhecidas pelo regime de competência quando da prestação dos serviços e/ou venda para os clientes. Todas as contas a receber têm origem nos serviços prestados ou nas vendas de mercadorias da Companhia. As contas a receber de clientes são reconhecidas pelo valor justo no momento da venda, ajustado pela redução ao valor recuperável sobre as contas a receber (provisão para perdas com créditos esperadas). A provisão para perdas com créditos esperadas é constituída quando há evidência objetiva de que a Companhia não conseguirá receber o montante total de acordo com os termos originais das contas a receber. A provisão para perdas com créditos esperadas (PCE) sobre os recebíveis comerciais, é feita por meio da matriz de provisão, onde são utilizadas as taxas de inadimplência históricas sobre o fluxo de caixa esperado do contas a receber. **2.4.4. Estoques:** Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado pelo método do custo médio. O valor realizável líquido é o preço de venda estimado para o curso normal dos negócios, deduzidos os custos de execução e as despesas de venda. Mensalmente, é feita a apuração e a contabilização da provisão para estoques de giro lento. São considerados como passíveis de provisionamento todos os itens do estoque sem movimentação, há mais de um ano. **2.4.5. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos:** As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos corrente e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. A despesa de imposto de renda e contribuição social corrente é calculada com base nas leis tributárias vigentes no Brasil, na data da apresentação das demonstrações financeiras, que são 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 para o imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para a contribuição social sobre o lucro líquido. Periodicamente a Administração avalia posições tomadas em relação a questões tributárias que estão sujeitas à interpretação e reconhece provisão quando há expectativa de pagamento de imposto de renda e contribuição social conforme as bases tributárias. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras e sobre prejuízos fiscais e bases negativas. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável seja suficiente para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações. A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício findo em 31 de dezembro e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros sejam suficientes para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado. A Companhia não identificou a necessidade de se registrar provisões para valores não recuperados ou reverter o saldo de impostos diferidos ativos. **2.4.6. Depósitos judiciais:** Os depósitos judiciais estão apresentados em valores atualizados monetariamente e estão apresentados no ativo não circulante (nota explicativa 17.3). **2.4.7. Imobilizado: uso próprio e locação e uso operacional**: Do imobilizado de locação e uso operacional provém a maior parte das receitas da Companhia, através do aluguel. O imobilizado de uso próprio consiste principalmente nas instalações para guarda dos equipamentos, escritório, benfeitorias, mobiliário e equipamentos necessários ao funcionamento dessas instalações. O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. Custos subsequentes são incorporados ao valor residual do imobilizado ou reconhecidos como item específico, conforme apropriado, somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável. O saldo residual do item substituído é baixado. Demais reparos e manutenções são reconhecidos diretamente no resultado quando incorridos. A depreciação é calculada pelo método linear, às taxas apresentadas na nota explicativa 9, que levam em consideração a estimativa de vida útil-econômica dos bens. Terrenos não são depreciados. Ganhos e perdas em alienações são determinados pela comparação dos valores de alienação com o valor contábil e são incluídos no resultado operacional. O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados no final de cada exercício, se necessário. **2.4.8. Intangível: Programas de computador (Softwares):** São avaliados ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável. Custos associados aos desenvolvimentos desses softwares são capitalizados e os referentes à manutenção são reconhecidos como despesas quando incorridos. Os softwares possuem vida útil definida e são amortizados no prazo de dez anos (nota explicativa 10). A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. **2.4.9. Ágio:** O ágio resultante de uma combinação de negócios é demonstrado ao custo na data da combinação do negócio, líquido da perda acumulada no valor recuperável, se houver. O ágio é alocado a Unidade Geradora de Caixa (UGC) para fins de teste de *impairment*. **2.4.10. Redução ao valor recuperável de ativos não circulantes:** No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados à unidade geradora de caixa. Ativos intangíveis com vida útil indefinida ou ainda não disponíveis para uso, e ágios são submetidos ao teste de redução ao valor recuperável, pelo menos, uma vez ao ano e sempre que houver qualquer indicação de que o ativo possa apresentar perda por redução ao valor recuperável. O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso, sendo este último o método usado pela Companhia em seu teste de recuperação dos saldos de ágio reconhecidos na unidade geradora de caixa Rental. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo ao qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada. Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado. Quando a perda por redução ao valor recuperável é revertida subsequentemente (exceto para perdas por redução ao valor recuperável de ágios os quais quando registradas não são revertidas), ocorre o aumento do valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) para a estimativa revisada de seu valor recuperável, desde que não exceda o valor contábil que teria sido determinado, caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo (ou unidade geradora de caixa) em exercícios anteriores. A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado. **2.4.11. Contas a pagar aos fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo, e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente. **2.4.12. Provisões:** As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita. Determinadas provisões são mensuradas pelo valor estimado dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, com o uso de uma taxa antes do imposto que reflita as avaliações atuais do mercado para o valor do dinheiro no tempo e para os riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa no resultado. As provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão registradas pelo montante das perdas prováveis, observada a natureza de cada provisão (nota explicativa 17.1). A Administração, apoiada na opinião dos seus consultores jurídicos, entende que as provisões constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas com processos em andamento em 31 de dezembro. **2.4.13. Benefícios concedidos a empregados - Provisão para participação nos lucros e resultados:** O acordo de participação nos lucros e resultados foi estruturado com o intuito de premiar os empregados, com pelo menos 90 dias trabalhados no ano base de 2023, em função do desempenho geral da Mills Pesados, dentro de sua respectiva área de atuação e cargo ocupado. O Programa de Participação Resultados de 2023 é baseado no atingimento do EBITDA ajustado, e metas corporativas. O reconhecimento dessa participação, quando há, é realizado durante o exercício e o desembolso, quando devido, até o mês de abril do exercício subsequente (nota explicativa 15.1). **2.4.14. Empréstimos e financiamentos:** Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, e são, subsequentemente, demonstrados pelo valor de custo amortizado. A metodologia do cálculo para cada empréstimo segue as condições particulares de cada contrato, utilizando o método da taxa efetiva de juros. As taxas e os tributos pagos para contratação do empréstimo são reconhecidas como custos da transação do empréstimo, e também são registrados na rubrica de despesas financeiras pela taxa efetiva de juros. A Administração controla mensalmente os saldos de cada dívida através de controles gerenciais, no qual atualiza os indicadores financeiros (taxas de juros) conforme acordado em cada contrato. Empréstimos e financiamentos são classificados no passivo circulante exceto pelas parcelas que podem incondicionalmente ser liquidadas após 12 meses da data de encerramento das demonstrações financeiras. **2.4.15. Conversão em moeda estrangeira:** As transações em moeda estrangeira são convertidas para reais usando-se as taxas de câmbio em vigor nas datas das transações. Os saldos das contas de balanço são convertidos pela taxa cambial da data do balanço. Ganhos e perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão de ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconhecidos na demonstração do resultado. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado. **2.4.16. Capital social:** O capital social da Companhia é composto de ações ordinárias e sem valor nominal. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos. **2.4.17. Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio:** A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia, quando há, é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral. O benefício fiscal dos juros sobre o capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado na rubrica imposto de renda e contribuição social. **2.4.18. Reconhecimento de receitas:** A receita pela prestação de serviços é reconhecida tendo como base a medição das etapas de execução dos serviços realizados até a data-base do balanço. A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. A Companhia reconhece a receita quando transfere o controle sobre os bens ou serviços ao cliente e quando é provável que venha a receber a contraprestação a qual terá direito em troca dos bens ou serviços que serão transferidos ao cliente. São consideradas obrigações de performance as promessas de transferir ao cliente bem ou serviço (ou grupo de bens ou serviços) que seja distinto, ou uma série de bens ou serviços distintos que sejam substancialmente os mesmos e que tenham o mesmo padrão de transferência para o cliente. Não foram identificadas exceções no reconhecimento das obrigações de desempenho no que tange à adoção da IFRS 15/CPC 47. A Companhia identificou que suas receitas têm uma única obrigação de desempenho, conforme os contratos com clientes. A receita de locação é reconhecida pro rata *temporis* no resultado mensalmente de forma linear de acordo com os contratos de locação de equipamentos, classificados como arrendamento operacional, não tendo recebimentos contingentes ou não canceláveis reconhecidos como receita durante a vigência do contrato. A Companhia quando aplicável, separa os componentes identificáveis de um único contrato ou de um grupo de contratos, a fim de refletir a substância de um contrato ou de um grupo de contratos, reconhecendo a receita de cada um dos elementos de forma proporcional ao seu valor justo. Dessa forma, a receita da Companhia se divide em locação, assistência técnica, vendas, indenizações, vendas de seminovos e recuperações de despesas. A receita de juros é reconhecida em base proporcional ao tempo, levando em consideração o principal em aberto e a taxa efetiva ao longo do período até o vencimento, quando se determina que essa receita será apropriada à Companhia. Dividendos (incluindo JCP) de investimentos é reconhecida quando o direito do acionista de receber tais dividendos é estabelecido (desde que seja provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Companhia e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade). Receitas, quando aplicáveis, são reconhecidas líquidos dos impostos sobre as vendas e prestações de serviços, abatimentos e descontos. **2.4.19. Resultado por ação:** O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo exercício. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos exercícios apresentados findos em 31 de dezembro, nos termos do CPC 41 e na IAS 33. **2.4.20. Combinações de negócios:** As aquisições de negócios são contabilizadas pelo método de aquisição. A contraprestação transferida em uma combinação de negócios é mensurada ao valor justo, que é calculado pela soma dos valores justos dos ativos transferidos pelo Grupo na data de aquisição, dos passivos incorridos pelo Grupo com relação aos antigos controladores da entidade adquirida e das participações emitidas pelo Grupo em troca do controle da entidade adquirida. Os custos relacionados à aquisição são reconhecidos no resultado, quando incorridos. Na data de aquisição, os ativos adquiridos e os passivos assumidos identificáveis são reconhecidos pelo valor justo na data da aquisição, exceto por: • Ativos ou passivos fiscais diferidos e ativos e passivos relacionados a acordos de benefícios aos empregados são reconhecidos e mensurados de acordo com a IAS 12 e IAS 19, respectivamente (equivalentes aos CPC 32 – Impostos sobre a Renda e CPC 33 (R1) – Benefícios aos empregados); • Passivos ou instrumentos patrimoniais relacionados a acordos de pagamento baseado em ações da entidade adquirida ou acordos de pagamento baseado em ações do Grupo celebrados em substituição aos acordos de pagamento baseado em ações da entidade adquirida são mensurados de acordo com a IFRS 2 (CPC 10 (R1)) – Pagamentos Baseados em Ações - na data de aquisição (vide a seguir); e • Ativos (ou grupos para alienação) classificados como mantidos para venda conforme a IFRS 5 (CPC 31 – Ativos Não Circulantes Mantidos para Venda e Operações Descontinuadas) são mensurados conforme essa norma. O ágio é mensurado como o excesso da soma da contraprestação transferida, do valor das participações de não-controladores na entidade adquirida e do valor justo da participação do adquirente anteriormente detida na entidade adquirida (se houver) sobre os valores líquidos na data de aquisição dos ativos adquiridos e passivos assumidos identificáveis. Se, após a reavaliação, os valores líquidos dos ativos adquiridos e passivos assumidos identificáveis na data de aquisição forem superiores à soma da contraprestação transferida, do valor das participações de não-controladores na entidade adquirida e do valor justo da participação do adquirente anteriormente detida na entidade adquirida (se houver), o excedente é reconhecido imediatamente no resultado como ganho de compra vantajosa. Quando a contraprestação transferida pelo Grupo em uma combinação de negócios inclui um acordo de contraprestação contingente, a contraprestação contingente é mensurada pelo valor justo na data de aquisição e incluída na contraprestação transferida em uma combinação de negócios. As variações no valor justo da contraprestação contingente classificadas como ajustes do período de mensuração são ajustadas retroativamente, com correspondentes ajustes ao ágio. Os ajustes do período de mensuração correspondem a ajustes resultantes de informações adicionais obtidas durante o "período de mensuração" (que não poderá ser superior a um ano a partir da data de aquisição), relacionadas a fatos e circunstâncias existentes na data de aquisição. A contabilização subsequente das variações no valor justo da contraprestação contingente não classificadas como ajustes do período de mensuração depende da forma de classificação da contraprestação contingente. A contraprestação contingente classificada como patrimônio líquido não é remensurada nas datas de relatórios subsequentes e sua correspondente liquidação é contabilizada no patrimônio líquido. Outras contraprestações contingentes são remensuradas ao valor justo nas datas de relatórios subsequentes, e as variações no valor justo são contabilizadas no resultado. Quando uma combinação de negócios é realizada em etapas, a participação anteriormente detida pelo Grupo na entidade (incluindo operações conjuntas) adquirida é remensurada ao seu valor justo na data de aquisição e o correspondente ganho ou perda, se houver, é reconhecido no resultado. Os valores das participações na entidade adquirida antes da data de aquisição, anteriormente reconhecidos em "Outros resultados abrangentes", são reclassificados no resultado, na medida em que tal tratamento seja adequado caso essa participação tivesse sido alienada. Se a contabilização inicial de uma combinação de negócios estiver incompleta no encerramento do período no qual essa combinação ocorreu, o Grupo registra os valores provisórios dos itens cuja contabilização estiver incompleta. Esses valores provisórios são ajustados durante o período de mensuração (vide acima) ou os ativos e passivos adicionais são reconhecidos para refletir as novas informações obtidas relacionadas a fatos e circunstâncias existentes na data de aquisição, os quais, se conhecidos, teriam afetado os valores reconhecidos naquela data. **2.5. Normas vigentes em 2023:** Na preparação dessas demonstrações financeiras, a Administração da Companhia considerou, quando aplicável, novas revisões e interpretações às *International Financial Reporting Standards* ("IFRS") e aos pronunciamentos técnicos, emitidos pelo IASB e pelo CPC, respectivamente, que entraram obrigatoriamente em vigor em 1° de janeiro de 2022. A sua adoção não teve qualquer impacto material nas divulgações ou nos valores apresentados nessas demonstrações financeiras. **Alterações à IFRS 3/CPC 15 (R1) – Referências à Estrutura Conceitual:** A Companhia adotou as alterações à IFRS 3 (CPC 15 (R1)), Combinação de Negócios. As alterações atualizam a IFRS 3 (CPC 15 (R1)) de modo que ela se refere à Estrutura Conceitual de 2018 em vez da Estrutura de 1989. Elas também incluem a IFRS 3 a exigência de que, para obrigações dentro do escopo da IAS 37 (CPC 25) Provisões, Passivos e Ativos Contingentes, o comprador adota a IAS 37 (CPC 25) par determinar se já obrigação presente na data de aquisição em virtude de eventos passados. Para um tributo dentro do escopo da IFRIC 21 (CPC 21) Tributos, o comprador adota a IFRIC 21 (ICPC 21) para determinar se o evento que resultou na obrigação de pagar o tributo ocorreu até a data de aquisição. **Alterações à IAS 16/CPC 27 – Imobilizado Recursos Antes do Uso Pretendido:** A Companhia adotou as alterações à IAS 16 (CPC 27) Imobilizado. As alterações proíbem deduzir do custo de um item do imobilizado qualquer recurso proveniente da venda de itens produzidos antes do ativo estar disponível para uso, isto é, recursos para trazer o ativo ao local e na condição necessária para que seja capaz de operar de maneira pretendida pela Administração. Consequentemente, a entidade reconhece esses recursos da venda e correspondentes custos no resultado. A entidade mensura o custo desses itens de acordo com a IAS 2 Estoques (CPC 16). As alterações esclarecem ainda o significado de 'testar se um ativo está funcionando adequadamente'. Atualmente, a IAS 16 (CPC 27) determina isso como avaliar se o desempenho técnico e físico do ativo é tal que o mesmo possa ser usado na produção ou fornecimento de bens ou serviços, para aluguel para terceiros, ou para fins administrativos. Se não apresentados separadamente na demonstração do resultado abrangente, as demonstrações financeiras devem divulgar os valores dos recursos e custos incluídos no resultado correspondentes aos itens produzidos que não sejam um produto das atividades ordinárias da entidade, e cuja(s) rubrica(s) na demonstração do resultado abrangente inclua(m) esses recursos e custos. **Alterações à IAS 37/CPC 25 Contratos Onerosos – Custo de Cumprimento do Contrato:** A Companhia adotou as alterações à IAS 37/CPC 25 pela primeira vez no exercício corrente. As alterações especificam que o 'custo de cumprimento' do contrato compreende os 'custos diretamente relacionados ao contrato'. Os custos diretamente relacionados ao contrato compreendem os custos incrementais de cumprimento desse contrato (por exemplo, funcionários ou materiais) e a alocação de outros custos diretamente relacionados ao cumprimento de contratos (por exemplo, alocação das despesas com depreciação para um item do imobilizado usado no cumprimento do contrato). **Melhorias Anuais ao Ciclo de IFRSs 2018-2020:** A Companhia adotou pela primeira vez no exercício corrente as alterações incluídas nas Melhorias Anuais ao Ciclo de IFRSs 2018–2020. As Melhorias Anuais incluem alterações em quatro normas. **IFRS 1/CPC 37 - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade:** A alteração prevê medida adicional para uma controlada que se torna adotante inicial depois da sua controladora com relação à contabilização de diferenças acumuladas de conversão. Em virtude da alteração, a controlada que usa a isenção contida na IFRS 1:D16(a) pode agora optar por mensurar as diferenças acumuladas de conversão para todas as operações no exterior ao valor contábil que seria incluído nas demonstrações financeiras consolidadas da controladora, com base na data de transição da controladora para as Normas do IFRS, se nenhum ajuste for feito com relação aos procedimentos de consolidação e efeitos da combinação de negócios na qual a controladora adquiriu a controlada. Uma opção similar está disponível para uma coligada ou joint venture que utiliza a isenção contida na IFRS 1:D16(a). **IFRS 9/CPC 48 - Instrumentos Financeiros:** A alteração esclarece que ao aplicar o teste de '10%' para avaliar se o passivo financeiro deve ser baixado, a entidade inclui apenas os honorários pagos ou recebidos entre a entidade (devedor) e o credor, em nome da outra parte. **IFRS 16/CPC 06 (R2) – Arrendamentos:** A alteração exclui o conceito de reembolso de benfeitorias em imóveis de terceiros. Embora as *International Financial Reporting Standards* (IFRS) permitam a adoção antecipada de certas normas contábeis, no Brasil, a adoção antecipada dos pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, anteriormente às respectivas datas de vigência mandatórias das IFRS, usualmente, não são aprovadas pelos reguladores que aprovam a adoção dos pronunciamentos contábeis do CPC. Não identificamos impactos na Companhia em função das normas vigentes em 2023. **2.6. Normas novas e revisadas emitidas e ainda não aplicáveis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023.** Na data de autorização destas demonstrações financeiras, a Companhia não adotou as IFRSs novas e revisadas a seguir, já emitidas e ainda não aplicáveis e em alguns casos, as normas ainda não foram adotadas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC):

O impacto da aplicação das IFRSs novas e revisadas demonstrado abaixo é apenas para fins ilustrativos. As entidades devem analisar o impacto dessas IFRSs novas ou revisadas sobre suas demonstrações financeiras com base em fatos e circunstâncias específicas e efetuar divulgações adequadas. IFRS 17/CPC 50 (inclui as alterações de junho de 2020 e dezembro de 2021)	Contratos de Seguros
Alterações à IFRS 10/ CPC 36 (R3) e IAS 28/CPC 18 (R2)	Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou *Joint Venture*
Alterações à IAS 1/CPC 26 (R1)	Classificação de Passivos como Circulante ou Não Circulante
Alterações à IAS 1/ CPC 26 (R1) e IFRS Declaração da Prática 2	Divulgação de Políticas Contábeis
Alterações à IAS 8/CPC 23	Definição de Estimativas Contábeis
Alterações à IAS 12/CPC 32	Imposto Diferido Relacionado a Ativos e Passivos Resultantes de uma Única Transação

Não identificamos impactos significativos na Companhia para o exercício de 2023 e no futuro.

DIRETORIA

Sérgio Kariya | Caroline Pope dos Santos Leonard | Ricardo de Araújo Gusmão | Daniel Fabricio Fernandes Brugioni | Kleber Morenghi Racy | Eduardo Lema | Tatiana Cristina Aranda Medina

CONTADOR

Sebastião Dantas Ramos – CRC RJ-050305-3/O

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 acompanhadas do relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras completas, individuais e consolidadas, estão disponíveis nos sites: do Valor (http://vipfiles.valor.com.br/BDEmpresas/658371.pdf); da CVM (http://sistemas.cvm.gov.br); da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (http://www.b3.com.br/pt_br/), bem como no site da Mills (https://ri.mills.com.br). O referido relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, foi emitido em 10 de abril de 2024, sem modificações.

Notícias em tempo real para quem não desconecta dos negócios.

Seja um assinante:
Acesse o assinevalor.com.br
Ligue 0800 701 8888

INÊS249

Startups Investidores, como Camila Farani, retomam aportes e mostram otimismo cauteloso F6

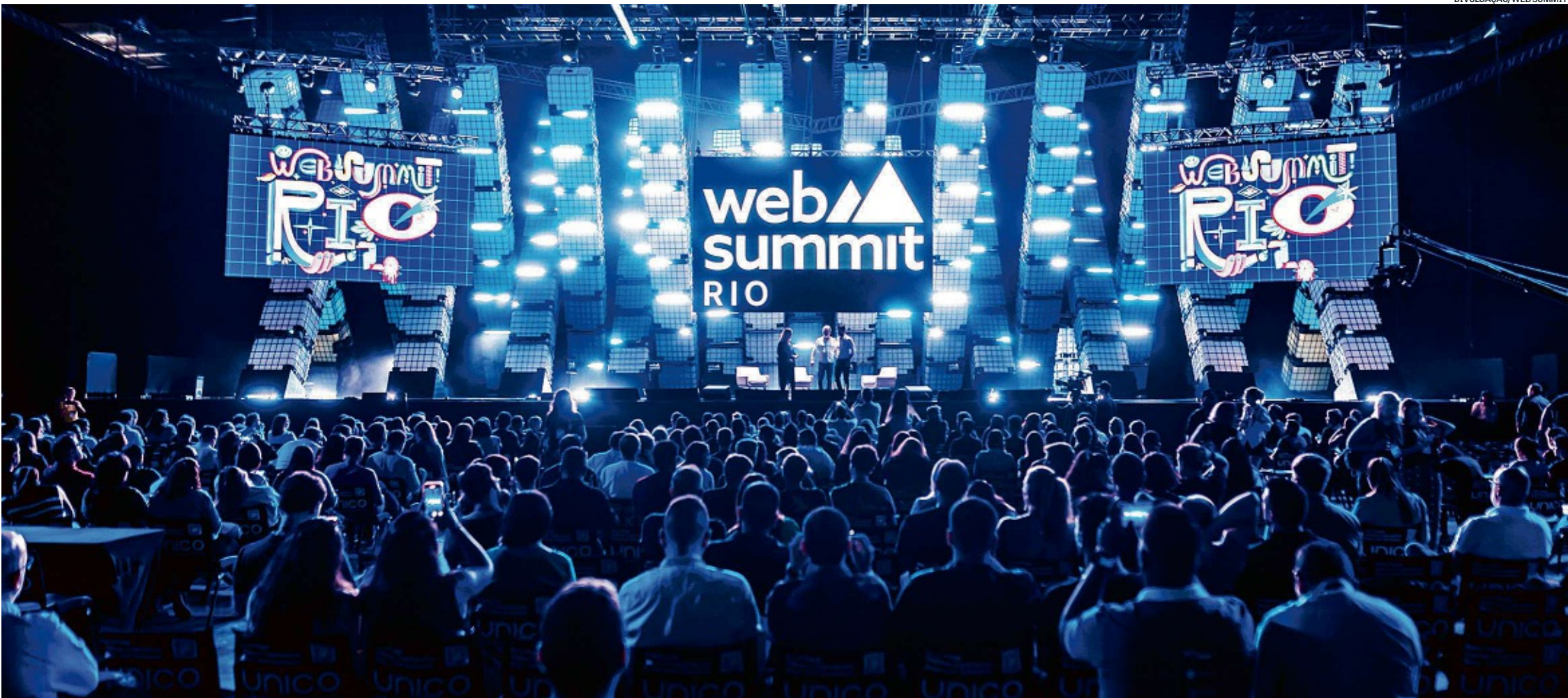
Tecnologia Fornecedores de diferentes áreas revisam planos para atender IA generativa F2

Finanças Pix impulsiona mudanças e dinheiro será naturalmente digital F4

Ambiente Novos projetos buscam formas de adaptação às mudanças climáticas F5

Brasil no mapa da IA

Tecnologia Inteligência artificial avança e traz oportunidades de negócios para o país em diversas áreas, inclusive por sua matriz energética majoritariamente limpa, enquanto regulação e combate às fake news se mantêm como desafios

DIVULGAÇÃO/WEB SUMMIT

A segunda edição brasileira da conferência reuniu 34 mil pessoas, 59,6% mais participantes do que no ano passado, incluindo mil empreendedores, 500 investidores, mais de 170 parceiros e de 500 palestrantes de 100 países

Daniela Braun
Do Rio

Do empreendedorismo às mudanças climáticas, passando por diversidade, marketing, mobilidade, finanças e eleições, lá está ela, a inteligência artificial (IA), direcionando os rumos das conversas durante o evento de inovação Web Summit Rio 2024.

A segunda edição brasileira da conferência, realizada entre 15 e 18 de abril no Riocentro, reuniu 34 mil pessoas — público 59,6% maior ante os 21,3 mil participantes no ano passado —, incluindo mil empreendedores, 500 investidores, mais de 170 parceiros e de 500 palestrantes de 100 países.

> “A inteligência artificial avançou muito mais rápido que qualquer regulação” *Carine Roos*

Desde maio do ano passado, quando o Brasil entrou na rota mundial do Web Summit, a IA generativa assumiu uma proporção maior do que um bate-papo elaborado com uma máquina, como o ChatGPT, da OpenAI, para os negócios e a sociedade.

Em um ano eleitoral para 64 países, a popularização de ferramentas que fabricam imagens ou vídeos plausíveis, e facilmente disseminados em redes sociais, eleva o tom de preocupação sobre seus efeitos nas urnas.

“A gente ainda tem uma janela de ‘desproteção’ em relação à regulação justamente no campo de disseminação de deepfakes e de informações falsas”, disse Carine Roos, fundadora da Newa, consultoria voltada a diversidade, equidade e inclusão, em entrevista ao **Valor**.

Ross, que participou do painel “Como a Geopolítica Moldará a Regulamentação da IA”, defende uma diminuição no ritmo do avanço da IA para uma revisão ética, de governança e diversidade. “A inteligência artificial está aí há anos, mas ela avançou muito mais rápido do que qualquer regulação”, completou.

De fato, a regulação brasileira perdeu o ritmo. Na primeira edição do Web Summit Rio, no início de maio de 2023, o Congresso quase aprovou o Projeto de Lei 2.630/20, conhecido como PL das Redes Sociais, para que não haja disseminação de conteúdo falso em plataformas digitais. Desde então, o PL ficou parado no Congresso e agora deve passar por uma reformulação.

O país ainda pode acelerar o compasso no campo da infraestrutura computacional, um ponto crítico para dar suporte às aplicações de inteligência artificial.

A oferta de fontes de energia elétrica renovável do Brasil o torna um local atrativo para os investimentos bilionários anunciados por gigantes de serviços da computação em nuvem, como Google, AWS (Amazon) e Microsoft, em centros de dados. Entretanto, o país precisa avaliar sua carga tributária se não quiser perder a janela para os vizinhos.

“Temos recebido solicitações de empresas europeias que investem em datacenters no Paraguai, onde os impostos de importação são reduzidos e há uma proximidade com [a usina hidrelétrica de] Itaipu”, disse o executivo Marcio Aguiar, que subiu ao palco central do Web Summit representando a operação latino-americana da fabricante de chips Nvidia. A empresa do Vale do Silício (EUA) tomou a frente na corrida da IA, contando com 83% do mercado de chips em 2023.

“O Brasil poderia tirar vantagem desse movimento, revisando certos impostos para incentivar as empresas a virem para cá”, comentou Aguiar.

O impacto da demanda por energia elétrica elevada pelos centros de dados que suportam a IA também é um ponto favorável para um país como o Brasil, que tem 61,9% de sua matriz elétrica composta por recursos hídricos [bem acima da média mundial de 15,5%], segundo o Balanço Energético Nacional (BEN), do Ministério de Minas e Energia.

Jens Nielsen, fundador e executivo-chefe da organização não governamental World Climate Foundation, nota o interesse de big techs em recursos sustentáveis como uma forma de gerar escala e baratear fazendas de energia solar e eólica, bem como atrair investimentos a países com esses recursos. “Acho que o Brasil deve ter muitas vantagens na conexão ou no fornecimento de recursos para datacenters”, comentou.

Nilsen ainda destacou o papel do Brasil como sede da Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas de 2025, a COP30, em novembro do próximo ano, em um painel com Helena Gualinga, ambientalista e ativista de direitos humanos do território amazônico de Sarayaku, no Equador. “A COP30 será o momento da verdade sobre para onde estamos indo e como garantir que a natureza se destaque como uma solução, incluindo o uso de energia renovável.”

A diversidade tem um lugar de destaque no Web Summit Rio. Este ano, das mais de mil startups participantes, 45% foram fundadas por mulheres. Segundo a organização, esta é a maior proporção de empreendedoras entre todas as edições do evento, que também é realizado em Portugal, no Canadá e no Catar.

Ampliar a diversidade no mercado de tecnologia e nas lideranças do país são bandeiras que Luiza Helena Trajano, presidente do conselho da varejista Magazine Luiza, levantou durante o Web Summit Rio 2024.

“A gente tem que lutar, agora, para pular para 50% [de mulheres] no Judiciário, nas empresas e na política, porque os 18% de mulheres na política não nos representam”, reforçou a empresária e líder da organização sem fins lucrativos Mulheres do Brasil. “As meninas já entenderam que elas podem entrar na tecnologia e que são capazes. Agora precisamos de mais mulheres presidentes de empresas de tecnologia”, disse Trajano, ao **Valor**.

> “Precisamos de mais mulheres presidentes de empresas de tecnologia” *Luiza Trajano*

Quando se trata das bases da IA generativa, entretanto, falta diversidade e sobram vieses, observa Roos, que é mestre em gênero pela London School of Economics and Political Science. “Agora está se discutindo mais essa mudança, mas, ainda assim, a internet é maciçamente muito branca e muito masculina”, disse a fundadora da Newa. “Talvez o que a gente precise fazer seja dar um passo para trás e pensar como queremos desenvolver essa inteligência artificial”, sugere a especialista.

A repórter viajou a convite do Web Summit

Um dos maiores eventos de tecnologia e inovação do mundo realizou sua 2ª edição no Brasil.
Confira a cobertura completa do festival nos veículos da Editora Globo.

APRESENTAÇÃO

APOIO

PARCERIA ESTRATÉGICA DE MÍDIA

INÊS249

DIVULGAÇÃO/WEB SUMMIT

Justina Nixon, da IBM: "Sempre que há uma nova tecnologia, há redução de posições, mas há também oportunidade de criação de outros empregos"

Cenário Provedores de nuvem, fornecedores de chips, softwares e serviços mudam estratégia para abocanhar parte da nova demanda

IA generativa redesenha mercado de tecnologia

Carmen Nery
Para o Valor, do Rio

A ascensão da inteligência artificial generativa fez todo o setor de tecnologia de informação e comunicação (TIC) redefinir suas estratégias, focando na porção de mercado que poderá amealhar.

Ricardo Santana, sócio-líder de inteligência artificial da KPMG, afirma que os grandes provedores de nuvem — Microsoft, Google, AWS (Amazon) e IBM — investem em plataformas de LLM (Large Language Model, modelo de rede neural como o ChatGPT) de olho no aumento do consumo que a IA vai gerar no mercado.

Fornecedores de software, como SAP e Oracle, estão procurando embutir a IA em suas aplicações. E novos e tradicionais fabricantes de chips se movimentam para ganhar parte da demanda da Nvidia, que controla cerca de 80% do mercado de chips de IA, com clientes como OpenAI, criadora do ChatGPT, Microsoft, Alphabet e Meta. Em 2024, as ações de Nvidia dispararam quase 60%, elevando o valor da empresa para US$ 2,1 trilhões, atrás apenas da Microsoft e da Apple.

"O protagonismo da Nvidia é fruto de um trabalho que começou há 16 anos. Temos uma única fábrica em Taiwan, na planta da TSMC, maior fabricante de chips do mundo. Agora várias empresas acordaram e enxergaram que essa é uma tecnologia que eles podem desenvolver", diz Marcio Aguiar, diretor da divisão enterprise da Nvidia para América Latina.

O rol de novos competidores inclui fabricantes de chips — como Intel, Qualcomm e AMD — e os próprios parceiros de nuvem, como Amazon, Microsoft e Google. "O grande diferencial da Nvidia é que nossas plataformas de hardware e software estão disponíveis em todas as nuvens. O modelo é de coopetição [competição cooperativa]", diz Aguiar.

Luis Meisler, vice-presidente da Oracle para a América Latina, diz que a demanda pelas soluções de hardware e software da Nvidia tem gerado filas de espera de até um ano. A Oracle tem estratégias para nuvem, aplicativos e infraestrutura de hardware — esta última em parceria com a Nvidia.

Alexandre Maioral, presidente da Oracle Brasil, conta que a empresa constrói superclusters, máquinas interligadas com altíssima velocidade. A partir de junho, ofertará um modelo (H100) voltado para processamentos mais complexos. "Nos EUA, já estamos com US$ 81 bilhões de contratos assinados para utilização nos próximos 12 meses, 90% são de plataforma de IA. Na oferta de 'software as a service' [SaaS] de nossas aplicações, os clientes recebem a cada três meses atualizações que, em breve, incluirão IA generativa."

Marcelo Braga, presidente da IBM Brasil, afirma que a empresa se posiciona como uma provedora de inteligência artificial para negócios com o LLM próprio Granite, mas com estratégia multicloud e multi-LLM. "Temos parceria com o LLama 2 da Meta e o Hugging Face, ofertados com plataforma de governança de IA integrada a governança de dados, para dar às empresas segurança, curadoria e identificação de vieses", diz Braga.

No ano passado, o CEO global da IBM, Arvind Krishna, anunciou que planejava reduzir a contratação de cerca de 26 mil funções de back office não voltadas para o cliente, das quais 30% poderiam ser substituídas por IA em cinco anos. Justina Nixon, vice-presidente e diretora de impacto global da IBM, minimizou o efeito que a IA terá em termos de redução de empregos, informando que a empresa tem conduzido programas, com universidades e governos, focados em capacitação e letramento em IA.

"Sempre que há uma nova tecnologia, há redução de posições, mas há também oportunidade de criação de outros empregos. Desde 2021, 11,5 milhões de alunos tiveram acesso a treinamento gratuito da IBM. Assumimos o compromisso de capacitar 2 milhões de pessoas com habilidades exigidas pela inteligência artificial nos próximos três anos", informa Nixon.

90%
dos novos contratos da Oracle nos EUA estão ligados à IA

Os players globais de serviços digitais incorporam a IA em seus próprios processos para terem capacidade de conduzir seus clientes na implementação da inteligência artificial. Para Cesar Gon, CEO e fundador da CI&T, há muita euforia e em torno da IA e pode haver frustração. "As pessoas superestimam os benefícios para os próximos dois anos e subestimam o impacto em dez. O ano de 2024 vai ser o ano da desilusão com a IA. O risco disso é a empresa não agir com algo que vai mudar o mundo de uma maneira drástica", diz Gon.

A Getronics se associou à OneReach.ai para oferecer soluções de IA conversacional aplicada ao fortalecimento da experiência do consumidor. "O nosso próximo passo será utilizar IA para agilizar o desenvolvimento de sistemas", afirma Elisabete Mleczak, diretora comercial global (CCO) da Getronics.

Sebastián Miserendino, CTO para América Latina da Globant, diz que a empresa e seus clientes estão implementando projetos de IA internos, com a vantagem de não exporem a empresa. "Quando a empresa está mais madura passa a criar campanhas personalizadas, podendo, em seguida, levar a IA para contato direto com o público", diz Carlos Morais, diretor-executivo da Globant no Brasil.

Disputa EUA-China dificulta consenso sobre regulação

Do Rio

Alcançar um consenso internacional para a regulamentação da Inteligência Artificial (IA) será quase impossível, uma vez que Estados Unidos e a China estão envolvidos em uma corrida pelo desenvolvimento da tecnologia. Essa é a avaliação dos debatedores durante painel no Web Summit Rio sobre a geopolítica e a regulamentação da IA. Carine Roos, CEO da consultoria de impacto social Newa, disse que os dois países lideram a disputa por disporem dos principais recursos para o desenvolvimento da IA. No caso, o poder computacional e a fabricação dos superchips.

Nos Estados Unidos, a expertise da Nvidia no mercado de games — que tem requisitos semelhantes ao do processamento de IA — elevou o poder da empresa, hoje, a terceira maior do mundo em valor de mercado, atrás apenas da Microsoft e a da Apple. A China pode não ter uma empresa equivalente à Nvidia, mas domina todo o processo de fabricação de microprocessadores.

Para Roos, a supervisão da IA é fundamental, porque há dados sendo processados sem autorização e vieses de algoritmos perpetrando discriminação. Ela disse que cabe ao Sul Global — nova denominação para países em desenvolvimento — e à União Europeia desempenharem um papel na definição dessa mudança de paradigma.

"Existe uma falácia de que a regulação atrasa a inovação. Se regularmos de maneira inteligente, a tecnologia será sustentável e não precisará ser interrompida mais tarde por causa de danos causados às pessoas", afirmou Ross. Para ela, os governos devem desempenhar um papel primordial no uso consciente da inteligência artificial. "O grande problema é que as legislações esboçadas até agora não são obrigatórias. Deixar as regras no âmbito da autorregulação é um risco, devido aos poderes político e econômico das empresas", defendeu Roos.

Ela citou a ordem executiva (decreto) sobre Inteligência Artificial Segura e Confiável, expedida pelo governo dos Estados Unidos para as empresas apenas informarem seu estágio de desenvolvimento. Outro marco foi a primeira resolução global sobre inteligência artificial aprovada pela ONU para incentivar a proteção de dados pessoais, monitorar a IA e salvaguardar os direitos humanos. Mas Ross alertou que o maior risco são as eleições.

"Em 2024, ocorrerão eleições em 60 países e serão um teste para os controles sobre riscos, como as deep fakes. No Brasil, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) determinou que o candidato que usar deep fake será excluído. Em Taiwan, a estratégia foi treinar, em 2022, a população para identificar as táticas de falsificação de vídeos. Isso empoderou as pessoas para garantir um processo eleitoral mais justo em 2024", contou Ross.

Eduardo Magrani, advogado especialista em regulação digital, lamentou o fato de o debate estar concentrado em EUA-China-Europa, ao mesmo tempo em que o Sul Global não é um bloco homogêneo. "É preciso evitar os riscos à democracia no Brasil e em outros países. Se não tivermos uma cultura forte de compliance, a regulação não vai funcionar", defendeu Magrani.

O setor de TIC tem manifestado não ser contrário à regulação, mas faz suas ponderações. Para Marco Stefanini, CEO global da Stefanini, a regulação é necessária para impor regras de acesso a dados, privacidade, eleições justas, mas não pode ser ideológica.

"A regulação ideal é a que não tire a funcionalidade que a tecnologia está trazendo, ou seja, regular o uso e não o desenvolvimento", disse Alexandre Maioral, presidente da Oracle Brasil. Na mesma linha Marcelo Braga, presidente da IBM Brasil, defendeu regulamentar o risco da IA, não seus algoritmos. "É preciso levar em consideração o contexto e garantir que os usos de alto risco sejam monitorados, com responsabilização dos atores, que não devem ser imunes", propôs Braga.

Segundo Cesar Gon, CEO da CI&T, seria irracional proibir uma universidade ou centro de P&D de avançar na ciência e na tecnologia. "Mas há níveis de regulação necessários. O Brasil poderia seguir o modelo europeu de regulação", sugeriu Gon. ***(CN)***

LEO PINHEIRO/VALOR

"Se regularmos de maneira inteligente, a tecnologia será sustentável"
Carine Ross

Uso da ferramenta remodela logística no país

DIVULGAÇÃO

"Aliança entre logística e tecnologia é um caminho sem volta"
Rodrigo Mourad

Alex Jorge
Para o Valor, do Rio

O uso de Inteligência Artificial (IA) vem remodelando a logística no Brasil desde o período da pandemia de covid-19. Na época, com maior necessidade de entregas domésticas, "o setor assumiu um protagonismo inédito e a busca por eficiência e menor custo cresceu, tanto pelo cliente quanto pelo entregador", afirmou Rodrigo Mourad, presidente e cofundador da Cobli, empresa que utiliza este tipo de tecnologia para descomplicar a gestão e potencializar frotas.

De acordo com levantamento da Fundação Dom Cabral (FDC), a logística consumiu o equivalente a 12,37% do Produto Interno Bruto (PIB) nacional em 2022. Os altos custos, segundo Mourad, se devem a um histórico de baixa adesão do setor à tecnologia. Para o executivo, quanto mais cedo as empresas modificarem esta mentalidade, mais vantagens terão no futuro. "Há trinta anos, o setor não se modernizava. Agora, com sistemas de alta performance, que diminuem os custos e agilizam os serviços, a aliança entre logística e tecnologia é um caminho sem volta", disse.

A Cobli atua por meio de câmeras e sensores instalados nos veículos. A empresa consegue captar, por exemplo, localização, trajeto e aceleração do automóvel. Estes dados são enviados para a base, o que possibilita gerenciar o consumo de combustível, a manutenção preventiva e até a maneira que o motorista conduz. "É como ter olhos em qualquer lugar. Em resumo, funcionamos como uma organização que captura dados e os devolve como informação útil às empresas."

A tecnologia também consegue perceber a conduta do profissional. Casos de desatenção ou cansaço, como piscar os olhos repetidamente, também são identificados de forma automática pela câmera e se tornam motivo de alerta. Além das análises imediatas, o sistema consegue organizar séries históricas com os dados coletados. O usuário, por exemplo, pode analisar e comparar o desempenho produzido por cada veículo da própria frota e também com veículos integrados ao sistema desde o início das operações, em 2017.

Atualmente, com mais de 400 funcionários, a Cobli possui 6 mil clientes. Além da inteligência artificial e da videotelemetria, o trabalho da empresa é resultado da combinação entre internet das coisas (IoT) e ciência de dados.

O transporte aéreo ainda tem pouco adesão das empresas brasileiras com a tecnologia, se comparado ao modal rodoviário. Porém, com o uso de inteligência artificial, este quadro pode se reverter, como afirmou o CEO da Modern Logistics, Cristiano Koga. À frente da companhia desde maio de 2023, o executivo está investindo em inovação, tecnologia e internacionalização das operações. Além da chegada de novas aeronaves, a companhia está utilizando recursos da IA com o objetivo de dar mais eficiência e segurança nas viagens.

"Estamos aplicando IA para análise preditivas. Ou seja, detectar eventos meteorológicos, como furacões, tempestades, que podem impactar significativamente nas entregas de produtos, além da melhoria da malha logística", explicou. O executivo, que trabalhou na Fedex americana por dez anos, acredita que a logística com o auxílio da IA pode se desenvolver muito ainda no país.

Além dos lucros, Koga afirmou que o uso de IA pode favorecer os funcionários "com crescimento profissional e pessoal". Porém, de acordo com ele, a tecnologia deve ser introduzida com um "devido programa de aculturamento". Já sobre a regulação, o executivo afirmou que "uma legislação específica beneficiará a toda sociedade". Mas, desde já, ele apontou para o fortalecimento de uma cultura de cibersegurança na empresa, pois "essa área é fundamental para a perpetuidade do negócio".

Empresas Aplicações de inteligência artificial ganham tração nos mais diversos setores da economia

IA ajuda a fabricar aço e evitar falha em avião

Carmen Nery
Para o Valor, do Rio

Um ano e meio após o mundo ser surpreendido pela inteligência artificial generativa, grandes companhias já exibem casos de uso concretos em diferentes áreas e processos.

Com presença em 41 países, a brasileira Stefanini, de softwares e serviços de tecnologia, usa IA desde 2012 em mais de 100 clientes de setores como energia, jurídico, automotivo, bancário, saúde, governo, varejo, mineração e siderurgia em todo o mundo.

"Quando o ChatGPT surgiu, já tínhamos maturidade. Não se trata de uma unidade de negócios, e sim de uma ferramenta transversal. O importante é a empresa saber que problema pretende resolver ou qual oportunidade quer abraçar", afirmou Marco Stefanini, CEO global da Stefanini.

No Web Summit Rio, ele apresentou cases de empresas como Gerdau, que obteve melhorias operacionais em suas plantas; Itaú, que utilizou IA para a campanha "iPhone pra Sempre"; e O Boticário, com uso da ferramenta em campanhas de vendas.

Em 2023, a Gerdau criou a divisão IA Inovation Center para estudar o uso da inteligência artificial generativa como uma evolução de seu hub de de dados. A IA generativa já é usada para auxiliar técnicos de manutenção e para recomendar produtos aos clientes.

"Mais de 50% dos cases do IA Inovation Center são associados à IA generativa", diz Gustavo França, diretor global de TI e digital da Gerdau. Na manufatura, a IA generativa é associada à tecnologia de gêmeo digital (reprodução digital de um ativo), projeto iniciado na produção de aço da Usina de Ouro Branco (MG), maior fábrica da Gerdau no mundo.

"Já utilizamos na laminação e estamos escalando para toda a planta, o que nos permite simular cenários e tomar decisões muito rápidas. A Ouro Branco foi piloto, mas já replicamos para outras plantas no mundo", disse França.

A Embraer criou a Embraer-X em 2017, como incubadora e aceleradora de negócios disruptivos, como o eVTOL, o táxi aéreo elétrico urbano. Daniel Moczydlower, diretor global de ecossistemas de inovação da Embraer e CEO da Embraer-X, disse que agora a IA foi escolhida como uma das verticais de inovação do grupo.

A empresa tem pesquisas com o Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA) e com a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), onde está criando o Centro de IA focado em cibersegurança com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp). A Embraer usa IA em manutenção preditiva para antever falhas nos 8 mil aviões em operação, que funcionam como hubs de coleta de milhares de dados analisados por IA para reconhecer padrões e gerar alertas.

> "A IA é muito eficiente para detectar pequenos padrões num mar de informação"
> *Lincoln Mattos*

A inteligência artificial também é usada para otimização de estoques das 50 mil peças diferentes que cada avião tem. "Não adianta ter a peça no estoque do Brasil, e o cliente estar precisando em Cingapura", disse Moczydlower. "O terceiro case é a criação de um copiloto de IA para auxiliar o piloto a ser mais eficiente", acrescentou.

A Tempest, empresa de cibersegurança adquirida pela Embraer em 2020, procura identificar riscos nos sistemas de IA monitorando vulnerabilidades. "IA é uma ferramenta muito eficiente para detectar pequenos padrões num mar de informação. Soluções de LLM (Large Language Model, modelo de rede neural) como ChatGPT e Gemini são muito recentes, e novos tipos de ataques e defesas estão surgindo", disse Lincoln Mattos, CEO da Tempest.

A Eletrobras criou o Atmus, centro de inteligência em meteorologia que produzirá modelos de IA para ajudar a empresa na adaptação às mudanças climáticas. O Atmus atuará associado a três centros de excelência: de dados, industrial (internet das coisas), e de drones e robótica, para captação de informações por uma infinidade de sensores em torres de transmissão, que já têm inspeção por drones.

A estratégia de IA visa também preparar a empresa para as oportunidades. "Segundo a Agência Internacional de Energia, o mundo estará consumindo 30 mil terawatt/hora em 2028. A previsão é de que 1 TW/h será consumido pela IA, um volume maior do que todo o consumo e a produção do Brasil", diz Juliano Dantas, vice-presidente de inovação, P&D, digital e TI da Eletrobras.

HERMES DE PAULA/ AGÊNCIA O GLOBO

Daniel Moczydlower, da Embraer: ferramenta é usada em manutenção de aeronaves, estoques e cibersegurança

Por lidar com um dos dados mais sensíveis do cidadão, sua vida financeira, o Bradesco cercou-se de uma série de controles, criando um comitê de governança de IA. Pioneiro no uso de IA em massa ao lançar a assistente virtual BIA em 2015, o banco usa hoje IA generativa para sumarização e categorização de demandas na ouvidoria e para aumento de produtividade do departamento jurídico. No call center de cartões, o atendente tem acesso rápido a todos os benefícios de cada tipo de cartão.

"São casos para uso interno. Agora estamos testando, com muito cuidado, trazer a IA generativa para a BIA, que interage diretamente com o cliente, o que amplia a responsabilidade ética", ressaltou Petrovic.

Há um ano, a Vibra vem testando o Copilot, programa de IA generativa da Microsoft, em toda a área corporativa, para produtividade pessoal de 300 dos 3,5 mil funcionários em áreas como recursos humanos, logística, marketing e vendas. "Criamos peça de campanhas de acordo o público usando IA e o método tradicional. Em vários cenários, a peça criada pela IA é mais efetiva para o engajamento", disse Aspen Andersen, vice-presidente de gente e tecnologia da Vibra.

A Icatu também adotou o Copilot, da Microsoft, para teste por 200 dos 2,3 mil funcionários e em 2023 iniciou dois projetos de IA preditiva na área de vendas. "Vamos avaliar e analisar se vamos escalar o uso para toda a empresa", disse Luciano Antoniolo, superintendente de transformação digital da Icatu.

APRESENTADO POR

IA e redes privativas 5G revolucionando a inovação nos negócios

Debates no espaço beOn, hub da Claro e da Embratel, atraem público discutindo temas como a importância da nuvem para a inteligência artificial e a era das tecnologias habilitadoras

Recebendo palestrantes que lideram as principais tendências em inovação, o Web Summit Rio 2024 bateu recorde de público, atraindo quase 35 mil pessoas por dia ao Riocentro, na Zona Oeste do Rio. Algumas dessas lideranças estiveram no estande do beOn, hub de inovação da Claro e da Embratel. No espaço, debates jogaram luz sobre as tecnologias mais impactantes na sociedade e nos negócios. Temas como inteligência artificial (IA), segurança cibernética e redes privativas 5G estiveram em alta por lá.

No painel "Como será a implementação de nuvem da infraestrutura com inteligência artificial?", Diuliana França, diretora de Serviços Cloud da Embratel, perguntou aos convidados: "Existe IA sem nuvem?". Cesar De Avila Rodrigues, líder do projeto de Cloudfication do Grupo Globo, e Gustavo Brigatto, editor da Startups, concordaram que não.

E Rodrigues detalhou o processo de migração da Globo para a nuvem. "Atuamos com três drivers de motivação: uma visão de transformação de mídias; a capacidade de entender melhor meus usuários e, por fim, a redução de custos."

Temas como IA, segurança e redes privativas 5G movimentaram o espaço do beOn, hub de inovação da Claro e da Embratel

© FABIO CORDEIRO

SEGURANÇA

Ainda no tema IA, outro painel tratou da questão da segurança de dados. Paulo Martins, diretor de Segurança da Informação da Embratel, moderou o diálogo com Diego Aristides, CTO do Sírio-Libanês, e Bruno Pina, CEO da Synapse e Advisor de Estratégias de Futuros.

"A função de segurança é garantir que tenhamos só os benefícios das tecnologias", argumentou Martins. Aristides lembrou que, no caso da saúde, o potencial da IA é amplo. "Podemos escalar o atendimento para outras partes do Brasil. Por outro lado, trabalhamos com dados sensíveis. No futuro próximo, todo profissional de saúde será um profissional de tecnologia."

Pina, por sua vez, indicou uma tendência: "Antes doentes eram tratados apenas em hospitais. Agora o atendimento vai continuar em casa, com profissionais monitorando remotamente. Mas, para isso, precisamos de metodologia e modelos de governança."

REDES PRIVATIVAS

Quais serão os novos horizontes com edge computing, redes privativas 5g e redes privativas virtuais (NsaaS)? Cristiano Moreira, gerente de Produtos Embratel, conversou sobre o assunto com Lucas Godoy, liderança da Ericsson para essa tecnologia.

"Temos essa solução de redes privativas, que permite que cada usuário tenha a sua aplicação conforme sua necessidade. Nesse ambiente de baixa latência, criamos APIs para os usuários se conectarem e interagirem com a infraestrutura", explicou Moreira, ressaltando a capacidade de personalização que a tecnologia oferece. "Já conseguimos criar redes privativas para empresas de diferentes portes, de diferentes segmentos."

Essa combinação de soluções já vem habilitando casos de sucesso, como o registrado em uma fábrica de chocolates da Nestlé em Caçapava, onde a parceria com Claro, Embratel e Ericsson acelerou a automatização, com robôs e realidade aumentada na produção. Tudo suportado por uma rede privativa 5G exclusiva.

Godoy concluiu ressaltando o caráter revolucionário desta nova era: "É o futuro: entregar soluções personalizadas baseadas em tecnologias habilitadoras."

CONTEÚDO PATROCINADO PRODUZIDO POR G.lab GLAB.GLOBO.COM

Finanças É mais fácil enviar mercadorias da China para o Brasil do que fazer remessa de dinheiro entre fronteiras, diz diretora de operações da TBD

Startups aceleram pagamentos globais e inclusão financeira

Mônica Magnavita
Do Rio

O sistema de pagamentos globais permanece lento e dispendioso, apesar dos avanços tecnológicos do setor financeiro. Transferir dinheiro de um país para outro ainda demanda vários intermediários até chegar ao destino final, sem falar do grande contingente de pessoas excluídas desse processo. A sociedade está longe de fazer transferências internacionais de dinheiro com a mesma facilidade com que envia uma mensagem de texto.

"É mais fácil transportar mercadorias da China para o Brasil do que fazer remessa de recursos entre fronteiras", diz Emily Chiu, cofundadora e diretora de operações da TBD, divisão da Block, fintech de Jack Dorsey, criador do Twitter. Tal cenário desenhado por especialistas convidados pelo Web Summit Rio, evento que reuniu mais de 30 mil pessoas nos três dias de duração, veio junto com soluções para ampliar tanto o fluxo internacional de recursos quanto a inclusão financeira.

Uma das tecnologias apresentadas foi o tbDEX, protocolo de mensagens abertas lançado pela TBD para facilitar a transferência de valor ao redor do mundo, usando, também, criptomoedas. "Os protocolos de código aberto e os padrões universais do tbDEX podem oferecer uma solução mais inclusiva, eficiente e confiável para desenvolvedores, empresas e governos. A internet democratizou o acesso à informação, mas os pagamentos globais estão longe dessa realidade. As fintechs fazem crossborder [transferências], mas usam sistemas tradicionais, em bancos tradicionais. Parece ser em tempo real, mas não é", diz Mike Brock, presidente da TBD, que ressaltou o papel da Bitcoin no fluxo global financeiro.

A experiência mexicana foi trazida como exemplo bem-sucedido de inclusão financeira, a partir do Bankaya, primeiro neobanco do país a adotar o tbDEX, e que tem hoje cerca de 2 milhões de clientes até então desbancarizados. Mauricio Cordero, presidente e cofundador da fintech, ressalta a importância da democratização proporcionada pela plataforma. "Hoje, 60 milhões de mexicanos não têm acesso a sistemas bancários. Na América Latina são 400 milhões de pessoas. O tbDEX é uma oportunidade enorme para digitalizar, bancarizar e facilitar o recebimento de pagamentos. É mais transparente, mais rápido, mais barato e mais instantâneo. É um open source [software de código aberto] que permite a qualquer empresa conectar no mesmo protocolo para enviar dinheiro", diz.

A seu ver, com a nova plataforma, as remessas anuais do México para os Estados Unidos, de US$ 65 bilhões, e entre países de América Latina, de US$ 150 bilhões, tendem a crescer, e muito. "Há mais imigração, mais hispânicos viajando, mais dinheiro circulando no continente. Deve chegar a US$ 300 bilhões na próxima década." Segundo Emily Chiu, os avanços tecnológicos permitirão, cada vez mais, trazer para o mainstream pessoas historicamente deixadas para trás.

Outro modelo de fluxo de recursos alternativo e direto, sem intermediários, foi apresentado pela colombiana Minka, rede aberta para pagamentos em tempo real. Domagoj Rozic, presidente da fintech, conta que a ideia surgiu diante das dificuldades em enviar dinheiro para sua filha que morava fora do país.

400 mi
é o total de latinos desbancarizados

DIVULGAÇÃO/ WEB SUMMIT
Emily Chiu, cofundadora e diretora de operações da TBD: aposta em protocolos de código aberto e experiência no México

"Montamos um sistema semelhante ao pix brasileiro, só que privado, há cerca de três anos. Já temos todos os bancos operando e mais 15 milhões de pessoas realizando transferências", conta Rozic, ressaltando que a Minka desenvolveu sua própria tecnologia. Nos últimos seis meses, a empresa vem crescendo entre 15% e 20% por mês, atingindo 20 milhões de transações mensais na América Latina.

A Nomad, plataforma financeira com sede nos Estados Unidos, lançada no fim de 2020 para que brasileiros residentes no país pudessem investirem em ativos dolarizados, cresceu, diversificou seu portfólio e tornou-se exemplo bem-sucedido de aplicativo de transações financeiras globais, movimentando "alguns bilhões de reais por mês", segundo Lucas Vargas, presidente da fintech. Em 2021, a receita gerada foi de US$ 15 milhões, em 2023 deve fechar em torno de US$ 50 milhões e em 2024 a expectativa é de atingir o dobro.

"Entendemos que há oportunidade de termos uma empresa brasileira independente, criada para brasileiros terem parte de seus recursos aplicada em outro país. Daqui a dez anos, acreditamos que será normal ter parcela do patrimônio em moeda forte. Há cinco anos, não existia um sistema como o da Nomad, parecia loucura criar um conta digital gratuita para brasileiros investirem nos Estados Unidos", diz. A Nomad também opera com cartão de débito em 180 países para saques e compras.

Divisor de águas no Brasil, Pix é inspiração de fintechs

Do Rio

Futuro do dinheiro e inteligência artificial andam de mão dadas, assim como serviços financeiros inovadores e fintechs. O caminho para garantir cada vez mais produtos e serviços disruptivos na área financeira foi tema de painéis da última edição do Web Summit Rio.

A fintech brasileira CloudWalk anunciou sua chegada aos Estados Unidos, neste primeiro semestre, com um novo aplicativo que permitirá o pagamento instantâneo, como o pix, voltado para empreendedores individuais ou pequenos negócios. A solução reúne três grandes tendências: inteligência artificial, pagamento no celular por aproximação e transferência, como o pix. Luís Silva, fundador da marca, disse ser este o ponto de partida para a expansão global.

Outra tendência que se consolida é a do mercado de criptoativos. Marcelo Sampaio, CEO da Hashdex, primeira a lançar ETFs (fundos negociados em Bolsa como uma ação) em cripto, observou que só nos primeiros meses do ano, entraram mais 32 mil cotistas. "Lidamos com o futuro do dinheiro no mundo, com um ativo, o cripto. Já, já, vamos usar infraestrutura tecnológica que permitirá a criação de produtos que nunca foram possíveis", diz.

Segundo Sampaio, o mercado de bitcoin ganhou fôlego depois da aprovação, em janeiro de 2024, dos ETFs de bitcoin à vista nos Estados Unidos. Outro consenso nos painéis foi o de que as trilhas atuais do dinheiro são apenas o ponto de partida para o que está por vir. O futuro do dinheiro passa por um reset maior, que atinge a questão estrutural, indo além da eficiência.

"Teremos um futuro no qual o dinheiro será naturalmente digital. O pix foi grande impulsionador disso. O dinheiro tende a acabar. Vai deixar de ter um componente muito nacional e começará a circular mais mundialmente. A infraestrutura vai mudar. Quando se tem dinheiro digital, não necessariamente precisa de dinheiro emitido ou controlado pelo governo", disse Sampaio, para quem o mundo oferece hoje alternativas descentralizadas, como o bitcoin.

Nessa jornada tecnológica de serviços financeiros, as fintechs ganharam destaque a partir do uso de tecnologia a serviço da redução de custos, impulsionada pela vanguarda da legislação brasileira, conduzida pelo Banco Central. A questão também inclui o tema da inclusão financeira.

A Dock, fintech com 70 milhões de contas, é uma das que apostam nesse processo. Gabriela Szprinc, à frente da empresa, citou o modelo do pix como um divisor de águas no Brasil e uma inspiração para o mundo. Em sua opinião, inovações como a chamada "embedded finance" (finanças integradas em empresas que não atuam no mercado financeiro) fazem o país ser um exemplo em novos serviços financeiros. Segundo a Deloitte, o "embedded finance" poderá gerar cerca de R$ 24 bilhões até 2026 para os setores de varejo, bens de consumo e outros serviços. *(MM)*

Inovação por si só não basta, é preciso entender o cliente

Do Rio

O futuro do sistema bancário ganhou destaque na agenda do setor com a entrada em cena dos chamados neobancos, instituições financeiras digitais que revolucionaram o mercado, oferecendo ao cliente transações rápidas, virtuais e sem custos. Prova disso foi o Nubank, criado há cerca de dez anos, que superou o Banco do Brasil, fundado em 1808, em clientes, sem uma única agência física. Há espaço para todos? A resposta é sim, desde que mantenham foco no cliente, usando os avanços tecnológicos a serviço do aprimoramento de fluxos de pagamento e de produtos que facilitem a vida dos correntistas. Em resumo, inovação por si só não basta, é preciso entender a demanda do usuário e ser ágil no atendimento.

O tema foi discutido no Web Summit Rio, que reuniu, em diferentes painéis, presidentes de instituições centenárias e com extensa rede de agências, como BB e Itaú, e os fundadores de fintechs de ponta Glauber Mota, da Revolut Brazil, e Wagner Ruiz, do EBanx, ambas 100% digitais.

A tendência, segundo eles, é de coexistência entre bancos de diferentes perfis, desde que estejam em linha com a demanda atual de seus correntistas. Há passos nessa direção. Os bancos tradicionais têm investido em inovação e se mostraram rápidos na oferta de novos produtos. Seus investimentos em tecnologia devem atingir R$ 47,4 bilhões este ano, valor 104% superior ao de 2019, segundo pesquisa da Febraban.

Além disso, conforme ressalta Tarciana Medeiros, presidente do BB, a presença do banco em 93% dos municípios do país é fator relevante quando se trata de atender necessidades específicas de cada região. "Temos que entregar um banco para cada cliente, o físico e o digital. O segredo é entregar o que cada região necessita. Conseguimos isso a partir da inteligência artificial, analisando dados para oferecer soluções personalizadas", diz.

Embora a pandemia tenha acelerado a digitalização dos serviços — só o BB ganhou 15 milhões de clientes nos últimos três anos, somando cerca de 80 milhões no total — as agências continuam relevantes para boa parte da população. No BB, 30 milhões de correntistas operam basicamente por via digital. De olho no futuro, o BB abriu contas para crianças receberem suas mesadas.

"Se o cliente tiver mais vantagem em outro lugar, vai migrar"
Glauber Mota

HERMES DE PAULA/AGÊNCIA O GLOBO
Tarciana Medeiros, do BB: presença em 93% dos municípios ajuda a atender necessidades específicas de cada região

A fintech inglesa Revolut chegou ao Brasil em 2023 com projetos de fluxo de pagamentos globais, foco da marca. Um ano depois, reviu seus planos. O principal apetite do cliente nacional foi por produtos de pagamentos locais. "Revisamos nossas prioridades, porque nosso foco é o cliente", diz Glauber Mota, CEO no Brasil. Os vencedores da atual competição bancária, saudável a seu ver, serão aqueles que oferecerem o melhor produto com benefício tangível para o correntista.

"Se o cliente tiver mais vantagem em outro lugar, vai migrar, e eu vou ter que fazer melhor, garantir o melhor produto", afirma Mota. No mundo, a Revolut atingiu 41 milhões de correntistas. No Brasil, ideia é ampliar a inclusão bancária por meio de serviços digitais, tendo como linha de atuação a seguinte premissa: importa menos de onde o cliente acessa e mais como resolver o problema dele.

O país, no entanto, enfrenta outra realidade, apesar de mudanças aceleradas. Cerca de 80% dos clientes combinam uso digital e físico, sendo pequena a parcela que se vale apenas do digital. Ainda assim, a digitalização se tornou realidade sem volta, como bem demonstra o êxito do pix, um divisor de águas no setor, somando mais de 200 milhões de transações diárias.

Ricardo Guerra, diretor de tecnologia do Itaú, reforça a importância da inovação tecnológica e as infinitas possibilidades que se abrem na criação de soluções que atendam desejos que os clientes sequer sabem que têm. "É preciso obsessão para entender a necessidade do cliente. Quem não investir vai ficar para trás", afirma, dando como exemplo o recente lançamento de um produto para pequenas e médias empresas, que agora podem saldar um pix dividindo-o em até 36 prestações pagas ao Itaú. O banco usa inteligência artificial para analisar grandes volumes de dados e textos de forma a ampliar e tornar mais ágil a interação com o cliente.

O EBanx, fintech brasileira que atua em 29 mercados na América Latina, Caribe, Índia e África, cresce a partir de geração do próprio caixa, sem recursos de terceiros, desde sua criação, em 2012. "Quem não tiver papel a cumprir no modelo digital vai sofrer as consequências. O modelo será pautado pela inteligência artificial", diz Wagner Ruiz, cofundador do EBanx. *(MM)*

INÊS249

Ambiente Startups globais buscam oportunidades de negócios no país com soluções sustentáveis

Tecnologia é aposta para mitigar danos

Suzana Liskauskas
Para o Valor, do Rio

A busca por soluções que consigam mitigar efeitos das mudanças climáticas aqueceu os debates e conversas entre investidores durante o Web Summit Rio. As discussões apontaram a evolução da tecnologia para que empresas e governos consigam cumprir os compromissos firmados no processo de descarbonização até 2030 ou 2050. Ganharam destaque também os projetos focados na adaptação dos ecossistemas às mudanças climáticas, como prevenção de catástrofes, segurança alimentar e hídrica em biomas cada vez mais castigados pela variação do clima.

Um exemplo está no município de Quixeramobim, no Ceará, que será a primeira região no Brasil a experimentar a tecnologia sustentável ar-água de segurança hídrica desenvolvida pela Solaq, startup holandesa. A tecnologia usa contêiner que captura a umidade do ar e gera entre 2 mil e 5 mil litros de água potável por dia.

Reuben Moore, CEO da Solaq, disse que a solução está sendo apresentada a municípios na Paraíba e deverá estar pronta para comercialização em escala a partir de 2025. O sistema adota tecnologia com baixas temperaturas e o vácuo consegue absorver água do ar em locais com até 35% de umidade relativa do ar.

A participação da Solaq no Web Summit fez parte de um conjunto de iniciativas do governo holandês para buscar oportunidades de negócios no Brasil. "As startups não têm equipe, nem recursos e conexões para buscarem as melhores oportunidades de internacionalização. Acaba sendo muito complexo para empresas até a série A, que precisam de ajuda nesse processo", disse Rodrigo Olmedo, CEO da uGlobally, parceira do governo holandês em projetos de internacionalização de startups.

As oportunidades em projetos de descarbonização no Brasil também chamaram a atenção de empresas suíças. A cônsul e CEO da Swissnex no Brasil, Malin Borg, quer posicionar o país europeu como um parceiro-chave para o Brasil na busca por tecnologias que garantam um futuro mais sustentável. A delegação suíça levou 12 startups para o Web Summit Rio pela rede Swissnex, iniciativa do governo suíço para promover inovação.

Entre as inovações suíças, está o uso de blockchain para mapear emissões de carbono geradas na rede elétrica. A ferramenta desenvolvida pela Emissium utiliza modelos de machine learning (aprendizado de máquina) para aumentar a previsibilidade nos cálculos de emissão de carbono. No agronegócio, a tecnologia da suíça Suind conjuga inteligência artificial (IA), sensores, drones e satélites para mitigar perdas nas lavouras por eventos climáticos extremos, como geadas, chuvas fortes ou períodos longos de seca.

> "Brasil, assim como AL, tem um grande ecossistema de dados a ser criado"
> *Maya Pindeus*

DIVULGAÇÃO/WEB SUMMIT

Maya Pindeus, da Another Earth: startup combina IA e satélite para antever cenários e reduzir prejuízos ambientais

A combinação de IA e satélite também está no coração dos negócios da startup Another Earth, do Reino Unido. A novidade vem da utilização de dados sintéticos, já aplicados nas indústrias automobilística e bancária, para simular as imagens de satélites e garantir uma observação mais precisa de qualquer área do mundo. A aplicação pode ser utilizada em diversas indústrias, como seguros e agronegócio. A vantagem é usar a tecnologia de satélite, nem sempre disponível para todos, para antever cenários e mitigar danos.

Maya Pindeus, cofundadora e CEO da Another Earth, ficou empolgada com a apresentação no Web Summit Rio. "A IA está emergindo com potencial para abordar e mitigar algumas das preocupações mais prementes na observação da Terra. Quanto melhor for a qualidade do dado, melhor o resultado. E o Brasil, assim como a América Latina, tem um grande ecossistema de dados para ser criado", disse Pindeus.

No âmbito das adaptações dos ecossistemas às mudanças climáticas, a startup brasileira Cittua criou um aplicativo de previsão meteorológica e riscos ambientais, que associa IA, geolocalização e big data, tecnologia de inteligência para grandes bases de dados. A diferença do Cittua para serviços de alertas já adotados por municípios é o raio de cobertura.

"Percebemos que havia uma lacuna de tecnologia nos modelos de previsão meteorológica. Os modelos atuais não são adaptados para a escala das cidades. Por isso muita gente não acredita na previsão do tempo. Nosso modelo trabalha com escala local, modelo de 1 km, com previsão de curto prazo, isto é, 24 horas. Sabemos exatamente onde a tempestade vai acontecer e não conflitamos com os modelos atuais", disse Victor Azevedo, CEO da Cittua.

No fim de março, o aplicativo Cittua foi o aliado das equipes da Defesa Civil para dirimir os efeitos de uma tempestade que atingiu Teresópolis, na região serrana do Rio de Janeiro. Azevedo afirmou que a Defesa Civil tinha informações de que a chuva seria por volta de 21h, mas o Cittua mostrou que o temporal, na realidade, chegaria antes.

"Avisamos de manhã para Defesa Civil, que conseguiu antecipar os alertas na cidade. A Defesa Civil registrou, na ocasião, 220 ocorrências, sendo 151 deslizamentos, com a confirmação de duas mortes", conta Azevedo.

'Amazonia chegou a um ponto de quase colapso'

Do Rio

O ecossistema da floresta amazônica está à beira de um colapso, então é preciso uma mudança sistêmica que garanta à Amazônia ser reconhecida globalmente como uma zona proibida ao extrativismo da indústria de mineração e do setor de óleo e gás, afirma Helena Gualinga, cofundadora do Coletivo de Jovens Indígenas Defensores da Amazônia.

Durante sua participação no Web Summit Rio, a ativista climática e defensora dos direitos humanos fez duras críticas à atuação de mineradoras e empresas do setor de energia por ameaçarem diariamente a sobrevivência dos povos indígenas que habitam a floresta.

"Pedimos que os povos indígenas tenham soberania, que possamos administrar nossas próprias terras e ter governança sobre elas, para protegê-las do extrativismo", reforça Gualinga. "Hoje há mais pressão na Amazônia. O ecossistema chegou a um ponto de quase colapso. A maior pressão vem do setor de mineração, que não tem responsabilidade social, nem ambiental. Cada dia é uma batalha diferente", acrescenta.

Aos 22 anos, a ativista, nascida na comunidade de Kichwa Sarayaku, localizada na Província de Pastaza, Equador, tem trabalhado em diversas frentes para conscientizar a população global sobre a necessidade de promover uma mudança sistêmica em relação à Amazônia. "Mobilizar os povos indígenas não é um problema. A questão é como sensibilizar a população que não é indígena", afirma.

Gualinga tem se dedicado ao trabalho com jovens para que eles enxerguem seu potencial para assumirem lideranças e serem agentes da mudança, nas próprias comunidades e fora delas. No dia a dia com a juventude da Amazônia, de diferentes territórios e etnias, a ativista vem percebendo a necessidade de atuar na formação de lideranças femininas.

Na visão da ativista, as mulheres demonstram um comprometimento maior na proteção da terra, por desejarem garantir aos filhos o direito de crescerem e viverem nas mesmas comunidades onde nasceram, herdando o território de seus ancestrais. "Temos que apoiar a lideranças femininas. Percebo que as mulheres agem com mais comprometimento na defesa da terra", diz.

Ciente do desafio de mostrar ao mundo que a Amazônia sofre múltiplas ameaças, Gualinga reforça a mensagem de que essa batalha não é exclusiva dos povos originários.

"Lutamos para preservar a integridade de nossos territórios. Empresas tentam entrar sem o consentimento de comunidades indígenas. Fazem isso com apoio de governos e militarizam o território, numa demonstração de força e violação dos direitos humanos", diz Gualinga.

DIVULGAÇÃO/WEB SUMMIT

A ativista equatoriana Helena Gualinga: "A questão é como sensibilizar a população que não é indígena"

Durante o Web Summit, a ativista criticou o governo do Equador por participar, em março, do encontro anual Prospectors & Developers Association of Canada (PDAC). Gualinga, que define o evento no Canadá como "a reunião de cúpula do setor de mineração", mostrou indignação com a postura do governo equatoriano.

"Basicamente [o governo equatoriano] vendeu nossas terras para empresas sem nosso consentimento. Sem que tivéssemos direito a uma palavra, violando completamente as leis e a Constituição, que garante aos povos indígenas voz nesse tipo de decisão." *(SL)*

Restauração de florestas e nascentes atrai investimentos

Do Rio

O Brasil tem se destacado na trilha dos investimentos globais aplicados para mitigar os impactos da crise climática. Durante o Web Summit Rio, o olhar dos investidores foi ainda mais atento aos projetos que envolvem tecnologia e inovação focados na restauração de florestas e nascentes. Um bom exemplo é o programa Terra Doce, do Instituto Terra, que pretende recuperar, até 2027, 4, 2 mil nascentes, além de implantar sistemas agroflorestais em 28 municípios na Bacia do Rio Doce, que abrange os territórios dos Estados do Espírito Santo e Minas Gerais. Em quatro anos, o programa deverá impactar cerca de 2 mil famílias.

O Terra Doce busca financiamento para arcar com os custos de tecnologia na implementação dos modelos de sistemas agroflorestais em uma área com dimensão equivalente à extensão territorial de Portugal. Até o momento, o Instituto Terra já garantiu cerca de 26 milhões de euros, em aportes do governo alemão e do grupo suíço Zurich, que atua no ramo de seguros.

"O valor que conseguimos captar ainda é pouco, quando pensamos na extensão do programa, que pretende implementar 1.050 hectares de sistemas agroflorestais em 600 pequenas e médias propriedades rurais", disse Juliano Salgado, presidente do Conselho Diretor do Instituto Terra.

Durante o Web Summit Rio, Salgado anunciou que o Instituto Terra acaba de estabelecer uma parceria com Fundação Dom Cabral. O papel da fundação será auxiliar a equipe do programa Terra Doce a construir um planejamento estratégico para a captação de investimentos.

A expectativa de Salgado é que, ao fim da implementação, o programa Terra Doce fomente o capitalismo verde em uma área de 86 mil km². Com a evolução do programa, lançado em setembro de 2023, a meta de Salgado é fomentar o crédito para os agricultores da região, com o desenvolvimento de um plano de negócios.

Outro desdobramento do programa Terra Doce é a criação de um selo para garantir ao mercado a origem dos produtos cultivados na região sob o sistema de agroflorestas, como café e cacau. Salgado observou também a importância de mensurar os impactos do programa na sociedade. Para isso, o Instituto Terra está buscando parcerias com universidades na Suíça.

"A capacidade de transformação gigantesca é uma vantagem do Brasil, que tem a ecologia a seu favor. Esse é o tipo de projeto que tem potencial para colocar o Brasil no centro do debate. Podemos ser o país da solução para o resto do mundo", ressaltou Salgado, em alusão às ações para reduzir os impactos da crise climática.

O processo de recuperação de uma nascente implica o plantio de 500 árvores ao seu redor. As raízes dessas árvores facilitam a penetração da água das chuvas no lençol freático. Salgado afirmou que, em áreas degradadas pelo pasto, o solo é pisoteado pelo gado e se torna muito rígido, dificultando o caminho da água até o lençol freático.

A recuperação de nascentes e a promoção de práticas sustentáveis impulsionam as ações do Instituto Terra desde a sua fundação, em 1998. Na época, o fotógrafo Sebastião Salgado e sua esposa, Lélia Deluiz Wanick Salgado, pais de Juliano Salgado, iniciaram um projeto de recuperação da antiga fazenda da família na Bacia do Rio Doce. O comprometimento com a restauração ambiental da região garantiu ao Instituto Terra o título Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN).

> "País tem recebido atenção dos fundos de venture capital e private equity"
> *Blankenburgh*

A importância dos projetos que envolvem recuperação de áreas degradadas também foi destacada por Ana Luiza Squadri, CFO da startup re.green, durante debates do Web Summit. A startup é especializada em projetos de restauração de florestas tropicais para gerar e comercializar créditos de carbono.

Na visão de Squadri, o capital tem o potencial de mitigar os desdobramentos das mudanças climáticas, desde que esteja atrelado a projetos que aplicam tecnologia de ponta para recuperar a natureza. Outro ponto crucial é o potencial do projeto de gerar renda para as comunidades e, ao mesmo tempo, aumentar a biodiversidade da região impactada, disse Squadri.

Com um olhar estratégico para os projetos que privilegiam a preservação do meio ambiente, Hans Blankenburgh, que lidera no Brasil o Escritório de Apoio Empresarial da Holanda, financiado pelo governo holandês, ressalta a expansão do ecossistema de startups no país. "Tenho acompanhado a evolução da tecnologia e inovação no Brasil. O país tem se destacado no mercado de startups globais e atraído muita atenção dos fundos de venture capital e private equity, sobretudo em projetos associados às questões ambientais", afirmou Blankenburgh.

No Brasil, a atenção de Blankenburgh está voltada para os projetos com aplicações para transição energética, economia circular e agritech. "O potencial de crescimento da inovação nessas áreas é enorme, e o Brasil se destaca no cenário global."

INÊS249

Empreendedorismo Depois de captarem apenas US$ 1,9 bilhão em 2023, o resultado mais fraco desde 2018, empresas recuperam o otimismo

Após 'inverno das startups', recursos começam a voltar

Carlos Vasconcellos
Para o Valor, do Rio

O ano de 2021 marcou um recorde histórico na captação de recursos para startups no Brasil. Naquele ano, as empresas receberam aportes de aproximadamente US$ 9,7 bilhões. As fontes de investimento, contudo, secaram nos dois anos seguintes, caindo para US$ 4,45 bilhões em 2022 e US$ 1,9 bilhão em 2023, o pior resultado registrado desde 2018. O inverno dos investimentos agora parece perto de se encerrar e o otimismo começa a voltar entre empreendedores e investidores.

Presente ao Web Summit Rio 2024, a investidora Camila Farani, presidente da G2 Capital, contou que já fechou três aportes em startups este ano e pretende fechar mais um ainda no primeiro semestre. Com a experiência de mais de uma década investindo em startups, ela observou que o mercado se recuperar, mas se tornou mais exigente.

"Já passei por todos os ciclos de alta e baixa, de bolha, de pandemia e o que vimos com essa última crise foi uma evolução natural do mercado", disse Farani. "Uma curva de aprendizado que deixa investidores e empreendedores mais profissionais. Isso se reflete em avaliações mais precisas e um nível de exigência maior em relação aos planos de negócio e à gestão das empresas."

Já Fernando Danesi, diretor da BR Angels, afirmou que o ano de 2024 começou positivo, mas que o ritmo da recuperação também vai depender da evolução fiscal no Brasil e de fatores externos, como a taxa de juros nos Estados Unidos e os conflitos existentes no cenário internacional.

"Estou moderadamente otimista", disse Danesi. Para ele, o desafio maior será para empresas que fizeram a primeira captação durante o período de alta, entre 2020 e 2021, e agora buscam uma segunda rodada. "A maioria não entregou os resultados esperados. Isso cria dificuldades e ofertas que vão diluir mais o capital dessas startups."

> "Há uma demanda estrutural por tecnologia no país e isso não mudou"
> *Luis Felipe Trovo*

Para os empreendedores em busca da primeira captação, é importante ter um bom planejamento de negócios. "Para evitar uma diluição excessiva na primeira rodada", explicou Danesi. "Também é recomendável identificar grupos que não apenas injetem recursos, mas que ajudem a impulsionar o negócio, com conhecimento, mentorias, contatos no mercado", afirmou.

Luis Felipe Trovo, diretor-gerente da LKC Capital, por sua vez, explicou que o ciclo de queda no mercado foi tão atípico quanto a alta que o antecedeu, mas que o mercado agora começa a voltar ao normal. "Com alguma cautela, claro", ressaltou.

Trovo destacou ainda que é preciso ver o mercado brasileiro com uma perspectiva de longo prazo. "Há uma demanda estrutural por tecnologia no país e isso não mudou. As oportunidades são enormes. O Brasil tem pouco mais de 30 empresas de tecnologia listadas em bolsa, contra mais de mil empresas listadas na Nasdaq e na Bolsa de Nova York", disse.

Segundo Trovo, os segmentos com maior potencial de captação no curto prazo são as startups voltadas para o agronegócio e para benefícios e gestão de recursos humanos. "Varejo e educação ainda vão demorar um pouco mais para se recuperar", disse. Para Trovo, os investidores buscam empresas com soluções efetivas, que ajudem os clientes a aumentarem as vendas e que usem de forma eficiente tecnologia de inteligência artificial embarcada.

Uma das principais agtechs brasileiras, a Agrosmart está em fase final para a captação de US$ 5 milhões. A empresa anunciou recentemente uma parceria com a BRQ Digital Systems, para lançar um produto de análise de risco voltado para o mercado de commodities agrícolas. A CEO da empresa, Mariana Vasconcelos, observou que startups ligadas às ciências biológicas aplicadas e às fintechs tiveram mais resiliência no período de seca. "Muitas empresas brasileiras resistiram e vão atrair capitais", previu a empreendedora.

É nisso que aposta Henrique Galvani, CEO da Arara Seed, de Ribeirão Preto (SP). A empresa oferece uma plataforma para conectar startups do agronegócio com potenciais investidores. Por enquanto, a empresa já conseguiu captar R$ 500 mil junto a investidores e quer expandir o sucesso da plataforma. "Movimentamos R$ 30 milhões em rodadas de oferta pública e privada em 15 meses", contou Galvani.

De olho no Brasil, o empreendedor colombiano Juan Pablo Ortega, CEO da Yuno, acredita que a recuperação do mercado já teve início. "A quantidade de investimentos já começou a crescer no primeiro trimestre na América Latina e esse movimento vai chegar ao Brasil", avaliou Ortega.

Em março, a Yuno captou US$ 25 milhões para investir na sua expansão internacional. Parte dos recursos serão dedicados a reforçar as operações no mercado brasileiro. "Além do grande potencial de crescimento, o Brasil tem muito a ensinar à indústria de pagamentos com o impacto do Pix na inclusão financeira", afirmou Ortega.

DIVULGAÇÃO/WEB SUMMIT

Ortega, da Yuno, levantou US$ 25 milhões em março e viu os investimentos crescerem na AL no primeiro trimestre

Editais de subvenção podem ser opção para captação

Do Rio

Alexandre Souza, gerente de inovação do Sebrae-SC, diz que o inverno dos investimentos pode ter acabado, mas o verão ainda não chegou para os empreendedores. "Ainda vai demorar um pouco para o mercado voltar ao normal, mas isso obriga as empresas a concentrarem mais na gestão, na geração de receita."

Nesse cenário, explica Souza, as pequenas startups devem buscar recursos em editais de subvenção e programas governamentais, entre outras fontes, enquanto amadurecem seus planos de negócio.

É o que vem fazendo Brunno Falcão, CEO da Science Play, startup de Brasília. Ele conta que a empresa, fundada em 2017, está realizando sua primeira captação, de R$ 1,5 milhão.

"Já captamos a metade, num crowdfunding com clientes, que passam a ser investidores da empresa", conta o empreendedor, que participou do Web Summit Rio 2024. Falcão explica que chegou a fazer uma avaliação da empresa em 2022, mas o momento não era favorável. "Hoje, estamos mais bem estruturados para crescer em um mercado mais maduro e também mais aquecido."

João Victor Teixeira, CTO da Lais, startup da cidade de Divinópolis (MG) apresentou a solução de inteligência artificial desenvolvida para automação de atendimento no varejo no evento. "Nossa solução centraliza os atendimentos de canais como Messenger, Instagram e WhatsApp em um único hub", diz.

O empreendedor conta que fundou a Lais em 2019, com um sócio na área comercial. "Hoje, nós temos apoio do Sebrae e somos subsidiados pelo Compete Minas", diz. "Mas, quando começamos, nosso capital era zero."

Atualmente com apenas cinco funcionários, a startup mineira já atende 90 clientes. Mas Teixeira quer mais e sonha com a possibilidade de um dia abrir capital. "Sem isso, você não alavanca a empresa", observa. Ele foi um dos mais de cem empreendedores de startups levados ao Web Summit pelo Sebrae.

Elias Gonçalves, CEO da Tool.Law, está otimista após a seca de investimentos. Criada há dois anos, a empresa de São José dos Campos (SP) oferece soluções de inteligência artificial para o mercado jurídico. "Acabamos optando por não captar, porque as ofertas estavam muito baixas", diz.

> "O acesso ao mercado é difícil para quem rompe o status quo"
> *Mariá Amorim*

Agora, a Tool.Law analisa três diferentes propostas, para fechar sua primeira rodada ainda no primeiro semestre. "Estamos decidindo se é melhor fazer a captação junto a um fundo de venture capital ou a um fundo de smart money", diz.

Já a Seed4Seed, de Campos Goytacazes (RJ) foi criada em 2021 e contou com um primeiro aporte, de aproximadamente R$ 4 milhões, por meio do edital Inovadoc, da Finep. "Isso garantiu os recursos para transformar a minha pesquisa em um negócio", diz Mariá Amorim, fundadora da startup.

Segundo Amorim, a primeira versão do produto de inteligência artificial criado pela Seed4Seed será lançada no mercado ainda este ano. O software utiliza a tecnologia para dar mais precisão e agilidade às análises de qualidade em grãos e sementes.

"Temos conversados com fundos de venture capital e corporate venture capital que têm acompanhado o desenvolvimento do negócio, para não perdermos a oportunidade quando abrirmos a captação", diz Amorim.

A empreendedora observa, no entanto, que a busca por investimento nem sempre é o maior obstáculo. "O mais difícil é o acesso ao mercado. Especialmente para startups de base científica que rompem com o status quo, porque você precisa mudar a visão do cliente sobre o próprio negócio dele", explica.

As dificuldades de obtenção de investimento no ecossistema de startups são a base para o negócio da EqDeal. "Queremos dar mais transparência ao mercado, com uma plataforma que organiza a gestão para os empreendedores e dá aos investidores acesso aos dados das startups em suas carteiras", afirma o fundador da EqDeal, Ricardo Schreier.

"No futuro, a ideia é transformar essa plataforma em uma bolsa de valores das startups", conta Schreier. O empreendedor não revela números, mas conta que a empresa negocia com fundos de investimento e espera fechar acordo até junho. "Estamos buscando aportes de smart money que aportem conhecimento e abram a porta para novos investimentos, porque a captação é um trabalho que não para nunca", conclui. *(CV)*

Caminho para igualdade de gênero ainda é longo

Claudia Penteado
Para o Valor, do Rio

O recorde de participação de mulheres (47,5%) no Web Summit Rio 2024 — sendo 45% fundadoras de startups e 39% palestrantes — mostrou um avanço em direção à igualdade de gênero no mundo da tecnologia. Quando se observa o mercado de uma forma geral, no entanto, a perspectiva ainda não é tão animadora, segundo dados apresentados tanto nos palcos quanto nos depoimento de lideranças ao **Valor**.

Monique Evelle, cofundadora da Inventivos, uma plataforma de formação, conexão e investimento para novos empreendedores, jurada do reality show "Shark Tank Brasil" e autora do livro "Empreendedorismo Feminino: Olhar Estratégico sem Romantismo", destaca que a recente onda de demissões em empresas de tecnologia atingiu especialmente mulheres, segundo dados da Layoffs Brasil.

"Apenas 20% dos cargos nas áreas de tecnologia na América Latina são ocupados por mulheres", diz Evelle, lembrando ainda que quando se faz a intersecção de gênero e raça, o desafio é ainda maior para mulheres negras. Evelle esteve no palco central do Web Summit falando sobre "Como se destacar na multidão".

De acordo com o relatório "Female Founders Report" (relatório de fundadoras), de 2021, apenas 4,7% das startups são criadas exclusivamente por mulheres. Angelita Oliveira, fundadora do Women in Sales, uma social tech focada na equidade de gênero em negócios no Brasil, que participou do painel "Mais do que Apenas Discurso: Diversidade, Equidade e Inclusão", observa que as mulheres ainda enfrentam sub-representação na área de tecnologia, o que contribui para que o ecossistema de inovação permaneça masculino e pouco inclusivo. "No empreendedorismo tradicional, no qual as empresas não têm em seu core a inovação, 46,2% das empresas são fundadas por mulheres. No ecossistema de inovação, essa representação é de apenas 9,8%. São 4,7% as fundadas exclusivamente por mulheres e 5,1% as cofundadas por mulheres", comenta.

Os desafios são muitos: da falta de representação e oportunidades de liderança e desigualdades salariais aos preconceitos e discriminação de gênero e dificuldades para conciliar carreira e vida pessoal.

DIVULGAÇÃO

Monique Evelle: "Não adianta só boa intenção, [ação] precisa ser transformacional"

Dados do IBGE mostram que, no fim de 2022, os homens recebiam 22% a mais que as mulheres para desempenhar a mesma função.

"A falta de representatividade resulta em um ambiente no qual as mulheres não se sentem acolhidas nem ouvidas", afirma Oliveira, que atua na área B2B (negócios entre empresas), onde, segundo dados da Forrester, apenas 12% dos cargos estratégicos são ocupados por mulheres.

Uma pesquisa da BlackRocks e da Bain realizada em 2021 apontou que 71% dos investidores entrevistados não têm nenhuma pessoa negra no time de venture capital, 76% relataram nunca ou raramente receber propostas de fundadores negros e 78% acreditam ser essencial utilizar a própria rede de contatos para identificar oportunidades de investimento.

"Se você busca oportunidades apenas em sua rede de contatos e sua rede não tem mulheres ou pessoas negras, por exemplo, não teremos diversidade. Se você não tem uma pessoa negra no time, ficará difícil ter atenção para inclusão. O que precisa ser feito é colocar a mão na massa. Não adianta ter apenas boa intenção, precisa ser transformacional", diz Evelle.

Em um dos painéis, Angelita Oliveira abordou a superficialidade nas ações em diversidade, equidade e inclusão nas empresas, embora o tema venha sendo discutido há mais de cinco anos.

"O discurso em geral se resume a reconhecer o problema e identificar o desafio de medir o impacto da ações. Atualmente, há no mercado tecnologia para medir DEI [Diversidade, Equidade e Inclusão], o que implica que existem métodos e indicadores disponíveis. Então por que ainda não implementamos isso de forma consistente?", questiona.

Para Bárbara Brito, head de estratégia e sócia do laboratório de comunicação Mequelab, falta interesse às empresas para de fato inserirem diversidade na cultura.

"Muitas empresas, após a pandemia, passaram a priorizar questões de DEI por motivos econômicos e pressões tanto governamentais quanto dos consumidores. Atualmente, o mercado está se fechando cada vez mais para esse tema, deixando de lado um progresso significativo que já havia sido alcançado", destaca.

Um dos caminhos seria, segundo Nara Iachan, CMO e cofundadora da Cuponeria Loyalty, fornecer treinamento em sensibilidade cultural e inclusão para todos os funcionários, bem como estabelecer métricas para medir o progresso em direção à igualdade.

Falta de compromisso da liderança, resistência a mudanças, falta de conhecimento e visão de curto prazo ainda são algumas das razões para o tema DEI seguir longe de se tornar um compromisso verdadeiro dentro das empresas, segundo Jaana Goeggel, cofundadora do Sororitê, rede de investidoras focada no aporte de capital em empresas fundadas por mulheres.